



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2022



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

**São Luís
2023**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2022

Organização

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação e Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista Ministerial - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Normalização

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 - (98) 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão “Ed. Aurora Correia Lima Félix”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2022. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2023.

400 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2022

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Procurador-Geral de Justiça

Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para

Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para

Assuntos Administrativos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPMP

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Procuradora de Justiça – Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MP - CSMP

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Procuradora de Justiça – Secretária

CORREGEDORIA DO MP - CGMP

Themis Maria Pacheco de Carvalho

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

Alessandra Darub Alves

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria

Geral do Ministério Público

Promotores (as) de Justiça Corregedores

Cássius Guimarães Chai

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Francisco de Aquino da Silva

Geraulides Mendonça Castro

Laert Pinho de Ribamar

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Sirlei Castro Aires Rodrigues

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério

Público

Ana Luíza Almeida Ferro

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

Elyjeane Alves Carvalho

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Albert Lages Mendes

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional Criminal – CAO-Crim

Alenilton Santos da Silva Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional de Defesa dos Direitos das

Pessoas Idosas e das Pessoas com

Deficiência – CAO-PIPD

Alineide Martins Rabelo Costa

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio

Operacional do Consumidor – CAO-

Consumidor

Cristiane Gomes Coelho Maia Lago

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio

Operacional de Direitos Humanos e

Cidadania – CAO-DHC

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional de Defesa do Direito à

Educação – CAO-EDUCAÇÃO

Gleudson Malheiros Guimarães

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional da Infância e Juventude –

CAO-IJ

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Maria da Glória Mafra Silva

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAO-Saúde

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Fiscal da Probidade Administrativa – CAO-ProAd

Sandra Fagundes Garcia

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero - CAO/Mulher

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri – CAO-Júri

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA ESPECIAL - ASSESP

Lúcia Cristiana Silva Chagas

Promotora de Justiça
Assessora-Chefe da Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça

Pedro Lino Silva Curvelo

Promotor de Justiça – Coordenador Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL DA PGJ - DG

Júlio César Guimarães

Diretor-Geral

SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - SEAF

José Henrique Frazão Costa

Diretor

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SECINST

José Márcio Maia Alves

Promotor de Justiça - Diretor

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Distribuição de Processos - CDP

Antônio Alfredo Pires Oliveira

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA

Erickson Fillippe Marques Menezes

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Lara Mesquita Macedo

Seção de Transportes

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento – CFP

Luiz Muniz Rocha Filho

Promotor de Justiça
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI
Seção de Segurança Institucional

Regina Cláudia dos Santos Gomes

Major QOPM

Edmilson Cutrim da Silva Júnior

Capitão QOPM

Maria de Fátima Morais

Coordenadoria de Gestão de Pessoas –
CGP

Daniella Salomão Prazeres Martins

Seção de Saúde Funcional

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e
Biblioteca - CDB

Poliana Marta Ribeiro de Abreu

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadoria de Administração - CAD

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças
- COF

ASSESSORIAS

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial – CER

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e
Auditoria - ASSCIAUD

Conceição de Maria Correa Amorim

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça – Assessor Chefe
Assessoria Técnica - ASSTEC

Jadiel Fernandes França

Assessoria Técnica da Administração –
ASTECADM

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessoria Jurídica da Administração –
AJAD

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE
COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS – GAECO/MA**

Promotores de Justiça integrantes

Luiz Muniz Rocha Filho - Coordenador

**Ana Carolina Cordeiro de Mendonça
Leite**

Fernando Antônio Berniz Aragão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ

Promotores de Justiça integrantes

Glauce Mara Lima Malheiros

Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON

Promotores de Justiça integrantes

**Francisco Fernando de Morais Meneses
Filho**

Fábio Santos de Oliveira

**DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA DA CAPITAL**

Esdras Liberalino Soares Júnior

Promotor de justiça - Diretor

**PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL
SUSTENTÁVEL – INTEGRAR E FLORESCE**

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça - Presidente da
Comissão de Gestão Ambiental do
MPMA

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Teodoro Peres Neto

Procurador de Justiça - Coordenador
Integrantes da Comissão Gestora

Washington Luiz Maciel Cantanhede

Ana Luiza Almeida Ferro

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Promotores de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadora de Documentação e
Biblioteca da PGJ

**MEMORIAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO/MA**

Suzane Maria Pinto Viégas

**CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO
DO MPMA**

Administração

Dulce de Maria Alves Serra Moreira

Curadoria

Francisco Colombo Lobo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
O MINISTÉRIO PÚBLICO	10
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	16
Procuradoria Geral de Justiça	16
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR)	18
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM)	20
Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)	24
Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)	26
Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)	32
Procuradorias de Justiça.....	37
Promotorias de Justiça	40
Promotoria Comunitária Itinerante	61
Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC).....	64
ÓRGÃOS AUXILIARES	78
Escola Superior do Ministério Público (ESMP)	78
Ouvidoria do Ministério Público	108
DIRETORIAS	120
Diretoria Geral (DG).....	120
Secretaria Administrativo-Financeira (SAF).....	125
Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST).....	127
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).....	140
Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)	159
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	165
Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça (ASSESP)	165
Assessoria Técnica (ASTEC)	167
Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)	182
Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)	188
Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)	194
Chefia de Cerimonial (CER).....	195
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)	200
CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOs)	206

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA).....	207
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor).....	211
Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim)	217
Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC).....	219
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação)	223
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ)	234
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD)	240
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAO-ProAd).....	249
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde)	257
Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO/MULHER)....	264
Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI)	271
COORDENADORIAS	280
Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	280
Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP).....	285
Coordenadoria de Administração (CAD).....	294
Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	301
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	311
Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	330
Coordenadoria de Comunicação (CCOM)	334
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB).....	339
Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP).....	345
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).....	348
Comissão Permanente de Licitação (CPL)	363
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	371
ATOS NORMATIVOS – 2022	380
GLOSSÁRIO.....	399

APRESENTAÇÃO

Nesse sentido, e no exercício do seu mister constitucional, a Administração Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão apresenta o seu Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2022, onde destaca os esforços empreendidos pelos membros e pelos servidores para garantir que as demandas da sociedade maranhense fossem atendidas.

Ao longo do ano, diversas ações foram realizadas em prol da justiça e da transparência na nossa instituição. Um desses destaques foi a criação e instalação das Promotorias de Justiça Distritais da Cidadania na região metropolitana de São Luís, que se constitui numa ousada iniciativa de fortalecimento da relação entre o Ministério Público e a sociedade. Isso tudo, contando com a realização de audiências públicas, a elaboração de planos de atuação com o auxílio dos Centros de Apoio Operacional, as orientações da Corregedoria-Geral do MPMA, e o suporte da Secretaria de Assuntos Institucionais, da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Escola Superior do Ministério Público.

Foram realizados vários projetos voltados para a promoção da cidadania em nosso estado. O Volume II do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) foi lançado em novembro/2022, contendo o terceiro e quarto planos de atuação, voltados ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa e à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Destacamos ainda as tratativas para implementação do Laboratório de Inovação no âmbito do MPMA, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA) e o Governo do Estado, que visa propiciar à instituição soluções tecnológicas e inovadoras, disseminar práticas de governança, em todos os níveis, voltadas para resultados, em conformidade com o Projeto de Governança de Dados e Transformação Digital do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Noutra seara, ressaltamos a luta contra a corrupção, que sempre foi uma das prioridades do MPMA. Nesse sentido, várias operações foram coordenadas pela instituição, resultando em prisões e condenações de pessoas envolvidas em casos de desvios de recursos públicos.

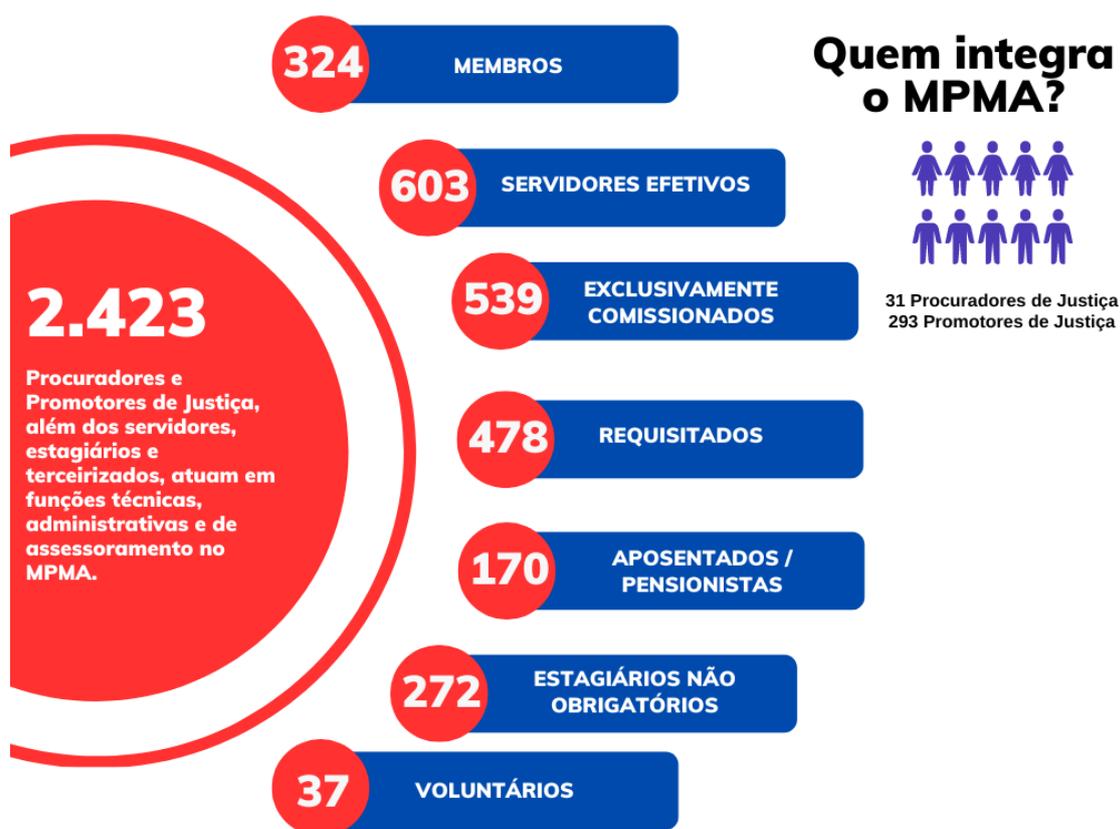
Este relatório traz o registro fiel das atividades do MPMA ao longo do ano de 2022 e serve como inspiração para que, aliados às demais instituições, possamos seguir na nossa jornada de busca de justiça e de igualdade para todos.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU
Procurador-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Auxiliares, conforme Ato Regulamentar nº 22/2020, publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020.

Figura 1 – Quantitativo de Pessoal no MPMA 2022



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

1. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

O Ministério Público compreende:

- I – Órgãos da Administração Superior;
- II – Órgãos da Administração;
- III – Órgãos Auxiliares.

1.1. São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

- I – Procuradoria Geral de Justiça, composta por:
 1. Chefia de Gabinete;

- 1.1. Coordenadoria de Comunicação;
 - 1.2. Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica;
 - 1.3. Seção de Imprensa;
 - 1.4. Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação;
 - 1.5. Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
 - 1.6. Seção de Segurança e Rede de Computadores;
 - 1.7. Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos;
 - 1.8. Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário;
 2. Assessoria Especial;
 - 2.1. Chefia;
 - 2.2. Assessoria Cível e Administrativa;
 - 2.3. Assessoria Criminal e da Probidade Administrativa;
 - 2.4. Assessoria de Controle de Constitucionalidade e Assuntos Institucionais;
 - 2.5. Seção de Cadastro, Distribuição e Controle de Processos;
 - 2.6. Seção de Arquivo e Estatística;
 3. Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris*;
 4. Assessoria de Controle Interno e Auditoria;
 5. Comissão Permanente de Licitação:
 - 5.1. Presidência;
 - 5.2. Pregoeiros;
 - 5.3. Comissão de Licitação;
 6. Gabinete de Segurança Institucional;
 7. Cerimonial;
 8. Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência;
 - 8.1. Coordenação;
 - 8.2. Seção de Apoio Administrativo;
 - 8.3. Seção de Operação;
 - 8.4. Seção de Análise e Inteligência;
 - 8.5. Seção de Segurança Institucional;
 - 8.6. Seção de Transporte e Logística;
 - 8.7. Seção de Operação de Inteligência;
 - 8.8. Seção de Análise de Inteligência;
 - 8.9. Seção de Segurança Institucional;
 - 8.10. Seção de Prevenção e Gerenciamento de Incidentes;
- II – Colégio de Procuradores de Justiça;
1. Secretaria do Colégio
- III – Conselho Superior do Ministério Público;
1. Secretaria do Conselho
- IV – Corregedoria Geral do Ministério Público.
1. Promotor Corregedor;
 2. Chefia de Gabinete;
 3. Seção de Estatística e Atualização de dados Cadastrais;
 4. Seção de Controle de Correções e Procedimentos Administrativos;
 5. Seção de Documentação, Arquivo e Informática;

1.2. São Órgãos da Administração do Ministério Público:

- I – Procuradorias de Justiça, compostas por;
 - 1. Chefia de Gabinete;
 - 2. Assessorias;
- II – Promotorias de Justiça, compostas por;
 - 1. Seção de Protocolo;
 - 2. Seção de Apoio Administrativo;
 - 3. Secretaria.

1.3. São Órgãos Auxiliares do Ministério Público:

- I – Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;
 - 1. Coordenadoria de Processos:
 - 1.1. Seção Cível;
 - 1.2. Seção Criminal;
 - 2. Assessoria
- II – Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;
 - 1. Assessoria
- III – Escola Superior do Ministério Público;
 - 1. Diretoria;
 - 2. Conselho Pedagógico;
 - 3. Colegiado do Programa de Pós-Graduação;
 - 4. Órgão de apoio administrativo;
 - 5. Assessoria Pedagógica;
 - 6. Núcleos Regionais;
- IV – Ouvidoria do Ministério Público;
 - 1. Gabinete do Ouvidor;
 - 2. Chefia de Secretaria;
 - 3. Assessoria Jurídica
- V – Centros de Apoio Operacional;
- VI – Assessoria Técnica;
 - 1. Chefia;
 - 2. Núcleos de Assessoria Técnica Regional – NATAR.
- VII – Comissão de Concurso;
- VIII - Grupamento Especial de Atuação Funcional;
 - 1. Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado –GAECO;
 - 2. Grupo Especializado da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção – GAEPROAD;
 - 3. Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça – NAPROM;
 - 4. Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA
 - 4.1. Coordenadoria;
 - 4.2. Coordenadoria-Adjunta;
 - 4.3. Secretaria;
 - 4.4. Seção de Expediente e Estatística;

4.5. Seção de Apoio Técnico

- IX – Grupamentos Especiais Colegiados;
 - 1. Comissão Permanente de Segurança Institucional;
 - 2. Comissão de Avaliação e Desempenho;
 - 3. Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho;
 - 4. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
 - 5. Comissão de Gestão Ambiental Sustentável;
 - 6. Comitê Gestor de Segurança;
 - 7. Comissão de Tecnologia da Informação (CTI);
- X – Grupamento de Aprendizagem Supervisionada;
 - 1. Serviço voluntário;
 - 2. Estágio obrigatório;
 - 3. Estágio não-obrigatório;
 - 4. Estágio de Pós-graduação;
 - 5. Estágio de ensino médio;
- XI – Órgãos de Apoio Administrativo;
 - a) DIRETORIA GERAL
 - 1. Gabinete do Diretor Geral;
 - 2. SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA;
 - 3. Assessoria Jurídica da Administração
 - 3.1. Chefia;
 - 4. Assessoria Técnica da Administração:
 - 4.1. Chefia;
 - 5. Coordenadoria de Folha de Pagamento;
 - 6. Coordenadoria de Administração:
 - 6.1. Seção de Materiais
 - 6.2. Seção de Patrimônio;
 - 6.3. Seção de Compras;
 - 7. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura:
 - 7.1. Seção de Orçamento e Planejamento de Obras;
 - 7.2. Seção de Fiscalização de Obras;
 - 7.3. Seção de Manutenção Predial;
 - 7.4. Seção de Avaliação e Perícia;
 - 8. Coordenadoria de Orçamento e Finanças:
 - 8.1 Seção de Controle Contábil;
 - 8.2 Seção de Execução Orçamentária;
 - 8.3 Seção de Controle Financeiro;
 - 9. Coordenadoria de Serviços Gerais:
 - 9.1 Seção de Manutenção de Serviços Gerais;
 - 9.2 Seção de Transporte;
 - 9.3 Seção de Análise de Custos;
 - 9.4 Seção de Atendimento Operacional;
 - 10. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
 - 10.1 Seção de Administração de Pessoal;
 - 10.2 Seção de Desenvolvimento de Pessoal;

10.3 Seção de Saúde Funcional.

b) SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

1. Assessoria de Gestão;

2. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca:

2.1 Seção de Pesquisa Jurídica;

2.2 Seção de Editoração e Publicação;

2.3 Seção de Protocolo;

2.4 Seção de Arquivo.

c) SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

1. Seção de Monitoramento e Avaliação;

2. Curadoria do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público;

3. Assessoria de Planejamento.

XII - Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais;

XIII - Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

2. ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS

- Defesa dos Direitos dos Cidadãos – tem como objetivo fiscalizar a conduta dos membros do Poder Executivo, cobrança destes a prestação dos serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, assistência às populações carentes, etc.);
- Defesa de Valores Essenciais à Vida – encarregado da defesa do meio-ambiente, saúde pública, direito à vida e combate aos que a ela se opõem (poluentes, traficantes, assaltantes, etc.);
- Defesa das Instituições Públicas – encarregada de processar, civil e administrativamente, os gestores públicos desidiosos ou todos aqueles que se opuseram ou prejudicaram a administração pública, incluídos os que lesaram o patrimônio público;
- Defesa dos Hipossuficientes – tutela os interesses dos não autossuficientes, atuando em defesa de interesses de menores (ações de guarda, tutela, curatela, alimentícias, investigação de paternidade), idosos, populações indígenas;
- Defesa de interesses Sociais e Individuais indisponíveis – todos os bens ou interesses pertencentes a uma só pessoa, ou grupo social definido (interesse coletivo), ou grupo social indefinido (interesse difuso), cujo interesse não esteja ao livre arbítrio da pessoa (ou seja, ela não pode desfazer-se ou desvincular-se daquele interesse), a exemplo dos direitos relativos à personalidade (nome, filiação).

Além das já citadas, pode-se ainda referir à atribuição do Ministério Público o exercício de outras funções que lhe sejam conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade:

- Vistoria de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;
- Manifestação em processos judiciais cuja presença seja obrigatória por lei, na condição de custos legis (fiscal da lei);
- Interposição de recursos das decisões judiciais nos diversos tribunais existentes, desde que a matéria seja da sua atribuição;

- Intervenção na condição de custos legis nas demandas penais de natureza privada (ação penal privada)
- Participação de todos os atos preparatórios e os propriamente ditos relativos à eleição e apuração de votos;
- Intervenção nas causas em que haja interesses de incapazes, e concernente ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Procuradoria Geral de Justiça (PGJ)

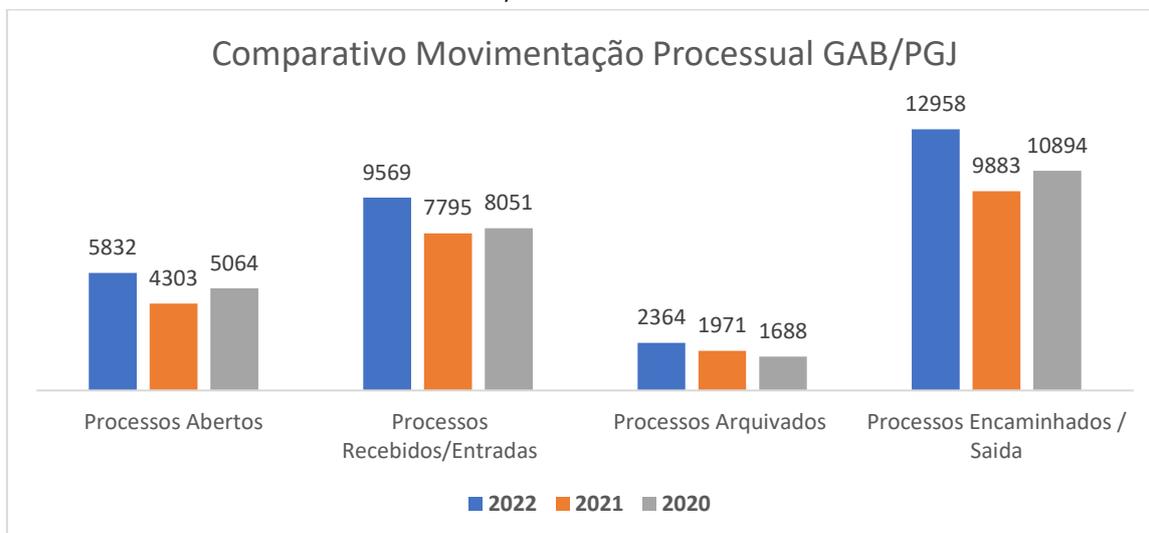
A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, eleito para o mandato/biênio 2022-2024, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

1. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Em 2022, contou com um quadro de apoio técnico composto de 17 (dezesete) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

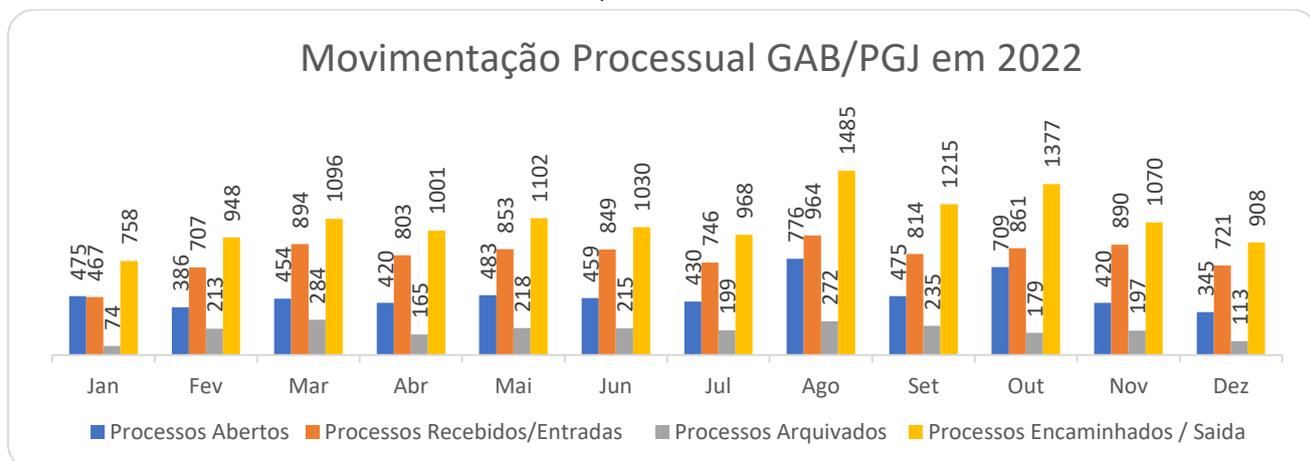
A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Gráfico 1 – Atividades administrativas do GAB/PGJ



Fonte: GAB/PGJ,2022.

Gráfico 2 – Atividades administrativas mensais do GAB/PGJ em 2021



Fonte: GAB/PGJ,2022.

Tabela 1 – Relatório Estatístico Anual de Documentos do GABPGJ

Documento	2022	2021	2020
Decisão	3.229	2.662	983
Decisão Administrativa	555	489	2.597
Despachos	263	68	29
Ofício	1.030	881	780
Ofício Circular	69	82	42
Memorando	27	140	257
Memorando Circular	-	82	2
Parecer	-	6	244
Processos do SIMP/ Entrada	111.711	71.829	3.839
Processos SIMP / Saídas	93.302	65.208	3.458
Total	210.186	141.447	12.231

Fonte: GAB/PGJ, 2022.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR)

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, exerce relevante papel no âmbito desta Instituição, seja manifestando-se em processos judiciais, com os ajuizamentos de ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, ou interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Suas atribuições também alcançam a representação do Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos e coordenar as Procuradorias Cíveis e Criminais, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008.

A Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos também representa o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos, o que tem sido feito, eventualmente e sempre que necessário. Atualmente é exercida pelo Procurador de Justiça Danilo José de Castro Ferreira.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

1. Representou a Instituição em **48 (quarenta e oito) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça**, sendo: 23 (vinte e três) Sessões Jurisdicionais e 25 (vinte) Sessões Administrativas;
2. **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos**, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino;
3. **Substituiu**, sempre que necessário e possível, os Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça;
4. **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em Eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado;
5. **Coordenou os serviços da Assessoria Especial e da Assessoria de Investigação do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição;
6. **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias e demais afastamentos legais**, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias; e
7. **Distribuiu** aos respectivos Procuradores de Justiça, os despachos/decisões e intimações encaminhadas pelo STJ e STF a esta Subprocuradoria Geral de Justiça.

No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram por esta Subprocuradoria Geral de Justiça, para análise e despacho, **632 processos judiciais de Segunda Instância**, consoante relatório extraído do SIMP, e **707 processos administrativos**, conforme consulta de movimentação realizada no DIGIDOC.

Quanto as melhorias implantadas por este setor, cumpre destacar:

1. As reuniões de alinhamento com os setores subordinados a esta Subprocuradoria Geral de Justiça, notadamente à Coordenação de Distribuições de Processos, favorecendo, assim, a comunicação e a proximidade com a administração;
2. A viabilização de um servidor de informática, junto à CMTI, para melhorar a conexão e resolver o problema de lentidão do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, na Coordenação de Distribuições de Processos;
3. A designação de um funcionário terceirizado para auxiliar nos trabalhos da Coordenação de Distribuições de Processos, tendo em vista o exponencial aumento da demanda;
4. A desobrigação da Coordenação de Distribuições de Processos de encaminhar as intimações de pauta do Tribunal de Justiça pelo SIMP, uma vez que estas já eram encaminhadas via e-mail institucional, evitando, assim, o retrabalho;
5. A implantação de novas planilhas de controle de férias, folgas, substituições e licenças dos Procuradores de Justiça, de forma a facilitar as atividades do setor e a desenvolver a gestão do conhecimento; e
6. A aquisição de dois estagiários voluntários para auxiliar nos trabalhos deste setor.

Tabela 2 – Representação Institucional nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça

<i>Participação</i>	2022	2021
Sessões Jurisdicionais	23	21
Sessões Administrativas	25	20
TOTAL	48	41

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2022.

Gráfico 3 – Representações perante o Pleno do TJMA



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2022.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM)

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é um órgão de deliberação ligado ao Procurador-Geral de Justiça, prestando auxílio no desempenho de suas funções decisórias, administrativas e legislativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no ATOREG –222020 (publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020), que dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, atuando na apreciação dos requerimentos administrativos dos servidores e dos membros desta Instituição, bem como na tomada das providências pertinentes em cada caso; sempre mantendo informada a Administração Superior acerca de suas decisões. Além disso, exerce o controle correccional dos atos praticados por servidores que possam ensejar a adoção de medidas disciplinares, com acento sobretudo nos artigos 234 a 373 da Lei 6.107/1994 (que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis Públicos do Estado) e, de forma subsidiária, nas disposições da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União).

Tem atuação destacada na análise dos mais diversos assuntos administrativos, podendo-se citar: concessões de adiantamentos e aprovação das respectivas prestações de contas; diárias e passagens aéreas; férias (concessões, interrupções, adiamentos, homologação de Escala de Férias anuais); progressões e promoções funcionais na carreira e adicionais de qualificação (AQ); licenças médicas definidas em lei e regulamentos próprios; demais afastamentos - como todas as licenças, incluindo licença prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento; designações de substituição de cargos comissionados e funções de confiança; abonos de permanência; adicionais pecuniários; pedidos de nomeações, exonerações, requisições e relotação de servidores; incorporação de tempo de serviço; concessões de gratificações e etc.

1 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. Concessões de adiantamento.

Disponibilizados a membros e servidores do Ministério Público para realizar despesas de **pronto pagamento e caráter sigiloso**, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64 (que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 20/2020-GPGJ, os suprimentos de fundos possibilitaram, durante o ano de 2022, o atendimento de demandas urgentes e inadiáveis das diversas unidades ministeriais, viabilizando a aquisição de produtos e contratação de serviços.

No ano de 2022, a Subprocuradoria analisou um total de **345** solicitações de adiantamentos, concedendo um total de **530.110,14** (quinhentos e trinta mil, cento e dez reais e quatorze centavos) de suprimento de fundos para membros e servidores.

Em razão da imprescindibilidade ao funcionamento das Promotorias de Justiça e outras unidades do Ministério Público, a Subprocuradoria acompanhou, ao longo de 2022, a aplicação

dos suprimentos de fundos autorizados, orientando os supridos acerca da utilização dos recursos, em consonância com as disposições que regulam a matéria, de modo a evitar prejuízos à Administração e o surgimento de pendências nas respectivas prestações de contas, com o desiderato de, sempre, atender ao interesse público.

1.2. Concessões de diárias e passagens aéreas.

Concedidas a servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares. Neste último caso, cumpre ressaltar, dando continuidade à política de valorização de nossos quadros, realizamos a aplicação de considerável montante destinado à capacitação de membros e servidores.

1.3. Análise de outros pedidos administrativos.

Entre os mais diversos pleitos administrativos analisados, importa registrar que ao longo de 2022 analisou-se e deferiu-se um total de **245** progressões/promoções; tendo havido ademais, a concessão de adicional de qualificação a 10 (dez) servidores.

No que toca à Política Local de Gestão de Pessoas, esta Subprocuradoria Geral de Justiça apoiou a continuidade do Programa do Teletrabalho, tendo sido deferido em 2022, cerca de **109** pedidos, nas modalidades mista e integral.

Na questão disciplinar, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, cujas decisões foram lastreadas nos princípios norteadores da Administração Pública, sempre respeitados contraditório e ampla defesa. Neste particular, dos processos que se findaram em 2022, houve a autuação de **02** (sindicância), das quais restaram uma sanção disciplinar de advertência e um arquivamento. Do mesmo modo, ocorreu a instauração de 02 (dois) PAD's, sendo que, em um, foi aplicada a pena de suspensão, e o outro foi encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para fins de análise pela Assessoria Especial.

Quanto ao controle de frequência, esta Subprocuradoria realizou o devido acompanhamento da assiduidade dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar N° 20/2019-GPGJ, exercendo o seu papel fiscalizador, sempre com vistas ao correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Ademais, foram atendidas demandas diversificadas, tais como a realização de nove concursos de remoção interna para servidores efetivos, os quais contemplaram um total de 19 funcionários, com o fito de preencher as vagas decorrentes das constantes movimentações horizontais; assim como a autorizou-se a convocação de um total de **314** estagiários não obrigatório, sendo **161 de graduação e 153 de pós-graduação**, os quais representam grande contribuição ao desempenho das tarefas das mais diversas unidades – Administrativas ou de Execução – do MPMA. Contamos hoje com um quadro geral de **393 estagiários**.

Destaque-se ainda, que foram colocados à disposição desta Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às Promotorias de Justiça e outras unidades deste Ministério Público, 39 servidores municipais/estaduais cedidos, a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação dos respectivos quadros de pessoal.

Para tal mister, foram firmados/renovados mais 22 (vinte e dois) Termos de Convênios, contemplando o Tribunal Regional do Trabalho e as seguintes Prefeituras Municipais: Balsas, Cantanhede, Lago da Pedra, Porto Franco, Timon, Tuntum, Vitória do Mearim, Cajapió, Cajari, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Luiz Rocha, Grajaú, Imperatriz, Joselândia, Olho D'água das Cunhãs, Penalva, Peritoró, São Bernardo, São José de Ribamar, Timon e Maracaçumé.

Quanto aos terceirizados, importa registrar que se providenciou a contratação de mais de 73 (setenta e três) pessoas para ocupar cargo de auxiliar de apoio administrativo, objetivando a disponibilização de maior apoio ao serviço das unidades administrativas desta PGJ.

Ainda em referência ao quadro funcional, registre-se que, no âmbito da Subprocuradoria, ocorreu reunião, da qual participou o Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, o Coordenador de Serviços Gerias, a Coordenadora de Gestão de Pessoas, e o Diretor-Geral, em que se tratou sobre a substituição de policiais militares da reserva por vigilância privada, bem como acerca da adoção de medidas que levem à redução de despesas com servidores à disposição desta Procuradoria Geral de Justiça, objetivando a análise da possibilidade de realização de novo concurso público para o preenchimento das vagas já existentes para Analistas e Técnicos Ministeriais.

No que toca à implantação do e-Social, as providências, a cargo das diversas coordenadorias, estão sob constante supervisão desta unidade ministerial. Da mesma forma, em relação a adequação dos atos da instituição ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) - Ato Regulamentar nº 36/2022-GPGJ, e do Código de Ética dos Servidores do Ministério Público, após a elaboração de estudo e a realização de diversas reuniões, com participação efetiva desta Subprocuradoria.

Importante, ainda, destacar o apoio dado aos trabalhos realizados pela Comissão de Gestão Ambiental, fundamental na viabilização de ações que objetivam uma maior conscientização na questão ambiental, por parte de membros e servidores, com adoção de práticas mais sustentáveis. Assim, vale frisar a participação na inauguração do viveiro e de reunião que contou com a presença do supervisor de Relações Governamentais e Sustentabilidade da Alumar, que apresentou as atividades desenvolvidas pela empresa na área em questão; bem como a distribuição de dezenas de mudas de árvores nativas no parque Rangedor, contribuindo para arborização desta Capital.

Também, registre-se a participação no XXIV Congresso Nacional do MP, bem como no Estágio de Capacitação em Inteligência, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Centro de Inteligência do Exército Brasileiro, por meio da Escola de Inteligência Militar do Exército (Esimex); além de realização de visita institucional à Promotoria de Justiça de Santa Rita e à Promotoria de Justiça de São Bento/MA, onde representou o Procurador-Geral de Justiça em evento sobre a Conscientização e Medidas de Enfrentamento à violência contra Mulher.

Assim, ao longo de 2022, a Subprocuradoria Gral de Justiça desenvolveu a contento e com efetividade todas as atribuições conferidas ao setor, tendo movimentado um total de **11.843** (onze mil, oitocentos e quarenta e três) processos administrativos.

Destaque-se, finalmente, o empenho e dedicação dos servidores lotados nesta unidade ministerial, que vem desempenhando com presteza e eficiência as respectivas atribuições, contribuindo decisivamente para o crescimento e valorização do setor, conforme demonstra o presente relatório.

Tabela 3 – Produtividade da SUBADM

Atividades	2022	2021
<i>Processos administrativos movimentados</i>	11.843	10.341
<i>Documentos Administrativos produzidos</i>	8.365	5.831
<i>Processo de caráter disciplinar instaurados</i>	2	1
<i>Punições aplicadas</i>	2	1
<i>Progressões Funcionais</i>	220	273
<i>Promoções</i>	25	57
<i>Adicionais de Qualificação</i>	10	65
<i>Termo de Convênios Assinados</i>	22	7
<i>Homologação de Estágio Probatório</i>	0	49
<i>Adiantamentos concedidos</i>	R\$ 530.110,14	R\$ 341.975,45

Fonte: SUBADM/PGJ, 2022.

Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público composto por todos os 31 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Suas atribuições estão previstas no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 13/91, no artigo 10 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 01/1984-CPMP).

Ao Colégio de Procuradores de Justiça, cabe velar, sobretudo, pelas diretrizes institucionais e rever, em grau de recurso, os atos dos demais órgãos da Administração Superior ou órgãos disciplinares do Ministério Público. Suas decisões "serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes".

Atualmente, compõem o Colégio de Procuradores os seguintes membros:

Ana Lídia de Mello e Silva Moraes,
Carlos Jorge Avelar Silva,
Clodenilza Ribeiro Ferreira,
Domingas de Jesus Froz Gomes,
Eduardo Daniel Pereira Filho,
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau,
Flávia Tereza de Viveiros Vieira,
Francisco das Chagas Barros de Sousa,
Iraci Martins Figueiredo Aguiar,
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato,
José Antônio Oliveira Bents,
José Henrique Marques Moreira,
Krishnamurti Lopes Mendes França,
Lígia Maria da Silva Cavalcanti,
Lize de Maria Brandão de Sá Costa,
Marco Antônio Anchieta Guerreiro,

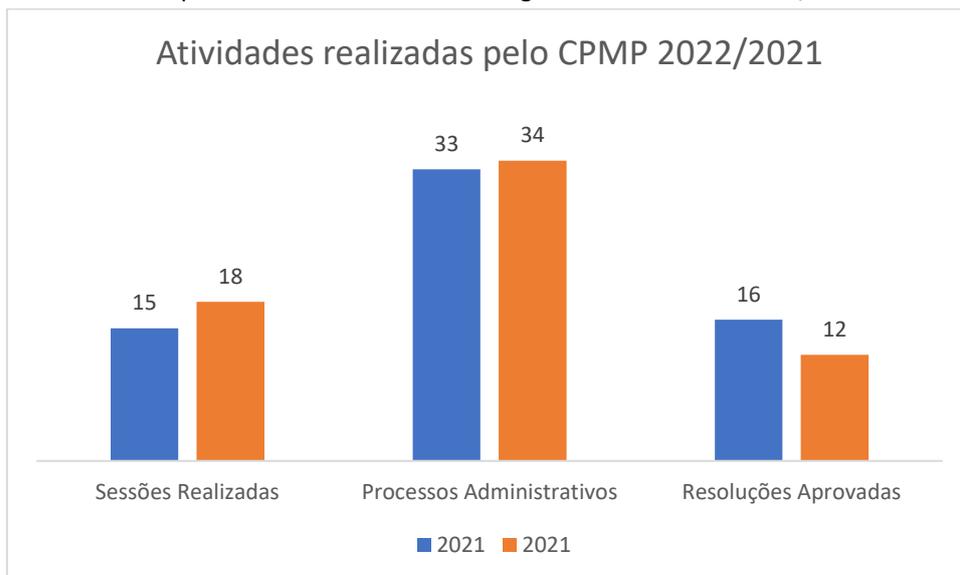
Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro,
Maria dos Remédios Figueiredo Serra,
Maria Luíza Ribeiro Martins,
Mariléa Campos dos Santos Costa,
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro,
Raimundo Nonato de Carvalho Filho,
Regina Lúcia de Almeida Rocha,
Regina Maria da Costa Leite,
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira,
Sâmara Ascar Sauaia,
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf,
Selene Coelho de Lacerda,
Teodoro Peres Neto,
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim,
Themis Maria Pacheco de Carvalho.

Tabela 4 – Atividades realizadas pelo CPMP

<i>Atividades</i>	2021	2021
<i>Sessões Realizadas</i>	15	18
<i>Processos Administrativos</i>	33	34
<i>Resoluções Aprovadas</i>	16	12

Fonte: CPMP/PJ, 2022.

Gráfico 4 – Comparativo das atividades do Colégio de Procuradores 2022/2021



Fonte: CPMP/PGJ, 2022.

Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

No biênio 2020-2022, integram o Conselho como membros titulares, os procuradores de justiça: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Procurador-Geral de Justiça e Presidente do CSM); Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro (atual secretária), Themis Maria Pacheco de Carvalho, Mariléa Campos dos Santos Costa, Regina Maria da Costa Leite, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, Lize de Maria Brandão de Sá Costa e suplentes Francisco das Chagas Barros de Sousa, Domingas de Jesus Fróz Gomes, Carlos Jorge Avelar Silva, Marco Antônio Anchieta Guerreiro.

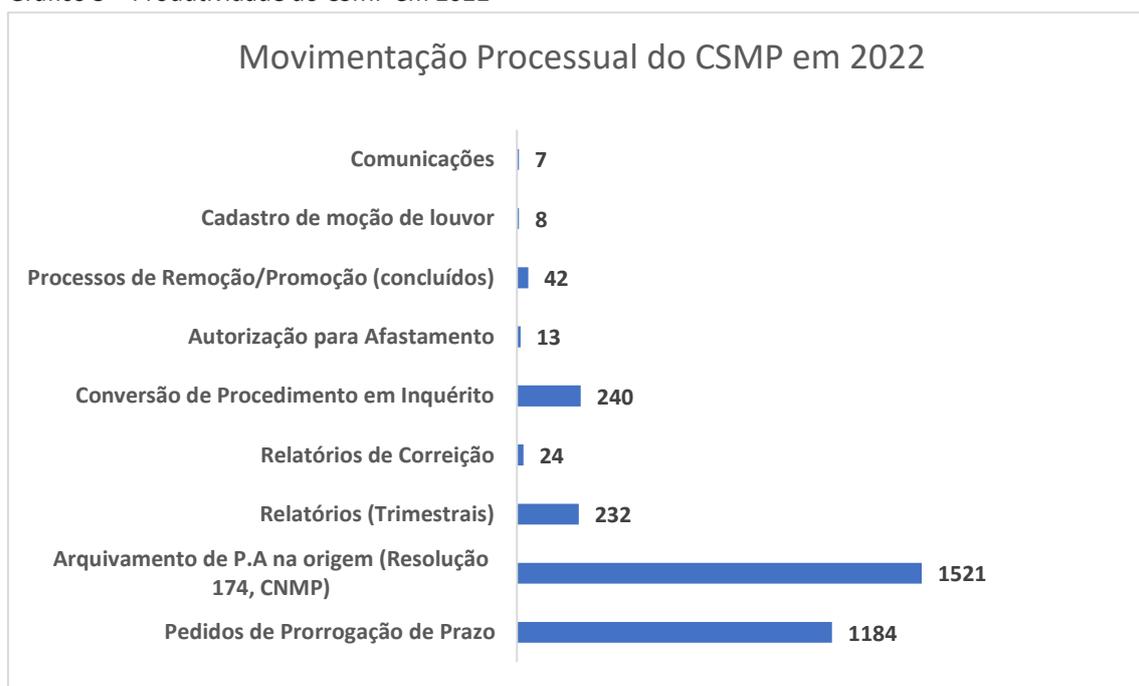
Em 2022, nas **19 sessões do CSMP**, foram apreciados **4.213 processos (Digidoc e Simp)**, em **média 351 por sessão**. Ainda durante o ano de 2022, foram aprovadas **3 (três) Resoluções**:

- Resolução nº 13/2022: Aprovou o Enunciado 24 e 25/2022-CSMP;
- Resolução nº 14/2022: Disciplinou a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor da Escola Superior do Ministério Público – biênio 2022-2024;
- Resolução nº 15/2022: Aprovou a revisão dos enunciados do Conselho Superior (art. 100, RICSMP).

1. Resumo Estatístico das Sessões – Ano 2022

1.1. Processos do Sistema DIGIDOC

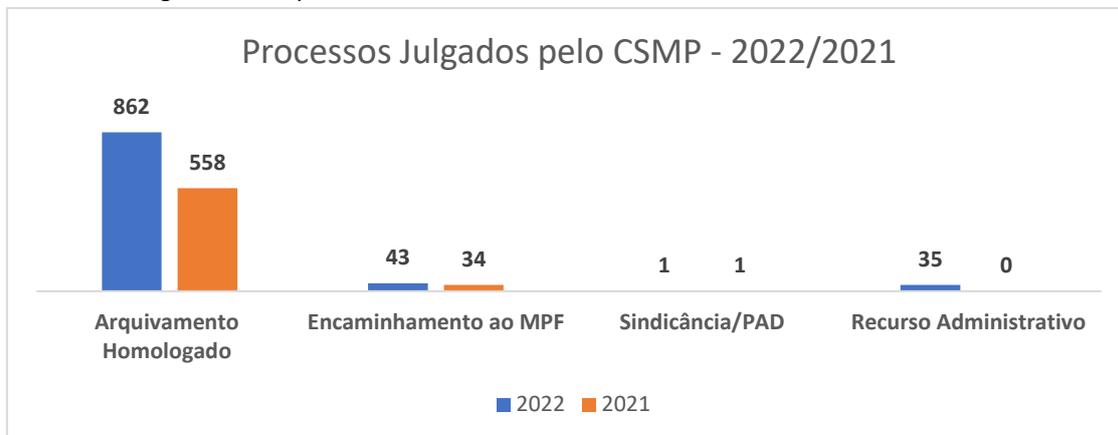
Gráfico 5 – Produtividade do CSMP em 2022



Fonte: CSMP/PJ, 2022.

1.2. Processos Julgados

Gráfico 6 – Julgamento de processos nas sessões do CSMP em 2022



Fonte: CSMP/PGJ, 2022.

1.3. Distribuição processual

Tabela 5 - Julgamento Processual por Conselheiros e Sessão

1ª Sessão Ordinária: 14/01/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	23	3	2	28
Themis Maria Pacheco de Carvalho	7	0	0	7
Regina Maria da Costa Leite	0	0	0	0
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	0	0	0	0
Mariléa Campos dos Santos Costa	22	0	2	24
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	10	1	0	11
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	10	0	1	11
2ª Sessão Ordinária: 21/01/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	0	0	0	0
Themis Maria Pacheco de Carvalho	1	0	0	1
Regina Maria da Costa Leite	11	0	0	11
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	11	1	0	12
Mariléa Campos dos Santos Costa	0	0	0	0
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	6	0	0	6
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	4	0	1	5
3ª Sessão Ordinária: 11/02/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	2	0	0	2
Themis Maria Pacheco de Carvalho	5	0	0	5
Regina Maria da Costa Leite	9	2	2	13
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	18	1	1	20
Mariléa Campos dos Santos Costa	3	0	0	3
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	6	0	0	6

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Lize de Maria Brandão de Sá Costa	13	1	1	15
4ª Sessão Ordinária: 25/02/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	3	1	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	3	0	0	3
Regina Maria da Costa Leite	0	0	0	0
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	3	0	0	3
Mariléa Campos dos Santos Costa	5	1	0	6
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	0	0	0	0
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	0	0	0	0
5ª Sessão Ordinária: 11/03/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	4	0	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	6	0	0	6
Regina Maria da Costa Leite	5	0	0	5
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	5	0	1	6
Mariléa Campos dos Santos Costa	5	0	0	5
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	4	2	1	7
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	6	0	0	6
6ª Sessão Ordinária: 18/03/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	1	1	0	2
Themis Maria Pacheco de Carvalho	4	0	0	4
Regina Maria da Costa Leite	9	2	0	11
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	3	0	0	3
Mariléa Campos dos Santos Costa	3	0	0	3
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	2	0	0	2
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	5	0	0	5
7ª Sessão Ordinária: 01/04/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	4	0	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	4	0	0	4
Regina Maria da Costa Leite	3	0	0	3
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	6	0	0	6
Mariléa Campos dos Santos Costa	7	0	0	7
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	4	0	0	4
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	5	0	0	5
8ª Sessão Ordinária: 29/04/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	11	0	0	11
Themis Maria Pacheco de Carvalho	7	2	0	9
Regina Maria da Costa Leite	5	2	0	7
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	9	0	0	9
Mariléa Campos dos Santos Costa	15	0	0	15
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	0	0	0	0

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Lize de Maria Brandão de Sá Costa	14	0	0	14
9ª Sessão Ordinária: 20/05/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	13	0	1	14
Themis Maria Pacheco de Carvalho	11	0	0	11
Regina Maria da Costa Leite	10	0	0	10
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	10	0	0	10
Mariléa Campos dos Santos Costa	13	1	0	14
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	16	0	1	17
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	15	1	0	16
10ª Sessão Ordinária: 03/06/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	8	0	0	8
Themis Maria Pacheco de Carvalho	3	0	1	4
Regina Maria da Costa Leite	8	0	2	10
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	3	0	0	3
Mariléa Campos dos Santos Costa	11	0	1	12
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	8	0	0	8
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	15	0	0	15
11ª Sessão Ordinária: 17/06/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	7	1	0	8
Themis Maria Pacheco de Carvalho	7	0	0	7
Regina Maria da Costa Leite	8	1	1	10
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	8	0	0	8
Mariléa Campos dos Santos Costa	1	0	0	1
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	7	1	0	8
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	8	0	0	8
1ª Sessão Extraordinária: 04/07/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	9	0	0	9
Themis Maria Pacheco de Carvalho	10	0	0	10
Regina Maria da Costa Leite	0	0	0	0
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	3	0	1	4
Mariléa Campos dos Santos Costa	5	0	1	6
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	6	0	1	7
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	2	0	1	3
12ª Sessão Ordinária: 29/07/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	8	0	3	11
Themis Maria Pacheco de Carvalho	25	2	1	28
Regina Maria da Costa Leite	9	0	0	9
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	4	0	1	5
Mariléa Campos dos Santos Costa	10	0	3	13
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	26	1	2	29

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Lize de Maria Brandão de Sá Costa	4	0	0	4
13ª Sessão Ordinária: 05/08/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	4	0	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	0	0	0	0
Regina Maria da Costa Leite	7	0	0	7
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	2	0	0	2
Mariléa Campos dos Santos Costa	3	0	0	3
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	0	0	0	0
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	0	0	0	0
14ª Sessão Ordinária: 19/08/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	4	0	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	1	1	0	2
Regina Maria da Costa Leite	6	0	1	7
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	2	0	0	2
Mariléa Campos dos Santos Costa	7	0	0	7
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	3	0	0	3
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	10	0	0	10
15ª Sessão Ordinária: 02/09/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	7	0	1	8
Themis Maria Pacheco de Carvalho	4	0	1	5
Regina Maria da Costa Leite	9	0	0	9
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	6	1	0	7
Mariléa Campos dos Santos Costa	3	0	0	3
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	7	0	0	7
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	8	2	2	12
16ª Sessão Ordinária: 07/10/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	6	0	0	6
Themis Maria Pacheco de Carvalho	5	0	0	5
Regina Maria da Costa Leite	0	0	0	0
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	9	1	0	10
Mariléa Campos dos Santos Costa	7	0	1	8
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	8	0	0	8
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	4	0	1	5
2ª Sessão Extraordinária: 27/10/2022				
Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	5	0	0	5
Themis Maria Pacheco de Carvalho	5	1	0	6
Regina Maria da Costa Leite	6	0	0	6
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	12	0	0	12
Mariléa Campos dos Santos Costa	11	0	1	12
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	6	0	0	6

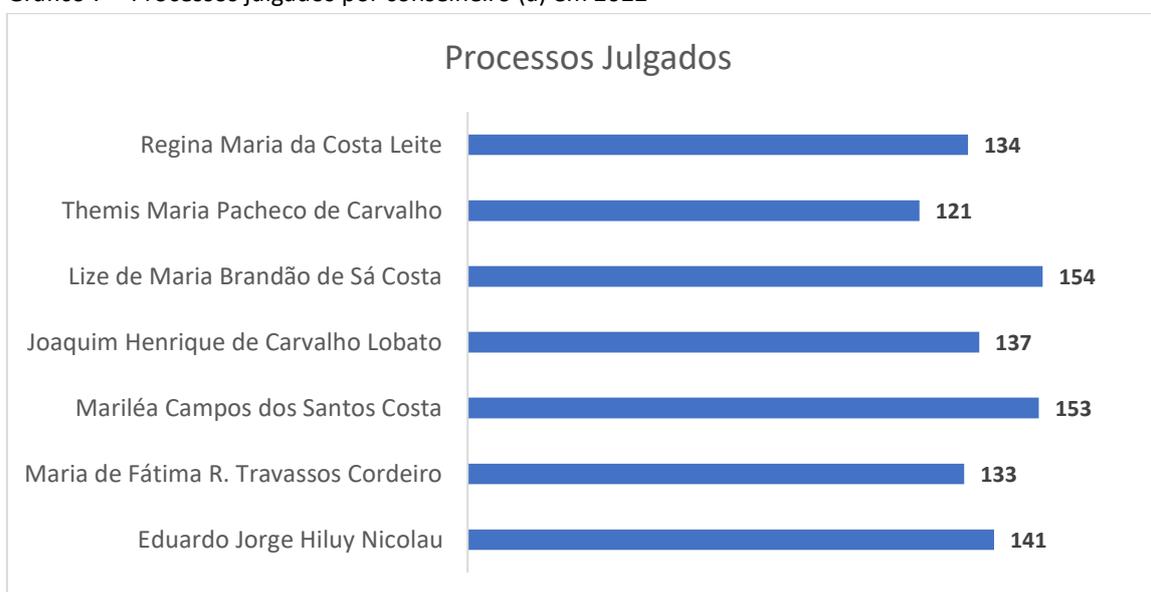
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	8	0	0	8
-----------------------------------	---	---	---	---

17ª Sessão Ordinária: 19/11/2022

Conselheiros	Arq. Hom.	Recurso	MPF	Total
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	4	0	0	4
Themis Maria Pacheco de Carvalho	4	0	0	4
Regina Maria da Costa Leite	11	0	0	11
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	6	0	0	6
Mariléa Campos dos Santos Costa	1	0	1	2
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	4	0	0	4
Lize de Maria Brandão de Sá Costa	5	1	1	7

Fonte: CSMP/PGJ, 2022.

Gráfico 7 – Processos julgados por conselheiro (a) em 2022



Fonte: CSMP/PGJ, 2022.

Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)

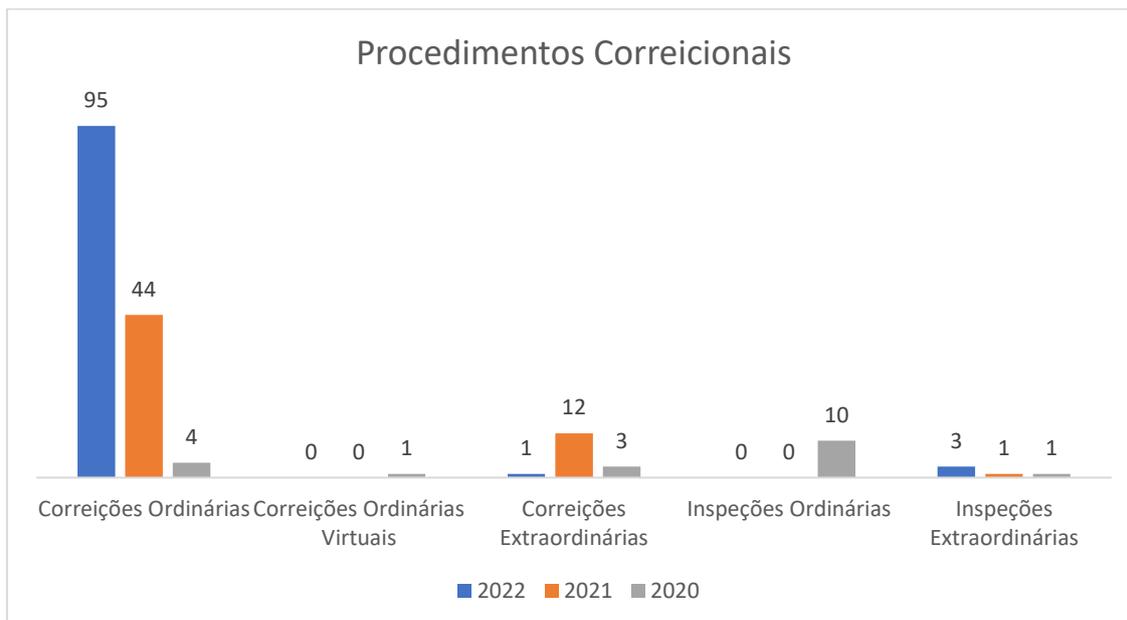
A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 6 – Atividades administrativas da Corregedoria

ATIVIDADES	2022	2021
<i>Correições Ordinárias</i>	95	44
<i>Correições Extraordinárias</i>	1	12
<i>Inspeções Ordinárias</i>	0	0
<i>Inspeções Extraordinárias</i>	3	1
<i>Sindicância instaurada/em tramitação</i>	2	1
<i>Procedimento Preliminar</i>	8	10
<i>Notificações</i>	17	2
<i>Vitaliciamentos</i>	0	0
<i>Estágio Probatório</i>	1	1
<i>Exercício de Magistério</i>	18	29
<i>Pareceres</i>	1740	1715
<i>Despachos</i>	314	195
<i>Ofícios</i>	1401	450
<i>Ofícios Circulares</i>	29	25
<i>Provimentos</i>	0	1
<i>Recomendações</i>	2	4
<i>Portarias</i>	71	30
<i>Memorandos</i>	0	198
<i>Relatórios</i>	80	24
<i>Editais</i>	4	3
<i>Comunicado</i>	3	1
<i>Certidões</i>	104	-
<i>Decisões</i>	67	23
<i>Designações para Júri</i>	49	47
<i>Designações para Substituições</i>	933	919
<i>Participações em Sessões do Conselho Superior</i>	16	20
<i>Participações em Sessões do Colégio de Procuradores</i>	11	10

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 8 – Quantidade de Procedimentos Correicionais da CGMP entre 2020 a 2022



Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Quadro 1 – Reuniões com a participação da Corregedora-Geral

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL (REUNIÃO PRESENCIAL DE AUTORIDADES)	FINALIDADE
29.07.2022	Reunião com o Procurador-Geral do Ministério Público, o promotor de justiça que responde pela comarca de Timbiras, Dr. Carlos Augusto Soares e o delegado-geral do estado, Jair Lima de Paiva.	Discutir a situação da delegacia de Polícia do município de Timbiras.
27.10.2022	Participaram da reunião a corregedora-geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho; a chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do MPMA, Alessandra Darub; o corregedor-geral de Justiça, José de Ribamar Fróz Sobrinho; o corregedor da Polícia Militar, Kelson Rogério da Costa e do corregedor da Polícia Civil, Saulo de Tarso Ewerton. Também participaram o promotor de justiça Cláudio Guimarães e os juízes José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior e Ticiane Gedeon Palácio.	Discutir a realização do mutirão de inquéritos. Outra pauta do encontro foi a habilitação dos casamentos com manifestação do Ministério Público nos processos, conforme prevê o Código Civil.
05.12.2022	Participaram da reunião o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a Corregedora-Geral do MPMA, Themis Maria Pacheco de Carvalho; a chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do MPMA, Alessandra Darub; O Promotor de justiça Cláudio Guimarães e o Promotor de José Cláudio Cabral, o Secretário de Estado de Segurança Pública Coronel QOPM Sílvio Carlos Leite Mesquita.	Discutir uma forma de separar os registros de ocorrência virtuais que tratam da preservação de direitos dos registros de ocorrência de crimes. Objetiva-se também a designação de servidores da polícia civil para trabalharem nos grupos do mutirão que está sendo realizado nas delegacias.

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Quadro 2 – Reuniões de trabalho da Corregedora-Geral com Membros

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL	FINALIDADE
13.01.2022	Reunião ordinária de trabalho com os membros do Ministério Público, de forma virtual. O encontro foi direcionado a todos os membros da instituição.	Para tratar sobre temas referentes às metas de trabalho para o ano de 2022.
21.06.2022	Reunião com os promotores de justiça que atuam na Comarca de Codó.	Ouvir os membros do MPMA, conhecendo a realidade local, além de participar diretamente das correições.
22.06.2022	Reunião com o prefeito de Codó, José Francisco Lima Neres e o promotor de justiça Carlos Augusto Soares, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Codó.	Na ocasião, foram discutidas ações de interesse do município e do MP, como a implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, urbanismo e segurança pública.
08.06.2022	A corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Themis Maria Pacheco de Carvalho, participou de audiência pública nesta quarta, 8, na Câmara de Vereadores de Riachão.	Na oportunidade, a corregedora-geral ouviu as autoridades e respondeu a perguntas da população.
21.11.2022	Reunião ordinária de trabalho com os membros do Ministério Público, de forma virtual. O encontro foi direcionado a todos aos promotores da infância.	Tratar sobre temas referentes às resoluções do CNMP sobre a infância e juventude.
22.11.2022	Reunião ordinária virtual de trabalho com os membros do Ministério Público e servidores do Ministério Público.	Tratar sobre as correições virtuais realizadas através do SIMP e cadastramento de processos e procedimentos no sistema.

Fonte: CGMP/PJ, 2022.

Quadro 3 – Visitas Institucionais

DATA	VISITA INSTITUCIONAL
08.03.2022	Visita de cortesia do juiz Marcelo Oka e da servidora Ana Larissa. A reunião teve como pauta a parceria do MPMA no projeto Conciliação Itinerante – A Justiça, desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos do Tribunal de Justiça, que tem à frente o desembargador João Gonçalo.
21.06.2022	Visita de cortesia à Promotoria de Coroatá.
22.06.2022	Visita de cortesia à Câmara de Vereadores do município de Codó.
20.07.2022	Visita de cortesia às Promotorias de Justiça de São Luís.
25.07.2022	Visita de cortesia às Promotorias de Justiça de São José de Ribamar e Paço do Lumiar.
02.09.2022	Participação da visita de cortesia do conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Júnior, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ao Ministério Público do Maranhão.
21.10.2022	Visita de cortesia às instalações da fábrica do Consórcio Alumar, em São Luís.

Fonte: CGMP/PJ, 2022.

Quadro 4 – Participação em Congressos, Seminários, Solenidades, Sessões

DATA	EVENTO
29.05.2022	Participação da solenidade de posse do desembargador Paulo Velten na função de presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e da nova mesa diretora do órgão, do desembargador Ricardo Duailibe (1º vice-presidente), Marcelino Everton (2º vice-presidente) e Froz Sobrinho (corregedor-geral da Justiça).
03.05.2022	Solenidade de instalação das Promotorias Distritais.
27.06.2022	Participação, em Brasília, da solenidade de lançamento do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas. Iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que busca desenvolver ações coordenadas em busca da promoção integral e de promoção de direito e de apoio às vítimas.
01.07.2022	Posse solene de recondução ao cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Maranhão.
04.07.2022	Participação na posse do procurador de justiça Danilo José de Castro Ferreira 04.07.2022.
05.07.2022	Participação na solenidade de posse da promotora de justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira como diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão para o biênio 2022-2024.
05.07.2022	Participação da solenidade de posse do procurador de justiça Danilo José de Castro Ferreira na função de subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos e do promotor de justiça Pedro Lino Silva Curvelo como chefe da Assessoria Especial de Investigação.
08.07.2022	Participação na sessão solene alusiva aos 40 anos do Ministério Público de Rondônia.
15.07.2022	Participação na solenidade de posse do Procurador de Justiça Danilo José de Castro Ferreira.
15.08.2022	Participação no Seminário Fortalecendo a Advocacia Pública Municipal, voltado para agentes públicos municipais dos poderes Legislativo e Executivo.
16.08.2022	Participação na solenidade de posse do ministro Alexandre de Moraes no TSE.
22.09.2022	Participação no Encontro temático no MPMA debate boas práticas nos Acordos de Não Persecução Penal.
23.09.2022	Participação no Seminário Luso-brasileiro de Direitos das Vítimas, destinado a membros e servidores do MP brasileiro, além do público em geral.
31.10.2022	Solenidade de posse dos promotores de justiça Karina Freitas Chaves, Nahyma Ribeiro Abas e Paulo José Miranda Goulart.
31.10.2022	Participação da homenagem aos servidores públicos do Ministério Público do Maranhão.
03.11.2022	Solenidade de instalação da Ouvidoria da Mulher do Judiciário.
03.11.2022	Solenidade de posse do diretor das promotorias de São Luís.
07.11.2022	Abertura do Estágio de Capacitação em Inteligência para membros do Ministério Público.
14.12.2022	Participação da programação especial em alusão ao Dia Nacional do Ministério Público.
15.12.2022	Participação na solenidade de abertura do 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.
16.12.2022	Participação na solenidade de encerramento do 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Quadro 5 – Participação em reuniões de Corregedores-Gerais

DATA	REUNIÃO
20.04.2022	Participação do 1º Encontro Temático da Corregedoria Nacional do Ministério Público, com tema Inovações Estratégicas.
19 e 20/05/2022	Participação da 126ª reunião do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), em São Paulo.
24.06.2022	Participou, de forma virtual, do II Encontro Temático da Corregedoria Nacional do Ministério Público. Foram discutidos temas como formas de integração entre os procuradores-gerais de justiça e os corregedores-gerais, nova metodologia correicional da Corregedoria Nacional, novo marco legal do saneamento básico e também foi apresentado o projeto Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas.
27.06.2022	Participação em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU).
07.07.2022	127ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União em Rondônia.
11 e 12.08.2022	Participação na 128ª Reunião (sessão extraordinária) do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), em Gramado, no Rio Grande do Sul.
16.09.2022	III Encontro Temático da Corregedoria Nacional do MP, realizado no Rio de Janeiro. Na pauta do encontro constou: a avaliação qualitativa da atuação do Ministério Público e a apresentação da nova temática correicional da Corregedoria Nacional.
01 e 02.12.2022	130ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União em Belo Horizonte.

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Quadro 6 – Participação em Sessões do CNMP

DATA	SESSÃO
23.08.2022	12ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada em Brasília.
25.10.2022	16ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

1. Proposições

- A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão apresentou a proposta de Resolução de condição especial de trabalho para promotores de justiça;
- Recomendação 01/2022;
- Recomendação 02/2022;
- Pedido à Escola Superior do Ministério Público de organização e realização de ciclo de palestras voltadas à capacitação de membros e servidores visando promoção de direito e de apoio às vítimas, em face da adesão da Corregedoria-Geral ao Movimento Nacional em Defesa das Vítimas.

2. Outras iniciativas da Corregedoria Geral

- CORREIÇÃO VIRTUAL – SIMP;
- 1ª AVALIAÇÃO – maio e junho;
- 2ª AVALIAÇÃO – agosto/setembro/outubro.

Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

1. DADOS ESTATÍSTICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL

Tabela 7 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Criminal¹

PROCURADORIA DE JUSTIÇA	Rec.	Dev.	HC	Ap. Crim.	R. S. Est.	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Outros
1ª Procuradoria Criminal	1843	2436	517	982	128	0	0	216
2ª Procuradoria Criminal	1407	2013	385	691	124	0	0	207
3ª Procuradoria Criminal	1314	1903	359	628	119	2	0	206
4ª Procuradoria Criminal	1863	2584	491	1014	134	0	0	224
5ª Procuradoria Criminal	1280	1844	404	575	115	3	0	183
6ª Procuradoria Criminal	2082	2835	493	1153	163	2	2	269
7ª Procuradoria Criminal	1258	1981	399	580	110	2	0	166
8ª Procuradoria Criminal	2175	3096	605	1214	135	0	0	221
9ª Procuradoria Criminal	1284	1711	345	674	77	1	0	187
10ª Procuradoria Criminal	1266	1663	331	690	78	1	0	166
11ª Procuradoria Criminal	123	313	33	60	10	0	0	20
12ª Procuradoria Criminal	1	122	0	0	1	0	0	0
Assessoria Especial – PGJ	50	3	0	0	0	0	0	50

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

¹ Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2022.

Gráfico 9 – Produtividade das Procuradorias de Justiça Criminais em 2022



Fonte: SIMP/CGMP/PJG, 2022.

2. DADOS ESTATÍSTICOS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL

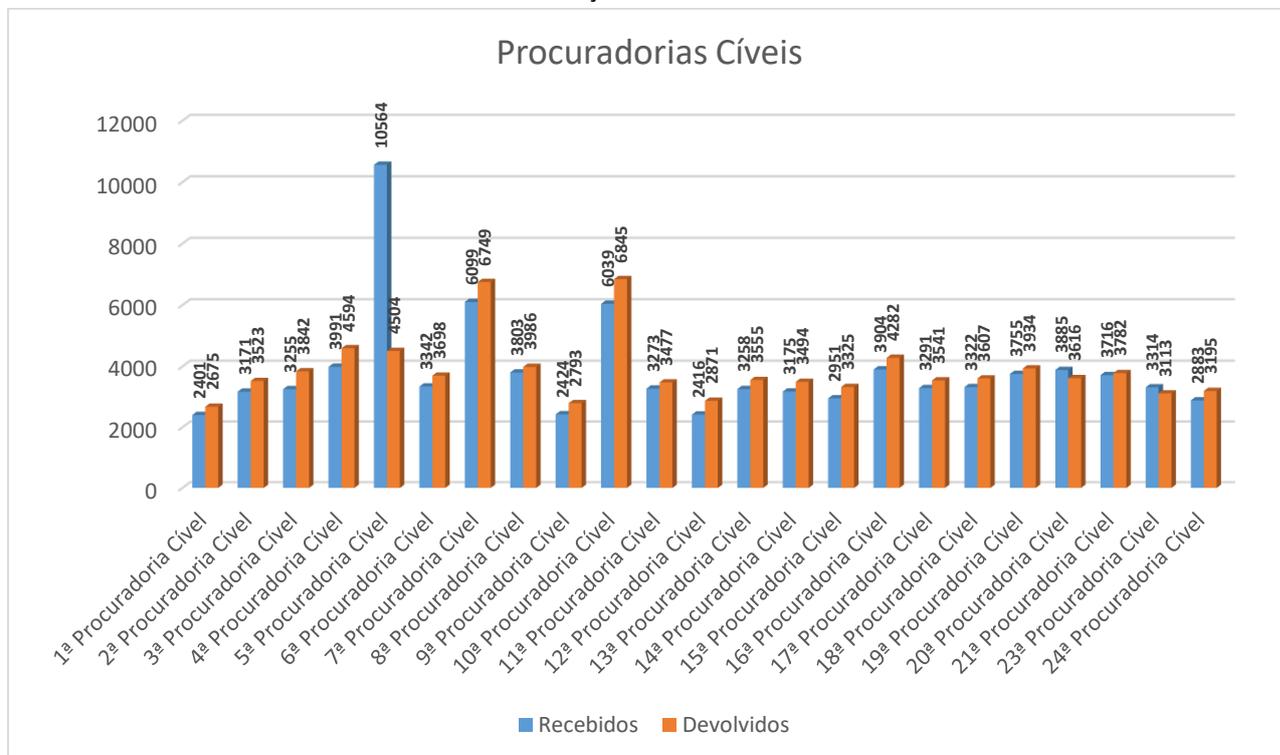
Tabela 8 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Cível

PROCURADORIA DE JUSTIÇA	Rec.	Dev.	M. seg.	Ag. Inst.	Ap. Civ.	Rem. Neces.	A. Resc.	Rec. Esp.	Outros
1ª Procuradoria Cível	2401	2675	24	452	1707	75	13	6	117
2ª Procuradoria Cível	3171	3523	22	475	2444	65	18	5	139
3ª Procuradoria Cível	3255	3842	19	472	2575	51	14	6	116
4ª Procuradoria Cível	3991	4594	24	646	3070	81	20	6	140
5ª Procuradoria Cível	10564	4504	22	3476	6749	37	11	16	249
6ª Procuradoria Cível	3342	3698	25	593	2521	61	22	6	112
7ª Procuradoria Cível	6099	6749	20	1028	4614	135	23	16	254
8ª Procuradoria Cível	3803	3986	23	619	2903	92	13	17	140
9ª Procuradoria Cível	2424	2793	23	437	1757	44	12	9	133
10ª Procuradoria Cível	6039	6845	24	980	4609	128	21	10	258
11ª Procuradoria Cível	3273	3477	18	661	2369	64	25	9	123
12ª Procuradoria Cível	2416	2871	21	435	1738	76	18	9	117
13ª Procuradoria Cível	3258	3555	20	575	2081	63	13	3	120
14ª Procuradoria Cível	3175	3494	20	453	2471	67	17	3	142
15ª Procuradoria Cível	2951	3325	22	480	2247	42	16	6	130
16ª Procuradoria Cível	3904	4282	18	650	2994	80	17	11	133
17ª Procuradoria Cível	3291	3541	17	584	2504	52	22	4	106
18ª Procuradoria Cível	3322	3607	18	601	2467	62	14	11	141
19ª Procuradoria Cível	3755	3934	18	520	3006	84	3	0	124
20ª Procuradoria Cível	3885	3616	17	513	3120	102	2	0	131
21ª Procuradoria Cível	3716	3782	19	477	3006	84	4	0	126

23ª Procuradoria Cível	3314	3113	15	425	2677	79	1	0	117
24ª Procuradoria Cível	2883	3195	20	575	2081	63	13	3	120
Assessoria Especial – PGJ	506	24	86	1	4	0	1	0	414

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

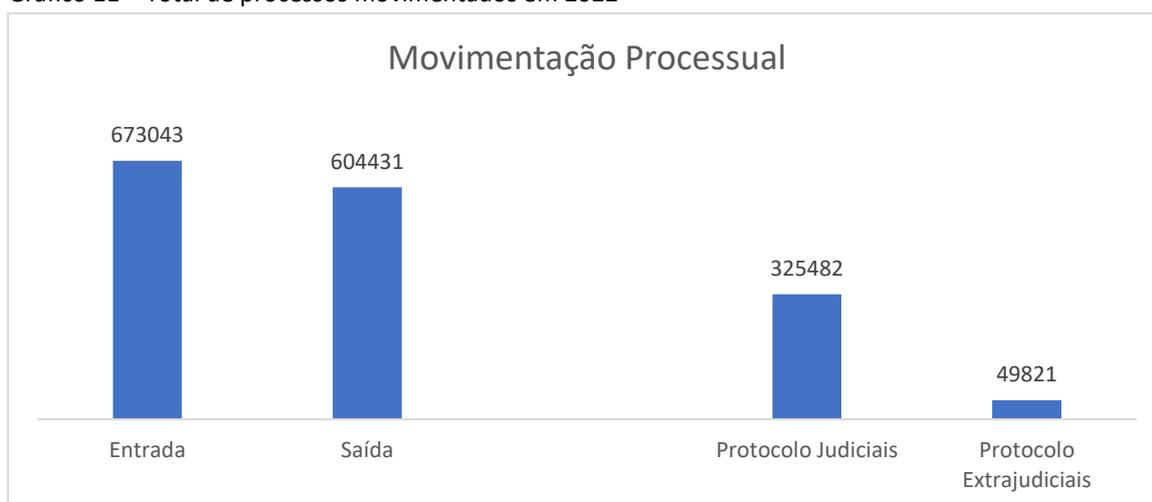
Gráfico 10 – Produtividade das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2022



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

3. Movimentação Processual das Procuradorias de Justiça Criminais e Cíveis

Gráfico 11 – Total de processos movimentados em 2022



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Promotorias de Justiça

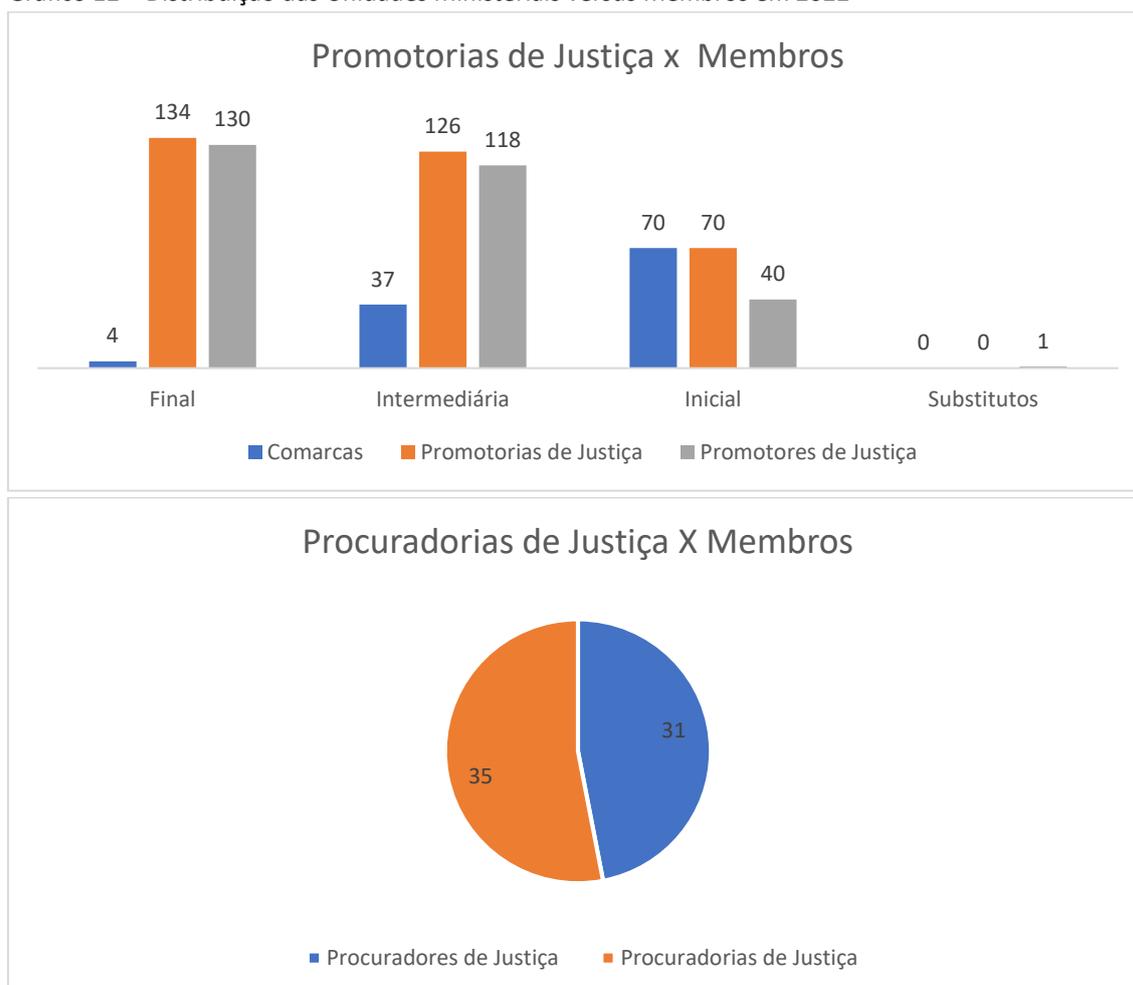
As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 9 – Distribuição das Unidades Ministeriais / Membros 2021

Entrância	Comarcas	Promotorias de Justiça	Promotores de Justiça	Procuradores de Justiça	Procuradorias de Justiça
Final	4	134	130	-	-
Intermediária	37	126	118	-	-
Inicial	70	70	40	-	-
Substitutos	-	-	1	-	-
TOTAL	111	330	289	31	35

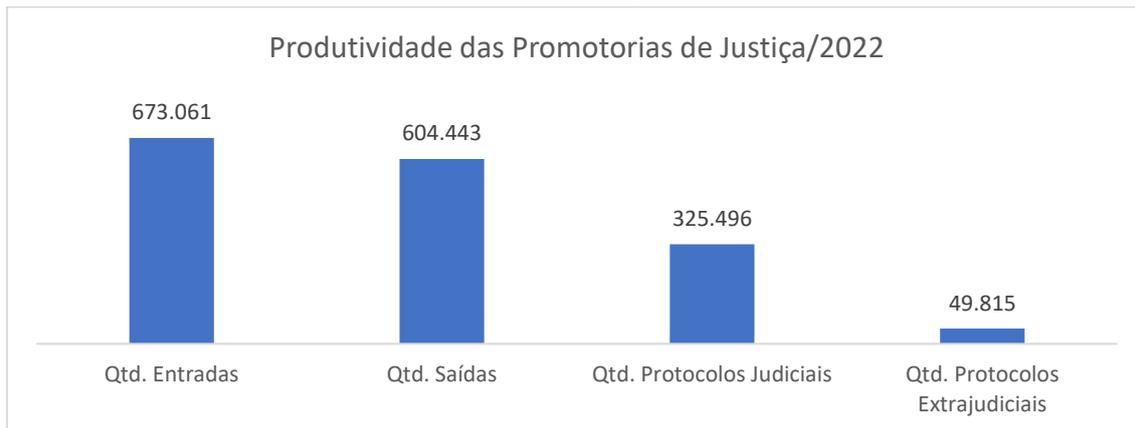
Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 12 – Distribuição das Unidades Ministeriais versus Membros em 2022



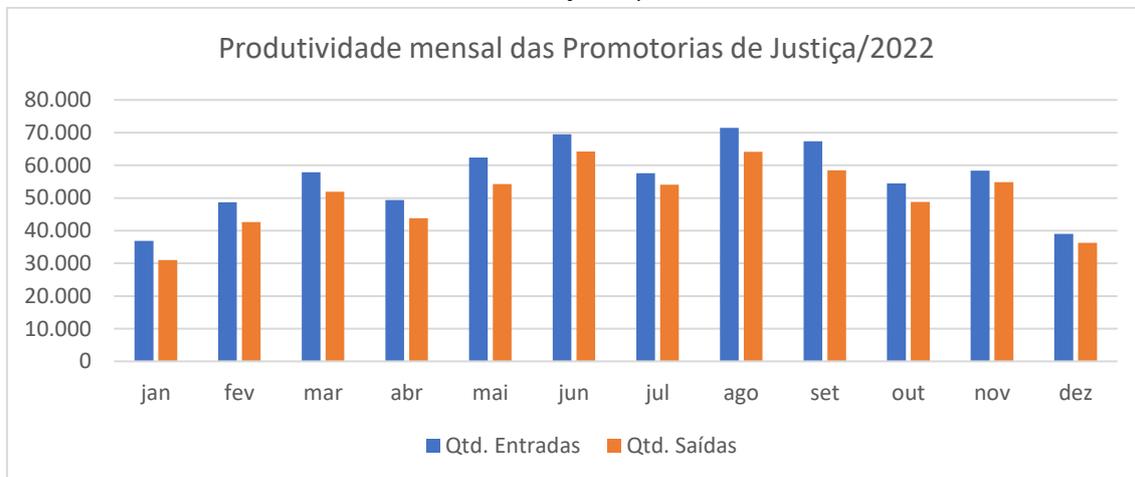
Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 13 - Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2022



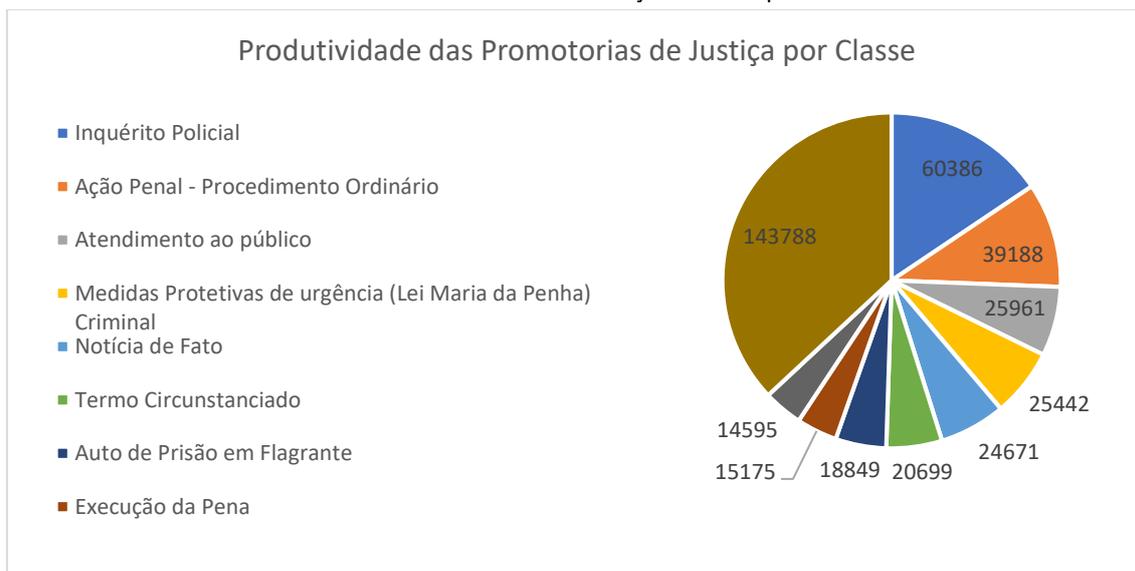
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 14 - Produtividade das Promotorias de Justiça em por mês em 2022



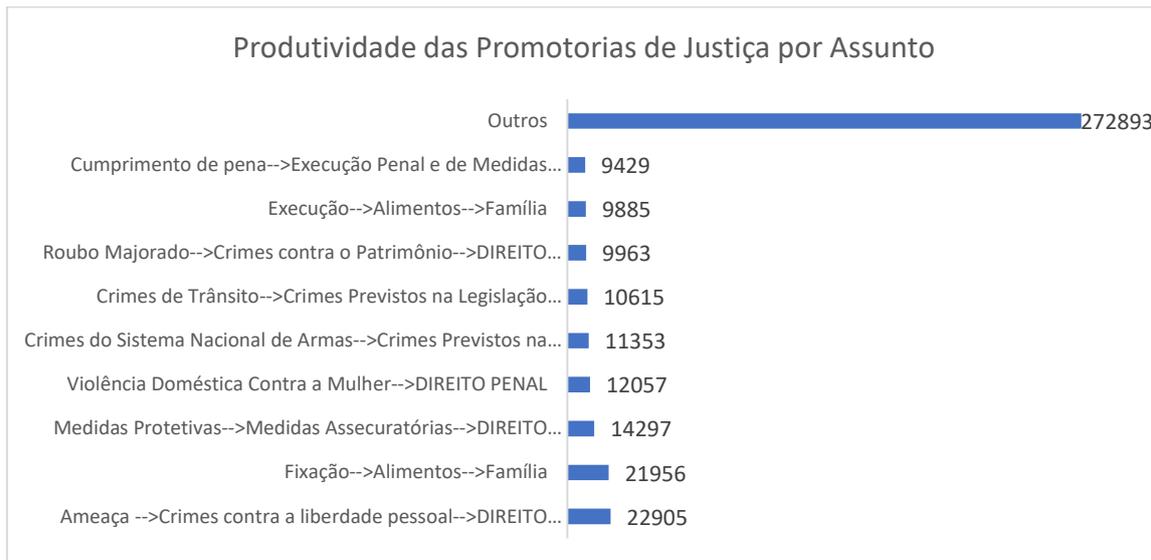
Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 15 – Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2022 por Classe



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 16 – Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2022 por Assunto



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Quadro 7 - Promotorias de Justiça distribuídas por polos ²

POLO AÇAILÂNDIA	
Açailândia	Itinga do Maranhão
Arame	São Pedro da Água
Buriticupu	
POLO BACABAL	
Bacabal	Joselândia
Coroatá	Pedreiras
Esperantinópolis	Poção de Pedras
Igarapé Grande	São Luís Gonzaga
Lago da Pedra	São Mateus
Olho D'Água das Cunhãs	Vitorino Freire
Paulo Ramos	
POLO BALSAS	
Balsas	Riachão
Carolina	São Raimundo das Mangabeiras
Loreto	São Domingos do Azeitão
POLO CAXIAS	
Barão de Grajaú	Parnarama
Buriti Bravo	Passagem Franca
Caxias	São Francisco do Maranhão
Codó	São João dos Patos
Coelho Neto	Timbiras
Matões	Timon
POLO CHAPADINHA	
Araíóses	Magalhães de Almeida

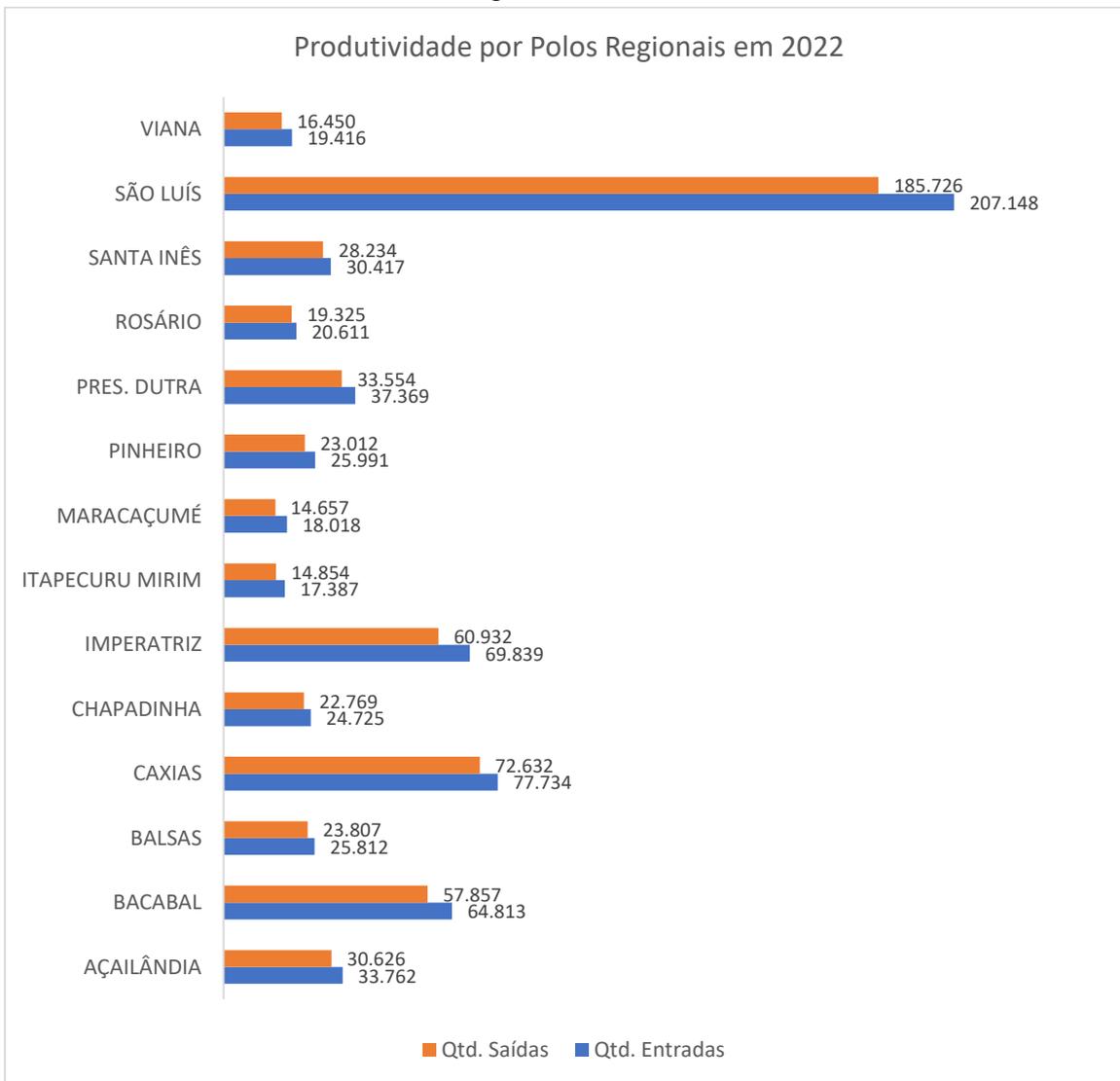
²ATO REGULAMENTAR Nº 03/2018 - GPGJ

Brejo	Santa Quitéria
Buriti	São Bernardo
Chapadinha	Tutóia
POLO IMPERATRIZ	
Amarante do Maranhão	Montes Altos
Estreito	Porto Franco
Imperatriz	Senador La Rocque
João Lisboa	
POLO ITAPECURU-MIRIM	
Anajatuba	Urbano Santos
Cantanhede	Vargem Grande
Itapecuru-Mirim	
POLO MARACAÇUMÉ	
Cândido Mendes	Maracaçumé
Carutapera	Santa Luzia Paruá
Gov. Nunes Freire	
POLO PINHEIRO	
Bacuri	Mirinzal
Bequimão	Pinheiro
Cedral	Santa Helena
Cururupu	São Bento
Guimarães	Turiaçu
POLO PRESIDENTE DUTRA	
Barra do Corda	Paraibano
Colinas	Pastos Bons
Dom Pedro	Pres. Dutra
Gov. Eugênio Barros	Santo Antônio dos Lopes
Grajaú	São Domingos do Maranhão
Mirador	Tuntum
POLO ROSÁRIO	
Barreirinhas	Morros
Humberto de Campos	Rosário
Icatu	Santa Rita
POLO SANTA INÊS	
Bom Jardim	Santa Inês
Monção	Santa Luzia
Pindaré-Mirim	Zé Doca
Pio XII	
POLO SÃO LUÍS	
Alcântara	São José de Ribamar
Paço do Lumiar	São Luís
Raposa	
POLO VIANA	
Arari	São João Batista

Matinha	São Vicente Férrer
Olinda Nova	Viana
Penalva	Vitória do Mearim

Fonte: CGMP/PGJ, 2022.

Gráfico 17 – Produtividade Geral dos Polos Regionais em 2022



Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

1. Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau³ na Área Cível

Tabela 10 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil, Procedimento Preparatório).

CLASSE	Código ⁴ Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento				Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Inquérito Civil	(910004)	201	1330	867	288	236	172	238	14	712	22	45
Procedimento Preparatório	(910003)	68	169	420	52	62	64	3	0	52	1	4

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	4	68	4	5	0	34	0	4
Direito do Consumidor	(1156)	8	32	7	4	1	15	0	3
Educação	(10051), (10029)	0	24	0	3	0	13	0	0
Improbidade Administrativa	(10011)	106	557	99	99	4	303	9	15
Meio Ambiente	(10438), (10110)	39	125	36	26	1	57	0	1
Ordem Urbanística	(11802)	17	69	16	20	0	29	0	7
Pessoa Idosa	(11842)	1	3	1	1	0	1	0	0
Pessoas com Deficiência	(11843)	0	13	0	0	0	10	0	1
Saúde	(10064)	3	74	2	19	0	45	3	2

Fonte: SIMP/CGMP/PJG, 2022.

³ Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2021.

⁴ Ver Glossário das Tabelas Unificadas no final da publicação.

Tabela 11 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Notícia de Fato)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Notícia de Fato	(910002)	664	13327	599	1080
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	51	2164	46	201
Direito do Consumidor	(1156)	13	155	13	7
Educação	(10051), (10029)	5	189	5	2
Improbidade Administrativa	(10011)	168	1654	164	55
Meio Ambiente	(10438), (10110)	43	509	42	20
Ordem Urbanística	(11802)	33	142	28	7
Pessoa Idosa	(11842)	20	273	19	32
Pessoas com Deficiência	(11843)	4	131	4	5
Saúde	(10064)	30	469	28	19

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 12 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Procedimento Administrativo

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE					MOVIMENTOS			Recomendação (920068)
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento			
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)		
PA de Acompanhamento de Instituições	(910032)	107	57	96	1	1	0	1	21	
PA de Acompanhamento de Políticas Públicas	(910031)	205	68	178	8	1	0	0	58	
PA de Acompanhamento de TAC	(910030)	20	5	16	3	6	0	0	2	
PA de Outras Atividades não sujeitas a IC	(910034)	86	91	75	8	2	0	3	4	
PA de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis	(910033)	84	139	60	9	0	0	2	14	
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE					MOVIMENTOS			Recomendação (920068)
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento			
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)		
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	63	82	57	3	0	0	0	7	
Direito do Consumidor	(1156)	8	7	4	1	0	0	0	0	
Educação	(10051) (10029)	0	4	0	1	0	0	0	0	
Improbidade Administrativa	(10011)	37	28	33	5	1	0	0	8	
Meio Ambiente	(10438) (10110)	23	9	22	1	0	0	0	4	
Ordem Urbanística	(11802)	11	2	9	0	0	0	0	2	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Pessoa Idosa	(11842)	19	14	14	1	0	0	0	2
Pessoas com Deficiência	(11843)	8	9	4	1	0	0	0	2
Saúde	(10064)	7	8	3	3	0	0	0	12

Fonte: SIMP/CGMP/PJG, 2022.

Tabela 13 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Investigatório do MP - Peças de Informação - PIC)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016) (920015)	Arquivamento (920087)
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	3	181	237	72	44	0	2	24	173
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE				MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016), (920015)	Arquivamento (920087)			
Concussão	(3553)	0	0	0	0	0	0	0		
Corrupção Ativa	(3568)	0	1	0	0	0	1			
Corrupção Passiva	(3555)	0	1	0	0	0	1			
Crime de Organização Criminosa	(930420)	0	0	0	0	0	0			
Crimes contra a Ordem Tributária	(3614)	0	6	0	0	0	6			
Crimes da Lei de Licitações	(3642)	1	4	1	0	5	4			
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens,	(3628)	0	2	0	0	0	2			

Direitos ou Valores							
Crimes de Abuso de Autoridade	(3606)	0	12	0	0	0	12
Crimes de Tortura	(3631)	0	3	0	0	0	2
Peculato	(3548)	1	0	1	0	4	0
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	(3608)	0	1	0	0	0	1

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 14 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Notícia de Fato	(910002)	664	13327	599	949	36	12704	144
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	3	181	3	14	24	173	0
Procedimento Preparatório Eleitoral	(910018)	5	43	5	4	0	29	0
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	0	0	0	0	0	0	0
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	0	6	0	0	0	6	0
Abuso/Useo Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	0	1	0	0	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	0	4	0	0	0	2	0
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	3	0	0	0	1	0

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Convenção Partidária	(11753)	0	0	0	0	0	0	0
Direito de Resposta	(11593)	0	3	0	0	0	1	0
Direitos Políticos	(11725)	0	1	0	0	0	1	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	0	0	0	0	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	0	0	0	0	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	0	0	0	0	0	0	0
Meios Processuais	(12064)	0	0	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	1	0	0	0	1	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea / Antecipada	(11667)	3	37	3	1	0	28	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	8	142	6	23	0	116	0
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – RRC – Candidato	(11618)	0	1	0	0	0	1	0

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 15 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Civil e do Trabalho	(2) [EXCETO (1071), (1070), (1068) e (1067)]	1674	93208	626	11187	23

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 16 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Seção Cível)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)	
Direito da Criança e do Adolescente -> Seção Cível	(9964)	95	36	0	0	

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 17 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Eleitoral (Processo Eleitoral)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	0	7	0	0	0
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	0	2	1	0	0
Abuso Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	0	0	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	0	2	0	0	0

Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	0	0	0	0
Convenção Partidária	(11753)	0	0	0	0	0
Direito de Resposta	(11593)	0	0	0	0	0
Direitos Políticos	(11725)	0	1	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	1	6	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	0	2	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	0	1	0	0	0
Meios Processuais	(12064)	0	2	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	2	36	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea/Antecipada	(11667)	2	13	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura - RRC - Candidato	(11618)	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

2. Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau na Área Criminal

Tabela 18 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Inquéritos Policiais e Auto de Prisão)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Autos de Prisão	(12121), (280)	814	812	472	867	375	1028	1033	224	126	183	6666	1719	2589	5032
Inquérito Policial	(279)	1216	1198	688	1617	672	1518	6631	1426	1414	1514	47457	9505	9689	10750
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	77	77	42	45	30	65	45	13	7	15	588	162	182	212
Crimes contra a Dignidade Sexual	(3463)	84	84	45	134	43	3	243	128	53	73	1446	376	438	600
Crimes Contra a	(3400)	127	127	69	139	58	27	690	42	96	122	3502	717	1112	1845

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Liberdade Pessoal															
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	8	8	5	11	10	127	45	6	11	8	111	7	31	39
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	423	419	254	553	235	602	1826	367	309	456	13831	2536	2794	3360
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	2	2	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	1	1	0	1	0	0	4	0	0	1	13	1	0	3
Crimes de Tortura	(3631)	4	4	0	0	0	0	11	17	4	0	33	13	5	16
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	139	139	123	223	94	10	92	13	32	35	5662	1120	1262	1298
Crimes de Trânsito	(3632)	88	88	38	61	32	625	391	39	51	179	3185	530	504	509
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	205	205	148	169	121	703	149	42	48	67	4803	913	870	994
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	0	0	6	4	1	4	25	1	4	2	62	9	20	18
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	0	0	2	1	4	2	7	9						
Feminicídio	(900142), (12091)	5	5	2	3	0	0	0	0	1	0	23	6	12	34
Homicídio	(3372),	154	153	68	181	64	4	515	100	198	146	1959	443	458	598

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

Simple e Qualificado	(3370)														
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	55	55	35	65	22	5	84	34	111	88	2159	1035	1228	1315

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 19 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Termos Circunstanciados)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Termo Circunstanciado	(278)	548	840	235	1556
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Direito Penal	(287)	463	724	208	1351

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 20 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Processos Criminais)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Criminal (EXCETO Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios)	(268) [EXCETO (385) e (277)]	4039	5548	3626	16
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	163	50	34	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	(3463)	146	250	175	0
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)	363	132	45	1
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	15	29	6	0
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	647	1654	779	4
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	2	0	0	0
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	3	5	1	0
Crimes de Tortura	(3631)	7	6	3	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	233	736	326	0
Crimes de Trânsito	(3632)	171	76	24	1
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	257	308	143	4
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	0	1	0	0
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	2	1	0	0

Feminicídio	(900142), (12091)	7	13	8	0
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)	230	566	299	1
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	132	118	35	1

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 21 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Execução Penal)

CLASSES	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Anistia	(409)	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	(411)	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	(407)	0	3	0	0	0
Excesso ou Desvio	(408)	0	0	0	0	0
Execução da Pena	(386)	160	23180	819	0	0
Execução de Medida de Segurança	(11399)	0	11	0	0	0
Execução Provisória	(1714)	2	170	0	0	0
Indulto	(410)	0	0	0	0	0
Superveniência de doença mental	(1283)	0	0	0	0	0
Transferência entre estabelecimentos penais	(1288)	0	4	0	0	0
Unificação de penas	(1284)	0	1	0	0	0

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 22 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Execução de Medidas Socioeducativas	(1465)	4
Processo de Apuração de Ato Infracional	(1464)	52

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	12
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	0
Contra o Patrimônio	(9674)	18
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	6
De Trânsito	(9892)	0
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	1
Feminicídio	(900146), (12358)	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	5
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Tabela 23 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Ato Infracional - Procedimentos Investigatórios)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Procedimentos Investigatórios	(1460)	58	378	858	87

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE	MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	3	4	32	9
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	0	30	33	3
Contra o Patrimônio	(9674)	23	106	437	43
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	5	64	106	6
De Trânsito	(9892)	2	34	24	2
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	1	34	63	5
Feminicídio	(900146), (12358)	0	0	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	5	4	51	6
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0	2	7	0

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

Atividades Não Procedimentais

Tabela 24 – Atuação das Promotorias de Justiça Atendimento ao Público

MOVIMENTO e ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	Código Tabelas Unificadas	TOTAL*
Atendimento e Atendimento ao Público	(970107), (920002)	22.610

Fonte: SIMP/CGMP/PGJ, 2022.

* Número total dos atendimentos efetuados, excetuados os dados da Ouvidoria

Promotoria Comunitária Itinerante

A Promotoria Comunitária Itinerante (13ª Promotoria de Justiça Especializada) é, efetivamente, um canal de aproximação do Ministério Público do Estado do Maranhão com os moradores de São Luís. É por meio da Promotoria Itinerante que a instituição vai até as comunidades da periferia da Capital, São Luís, para ouvir diretamente os moradores e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias pela efetivação de políticas públicas essenciais.

Criada em 1998, inicialmente como um programa da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria Itinerante inverteu a lógica do modelo de atendimento tradicional de uma Promotoria de Justiça: instalada em um gabinete, dentro de um prédio oficial, para onde o cidadão deveria se dirigir. Desde então, o Ministério Público saiu do seu gabinete e foi ao encontro do cidadão, para realizar o atendimento dentro das comunidades da periferia, levando a Promotoria Itinerante por um determinado período para o lugar onde o cidadão mora, onde está o problema que ele deseja resolver.

Essa imersão no cotidiano da comunidade permite conhecer a real dimensão dos problemas e suas consequências no dia-a-dia do morador. É a partir deste cenário que são trabalhadas soluções negociadas, junto aos gestores responsáveis pelos serviços reclamados, para que as ações possam chegar mais rápido e de forma desburocratizada.

Devido à ampla aprovação das comunidades beneficiadas e ao seu grande alcance social, em 2004 a Promotoria Itinerante deixou de ser um programa e passou a ser uma Promotoria Especializada, com Promotor de Justiça titular. Até o início de 2010 a Promotoria se instalava em espaços comunitários como associações de moradores e igrejas, mas a partir do segundo semestre daquele ano passou a contar com uma unidade móvel, o que permite passar rapidamente de uma comunidade para outra, vez que não precisa mais fazer serviços de adaptação daqueles espaços, como outrora, o que retardava bastante o início dos trabalhos.

Por esse modelo de atuação, pioneiro no Ministério Público Brasileiro até então, em 2013 a Promotoria Itinerante foi *premiada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)*, em 3º lugar, na categoria *Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional*.

As atribuições da 13ª Promotoria de Justiça Especializada (Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante) estão explicitadas, conforme o anexo III da Resolução nº 02/2009-CPMP, que diz que a sua atuação ocorrerá em comunidades previamente indicadas pela Administração Superior, mediante a realização de audiências públicas, visando a diagnosticar lesões a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e ao esclarecimento da população sobre seus direitos e deveres, com o fim de buscar composição para litígios, de forma a prevenir a judicialização de conflitos e a prática de delitos, bem como ajuizar as ações em caso de descumprimento de termos de ajustamento de conduta e de acordos celebrados no exercício das suas atividades.

1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

1.1. Instalação no bairro do Pão de Açúcar.

Com a melhora nos indicadores sanitários, foi programada a 35ª instalação, retornando a Promotoria Itinerante à região do Pão de Açúcar, onde esteve quando ainda era um programa, entre abril e julho de 2002.

A audiência pública de instalação dos trabalhos foi realizada dia 13 de dezembro de 2021, no Centro Anil Frei Daniel de Samarate, na comunidade *Alto do Pinho*, ficando definido o início do atendimento ao público para o dia 10 de janeiro de 2022. Entretanto, após as festividades de final de ano os casos de Covid-19 voltaram a crescer, sendo então estabelecido pelo ATOREG-12022 o trabalho remoto no Ministério Público Estadual, no período de 07 a 31/01/2022, o que levou a adiar o atendimento direto à população.

Através do ATOREG-22022 foi fixado o retorno gradual das atividades presenciais a partir de 1º de fevereiro de 2022. Nessa data os integrantes da PJ Itinerante reuniram-se na *União de Moradores do Pão de Açúcar* com lideranças comunitárias para detalhamento das demandas apresentadas na audiência pública de instalação, bem como para vistoriar os locais indicados com problemas de infraestrutura viária e de saneamento básico. A partir daí iniciaram-se as tratativas com os gestores dos órgãos responsáveis pelos serviços reclamados e durante o período sem atendimento direto à população foram disponibilizados os serviços da promotoria pelo WhatsApp, sendo este canal de comunicação divulgado através de carro de som nas comunidades que seriam contempladas com a instalação: *Pão de Açúcar, Alto do Pinho, Piquizeiro e Novo Angelim*.

No dia 14 de fevereiro de 2022, o atendimento presencial foi iniciado na unidade móvel, instalada no pátio da Igreja São Francisco de Assis, no Pão de Açúcar, até 20 de abril de 2022. A *audiência pública de prestação de contas dos trabalhos* ocorreu dia 26, no Centro Anil Frei Daniel de Samarate, no Alto do Pinho, com a participação de moradores, de lideranças comunitárias e de representantes do Ministério Público e de órgãos para os quais as demandas foram encaminhadas.

Da audiência pública e dos atendimentos às lideranças comunitárias foram registrados **40** atendimentos que geraram **42** reclamações. Destas, **18** tratavam de questões coletivas sobre *transporte público, infraestrutura de ruas, desporto e lazer, assistência social, educação, regularização urbanística e segurança pública*, que foram encaminhadas aos respectivos órgãos públicos responsáveis, foco da atuação da Promotoria. Outras **24** demandas eram de interesse individual, a maioria sobre relações familiares (*pensão alimentícia, divórcio, guarda compartilhada e registro de nascimento*) e consumidor. Foram prestadas as necessárias orientações jurídicas e feitos os devidos encaminhamentos para outros órgãos ou para assistência judiciária, conforme cada situação.

1.2. Instalação na Vila Mauro Fecury I

A instalação na Vila Mauro Fecury I aconteceu a partir de contatos mantidos com o *Clube de Mães "Tia Livramento"*, daquela comunidade, com a realização da audiência pública de abertura para coleta das demandas, no dia 10 de maio de 2022, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Rua Sílvio Tavares).

Na oportunidade foram atendidas ainda as comunidades adjacentes, como *Ilha da Paz*, *Vila Ariri*, *Vila São Luís*, *Vila Mauro Fecury II* e *Vila Nova*. Ao longo de suas 36⁵ instalações já ocorreram **4.568** (quatro mil, quinhentos e sessenta e oito) atendimentos diretos à população.

O atendimento presencial ocorreu entre 17 de maio e 14 de julho de 2022, na unidade móvel, instalada em frente à Igreja Universal do Reino de Deus, na Av. José Sarney, de 2^a a 5^a-feira, das 08h00 às 12h00, sendo registrados **74** atendimentos aos moradores.

A audiência pública de prestação de contas dos trabalhos ocorreu dia 23 de agosto de 2022, novamente na Igreja Sagrado Coração de Jesus, com a participação de moradores, de lideranças comunitárias e de representantes do Ministério Público e de órgãos para os quais as demandas foram encaminhadas.

Nas reuniões preparatórias com as lideranças comunitárias da região da Vila Mauro Fecury, na audiência pública de instalação e nos atendimentos individuais os participantes reclamaram basicamente da falta ou precariedade da infraestrutura de ruas e dos serviços de educação, saúde, trânsito, transporte, urbanismo e de regularização fundiária.

⁵ **01.** Anjo da Guarda (set-out/1998); **02.** Vila Embratel (nov/98-fev/99); **03.** Jardim América (fev-abr/98); **04.** Bequimão (jul-dez/99); **05.** Jardim São Cristóvão (jan-mai/2000); **06.** Recanto dos Pássaros (jul/2000-fev/2001); **07.** Vicente Fialho (mai-ago/01); **08.** Ilhinha (nov/01-fev/02); **09.** Pão de Açúcar (abr-jul/02); **10.** Vila Luizão (ago/03-jan/04); **11.** Recanto dos Pássaros (mar-nov/05), pela 2^a vez; **12.** João de Deus (fev-set/06); **13.** Coroadinho (dez/07-jul/08); **14.** Sol e Mar (ago/09-fev/10); **15.** Angelim (set/10-jan/11); **16.** Vila Nova (jan-abr/11); **17.** Vila Esperança (abr-out/11); **18.** Vila Bacanga (out/11-fev/12); **19.** Outeiro da Cruz (mar-jun/12); **20.** Vila Cruzado (nov/12-mar/13); **21.** Santa Efigênia (mar-jul/13); **22.** Ilhinha (ago-nov/13), pela 2^a vez; **23.** Parque dos Nobres (mar-jun/14); **24.** Santo Antônio (nov/14-fev/15); **25.** Vila Palmeira (mar-jul/15); **26.** Anjo da Guarda (ago-nov/15), pela 2^a vez; **27.** Aurora (mar-jun/16); **28.** Vila Embratel (dez/16-mar/17), pela 2^a vez; **29.** Liberdade (ago-nov/17); **30.** Forquilha/São Bernardo (fev.-jun./18); **31.** Cohatrac (out/18-fev/19); **32.** Vila Luizão (abr-jun/19); **33.** São Cristóvão/Jardim São Cristóvão (ago-nov/19); **34.** Cidade Olímpica (dez/19-mar/2020); **35.** Pão de Açúcar (dez/21-abr/2022); e **36.** Vila Mauro Fecury (mai-ago/22).

Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)



A Resolução nº 28/2015, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, instituiu o Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária⁶. Alinhado ao novo ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (2021-2029), no intuito de intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos, o referido programa implementa-se conforme os seguintes eixos:

Quadro 8 – Eixos do Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária.

Eixo	Metodologias
Mediação	Mediação (Comunitária e Familiar)
Educação em Direitos Humanos	Palestras, Rodas de Conversa e atividades de formação que perpassam as temáticas Cultura de Paz e Gestão de Conflitos.
Animação de Redes	Metodologias ativas de formação e animação de redes.
Justiça Restaurativa na Educação	Processos Circulares e Mediação (entre pares) aplicados às comunidades escolares.
Projetos Transversais	Todas as metodologias dos eixos anteriores, a depender das possibilidades de alcance de cada projeto, sempre em conformidade com os objetivos do Programa.

1. RESULTADOS – MP NA COMUNIDADE

Seguem abaixo os resultados do Programa MP na Comunidade alcançados no primeiro semestre de 2022.

Quadro 9 - Sensibilização institucional e comunitária com foco na promoção e disseminação do Programa MP na Comunidade.

OBJETIVO: Sensibilizar e mobilizar instituições e comunidades para a gestão dialógica de conflitos, por meio da mediação e das práticas restaurativas, com o máximo respeito ao envolvimento das partes nos processos decisórios.		
MACROAÇÃO: Sensibilização institucional e comunitária com foco na promoção e disseminação do Programa MP na Comunidade.		
DATA	AÇÕES	RESULTADOS

⁶ Tramita no Colégio de Procuradores o processo nº 14212/2021, com o intuito de formalizar a alteração do nome do programa, autorizar o ressarcimento de despesas de transporte e alimentação aos voluntários atuantes no programa e regulamentar a atividade do facilitador em práticas restaurativas.

	VISITAS INSTITUCIONAIS	15 (quinze) instituições e 43 (quarenta e três) pessoas sensibilizadas para a gestão dialógica de conflitos e para a construção de parcerias com o Programa MP na Comunidade do MPMA ⁷].
03/02/2022	Visita institucional ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) do território Turu/Divinéia.	02 (duas) representantes do CAPSi informadas e mobilizadas para atuação em rede no território do Turu/Divinéia.
10/03/2022	Visita institucional ao Instituto Maranata.	02 (dois) representantes da Fundação Evangélica Maranata informados e mobilizados para a atuação em rede no território do Turu/Divinéia.
25/03/2022	Visita institucional ao Clube de Mães Santa Rita. Residencial Terra Livre. Parque Vitória. São José de Ribamar – MA.	01 (uma) representante (presidente) do Clube de Mães Santa Rita e 02 (duas) servidoras do MP na Comunidade motivadas para a expansão do Programa MP na Comunidade.
28/03/2022	Visita institucional ao Conselho Tutelar da Vila Luizão.	05 (cinco) conselheiros tutelares da Vila Luizão sensibilizados e mobilizados para adesão ao Programa MP na Comunidade e fortalecimento do trabalho em rede.
08/04/2022	Visita institucional ao Centro de Convivência do Parque Vitória. Residencial Terra Livre. São José de Ribamar, MA.	01 (um) Promotor de Justiça, 01 (uma) servidora do MPMA e 02 (duas) lideranças comunitárias motivadas para a expansão do Programa MP na Comunidade.
28/04/2022	Visita institucional ao Centro de Ensino Paulo Freire.	01 (uma) representante da gestão do CE Paulo Freire informada sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizada e mobilizada para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
29/04/2022	Visita institucional ao Centro de Ensino Vinícius de Moraes.	01 (uma) representante da gestão do CE Vinícius de Moraes informada sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizada e mobilizada para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
09/05/2022	Visita institucional ao Centro de Ensino João Paulo II.	02 (duas) representantes da gestão do CE João Paulo II informadas sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizadas e mobilizadas para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
11/05/2022	Visita institucional ao Centro de Ensino Prof. Emésio Dário de Araújo e ao Centro Educa Mais Profa. Estefânia Rosa da Silva.	01 (um) representante da gestão do CE Prof. Emésio Dário de Araújo e 01 (uma) representante da gestão do Centro Educa Mais Profa. Estefânia Rosa da Silva informados sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizados e mobilizados para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
19/05/2022	Reunião com lideranças comunitárias do território Turu/Divinéia. Local: Escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues.	18 (dezoito) pessoas – lideranças comunitárias, representantes da sociedade civil ou de instituições públicas – informadas e mobilizadas para a atuação em rede no território da Divinéia.

⁷ O resultado corresponde ao quantitativo exato de instituições visitadas e pessoas sensibilizadas, levantado a partir das listas de presença/frequência. Ou seja, no somatório, cada instituição/pessoa foi considerada apenas uma vez, ainda que tenha sido visitada/sensibilizada mais de uma vez.

25/05/2022	Visita institucional à Secretaria Municipal de Assistência Social de São José de Ribamar.	02 (dois) gestores da Secretaria (a secretária e o secretário adjunto); 01(uma) liderança comunitária e 02 (duas) servidoras do MPMA motivados para a expansão do Programa MP na Comunidade.
28/06/2022	Visita institucional ao Núcleo de Mediação Comunitária de Ceilândia do Programa Justiça Comunitária (TJDFT).	03 (três) membros e 01 (uma) servidora do MPMA informados sobre a experiência de implementação do PJC/TJDFT e conhecedores da estrutura física do Núcleo de Justiça Comunitária de Ceilândia, DF.
12/12/2022	Visita institucional à Unidade Educação Básica Prof. Ronald da Silva Carvalho.	01 (uma) representante da gestão da UEB Ronald Carvalho informada sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizada e mobilizada para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
19/12/2022	Visita institucional à Escola Prof. Luís Pinho Rodrigues.	02 (duas) representantes da Escola Luís Pinho Rodrigues informadas sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizadas e mobilizadas para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
23/12/2022	Visita institucional à Escola Terceiro Milênio.	01 (uma) representante da gestão da Escola Terceiro Milênio informada sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia, sensibilizada e mobilizada para adesão aos projetos transversais e atuação em rede.
	CÍRCULOS DE APRESENTAÇÃO	03 (três) Círculos de Apresentação do Programa MP na Comunidade realizados, com a participação de 22 (vinte e duas) pessoas sensibilizadas e mobilizadas para adesão ao programa ou construção de parcerias.
22/06/2022	Círculo de Apresentação do MP na Comunidade com lideranças comunitárias do território da Divinéia. Local: Escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues.	13 lideranças comunitárias sensibilizadas e mobilizadas para adesão ao Programa MP na Comunidade no território da Divinéia, com pretensões declaradas de seguimento nas atividades de formação de mediadores e facilitadores em práticas restaurativas.
09/08/2022	Círculo de Apresentação do MP na Comunidade com lideranças comunitárias do território da Divinéia. Local: Paróquia São Francisco e Santa Clara.	05 lideranças comunitárias sensibilizadas e mobilizadas para adesão ao Programa MP na Comunidade no território da Divinéia, com pretensões declaradas de seguimento nas atividades de formação de mediadores e facilitadores em práticas restaurativas.
20/09/2022	Círculo Virtual de Apresentação do Programa MP na Comunidade para a equipe técnica do NUPIA/MPPE.	04 (quatro) integrantes do NUPIA/MPPE informados e sensibilizados sobre a atuação do Programa MP na Comunidade.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

Quadro 10 – Implementação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia.

OBJETIVO: Instalar nos territórios os espaços físicos de referência do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, com os ambientes necessários à realização da mediação e das práticas restaurativas.

MACROAÇÃO: Implementação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia.

AÇÕES	RESULTADOS
Adaptação do espaço físico para a instalação do Núcleo.	01 processo de licitação acompanhado.

Provimento de equipamentos eletrônicos indispensáveis à realização das atividades do Programa MP na Comunidade no território da Divinéia.	01 processo de dispensa de licitação acompanhado.
	01 retroprojetor recebido.
	03 caixas de som portáteis recebidas.
	01 tela de projeção portátil recebida.
Provimento de material permanente (mobiliário e outros) para o funcionamento do Núcleo/Divinéia.	Acompanhamento do processo nº 16982/2022.
Provimento dos itens de informática indispensáveis ao funcionamento do Núcleo/Divinéia.	Acompanhamento do processo nº 16987/2022.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

Quadro 11 - Promoção da Educação em Direitos Humanos.

OBJETIVO: Fomentar a Educação em Direitos Humanos.		
MACROAÇÃO: Promoção da Educação em Direitos Humanos.		
DATA	AÇÕES	RESULTADOS
28/09/2022	Oficina Práticas Atitudinais Acessíveis (4h/a). Modalidade: presencial. Local: ESMP/MA.	25 (vinte e cinco) participantes – educadores, mediadores de leitura, contadores de histórias e outros profissionais executores de políticas públicas – sensibilizados para a interação acessível e correta com pessoas com deficiências.
18/10/2022	Capacitação sobre Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (8h/a). Modalidade: presencial. Local: Fundação Maranhata. Promoção: Rede Turu/Divinéia.	33 (trinta e três) integrantes da rede do território Turu – representantes de instituições públicas e Organizações Sociais da cidade de São Luís – informadas sobre a Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.
09/11/2022	Curso de Direitos Humanos e Cidadania – Lideranças Populares. Módulo II: Mediação de conflitos comunitários (4h/a). Facilitadores do Módulo: Deury Cléa e Irlan Fonsêca. Realização: Defensoria Pública do Estado do Maranhão.	27 (vinte e sete) lideranças comunitárias do Estado do Maranhão informadas sobre as ações do Programa MP na Comunidade e sensibilizadas para a gestão de conflitos sem violências.
06/12/2022	Seminário Ação em Rede para a promoção dos Direitos Humanos. Promoção: Rede dos Territórios Educativos de São Luís.	120 (cento e vinte) participantes informados sobre o Programa de Atuação em Defesa dos Direitos Humanos (Padhum/MPMA) e sobre os resultados alcançados pelo Programa MP na Comunidade por meio do trabalho com escolas do território do Turu/Divinéia.
29/12/22	Palestra “Educação: um compromisso que passa por você!” (1h/a). Modalidade: presencial. Local: Escola Luís Pinho Rodrigues.	60 (sessenta) integrantes da comunidade escolar Luiz Pinho Rodrigues – gestores, professores e familiares de alunos – sensibilizados para a resolução de conflitos familiares sem violências, a partir de pressupostos da Constelação Familiar.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

Quadro 12 – Animação de Redes nos territórios

OBJETIVO: Sensibilizar, mobilizar e capacitar as pessoas e organizações para a atuação qualificada em rede, especialmente nos territórios com Núcleos instalados.		
MACROAÇÃO: Animação de redes nos territórios.		
DATA	AÇÕES	RESULTADOS

	ENCONTROS DE ARTICULAÇÃO PARA O TRABALHO EM REDE	Aproximadamente 400 pessoas sensibilizadas, mobilizadas ou capacitadas para a atuação qualificada em rede.
28/01/2022	Reunião virtual – Centro Integrado de Estudos Sociais e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS).	01 (um) representante do CIEDS informado sobre as ações e resultados do Programa MP na Comunidade, com foco no fortalecimento da parceria institucional.
1º semestre: 04 e 24/02; 15/03; 07, 26 e 27/04; 17 e 18/05; 15 e 28/06.	Encontros da Rede dos Territórios Educativos de São Luís (RTE/São Luís).	12 (doze) Encontros Territoriais da RTE/São Luís realizados, com a participação dos 07 (sete) líderes comunitários articuladores, para planejar ações conjuntas e fortalecer as parcerias institucionais.
2º semestre: 06, 18 e 21/10/22 e 07/12/22.		
04/02/2022	Reunião virtual – Grupo Articulador da Rede de Territórios Educativos de São Luís; Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) e Itaú Social.	05 (cinco) lideranças comunitárias representantes de Organizações da Sociedade Civil, 01 (uma) gestora de projetos do CIEDS e 01 (uma) gestora da Fundação Itaú Social informados sobre as ações e resultados do Programa MP na Comunidade / Projeto Transversal Escutar para Transformar, com foco no fortalecimento da parceria institucional.
07/04/2022	Encontro da Rede de Territórios Educativos com as Organizações da Sociedade Civil de São Luís.	87 (oitenta e sete) lideranças comunitárias representantes de Organizações Sociais sensibilizadas e motivadas para o trabalho em rede, informadas sobre a atuação do Programa MP na Comunidade e convidadas a participar das Oficinas Ação em Rede.
19/04/2022	Reunião com representante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CEMULHER/TJMA).	01 (uma) técnica assistente social da CEMULHER/TJMA sensibilizada e mobilizada para a atuação em rede no âmbito do Programa MP na Comunidade.
29/04/2022	Reunião com a Chefe do UNICEF em São Luís.	01 (uma) proposta de parceria discutida com a Chefe do Unicef com foco na realização da formação de multiplicadores do Guia de Competências para a Vida.
03/06/2022	Encontro Territorial da Rede Turu/Divinéia.	16 (dezesesseis) integrantes da Rede de Atendimento Integral do território do Turu/Divinéia motivados para a execução do plano de atuação construído na Oficina Ação em Rede.

18/07/2022	Encontro Territorial da Rede Turu/Divinéia.	04 (quatro) representantes do Batalhão de Polícia Militar, 03 (três) lideranças comunitárias representantes de instituições da sociedade civil e 02 (duas) conselheiras tutelares sensibilizadas e mobilizadas para a atuação em rede no Núcleo Comunitário da Divinéia.
	OFICINAS AÇÃO EM REDE	01 (uma) parceria institucional consolidada entre o MPMA (MP na Comunidade e ESMP), a Rede dos Territórios Educativos de São Luís e a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) para a realização da Oficina Ação em Rede em cinco territórios da capital, ministrada pelo professor José Cláudio da Costa Barros, membro do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS). 178 (cento e setenta e oito) pessoas capacitadas nas Oficinas Ação em Rede, representantes de instituições públicas e Organizações Sociais da cidade de São Luís, sensibilizadas e mobilizadas para a atuação em rede no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.
03 e 04/05/2022.	Oficinas Ação em Rede/Território Turu.	Participantes certificados: 35.
05 e 06/05/2022.	Oficina Ação em Rede/Território Coroadinho.	Participantes certificados: 35.
06 e 07/06/2022.	Oficina Ação em Rede/Território Centro.	Participantes certificados: 37.
08 e 09/06/2022.	Oficina Ação em Rede/Território Cidade Operária.	Participantes certificados: 39.
10 e 11/06/2022	Oficina Ação em Rede/Território Zona Rural.	Participantes certificados: 35.
07/12/2022	Encontro de Avaliação de Resultados dos Planos de Atuação construídos por ocasião das Oficinas Ação em Rede. Territórios: Turu, Coroadinho, Cidade Operária, Centro e Zona Rural. Modalidade: presencial. Local: ESMP/MA.	05 (cinco) planos de atuação avaliados e 15 (quinze) representantes de instituições públicas e privadas mobilizadas para a atuação qualificada em rede no município São Luís.
AÇÕES SOCIAIS		
15/06/2022	Participação do Programa MP na Comunidade e da Promotora Distrital da Divinéia em Ação Social realizada pela Rede do território Turu/Divinéia.	58 (cinquenta e oito) pessoas – lideranças comunitárias e parceiros institucionais – informadas sobre a instalação do Núcleo Comunitário na Divinéia e motivadas para a atuação em rede.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

Quadro 13 – Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas.

OBJETIVO: Promover a formação e a capacitação continuada de mediadores comunitários e facilitadores em práticas restaurativas para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.	
MACROAÇÃO: Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas.	
AÇÕES	RESULTADOS
Construção do Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas.	01 (um) Plano de Formação de Mediadores Comunitários e Facilitadores em Práticas Restaurativas para atuação no Núcleo da Divinéia construído pela equipe técnica do GABMC.
	04 (quatro) propostas de formação recebidas e encaminhadas à ESMP/MA, em atenção às solicitações do GABMC ao <i>Instituto Mediare; Instituto Mediativa; Instituto Maranhense de Práticas Restaurativas e à Sapiens Consultoria.</i>
Identificação de pretensos mediadores comunitários e facilitadores em práticas restaurativas.	20 (vinte) lideranças comunitárias identificadas e com pretensões declaradas para o exercício da mediação e das práticas restaurativas no Núcleo da Divinéia.
Minicurso Cultura de Paz e Comunidades (10h/a).	15 (quinze) lideranças comunitárias com formação iniciada para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

Quadro 14 - Formação e capacitação continuada de servidores em metodologias de gestão de conflitos.

OBJETIVO: Capacitar servidores para a disseminação e multiplicação das metodologias de gestão de conflitos.		
MACROAÇÃO: Formação e capacitação continuada de servidores em metodologias de gestão de conflitos.		
DATA	AÇÕES	RESULTADOS
	PARTICIPAÇÕES DE SERVIDORES EM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	01 (um) promotor de justiça, 03 (três) servidores do Programa MP na Comunidade e 02 (duas) funcionárias terceirizadas participantes de 17 (dezesete) atividades de formação promovidas pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão ou instituições parceiras.
31/01/2022	Palestra “A saúde mental de crianças e adolescentes: contribuições da Logoterapia e Análise Existencial”. Modalidade: virtual.	
05/02/2022	Palestra “Curso Básico e Tira-dúvidas dos Sistemas internos Digidoc e SIMP”. Modalidade: virtual. Realização: ESMP/MA.	
	Palestra “Violência psicológica: aspectos protetivos e tipicidade criminal”. Modalidade: virtual. Realização: ESMP/MA.	
14/02/2022	Palestra “Novo Ensino Médio: dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017”. Modalidade: virtual.	
22/02/2022	Palestra “Novo Ensino Médio: dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017”. Modalidade: virtual.	

	Realização: ESMP/MA.	
09, 10, 14, 15, 16, 30 e 31/03/2022	Curso Avançado sobre Investigação Criminal na Era Tecnológica.	
	Modalidade: híbrido.	
	Realização: ESMP/MA.	
Maio e Junho/2022	Oficinas Ação em Rede. Capacitação da equipe técnica do Programa MP na Comunidade para a multiplicação da metodologia.	
	Modalidade: presencial.	
	Realização: ESMP/MA; RTE/São Luís e SEMCAS.	
22/07/2022	Palestra "Oficina Dosimetria da Pena".	
	Modalidade: virtual.	
	Realização: ESMP/MA.	
19/08/2022	Palestra "Oficina masculinidades e grupos reflexivos de homens".	
	Modalidade: presencial.	
	Local: Centro Cultural do MPMA. Realização: ESMP/MA.	
28/09/2022	Oficina Práticas Atitudinais Acessíveis.	
	Modalidade: presencial.	
	Local: ESMP/MA. Realização: ESMPMA, MP na Comunidade, Rede de Leitura Inclusiva e CAOP/IPD.	
18/10/2022	Capacitação sobre Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.	
	Modalidade: presencial.	
	Local: Fundação Maranata. Realização: Rede Turu/Divinéia.	
29/12/2022	Palestra "Educação: um compromisso que passa por você!" (1h/a)	
	Modalidade: presencial.	
	Local: Escola Prof. Luís Pinho Rodrigues. Realização: Escola Prof. Luís Pinho Rodrigues e MP na Comunidade.	
29/06/2022	VI SEMINÁRIO NACIONAL DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO	03 (três) promotores de justiça e 01 (uma) servidora do Ministério Público do Estado do Maranhão informados sobre experiências de trabalho com autocomposição no Ministério Público brasileiro, em diversas áreas de atuação.
	Modalidade: presencial.	
	Local: Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Brasília – DF. Realização: Unidade Nacional de Capacitação do CNMP.	
	ENCONTROS DA REDE AUTOCOMPOSITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	03 (três) servidores do MP na Comunidade e 02 (duas)

06/04/2022:	2º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público.	funcionárias terceirizadas informados sobre as experiências dos Núcleos Permanentes de Autocomposição das seguintes unidades do Ministério Público: MPMG, MPPE, MPMO, MPRJ, MPPR, MPRS, MPDFT, MPAM.
	Modalidade: virtual.	
	Realização: CNMP, Brasília-DF.	
30/06/2022	2º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público.	
	Modalidade: presencial.	
	Realização: CNMP, Brasília-DF.	
31/08/2022	3º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público.	
	Modalidade: virtual.	
20/10/2022	4º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público.	
	Modalidade: virtual.	
16/12/2022	5º Encontro da Rede Autocompositiva do Ministério Público.	
	Modalidade: virtual.	

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

2. RESULTADOS – PROJETO TRANSVERSAL ESCOLA PRA VIDA

Conforme consta no Termo de Abertura de Projeto (TAP) encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA, o Escola pra Vida inscreve-se no *Eixo Projetos Transversais* do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas, implementado em parceria com Organizações Sociais Comunitárias e órgãos públicos, com o objetivo de contribuir para a construção de ambientes escolares seguros e pacificados, por meio de ações com foco no fortalecimento de vínculos comunitários, na gestão de conflitos e na promoção do protagonismo juvenil. O custeio do Projeto Escola Pra Vida se dá, em parte, com recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA), nos termos do Edital nº 02/CMDCA/2021.

Dez escolas do território do Turu foram selecionadas para a primeira experiência de implementação do projeto: Creche Escola Caiane Mateus; Unidades de Educação Básica Prof. Luiz Pinho Rodrigues, João de Sousa Guimarães, Prof. Ronald Silva Carvalho e Terceiro Milênio (Anexo); Centros de Ensino Paulo Freire, João Paulo II, Prof.ª Estefânia Rosa da Silva, Emésio Dário de Araújo e Vinícius de Moraes. Utilizou-se como critérios de seleção: a disponibilidade e interesse dos gestores e educadores para o trabalho com a temática do projeto; a participação ativa nas ações pretéritas promovidas pela Rede de Atendimento Integral e a proximidade geográfica.

Ao contrário do previsto no cronograma divulgado pela Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de São Luís (SEMCAS), unidade gestora do orçamento do CMDCA, não houve a celebração do convênio e repasse financeiro no decurso do primeiro semestre de 2022⁸. A execução do plano de ação do projeto no ano de 2022, portanto, foi prejudicada. Novas estratégias para o alcance dos resultados foram elaboradas por ocasião da revisão do plano de

8 A celebração do convênio aconteceu no mês de agosto/2022 e o efetivo repasse do recurso à instituição proponente só aconteceu no mês de outubro/2022.

ação e do Termo de Abertura de Projeto, também encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão (processo nº 15751/2021). Seguem abaixo os resultados aferidos:

Quadro 15 - Projeto Escola pra Vida

PROJETO ESCOLA PRA VIDA	
ETAPA 1 – Sensibilização, pactuação e formação de recursos humanos.	
MARCROAÇÃO: 2 – sensibilização, mobilização e pactuação.	
META: sensibilizar e mobilizar 01 (uma) rede institucional e 10 (dez) comunidades escolares para a implementação do Projeto Escola pra Vida.	
AÇÕES	RESULTADOS
Visitas técnicas às instituições da REI/Turu e comunidades escolares do território.	<ul style="list-style-type: none"> 11 (onze) gestores escolares – de 05 (cinco) escolas de Ensino Médio, 03 (três) escolas de Ensino Fundamental e da Unidade Regional de Educação de São Luís – sensibilizados e mobilizados para a implementação do Projeto Escola pra Vida.
07/04/2022: Visita institucional à Escola Professor Luiz Pinho Rodrigues.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) diretora sensibilizada para adesão ao Projeto Escola Pra Vida e criação do Clube da Leitura infantil.
20/04/2022: Visita institucional à Unidade Regional de Educação de São Luís – MA (URE/São Luís).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) gestora, 03 (três) técnicas da URE/São Luís, 02 (duas) servidoras do MPMA e 02 (duas) representantes da sociedade civil sensibilizadas para a implementação do Projeto Escola para a Vida no território do Turu/Divinéia.
28/04/2022: Visita institucional ao Centro de Ensino Paulo Freire.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) representante da gestão do CE Paulo Freire sensibilizada e mobilizada para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
29/04/2022: Visita Institucional ao Centro de Ensino Vinicius de Moraes.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) representante da gestão do CE Vinicius de Moraes sensibilizada e mobilizada para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
09/05/2022: Visita institucional ao Centro de Ensino João Paulo II.	<ul style="list-style-type: none"> 02 (duas) representantes da gestão do CE João Paulo II sensibilizadas e mobilizadas para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
11/05/2022: Visita institucional ao Centro de Ensino Prof. Emésio Dário de Araújo e ao Centro Educa Mais Profa. Estefânia Rosa da Silva.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) representante da gestão do CE Prof. Emésio Dário de Araújo e 01 (uma) representante da gestão do Centro Educa Mais Profa. Estefânia Rosa da Silva sensibilizados e mobilizados para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
19/08/2022: Visita institucional à Fundação Evangélica Maranata.	<ul style="list-style-type: none"> 02 (dois) representantes da Fundação Evangélica Maranata sensibilizados e mobilizados para a realização do Clube da Leitura, ação do Projeto Escola pra Vida.

25/11/2022: Visita institucional à Unidade Regional de Educação de São Luís – MA (URE/São Luís).	<ul style="list-style-type: none"> 02 (duas) representantes da URE sensibilizadas para a mobilização dos professores e funcionários do território da Divinéia/Turu que participarão do <i>Curso Disciplina Restaurativa nas Escolas</i> (previsto para fevereiro/2023).
12/12/2022: Visita institucional à Unidade Educação Básica Prof. Ronald da Silva Carvalho.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) representante da gestão da UEB Ronald Carvalho sensibilizado e mobilizado para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
19/12/2022: Visita institucional à Escola Prof. Luís Pinho Rodrigues.	<ul style="list-style-type: none"> 02 (duas) representantes da gestão da Escola Luís Pinho sensibilizadas e mobilizadas para a implementação do Projeto Escola pra Vida.
23/12/2022: Visita institucional à Escola Terceiro Milênio (Anexo da UEB Prof. Ronald da Silva Carvalho).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) representante da gestão da UEB Terceiro Milênio sensibilizada e mobilizada para adesão ao Projeto Escola pra Vida.
Realização de Círculos de Apresentação nas Comunidades Escolares.	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Escola pra Vida apresentado para 82 integrantes da comunidade escolar participantes de 02 Círculos no Centro de Ensino Paulo Freire – sala 100, turnos matutino e vespertino.
MACROAÇÃO: 3 – construção dos Mapas de Identidades.	
META: construir 01 (um) Mapa de Identidade por escola participante com proposições para a execução do projeto.	
AÇÕES	RESULTADOS
Levantamento diagnóstico em cada escola.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) formulário elaborado para preenchimento pelos gestores escolares. 05 (cinco) formulários preenchidos por ocasião de reuniões com gestores escolares das instituições de Ensino Médio.
Construção de agendas.	<ul style="list-style-type: none"> 05 (cinco) agendas construídas com as escolas de Ensino Médio.
MACROAÇÃO: 4 – formação de recursos humanos.	
META: capacitar gestores, professores, funcionários, alunos, familiares e lideranças comunitárias integrantes das 10 (dez) escolas participantes para a gestão não-violenta de conflitos dentro e fora das instituições.	
AÇÕES	RESULTADOS
Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares (4h/a).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) planejamento e 01 (uma) apresentação (<i>pptx</i>) construídos pela equipe técnica do GABMC, relativos à Oficina <i>Cultura de Paz nas Comunidades Escolares (4h/a)</i>. 82 educandos e 3 educadores certificados por participação nas duas turmas da <i>Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares (4h/a)</i> realizadas no CE Paulo Freire.

Capacitação de Multiplicadores na Metodologia Unicef Guia de Competências para a Vida (4h/a).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) planejamento construído pela equipe técnica do GABMC relativo à <i>Oficina Capacitação de Multiplicadores na Metodologia Unicef Guia de Competências para a Vida (4h/a)</i>.
Formação em Mediação Escolar (20h/a).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) planejamento e 01 (uma) apresentação construídos, relativos à <i>Formação em Mediação Escolar (20h/a)</i>. 85 educandos e 03 educadores certificados por participação nas duas turmas da <i>Formação em Mediação Escolar (20h/a)</i> realizadas no CE Paulo Freire.
Oficina de Construção da Declaração de Valores da Comunidade Escolar (2h/a).	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) planejamento e 01 (uma) apresentação construídos, relativos à <i>Oficina de Construção da Declaração de Valores da Comunidade Escolar (2h/a)</i>. 01 Declaração de Valores do CE Paulo Freire, construída com a participação de 76 educandos e 3 educadores.
ETAPA 2 – Execução de Agendas	
MACROAÇÃO: 2 – promoção da cidadania por meio do acesso às artes, à cultura e ao patrimônio histórico.	
META: oportunizar aos educandos o acesso às artes, à cultura e ao patrimônio histórico da cidade de São Luís.	
AÇÕES	RESULTADOS
Criação do Clube de Leitura Juvenil com educandos das escolas de Ensino Médio: CE Paulo Freire; CE João Paulo II; CEM Profa. Estefânia Rosa da Silva; CE Prof. Emésio Dário de Araújo e CE Vinícius de Moraes.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) proposta de criação do Clube de Leitura Juvenil, construída e apresentada aos 05 (cinco) gestores das escolas. 04 (quatro) reuniões realizadas na Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação de membros e servidores do MPMA, no intuito de planejar o evento de abertura do Clube de Leitura Juvenil.
Visitas ao Centro Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão.	<ul style="list-style-type: none"> 02 (duas) visitas realizadas com a participação de 80 (oitenta) educandos e 03 (três) educadores do CE Paulo Freire.
Passeios guiados ao Parque do Bom Menino de São Luís.	<ul style="list-style-type: none"> 02 (dois) passeios realizados ao Parque do Bom Menino (piquenique), com a participação de 80 (oitenta) educandos e 03 (três) educadores do CE Paulo Freire.
Oficina Artística: produção de Cordel. Local: Centro de Ensino Paulo Freire.	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) Cordel – <i>Empatia, Valores e Cuscuz</i> – produzido com a participação de 03 (três) educadores e 09 (nove) educandos do CE Paulo Freire. Impressão: 150 (cento e cinquenta) cópias.

<p>Atividade Cultural (não prevista no Plano de Ação do Projeto Escola pra Vida): culminância da Disciplina Eletiva Cultura de Paz e Mediação do Centro de Ensino Paulo Freire.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 400 (quatrocentas) pessoas da comunidade escolar sensibilizadas para dar seguimento ao trabalho com Mediação e outras metodologias de Cultura de Paz no CE Paulo Freire.
---	--

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

3. INDICADORES

Quadro 16 - Aferição de resultados conforme Indicadores

INDICADORES	RESULTADOS
<p>Ações de sensibilização e mobilização de instituições e comunidades para divulgação e adesão ao Programa MP na Comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 18 ações de sensibilização e mobilização de instituições e comunidades realizadas. • 65 pessoas sensibilizadas e mobilizadas para a gestão dialógica de conflitos e para a construção de parcerias com o Programa MP na Comunidade.
<p>Procedimentos para a instalação de Núcleos Comunitários de Mediação e Práticas Restaurativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 01 Núcleo Comunitário em processo de instalação.
<p>Atividades de Educação em Direitos Humanos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 05 atividades de promoção da Educação em Direitos Humanos realizadas. • 265 pessoas participantes das ações de promoção da Educação em Direitos Humanos.
<p>Ações em Rede: sensibilização, mobilização ou capacitação para a atuação em rede.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 27 ações de sensibilização, mobilização ou capacitação para a atuação em rede realizadas. • 400 pessoas sensibilizadas, mobilizadas ou capacitadas para a atuação qualificada em rede.
<p>Encaminhamentos institucionais para acesso aos serviços ou políticas públicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 02 (dois) encaminhamentos de adolescentes estudantes para acompanhamento psicológico na Fundação Maranata. • 01 (um) encaminhamento de adolescente estudante para atendimento com fonoaudiólogo no Instituto Antônio Marcos. • 01 (um) encaminhamento de adolescente estudante para o Centro de Saúde da Vila Luizão (tratamento de Tuberculose). • 01 (um) encaminhamento de adolescente estudante para o Centro de Referência da Assistência Social (inclusão em Programa Federal de Transferência de Renda).
<p>Lideranças comunitárias sensibilizadas para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 20 (vinte) lideranças comunitárias sensibilizadas para a atuação voluntária no âmbito do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.
<p>Ações de sensibilização e mobilização para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 28 (vinte e oito) ações de sensibilização e mobilização para a gestão de conflitos sem violências nas comunidades escolares realizadas. • 400 (quatrocentos) membros de comunidades escolares sensibilizados para dar seguimento ao

	trabalho com metodologias de gestão de conflitos sem violências.
Nº de membros das comunidades escolares capacitados para a gestão não-violenta de conflitos.	<ul style="list-style-type: none">• 85 (oitenta e cinco) membros de comunidades escolares capacitados em mediação escolar.
Nº de atividades promovidas pelas Células de Construção de Paz das comunidades escolares.	<ul style="list-style-type: none">• 01 (um) evento realizado pelos membros da Célula de Cultura de Paz do Centro de Ensino Paulo Freire: Culminância da Disciplina Eletiva Cultura de Paz e Mediação.

Fonte: GABMC/PGJ, 2022.

ÓRGÃOS AUXILIARES

Escola Superior do Ministério Público (ESMP)

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, criada por meio da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991, entidade sem fins lucrativos, é um dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão, destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fóruns de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da instituição.

A par dessa perspectiva, em 2022 foram realizadas **128 atividades e 8.297 inscrições**, bem como **ministradas 902 horas-aula**. No canal da ESMP/MA no YouTube, foram quase **25.000 horas** de exibição de conteúdo, alcançando o número de **68.721 visualizações** e mais de **3 mil inscritos**, que acompanham com assiduidade as capacitações ali veiculadas.

A transversalidade dos direitos fundamentais permeou as capacitações ofertadas pela ESMP/MA, com destaque para as temáticas de equidade de gênero, educação ambiental, direitos das vítimas, Tribunal do Júri e atuação resolutiva do Ministério Público do Maranhão.

No ano em comento, foi finalizado o Mestrado Interinstitucional em Direito em parceria com a PUC/RS, com a obtenção do título de mestre por 4 (quatro) Promotores de Justiça do MPMA, e o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, com a certificação de 47 (quarenta e sete) novos especialistas entre membros e servidores, para fortalecimento do quadro interno da instituição.

A doutrina ministerial produzida na ESMP/MA estampa o 4º volume da *Lumiar* – Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, que homenageia o jurista Clóvis Beviláqua (1859-1944), lançada por ocasião do 12º Congresso Estadual do Parquet maranhense.

O amadurecimento da pesquisa científica em âmbito ministerial veio acompanhado da criação do Núcleo de Estudos, com o tema “MP-TRENDS: conectando pontos para a construção do Ministério Público do Futuro”, mediante o EDT-ESMP - 32022 e a autorização do Conselho Pedagógico, em sessão datada de 5 de setembro de 2022, e da atualização do cadastro da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão no Diretório de Instituições do CNPq.

Em consonância com o art. 25, I, “b” do Regimento Interno da ESMP/MA, deu-se continuidade ao Curso de Preparação e Aperfeiçoamento Destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão.

O fortalecimento dos mecanismos de comunicação interna e externa ocorreu com a reimplantação de pesquisa de satisfação de cursos e ações realizadas por meio da ESMP/MA e implantação da página da escola no site do Ministério Público do Maranhão.

Encerrando o ano, foi realizado o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, com o tema “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios”, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2022, consolidando o ciclo exitoso de atividades

desta Escola. Foram **800 inscritos**, sendo **149 membros**, **127 servidores** e **524 participantes externos**, num total de **12 horas** de Congresso.

Faz-se, portanto, no presente relatório, a síntese das atividades realizadas por esta Escola Superior no ano de 2022, alinhando-as às exigências regimentais e ao planejamento estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029.

1. Referenciais Estratégicos do MPMA e resultados do Plano Estratégico do MPMA

O Ministério Público do Maranhão, em 2022, institucionalizou o Plano Estratégico 2021-2029, valendo-se da metodologia elaborada pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP).

Nesse contexto, a ESMP/MA participou da construção do referido documento comprometendo-se com 4 (quatro) projetos, adotando-os institucionalmente para cumprimento do seu Plano Tático Operacional no período de 2022 a 2024 e, conseqüentemente, nos resultados macroinstitucionais.

Quadro 17 - Projetos do Plano Tático Operacional da ESMP/MA 2022-2024

Nome do projeto	Aderência aos objetivos estratégicos	Programa vinculado	Status
Estruturação tecnológica da ESMP/MA. Data do último reporte: 29/11/2022 (2ª RAT)	Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.	Introduzir e capacitar membros e servidores nas atuais e futuras tecnologias de informação, fomentando a inovação.	Este projeto perpassa pelos processos 8906 e 8907/2022, ambos arquivados pelas Decisões nos 21472022 e 21482022, respectivamente. Como estratégia, a ESMP/MA sugeriu pensar em novas formas de utilização das tecnologias por meio de grupo de pesquisa e, para tanto, instituiu o Grupo de Estudos MP Trends, ofertando 30 vagas, com preenchimento de 103%, sendo 12 membros e 19 servidores. O objetivo do grupo é formar uma comunidade de transformação digital no Ministério Público do Maranhão com foco em inovação. O grupo desenvolveu suas atividades em 2022, através de encontros virtuais e presenciais, com módulos oferecidos via plataforma Moodle da ESMP/MA de forma síncrona e assíncrona, concluindo com a unidade III - Highlights e sobre blockchain e criptoativos. As atividades do grupo de estudos continuarão em 2023.
Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Membros e Servidores.	Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional;	Fomentar a política de capacitação dos servidores mediante cursos <i>in Company</i> ;	A ESMP concluiu a fase de solicitação de proposta de capacitação de todas as áreas do MPMA (estruturante e finalística)

Data do último reporte: 29/11/2022 (2ª RAT)	Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho;	Introduzir e capacitar membros e servidores nas atuais e futuras tecnologias de informação, fomentando a inovação;	em dezembro de 2022. Neste sentido, a Escola está em fase de análise das demandas recebidas e divulgará o calendário de formações em janeiro/2023, conforme Regimento Interno. Ainda sobre este projeto, a ESMP/MA reimplantou a realização de pesquisa de satisfação dos cursos e ações ofertadas, para atender ao indicador nº 5 do projeto.
	Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.	Elaborar e desenvolver estratégias de conscientização e práticas para contribuir com o MP no cumprimento de suas ações funcionais.	
Programa de Residência Jurídica e áreas afins à atividade ministerial. Data do último reporte: 29/11/2022 (2ª RAT)	Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho.	Mapear e desenvolver as capacidades humanas, distribuindo a mão de obra conforme as competências e baseando as decisões em dados.	A ESMP/MA se manifestou por meio dos Ofícios 22022 e 422022, pela implementação do Programa de Residência Jurídica no âmbito do Ministério Público do Maranhão e está acompanhando as tratativas de implementação em nível nacional.
Programa de Extensão ESMP/MA. Data do último reporte: 29/11/2022 (2ª RAT)	Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho;	Fomentar a política de capacitação dos servidores por intermédio de cursos <i>in Company</i> ;	Projetos de Equidade de Gênero (ver item 3.1 deste relatório)
	Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos;	Desenvolver ações comunicativas com a instituição e a comunidade;	Projetos de Educação Ambiental (ver item 3.2 deste relatório)
	Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial;	Fortalecimento da comunicação com a sociedade.	Projetos de Direitos das Vítimas (ver item 3.3 deste relatório)
	Fortalecer o processo de comunicação e imagem institucional.	Divulgar em todos os meios de comunicação disponíveis e para todos os públicos a missão e visão de futuro da instituição, estimulando a troca de informações com o público-alvo; Fomento e ampliação da participação popular na definição de estratégias de atuação do MP nas	Projetos de Autocomposição (ver item 3.4 deste relatório)

		comunidades carentes.	
--	--	-----------------------	--

Fonte: ESMP/PGJ, 2022.

2. Atividades formativas realizadas por Eixo de Ensino

2.1. Atividades Formativas sobre Equidade de Gênero

Dentre as diversas iniciativas da ESMP/MA, a equidade de gênero sempre se fez presente nas atividades apresentadas, na perspectiva de contribuir para erradicar a violência contra as mulheres. Sendo assim, a ESMP/MA tem buscado promover eventos, como cursos, palestras, workshops, etc., cujo objetivo é romper com esse ciclo de violência contra as mulheres, ainda existente na sociedade, a fim de garantir o empoderamento informativo, discutindo sobre as desigualdades, violências e desvantagens atuais e históricas entre homens e mulheres e ainda estimular a discussão de direitos, criação e validação de políticas públicas que alcancem toda e qualquer menina ou mulher.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 22/9/2006), que criminaliza a violência doméstica e familiar contra mulheres, existe desde 2006, mas foi somente em junho de 2019, por meio da Lei nº 13.836/2019, que se tornou obrigatório informar sobre a condição de deficiência da vítima nos boletins de ocorrência nos casos de violência doméstica – o que pode agravar a pena do agressor.

Assim sendo, a ESMP/MA fortaleceu os debates com foco na dupla vulnerabilidade da mulher com deficiência, como o webinar **“Violência de Gênero e Mulher com Deficiência: aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade”**, realizado no primeiro semestre, que contou com participação de 93 (noventa e três) inscritos, e a palestra **“Violência Psicológica, Femicídio e Mulheres com Deficiência”**, realizada no segundo semestre de 2022, que contou 81 (oitenta e um) participantes, ambas atividades com carga horária de quatro horas.

Além dessas, houve também as discussões sobre a Violência Política contra Mulheres. Dentre as várias violências de gênero, percebemos o crescimento da conduta do stalking, perseguição online ou física a alguém. No ano de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.132, que transformou o stalking em crime, inserindo no Código Penal o art. 147-A, denominado “crime de perseguição”. Esse foi o foco do curso **“Stalking e Violência de Gênero”**, realizado em maio de 2022, alcançando um número para além dos 133 (cento e trinta e três) inscritos. As atividades formativas nesse eixo temático foram realizadas em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero - CAO/Mulher.

2.2. Atividades Formativas sobre Educação Ambiental

A Educação Ambiental é um tema de grande importância para a sociedade e fez parte de ações nas quais a ESMP/MA procurou alertar sobre as causas e consequências das mudanças climáticas, interferências nos biomas, importância da fauna e flora, sobretudo, como forma cidadãos mais participativos diante de uma responsabilidade socioambiental.

Em vista disso, as discussões quanto à arborização urbana têm sua importância a fim de conhecer os inúmeros benefícios relacionados à estabilidade do clima, ao conforto ambiental, na melhoria da qualidade do ar, bem como na saúde física e mental da população, além de influenciar na redução da poluição sonora e visual e auxiliar na conservação do ambiente. Um dos cursos oferecidos pela ESMP/MA, dentro dessa temática, foi **“Arborização Urbana e Árvores Centenárias no Município de São Luís”**, realizado no primeiro semestre de 2022, que destacou a arborização como uma necessidade das cidades, não apenas pelas questões estéticas, mas, também, é preciso pensar, para além desse benefício, no bem-estar e na higidez do ar oferecido para a vida humana, conseqüentemente refletindo na qualidade de vida das pessoas. Ressaltamos ainda a realização de uma oficina com os Facilitadores da Equipe do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR) e 25 (vinte e cinco) Agentes Jovens Ambientais (AJA's), a fim de mobilizá-los para a plantação, conservação e manutenção de árvores e adoção de práticas que devem ser implementadas como política pública permanente.

Por fim, a realização do **Ciclo de Diálogos pelo Clima**, fruto do acordo assinado entre o FUNBIO e o Ministério Público estadual, com debates visando à criação de entendimento jurídico e novos arranjos institucionais que permitam o combate ao desmatamento e o enfrentamento às mudanças climáticas, com especial enfoque na Amazônia e no Cerrado. O evento reuniu cerca de 30 (trinta) convidados para debater o tema “Instrumentos econômicos e financeiros de curto, médio e longo prazo como forma de apoio às metas climáticas assumidas pelo Brasil”.

3.3. Atividades Formativas sobre Direitos das Vítimas e Tribunal do Júri

A pauta do Direito das Vítimas, como garantia da dignidade humana diante de situações de violência, marca a atuação da ESMP/MA com vista a auxiliar na proteção contra abusos de poder e na repressão a crimes contra a integridade física, psicológica ou moral dos cidadãos.

O Ministério Público do Estado do Maranhão aderiu, de forma bastante ativa, ao Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público. Isso representou mais um passo da ESMP/MA e da sua atuação comprometida em seguir firme para desenvolver ações coordenadas em busca da proteção integral e de promoção de direitos e de apoio às vítimas no âmbito do Ministério Público brasileiro, com o objetivo de ampliar o acesso à informação, promover maior efetividade na proteção dos direitos das vítimas e humanizar o atendimento a ela conferido, considerando os termos da resolução CNMP nº 243/2021, que dispõe sobre a política de proteção de direito e apoio às vítimas. A Escola entende ser premente o combate a causas que reprimam ou lesem os direitos das vítimas, sejam elas individuais ou coletivas, na busca constante do resgate à sua dignidade integral.

Nessa missão, a ESMP/MA buscou fomentar o aprimoramento da atuação profissional dos membros, servidores e estagiários para a garantia dos direitos das vítimas, destacando-se a realização do **Seminário Luso-brasileiro de Direito das Vítimas**, evento ocorrido no dia 23 de setembro de 2022, em parceria com o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV PT). O Seminário teve 276 inscritos e 591 visualizações no canal da ESMP/MA no YouTube, com a posterior

entrega de 152 certificados. Composto a programação do evento, ressaltamos a participação de João Carlos de Jesus Lázaro, Presidente Executivo da APAV PT, na mesa de boas-vindas, e as palestras de Marcelo Weitzel, membro auxiliar da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público; Luiza Brunet, empresária e ativista em defesa dos direitos das mulheres; Fabíola Moran, Promotora de Justiça do MPSP; e Lélío Braga Calhau, o Promotor de Justiça do MPMG. O evento foi conduzido e mediado por Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Diretora da ESMP/MA.

Na perspectiva do direito das vítimas, é importante citar o **12º Congresso Estadual do Maranhão**, realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 2022, com carga horária de 12 horas-aula e 800 inscritos. O evento abordou temáticas que evidenciaram os descasos com as vítimas da educação e pessoas com deficiência, além da atuação do Tribunal do Júri frente à temática. O evento científico promoveu debates, o mapeamento das diferentes violações e a reflexão acerca da vulnerabilidade das vítimas, com o intuito de assegurar os direitos fundamentais àqueles que são sujeitos de direito.

Na perspectiva do Tribunal do Júri, como um dos objetivos fulcrais de formação para a excelência na atuação ministerial, a ESMP/MA realizou diversos momentos formativos, em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri, dentre os quais podem-se destacar as oficinas: **“Aspectos controvertidos da denúncia”**, com 10 horas-aula, 73 inscritos e 37 visualizações; **“Perícia e Cadeia de Custódia”**, com 20 horas-aula, 52 inscritos e 35 visualizações, realizadas respectivamente em 11 de abril e 9 de maio de 2022. Os cursos **“O tribuno”**, com 4 horas-aula, 46 inscritos e 30 participantes, e **“Segredos e estratégias do Tribunal do Júri”** (2ª edição), com 8 horas-aula, 40 inscritos e 28 participantes; e as quatro edições dos **“Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias”**, que têm em sua proposta ampliar o debate sobre causas e consequências dos altos índices de violência geral no país, da violência do Estado em particular, assim como da que atinge profissionais de segurança pública, totalizando 116 profissionais de segurança capacitados nos municípios de São Luís, Rosário e Imperatriz.

3.4. Atividades Formativas sobre Autocomposição

Considerando o disposto na Resolução nº 118 do CNMP, esta Escola Superior desenvolveu atividades em parceria com o Gabinete de Mediação, com o propósito de estimular a adoção da resolução autocompositiva e adequada de conflitos, dentro e fora do Ministério Público. Das formações, podem-se citar a oficina **“Ação em rede - Formação em redes para territórios contemplados com ações do Programa MP na Comunidade”**, desenvolvida em vários territórios da Capital, bem como os cursos de **“Formação em Mediação Escolar - Projeto Escola para a Vida” (PEV)** e o minicurso **“Cultura de Paz e Comunidades”**, totalizando mais de 110 horas-aula e 280 pessoas capacitadas.

3. Atividades formativas realizadas por Eixo de Pesquisa

3.1. Núcleo de estudos

Considerando o artigo 4º do Regimento Interno da ESMP/MA, a pesquisa nesta instituição tem como objetivo a busca de novos conhecimentos em todas as áreas jurídicas, com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna, na caracterização de seus direitos e na busca

da Justiça. Nesse sentido, considerando também o incentivo à pesquisa por todos os meios, para fins de aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico, a ESMP/MA, mediante o edital EDT-ESMP - 32022 e a autorização do Conselho Pedagógico, em sessão datada de 5 de setembro de 2022, instituiu o Núcleo de Estudos, com tema “**MP-TRENDS: conectando pontos para a construção do Ministério Público do Futuro**”, sob a coordenação da Promotora de Justiça Flávia Valéria Nava Silva.

O MP-TRENDS tem como escopo abordar as *highlights* tecnológicas e seus impactos no mundo jurídico, alinhando-se com as atividades do Ministério Público, no contexto da transformação digital da sociedade, do futuro do trabalho, na perspectiva da cidadania digital. Dessa maneira, temas como *blockchain*, tokenização e NFT (*non fungible token*), CBDC (*central bank digital currency*), web 3.0, inteligência artificial, neurodireitos, LGPD, redes sociais, *deep web*, *dark web*, segurança digital, desinformação (*fake news*), cidadania digital em seus múltiplos aspectos, constituem-se como objetos de estudo no Núcleo de Pesquisa, com o propósito de auxiliar em uma atuação do Ministério Público que precisa estar preparado para os momentos disruptivos sociais.

O grupo é composto por 31 participantes, sendo 12 membros e 19 servidores do MPMA e conta com atividades formativas síncronas e assíncronas, totalizando, desde o seu início em 7 de outubro de 2022, mais de 20h/a de atividades desenvolvidas, dentre as quais:

- Encontro inaugural e início da unidade I - Transformação digital;
- Visita ao Toada Lab como parte da Unidade II - Inovação;
- Finalização das unidades I e II com roda de debates sobre as temáticas estudadas;
- Unidade III - Highlights sobre blockchain e criptoativos.

3.2. Diretório de Instituições CNPq

A ESMP/MA atualizou seu cadastro no Diretório de Instituições do CNPq, que é componente da Plataforma Lattes, concebido para promover as organizações do Sistema Nacional de CT&I à condição de usuárias das Plataformas do CNPq. Constitui a base de dados cadastrais de toda e qualquer instituição que estabelece algum tipo de relacionamento com o CNPq.

4. Atividades formativas realizadas por Eixo de Extensão

As atividades desenvolvidas por eixo de extensão pela ESMP/MA possibilitam ao Ministério Público fortalecer o diálogo com a comunidade e a sua imagem institucional. Definidas no Regimento Interno da Escola Superior em seu art. 7º, as atividades de extensão também visam constituir prolongamento das áreas de atuação já instaladas e em funcionamento na instituição, em termos de ensino e pesquisa, com o objetivo de estimular a troca de informações com o público-alvo, proporcionando o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

Dentre os principais projetos e atividades desenvolvidas no ano de 2022, no eixo de extensão, podem-se citar:

- 5ª Edição dos Diálogos Plurais: Transfobia

No Brasil, a transfobia representa um desafio que precisa ser combatido, constituindo-se em fruto da herança cultural, que desencadeia a violência sofrida por essa parcela da população que vive a transgeneridade.

A transfobia decorre da não-aceitação da expressão identitária dessas pessoas, manifestando-se na forma de violência física, verbal, moral ou psicológica. Assim, são designadas transfóbicas as pessoas que exercem tal violência, caracterizada como uma aversão manifesta, de modo explícito ou velado, à identidade de gênero autodeclarada por pessoas trans.

Diversos fatores se manifestam como causas da transfobia e, sob a forma de violência, resultam em atos de preconceitos que, juntos, oprimem pessoas trans cotidianamente. Desse modo, para evitar esse tipo de preconceito, faz-se necessário fomentar o debate aberto e livre de julgamentos em torno do assunto.

Nessa perspectiva, a ESMP/MA realizou a **5ª Edição dos Diálogos Plurais**, com o tema **“Transfobia”**. Na oportunidade, contou com a participação do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, da Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, da psicóloga e Diretora da Casa Florescer Maranhão, Raissa Mendonça, e do professor e artista Miguel Veiga, com o propósito de romper com o preconceito que ainda assola nossa sociedade. O evento aconteceu em 17 de maio de 2022, Dia Internacional Contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, na sede da ESMP/MA, com um público de 50 participantes, dentre autoridades, componentes de coletivos, professores e alunos da comunidade acadêmica.

- ESMP LITERÁRIA

A ESMP/MA priorizou, como temáticas das edições da ESMP Literária no ano de 2022, as questões de gênero e o tributo à memória de Clóvis Beviláqua, homenageado da 4ª Edição da Revista Lumiar.

O livro da escritora Rai Soares, **“A mulher que pariu um peixe”**, onde estão reunidos contos de ancestralidade, memória e coletividade, foi tema da 13ª ESMP Literária.

A 14ª ESMP Literária trouxe como tema o romance **A Parede**, da escritora maranhense Arlete Nogueira da Cruz. O livro, publicado em 1961, completou 60 anos em 2021. Da homenagem à escritora participaram diversas autoridades, estudantes e figuras conhecidas da intelectualidade maranhense, que também prestigiaram, ao final do evento, o lançamento da 4ª edição do romance.

A 15ª ESMP Literária, no ano de celebração dos 20 anos de promulgação da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (novo Código Civil), trouxe como tema um grande expoente do universo intelectual brasileiro na transição do século XIX ao XX, Clóvis Beviláqua, jurista cearense, ex-promotor público no Maranhão, que publicou diversas obras em mais de 50 anos de atuação, elaborando, também, o projeto do Código Civil, que seria promulgado em 1916.

Nesse sentido, o Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio de sua Escola Superior, homenageou esse grande jurista, com a palestra **“As virtualidades da mora na visão de Clóvis Beviláqua”**, ministrada pelo Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça (biênio 2022-2023), Paulo Sérgio Velten Pereira, bem como com a contribuição de Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino, Advogada e Vice-Presidente do Tribunal de Ética e

Disciplina (TED) OAB/MA, além da mediação da promotora de justiça, coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação da ESMP-MA, Ana Luiza Almeida Ferro.

O Projeto de Extensão, em sua edição especial, contou com a apresentação do monólogo **“O mundo cabe no meu quarto”**, texto premiado em concurso do PEN Clube do Brasil, encenado e dirigido pela autora Ana Luiza Almeida Ferro. O evento aconteceu na sede do PEN Clube do Brasil, presidido pelo Presidente Ricardo Cravo Albin, no Rio de Janeiro, e foi prestigiado por autoridades, dentre as quais: a Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão; a Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira; o Presidente da Associação do Ministério Público, Gilberto Câmara; o Presidente da Academia Carioca de Letras, Cláudio Murilo Leal, e a Secretária Executiva e Membro da Academia Carioca de Letras, Maria Amélia Amaral Palladino. O evento foi transmitido em tempo real para todas as representações do Pen Club nacionais e internacionais, além da ESMP/MA, em seu canal no YouTube.

A 16ª ESMP Literária com o tema **“A mulher na literatura”**, teve como objetivo abordar a mulher como sujeito historicamente oprimido e colocado à sombra do sexo masculino, visto como o sexo forte e dominante como herança do patriarcado e tradições machistas. Trabalhou ainda o quanto esse paradigma vem sendo rompido, e do quanto a mulher vem conquistando crescentes espaços, mas ainda não o lugar merecido. O evento contou com a palestra da professora, romancista, ensaísta, colunista, Doutora em Estudos Literários pela Universidade Paris VIII, Luzilá Gonçalves Ferreira.

- Oficina “Meninas: diálogos e registros de desafios cotidianos”

Dez meninas que participam de projetos desenvolvidos pela ONG Plan Internacional fizeram parte dos momentos de sensibilização, com rodas de diálogos e oficina sobre técnicas de fotografia. A oficina contou com a atividade prática que proporcionou às adolescentes fotografar e serem fotografadas no espaço do Centro Cultural do MPMA e do Parque Bom Menino (Centro), sob orientação do Promotor de Justiça Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo, que também é fotógrafo. Elas foram orientadas ainda pela fotógrafa Thatiane Barros de Abreu, pela especialista em Educação Especial e formadora educacional Sharlene Serra, e pela psicóloga e facilitadora de projetos da Plan Internacional Brasil Joceline Silva.

- Exposição Coletiva Meninas: Diálogos e Registros do Cotidiano

O Ministério Público, por meio da ESMP/MA e do Centro Cultural do MPMA, em parceria com o CAO/Mulher, o CAO/Idoso e Pessoa com Deficiência, o Fórum de Educação para os Direitos das Meninas e das Mulheres – FEDIM, a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Plan Internacional e a Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, em alusão ao Dia Internacional e Estadual da Menina, realizaram o lançamento da exposição coletiva **“Meninas: diálogos e registros do cotidiano”**, exposição “aprendendo coletivamente”, e fotografias de Lulu Elar, que fazem parte da coleção fluxo.

As obras foram expostas no Espaço de Artes Márcia Sandes, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no dia 11 de outubro de 2022, como um movimento de ocupação do espaço do Ministério Público por meninas que, fazendo uso da fotografia, manifestam suas singularidades. A fotógrafa Lulu Elar também participou da exposição com obras de sua autoria.

A abertura da exposição foi realizada pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e pela Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira.

Bianca Melo, uma das adolescentes participantes da Oficina e expositora, agradeceu, em nome das demais participantes do projeto, pela oportunidade de apresentar um pouco do seu cotidiano e da importância desses espaços como instrumentos de garantia de direitos.

O lançamento da exposição contou também com a presença do Promotor de Justiça e facilitador da oficina “Meninas: Diálogos e Registros do Cotidiano”, o Dr. Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo, e da Deputada Estadual Daniella Jadão Meneses Cunha, autora do projeto que resultou na Lei Estadual nº 11.371/2020, que institui o Dia Estadual da Menina.

5. Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA

O Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão tem por objetivos: I – o aprofundamento do conhecimento científico e acadêmico, contribuindo na formação de profissionais com conhecimento atualizado e crítico; II – o fomento ao desenvolvimento da habilidade de produzir pesquisa em área específica, bem assim de formular notas técnicas, manuais operacionais, artigos e outros trabalhos, além da monografia ou trabalho final, em que se revelem adequada revisão bibliográfica, capacidade de sistematização e de exposição, domínio do tema e da metodologia pertinente; III – o oferecimento de elementos para a sistematização das ações pedagógico-institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão (art. 1º, Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão).

5.1. Mestrado Interinstitucional em Direito – MINTER

O curso de Mestrado Interinstitucional promovido pelo Centro Universitário UNDB e pela PUC-RS, mediante o Contrato 01/2021, celebrado entre a UNDB, a PUC-RS, o MPMA e a ESMP/MA, teve sua conclusão no ano de 2022 com a defesa das dissertações e aprovação dos alunos Gabriel Sodré Gonçalves, Igor Adriano Trinta Marques, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior e Marco Tulio Rodrigues Lopes, todos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

5.2. Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção foi criado a partir do Termo de Convênio 3/2021, firmado entre a ESMP/MA e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com suas regras e demais informações descritas no Edital nº 01/2021-ESMP/MA. O certame para seleção dos alunos contou com 137 (cento e trinta e sete) inscrições, sendo 82 (oitenta e duas) completas (59,85%), das quais foram selecionados 50 (cinquenta) candidatos, entre membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

As atividades da Pós-Graduação tiveram início nos dias 2 e 3 de setembro de 2021, com 50 (cinquenta) alunos, sendo 24 (vinte e quatro) membros e 26 (vinte e seis) servidores.

No total, foram ministrados 18 (dezoito) módulos (disciplinas), com 27 (vinte e sete) professores (sendo 19 titulares e 8 convidados), com finalização da parte teórica em junho/2022, computando 360 h/a de carga horária.

Foram apresentados 47 (quarenta e sete) trabalhos de conclusão de curso (TCCs), nas modalidades on-line e presencial, entre os dias 22 de agosto e 5 de outubro de 2022.

Parte dos artigos defendidos como TCCs foi publicada na edição de 2022 da *Lumiar* - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, lançada durante o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, enquanto a outra parte será publicada na edição de 2023.

A Cerimônia de diplomação dos concludentes aconteceu no dia 16 de dezembro de 2022, como parte da programação do referido Congresso, que teve como tema “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios”.

6. Curso de Preparação e Aperfeiçoamento Destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão

Em 2022, de acordo com as disposições do Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009 - GPGJ/CGMP e da Recomendação de Caráter Geral CNMP - CN nº 01, de 15 de março de 2018, deu-se continuidade ao Curso de Preparação e Aperfeiçoamento Destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão para o Promotor de Justiça Francisco de Assis Maciel Carvalho Junior, curso encerrado em 29/8/2022, complementando a carga horária de 358 horas, tendo em vista que teve início em 26/5/2021.

Quadro 18 – Disciplinas do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA (hora/aula)
Violência Psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal	14/02/2022	4h
Sala de situação - Tira-dúvidas: como analisar as folhas do FUNDEB?	21/02/2022	3h
Criptoativos e Novas Tecnologias Financeiras	09/03/2022	3h
OSINT: Técnicas de Investigação Patrimonial em Fontes Abertas	10/03/2022	3h
Crimes Cibernéticos e Perícia Forense Digital	10 e 11/03/2022	15h
Segurança Cibernética e Delitos Virtuais	14/03/2022	3h
Investigação Financeira e Criptoativos	15/03/2022	3h
Medidas Preventivas e Instrumentos Internacionais de PLD/FT	16/03/2022	3h
Workshop prático: Lavagem de Dinheiro e Investigações Financeiras	30/03/2022	10h
Workshop prático: Atividades de Inteligência Financeira e Criptoativos	31/03/2022	10h
Técnicas de Investigação, Inquérito Policial e Procedimento Investigatório Criminal	31/03 e 01/04/2022	15h
Crime organizado e crime do colarinho branco	04/04/2022	2h
Media training	04/04/2022	2h
Tutela Cautelar no Processo Penal	07 e 08/04/2022	15h
Crime organizado como ameaça aos direitos humanos	12/04/2022	3h

Sala de situação - Tira-dúvidas: Acordo de Não Persecução Penal	28/04/2022	3h
Perícia Psiquiátrica e Genética Forense	28 e 29/04/2022	15h
Criminologia	06/05/2022 04:00	15h
Perícia e cadeia de custódia	09 e 10/05/2022	20h
2ª edição do Curso: Os segredos e estratégias do Tribunal do Júri	26/05/2022	8h
Webinário: Lei nº 14.344/22 (Lei Henry Borel) da Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e Adolescente	13/06/2022	3h
Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (1ª etapa)	01/08/2022	3h
Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (2ª etapa)	10/08/2022	3h
Processo estrutural	29/08/2022	2h
Processo civil coletivo	29/08/2022	2h
Carga horária das disciplinas ministradas no ano de 2022		158
Carga horária total do curso		358

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

7. Resultados da Gestão 2022

7.1. Reconhecimento e homenagens

- Elogio Público por parte do Presidente do CDEMP

A Diretora da ESMP/MA, Dra. Karla Farias Vieira, recebeu elogio público, com pedido de anotação na ficha funcional, por parte do Dr. Eduardo Augusto Salomão Cambi, Presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP), como reconhecimento do compromisso e dedicação da ESMP/MA com o CDEMP e com a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) no desenvolvimento eficiente e competente das atividades realizadas.

O Presidente do CDEMP formalizou sua solicitação ao MPMA mediante o OFC-019/2022-CDEMP, originando o Processo nº 112029/2022, que teve como desfecho o deferimento do pedido pela Administração Superior.

- Participação no II Seminário “Elas por Elas”

A ESMP/MA esteve presente no II Seminário “Elas por Elas”, com o tema Empreendedorismo feminino: trajetória, desafios e oportunidades, no dia 7 de dezembro de 2022, promovido pela Plan Internacional, em alusão ao Dia do Empreendedorismo Feminino.

O convite foi realizado como reconhecimento da parceria da ESMP/MA com a Plan Internacional na defesa de objetivos em comum com os do Projeto Empodera Elas, tais como

fomentar o empreendedorismo, oportunizar a liberdade, autonomia e a independência financeira de jovens mulheres.

- Comemoração dos 60 anos do Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA) e concessão de Medalha do Mérito Educacional Prof.^a Anna Maria Patello Saldanha

No dia 20 de dezembro de 2022, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA) comemorou 60 anos de fundação e, dentre as celebrações, ocorreu a entrega da Medalha do Mérito Educacional Prof.^a Anna Maria Patello Saldanha, conforme Resolução nº 282/2004-CEE, à Diretora da ESMP/MA, Dra. Karla Farias Vieira, representando esta Escola Superior.

A concessão da honraria é feita àqueles que tenham contribuído com ações relevantes em prol da educação, especialmente no Estado do Maranhão.

- Reconhecimento por unanimidade do Relatório de Gestão da Escola Superior do Biênio 2020-2022

O Relatório de Gestão da Escola Superior do Biênio 2020-2022 (art. 7º, IX, do Regimento Interno da ESMP), levado à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), por meio do Processo nº 9139/2022, foi submetido à votação na 12ª Sessão Ordinária do CSMP, no dia 29/07/2022, sendo aprovado, por unanimidade, conforme a CERT-CSMP-432022.

7.2. Cooperações técnicas

Nos termos do art. 2º, § 4º, do Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, a ESMP/MA poderá relacionar-se, celebrar convênios e colaborar com outros órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão e com instituições e entidades públicas nacionais e estrangeiras. A seguir, termos firmados em 2022:

- Termo de Cooperação Técnica que, entre si, celebram a Procuradoria Geral de Justiça, a Escola Superior do Ministério Público do Estado Maranhão – ESMP/MA, O Centro Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (TERMCOOP-GPGJ - 122022).

O presente Termo tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a promoção dos “Diálogos pelo Clima” e é voltado à construção de capacidades e desenvolvimento de entendimentos sobre o tema financiamento para a conservação no cenário das mudanças climáticas e o combate ao desmatamento.

- Termo de Cooperação Técnica que, entre si, celebram a Procuradoria Geral de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Maranhão, por intermédio da Escola Superior de Advocacia da OAB/MA, a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão – ESMP/MA e Faculdade Santa Terezinha - CEST (TERMCOOP-GPGJ - 22022).

O Ministério Público do Maranhão, a Faculdade Santa Terezinha (CEST), a Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão assinaram o Termo de Cooperação Técnica para o oferecimento de 10 (dez) vagas destinadas a membros e servidores da instituição ministerial no Curso de Especialização em Direito, Proteção de Dados e Tecnologia.

- Manifestação favorável à elaboração de Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2017 que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Procuradoria Geral de Justiça e a Universidade Estadual do Maranhão (Processos Digidoc nº 2270/2022 e nº 8590/2022).

O Acordo de Cooperação Técnica aditivado tem por finalidade estabelecer e regulamentar a mútua colaboração entre as partes no que diz respeito à cooperação técnica e científica no desenvolvimento de trabalhos de interesse comum, objetivando a realização de perícias, projetos, estudos técnicos e programas de capacitação de pessoal: aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação solicitados pelo Ministério Público do Maranhão e realizados pela Universidade Estadual do Maranhão, ou vice-versa.

- Protocolo de Intenções da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Açailândia-MA.

Foi assinado, em Açailândia-MA, o Protocolo de Intenções no qual todos os órgãos da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher assumiram o compromisso de adotar políticas públicas para fortalecer a defesa da mulher.

- Termo de criação da Rede Estadual de Escolas de Governo do Maranhão.

Os representantes das Escolas de Governo firmaram um protocolo de intenções, com o objetivo de promover a cooperação recíproca entre as Escolas de Governo, implementando ações conjuntas relacionadas ao aperfeiçoamento do potencial do ser humano. O projeto tem por finalidade promover o agrupamento das escolas de formação de servidores, ampliando as atividades formativas para os membros da Administração Pública.

Fazem parte da Rede Estadual de Escolas de Governo, além da EGMA, a Escola dos Conselhos Elisângela Correia Cardoso (SEDIHPOP), a Escola Superior da Defensoria Pública do Maranhão, a Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão (ESPMA), a Escola Ambiental do Maranhão, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), a Escola do Legislativo (da ALEMA), a Escola Superior de Controle Externo (do TCE-MA), a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), a Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Maranhão, a Escola de Socioeducação do Maranhão (da FUNAC) e a Diretoria de Ensino e Pesquisa do Corpo de Bombeiros do Maranhão.

- Realização das Jornadas Nacionais dos Ministérios Públicos Brasileiros.

Em alinhamento com o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP, com a Escola Nacional do Ministério Público e com as demais Escolas Superiores e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) dos Ministérios Públicos brasileiros, realizou-se, em 2022,

uma série de Jornadas Nacionais de Capacitação, tendo a ESMP/MA e o CEAF/MPMT capitaneado a Jornada Nacional de Direitos Humanos, realizada em 23 e 24 de agosto de 2022.

7.3. Atos normativos ESMP/MA

Conforme as disposições contidas no art. 63 do Ato Regulamentar nº 3/2019 - GPGJ (Regimento Interno da ESMP/MA), a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão expediu diversas portarias e editais no ano de 2022.

Quadro 19 - Atos Normativos ESMP/MA 2022

Nº	Editais ESMP 2022
1 2022	Seleção e publicação de obras avulsas
2 2022	Alteração no calendário da seleção e publicação de obras avulsas
3 2022	Instituiu o Núcleo de Estudos, com tema “MP-TRENDS: conectando pontos para a construção do Ministério Público do Futuro
4 2022	Chamada de pôsteres para o 12º Congresso Estadual do Ministério Público
5 2022	Retificação do edital 4/2022 - Chamada de pôsteres para o 12º Congresso Estadual do Ministério Público
6 2022	Resultado da chamada de pôsteres para o 12º Congresso Estadual do Ministério Público
Nº	Portarias ESMP 2022
1 2022	Designa os suplentes dos representantes dos corpos docente e discente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP
2 2022	Estabelece o calendário de atividades de capacitação e formação da ESMP 2022
3 2022	Pública a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da ESMP
5 2022	Atualiza o calendário de atividades de capacitação e formação da ESMP 2022
6 2022	Aprova o Plano de Educação Ambiental
7 2022	Atualiza a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da ESMP
8 2022	Designa a Comissão de Avaliação da Seleção de Obras Avulsas relativo ao Edital-ESMP - 12022
9 2022	Regulamenta o processo para a emissão de 2ª via de certificados de cursos e demais atividades formativas ofertadas pela ESMP/MA
10 2022	Atualiza a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da ESMP
11 2022	Designa Comissão de avaliação de Obras Avulsas
14 2022	Atualiza a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da ESMP/MA
15 2022	Designa os integrantes do Conselho Editorial da <i>Lumiar</i> – Revista do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA
17 2022	Designa a Comissão Científica do 12º Congresso Estadual do Ministério Público

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

7.4. Resultados de melhoria contínua

- Reimplantação de pesquisa de satisfação de cursos e ações realizadas por meio da ESMP/MA (ver item 11.4 deste relatório para detalhes);
- Implantação da página da ESMP/MA no site do Ministério Público do Maranhão (<https://www.mpma.mp.br/escola-superior-mpma/>), com retroalimentação pela equipe da ESMP;
- Reorganização visual da plataforma Moodle para uso exclusivo de acesso a cursos e atividades ofertadas pela ESMP;
- Melhoria do *branding* do canal da ESMP no YouTube (visual, descrição dos vídeos, uso de *hashtags*);
- Criação e divulgação de Informe Interativo mensal das atividades realizadas;
- Desenvolvimento de painel de BI para divulgação de resultados da ESMP;
- Melhoria na performance de divulgação de atividades da ESMP/MA através das listas de transmissão categorizadas por público;
- Desenvolvimento de materiais interativos para divulgação e facilitação de acesso a conteúdo e atividades realizadas (“clique e inscreva-se”, “clique e assista”).

7.5. Reuniões dos Órgãos Colegiados da ESMP/MA

Conforme o art. 9º do Ato Regulamentar nº 3/2019- GPGJ (Regimento Interno da ESMP/MA), as reuniões do Conselho Pedagógico da ESMP/MA aconteceram nos dias 30/05/2022, 05/09/2022 e 05/12/2022.

Já as reuniões do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA ocorreram nos dias 30/05/2022 e 05/09/2022, de acordo com o art. 2º, §§ 4º, 5º e 6º da Portaria-ESMP 11 2019 (Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA).

8. 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

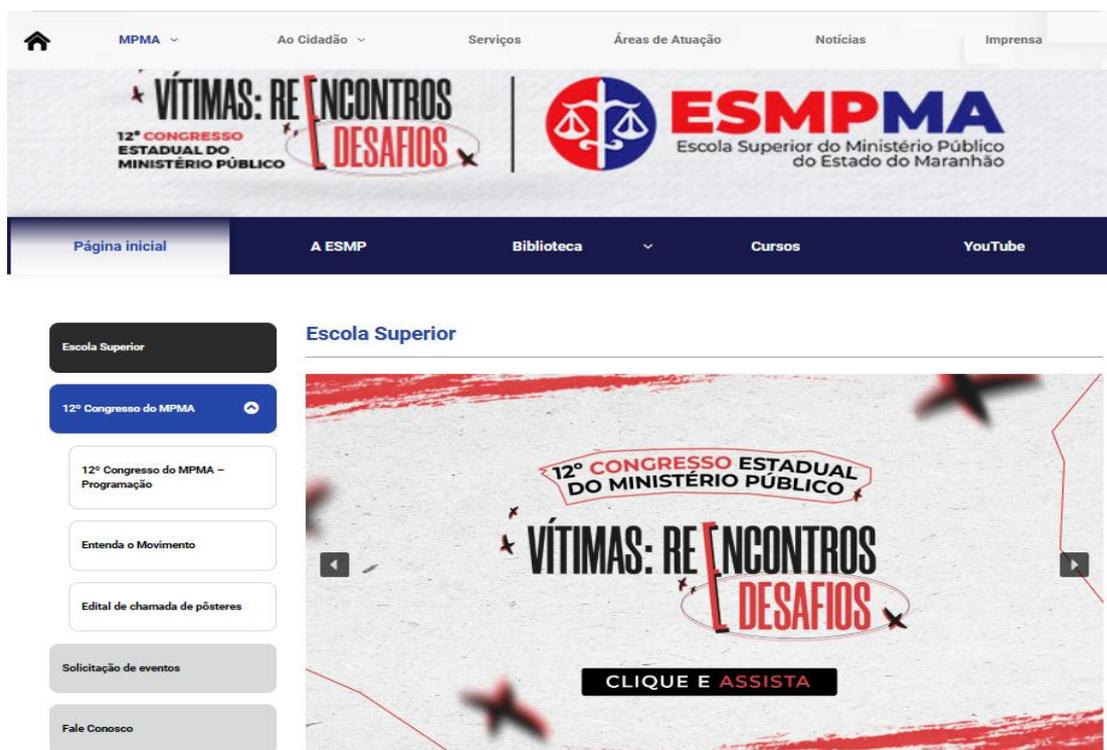
Em 2022, “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios” foi a temática escolhida para ser discutida no 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão. O objetivo foi promover a reflexão sobre a efetivação de garantias aos sujeitos de direitos pelo Ministério Público, sob o viés de análise do Direito das Vítimas e em conformidade com a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas no âmbito do Ministério Público (Resolução nº 243/2021 CNMP).

Durante os dias 15 e 16 de dezembro, debates sobre o “Tribunal do Júri e Direito das Vítimas”, “As vítimas da educação: o caso do desaparecimento dos alunos”, “O papel do Ministério Público na garantia de Direito à Pessoa com Deficiência” e “Acesso à Justiça, eficiência e Promotor Natural” foram realizados por membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como integrantes do Sistema de Justiça, estudantes e convidados.

Pautado na interlocução com a comunidade acadêmico-científica, compôs também a programação do 12º Congresso Estadual do MPMA a exposição dos pôsteres selecionados nos termos do EDITAL - ESMP nº 42022, com temáticas correlatas à atuação ministerial na proteção dos sujeitos de direitos.

Como estratégia de divulgação e alcance da comunidade acadêmica, a ESMP/MA utilizou-se das potencialidades do site institucional, personalizando sua estrutura, com campo exclusivo para informações do Congresso, conforme figura e descrição a seguir:

Figura 2 - Estrutura personalizada no site da ESMP/MA para o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

- Personalização do site com a identidade visual do Congresso e da Escola Superior do MPMA;
- Slide com redirecionamento à plataforma de inscrições do evento;
- Aba exclusiva para o 12º Congresso Estadual do Ministério Público:
 - Aba de acesso à Programação;
 - Aba de acesso ao Movimento Nacional de Direito das Vítimas, incluindo links de acesso aos vídeos do YouTube com conteúdo disponíveis das ações realizadas em 2021 e 2022;
 - Aba de acesso ao Edital de chamada de pôsteres, incluindo a divulgação do resultado final.

Para além desta, utilizando-se da ampla rede de *stakeholders* e parceiros da ESMP/MA, articulamos com vários setores da sociedade a divulgação e o engajamento do projeto, com o objetivo de alcançar o maior número possível de participantes e, consequentemente, consolidar a atuação ministerial integrada e a articulação interinstitucional, nos termos da perspectiva Resultados para a Sociedade, conforme Plano Estratégico do MPMA 2021-2029.

Tabela 25: Resultados do 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão

Membros	Servidores	Público Externo	Certificados Emitidos	Horas-aulas
149	127	524	355	12h
Total de Participantes: 800				

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

9. Plano Editorial ESMP/MA

O Plano Editorial foi instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019. Dele constam definidas as publicações periódicas da Escola, a exemplo da *Lumiar* – Revista do Programa de Pós-Graduação e dos Boletins Informativos Eletrônicos.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento da edição n. 4, tomo 1 (2022), da *Lumiar*, durante o 12º Congresso Estadual do MPMA. O 2º tomo da edição n. 4 (2022), da *Lumiar*, tem previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2023.

Além da *Lumiar*, foi editado o *Manual do Técnico Ministerial - Execução de Mandados*, de autoria de Marcus Periks Barbosa Krause, servidor lotado na Comarca de Pedreiras - MA, com previsão de lançamento em fevereiro de 2023.

Dentro do Plano Editorial, foi lançado em 2022 o Edital-ESMP 12022 de Seleção e Publicação de Obras Avulsas, tendo recebido propostas que estão, no momento, sob a análise da comissão de avaliação.

10. Resultados ESMP/MA em 2022

Em 2022, a ESMP/MA passou a desenvolver seu próprio painel de BI com os resultados auferidos desde 2020. A implantação desta ferramenta faz parte de uma gestão pautada na melhoria contínua e na inovação, na premissa de transparência institucional e comunicação acessível e assertiva com a comunidade ministerial e, sobretudo, com a sociedade.

10.1. Atividades realizadas em 2022

Figura 3 - Painel de BI ESMP/MA



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

Através do link abaixo, é possível navegar através dos filtros disponíveis, identificando os resultados por data, por modalidade de ação e por evento.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiMDVmNzFiZictZTMwNi00M2ZiLWExMDAtYzgzN2I4NzcxNGYwIiwidCI6ImZkYTJhNWU2LWRhZWItNDVI0C04ZGY1LTUzNzQ4YWlxMGExMyJ9&pageName=ReportSection156a6357030a2d0ab872>

Quadro 20 - Atividades realizadas em 2022

Nº	Evento	Data	CH	Inscritos	Certificados Emitidos
1	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO VIII	27/01/2022	15	0	0
2	Vacinação infantil contra COVID-19: O que precisa ser dito?	01/02/2022	4	111	49
3	Curso básico tira-dúvidas: sistemas internos SIMP e DIGIDOC	07/02/2022	4	212	90
4	Sala de Situação CAO Júri	07/02/2022	4	9	9
5	Plano Municipal de educação: o que devemos fazer até 2024 e desafios para a terceira década	09/02/2022	4	98	45
6	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO IX	10/02/2022	15	0	0
7	Violência Psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal	14/02/2022	4	204	81
8	Sala de Situação - Tira Dúvidas: os impactos do novo piso salarial de professores nos sistemas de ensino	16/02/2022	4	53	22
9	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO X	17/02/2022	15	0	0
10	Tira-dúvidas: como analisar as folhas do FUNDEB?	21/02/2022	4	46	19
11	NOVO ENSINO MÉDIO: Dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017	22/02/2022	4	51	34
12	Pílulas do conhecimento: Novo Ensino Médio	22/02/2022	0	0	34
13	Curso- Alienação Parental : Teoria e Prática	03/03/2022	30	37	9
14	Violência de Gênero e Mulher com Deficiência	07/03/2022	4	93	49
15	Curso - Investigação Criminal na Era Tecnológica	09/03/2022	15	99	20
16	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XI	10/03/2022	15	0	0
17	Palestra - Ancestralidades, Direito e Mulheres Negras	14/03/2022	4	106	0
18	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XII	17/03/2022	15	0	0

19	Arborização urbana e árvores centenárias no Município de São Luís - MANHÃ	21/03/2022	4	119	72
20	13ª ESMP Literária: "A mulher que pariu um peixe"	29/03/2022	4	37	14
21	Curso - Investigação Criminal na Era Tecnológica	30/03/2022	10	48	28
22	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XIII	31/03/2022	15	0	0
23	Workshop I - Fraudes no âmbito da terceirização de serviços de Saúde	06/04/2022	4	68	23
24	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XIV	06/04/2022	15	0	0
25	Aspectos Controvertidos da Denúncia	11/04/2022	10	73	37
26	Palestra - O Crime organizado como ameaça aos Direitos Humanos	12/04/2022	4	55	21
27	Contornos teóricos e práticos da economia da educação no Brasil	18/04/2022	4	37	23
28	Curso : Investigação em Improbidade e Corrupção	19/04/2022	4	112	50
29	Sala de Situação: Acordo de Não Persecução Penal	28/04/2022	4	126	63
30	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XV	28/04/2022	15	0	0
31	Oficinas: Ação em rede - Formação em redes para territórios contemplados com ações do Programa MP na Comunidade - Territórios: Turu e Coroadinho (03 a 06/05/2022)	03/05/2022	32	68	68
32	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XVI	04/05/2022	15	0	0
33	14ªESMP Literária: 60 anos do romance "A parede"	04/05/2022	4	60	60
34	Workshop II - Fraudes no âmbito da terceirização de serviços de Saúde	04/05/2022	4	0	17
35	Prosas na Infância - Infância Protegida	05/05/2022	8	104	98
36	OFICINA: Perícia e Cadeia de Custódia	09/05/2022	20	52	35
37	Webinário - Educação do Futuro (Apresentação das Pílulas do Conhecimento)	09/05/2022	4	44	9
38	Stalking e Violência de Gênero	11/05/2022	4	133	62
39	Sala de Situação: Análise e discussão referente ao processo em tramitação da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Caxias	11/05/2022	2	6	6
40	Diálogos Plurais com o tema Transfobia	17/05/2022	4	36	30
41	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XVII	19/05/2022	15	0	0

42	Roda de diálogos sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: o que eu preciso saber?	18/05/2022	4	41	41
43	Webinário: Governança de terras e obrigatoriedade de fiscalização dos registros de imóveis	19/05/2022	4	51	32
44	Curso: Segredos e Estratégias do Tribunal do Júri II	26/05/2022	8	40	28
45	Sala de Situação: Tribunal do Júri - Lei Mariana Férrer e Violência Institucional	27/05/2022	4	70	17
46	Sala de Situação: atribuição de crimes de abusos sexuais	30/05/2022	4	17	7
47	Roda de conversa: Direito de Brincar	31/05/2022	4	26	0
48	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - MÓDULO XVIII	02/06/2022	45	0	0
49	Oficinas: Ação em rede - Formação em redes para territórios contemplados com ações do Programa MP na Comunidade- Territórios: Centro , Cidade Operária e Zona Rural (06 a 11/06/2022)	06/06/2022	48	111	111
50	Curso: O Tribuno	10/06/2022	4	46	30
51	Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e ao Adolescente	13/06/2022	4	538	279
52	O Papel do CAPS/Álcool e Drogas na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS	24/06/2022	4	97	37
53	Curso : Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo - Dia 1	07/07/2022	4	113	43
54	Curso : Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo - Dia 2	08/07/2022	4	0	36
55	Minicurso “Direito do Consumidor: Marco Civil da Internet e LGPD” - Dia 1	14/07/2022	4	118	50
56	Minicurso “Direito do Consumidor: Marco Civil da Internet e LGPD” - Dia 2	15/07/2022	4	0	52
57	Oficina: Dosimetria da Pena	22/07/2022	4	252	144
58	Oficina Meninas: Diálogos e Registros de Desafios Cotidianos - Dia 1	02/08/2022	10	12	12
59	Reunião Virtual O MP e o Censo 2022	04/08/2022	4	0	0
60	Ciclo de diálogos sobre a Lei Maria da Penha - Julgamentos com Perspectiva de Gênero	08/08/2022	4	0	0
61	Oficina Meninas: Diálogos e Registros de Desafios Cotidianos - Dia 2	09/08/2022	4	12	12
62	Palestra: A contribuição da Constelação Sistêmica nas Relações de Trabalho	09/08/2022	4	62	5
63	Diálogos com os Promotores do Júri	12/08/2022	4	34	16

64	Masculinidade e grupos reflexivos de homens	19/08/2022	4	44	27
65	Sala de Situação (TRE - ESMP/MA)	19/08/2022	4	16	16
66	Curso Básico de Técnicas de Defesa Pessoal - Turma feminina	20/08/2022	4	0	18
67	Prosas na Infância – Fortalecimento da Rede de Proteção e Atribuições do Conselho Tutelar	12/08/2022	4	37	37
68	Violência Política Contra as Mulheres - Exposição do caso de Pedreiras	22/08/2022	4	90	36
69	Calendário Conjunto: Direitos Humanos - Dia 1	23/08/2022	4	127	49
70	Calendário Conjunto: Direitos Humanos - Dia 2	24/08/2022	4	0	44
71	Agenda 2030, os ODS e Nós	24/08/2022	4	353	202
72	Webinário Eleitoral 2022	26/08/2022	4	54	36
73	Curso Básico de Técnicas de Defesa Pessoal - Turma masculina - sábado	27/08/2022	4	0	16
74	Curso Básico de Técnicas de Defesa Pessoal - Turma masculina - domingo	28/08/2022	4	0	21
75	Fórum de Direito Tributário Municipal	29/08/2022	4	124	45
76	Encerramento do Agosto Lilás - Violência Psicológica, Femicídio e Mulheres Com Deficiência	30/08/2022	4	81	41
77	Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares	30/08/2022	2	39	39
78	Webinário Eleitoral "Atuação dos Promotores Eleitorais nas Eleições Gerais de 2022"	31/08/2022	4	26	26
79	Oficina Cultura de Paz e Comunidades Escolares	01/09/2022	2	43	43
80	Workshop: Vamos falar sobre saúde mental?	01/09/2022	8	68	16
81	A importância do desenvolvimento de competências socioemocionais na atualidade	06/09/2022	4	77	39
82	O ANPC no dia a dia de uma Promotora de Justiça	13/09/2022	4	71	36
83	ESMP Literária Edição Especial : "O mundo cabe no meu quarto"	16/09/2022	4	20	16
84	Formação em Mediação Escolar - Projeto Escola para Vida (PEV) (20/09/2022 a 10/11/2022)	20/09/2022	20	90	81
85	Seminário luso-brasileiro de Direito das Vítimas	23/09/2022	4	276	152
86	Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias	26/09/2022	4	37	37
87	Moradia Primeiro e a atuação estratégica do Ministério Público - Dia 1 (manhã)	27/09/2022	4	131	74

88	Moradia Primeiro e a atuação estratégica do Ministério Público - Dia 1 (tarde)	27/09/2022	4	0	58
89	Moradia Primeiro e a atuação estratégica do Ministério Público - Dia 2 (manhã)	28/09/2022	4	0	59
90	Moradia Primeiro e a atuação estratégica do Ministério Público - Dia 2 (tarde)	28/09/2022	4	0	51
91	A proteção integral de crianças e adolescentes na orfanidade na COVID 19	29/09/2022	4	198	16
92	Palestra: Violência contra a Mulher	03/10/2022	4	46	32
93	Capacitação ESMP Grupos Permanentes de Pesquisa	06/10/2022	12	0	0
94	Núcleo de Estudos MP Trends - 1º Encontro	07/10/2022	4	31	0
95	Aspectos Controvertidos da Denúncia	10/10/2022	4	91	88
96	Culminância da Oficina "Meninas: Diálogos e Registros de Desafios Cotidianos"	11/10/2022	4	12	0
97	Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias	11/10/2022	4	23	0
98	Gestão em Ouvidoria para o Ministério Público	11/10/2022	8	12	12
99	15ª ESMP Literária: As virtualidades da mora na visão de Clóvis Beviláqua	17/10/2022	4	40	26
100	Prosas na Infância – Fortalecimento da Rede de Proteção e Atribuições do Conselho Tutelar	17/10/2022	4	10	10
101	16ª ESMP Literária: A mulher na Literatura	21/10/2022	4	13	13
102	Sala de Situação: ILPI's e Abrigamento Institucional	21/10/2022	4	44	15
103	Gestão Democrática nas Escolas: Um Caminho Necessário	25/10/2022	4	150	150
104	O sistema AppCrim e as funcionalidade dessa nova ferramenta para o MPMA	25/10/2022	4	59	14
105	Núcleo de Estudos MP Trends - 2º Encontro	03/11/2022	4	0	0
106	IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público (ENSSMP)	03/11/2022	16	332	211
107	Núcleo de Estudos MP Trends - 3º Encontro	04/11/2022	4	0	0
108	Fraudes em licitações: os desafios da atuação prática em Promotorias de Justiça - LEGE	07/11/2022	2,5	71	0
109	Minicurso Cultura de Paz e Comunidades (08 e 09/11/2022)	08/11/2022	10	20	20
110	Fraudes em licitações: os desafios da atuação prática em Promotorias de Justiça - LEGE	09/11/2022	2,5	0	0

111	Fraudes em licitações: os desafios da atuação prática em Promotorias de Justiça - LEGE	16/11/2022	2,5	0	0
112	A visão das terapias integrativas no gerenciamento das emoções	17/11/2022	4	34	34
113	Fraudes em licitações: os desafios da atuação prática em Promotorias de Justiça - LEGE	18/11/2022	2,5	0	0
114	Elas no júri: técnicas de atuação em plenário de feminicídio	18/11/2022	4	49	15
115	Projeto Águas Claras	21/11/2022	4	0	0
116	Encontro de formação continuada do cidadão do município de Açailândia	21/11/2022	8	165	165
117	Encontro de formação continuada do cidadão do município de Açailândia	22/11/2022	8	0	0
118	Prosas na Infância – Fortalecimento da Rede de Proteção e Atribuições do Conselho Tutelar	22/11/2022	4	0	0
119	Black Friday e crimes virtuais: proteção do consumidor no comércio eletrônico	23/11/2022	4	212	101
120	Fraudes em licitações: os desafios da atuação prática em Promotorias de Justiça - LEGE - Workshop presencial	25/11/2022	6	19	19
121	Reunião vivencial FUNBIO - Diálogos Pelo Clima	25/11/2022	6	12	0
122	Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias	23/11/2022	4	22	22
123	Núcleo de Estudos MP Trends - Unidade III - Highlights sobre blockchain e criptoativos	29/11/2022	4	27	27
124	Colóquios interinstitucionais: Ministério Público e Polícias - manhã	01/12/2022	4	33	33
125	Colóquios interinstitucionais: Ministério Público e Polícias - tarde	01/12/2022	4	0	0
126	Palestra - Sistema de Justiça: Cidadania e pensamento decolonial	02/12/2022	4	25	25
127	Curso básico modular object - oriented dynamic learning ambiente / moodle	12/12/2022	40	6	6
128	12º Congresso Estadual do Ministério Público	15/12/2022	12	800	355

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

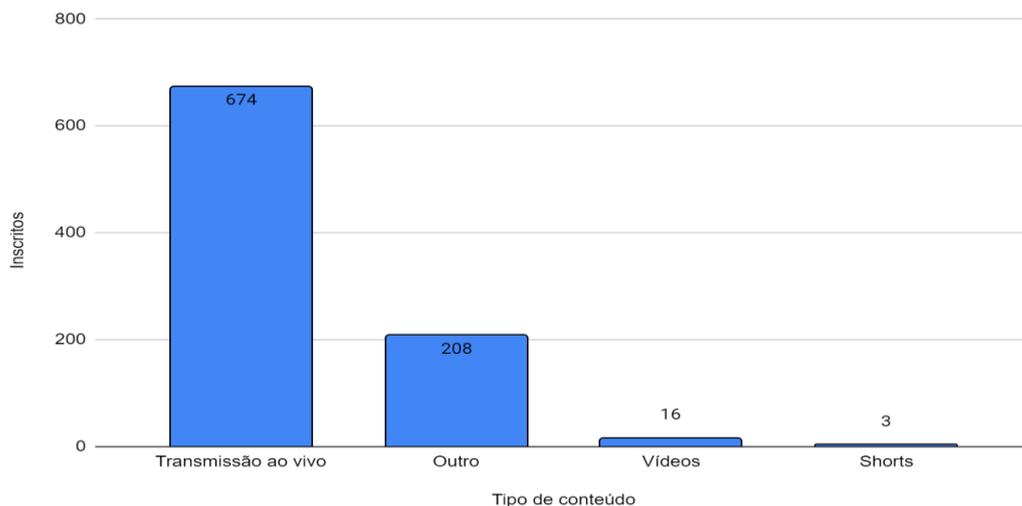
10.2. Alcance de conteúdos ofertados pela ESMP/MA através do YouTube

O YouTube é a nova realidade de consumo de conteúdo. Principal mídia de vídeo da internet, o YouTube é hoje um dos maiores portais de busca de informação na internet, ficando atrás apenas do Google.

A ESMP/MA utiliza seu canal do YouTube para difusão de informações de forma ampla e pública para o desenvolvimento do corpo ministerial e alcance do público externo, os quais se beneficiam das potencialidades da ferramenta e conteúdos produzidos pela ESMP/MA.

Totalizando 3.353 inscritos, o canal da ESMP ganhou 901 novos inscritos em 2022, destes 74,80% se inscreveram por meio de ações transmitidas ao vivo, conforme gráfico a seguir:

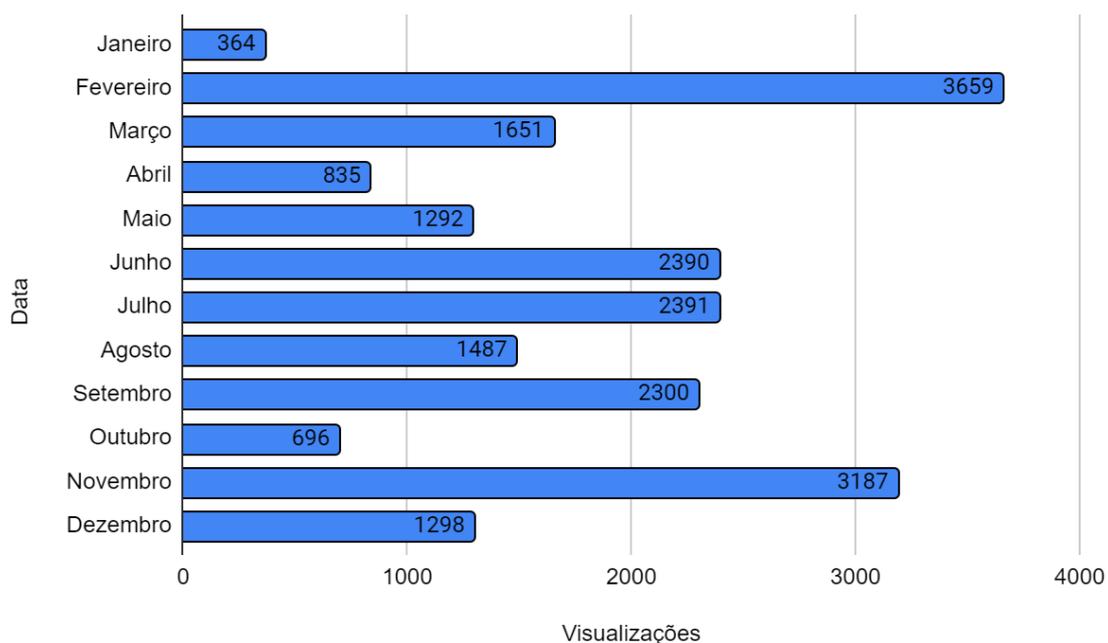
Gráfico 18 - Inscritos contra Tipo de Conteúdo no YouTube da ESMP/MA 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

De igual modo, o conteúdo disponibilizado no YouTube alcançou a marca de 68.840 visualizações, destas 21.550 somente em 2022 conforme performance demonstrada no gráfico a seguir:

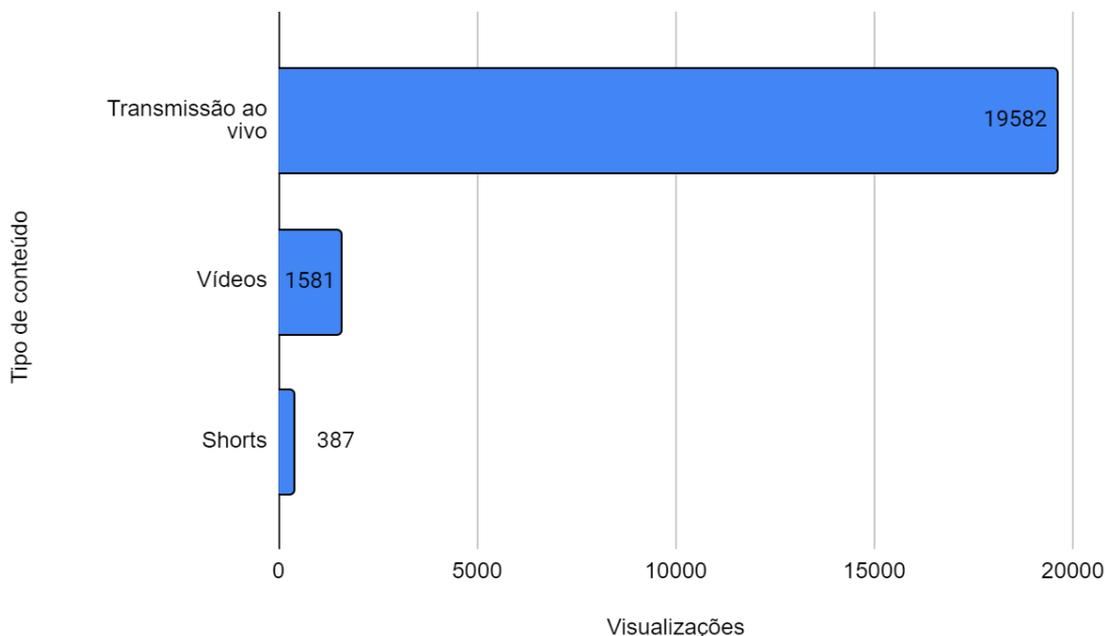
Gráfico 19 - Visualizações contra Data no YouTube da ESMP/MA 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

Com base em análises estatísticas, as visualizações dos conteúdos são 90,90% advindas de transmissões “Ao Vivo” das ações promovidas pela ESMP conforme gráfico abaixo:

Gráfico 20 - Visualizações contra Tipo de conteúdo no YouTube da ESMP/MA 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

Em relação a impressões e como elas influenciaram no tempo de exibição dos conteúdos da ESMP/MA, este funil mostra quantas vezes uma miniatura (capa de um vídeo) foi exibida aos espectadores no YouTube (impressões), quantas vezes a miniatura gerou visualizações e como essas visualizações geraram tempo de exibição.

Em 2022, foram 253.465 impressões, destas 62,30% do conteúdo recomendado pelo YouTube e 37,37% através de espectadores que pesquisam pelo conteúdo.

No ano em análise, a ESMP/MA realizou 39 atividades que foram transmitidas pelo canal do YouTube.

Nessa perspectiva, segue relação dos 10 conteúdos mais visualizados no ano:

Quadro 21 - Ranking de conteúdos criados em 2022 e mais visualizados no canal do YouTube da ESMP/MA

Título do vídeo	Views	Link de acesso
Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e ao Adolescente	2283	Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente
DIA 03 - IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público	1353	DIA 03 - IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público
DIA 1 - Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo	977	DIA 1 - Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo
Plano Municipal de educação: o que devemos fazer até 2024 e desafios para a terceira década	967	Plano Municipal de educação: o que devemos fazer até 2024 e desafios para a terceira década

Webinário - Black Friday e Crimes Virtuais: Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico	877	Webinário - Black Friday e Crimes Virtuais: Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico
Violência Psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal	824	Violência Psicológica: aspectos protetivos e de tipicidade criminal
Vacinação infantil contra COVID-19: O que precisa ser dito?	788	Vacinação infantil contra COVID-19: O que precisa ser dito?
Seminário luso-brasileiro de Direito das Vítimas	632	Seminário luso-brasileiro de Direito das Vítimas
NOVO ENSINO MÉDIO: Dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017	566	NOVO ENSINO MÉDIO: Dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017
Tira-dúvidas: como analisar as folhas do FUNDEB?	551	https://youtu.be/LB-6k9b3N_Q

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

Quadro 22 - Ranking de conteúdos mais visualizados no canal do YouTube da ESMP/MA (2017-2022)

Título do vídeo	Views	Link de acesso
Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e ao Adolescente **	2283	Lei Henry Borel (Lei nº 14.344) - Da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente
Dia 18 - Manhã : III Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão	1.980	DIA 18 - MANHÃ: III SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MARANHÃO
Seminário - Primeiras impressões sobre a nova Lei de Licitações e Contratos	1.740	Seminário - Primeiras Impressões Sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos
Webinário Direito das Vítimas - Dia 1	1.669	Webinário Direito das Vítimas - Dia 1
Dia 03 - IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público**	1.353	DIA 03 - IX Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público
Curso as Filósofas e o Direito : Wendy Brown “Neoliberalismo , democracia e cidadania sacrificial	1.190	Curso as Filósofas e o Direito: Wendy Brown “Neoliberalismo, democracia e cidadania sacrificial
Dia 23/09 - Webinário Governança, Transparência e Controles Internos Municipais	1.147	DIA 23/09(Manhã) - Webinário - Governança, Transparência e Controles Internos Municipais
Prática do Ministério Público na Nova Lei de Improbidade Administrativa : perspectivas e desafios	1.055	Prática do Ministério Público na Nova Lei de Improbidade Administrativa: perspectivas e desafios
Descortinando a Composição do ano letivo : O cômputo de horas escolares em tempos de pandemia	1.005	Descortinando a Composição do Ano Letivo: O Cômputo de Horas Escolares em Tempos de Pandemia.
Dia 1 -Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo**	979	DIA 1 - Vulnerabilidade dos usuários nas redes e a sociedade de consumo

Fonte: ESMP/PGJ, 2022

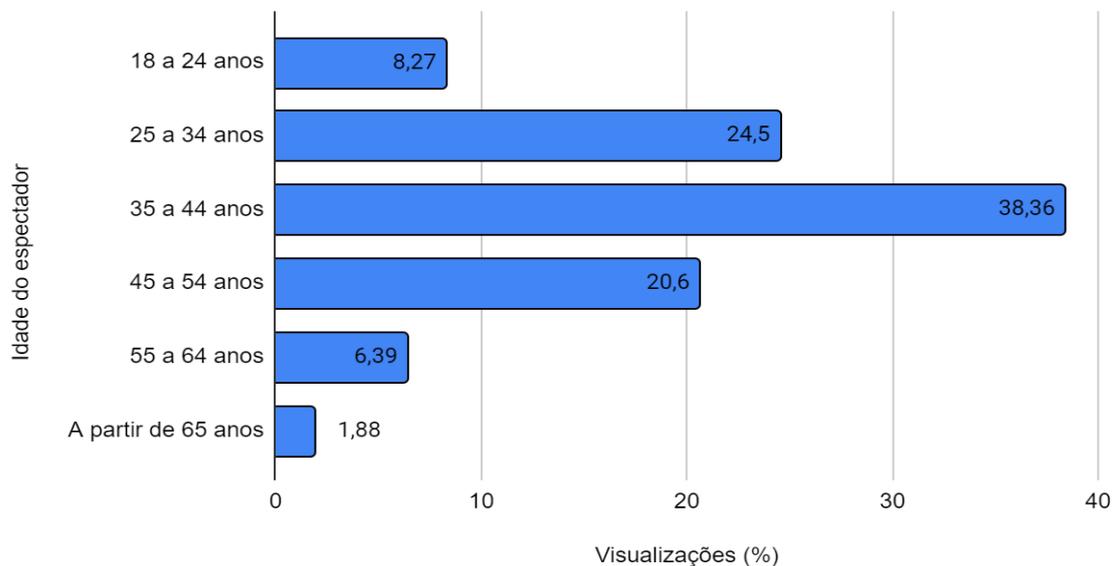
** Conteúdo de 2022

a) Perfil do espectador do YouTube da ESMP/MA:

- Visualização por idade

Gráfico 21 - Inscritos contra idade do espectador no YouTube da ESMP/MA 2022

Visualizações (%) versus Idade do espectador

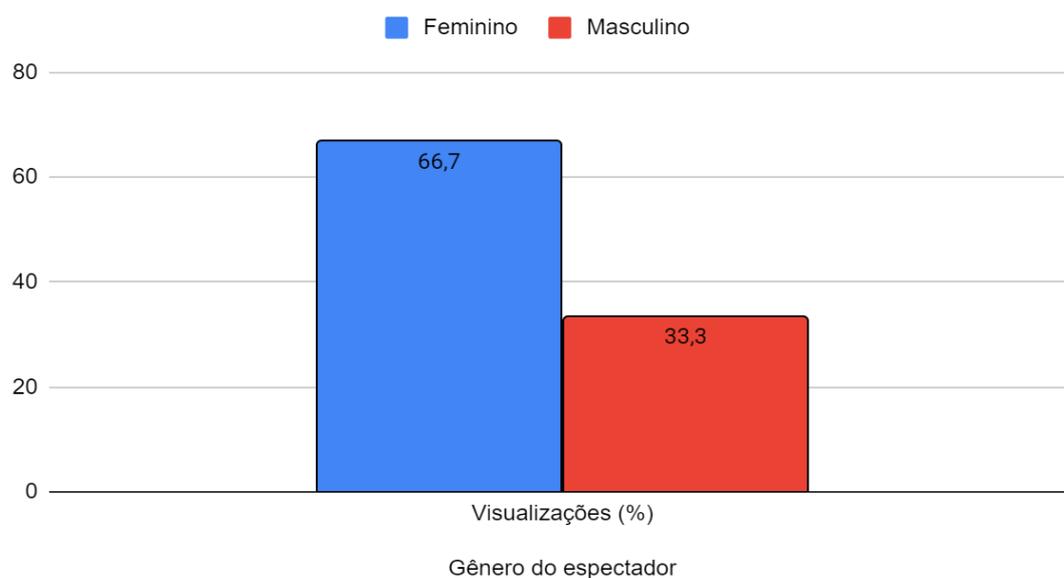


Fonte: ESMP/PGJ, 2022

- Visualização por gênero

Gráfico 22 - Gênero do espectador no YouTube da ESMP/MA 2022

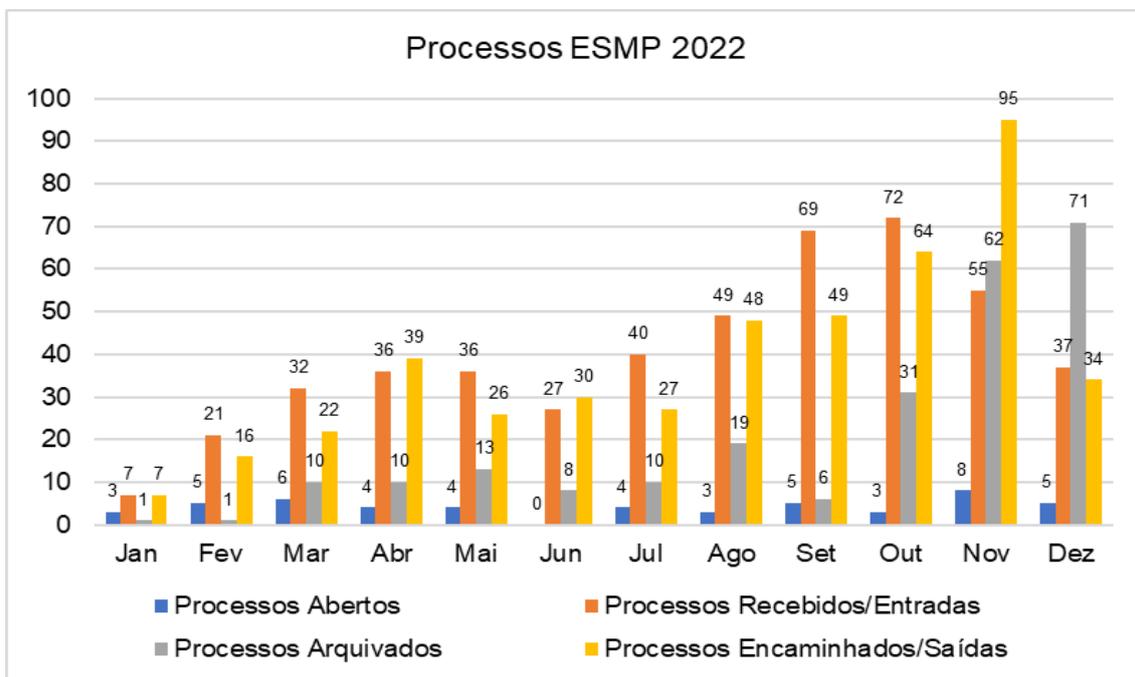
Feminino e Masculino



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

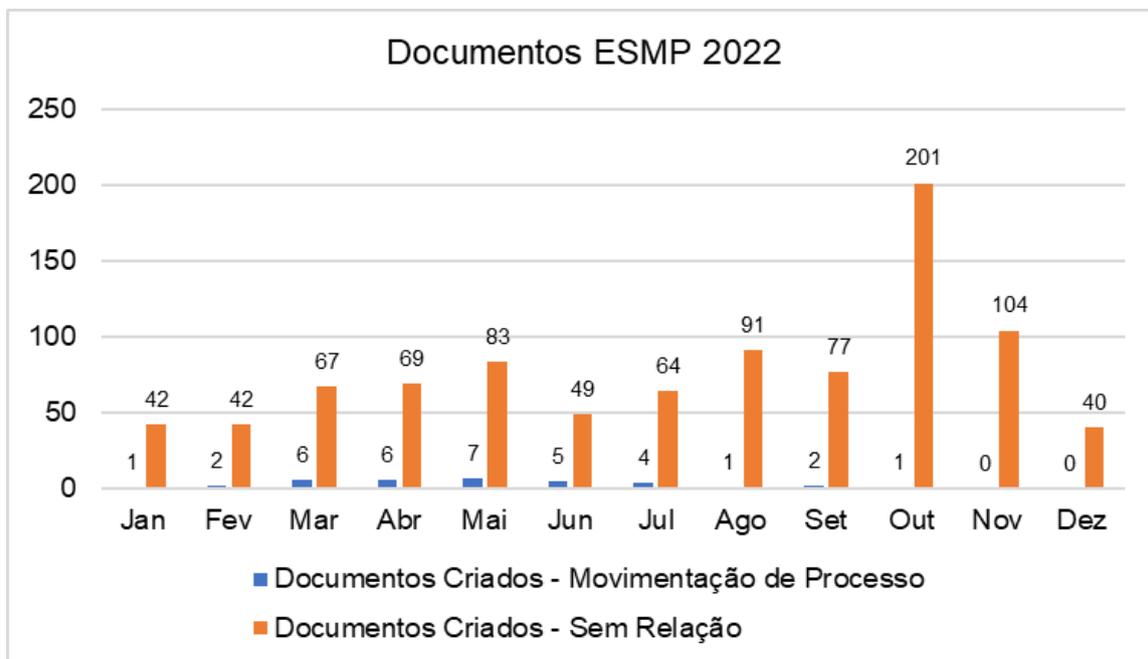
10.3. Movimentação de Processos e Documentos ESMP/MA via DIGIDOC

Gráfico 23 - Movimentação Estatística de Processos ESMP/MA 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

Gráfico 24 - Movimentação Estatística de Documentos ESMP/MA 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

10.4. Resultados das pesquisas de satisfação

Em 2022, a ESMP/MA reimplantou a aplicação de pesquisa de satisfação como ferramenta que auxiliará em processos de melhoria contínua, baseada na opinião dos participantes das ações realizadas.

Os resultados das pesquisas de satisfação subsidiarão o indicador nº 5 do Projeto 2 (Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Membros, Servidores e Estagiários do MPMA) do Plano Tático Operacional da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão 2022-20224 e o Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029.

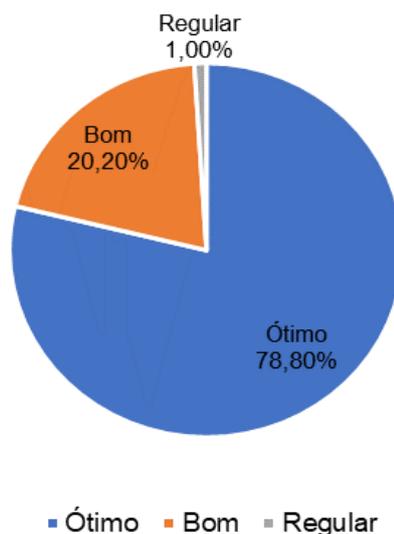
A pesquisa é feita em até 2 (dois) dias após a realização da atividade, enviada por e-mail aos participantes. O formulário on-line fica disponível para resposta pelo período de 30 dias corridos.

No que tange às características da pesquisa, utilizaram-se perguntas de aspectos quantitativo e qualitativo e a aplicação de NPS (*Net Promoter Score*).

Com base nas pesquisas realizadas em 2022, a ESMP alcançou o nível de satisfação de 78,80% dos respondentes, avaliando com “ótima” as ações da ESMP/MA, superando a meta proposta de 50%.

Gráfico 25 - Resultado das pesquisas de satisfação realizadas em 2022

Pesquisa de satisfação ESMP 2022



Fonte: ESMP/PGJ, 2022

O NPS da ESMP/MA é 87,90%, categorizando os participantes/respondentes como “promotores” (escala 9-10), que significa uma alta possibilidade de recomendar a ESMP/MA a outros participantes, do mesmo modo que demonstra confiança na Instituição por meio da entrega de atividades/ações ofertadas.

A metodologia para cálculo de NPS não inclui respostas de participantes “neutros” (escala 7-8), apenas “promotores” e “detratores” (escala 1-6) que subsidiam o cálculo do resultado alcançado.

Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do MPMA foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 083, de 03/06/2005, e tem como objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição. Como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Maranhão, integra a estrutura da Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça.

No cumprimento de seu papel institucional, este órgão tem essencial importância na efetivação de comunicação direta entre o cidadão e o Ministério Público, permitindo ao usuário externo e interno a obtenção de informações; realização de denúncias; reclamações contra membros e servidores, em razão de suas atuações funcionais, assim como apresentar sugestões, críticas ou elogios, contribuindo para o aprimoramento da prestação do serviço ofertado à população.

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais de comunicação:

- Pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820;
- Correspondência, enviada à sede da Instituição;
- Telefone: (98) 0800-098-1600, 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738;
- WhatsApp: (98) 99137-1298;
- sistema: <https://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>;
- e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br;
- Aplicativo Móvel: MPMA Cidadão;
- Redes Sociais: Facebook: [facebook.com/pg/ouvidoriampma](https://www.facebook.com/pg/ouvidoriampma); Instagram: [ouvidoriampma_oficial](https://www.instagram.com/ouvidoriampma_oficial); Twitter: [ouvidoria_mpma](https://twitter.com/ouvidoria_mpma).

A partir do registro da manifestação, a demanda é devidamente tratada, através de triagem por profissional qualificado, e prontamente encaminhada ao órgão responsável por sua análise, podendo culminar com a autuação de notícia de fato; procedimentos ou processos administrativos pelas diversas Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de unidades administrativas do MPMA, objetivando a efetivação de resposta conclusiva ao demandante, no prazo legal.

Portanto, a Ouvidoria é um canal de comunicação direto e desburocratizado entre o cidadão e MPMA, pronto para receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informações relacionados aos serviços e atividades desenvolvidas no âmbito desta Instituição e por demais órgãos estaduais e municipais.

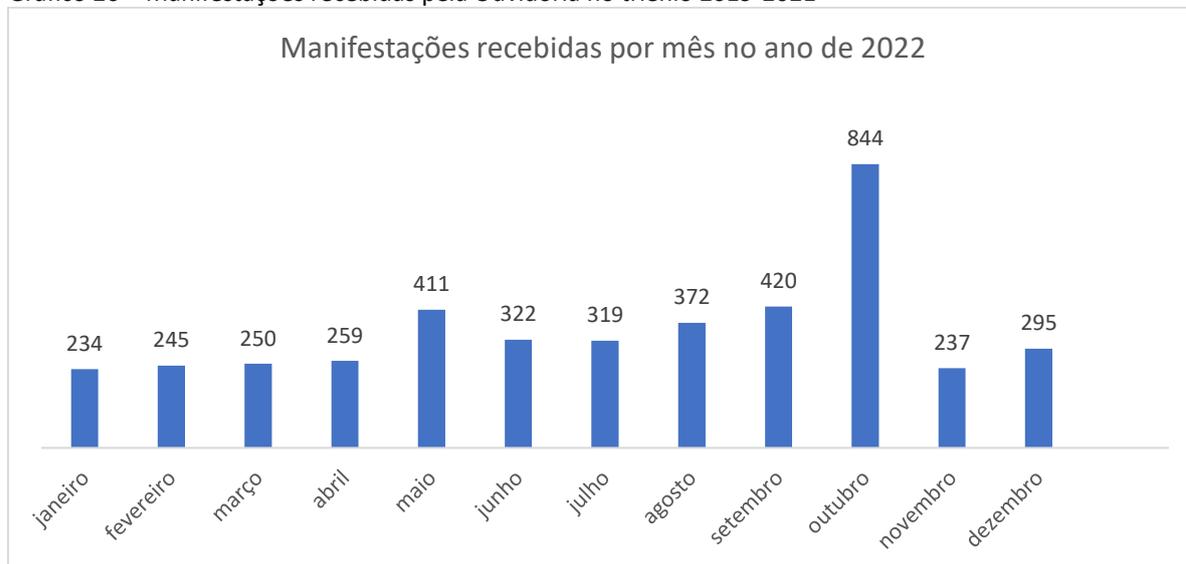


1 OUVIDORIA EM NÚMEROS

1.1. Quantitativo de Demandas recebidas

No ano de 2022 foram registradas **4.308 demandas** na Ouvidoria MPMA, distribuídas de janeiro a dezembro da seguinte forma:

Gráfico 26 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria no triênio 2019-2021



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

1.2. Classes das Demandas

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão recebeu 4.308 (quatro mil, trezentos e oito) demandas, distribuídas entre reclamações, críticas, sugestões, elogios, representações e pedidos de informação, conforme registros abaixo:

Tabela 26 - Classificação por tipo de demandas recebidas

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	2019	2020	2021	2022
Reclamação	2	212	361	52
Crítica	2	752	1.244	2
Sugestão	0	9	2	4
Elogio	7	17	6	28
Pedido de Informação	14	232	468	88
Representação	402	10.745	10.394	4.134
TOTAL	427	11.967	12.475	4.308

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Ressalta-se que a categoria que apresentou o maior número de demandas em 2022 foi a “Representação”, com assunto diversos, tendo o quantitativo de **4.134 (quatro mil, cento e trinta e quatro)** registros.

1.3. Detalhamento por Assunto

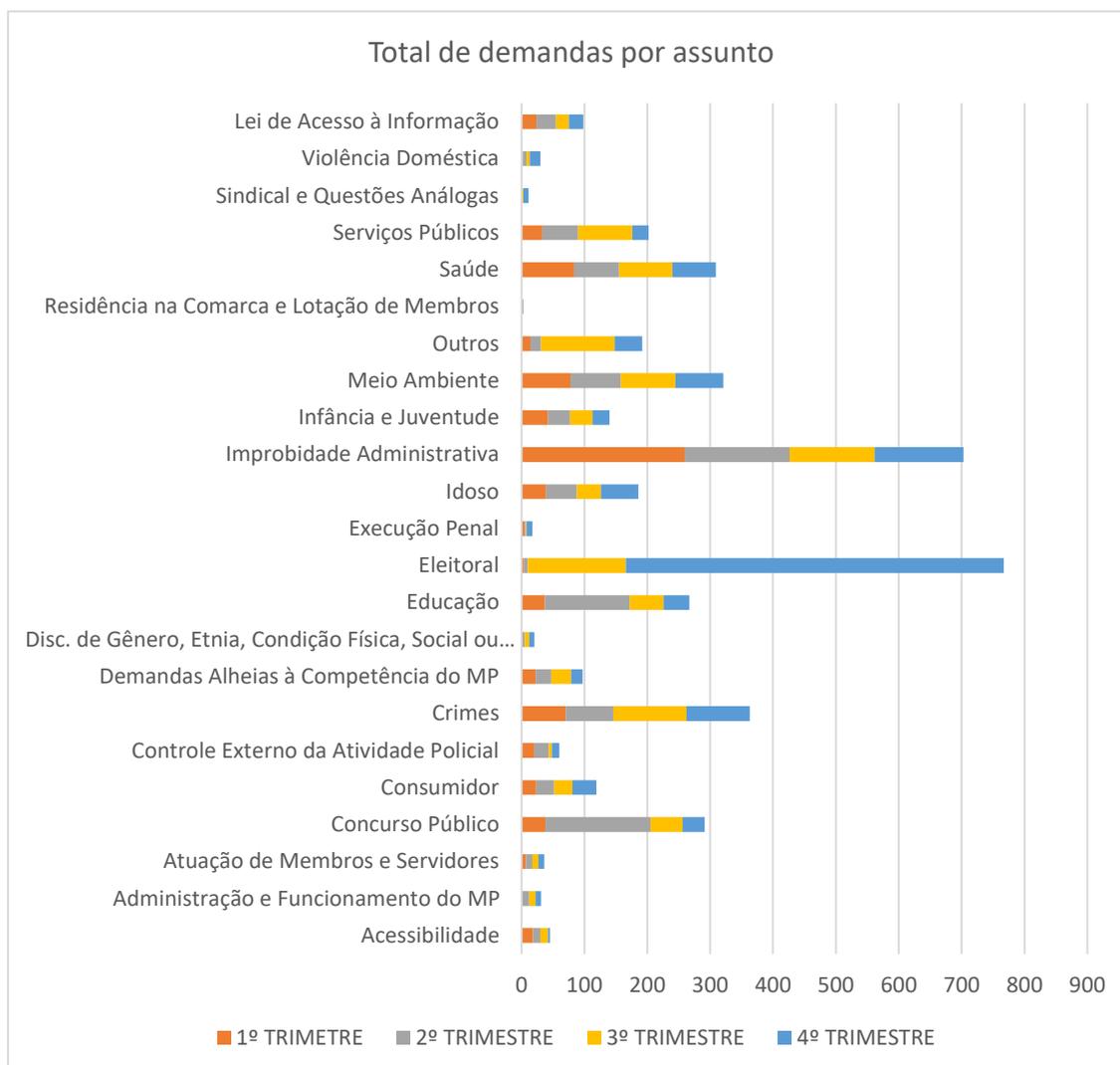
Da análise da tabela abaixo, observa-se que os assuntos mais demandados, por ordem decrescente, foram os seguintes: 1º. Eleitoral: 767 (setecentos e sessenta e sete); 2º. Improbidade Administrativa: 703 (setecentos e três); 3º. Crime: 363 (trezentos e sessenta e três).

Tabela 27 – Demandas recebidas na Ouvidoria por assunto em 2022

Assunto	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total	%
Acessibilidade	18	12	12	3	45	1,04%
Administração e Funcionamento do MP	1	11	10	9	31	0,72%
Atuação de Membros e Servidores	7	10	10	9	36	0,84%
Concurso Público	38	167	51	35	291	6,75%
Consumidor	23	29	29	38	119	2,76%
Controle Externo da Atividade Policial	20	23	5	12	60	1,39%
Crimes	70	76	116	101	363	8,43%
Demandas Alheias à Competência do MP	22	25	32	18	97	2,25%
Disc. de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	0	5	7	8	20	0,46%
Educação	37	135	54	41	267	6,20%
Eleitoral	4	6	156	601	767	17,80%
Execução Penal	5	2	1	9	17	0,39%
Idoso	39	49	38	60	186	4,32%
Improbidade Administrativa	259	167	136	141	703	16,32%
Infância e Juventude	42	35	36	27	140	3,25%
Meio Ambiente	78	80	87	76	321	7,45%
Outros	14	17	117	44	192	4,46%
Residência na Comarca e Lotação de Membros	1	2	0	0	3	0,07%
Saúde	84	71	85	69	309	7,17%
Serviços Públicos	33	57	86	26	202	4,69%
Sindical e Questões Análogas	0	1	2	8	11	0,26%
Violência Doméstica	2	6	5	17	30	0,70%
Lei de Acesso à Informação	24	31	20	23	98	2,27%
TOTAL	821	1017	1095	1375	4308	100%

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Gráfico 27 – Total de manifestações recebidas por assunto pela Ouvidoria MPMA em 2022.



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Além de ser um canal de comunicação entre o cidadão e o órgão, a Ouvidoria também desempenha o papel de informar a população acerca das atribuições e dos limites de atuação do *Parquet*. Nessa perspectiva, foram realizadas **619 consultas e orientações jurídicas**, durante o ano de 2022, orientando os cidadãos a buscarem atendimento nos órgãos corretos, seja no âmbito da nossa própria instituição, seja em entidades externas, a fim de que suas demandas sejam efetivamente atendidas.

Ademais, percebe-se que o mês de outubro obteve um número significativo de atendimentos, relacionadas ao assunto “Eleitoral”. Vale ressaltar que, nas eleições gerais de 2022, os cidadãos puderam, mais uma vez, utilizar o aplicativo móvel Pardal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fazer chegar ao Ministério Público informações sobre supostos ilícitos praticados em seus estados. Pela plataforma foi possível enviar notícias de irregularidades em propaganda eleitoral, inclusive antecipada, e de qualquer outro ato que contrarie as normas que regem a disputa, indicando a unidade da federação onde ocorreu o suposto ilícito, com direcionamento das denúncias à Ouvidoria do Ministério Público Estadual correspondente.

Vale registrar que, durante todo o período eleitoral, a Ouvidoria recebeu **718 demandas eleitorais**, inclusive, esteve de plantão por ocasião do pleito eleitoral.

Dessa forma, as Ouvidorias dos MPs assumiram protagonismo no recebimento das denúncias eleitorais.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Reuniões e eventos externos.

- Em janeiro, a Ouvidora do MPMA realizou reunião de planejamento com toda a sua equipe, traçando adequações no fluxo de atendimento e tramitação das demandas.
- Reunião no dia 7 de abril com a SEPLAG, visando a elaboração do Plano Tático-Operacional, com a contribuição da Ouvidoria por meio do “PROJETO OUVIDORIA: O MP MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO”.
- O MPMA participou da Feira do Empreendedor realizada no Multicenter Negócios e Eventos, em São Luís, entre os dias 31 de março a 3 de abril, que contou com a participação da Ouvidoria por meio de atendimentos e orientações aos visitantes acerca da atuação do Ministério Público.
- Participação da Ouvidora em evento em comemoração aos 10 Anos da Ouvidoria Geral da DPE/MA, no dia 11 de abril.
- Em 10 de maio, reunião com a Ouvidora da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Dra. Elivânia Estrela, visando alinhar parcerias institucionais.
- Reunião de trabalho com a Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Dra. Karla Adriana Farias Vieira, no dia 11 de maio, com o intuito de estabelecer diretrizes para a realização de cursos de capacitação direcionados aos servidores da Ouvidoria do MPMA.
- Na Expo Indústria, nos dias 26 a 29 de maio, as Procuradoras de Justiça Mariléa Costa e Sandra Elouf receberam a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite e a Corregedora-Geral do Ministério Público, Themis Maria Pacheco de Carvalho, bem como o Presidente do TJMA, Des. Paulo Velten e o Ouvidor do TJMA, Des. Marcelino Everton. Na ocasião, a equipe da Ouvidoria realizou atendimento aos visitantes, dialogando com o público presente e apresentando as atividades desenvolvidas pelo MPMA.
- Em 23 de junho, na reunião de apresentação do Planejamento Estratégico Institucional, para o período de 2021 a 2029, no auditório da PGJ.
- Participação na 2ª Reunião Nacional dos Ouvidores do Ministério Público brasileiro, dia 28 de julho, promovida pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público. O encontro virtual teve o objetivo de reforçar a integração entre a Ouvidoria Nacional e as Ouvidorias dos MPs, especialmente quanto ao protocolo firmado entre os órgãos para atuação nas eleições de 2022.
- Entrega ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Hiluy Nicolau, no dia 08 de agosto, de minuta de ato para instituição da Ouvidoria da Mulher no âmbito do MPMA, que culminou, na publicação do Ato Regulamentar nº 28/2022.
- Participação na reunião virtual, no dia 08 de agosto, com representantes do Movimento Leste Maranhense-Cerrado e demais entidades e coletivos parceiros, tendo como pauta

a necessidade de implementação participativa e democrática da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental em Chapadinha/MA.

- Participação na Ação de Cidadania e Direito à Cidade com a População em Situação de Rua, realizado dia 19 de agosto, com prestação de serviço itinerante da Ouvidoria do MPMA, na Praça Deodoro - São Luís, em parceria com outros órgãos.
- Participação da Ouvidora do MPMA no lançamento do projeto Birô para Assuntos Institucionais, em 22 de agosto, que visa funcionar como um ambiente para que promotores e procuradores de justiça façam o debate de ideias e o compartilhamento de visões em favor de melhorias para a instituição.
- Reunião de alinhamento da atuação da Ouvidoria do MPMA nas Eleições 2022, com o Promotor de Justiça Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral, Pablo Bogéa Pereira Santos.
- Reunião de trabalho sobre a atuação das Promotorias de Justiça Distritais e da Defesa da Educação de São Luís, no dia 25 de agosto.
- A Ouvidora do MPMA participou em Brasília-DF, no dia 29, da 1ª Reunião Extraordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, promovida pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público (ONMP), e no dia 30, da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP). Os encontros visaram promover a integração e alinhamento das ações, com a assinatura do Protocolo de Intenções para Atuação das Ouvidorias nas eleições de 2022.
- Visita da Ouvidora do MPMA e do Coordenador do CAO da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, Alenilton Santos da Silva Júnior, no dia 12 de setembro, às instalações do CREAISPI - Centro de Referência Especializado de Atenção Integral a Saúde da Pessoa Idosa do Maranhão, que abrigará um Posto Avançado de Atendimento da Ouvidoria do MPMA, tendo como público alvo pessoas idosas.
- Participação, dia 23 de setembro, do Seminário Luso-Brasileiro de Direitos das Vítimas, que compõe as atividades do Movimento Nacional em Defesa da Vítimas, de iniciativa do CNMP, com o objetivo de desenvolver ações coordenadas de mobilização, capacitação e incentivo a boas práticas para proteger e assegurar os direitos de vítimas de violência, omissão, ódio, intolerância, insegurança, desigualdade ou exploração.
- Participação no dia 23 de setembro, de reunião da Ouvidoria com Conselheiros Tutelares de São Luís e Promotorias Especializadas, reforçando a necessidade de atuação conjunta do MP e os CTs em prol da sociedade.
- Reunião de trabalho com os Promotores eleitores acerca da atuação do MPMA nas eleições 2022.
- A equipe da Ouvidoria esteve de plantão nas eleições de 2022, recebendo 74 representações nos dias 1 e 2 de outubro. Durante todo o período eleitoral, a Ouvidoria recebeu 718 demandas.
- Realização da oficina “Gestão em Ouvidoria para o Ministério”, no dia 11 de outubro, na sede da Escola Superior, visando capacitar a equipe da Ouvidoria do MPMA para ampliar a qualidade do atendimento à população. O treinamento marcou o início de um programa de qualificação específico para o órgão.
- Participação em reunião de trabalho com a diretora-presidente do Sindsemp-MA, Vânia Leal Nunes, para divulgação da Campanha “Servidor: A Ouvidoria Quer Ouvir Você! ”.

- Participação da equipe da Ouvidoria do MPMA na Roda de Conversa com psicólogo Eliandro Araújo, acerca da necessidade da escuta sensível nos atendimentos realizados.
- Reunião de alinhamento de trabalho com a Subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite.

3.2 Ações de Melhoria

Dentre as melhorias realizadas em 2022, destaca-se, inicialmente, a adequação do formulário eletrônico de manifestações da Ouvidoria, com a inserção de campos que deixaram o formulário mais acessível e funcional ao cidadão, conforme se vê abaixo:

Figura 4 – Formulário Eletrônico de Manifestações da Ouvidoria

ouvidoria.geral.mp.br

Inicio Entr

Ouvidoria

Disque 127 98 91371298

Formulário de Cadastro de Manifestação

» DADOS DO MANIFESTANTE

Nome*

CPF*

RG

Data de Nascimento*

Sexo*

Selecione

Profissão Seleccione sua profissão

Endereço

Reside no exterior

CEP*

Estado*

Escolha um estado

Cidade*

Telefone

Celular

Para receber resposta, informe abaixo seu E-mail**

Manter sigilo sobre os dados pessoais.

» DADOS DA MANIFESTAÇÃO

Tipo de manifestação

Escolha o tipo de manifestação

Assunto da manifestação

Escolha o assunto da manifestação

Pessoas ou estabelecimentos envolvidos

Município do fato Seleccione o município onde ocorreu o fato

Resumo dos fatos*

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

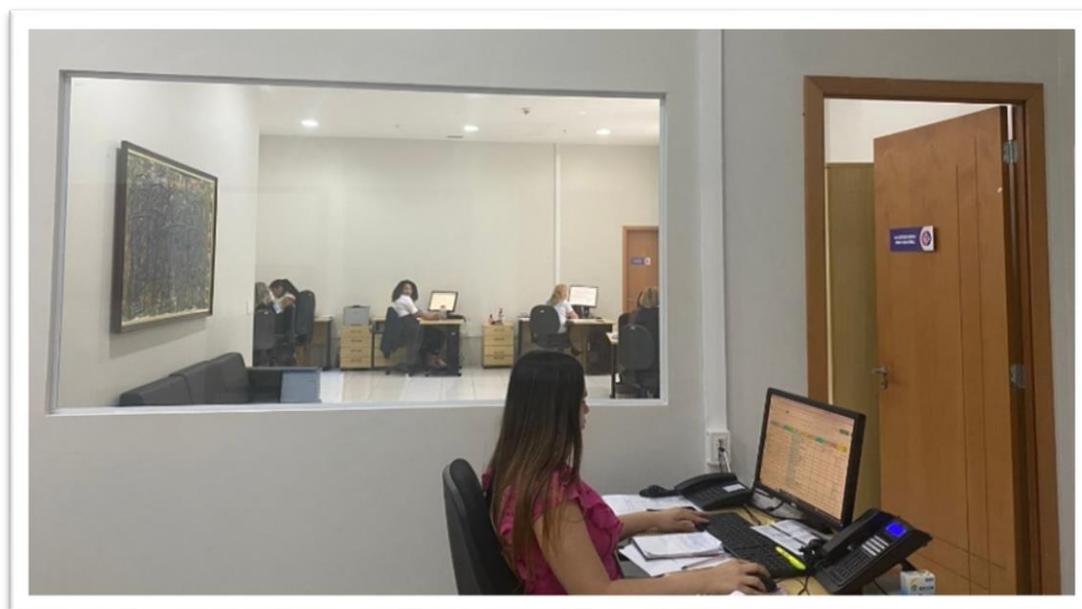
Houve a inclusão de campo específico para manifestações anônimas, dando o tratamento adequado a esses registros, a fim de que tanto as informações quanto os manifestantes sejam salvaguardados, visando o bem maior, que é o interesse público.

Figura 5 – Formulário Eletrônico de Manifestações da Ouvidoria

The image shows a screenshot of the 'Ouvidoria Geral do Ministério Público' website. At the top, there is a dark blue navigation bar with links for 'Início', 'Administrador', 'Aviso', 'Usuários', and 'Sair'. Below this is a large banner with the word 'Ouvidoria' in a large, bold, blue font. To the left of the banner is a large, light blue headset icon. To the right is a small, colorful cartoon character. Below the banner, there are two phone icons with the text 'Disque 127' and '9891371298'. Below the banner, there is a section titled 'Escolha o tipo de Formulário:' with three buttons: 'Anônimo' (with a question mark icon), 'Pessoa Física' (with a person icon), and 'Pessoa Jurídica' (with a building icon). At the bottom of the page, there is a small copyright notice: '2022 - O Ministério Público do Maranhão contra toda forma de discriminação e violência. Ministério Público do Estado do Maranhão © 2011 - É proibida a reprodução, alteração, distribuição e republicação de material contidos neste Portal, sem prévia autorização.'

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Como forma de promover a interação entre os servidores, o espaço físico da Ouvidoria passou por modificações que propiciaram maior integração entre as unidades de atendimento.



Reforma do espaço da Ouvidoria

Em novembro, a Ouvidoria lançou um formulário eletrônico, no site institucional, via intranet, destinado a servidores, estagiários e terceirizados, visando colher dados acerca da percepção dos mesmos sobre o Órgão. Tal iniciativa visava divulgar que a Ouvidoria está apta a

receber demandas internas de reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre o funcionamento de nossas unidades.

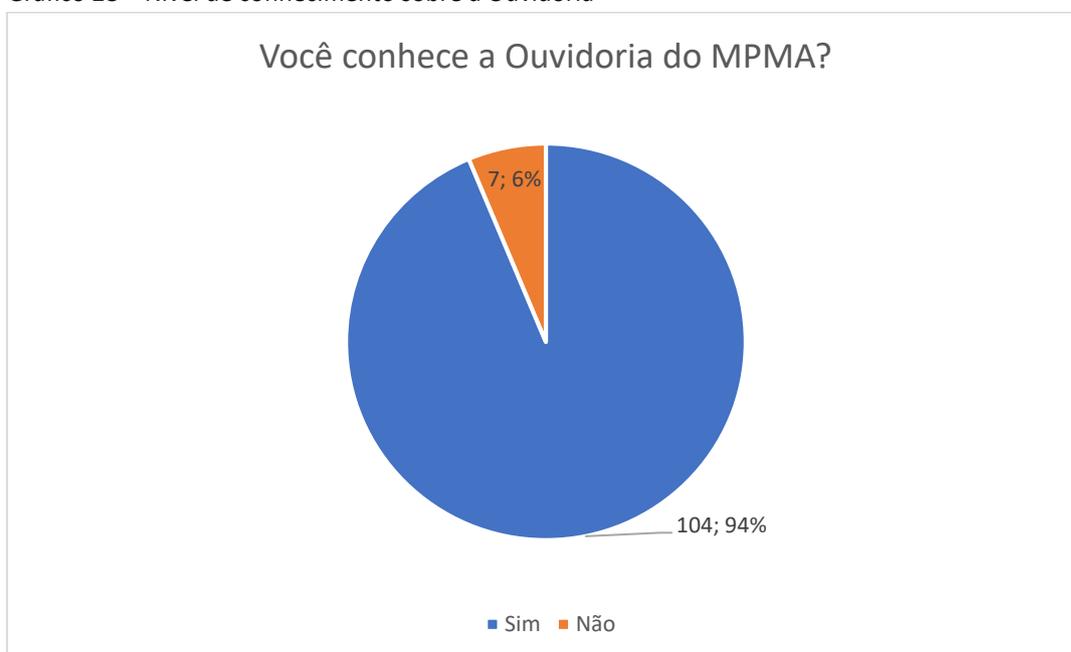
Figura 6 – Banner da Pesquisa de Opinião da Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

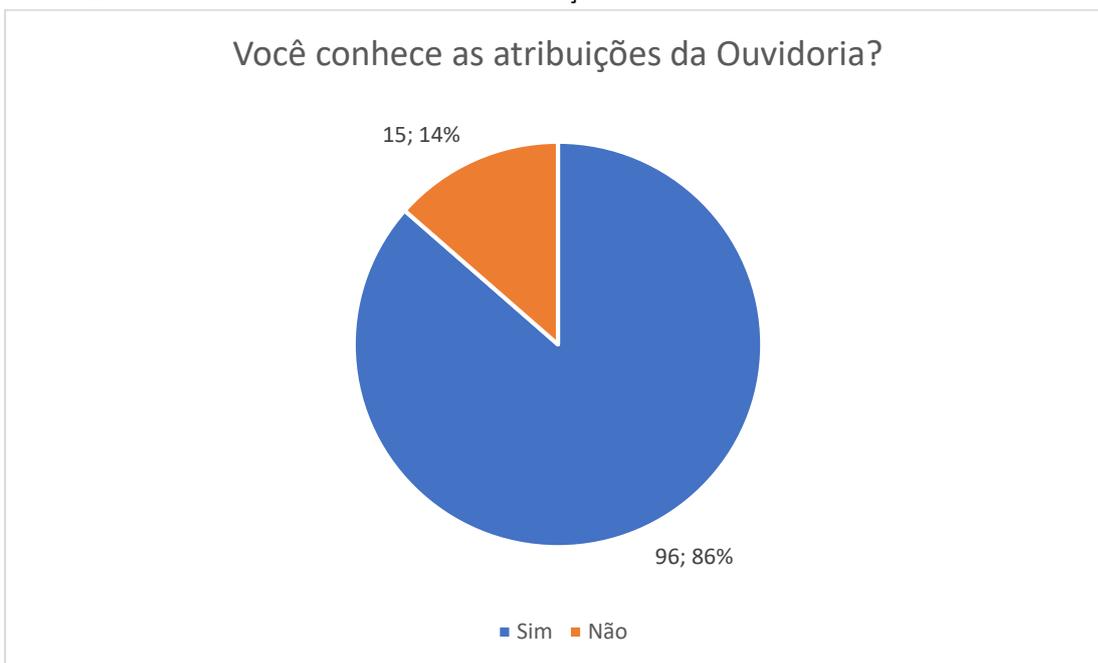
O formulário obteve 111 respostas, que seguem ilustradas nos gráficos abaixo:

Gráfico 28 – Nível de conhecimento sobre a Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

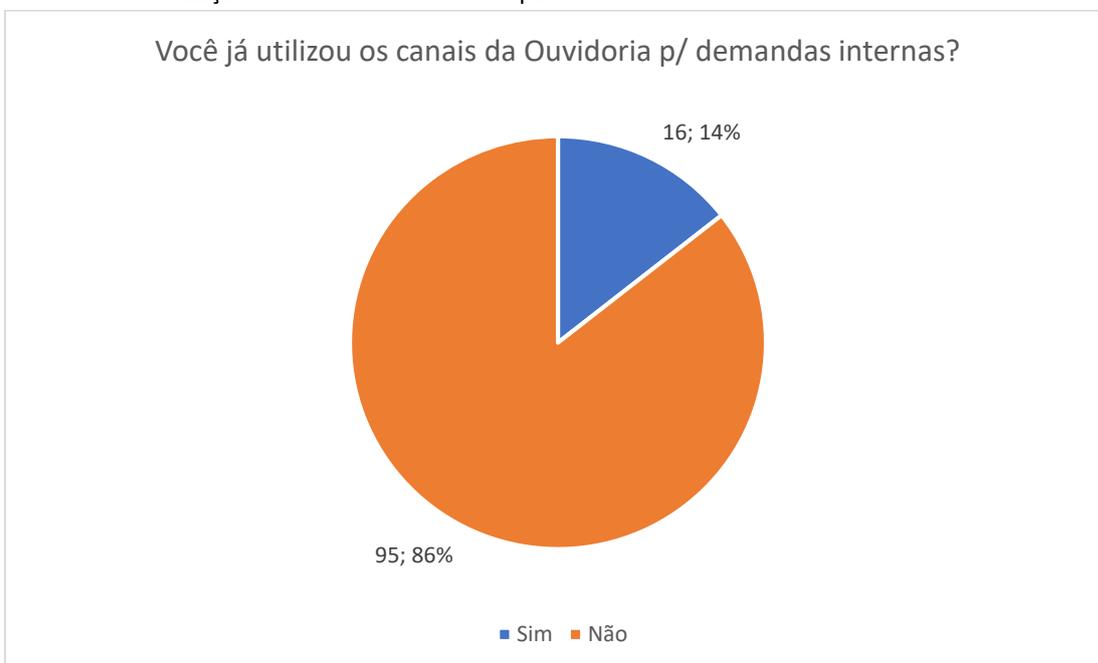
Gráfico 29 – Nível de conhecimento sobre as atribuições da Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Dos 111 acessos obtidos no sistema, 25 respostas descrevem o nível de satisfação pelo atendimento, da seguinte forma:

Gráfico 30 – Utilização dos canais da Ouvidoria para demandas internas



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2022.

Desta feita, com a conclusão satisfatória do procedimento, a servidora demandante elogiou a atuação dos setores envolvidos na sua demanda, conforme se vê abaixo:

Dados da Manifestação

A manifestação é sigilosa? Não

Tipo: Elogios

Assunto: Outros

Meio de Resposta:

Meio de Recebimento: Sistema

Situacao: Pendente

Pessoas/Estabelecimentos envolvidos: MPMA

Município do fato: São Luís

Manifesto: Gostaria de agradecer imensamente a atenção e o cuidado recebidos ao dar a minha sugestão a Dra Sandra Elouf, Procuradora de Justiça e Ouvidora do MPMA, bem assim a sua equipe, sobre a disponibilidade de vagas destinadas às grávidas sob as placas solares do estacionamento do edifício sede da PGJ, como já acontecia com as vagas destinadas aos idosos. Tenho a convicção de que a medida surtirá imediatos efeitos positivos e reverberará na sequência dos anos, externando a preocupação do Ministério Público com uma das facetas mais importantes do feminino, que é a maternidade, com seus desafios e compensações. Agradeço, por fim, a todos os envolvidos nesse projeto, por terem abraçado, com empatia, a causa.

Observações adicionais:

Imprimir

Voltar

DIRETORIAS

Diretoria Geral (DG)

Nos termos do art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno), compete à Diretoria Geral, órgão de apoio Administrativo diretamente subordinado ao Procurador-Geral de Justiça:

- I. Assessorar o Procurador-Geral de Justiça no planejamento e fixação de diretrizes para administração do Ministério Público;
- II. Planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- III. Estabelecer mecanismos que promovam o inter-relacionamento das unidades administrativas do Ministério Público;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções normativas, internas e externas, pertinentes à administração do Ministério Público;
- V. Praticar atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira do Ministério Público, quando lhe forem delegados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- VI. Acompanhar a programação e a execução orçamentária e financeira, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;
- VII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a edição de atos normativos, de caráter administrativo, nos assuntos de sua competência ou de competência delegada;
- VIII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala anual de férias dos servidores do Ministério Público que lhes sejam subordinados;
- IX. Elaborar proposta orçamentária do Ministério Público, devidamente instruída quanto à sua execução, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, que a encaminhará ao Colégio de Procuradores de Justiça para aprovação;
- X. Submeter à aprovação do Procurador-Geral de Justiça os planos e programas de trabalho da Diretoria Geral e das unidades a ela vinculadas;
- XI. Assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições administrativas;
- XII. Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que estão sob a direção da Diretoria Geral as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Administrativo-Financeira;
- Assessoria Jurídica da Administração;
- Assessoria Técnica da Administração;
- Coordenadoria da Folha de Pagamento;
- Coordenadoria de Administração;
- Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura;
- Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

- Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

A Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em conjunto com as unidades administrativas da PGJ/MA, buscou oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições para o desempenho de suas atividades, sempre visando a prestação de um serviço público de qualidade à sociedade, cabendo destacar as seguintes ações:

- Atuação em conjunto com as unidades administrativas da PGJ/MA, visando adotar as medidas necessárias para melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão. Nesse sentido, foram realizadas melhorias na estrutura predial de algumas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população, resultando na modernização da estrutura da instituição ministerial.
- Como parte integrante das ações do MPMA para melhoria do atendimento ao público e visando proporcionar condições adequadas para membros e servidores desenvolverem suas atividades laborais, no ano de 2022 foram concluídas as obras e inauguradas as novas sedes das Promotorias de Justiça de Coroatá e Estreito. Tratam-se de sedes modernas e com total acessibilidade, que atendem às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade.
- Encontram-se concluídas e prontas para serem inauguradas as novas sedes das Promotorias de Justiça de São Domingos do Maranhão, Mirador, Santa Luzia do Paruá e Loreto.
- Para o ano de 2023, segue em andamento a construção da nova sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Cururupu e refeitório das Promotorias de Justiça da Capital, bem como reforma do Núcleo de Mediação na Divinéia e do prédio Solar do Ribeirão, que abrigará as Promotorias de Justiça do Consumidor e a Promotória Distrital/Centro.
- Durante o ano de 2022 foram realizadas manutenções preventivas e corretivas nas Promotorias de Justiça listadas abaixo: Vitorino Freire, Barra do Corda, Itinga do Maranhão, Dom Pedro, Imperatriz, Montes Altos, Balsas, Bacabal, Pedreiras, Tuntum, Poção de Pedras, Colinas, São Domingos do Maranhão, Santo Antônio dos Lopes, São João do Patos, Presidente Dutra, Lago da Pedra, Esperantinópolis, São João Batista, Caxias, Timon, Alcântara, Codó, Coelho Neto, Morros, Coroatá, Santa Inês, Parnarama, Chapadinha, Cândido Mendes, Santa Rita, Carutapera, Zé Doca, Mirinzal, São Bernardo, Pindaré Mirim, Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital, Centro Cultural, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, PJECCA, Centro Integrado, Distrital Divinéia e Almojarifado.
- No ano de 2022, as licitações realizadas pelo MPMA contemplaram a modalidade de Pregão na forma eletrônica, Tomada de Preços, além das contratações decorrentes de dispensa, inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços, num total de 94.

Tabela 28 – Licitações realizadas pela CPL/PGJ-MA

Modalidade	Ano 2022	Ano 2021
Pregão Eletrônico *	35	47
RDC	-	3
Tomada de Preços	4	2
Concorrência	-	1
Dispensa de Licitação	10	16
Inexigibilidade de Licitação	34	36
Adesão a Ata de Registro de Preços	10	5
Órgão Participante	1	-
Total	94	110

Fonte: DG/PGJ, 2022.

*Contempla aquisição de materiais na forma de ARP

Tabela 29 – Valor contratado das licitações realizadas pela CPL/PGJ-MA

Modalidade	Valor Contratado R\$ em 2022	Valor Contratado R\$ em 2021
Pregão Eletrônico *	24.010.467,59	47.555.799,74
RDC	0,00	821.989,54
Tomada de Preços	3.946.339,78	222.985,37
Concorrência	0,00	3.254.126,79
Dispensa de Licitação	8.462.956,86	142.217,28
Inexigibilidade de Licitação	892.053,92	1.497.151,11
Adesão a Ata de Registro de Preços	11.806.181,46	3.655.031,58
Órgão Participante	2.508.900,00	0,00
Total	51.626.899,61	57.149.301,41

Fonte: DG/PGJ, 2022.

*Contempla aquisição de materiais na forma de ARP

- As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 64 (sessenta e quatro) Contratos Administrativos e 59 (cinquenta e nove) Atas de Registros de Preços.
- Na área de Tecnologia da Informação cabe destacar a renovação do *parquet* tecnológico do MPMA, com aquisição de 1.000 (mil) computadores com monitor e 1.000 (mil) monitores adicionais e 546 (quinhentos e quarenta e seis) notebooks que estão sendo configurados e disponibilizados a membros e servidores, visando incrementar a produtividade e o trabalho desenvolvido em diversos setores da instituição. Além disso, foram adquiridos 70 (setenta) tablets, otimizando o trabalho dos membros, sobretudo participação em reuniões e sessões de julgamento.
- Foram adquiridos 70 (setenta) unidades de scanners com alimentação automática de documentos, incluindo os serviços de assistência técnica *onsite*, visando atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – PGJ/MA.

- Cabe ressaltar a aquisição de 50 (cinquenta) computadores do tipo Workstation Desktop e 100 (cem) monitores adicionais para a PGJ/MA, visando atender necessidade e demanda de setores que desenvolvem trabalhos em projetos que demandam alta produção gráfica.
- Otimização dos recursos institucionais, com a conclusão da migração para novos *links* para as Promotorias de Justiça do Interior, tendo sido o processo licitatório realizado em conjunto com o Tribunal de Justiça e com a Defensoria Pública, com redução de custos em aproximadamente 90% (noventa por cento), contemplando possibilidade de upgrade de velocidade dos *links* em todas as localidades (Contrato nº 02/2022).
- A Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atuou, entre outros projetos, na gestão e fiscalização de Contrato para a implantação do novo Portal do MPMA e intranet, a adequação do Portal da Transparência à 5ª versão do Manual do CNMP, implantação da assinatura com certificado em nuvem (BirdID) no DIGIDOC e SIMP, envio de dados cadastrais para o E-Social, integração do SIMP com sistema do CNMP para envio de dados de violência doméstica, melhorias nos Módulo Gesp RH e Folha e *download* consolidado do SIMP.
- A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou em diversos projetos de melhoria na Infraestrutura de TI, incluindo a segurança da informação, procedimentos de *backup*, *recovery*, redundância, Datacenter e ativos de rede.
- No ano de 2022 também foram feitos investimentos na área de segurança com aquisição de *softwares* e *hardwares* na área de atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO.
- Como parte da política de capacitação dos servidores, a Procuradoria Geral de Justiça realizou no período de 28 a 30 de setembro de 2022 o curso "*Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021*". Com carga horária de 24h, participaram do curso 40 (quarenta) servidores que atuam em vários setores das áreas administrativas da instituição. O curso foi ministrado na modalidade "*In Company*", ou seja, voltado especificamente para o público interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, tendo abordado os principais pontos e desafios para a aplicação da Nova Lei de Licitações.
- Visando a atualização, bem como a edição de novos normativos internos referentes à área de gestão e governança no Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ressaltar o Ato Regulamentar nº 22/2022 – GPGJ, que regulamenta a tramitação dos processos de liquidação e pagamento de despesas no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, bem como o Ato Regulamentar nº 23/2022 – GPGJ, que disciplina os procedimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços nos casos de inexigibilidade de licitação no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
- Com o intuito de atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão houve uma renovação da frota de veículos oficiais do MPMA através da locação de veículos novos. Foram locados 8 (oito) veículos modelo Duster, marca Renault, ano 2022/2023, 14 (quatorze) veículos modelo Ranger, marca Ford, ano 2022/2023, 6 (seis) veículos modelos Ônix, marca Chevrolet, ano 2022/2023, os quais foram distribuídos entre capital e interior.
- Cabe ressaltar também a aquisição de 05 (cinco) veículos modelo Corolla, marca Toyota,

ano 2022/2023.

- Em relação ao valor do orçamento destinado ao Ministério Público do Estado do Maranhão/PGJ no ano de 2022, cabe destacar a execução orçamentária na ordem de 99,96%. Quanto ao orçamento destinado ao Fundo Especial do Ministério Público – FEMPE, foi executado cerca de 97,51%.
- Em 2022 a Diretoria Geral expediu 50 (cinquenta) notificações, em sua maioria destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 03 (três) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

Secretaria Administrativo-Financeira (SAF)

Nos termos do art. 62 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça), compete à Secretaria Administrativo-Financeira, órgão diretamente subordinado a Diretoria-Geral:

- I. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas ligadas a Diretoria Geral, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- II. Substituir o Diretor-Geral nos eventuais afastamentos e impedimentos;
- III. Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

Em 2022, em continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2020, a Secretaria Administrativo Financeira buscou implementar ações cujo objetivo central foi o suporte às unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça para que pudessem desenvolver suas atividades de forma integrada, com maior qualidade e eficiência sempre com foco na entrega de um serviço público adequado às elevadas e complexas demandas da sociedade, destacando-se as seguintes atividades:

- Emissão de 5.500 Despachos sobre assuntos diversos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos Pareceres da Assessoria Técnica da Administração e da Assessoria Jurídica da Administração;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação às minutas de contratos e seus aditivos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos apostilamentos dos contratos e seus cálculos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação à formalização de Convênios e Termos de Cooperação Técnica e demais ajustes;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis);
- Análise de relatórios, despachos e encaminhamentos em relação aos cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis);
- Acompanhamento, controle e análise do desempenho das unidades detentoras de carga patrimonial em relação aos Relatórios de Pré-Inventários;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos administrativos de emissão de empenhos;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos de liquidação e pagamento junto às unidades requisitantes;
- Emissão de despachos no bojo de diversos processos administrativos que tramitam na Procuradoria-Geral de Justiça;
- Realização de reuniões de acompanhamento, orientação e alinhamento operacional com coordenadores/chefes das unidades requisitantes e demais unidades administrativas;
- Realização de reuniões com o Assessor-Chefe do Controle Interno e Auditoria, visando a melhorias dos processos operacionais e contábeis da Procuradoria-Geral de Justiça; e

- Participação de reuniões com o Diretor-Geral para deliberação sobre diversos assuntos inerentes às áreas finalística, administrativa e financeira da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Elaboração da minuta do Ato Regulamentar n.º 22/2022, que regulamenta a tramitação dos processos de liquidação e pagamento de despesas no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
- Elaboração da minuta do Ato Regulamentar n.º 23/2022, que regulamenta os procedimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços nos casos de inexigibilidade de licitação no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
- Atuação no processo de homologação dos requisitos do GESP-Patrimônio / Depreciação de Bens Imóveis;
- Realização e condução de diversas reuniões setoriais com as unidades administrativas sobre o Portal de Transparência do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Processos n.º 3623/2022 e 11103/2022;
- Atuação na organização dos cursos “ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA NO ÂMBITO DA LEI Nº 14.133/2021” e “DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021” a servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Presidência e condução dos trabalhos da Comissão instituída pela Portaria n.º 8871/2022, cujo objeto é alteração do Ato Regulamentar n.º 020/2020-GAPGJ que regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Atuação no processo de contratação e acompanhamento da atuação de consultoria especializada no E-Social e EFD-Reinf;
- Participação nas reuniões da Junta do FEMP para deliberação acerca da prestação do exercício de 2021 e deliberação acerca dos investimentos para 2022;
- Atuação na Comissão para elaboração de minuta de Ato Regulamentar sobre a aplicação da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Processo n.º 6348/2022; e
- Atuação na elaboração de minuta de Ordem de Serviço acerca do uso dos campos de “Observação de Movimentação” e Despachos no Sistema Digidoc.

A Secretaria Administrativo Financeira, objetivando o pleno atendimento das suas atribuições regimentais, vem sistematicamente planejando e adotando ações que visem subsidiar as Unidades sob direção da Diretoria-Geral com informações e orientações adequadas, relevantes e tempestivas. Cabe registrar que além da emissão de despachos nos autos dos processos administrativos, a Secretaria Administrativo Financeira tem adotado a postura de resolutividade das questões cotidianas por meio da realização de reuniões e contatos cada mais próximos das Unidades demandantes, visando a celeridade e efetividade das ações, sem desprezar a regularidade formal inerente ao serviço público.

Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

A Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST é um órgão de apoio administrativo diretamente subordinado ao procurador-geral de Justiça. Compete ao seu diretor selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público, além de distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados pela instituição. Atualmente, a SECINST tem sob sua responsabilidade a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, tendo em vista que através do ATOREG – 202022, a Coordenadoria de Comunicação passou a ser subordinada ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

É também o órgão encarregado de implementar as diretrizes de gestão pensadas pelo procurador-geral, em alinhamento com o planejamento estratégico vigente. A SECINST, além de dialogar com a Administração Superior interna, tem a missão de articular parcerias com órgãos externos que desenvolvam atividades da mesma natureza visando o intercâmbio de informações e a implementação de programas e ações relevantes à instituição e à sociedade.

2 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No ano de 2022, a Secretaria para Assuntos Institucionais manteve-se produtiva, com a movimentação de processos e a elaboração de documentos, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 30 – Análises de Processos Administrativos

Tipo de Processos	Quantidade
Processos abertos	921
Processos recebidos/entradas	1.227
Processos arquivados	304
Processos encaminhados/saídas	1.798

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Gráfico 32 – Movimentação Processual da SECINST em 2022



Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

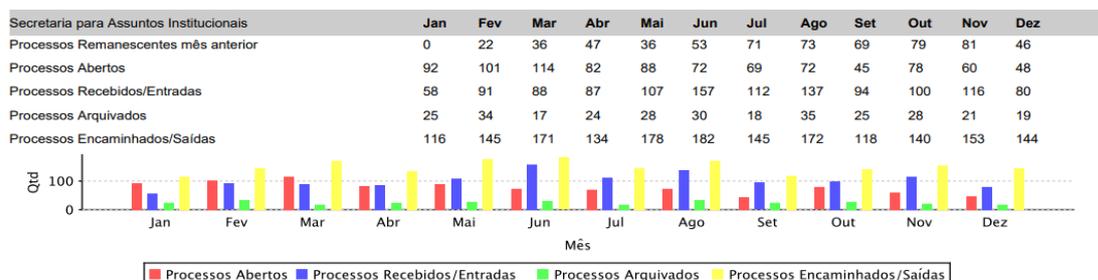
CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Relatório Estatístico de Processos Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais

Crítérios da Consulta

Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais; Ano: 2022;



Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Tabela 31 – Expedição de documentos em 2021

Atividades Administrativas	Quantidade
Atas	18
Atos Regulamentares	4
Autorizações	51
Certidão	150
Convite	3
Declarações	1.358
Despachos	268
Editais	0
Exposição de Motivos	0
E-mails enviados	1.764
E-mails recebidos	1.557
Memorandos	128
Memorandos Circular	6
Mensagem / Projeto de Lei	0
Ofícios	63
Ofícios Circulares	8
Ofício Conjunto	0
Ordem de Serviço	1
Pareceres	5
Relatório	5

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Gráfico 33 – Movimentação de Expedientes em 2022



Ministério Público do Estado do Maranhão

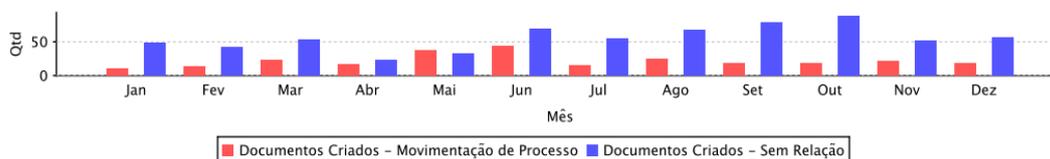
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
 CNPJ: 05.483.912/0001-85
 Telefone: (098) 3219-1800

Relatório Estatístico de Documentos
 Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais

Crítérios da Consulta

Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais; Ano: 2022;

Secretaria para Assuntos Institucionais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Movimentação de Processo	10	13	23	17	37	44	15	24	19	18	22	18
Documentos Criados - Sem Relação	49	42	53	23	32	69	55	68	79	89	52	57
Total	59	55	76	40	69	113	70	92	98	107	74	75



Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

2. CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Dentre as atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado com outros órgãos públicos e privados, que se desenvolvem

através da celebração de Termo de Convênio, Cooperação Técnica, entre outros. Em 2022, foram efetivados **04 Termos de Convênio, 15 Termos de Cooperação Técnica e 04 Termos de Adesão**. O objetivo foi otimizar e fortalecer as atividades desempenhadas por membros e servidores do Ministério Público do Estado.

3. GERENCIAMENTO DE SISTEMAS

São de responsabilidade da Secretaria Institucional o gerenciamento dos sistemas Simp, PJe, Digidoc, além do intermédio de cadastros em diversos sistemas utilizados no âmbito do MPMA.

- a) **SIMP** - No ano de 2022, foram atendidas 1.312 solicitações de serviços/chamados, além de atendimentos presenciais e/ou via ligações telefônicas. Em 07 de fevereiro foi o “Curso básico de tira-dúvidas do SIMP” em parceria com a Escola Superior; no dia 28 de março treinamento com a 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal, e no dia 22 de novembro ocorreu a “Reunião de Trabalho - SIMP” destinado aos membros e servidores. Todos os treinamentos aconteceram na modalidade virtual, através da plataforma do *Google Meet*;
- b) **PJE e PJE Eleitoral** – No ano de 2022, as demandas referentes ao PJe e PJe Eleitoral contabilizaram, através da plataforma *Citsmart*, um total de 730 solicitações de serviços/chamados atendidos;
- c) **Digidoc** - Foram atendidas 193 solicitações via plataforma *Citsmart*, 67 solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp*, telefone e e-mail, cujo quantitativo não foi possível determinar. Além disso, foi realizado treinamento, via *Google Meet*, com todos os membros e servidores do órgão para tratar as principais dúvidas no manuseio do sistema *Digidoc*;
- d) **SEEU** - Foram atendidas 54 solicitações via plataforma *Citsmart*. Além disso, foram atendidas 16 solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp* e telefone, cujo quantitativo não foi possível determinar;
- e) **MALOTE DIGITAL** - 18 cadastros.

4. GESTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL/TOKEN

A Secretaria para Assuntos Institucionais administra a concessão de certificados digitais à membros e servidores da instituição como forma de dar celeridade à tramitação eletrônica de documentos e procedimentos administrativos. Em 2022, foram concedidos 512 certificados digitais dos tipos Cert-JUS Poder Público - A3 e e-CPF - A3 em Nuvem. Atualmente, o tipo e-CPF - A3 em Nuvem está sendo disponibilizado em todos os pedidos iniciais e de renovação, restando a certificação do tipo Cert-JUS Poder Público - A3, exclusivamente para membros.

5. GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA

Com base no Relatório de Verificação de Conformidades elaborado pela Auditoria Interna, a SECINST realiza o acompanhamento dos itens apontados no referido relatório a fim de atualização do Portal da Transparência pelos respectivos setores, para que sejam cumpridos os requisitos especificados no novo Manual do Portal da Transparência-CNMP (5º ed., 2011).

Em 2022, o Ministério Público do Estado do Maranhão manteve-se com 100% no requisito transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, que

atendeu a todos os critérios estabelecidos no Manual do Portal da Transparência - CNMP (5ª. ed., 2021), o que demonstra o elevado grau de comprometimento da Instituição com a transparência dos atos da gestão administrativa e financeira, atingindo excelência na avaliação.

Figura 7 – Ranking da Transparência

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO																										
Pesquisa realizada durante o mês de fevereiro de 2022		CNMP	MPT	MPF	MPM	MPDFT	AC	AL	AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	
Desatualizado – DA		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não atendido		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de itens		319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	
Nota total		636	627	638	638	636	638	638	637	638	638	638	638	638	638	607	636	624	638	638	638	638	638	638	635	638	638	
Percentual de cumprimento das resoluções 86 e 89 (nota em %):		99,7	98,3	100,0	100,0	99,7	100,0	100,0	99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	95,1	99,7	97,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5	100,0	100,0	

Fonte: <https://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>

Além da avaliação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE, também realizou análise no Portal da Transparência deste Órgão Ministerial, o qual manteve o nível máximo de transparência na divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. O exame do TCE observa o cumprimento da legislação sobre informações prioritárias, institucionais, receita, despesa, transferências voluntárias recebidas e realizadas, recursos humanos, diárias, licitações e contratos, relatórios fiscais, serviço de informações ao cidadão e acessibilidade.

O diagnóstico dos portais efetuado pelo TCE é fundamentado na Constituição Federal, na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCE, nas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 156/2016, bem como na Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI) e Lei Federal nº 13.460/2017, Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, entre outras normas.

Figura 8 – Ranking da Transparência

NOTÍCIAS

MPMA mantém nível A no Portal da Transparência

Publicado em 30/11/2022 09:19 - Última atualização em 30/11/2022 09:19

Após nova avaliação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), nos portais de instituições públicas maranhenses, o Portal da Transparência do MPMA manteve o nível máximo de transparência na divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. O resultado da avaliação foi divulgado no dia 17 de novembro.

O relatório é assinado pelo auditor estadual de Controle Externo, José Soares Carvalho, e pelo líder de fiscalização do TCE, Marivaldo Venceslau Souza Furtado. O MPMA já havia alcançado o nível A na última avaliação, cujo resultado foi divulgado em junho deste ano.

O exame do TCE observa o cumprimento da legislação sobre informações prioritárias, institucionais, receita,

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 12/01/2023 10:24 | Discriminação
Governo segue entendimento do MPMA e restabelece leis contra discriminação sexual no Maranhão
- 10/01/2023 14:23
Membros do MPMA e da Defensoria se reúnem com vice-governador
- 10/01/2023 10:56
SÃO LUÍS - MPMA participa de cerimônia de promoção de oficiais da PM
- 09/01/2023 16:50
Representantes do MPMA e dos três poderes unem forças contra possíveis atos de vandalismo no Maranhão
- 09/01/2023 11:08
NOTA DE REPÚDIO

Fonte: <https://www.mpma.mp.br/mpma-mantem-nivel-a-no-portal-da-transparencia/>

6. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

A SECINST exerce supervisão das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, desde o pedido de materiais gráficos (livros, revistas entre outros) até a confecção e sua publicação. Além disso, a SECINST realiza o planejamento para modernização das ferramentas adquiridas pela referida coordenadoria.

7. REALIZAÇÃO DE REUNIÕES INSTITUCIONAIS E DE TRABALHO

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve atividade de auxílio direto ao Procurador-Geral de Justiça, participando de diversas reuniões e colaborando em decisões de caráter institucional. Destacamos algumas atividades realizadas pelo diretor.



O diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves, em reunião que regulamenta condições especiais de trabalho para lactantes da instituição.



Visita às sedes provisórias das promotorias distritais da cidadania de São Luís, no prédio do MPMA do Centro, (antiga Procuradoria-Geral).



Com o PGJ, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, durante a assinatura de editais que iniciaram os procedimentos para as movimentações na carreira, com cinco vagas na ilha: três para atender às promotorias distritais e duas para promotorias.



O diretor da Secinst na inauguração das sedes provisórias das promotorias distritais do Centro, Cohatrac, Itaqui/Bacanga, Cidade Operária, Coroadinho e Zona Rural. O Ministério Público mais perto das comunidades para ser mais interigente e responsivo.



O diretor da Secinst, durante palestra no Fórum de combate à Aids, ISTs e HIVs. Na pauta: a garantia de terapia antirretroviral (TARV), prevenção combinada, com oferta regular de profilaxia pré e pós exposição (PreP e PEP), centros de testagem e aconselhamento.



Na sala do colegiado, recebendo lideranças de comunidades quilombolas para definição das estratégias de atuação para o eixo do Padhum.



Palestrante na capacitação do PADHUM-RUA e apresentação do Programa "Housing First".



O diretor da Secinst, em visita à Justiça Comunitária do TJDF (Núcleo de Mediação Comunitária da cidade satélite de Ceilândia).



O diretor da Secretaria Institucional participou de reunião para celebração de parceria com a SEDIHPOP.



O diretor da SECINST, José Márcio Maia Alves, representando o Ministério Público do Maranhão e o PGJ, Eduardo Nicolau, em importante reunião da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP.



Divulgação do plano de atuação (Padhum-Rua).



Representando o Procurador-Geral de Justiça no Congresso de Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais, promovido pelo TJMA.



O diretor da Secinst participou da capacitação para controle social da administração pública e fortalecimento da rede de proteção da mulher, nos municípios de Açailândia e Buriticupu.



Assinatura do Termo de Convênio com a Vale Maranhão formalizando parceria para aquisição de duas unidades móveis que servirão ao atendimento itinerante das promotorias distritais da cidadania de São Luís.

8. GESTÃO DO NAPROM

O NAProm - Núcleo de Apoio Remoto às promotorias de justiça, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi criado através do ATO-GAB/PGJ-2832019, no intuito de otimizar a gestão administrativa e dar mais eficiência e celeridade na tramitação dos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito das promotorias de justiça da capital e do interior.

A finalidade do núcleo é prestar auxílio na modalidade à distância mediante assessoramento jurídico composto por um membro do Ministério Público, designado pelo procurador geral de justiça, e por servidores capacitados técnica e juridicamente. Na atualidade, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, as atividades do NAProm encontram-se temporariamente suspensas conforme consta na DECISÃO-GPGJ – 25412022 (Processo Administrativo nº 17550/2022).

Diante do exposto e em obediência ao constante no art. 9º, § 2º do respectivo Ato, apresentamos o respectivo Relatório de Produção de Atividades do NAProm, exercício de 2022.

Os trabalhos foram iniciados a partir de 26/01/2022, quando foram enviados 37 (trinta e sete) Inquéritos Cíveis e 05 (cinco) Procedimentos Administrativos pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó/MA (Portaria-GAB/PGJ-92582021, de 30 de novembro de 2021).

Em seguida, em 07 de fevereiro de 2022, através da PORTARIA-GAB-10092022 com envio de procedimentos, primeiramente, dos processos da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coroatá/MA, em trâmite no portal eletrônico do PJe, totalizando 33 (trinta e três procedimentos).

A partir do dia 22/03/2022, foi concedido apoio deste Núcleo à 15ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de São Luís/MA, através da Portaria-GAB/PGJ – 2260/2022 (retificada pela Portaria GAB/PGJ-2422/2022), na tratativa dos processos em trâmite no portal eletrônico do PJe, que encaminhou para análise um total de 31 (trinta e um) procedimentos.

E, ao final, em 08 de abril de 2022, a 11ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís, designada pela Portaria GAB/PGJ nº 31182022, encaminhou 50 (cinquenta) processos para análise em trâmite no portal eletrônico do PJe.

A seguir, a relação por órgão solicitante, tipos processuais e procedimentos recebidos, analisados e resolvidos pelo NAProm, referentes ao exercício de 2022:

Tabela 32 – Processos da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Codó.

Tipo Processual	Quant.
<i>Inquérito Civil</i>	37
<i>Procedimento Administrativo</i>	5
Total	42

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Tabela 33 – Processos da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coroatá.

Tipo Processual	Quant.
<i>Processos Criminais</i>	33

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Tabela 34 – Processos da 15ª Promotoria do Termo Judiciário de São Luís/MA.

Tipo Processual	Quant.
<i>Processos Criminais</i>	31

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Tabela 35 – Processos da 11ª Promotoria do Termo Judiciário de São Luís/MA.

Tipo Processual	Quant.
<i>Processos Criminais</i>	50

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

Os processos judiciais e procedimentos extrajudiciais que foram encaminhados ao NAProm totalizaram o montante de **156 (centro e cinquenta e seis)** e, após análise e apreciação das matérias pertinentes a cada espécie, foram elaborados todos os procedimentos necessários para prosseguimento dos feitos, conforme disposto a seguir:

Tabela 36 – Procedimentos autuados pelo NAProm em 2022

Feitos	Total
<i>Acordo</i>	1
<i>Alegações Finais</i>	7
<i>Arquivamento</i>	9
<i>Ciência de Sentença</i>	16
<i>Contrarrazões</i>	1
<i>Cota Ministerial</i>	3
<i>Denúncias</i>	22
<i>Devolução</i>	2
<i>Dilação de Prazo</i>	1
<i>Diligências</i>	48
<i>Extinção do Feito</i>	15
<i>Intimação</i>	3
<i>Manifestação Ministerial</i>	32
<i>Prorrogação</i>	41
<i>Ratificação</i>	1
<i>Revogação</i>	3

Fonte: SECINST/PGJ, 2022.

9. NÚCLEO CIENTÍFICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

O Núcleo, em funcionamento desde junho de 2020, sob a coordenação do Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais - SECINST, foi criado formalmente através do ATO-GPGJ – 112021, de 19 de outubro de 2021, com o objetivo de subsidiar a Administração Superior com pesquisas e estudos sociais, jurídicos e não jurídicos transdisciplinares, para desenvolver diretrizes de atuação aos órgãos de execução da instituição, buscando o alcance de resultados socialmente úteis e relevantes, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo.

A atuação do núcleo foi focada no ano de 2022 na formulação dos planos de atuação em defesa de direitos humanos que compõem o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM), em conformidade com o ATO-GPGJ-122021, de 19 de outubro de 2021, que institui o PADHUM e dá outras providências. Consoante o disposto no referido ato, o PADHUM será inicialmente dividido em seis planos de atuação, que serão formulados ordenadamente pela SECINST, voltados aos seguintes eixos prioritários:

- I. Enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher;
- II. Direitos das pessoas em situação de rua;
- III. Enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa;
- IV. Direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- V. Direitos das comunidades quilombolas;
- VI. Enfrentamento da insegurança alimentar.

De acordo ainda com o ato supracitado, cada plano de atuação contará com um estudo científico, no bojo do qual será feito um diagnóstico da problemática, objeto do plano e levantadas as estratégias prioritárias de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão. Estas estratégias, conforme disposição do ato, serão instrumentalizadas a partir de uma

Recomendação do Procurador-Geral de Justiça aos membros, a qual contará também com subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de discussões realizadas em Grupos de Trabalho. Cada plano de atuação contará ainda com um Projeto Executivo, no qual constarão as metas e os indicadores para o cumprimento do plano e que servirão de parâmetro para o monitoramento.

O Volume II do PADHUM foi lançado em edição impressa no dia 17 de novembro, contendo o terceiro e quarto planos de atuação, voltados ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa e à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, os quais foram instrumentalizados através, respectivamente, das seguintes recomendações: REC-GPGJ 102022 e REC-GPGJ 112022, ambas de 27 de setembro de 2022.

Para conclusão da construção dos planos de atuação lançados, foram realizadas, em 2022, cinco reuniões do Grupo de Trabalho (GT) do PADHUM voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, para discussão das estratégias previamente elaboradas pelo Núcleo Científico. O GT, coordenado pela SECINST, foi composto pelos seguintes promotores de justiça: Antônio Borges Nunes Júnior; Ana Cláudia Cruz dos Anjos; Carlos Augusto Soares; Cristiane Gomes Coelho Maia Lago; Dailma Maria de Melo Brito; Douglas Assunção Nojosa; Francisco de Assis Silva Filho; Glauce Mara Lima Malheiros; Herberth Costa Figueiredo; Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva; José Márcio Maia Alves; Larissa Sócrates de Bastos; Linda Luz Matos Carvalho; Marco Aurélio Batista Barros; Maria da Glória Mafra Silva; Marina Carneiro Lima de Oliveira; Samira Mercês dos Santos; Sandra Soares de Pontes e Thiago de Oliveira Cosa Pires.

As reuniões do GT ocorreram nos dias 08/02/22; 15/02/22; 22/02/22; 17/03/22; e 26/05/22, em formato remoto, através do Google Meet. Destaca-se que a quarta reunião do GT, do dia 17/03/22, contou com a participação também de entidades do movimento social de defesa dos direitos das pessoas vivendo com HIV. Além disso, foi realizada uma reunião com o Departamento de Atenção às IST/AIDS e Hepatites Virais, da Secretaria de Estado da Saúde, no dia 01/04/22, em formato remoto, através do Google Meet. Após a finalização das atividades do GT, o Núcleo Científico realizou alterações e concluiu a elaboração do estudo científico, da recomendação, do projeto executivo e da planilha de metas e indicadores.

Além destas alterações nos materiais do plano de atuação voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, em 2022 foi também realizada a revisão final dos materiais do plano de atuação voltado ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa e produzidos os modelos de peças jurídicas dos dois planos de atuação, que subsidiarão a execução dos planos pelas promotorias de justiça aderentes.

Foram produzidos no total 42 (quarenta e dois) modelos, sendo 28 (vinte e oito) minutas do PADHUM de enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa (sendo 4 ofícios, 16 recomendações, 7 TACs e 1 Portaria)⁹, e 14 (catorze) minutas do PADHUM voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS (sendo 2 ofícios, 4 recomendações, 3 TACs, 2 ACPs, 1 notificação sanitária, 1 denúncia e 1 Portaria)¹⁰.

Antes do lançamento do Volume II do PADHUM foi realizada reunião no dia 16/11/22, em formato híbrido, junto aos Centros de Apoio Operacional responsáveis pela coordenação de execução dos novos planos de atuação – CAO/Criminal, CAO/Saúde, CAO/Educação,

⁹ Disponíveis no link: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1WAKamn74YWcnOxhowhDgJmPHBC-fmsuw>.

¹⁰ Disponíveis no link: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1vRgPZb4ZZZfk0MBF4E5JdXdWmt94mKSQ>.

CAO/Direitos Humanos. A reunião contou com a participação da SEPLAG, através do servidor Samyr Cutrim, que apresentou os relatórios inteligentes do Microsoft Power BI emitidos da base de dados dos dois primeiros planos de atuação lançados, a fim de ilustrar como se dará o acompanhamento dos planos, e com a participação do CAO/Mulher, cuja coordenadora, a Dra. Sandra Fagundes, compartilhou suas estratégias de coordenação de execução.

Outra atuação do Núcleo Científico foi a de apoio à Comissão Deliberativa do PADHUM, criada pelo ATO-GPGJ-122021 com o objetivo de monitorar e avaliar as ações do programa. A primeira reunião semestral da referida comissão ocorreu no dia 21/07/22, subsidiada pelos relatórios de monitoramento da execução dos projetos executivos dos planos de atuação em defesa de direitos humanos elaborados pelo CAO/Mulher e pelo CAO/Direitos Humanos, que tiveram suas informações compiladas pelo Núcleo Científico para discussão na reunião.

Na reunião, foi deliberado, entre outros pontos, a construção pela SEPLAG de um instrumental de monitoramento do PADHUM uniformizado, a ser adotado pelos CAOs. Para o alinhamento da construção desse instrumental e também de seu preenchimento para a emissão dos relatórios inteligentes do Microsoft Power BI, o Núcleo Científico reuniu com a SEPLAG remotamente no dia 14/09/22 e com a SEPLAG em conjunto aos CAOs Mulher e Direitos Humanos nos dias 21/09/22, 25/10/22 e 11/11/22.

Por fim, cumpre ressaltar que o Núcleo Científico atuou ainda na elaboração do estudo científico do quinto plano de atuação previsto, voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas. Para definir as estratégias prioritárias de atuação foi realizada escuta social com as comunidades quilombolas, em formato híbrido, no dia 26/08/22.

Importa ressaltar ainda a realização de reunião com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) nos dias 11/11/22 e 16/11/22, a partir das quais foi incorporada uma estratégia ao PADHUM quilombola, qual seja, a de indução da elaboração de chamadas públicas diferenciadas no âmbito dos municípios e Estado, especialmente naqueles que não estão cumprindo a obrigatoriedade, estabelecida pela Lei nº. 11.947/2009, de aquisição mínima de 30% de gêneros alimentícios para a alimentação escolar diretamente da agricultura familiar, objetivando a compra de produtos da agricultura familiar dentro das prioridades legais (assentados da reforma agrária, povos tradicionais, indígenas, quilombolas), experiência esta que iniciou pioneiramente no âmbito da CATRAPOA no estado do Amazonas, sob a coordenação do MPF.

A minuta preliminar do estudo científico do plano de atuação voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas foi concluída ainda em 2022 e a minuta preliminar de recomendação está sendo alterada para início dos trabalhos do GT em 2023.

Ao total, no ano de 2022, o Núcleo Científico promoveu:

- Realização de 05 reuniões do GT do plano de atuação voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Realização de 01 reunião com o Departamento de Atenção às IST/AIDS e Hepatites Virais, da Secretaria de Estado da Saúde, para dirimir dúvidas a fim de aperfeiçoar as estratégias do plano de atuação voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Elaboração final de 02 estudos científicos do PADHUM – que estão publicados do Volume II do PADHUM;
- Elaboração final de 02 recomendações do PADHUM – que estão publicadas do Volume II do PADHUM;

- Elaboração final de 02 projetos executivos do PADHUM e de suas planilhas de metas e indicadores – que estão publicados do Volume II do PADHUM;
- Elaboração de 42 modelos de peças jurídicas para apoio operacional aos membros na execução dos planos de atuação lançados em 2022;
- Realização de 01 reunião junto aos Centros de Apoio Operacional responsáveis pela coordenação de execução dos planos de atuação voltados ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa e à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS - que estão publicados do Volume II do PADHUM;
- Elaboração, em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público de campanha institucional, em alusão à campanha nacional, instituída pela Lei nº 13.504/2017, denominada Dezembro Vermelho, em conformidade com o previsto no PADHUM, focada no fomento à prevenção combinada do HIV e no combate à discriminação contra as pessoas vivendo com HIV – o conteúdo de todos os cards foi elaborado pelo Núcleo Científico e repassado à Coordenadoria de Comunicação para produção – a campanha foi divulgada nas redes sociais do MPMA no dia 02 de dezembro de 2022;
- Apoio na coordenação da Reunião Semestral da Comissão Deliberativa do PADHUM;
- Participação em 04 reuniões de trabalho junto à SEPLAG e aos CAOs Mulher e Direitos Humanos para alinhamento acerca da elaboração de instrumental de monitoramento dos dois primeiros planos de atuação do PADHUM e preenchimento do mesmo;
- Realização de 01 escuta social com comunidades quilombolas para subsidiar a construção das estratégias do plano de atuação voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas;
- Participação em 02 reuniões junto ao ISPN para discussão de estratégia a ser incorporada ao plano de atuação voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas;
- Conclusão da minuta preliminar do estudo científico do PADHUM voltado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas.

10. APOIO EM PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

1. **Nudiv – Núcleo da Promoção da Diversidade** tem a atribuição de propor objetivos estratégicos, ações, metas e de critérios de melhoria e igualdade, voltados para o público interno e externo do MPMA. O Nudiv também deve colaborar com organizações da sociedade civil e órgãos estatais para a consecução de objetivos semelhantes.
2. **Integrar e Florescer** - Este Programa de Sustentabilidade Institucional visa promover a conscientização para a preservação do meio ambiente, uma das incumbências do Poder Público, como previsto no art. 225, § 1º, VI, da Constituição Federal. Ainda segundo a Constituição (art. 129, III), o Ministério Público é um defensor do meio ambiente ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, deve estimular mudanças de conduta, relacionadas à preservação ambiental, entre seus membros e servidores. Em 2022, o Programa promoveu várias ações que destacamos a seguir:
 - Sensibilização e conscientização dos profissionais que atuam no Ministério Público do Estado do Maranhão;

- Disseminação de boas práticas sustentáveis por meio de ações, cursos e oficinas com apoio institucional;
- Instalação do Viveiro de produção de mudas de plantas medicinais - alcançando 384 mudas produzidas com o composto de borra de café;
- Produção de 2.800 canecas de café distribuídas para todos os membros e servidores do MPMA;
- Elaboração de material didático sobre plantio de árvores;
- Implantação da trilha ecológica; e
- Aducação das áreas verdes do Ministério Público do Maranhão.



A Comissão Gestora do Programa Integrar e Florescer promoveu várias atividades de sensibilização e conscientização ambiental em 2022

3. **Café Sustentável** – Firmado entre o MPMA e a UEMA, Termo de Cooperação Técnica para a consolidação do Projeto Café Sustentável. O projeto é uma iniciativa da UEMA, sendo desenvolvido pelo MPMA, consistindo no reaproveitamento da borra de café que seria descartada no meio ambiente, passando a ser aproveitada na produção de itens como sabonetes, esfoliantes e a fertilização do solo. Em 2022 foram reestruturados a Unidade de Compostagem e o Pátio de Resíduos, gerando 91 sacos de 50kg de composto orgânico com borra de café a cada 90 dias, perfazendo 4.550 kg em 21 meses.



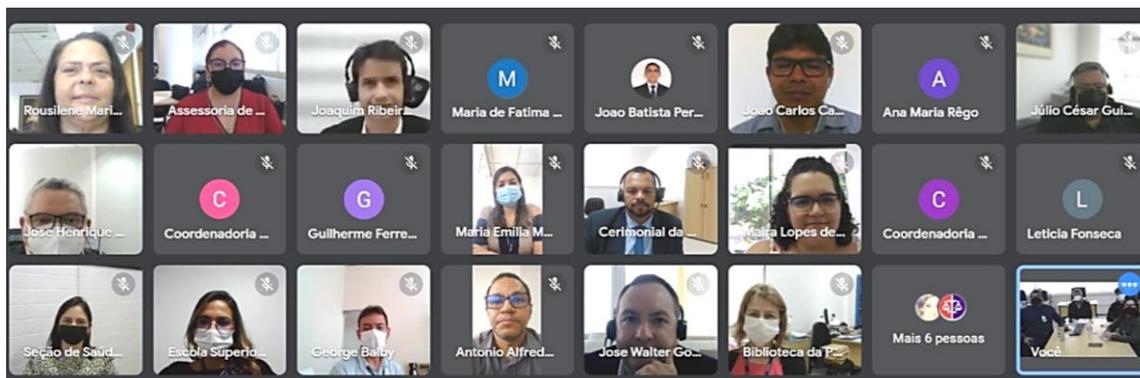
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Em 2022, a SEPLAG deu continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico Institucional 2021/2029, atuando especialmente no apoio à execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, por meio da realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) e das Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs).

1. DESTAQUES DA ATUAÇÃO

1.1. DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA DA ÁREA ADMINISTRATIVA



Reunião virtual com representantes de vários setores do MPMA

No dia 29 de março, a equipe da SEPLAG, coordenada pelo promotor de justiça Carlos Henrique Rodrigues Vieira, realizou um encontro virtual com a participação de membros e servidores em cargos de chefia nas unidades da área administrativa da Procuradoria-Geral de



A equipe da SEPLAG assessorou as unidades administrativas na elaboração dos Planos Táticos-Operacionais

Justiça, onde foi apresentada a metodologia de trabalho da etapa de desdobramento do planejamento estratégico 2021-2029 e definido o cronograma de reuniões setoriais.

As reuniões setoriais possibilitaram a troca de informações sobre iniciativas e projetos a serem construídos no âmbito do Plano Tático-Operacional pelos setores, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos previstos no nível estratégico do planejamento institucional do MPMA. O resultado das reuniões contribuiu para a elaboração de um portfólio de projetos e iniciativas da área-meio, vinculadas ao Plano Estratégico 2021-2029, que foi entregue ao procurador-geral de justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

1.2. EXECUÇÃO DO PROJETO ESTRATÉGIA EM AÇÃO: VALORIZANDO BOAS PRÁTICAS



Durante a reunião foi apresentado o projeto de otimização da gestão administrativa e de processos

O projeto tem por objetivo identificar e registrar as boas práticas de gestão administrativa desenvolvidas nas diversas promotorias de justiça, que estejam contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho, da qualidade dos serviços prestados pelo MP à população e da mitigação das vulnerabilidades que acometem a implementação das políticas públicas destinadas aos cidadãos e cidadãs residentes na Comarca. Além disso, a proposta também visa reconhecer a excelência das iniciativas destinadas a dar efetividade à atuação do MPMA na gestão das Promotorias de Justiça alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, dar visibilidade a ações e projetos ministeriais de sucesso na gestão administrativa das promotorias de justiça, contribuindo para a sua difusão e replicação entre as demais

unidades, e contribuir para o aprimoramento da atuação do Ministério Público nas referidas áreas temáticas, a partir da circulação de ideias, de conhecimento e de metodologia empregada nas iniciativas de sucesso.

O diretor da SEPLAG Carlos Henrique Vieira, juntamente com os servidores Samyr Cutrim e Guilherme Ferre, e o coordenador do CAO/IJ Gleudson Malheiros Guimarães, visitaram nos dias 23 e 24 de agosto, a Promotoria de Justiça de Buriticupu, onde conheceram o Projeto de Otimização da Gestão Administrativa e de Processos na Comarca, desenvolvida pelos titulares da 1ª e 2ª PJ, Felipe Augusto Rotondo e José Frazão Sá Menezes Neto. Durante a visita, os promotores informaram que o primeiro passo na implementação do projeto foi realizar um diagnóstico para identificar a quantidade de procedimentos existentes na comarca, chegando ao número de cerca de 400 (200 por promotoria).

Para a diminuição do acervo processual e otimização da rotina administrativa os promotores desenvolveram, no âmbito do projeto, a padronização das atividades, por meio de implantação do Protocolo Digital, do livro de controles e registros digital, onde tudo fica

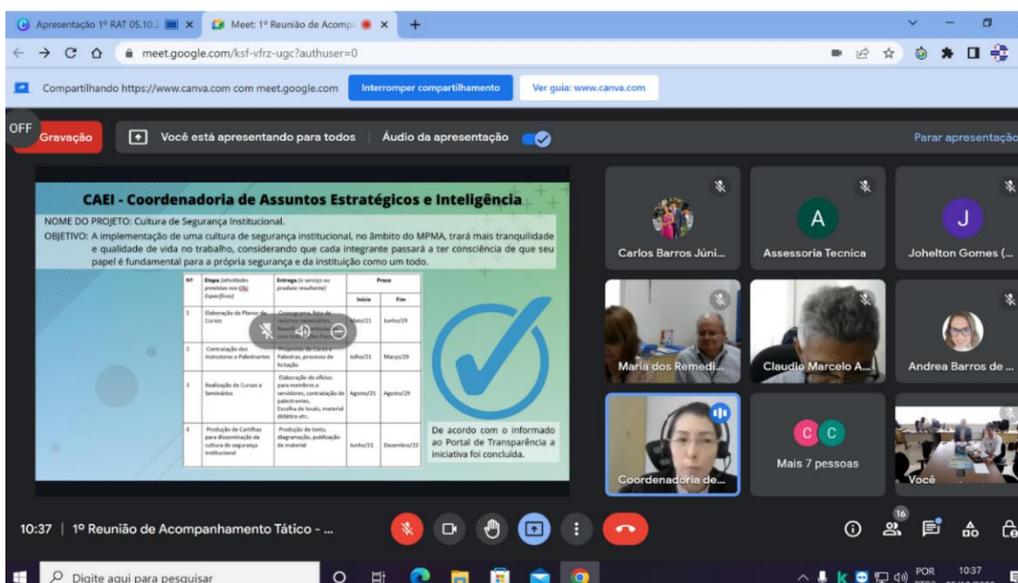
registrado por meio de notícia de fato, além da manualização de processos e rotinas administrativas, melhorando a organização e distribuição de tarefas.

Na oportunidade, a equipe da SEPLAG ainda conheceu outras duas iniciativas promovidas em Buriticupu: a destinação de recursos oriundos dos Acordos de Não Persecução Penal – ANPP e Termos Circunstanciados de Ocorrências para melhoria das instalações físicas e reestruturação de equipamentos sociais deficitários, identificados a partir de inspeções e reuniões com representantes das entidades competentes do município. E a Rede de Proteção à Infância e Adolescência de Buriticupu, criada para fortalecer a política de atendimento de crianças e adolescentes e aproximar as redes de proteção para atingir objetivos específicos, estabelecendo estratégias e metodologias de trabalho conjunto.



Visita à ONG de Acolhimento de Crianças e Adolescentes

1.3. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO TÁTICO (RAT) DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



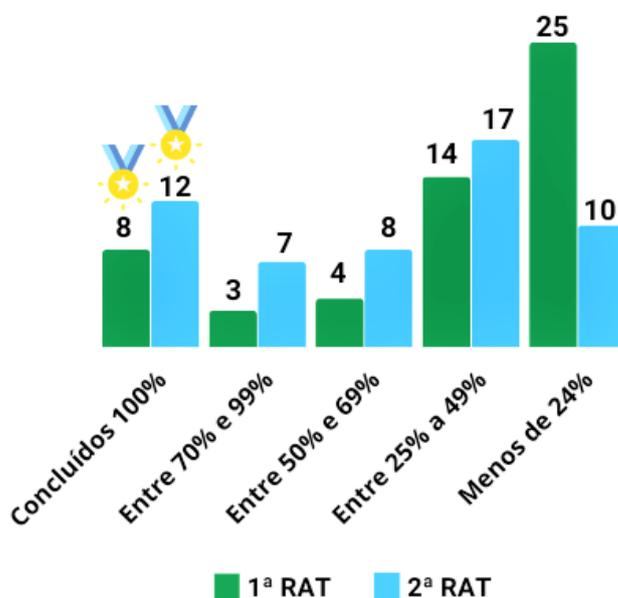
Monitoramento de resultado realizado durante as RATs, com uso da metodologia dos OKRs adaptada

Em 2022, foram realizadas 2(duas) RATs pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), divididas em dois dias atividades cada uma, com o objetivo de acompanhar e monitorar a execução dos programas, projetos e iniciativas estratégicas previstos nos Planos Tático-Operacionais (PTOs) das unidades administrativas, no âmbito do primeiro ciclo trienal do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029. A primeira reunião aconteceu nos dias 5 e 6 de outubro e a segunda, nos dias 29 e 30 de novembro.

Na oportunidade, foi utilizada uma adaptação da metodologia OKR, cujo foco é a resolutividade, consistindo em conectar o que foi planejado pelas unidades com o que foi executado no Plano Tático-Operacional, de forma célere. Os representantes das unidades informaram acerca do andamento dos projetos, detalhando o progresso ou problemas encontrados na execução da etapa em que a iniciativa se encontra. Além de reportar se uma etapa do projeto não foi executada, os participantes também informaram o porquê da não execução (problema), gerando um plano de solução para que no próximo trimestre seja avaliado o progresso.

Comparando os resultados apurados entre as duas RATs, as unidades administrativas apresentaram uma evolução na execução dos programas, projetos e iniciativas previstos nos Planos Táticos no alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, conforme se gráfico abaixo:

Gráfico 34 – Comparativo da evolução dos resultados apurados nas RATs



Fonte: SEPLAG/PJ, 2022.

1.4. REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAEs)

No ano de 2022, foram realizadas 2(duas) Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e secretariada pelo Diretor da SEPLAG, Carlos Henrique Rodrigues Vieira. A primeira aconteceu no dia 1º de setembro e a segunda, no dia 5 de dezembro, ambas ocorreram na sala do Colégio de Procuradores de Justiça.

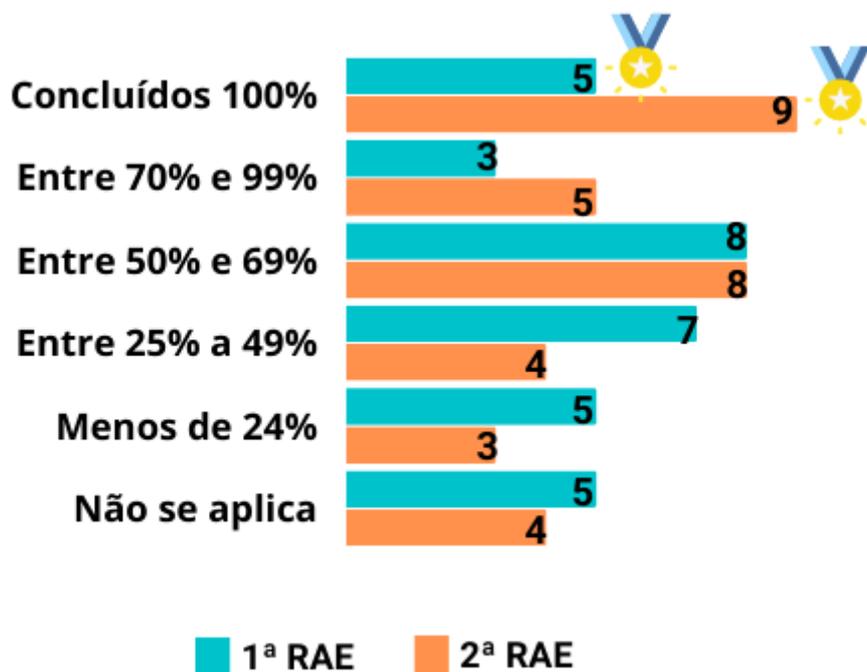
As reuniões tiveram como objetivo principal, discutir os resultados dos 33 projetos, programas e/ou iniciativas institucionais da área finalística, coordenados pelos 11 Centros de Apoio Operacionais (CAOs), apurados ao longo de 2022.



2ª Reunião de Análise da Estratégia da área finalística realizada em dezembro de 2022.

Em face dos resultados apurados e apresentados nas duas RAEs, observa-se que houve avanço na execução dos respectivos projetos, programas e iniciativas desenvolvidos pelos Centros de Apoio Operacionais, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 35 – Comparativo da evolução dos resultados apurados nas RAEs



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

1.5. VISITA AO MPMS PARA CONHECIMENTO DE FERRAMENTA DE GESTÃO E ADESÃO AO APLICATIVO E PAINÉL DE BI DE MONITORAMENTO DOS OKRS



Equipe da SEPLAG acompanhada pelo PGJ/MPMS, Alexandre Lacerda, promotor de justiça Paulo Ishikawa, a diretora de Planejamento e Gestão do MPMS, Sabrina Baes e dos Profs. Marcos Barros e Chris Sheppard.

O diretor da SEPLAG, Carlos Henrique Rodrigues Vieira, e os servidores Cláudio Marcelo Araújo Amorim e Guilherme Ferre da Silva participaram do evento “OKR no MP: Gestão de Alta Performance”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público Mato Grosso do Sul em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão daquela unidade (SEPLANGE).

O evento teve como objetivo apresentar as transformações que vem acontecendo nos MPs após a implementação e o desdobramento da metodologia dos OKRs (Objectives and Key Results). No MPMS, a ferramenta está sendo utilizada desde abril de 2021 envolvendo diversos setores da área meio. Foi apresentada à equipe da SEPLANGE pelo fundador da Oxford Business Masters na Inglaterra, professor Marcos Barros, e vem apresentando resultados promissores de gestão, despertando atenção de outras unidades do Ministério Público brasileiro, a exemplo do MPMA, MPPA, MPDFT E MPSC.

Durante o evento, houve a assinatura de um Termo de Cooperação entre o MPMS e as demais unidades que participaram do painel, visando o aprimoramento da gestão e de processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas passíveis de cessão. Serão cedidos pelo MPMS aos Ministério Públicos, sem custo, o Aplicativo e o Painel de BI – Business Intelligence - de monitoramento dos OKRs, desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLANGE).

1.6. REUNIÃO COM A FAPEMA PARA IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO NO MPMA

O diretor da SEPLAG e sua equipe dos assessores participaram uma reunião de trabalho, no dia 3 de outubro, no gabinete do presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Prof. Dr. André Luís Silva dos Santos. Na pauta, a possibilidade de formalização de parceria entre o Ministério Público do Maranhão e a FAPEMA para concessão de bolsas de pesquisa para acadêmicos da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA atuarem no Laboratório de Inovação (LAB INOVA) do MPMA, que será implantado até o início de 2023.



Parceria foi discutida em reunião na PGJ com representantes da UEMA e da FAPEMA.

Após essa reunião, foi enviado expediente ao Governador do Estado, Carlos Brandão, solicitando a concessão de 10 bolsas de pesquisa, que foram prontamente aprovadas para o exercício de 2023, por meio de parceria a ser formalizada entre a UEMA, FAPEMA e MPMA.

O projeto “LAB INOVA: o MPMA do FUTURO” busca promover a atuação em rede entre as unidades das áreas finalísticas e administrativas para potencializar abordagens, ferramentas, compartilhar riscos, explorar dados, conhecimento, informações e recursos disponíveis, com vistas ao desenvolvimento de ações inovadoras e transformadoras em todo o Ministério Público do Estado do Maranhão. A iniciativa faz parte do portfólio de projetos priorizados no Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029 e atende aos objetivos institucionais de prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras, além de disseminar práticas de governança, em todos os níveis, orientadas para resultados.

2. MONITORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2029

A Secretaria de Planejamento e Gestão é a responsável pelo assessoramento das demais unidades administrativas e finalísticas do Ministério Público do Estado do Maranhão na elaboração e monitoramento do desempenho do Planejamento Estratégico Institucional (PEI-MPMA), cujo horizonte temporal se estende de 2021 a 2029, conforme estabelecido no Ato Regulamentar nº 26/2022. A operacionalização das atividades previstas no Plano Estratégico 2021-2029 são desdobradas em Planos Táticos-Operacionais das unidades das áreas administrativas e finalísticas, compostos por programas, projetos, campanhas e iniciativas estratégicas com seus respectivos planos de ações, que detalham os prazos, responsáveis e metas a serem alcançados.

O PEI-MPMA 2021-2029 foi elaborado em estrita consonância com o Planejamento Estratégico Nacional, contando com o auxílio da Comissão de Planejamento Estratégico do

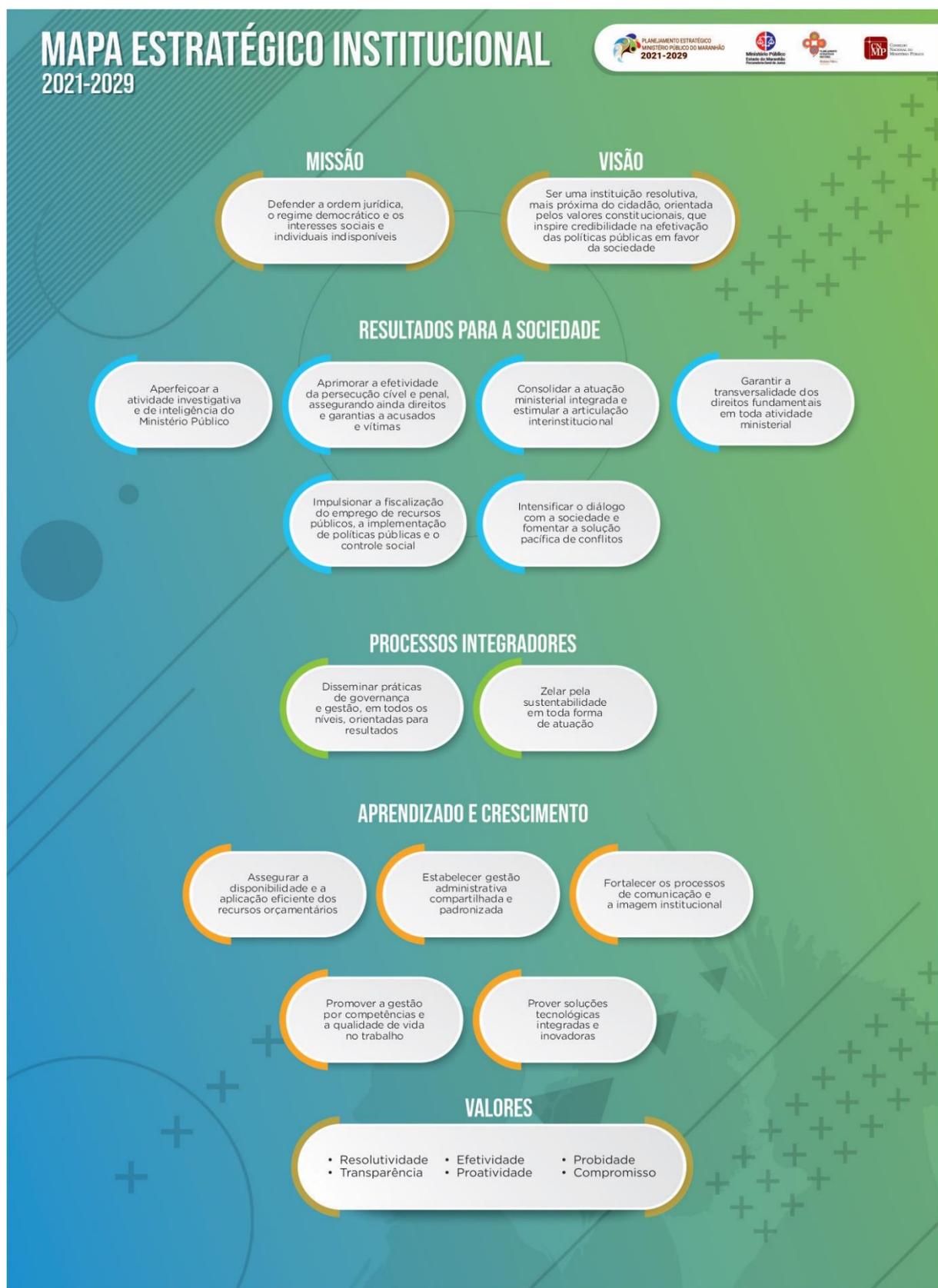
Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), e é representado no Mapa Estratégico e na Intenção Estratégica, conforme figuras a seguir.

Figura 9 - Intenção Estratégica do MPMA, Planejamento Estratégico 2021-2029



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

Figura 10 – Mapa Estratégico do MPMA 2021-2029



Fonte: SEPLAG/PJG, 2022.

2.1. Resultados apurados em 2022

Com a conclusão dos Planos Táticos-Operacionais das diversas áreas, o Ministério Público do Estado do Maranhão encontra-se, agora, diante de desafios que irão exigir competência e empenho redobrados. Os projetos, balizados por indicadores e metas, buscam somar esforços para a concretização dos Objetivos de cada área, os quais, por sua vez, estão direcionados para os Objetivos Estratégicos e seus respectivos indicadores e metas, caracterizando a estratégia em ação.

Para a execução do processo de monitoramento e avaliação elegeu-se os a sistemática de reuniões periódicas, nos três níveis da organização, conforme o que segue:

Quadro 23 – Níveis de Monitoramento do PEI-MPMA/MA

NÍVEL	ATIVIDADE	PERIODICIDADE
Nível Estratégico	Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs)	Semestrais
Nível Tático	Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs)	Trimestrais
Nível Operacional	Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAOs)	Mensais

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

As RAEs são reuniões colegiadas com o objetivo de fazer, por meio de análises críticas, a avaliação e a deliberação dos assuntos objeto de acompanhamento no âmbito das RATs e das RAOs, realizadas pelos executores das ações. Destaque-se que no ano de 2022, foram realizadas duas RAEs e duas RATs, além das inúmeras reuniões de acompanhamento operacional, cujos resultados apurados seguem nos respectivos quadros abaixo:

Quadro 24 – Resultados dos Projetos, Programas, Campanhas e Iniciativas da Área Finalística apurados durante as RAEs em 2022.

	UNIDADE	Projeto/ Campanha/ Iniciativa Institucional	Resultado 1º Semestre 2022	Resultado 2º Semestre 2022
	CAO-INFÂNCIA E JUVENTUDE	Combate Permanente à Violência Sexual	77%	85%
	CAO-INFÂNCIA E JUVENTUDE	Proteção Integral e Articulação em Rede	60%	67%
	CAO - PROAD	PROGRAMA TRANSFORMAR (Diários Eletrônicos nos Municípios)	100%	100%

	CAO - PROAD	PROGRAMA TRANSFORMAR (Estruturação dos Sistemas de Controle Interno)	14%	14%
	CAO - PROAD	PROGRAMA TRANSFORMAR (Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal)	43%	43%
	CAO - PROAD	PROGRAMA TRANSFORMAR (Implementação do Pregão Eletrônico)	100%	100%
	CAO - PROAD	Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção	90%	90%
	CAO - PROTEÇÃO AO IDOSO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Campanha de inclusão e acessibilidade	67%	100%
	CAO - PROTEÇÃO AO IDOSO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Cartilha de Enfrentamento à Violência à Mulher com Deficiência	33%	75%
	CAO - PROTEÇÃO AO IDOSO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Conselho atuante	33%	50%
	CAO URBANISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL	Águas Claras - Vida Saudável	25%	60%
	CAO URBANISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL	Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado	33%	33%
	CAO JÚRI	Núcleo de Atendimento às Vítimas - NAV	29%	-

	CAO JÚRI	Priorização das Investigações dos Homicídios	82%	82%
	CAO JÚRI	MPMA na Defesa da Vida	100%	100%
	CAO JÚRI	Banco de Dados	63%	63%
	CAO SAÚDE	Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica	57%	63%
	CAO SAÚDE	O MP no fortalecimento da Rede Materno e Infantil (RAMI)	64%	69%
	CAO SAÚDE	O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial	50%	63%
	CAO - PROTEÇÃO AO IDOSO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Conselho atuante	33%	50%
	CAO MULHER	CAO Mulher Itinerante – Fortalecimento da Rede de Apoio de Defesa da Mulher	100%	100%
	CAO MULHER	PADHUM MULHER	8%	35%

	CAO EDUCAÇÃO	O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação	13%	63%
	CAO EDUCAÇÃO	Financiar para Educar	20%	70%
	CAO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos	67%	100%
	CAO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas?	100%	100%
	CAO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar	67%	100%
	CAO DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	PADHUM RUA	21%	23%
	CAO CRIMINAL	Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação genética e Íris de criminosos	33%	33%
	CAO CONSUMIDOR	CAMPANHA “Você como Produto das Redes Sociais e Cibersegurança”	NA	100%
	CAO CONSUMIDOR	CAMPANHA “Roteiros de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços essenciais ofertados”	NA	22%

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022

Quadro 25 - Resultados dos Projetos, Programas, Campanhas e Iniciativas da Área Administrativa apurados durante as RATs em 2022.

	UNIDADE	Projeto/ Campanha/ Iniciativa Institucional	Resultado 1º Semestre 2022	Resultado 2º Semestre 2022
	ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO - AJAD	Conhecendo e aplicando a nova LLCA Lei nº 14.133/2021	25%	50%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Auxílio técnico na operacionalização do Banco de Peritos do Ministério Público do Maranhão - BanPeTec	50%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Atualização do Ato Regulamentar da ASSTEC/PGJ	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Ampliação dos Canais de Comunicação e de Difusão das Atividades da ASSTEC	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Regionalização Técnica	25%	25%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Canal Tira-Dúvidas da Área Médica	25%	25%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Auxílio Técnico no Projeto de Estruturação dos Controles Internos Municipais	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Qualificação Crescente	25%	50%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Diálogos Técnicos da Probidade	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO - ASTECADM	Descomplicando o Adiantamento de Recursos - MPMA	0%	0%
	ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	Incentivar as boas práticas de governança, gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.	0%	40%

	ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	Aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Assessoria de Controle Interno e Auditoria	0%	40%
	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Sistema de controle de suprimento de fundos (adiantamento)	25%	25%
	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Sistema de compras.	0%	25%
	COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO	Consumo consciente	0%	25%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Aperfeiçoamento das atribuições dos cargos de servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do MPMA.	0%	0%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Práticas de comunicação para integração do público interno.	17%	83%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PROGRAMA GESTÃO DE DESEMPENHO Projeto Gestão de Desempenho Funcional voltada para resultados.	15%	15%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PROGRAMA GESTÃO DE DESEMPENHO Projeto Gestão de Desempenho Funcional voltada para resultados.	15%	15%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PROGRAMA GESTÃO DE DESEMPENHO Projeto Gestão de Desempenho Funcional voltada para resultados.	0%	25%
	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	PROGRAMA GESTÃO DE DESEMPENHO Projeto Gestão da carreira dos servidores na Classe C, padrão 15.	40%	40%

	COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA	0%	50%
	SEÇÃO DE SAÚDE	Projeto Psicossáude	80%	80%
	SEÇÃO DE SAÚDE	Pesquisa de satisfação - Seção de Saúde Funcional	67%	100%
	SEÇÃO DE SAÚDE	Otimização do uso do Espaço Laboral da Procuradoria Geral de Justiça	100%	100%
	SEÇÃO DE SAÚDE	Expediente reduzido na última sexta-feira do mês	0%	50%
	SEÇÃO DE SAÚDE	Atividades físicas no ambiente de trabalho	0%	0%
	COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	Adequação da folha as normas de Transparência	22%	22%
	COORDENADORIA DE OBRAS ENGENHARIA E ARQUITETURA	Plano Anual de Projetos de Construção e Reformas	0%	75%
	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	Interligação de dados entre sistemas internos da área financeira	25%	50%
	COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	Transporte Eficiente	0%	33%
	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	Sistema de Demandas de Comunicação	33%	67%
	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	Media Training para membros do Ministério Público do Maranhão	33%	67%

	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	Manual de imprensa e de mídia	0%	40%
	COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA	Gestão documental	33%	100%
	COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA	Melhorias na edição do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão – DEMP/MA	25%	75%
	MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO	A Escola no Memorial do Ministério Público do Maranhão.	100%	100%
	COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA	Cultura de Segurança Institucional.	100%	100%
	COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA	Criação da Política de Inteligência no MPMA.	0%	0%
	CENTRO CULTURAL DO MPMA	Mostra Homenagem	100%	100%
	COORDENADORIA DE PROCESSOS - CDP	Sistema para cadastro de processos do terceiro grau (STJ e STF).	25%	25%
	CERIMONIAL	Criação da Assessoria de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão	0%	0%
	COMISSÃO DE GESTÃO AMBIENTAL	Plano de Logística Sustentável - PLS 2021-2029.	20%	40%
	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL	Implantação da Governança das Contratações no MPMA.	14%	57%

	ESCRITÓRIO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados Pessoais do MPMA	20%	20%
	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP	Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Membros, Servidores e Estagiários do MP/MA	22%	44%
	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP	Programa de Residência Jurídica e áreas afins a atividade ministerial	20%	40%
	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP	Programa de Extensão ESMP/MA	80%	100%
	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP	Estruturação Tecnológica da ESMP	50%	75%
	CORREGEDORIA GERAL DO MPMA	Projeto Minerva	78%	89%
	OUVIDORIA DO MPMA	Ouvidoria Itinerante: o MP mais próximo do Cidadão	0%	0%
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG	Implantação Sistema de Monitoramento e Avaliação	40%	40%
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG	Laboratório de Inovação - Lab Inova: o MPMA do Futuro	30%	40%
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG	Estratégia em Ação: Valorizando Boas Práticas	50%	83%

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

3. EDIÇÃO DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES AFETAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A SEPLAG teve importante papel na participação e condução de reuniões com os diversos setores administrativos e finalísticos para elaboração dos Planos de Táticos-Operacionais, a fim de levantar os principais resultados alcançados, avanços e boas práticas, além de oportunidades de melhorias relacionadas aos quadros técnicos, tecnologia da informação, comunicação, regulamentação, capacitação, dentre outros.

Quadro 26 – Relatórios e Publicações da SEPLAG

Publicação	Descrição	Destinatário
Relatório Anual de Atividades MPMA/2022 – Ano-base 2021	Consolidação dos relatórios enviados pelos setores administrativos, finalísticos e da Adm. Superior	TCE-MA
Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico 2022 – Ano-base 2021 RADAR/CNMP	Principais resultados alcançados do Planejamento Estratégico para cumprimento da Resolução nº 147/2016 - CNMP	CNMP
Construção da Página da SEPLAG no site do MPMA	Publicação das principais atividades realizadas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico	Site MPMA
Inscrição dos Projetos Institucionais	Inscrição dos Projetos Institucionais no Banco de Projetos do CNMP e Prêmio Innovare	CNMP e Prêmio Innovare

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

4. DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS DE BUSINESS INTELLIGENCE

A equipe da SEPLAG elaborou inúmeros painéis de BI como ferramenta de suporte à tomada de decisões por membros e servidores, demandados pelas seguintes unidades:

- CAO/Mulher – Painel SIMP: Defesa da Mulher
- CAO/ProAd – Projeto Município Legal "Mais Receita Mais Direitos"
- Portal da Transparência Municipal - CAOp Proad
- CAOUMA – Mapas Ambientais - CAOp UMA
- Escola Superior do Ministério Público – ESMP em Números
- Centro Cultural do MPMA - 1 Ano de Atividades Centro Cultural do Ministério Público
- Programa Memória - Histórico de Visitantes Memorial - Programa Memória

5. INSTITUIÇÃO DAS SEGUINTE COMISSÕES, COM PARTICIPAÇÃO DA SEPLAG:

- Gestão Ambiental;
- Comitê Gestor de Tabelas Unificadas;
- Conselho Gestor do Fundo Estadual de Direitos Difusos e Coletivos;
- Comissão de Estudos para Implantação da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados;
- Comissão para implementação do Manual de Normas e Procedimentos Administrativas do MPMA
- Comissão de Atribuições das Promotorias de Justiça da Ilha.

Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)

O Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão (CCMP) foi inaugurado em dezembro de 2018 e vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O CCMP funciona na antiga sede da PGJ, na Rua Oswaldo Cruz, 1396, região do centro histórico de São Luís.

O Centro Cultural do MPMA tem como objetivo oferecer à comunidade um espaço cultural de múltiplas linguagens, promover interlocução diferenciada com o Ministério Público pela via da atividade extraprocessual e pela transformação social, bem como dar visibilidade ao trabalho da instituição e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais.

No desempenho de suas atividades artístico-culturais em 2022, o Centro Cultural, assim como os demais equipamentos culturais do estado, teve que adequar-se a mais um ano de pandemia de Covid-19, apesar do avanço da vacinação. Medidas restritivas de ocupação dos espaços e a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção foram práticas rotineiras adotadas no ano passado. Apesar disso, o CCMP desenvolveu inúmeras atividades, sempre objetivando à difusão de direitos, por meio de expressões artísticas e culturais.

Figura 11 - Alegria Azul e Tristeza Verde, de Evgeny Solomonovich Itskovich,
Óleo sobre tela, 50 x 70 cm, 2006



Dentro dessa nova realidade, foi preciso, mais uma vez, investir-se em formas alternativas de trabalho. Apesar de não se abrir mão das exposições montadas nos Espaços de Artes Ilzé Cordeiro e Márcia Sandes, em São Luís, e Leonardo Pereira, em Imperatriz, praticamente todas estiveram disponíveis online, no endereço eletrônico: <https://centrocultural.mpma.mp.br/>.

A montagem virtual das exposições coube à própria equipe do CCMP. A título de observação, é importante frisar que a ferramenta utilizada se mostrou bastante limitada em termos de recursos, o que levou a exposições virtuais montadas nem sempre como idealizadas.



Exposição Flores de Obaluaiê, de Miguel Veiga (à esquerda).

1. Cobertura midiática



Cobertura ao vivo da TV Mirante para a II Mostra de Talentos do MPMA.

Apesar de o número de exposições ter sido reduzido ainda em relação a 2020, houve um ligeiro aumento dessas atividades em relação a 2021. Cumpre destacar que o CCMP contou com forte presença midiática.

Todas as exposições foram muito bem recebidas no meio jornalístico e pelo público, impactando positivamente na imagem institucional do Ministério Público do Maranhão. A título de informação, a cobertura do jornalístico Bom Dia, da TV Mirante, para a II Mostra de Talentos do MPMA, teve uma duração de oito minutos ao vivo. Se quisermos fazer uma comparação, seria o equivalente a dezesseis inserções comerciais. E esta mesma matéria, levada ao ar, foi reeditada para ser inserida novamente no jornalístico do meio dia e ainda disponibilizada na página da internet da TV Mirante.

Em geral foram exposições que demandaram atividades complexas de comunicação e logística. Principalmente por envolverem número elevado de obras. Outro fato relevante foi que boa parte das exposições ocupou, simultaneamente, os dois Espaços de Artes (Ilzé Cordeiro e Márcia Sandes).

2. REVELANDO NOVOS TALENTOS

As exposições coletivas também envolveram uma quantidade significativa de atores. Em termos qualitativos, podemos afirmar que as exposições foram capazes de revelar novos talentos e a pluralidade da cultura e da arte maranhense.



XAMA - Exposição de Arquitetura Contemporânea na Amazônia.

3. EXPOSIÇÕES REALIZADAS

A seguir estão relacionadas todas as exposições realizadas em 2022, divididas em duas tabelas, uma para o Espaço de Artes Ilzé Cordeiro (CCMP) e outra para o Espaço de Artes Márcia Sandes (PGJ). O Espaço de Artes Leonardo Pereira, em Imperatriz, recebeu a exposição O Salto.

Quadro 27 – Exposições no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro (CCMP) em 2022.

Nº	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	08/03 a 29/04	Os Dalí (coletivo)	Fotografias, esculturas, instalações	Ilhados
2	17/05 a 01/07	Miguel Veiga	Óleo sobre tela, acrílica sobre tela, esculturas, instalações	Flores de Obaluiaê, ampliada com exposição de bonecas de Betus Silva e das bonecas artesanais da Casa Acolher
3	07/07 a 31/08	Coletiva	Acrílica sobre tela, esculturas, reciclagem	Círculos: afetividade e cura
4	13/09 a 07/10	Robson Miguez	Óleo sobre tela, acrílica sobre tela, esculturas, mobília	Cores e sonhos
5	09/10 a 10/11	Coletiva (em parceria com a Universidade UNDB)	Painéis com fotografias plotadas	XAMA – Exposição de Arquitetura Contemporânea na Amazônia
6	17/11 a 05/12	Coletiva	Desenho, arte, digital, acrílica sobre tela, esculturas, reciclagem	Raízes Ancestrais
7	14/12 a 31/01/2023	Coletiva	Música, literatura, óleo sobre tela, acrílica sobre tela, fotografias	II Mostra de Talentos do MPMA (tendo na abertura show de Joãozinho Ribeiro)

Fonte: CCMP/PGJ, 2022.



Passeio ciclístico realizado pela UNDB e visita à XAMA, no CCMP.

Quadro 28 – Exposições realizadas no Espaço de Artes Márcia Sandes (PGJ) em 2022.

Nº	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	12/04 a 15/06	Evgeny Solomonovich Itskovich	Óleo sobre tela, acrílica sobre tela, instalação, concerto de piano e canto	Paralelas convergentes – Laços de sangue
2	06/07 a 01/08	Miguel Veiga	Óleo sobre tela, acrílica sobre tela, esculturas, instalações	Flores de Obaluaê
3	27/09 a 07/10	Coletiva	Painéis com fotografias plotadas	XAMA – Exposição de Arquitetura Contemporânea na Amazônia
4	11/10 a 30/11	Coletiva	Fotografias	Meninas: Diálogos e registros do cotidiano
5	14/12 a 31/01/2023	Lana Pessoa e Júlio Magalhães	Óleo sobre tela, acrílica sobre tela, fotografias	Olhares

Fonte: CCMP/PGJ, 2022.

4. PARCERIAS



Guaracy Soares, leitura de poesia autoral.

Desde o seu surgimento, o CCMP tem como proposta trabalhar em sinergia com os diversos órgãos do MPMA. Assim tem sido sobretudo com Escola Superior do Ministério Público, parceira prioritária na efetivação das atividades desenvolvidas. Mas o desdobramento das atividades executadas evidencia que esta parceria saudável só tende a ser ampliada como foi no caso da II Mostra de Talentos do MPMA.

Por conta de sua localização privilegiada no Centro da cidade de São Luís, o CCMP recebe inúmeras solicitações de cessão de espaço do auditório (189 poltronas e espaço para acomodar cadeirantes) e da área de acesso ao Memorial, de instituições públicas e privadas, desde que

para eventos sem finalidade lucrativa. Sempre que possível, sobretudo quando não há conflito de agenda com solicitações da própria instituição, estes espaços são cedidos.

O CCMP recebeu ainda, fruto de parceria com o curso de Letras – Francês, da Universidade Federal do Maranhão, rodas de leitura coordenadas pela professora Emilie Audigier, no âmbito do projeto Choix Goncourt du Brésil, durante todo o ano de 2022.

O grupo Coletivo Teatro da Sacola também utilizou das instalações do CCMP para preparação do espetáculo “Os cavalos também hão de ser abatidos, ok?”.

Além disso, é comum o CCMP realizar feiras, sempre em parceria com coletivos e segmentos organizados da sociedade civil. As feiras contemplaram ações de:

- Brechó;
- Bijuterias;
- Artesanato;
- Alimentação orgânica;
- Vestuário;
- Bonecas artesanais (finalidade filantrópica);
- Bonecas com vestidos de Betus Silva (finalidade filantrópica).



Reunião de avaliação e confraternização da exposição Flores de Obaluiaê, entre a equipe CCMP e artistas participantes

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça (ASSESP)

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição.

Destacamos a seguir, os principais dados da atividade processual da Assessoria Especial:

Tabela 37 – Interposições Judiciais em 2022

<i>Interposições</i>	Quant.
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	29
<i>Contrarrrazões ao Recurso Especial</i>	1
<i>Contrarrrazões ao Recurso Extraordinário</i>	4
<i>Informações</i>	5
<i>Contrarrrazões aos Embargos de</i>	6
TOTAL	45

Fonte: ASSESP/PGJ, 2022.

Tabela 38 – Manifestações em Processos Judiciais em 2022

Tipo de Manifestação	Quant.
<i>Precatórios</i>	20
<i>Mandado de Segurança</i>	89
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	194
<i>Embargos de Declaração</i>	3
<i>Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança</i>	1
<i>Recurso Extraordinário</i>	2
<i>Cumprimento de Sentença nos Embargos à Execução</i>	1
<i>Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança</i>	1
<i>Reclamação</i>	162
<i>Agravo Interno na Suspensão de Liminar</i>	1
<i>Suspensão de Liminar</i>	16
<i>Agravo de Instrumento</i>	1
<i>Contrarrrazões</i>	3
<i>Agravo Interno na Suspensão de Liminar</i>	2
<i>Agravo Interno em Mandado de Segurança</i>	2
<i>Conflito Negativo de Competência</i>	13
<i>Incidente de Suspeição</i>	3
<i>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas</i>	8
<i>Exceção de Suspeição</i>	1
<i>Apelação Cível</i>	2
<i>Correição Parcial Cível</i>	1
<i>Incidentes de Assunção de Competência</i>	1
<i>Ação Declaratória</i>	1
<i>Incidente de Uniformização de Jurisprudência</i>	1

Questões agrárias	1
Informações	1
Representação de Perda de Graduação	1
Mandado de Injunção	3
TOTAL	224

Fonte: ASSESP/PGJ, 2022.

Tabela 39 – Manifestações Processuais em 2022.

Descrição	Quant.
Manifestações em Processos Administrativos e Notícias de Fato (SIMP e DIGIDOC)	1.677
Decisões em Conflito Negativo de Atribuições	94
Decisões art. 28	49

Fonte: ASSESP/PGJ, 2022.

Tabela 40– Movimentação Processual em 2022 - Saldos

Saldo de Processos Administrativos	
Regulares	37
Sobrestados	23
TOTAL	60
Saldo de Processos Judiciais	
TOTAL	7

Fonte: ASSESP/PGJ, 2022.

Gráfico 36 – Quantidade de expedientes emitidos



Fonte: ASSESP/PGJ, 2021.

Assessoria Técnica (ASTECH)

1. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

Nos termos do disposto no art. 54 do Ato Regulamentar nº. 22/2020 -GPGJ (Regimento Interno), compete à Assessoria Técnica: elaborar laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos, observados a formação e qualificação dos assessores lotados na Assessoria; funcionar por meio de seus assessores como assistente técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que este atuar como órgão agente ou fiscal da lei; orientar os diversos segmentos do Ministério Público quanto à correta aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; assessorar os órgãos de execução no desenvolvimento de atividades enfatizando o combate à improbidade administrativa, assim como proceder às orientações técnicas relativas aos programas instituídos no âmbito do Ministério Público; assessorar os membros do Ministério Público em outras matérias que se fizerem necessárias dentro das respectivas áreas de atuação, observada a formação e qualificação dos Assessores lotados na unidade; elaborar o relatório anual das atividades da Assessoria e remetê-lo ao Procurador-Geral de Justiça; e exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria.

Em geral, as análises promovidas pela Assessoria Técnica, de interesse das diversas Promotorias de Justiça, Centros de Apoio e Especializadas, além de outros setores internos do Ministério Público, referem-se aos documentos de atividades finalísticas que integram os autos em si, sem estabelecer conjecturas sobre quaisquer outros parâmetros do objeto que não estejam anexados, ou inferências relacionadas à sua realização ou efetividade, limitando-se às informações apresentadas.

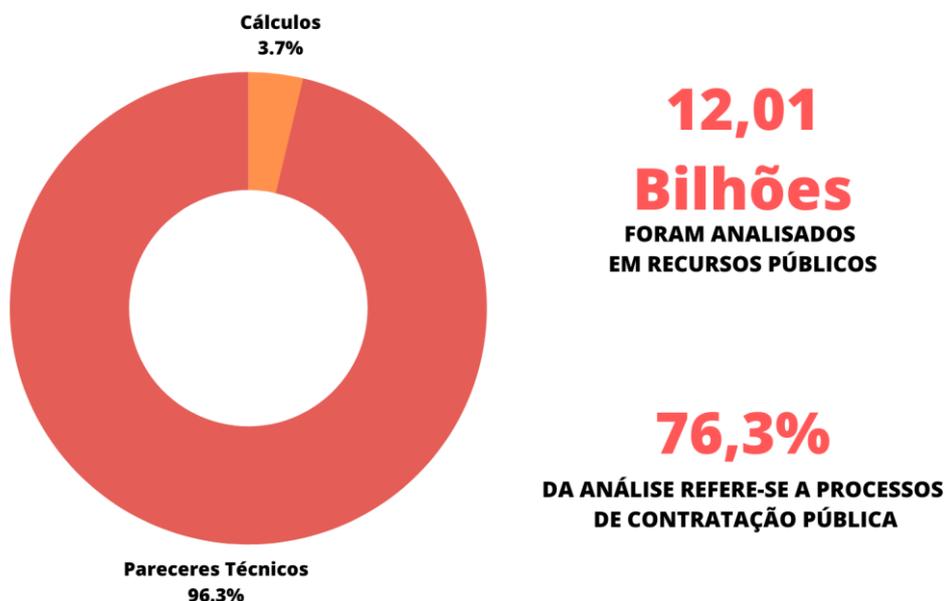
Para verificação da conformidade dos documentos colacionados nos autos com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à natureza do objeto submetido à análise, inicialmente são identificados os eventos relevantes; em seguida, analisadas as evidências à luz da legislação vigente na época dos registros e empregadas técnicas necessárias e adequadas de auditoria; e, por fim, emitida conclusão técnica sobre as circunstâncias apresentadas em relação ao objeto de responsabilidade do órgão gestor, fundamentando e resguardando o *parquet* para a tomada de decisões.

No ano de 2021, as atribuições da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça foram minudenciadas e consolidadas no Ato Regulamentar nº. 52/2021, revogando os Atos Regulamentares nº. 08/2017-GPGJ e nº. 04/2018-GPGJ, mantendo as competências especificadas no Ato Regulamentar nº. 22/2020-GPGJ (art. 54) e as incumbências estabelecidas na Lei Complementar nº. 013/1991 (art. 43).

2. ASSTEC EM NÚMEROS

No ano de 2022, a ASSTEC analisou R\$ **12.010.007.550,08** (doze bilhões e dez milhões e sete mil e quinhentos e cinquenta reais e oito centavos), em recursos públicos oriundos de solicitações de auxílio técnico na fiscalização e controle da aplicação erário.

Figura 12 – Quantidade de recursos públicos analisados pela ASSTEC em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Figura 13 – Percentual de analisados que apresentaram alguma irregularidade em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2022

3.1. PARECERES EMITIDOS

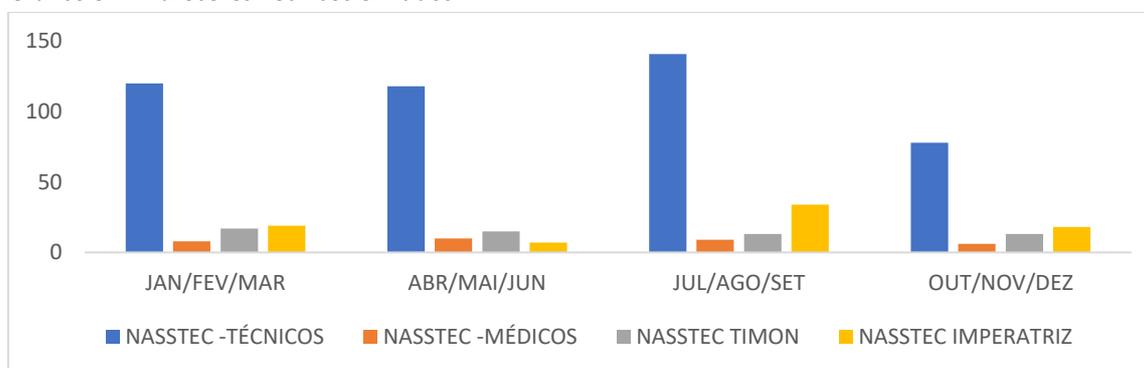
Uma das principais atividades da ASSTEC é a emissão de Pareceres Técnicos que, no exercício de 2022, totalizaram 626 (seiscentos e vinte e seis), quantificados trimestralmente e distribuídos entre o Núcleo de Assessoria Técnica Estadual – Técnicos (457) e Médicos (33), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (58) e o Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (78), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 41 - Pareceres Técnicos Emitidos

PARECERES SETORIAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/ MAI/ JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/ NOV/DEZ	TOTAL
NASSTEC -TÉCNICOS	120	118	141	78	457
NASSTEC -MÉDICOS	8	10	9	6	33
NASSTEC TIMON	17	15	13	13	58
NASSTEC IMPERATRIZ	19	7	34	18	78
TOTAL DE PARECERES	164	150	197	115	626

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Gráfico 37 – Pareceres Técnicos emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3.2. PROCESSOS DEVOLVIDOS

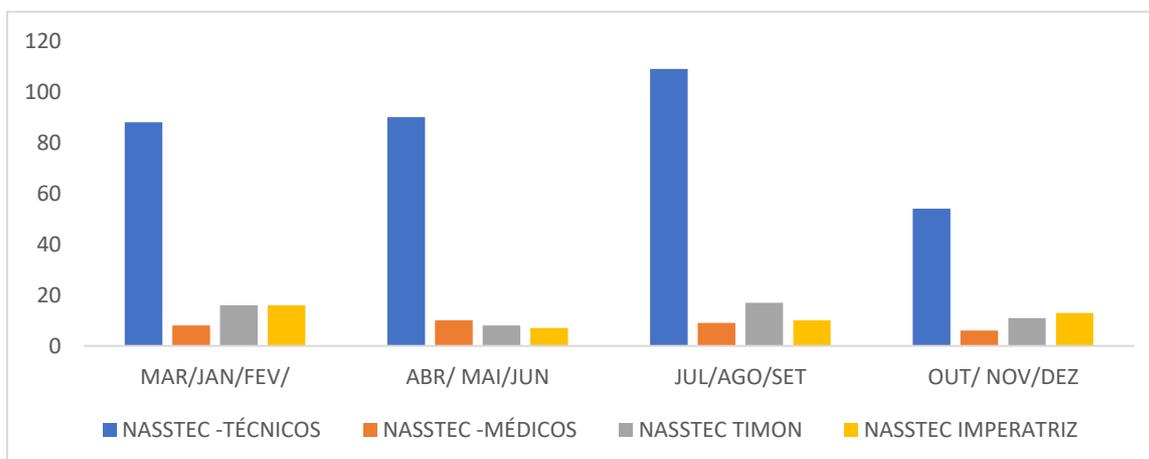
No período de janeiro a dezembro de 2022, foram devolvidos 472 (quatrocentos e setenta e dois) processos, mensurados mensalmente e distribuídos entre o NASSTEC – Núcleo de Assessoria Técnica (341), Médicos (33), NATAR/TIMON – Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (52), NATAR/IMPERATRIZ - Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (46), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 42 – Processos Devolvidos em 2022 pela ASSTEC

PROCESSOS SETORIAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/ MAI/JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/ NOV/DEZ	TOTAL
NASSTEC -TÉCNICOS	88	90	109	54	341
NASSTEC -MÉDICOS	8	10	9	6	33
NASSTEC TIMON	16	8	17	11	52
NASSTEC IMPERATRIZ	16	7	10	13	46
TOTAL DE PROCESSOS DEVOLVIDOS	128	115	145	84	472

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 38 – Processos Devolvidos em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3.3. VISTORIAS E RELATÓRIOS DE ENGENHARIA

3.3.1. VISTORIAS

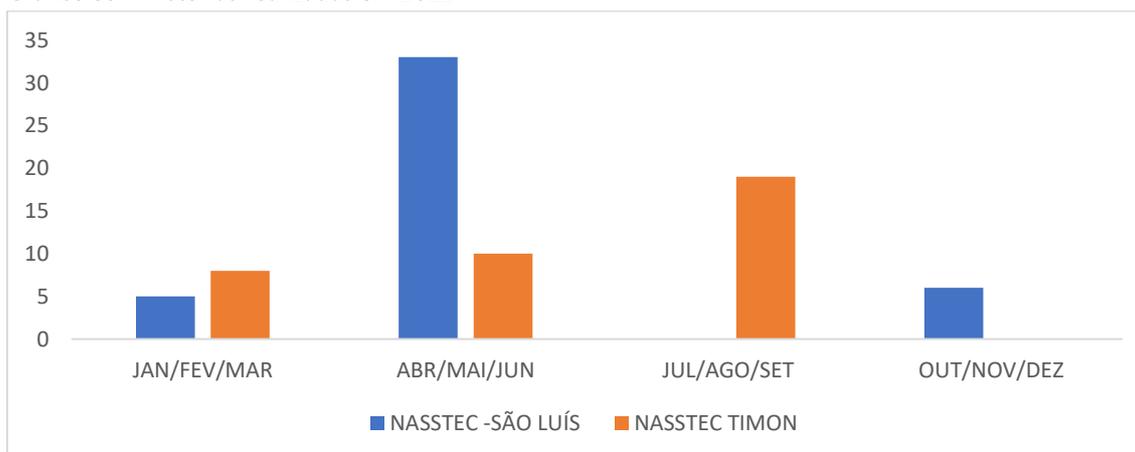
No exercício de 2022, foram realizadas 88 (oitenta e oito) vistorias, quantificadas trimestralmente e distribuídas entre NASSTEC – Núcleo de Assessoria Técnica (44) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (37) conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 43 – Vistorias realizadas em 2022

VISTORIAS SETORIAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/MAI/ JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/NOV/ DEZ	TOTAL
NASSTEC -SÃO LUÍS	5	33	-	6	44
NASSTEC TIMON	8	10	19	-	37
TOTAL DE VISTORIAS	13	43	19	115	88

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Gráfico 39 – Vistorias realizadas em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3.3.2. RELATÓRIOS TÉCNICOS

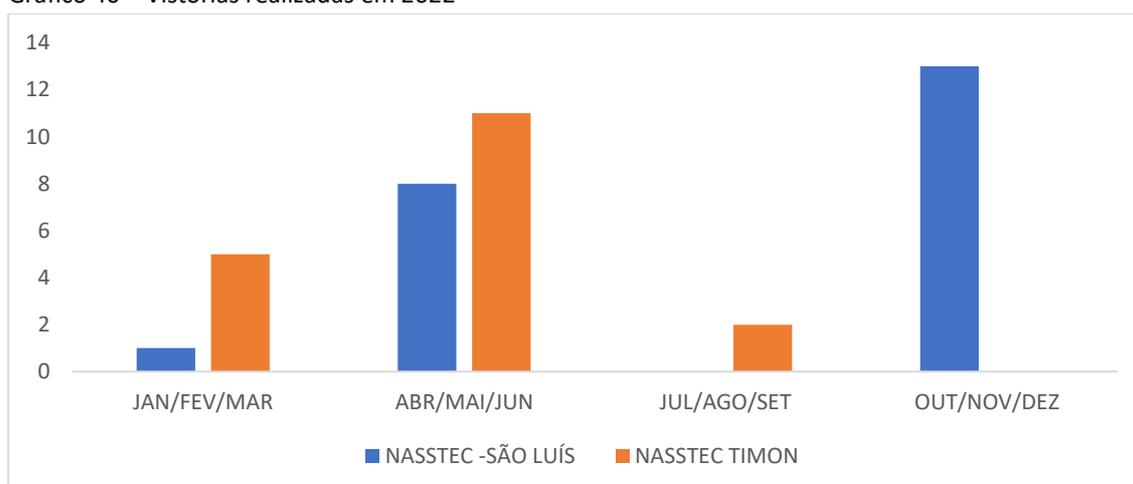
Foram emitidos, em 2022, 40 (quarenta) relatórios técnicos, avaliados trimestralmente e distribuídos entre NASSTEC – Núcleo de Assessoria Técnica (22) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (18), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 44 – Relatórios técnicos emitidos em 2022

RELATÓRIOS SETORIAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/MAI/ JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/NOV/ DEZ	TOTAL
NASSTEC -SÃO LUÍS	1	8	-	13	22
NASSTEC TIMON	5	11	2	-	18
TOTAL DE RELATÓRIOS TÉCNICOS	6	19	2	13	40

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Gráfico 40 – Vitorias realizadas em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3.3.3. CÁLCULOS FINANCEIROS EMITIDOS

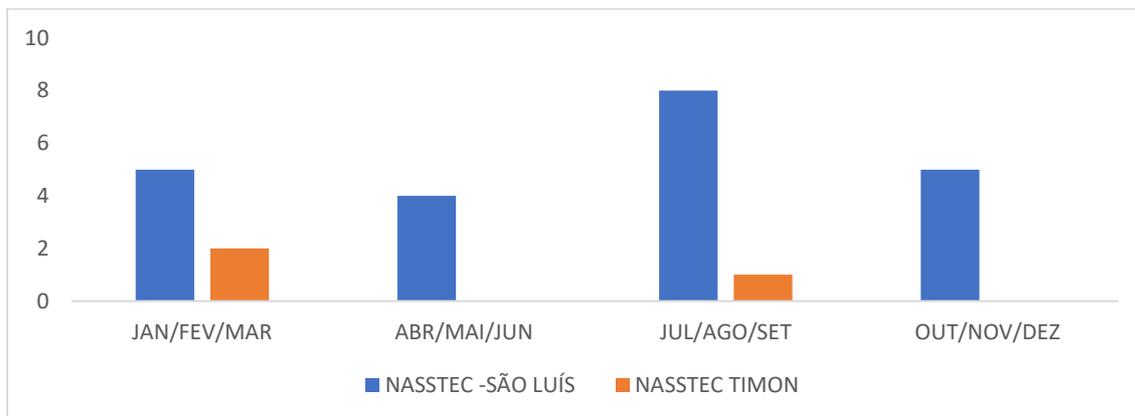
No exercício de 2022, foram emitidos 27 (vinte e sete) cálculos financeiros, quantificados trimestralmente e distribuídos entre NASSTEC – Núcleo de Assessoria Técnica (24) e Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (3) conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 45 – Cálculos Financeiros Emitidos

VISTORIAS SETORIAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/MAI/ JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/NOV/ DEZ	TOTAL
NASSTEC -SÃO LUÍS	5	4	8	5	24
NASSTEC TIMON	2	-	1	-	3
TOTAL DE RELATÓRIOS TÉCNICOS	7	4	9	5	27

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Gráfico 41 – Vitorias realizadas em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

3.3.4. OFÍCIOS E DEPACHOS EMITIDOS

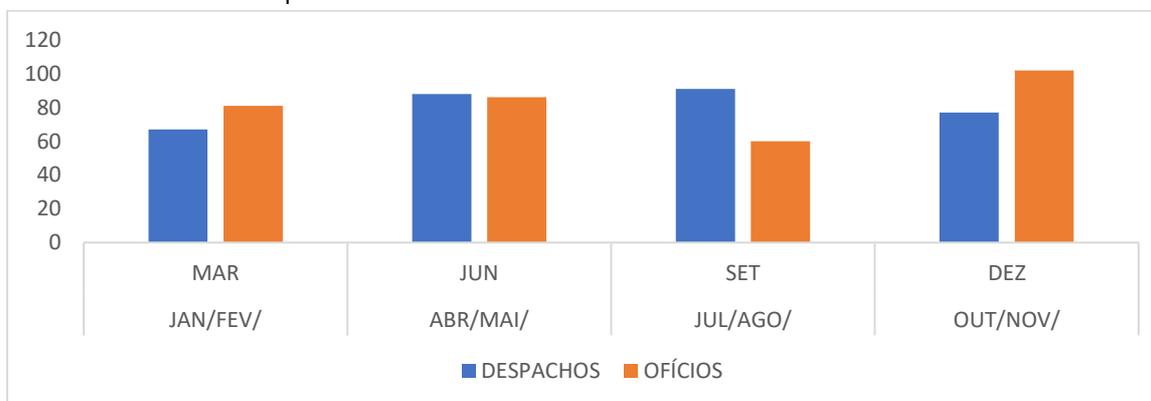
Administrativamente, foram emitidos 329 (trezentos e vinte e nove) Despachos e 329 (trezentos e vinte e nove) Ofícios, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado na tabela e gráfico abaixo:

Tabela 46 – Ofícios e Despachos emitidos em 2022

ATIVIDADES TRIMESTRAIS	JAN/FEV/ MAR	ABR/MAI/ JUN	JUL/AGO/ SET	OUT/NOV/ DEZ	TOTAL
DESPACHOS	67	88	91	77	323
OFÍCIOS	81	86	60	102	329

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

Gráfico 42 – Ofícios e Despachos emitidos em 2022



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

4. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

4.1. SERVIÇO SOCIAL DE IMPERATRIZ

O Núcleo Regionalizado da Assessoria Técnica de Imperatriz conta com uma Analista Ministerial - Assistente Social, cuja produção anual segue discriminada abaixo:

Tabela 47 – Procedimentos realizados no Nasstec Imperatriz - Serviço Social

PROCEDIMENTOS REALIZADOS	QUANTIDADE
<i>Ordens de Serviço</i>	82
<i>Produção de Relatórios</i>	63
<i>Orientações Sociais</i>	49
<i>Certidões</i>	09
<i>Visitas Domiciliares</i>	49
<i>Contatos com outras Instituições</i>	08
<i>Entrevistas Sociais</i>	55
<i>Inspeções - Acolhimento Institucional</i>	01
<i>Inspeções - Unidades Básicas de Saúde</i>	19
<i>Inspeções - Medidas Socioeducativas</i>	06
<i>Inspeções - Hospitais</i>	02
<i>Demais inspeções – Centro Pop/Abrigo Superação</i>	02
<i>Realização de Encontros do Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência Doméstica</i>	24
<i>Coordenação do Evento</i>	1
Total	374

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

4.2. SERVIÇO SOCIAL DE TIMON

O Núcleo Regionalizado da Assessoria Técnica de Timon conta com uma Analista Ministerial - Assistente Social, cuja produção anual segue discriminada abaixo:

Tabela 48 – Procedimentos realizados no Nasstec Timon – Serviço Social

PROCEDIMENTOS REALIZADOS	QUANTIDADE
<i>Atendimentos Presenciais</i>	07
<i>Atendimentos Remotos</i>	31
<i>Orientações Sociais</i>	42
<i>Certidões</i>	01
<i>Visitas Domiciliares</i>	17
<i>Contatos com outras Instituições (Articulação de Rede)</i>	04
<i>Entrevistas Sociais</i>	44
<i>Observações de Território</i>	06
<i>Observações de Moradia</i>	01
<i>Produção de Relatórios</i>	08
<i>Coordenação do Evento</i>	01
<i>Palestra na Universidade do Piauí</i>	01
Total	163

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2022.

5. ASSTEC NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A ASSTEC contribuiu ativamente na composição do Planejamento Estratégico, com a elaboração de projetos e iniciativas que orientarão a visão do Ministério Público no ciclo 2021-2029.

O desdobramento do Planejamento Estratégico possibilitou a definição de objetivos a serem alcançados pelo setor, cujo foco é buscar estratégias de trabalho mais eficazes para as atividades diárias, traçando ações e metas para atingir os resultados estabelecidos para o período.

Para tanto, a ASSTEC elaborou 2 (dois) projetos e 6 (seis) iniciativas, obtendo resultados satisfatórios em todos estes seguimentos, conforme se demonstra abaixo:

5.1. PROJETO REGIONALIZAÇÃO TÉCNICA

O projeto propôs a efetiva implantação de núcleos regionalizados da Assessoria Técnica nos polos de Pinheiro e Santa Inês, conforme estabelecido no Ato Regulamentar n.º 52/2021-GPGJ. O objetivo é proporcionar assessoramento multidisciplinar mais próximo das Promotorias de Justiça da região, descentralizar as atividades realizadas na Capital e nos atuais núcleos, melhor distribuir a força de trabalho, tornando o desempenho das funções institucionais mais célere e eficaz, seguindo as atribuições estabelecidas nas normativas internas inerentes ao exercício da função/cargo.

O resultado positivo que se pretende é oferecer suporte técnico e atendimento das demandas com maior celeridade e eficiência, permitindo o aperfeiçoamento da atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público e impulsionando a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

Conforme apresentado à Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG o cumprimento deste projeto está em andamento, na fase 2 de execução, dependendo de adequações financeiras e orçamentárias do Ministério Público.

5.2. PROJETO CANAL TIRA-DÚVIDAS DA ÁREA MÉDICA

O projeto de implantação de um canal tira-dúvidas da área médica surgiu da necessidade de análise por profissionais técnico-científicos na orientação sobre questões menos complexas, sobretudo, da área médica, mas que, ainda assim, são imprescindíveis na obtenção do conhecimento científico para sanar tais dúvidas.

Objetivou-se minimizar as dificuldades e obstáculos que retardam o atendimento dos Pareceres Técnicos/Médicos e o deslinde dos procedimentos do Ministério Público, por meio de um canal de comunicação que desburocratiza, sana dúvidas e questões de ordem técnica na área médica, facilitando e aperfeiçoando a atuação do MPMA na sua atividade institucional.

O projeto passou por reformulação, tendo em vista a atualização do site institucional. Ainda assim, possui aba específica para utilização dos usuários da intranet. Também, atualmente tem funcionado por outros meios de comunicação, como videoconferências, telefonemas e troca de mensagens.

5.3. INICIATIVA AUXÍLIO TÉCNICO NA IMPLANTAÇÃO DO BANPETEC

A viabilização do Banco de Peritos Técnicos - BanPeTec/MPMA, como Módulo Eletrônico de Gerenciamento de Cadastro, Seleção, Designação e Pagamento dos prestadores

de serviços de apoio técnico ao Ministério Público do Maranhão, contou com a efetiva colaboração dos profissionais lotados na ASSTEC. O BanPeTec traz a possibilidade de contratação de profissionais com conhecimento técnico especializado, por meio da utilização sistema informatizado de credenciamento.

A ASSTEC prestou auxílio técnico na elaboração de parâmetros de instrumentalização do sistema e definição de critérios de seleção dos profissionais a serem cadastrados, conforme a legislação vigente e respeitados os princípios da impessoalidade e legalidade. Neste sentido, a ASSTEC foi instada a contribuir proativamente no desenvolvimento do BanPeTec, de modo a tornar o módulo de gerenciamento uma realidade, assessorando os setores responsáveis na formulação dos documentos técnicos necessários para operacionalização do sistema, emitindo Parecer Técnico sobre a viabilidade da contratação de profissionais por credenciamento, e na elaboração do Termo de Referência para posterior confecção do Edital do procedimento, conforme as alterações legislativas implementadas, sobretudo, no que se refere a contratações públicas, a exemplo da Nova Lei de Licitações – Lei n.º 14.133/2021.

A iniciativa de colaboração prestando auxílio técnico na instrumentalização destes recursos promoveu a concretização das funções institucionais na busca da garantia dos direitos dos cidadãos, para tornar mais célere e eficaz o desempenho das atribuições do Ministério Público.

Conforme informado em reunião de acompanhamento tático, a iniciativa foi totalmente concluída dentro do cronograma proposto pelo setor.

5.4. INICIATIVA CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A manutenção de um conjunto de meios de comunicação da ASSTEC coopera para atuação ministerial integrada e estimulam a articulação interinstitucional, facilitando a interlocução sobre a execução dos serviços. A instituição de múltiplos canais de comunicação objetivou contribuir na gestão estratégica da instituição, desenvolvendo ferramentas de aproximação com o público interno e externo, tornando-se um setor presente e ativo para a sociedade e alinhado com cada membro e servidor quanto às atividades operacionais e funcionais do MPMA.

A utilização das tecnologias disponíveis foi fundamental para o exercício dos direitos, divulgação das atividades desenvolvidas pelos setores públicos e essencial para orientar a atividade estatal, sobretudo, no que tange aos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e tantos outros que regem a administração pública.

No ano de 2022 a ASSTEC conseguiu ampliar os canais de comunicação, prestando assessoramento mais efetivo, servindo de fonte de informações e promovendo o engajamento dos servidores do MPMA.

Foi com utilização do telefone móvel institucional como canal direto com as promotorias, a criação de listas de transmissão de informações relevantes sobre assuntos interessantes para o público externo e relacionados à atuação ministerial que a ASSTEC fortaleceu a rede de relacionamento técnico com os servidores e membros do MPMA e tornando-a mais dinâmica, rápida e acessível.

A modernização do portal setorial criou uma espécie de repositório unificado das atividades desenvolvidas pelos Núcleos da Asstec. O espaço passou a ser uma ferramenta prática e direta de registro das competências e dos trabalhos realizados por seus servidores,

dando visibilidade às tarefas realizadas pela ASSTEC no âmbito do MPMA. Com a atualização do site institucional, a página setorial passou por formatação para se adequar à nova realidade digital e hoje conta com outros recursos e materiais disponíveis permanentemente.

Cita-se, ainda, a criação de boletins informativos estabelecendo uma comunicação periódica de matérias de interesse institucional e com o objetivo de manter os usuários internos informados sobre temas intimamente ligados à atuação da ASSTEC.

Importante destacar que a iniciativa foi totalmente concluída dentro do cronograma proposto pelo setor, mas a utilização permanece em pleno funcionamento.

5.5. INICIATIVA QUALIFICAÇÃO CRESCENTE

A qualificação profissional contínua dos servidores da ASSTEC surge da necessidade de atualização e aperfeiçoamento da equipe nas áreas específicas de interesse do Ministério Público, resultando em maior direcionamento e aprimoramento do desempenho das atribuições dos servidores.

As alterações legislativas, sobretudo, no âmbito das licitações públicas, com publicação de novo texto integral da Nova Lei de Licitações - Lei n.º 14.133/2021, passaram a estabelecer novas regras para contratações públicas, impondo aos servidores reformulação de suas matrizes teórico-práticas. A implementação de novos mecanismos de tecnologia e inovação nas rotinas e procedimentos de gestão pública e promoção de melhorias no padrão de qualidade da atividade ministerial justificam a realização de treinamentos específicos e periódicos para evitar o conhecimento defasado, que reflete na capacidade do Ministério Público de observância da Constituição e das leis.

Neste contexto, no ano de 2022, foram elaboradas propostas de cursos e treinamentos a serem realizados pelos servidores por intermédio da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, inclusive, sendo enviada proposta de oferta de diversos cursos e congressos, tais como: Curso de Licitações e Contratos Administrativos, Curso de pós-graduação em Ciências Atuariais, 18º Congresso Nacional de Pregoeiros – INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS, Planilha de Custos, Formação e Pesquisa de Preços, conforme IN 05/2017 e IN 65/2021 – ORZIL, dentre outros, a fim de desenvolver competências de servidores, aperfeiçoando a análise técnica das demandas do setor.

5.6. INICIATIVA ESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

A ASSTEC presta auxílio técnico na fiscalização da gestão financeira, orçamentária e contábil dos municípios, sobretudo, examinando a concordância dos atos e contratos administrativos com a Constituição e as leis vigentes aplicáveis à espécie. Ainda existem óbices na fiscalização dos municípios. Internamente, os entes locais não têm estruturado seu sistema de controle de forma satisfatória, por déficit ou total ausência de efetiva implantação de órgão de controle interno, o que demonstra dificuldades do município em prestar contas de modo transparente à sociedade.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAO-ProAd propôs Projeto de Estruturação dos Sistemas de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, e a ASSTEC além de prestar assessoramento técnico, foi além, elaborando modelos contendo as exigências mínimas a serem cumpridas pelas

esferas Executiva e Legislativa municipal, emitindo notas técnicas e minutas de documentos referenciais para adoção de como boas práticas de governança.

Dentro do planejamento estratégico, a meta é que até 2024 os municípios adquiram conhecimento sobre a importância de estruturação do controle, empenhar esforços para efetiva organização a partir dos modelos elaborados pela ASSTEC.

5.7. INICIATIVA DIÁLOGOS TÉCNICOS DA PROBIDADE

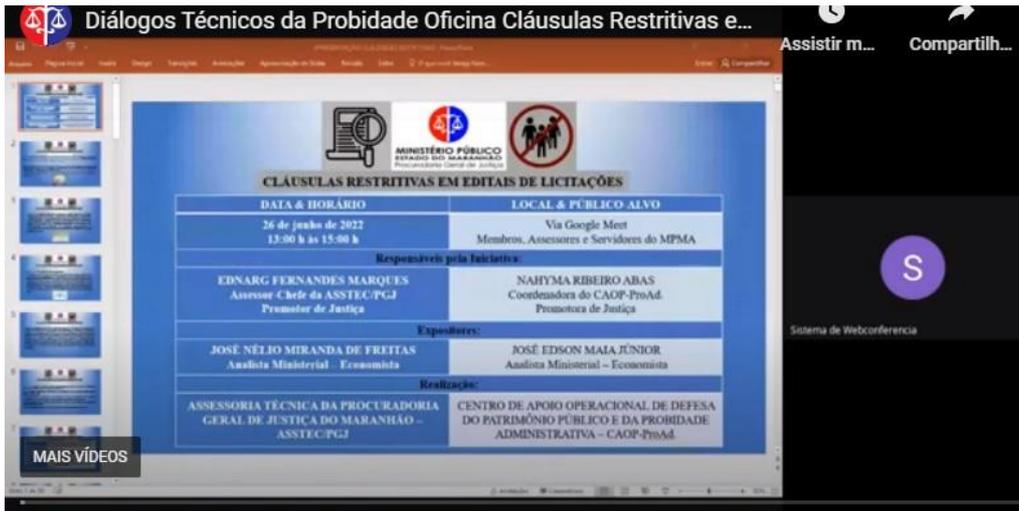
A Iniciativa “Diálogos Técnicos da Probidade” surgiu de uma parceria entre a ASSTEC e o CAO-ProAd, com o objetivo de aproximar suas atividades com o público interno, tratando de assuntos relacionados a probidade administrativa e defesa do patrimônio público.

Em 2022 realizaram-se 04 (quatro) oficinas virtuais: 03 (três) oficinas conduzidas pela ASSTEC e 01 (uma) conduzida pelo CAO-ProAd, atendendo plenamente ao cronograma proposto no planejamento tático-operacional do setor. Os encontros trataram de temas relacionados ao combate à improbidade administrativa, oportunidade em que houve debates e exposições de informações técnico-jurídicas aos participantes, sobre conteúdos indispensáveis ao desempenho das funções dos órgãos de execução.

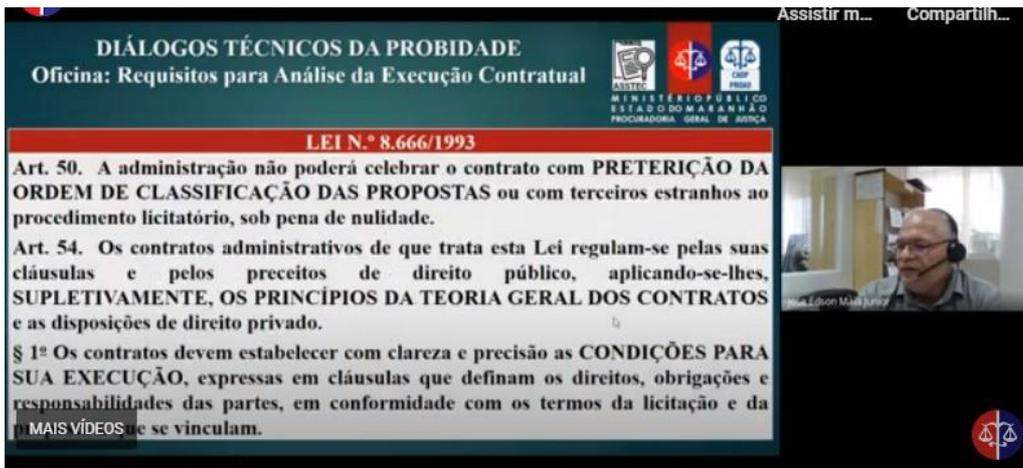
A iniciativa teve grande aceitação e adesão de Membros e servidores, que puderam contribuir para as discussões e apresentar alternativas de fortalecimento da atuação do Ministério Público na fiscalização e controle dos recursos públicos.



Oficina: Inexigibilidade na Contratação de Artistas, realizada em 21 de junho de 2022.



Oficina: Cláusulas Restritivas em Editais de Licitações, realizada em 26 de julho de 2022.



A Oficina voltada a Análise de Contratos Administrativos ocorreu em 30 de agosto de 2022



Oficina: Pregão Eletrônico, realizada em 13 de outubro de 2022

5.8. INICIATIVA DIÁLOGOS TÉCNICOS DA ÁREA DA SAÚDE

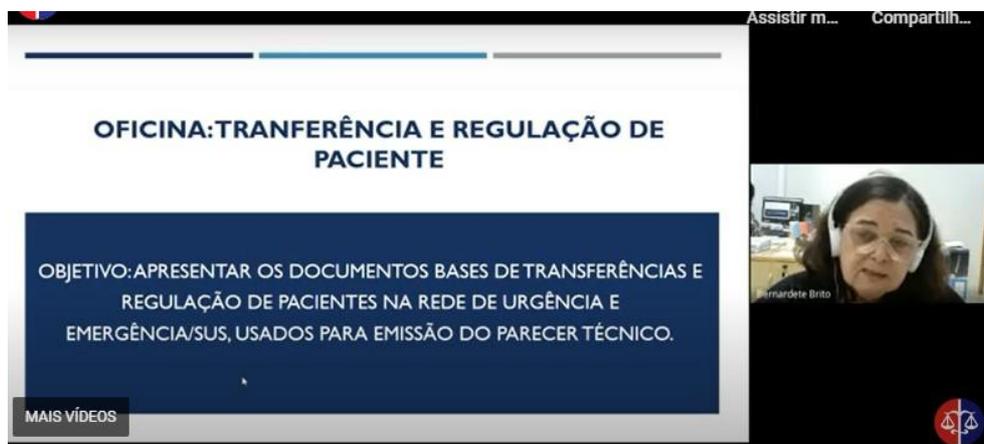
A Iniciativa “Diálogos Técnicos da Área da Saúde”, surgiu a partir da necessidade de se discutir temas relevantes e pertinentes às matérias da área médica. Teve como objetivo aproximar suas atividades com o público interno, tratando de assuntos relacionados à Área Médica.

Foram realizadas Oficinas que trataram de assuntos diversos relacionados ao atendimento médico-hospitalar, conduzidas pela Médica Perita da Assessoria Técnica. Os encontros ocorreram mensalmente em ambiente virtual.

No decorrer de 2022, 03 (três) oficinas foram realizadas, abordando os temas de perícia obstetrícia, transferência e regulação de pacientes e óbitos sem causa determinada.



Oficina: Perícia Obstétrica, realizada em 16 de agosto de 2022



Oficina realizada em 20 de setembro de 2022



Oficina: Óbitos sem causa determinada, realizada em 08 de novembro de 2022

A partir dos "Diálogos" foram concebidos vários materiais de apoio, a exemplo dos Folders de Sofrimento Fetal que foram distribuídos ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAO SAÚDE, Centro de Apoio Operacional de Defesa da Mulher - CAO MULHER, Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CAO SAÚDE, Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ) e a todas as Promotorias de Justiças.

Cabe destacar que os Folders serão base para evento na Região Tocantina com os municípios dos Polos (NASSTECs) e a Promotoria de Saúde de Imperatriz.

Figura 14 - Folder Sobre Sofrimento Fetal



Acesse o folder apontando para o QRcode a seguir:

6. EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Segundo dados retirados do Informativo "PLANEJAMENTO EM DIA", da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a ASSTEC tem demonstrado resultados ascendentes na execução dos seus projetos e iniciativas, alcançando objetivos substanciais estabelecidos no plano estratégico institucional, conforme demonstrado abaixo:

Figura 15 - Execução dos Projetos e Iniciativas da ASSTEC em 2022

	UNIDADE	Projeto/ Campanha/ Iniciativa Institucional	Resultado 1º Semestre 2022	Resultado 2º Semestre 2022
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Auxílio técnico na operacionalização do Banco de Peritos do Ministério Público do Maranhão - BanPeTec	50%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Atualização do Ato Regulamentar da ASSTEC/PGJ	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Ampliação dos Canais de Comunicação e de Difusão das Atividades da ASSTEC	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Regionalização Técnica	25%	25%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Canal Tira-Dúvidas da Área Médica	25%	25%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Auxílio Técnico no Projeto de Estruturação dos Controles Internos Municipais	100%	100%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Qualificação Crescente	25%	50%
	ASSESSORIA TÉCNICA - ASSTEC	Diálogos Técnicos da Probidade	100%	100%

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2022.

Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

No que tange às atribuições regimentais, esta Assessoria atualmente vincula-se aos preceitos insculpidos no Ato Regulamentar nº. 22/2020, o qual dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça, publicado em 09/06/2020 no Diário Eletrônico deste MPMA.

Esta Assessoria pautou as atividades desenvolvidas de controle interno e auditoria no **Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2022**, datado de 25/01/2022, submetido à apreciação da Administração Superior pelo MEMO-AUD-12/2022.

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e, por corolário, pelo fortalecimento institucional, realizamos atividades tanto de *auditoria* como de *acompanhamento da implementação de recomendações*, nas seguintes áreas:

a) Administrativa:

- a.1) Foco: *Serviços Gerais (Transporte)*;
- a.2) Foco: **Portal da Transparência (CNMP e TCE/MA)**;
- a.3) Foco: **Folha de Pagamento (Servidores)**; e
- a.4) Foco: **Folha de Pagamento (Membros)**.

b) Gestão Patrimonial:

- b.1) Foco: *Inspeções in loco nos Almoxarifados (Material de Consumo)*;
- b.2) Foco: *Inspeções in loco nos Almoxarifados (Material Permanente)*;
- b.3) Foco: **Bens Imóveis**.

c) Licitações e Contratos Administrativos:

- c.1) Foco: **Contratação Direta**;
- c.2) Foco: **Serviços de Natureza Continuada (Informática)**;
- c.3) Foco: **Serviços de Natureza Continuada (Manutenção Predial)**; e
- c.4) Foco: **Obras de Engenharia concluídas em 2019**.

Tais atividades resultaram na elaboração de **12 (doze) Relatórios de Auditoria Interna**, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações *julgadas cabíveis* para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

Informamos que, além dos trabalhos de auditoria e acompanhamentos em questão – envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão - as principais atividades realizadas por esta Assessoria, ao longo do exercício de 2022, seguem abaixo sucintamente descritas:

Quadro 29 - Demonstrativo consolidado das atividades planejadas da ACIA em 2021

Nº.	Descrição Sumária da Atividade	Objetivo	Realizada?
1.	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2021.	Relatar sucintamente as principais atividades realizadas pela Assessoria de Controle Interno e Auditoria ao longo do exercício de 2021.	Sim
2.	Elaboração do Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2022.	Relatar as ações planejadas por esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria para serem realizadas ao longo do exercício de 2022.	Sim
3.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA , referente ao 3º. quadrimestre de 2021 , bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/ formatações/ envios ao Diário Eletrônico do MPMA . Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos, sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	Sim
4.	Realização de Auditoria Interna na Área de Contratos Administrativos (Foco: Manutenção da Frota de Veículos).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da execução, fiscalização e gestão de contratos administrativos celebrados no período de 2019 a 2021 no âmbito deste Ministério Público. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Sim
5.	Realização de Auditoria Interna na Área de Contratos Administrativos (Foco: Tecnologia da Informação).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da execução, fiscalização e gestão de contratos administrativos celebrados em 2021 no âmbito deste Ministério Público. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Sim
6.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens de Consumo).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens de consumo , por meio, sobretudo, da realização de inspeções <i>in loco</i> nos 02 (dois) almoxarifados deste Ministério Público.	Sim

		Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2021.	
7.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens Permanentes).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens permanentes , por meio, sobretudo, da realização de inspeções <i>in loco</i> no almoxarifado deste Ministério Público (galpões situados no Bairro do Monte Castelo). Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2021.	Sim
8.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens Imóveis).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens imóveis . Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2021.	Sim
9.	Elaboração do Relatório do Controle Interno referente à Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2021 .	Formalizar a análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça , no exercício financeiro de 2021 .	Sim
10.	Elaboração do Relatório do Controle Interno referente à Prestação de Contas do Fundo Especial do Ministério Público (FEMPE) – Exercício Financeiro de 2021 .	Formalizar a análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e do programa de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Fundo Especial do Ministério Público Estadual – FEMPE , no exercício financeiro de 2021 .	Sim
11.	Realização de Auditoria Interna na Área de Orçamento e Finanças (Focos: PPA, LDO e LOA).	Realizar, com a colaboração da Administração Superior e da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Auditoria na Área Orçamentário-Financeira (focos: PPA, LDO e LOA) . Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Em execução
12.	Realização de Auditoria Interna na Área de Licitações e Contratos Administrativos (Foco: Contratação Direta).	Aferir a conformidade dos procedimentos adotados no exercício de 2021 para contratação de fornecimento de bens ou execução de obras e serviços pela via da contratação direta , ou seja, nos casos de	Sim

		licitação dispensada, dispensável ou inexigível, no âmbito deste Ministério Público. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	
13.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA, referente ao 1º. quadrimestre de 2022 , bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/formatações/envios ao Diário Eletrônico do MPMA . Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos, sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	Sim
14.	Realização de Auditoria Interna na Área de Contratos Administrativos (Foco: Serviços de Natureza Continuada).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da execução, fiscalização e gestão de contratos administrativos celebrados em 2021 no âmbito deste Ministério Público, cujos objetos sejam serviços de natureza continuada . Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Sim
15.	Realização de Auditoria Interna na Área de Folha de Pagamento (Foco: Membros do MPMA).	Verificar a observância, nos atos administrativos praticados no contexto das implantações das verbas (subsídios, gratificações, indenizações, adicionais, auxílios etc.) ocorridas no primeiro semestre de 2022 , relativamente aos membros deste Ministério Público, tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Em execução
16.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA, referente ao 2º. quadrimestre de 2022 , bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações / formatações / envios ao Diário Eletrônico do MPMA. Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos, sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	Sim

	despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.		
17.	Elaboração de 06 (seis) Relatórios de Verificação de Conformidade (Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência).	Avaliar, bimensalmente , o cumprimento da normatização atinente ao Portal da Transparência , instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando o controle social pelos administrados.	Sim
18.	Realização de Reuniões Técnicas com as unidades administrativas cujas atribuições guardem relação de pertinência com as áreas auditadas .	Conduzir reuniões técnicas objetivando ampla discussão e compreensão dos apontamentos feitos nos Relatórios de Auditoria Interna , bem como avaliação da exequibilidade das medidas corretivas ali recomendadas, ante as dificuldades enfrentadas pelas unidades, para que então sejam acordadas ações resolutivas visando ao fortalecimento dos respectivos mecanismos internos de controle e saneamento das inadequações.	Sim
19.	Realizar o acompanhamento da implementação das recomendações emitidas por esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria nos respectivos Relatórios de Auditoria Interna , desde que sejam corroboradas pela Administração Superior.	Acompanhar a implementação das recomendações consignadas nos Relatórios de Auditoria Interna , no intuito de prestar esclarecimentos adicionais considerados necessários pelas unidades administrativas afins, bem como de conferir maior celeridade à consecução das ações resolutivas previamente acordadas em reuniões técnicas.	Sim
20.	Realizar o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico.	Acompanhar, com a colaboração da Administração Superior e das unidades administrativas, a execução do Planejamento Estratégico , no intuito de verificar o atingimento dos objetivos e metas . Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Em execução
21.	Realizar o acompanhamento da evolução da folha de pagamento de membros e servidores.	Acompanhar, com a colaboração da Administração Superior e das devidas unidades administrativas, a evolução da folha de pagamento de membros e servidores (conferência dos relatórios emitidos pelos sistemas SIGEF e RH), no intuito de verificar o quantitativo dos membros e servidores e observar o teto constitucional. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Em execução
22.	Participação em comissões formalmente designadas pela Administração Superior, de matéria administrativa, sobretudo no contexto do aperfeiçoamento ou do estabelecimento de normativos aplicáveis no âmbito deste Ministério Público.	Contribuir para o fortalecimento institucional, dadas as atribuições regimentais e os caracteres técnicos inerentes e cabíveis à Assessoria de Controle Interno e Auditoria.	Sim

23.	Realização de Auditorias Internas julgadas necessárias pela Administração Superior.	Realizar as auditorias internas solicitadas por meio de procedimentos de análises documentais, exames dos registros, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para aferição da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão afins, com base na NBC TI 01 - Da Auditoria Interna, aprovada pela Resolução CFC nº. 986/2003.	Sim
-----	--	--	-----

Fonte: ACIA/PGJ, 2021

Do demonstrativo acima, colhe-se que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria realizou 19 (dezenove) das 23 (vinte e três) atividades planejadas para o exercício de 2022, o que representa aproximadamente 83% (oitenta e três por cento) de sucesso.

Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa-se a se chamar Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões, em conformidade com o Art. 64 do Ato Regulamentar nº 22/2020, de 10 de maio de 2020 e publicado em 9 de junho de 2020.

1 ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Dando cumprimento ao art. 64 do ATO REGULAMENTAR nº 22/2020, que cita as competências desta Assessoria Técnica da Administração e que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2022 foram emitidas manifestações sobre os mais variados objetos: Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento); Abono de Permanência; Adesão a Ata de Registro de Preço; Aditivo Contratual; Ajuda de Custo; Auxílio Saúde; Aposentadoria; Conversão em Pecúnia de Licença Compensatória de Substituição; Conversão em Pecúnia de Licença Prêmio; Dispensa de Licitação; Fase Interna de Licitação; Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária; Inexigibilidade; Locação de Imóvel; Pagamento de Obras, Materiais e Serviços; Prestação de Contas de Adiantamento; Prestação de Contas do FEMPE; Reajuste Contratual; Reajuste de Contrato de Locação; Repactuação e Reequilíbrio Contratual; Reconhecimento de Dívida; Regularização de prestação de Contas do Adiantamento; Solicitação de Empenhos; Verbas Indenizatórias e Outros.

No aspecto quantitativo, foram emitidos **1903 (mil, novecentos e três) Pareceres Técnicos durante o exercício de 2022**, conforme podemos observar a seguir:

Tabela 49 - Número de manifestações/pareceres discriminados por assunto em 2022

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Abono Permanência</i>	14
<i>Adesão SRG</i>	23
<i>Aditivo Contratual</i>	68
<i>Ajuda de Custo</i>	3
<i>Aposentadoria</i>	7
<i>Auxílio Saúde</i>	2
<i>Dispensa de Licitação</i>	22
<i>Fase Interna de Licitação</i>	86
<i>Incorporação e Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Cont.</i>	8
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	60
<i>Locação de Imóvel</i>	3
<i>Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços</i>	819

<i>Conversão em Pecúnia de Licença Compensatória e de Licença Prêmio</i>	15
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	345
<i>Prestação de Contas do FEMPE</i>	2
<i>Reajuste Contratual</i>	12
<i>Reajuste de Contrato de Locação</i>	18
<i>Regularização de Prestação de Contas Adiantamento</i>	27
<i>Repactuação e Reequilíbrio Contratual</i>	3
<i>Solicitação de Empenhos</i>	204
<i>Verbas Indenizatórias</i>	102
<i>Outros</i>	52
TOTAL	1.903

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

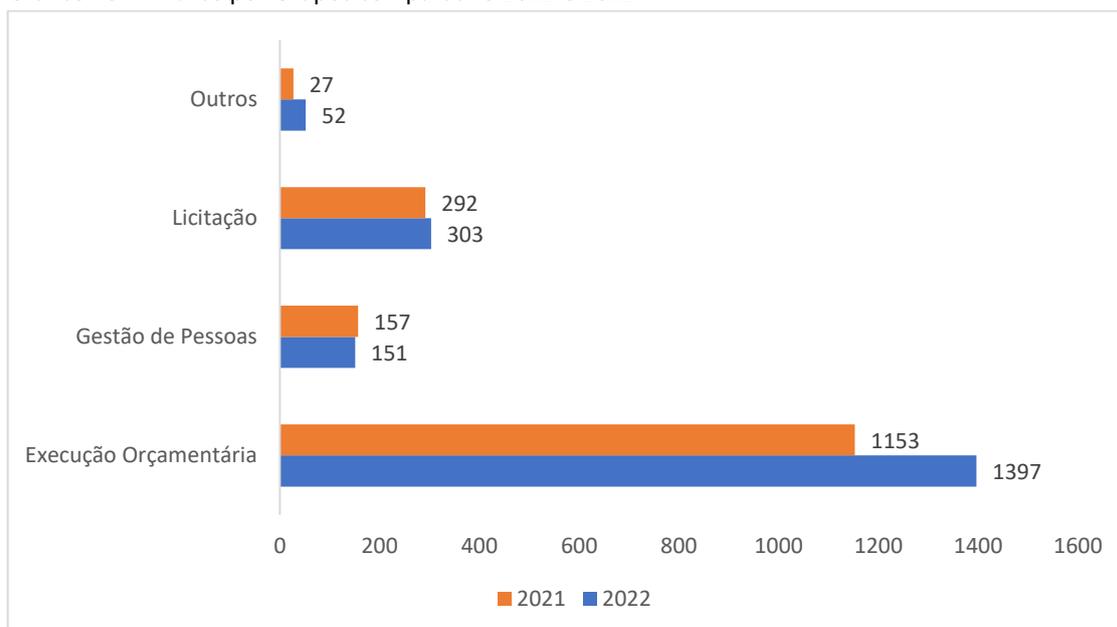
A tabela a seguir fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2022 as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

Tabela 50 - Número de manifestações/pareceres discriminados por grupo – 2022/2021.

<i>GRUPO</i>	2022	2021	%
<i>Execução Orçamentária</i>	1.397	1.153	21%
<i>Gestão de Pessoas</i>	151	157	-4%
<i>Licitação</i>	303	292	4%
<i>Outros</i>	52	27	93%
TOTAL	1.903	1.629	17%

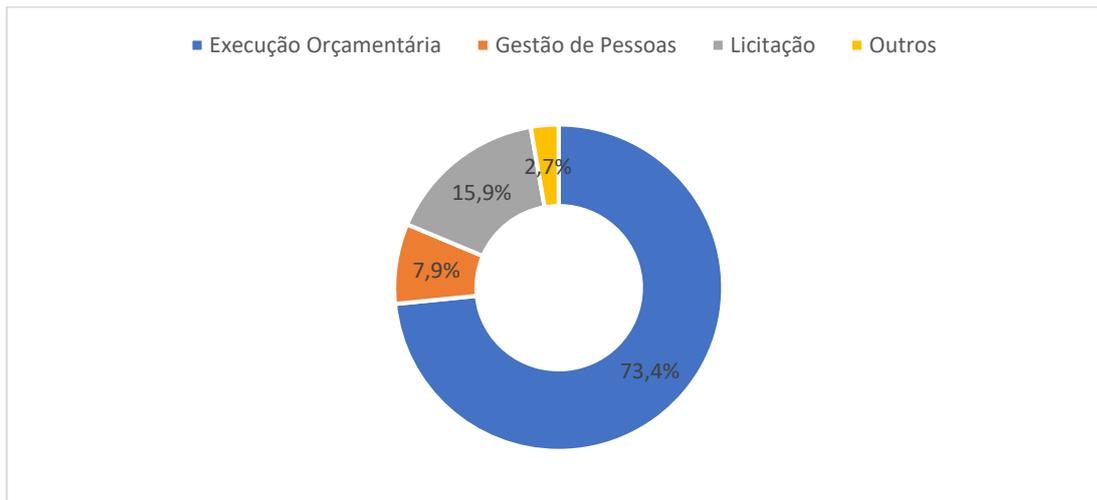
Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 43 – Análise por Grupos comparativo 2021 e 2022



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 44 – Análise percentual por Grupos em 2022



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

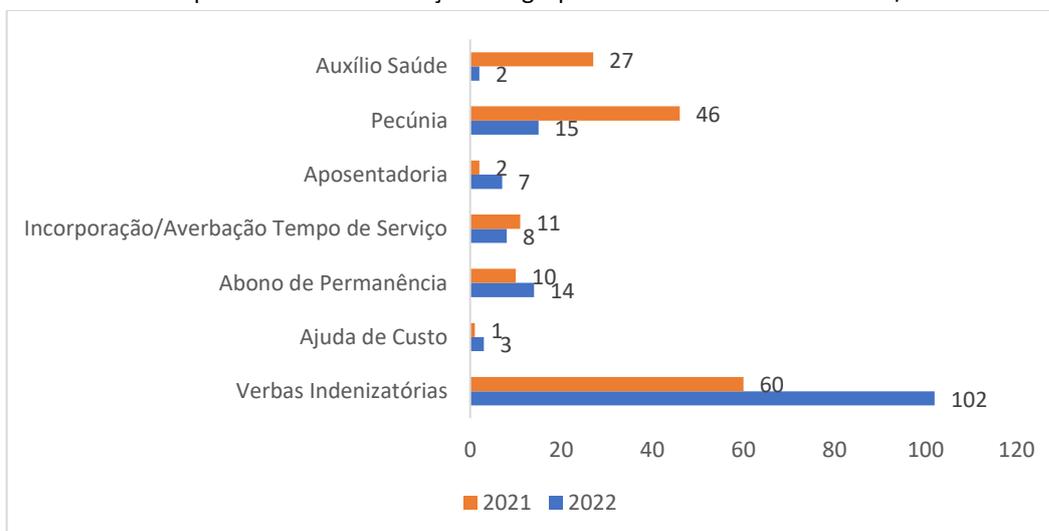
Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 51 - Número de pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por assunto em 2022.

ASSUNTO	2022	2021
Verbas Indenizatórias	102	60
Ajuda de Custo	3	1
Abono de Permanência	14	10
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	8	11
Aposentadoria	7	2
Pecúnia	15	46
Auxílio Saúde	2	27
TOTAL	151	157

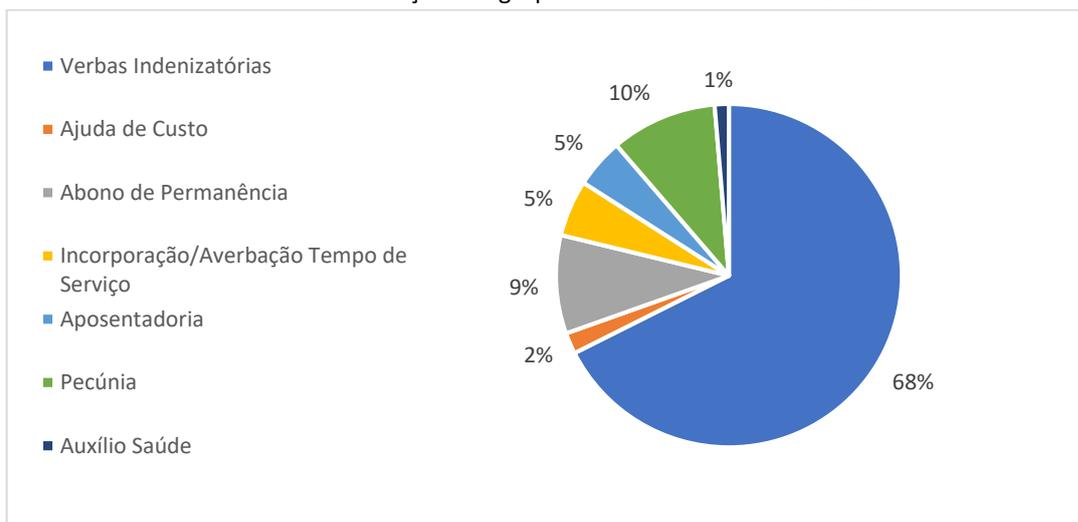
Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 45 – Comparativo de manifestações do grupo Gestão de Pessoas em 2022/2021.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 46 – Percentual de manifestações do grupo Gestão de Pessoas em 2022.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Quanto a estes, podemos destacar o seguinte:

- Os processos administrativos (PAs) referentes ao pagamento de verbas indenizatórias (por motivo de exoneração ou aposentadoria) prevaleceram sobre os demais tipos.
- Na análise dos PAs de verbas indenizatórias foram identificadas algumas dificuldades:
 - a) ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcional;
 - b) processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativa ou até mesmo judicialmente, mesmo que seja somente para prestar esclarecimentos.

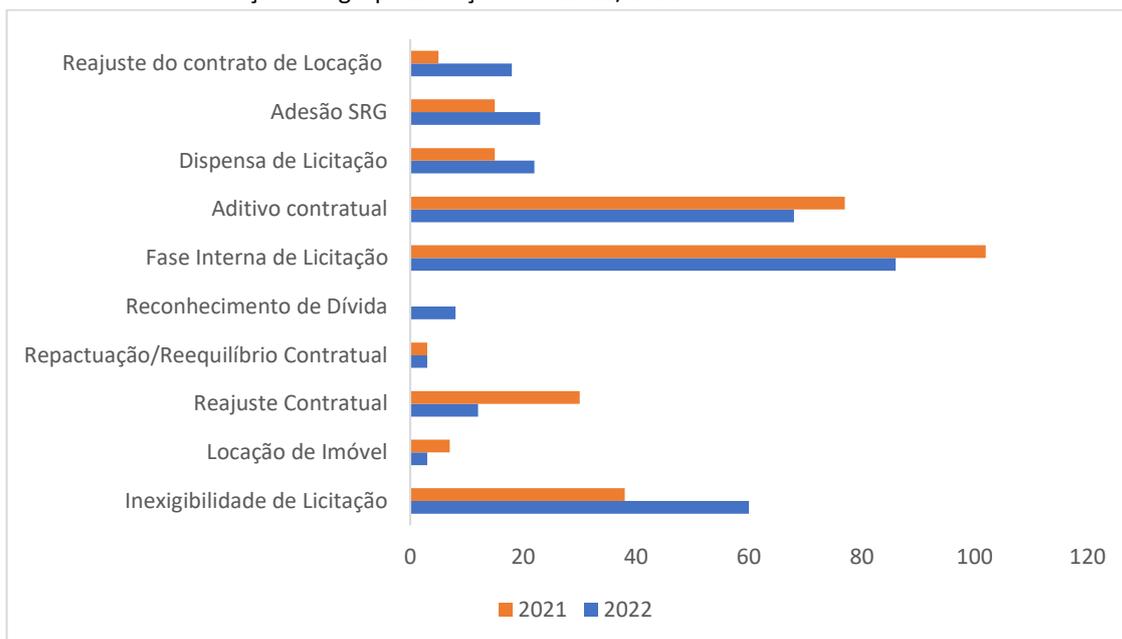
A respeito dos processos administrativos relativos à **Licitação**, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 52 - Número de pareceres relativos à Licitação divididos por assunto em 2022 e 2021.

ASSUNTO	2022	2021	%
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	60	38	58%
<i>Locação de Imóvel</i>	3	7	-57%
<i>Reajuste Contratual</i>	12	30	-60%
<i>Repactuação/Reequilíbrio Contratual</i>	3	3	0%
<i>Reconhecimento de Dívida</i>	8	-	-
<i>Fase Interna de Licitação</i>	86	102	-16%
<i>Aditivo contratual</i>	68	77	-12%
<i>Dispensa de Licitação</i>	22	15	47%
<i>Adesão SRG</i>	23	15	53%
<i>Reajuste do contrato de Locação</i>	18	5	260%
TOTAL	303	292	4%

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 47 - Manifestações do grupo Licitações em 2022/2021.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

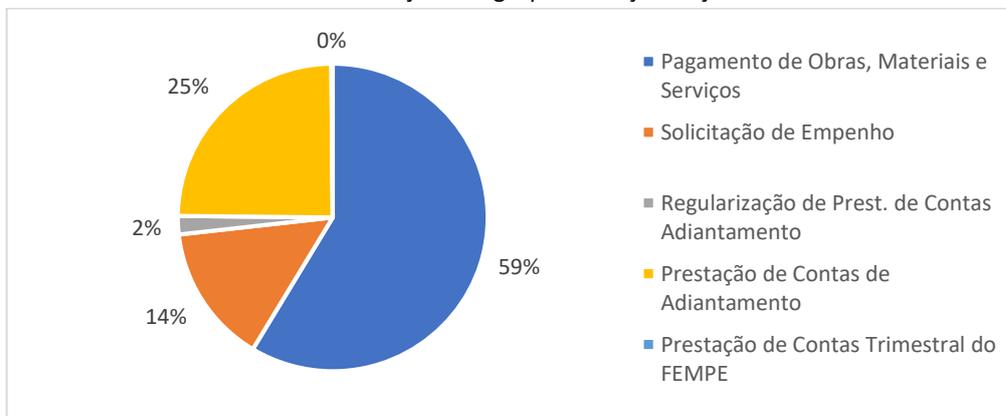
As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 53 - Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária 2022/2021.

ASSUNTO	2022	2021
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	819	800
Solicitação de Empenho	204	128
Regularização de Prest. de Contas Adiantamento	27	22
Prestação de Contas de Adiantamento	345	300
Prestação de Contas Trimestral do FEMPE	2	3
TOTAL	1397	1253

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

Gráfico 48 - Percentual de manifestações do grupo Execução Orçamentária em 2022.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2022.

No tocante às solicitações de **pagamentos**, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, com base no Ato Regulamentar nº 22/2022, assinado em 27/07/2022, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os **processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia** que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos **processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento**, destacamos:

- a) aquisição de produtos e/ou contratação de serviços que **não caracterizam despesas urgentes** (principal razão pela qual deve ser solicitado adiantamento);
- b) aplicação de recursos em natureza de despesa diferente do que foi solicitado e concedido (material de consumo, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica), **logo despesas realizadas sem prévio empenho**;
- c) aplicação de recursos fora do período de aplicação do adiantamento;
- d) aquisição de produtos vedados expressamente pelo Ato Regulamentar nº 20/2020, tais como os que se classificam como material permanente, além de alguns itens de alimentação.

2 OUTRAS ATIVIDADES

Vale dizer que durante o exercício de 2022 foi criada uma comissão para reformulação do Ato Regulamentar nº 20/2020, que trata de adiantamento, e algumas mudanças serão adotadas, a exemplo da contratação de serviços de pessoa física que será extinta, entre outras.

Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração referente ao exercício de 2021, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 54 – Movimentação Processual da AJAD.

Descrição	2022	2021
Processos recebidos	603	581
Processos devolvidos	589	566
Processos remanescentes	14	15

Fonte: AJAD/PGJ, 2022.

Os processos do ano de 2022 supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exige desta Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do Edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas formais e informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente acerca dos procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, execução contratual, sanções bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Convém destacar as atribuições desta ASSJUR previstas no art. 63 do Ato Regulamentar nº 22/2020 - Regimento Interno da PGJ/MA, principalmente aquelas dos incisos I a IV.

Da mesma forma, se fez presente sempre que solicitado, no gabinete da Diretoria Geral e da Secretaria Administrativo-Financeira para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados.

Como sugestão de ações de melhoria, ampliação do corpo técnico com aumento do número de servidores no setor bem como a oferta de cursos de atualização nas temáticas pertinentes as atribuições desta Assessoria, a exemplo, da aplicação da nova lei de licitações e contratos, contratos de obras, serviços terceirizados e TI.

Chefia de Cerimonial (CER)

A comunicação pública e governamental se propõe a estabelecer espaços de diálogo com os diversos agentes sociais, objetivo este, que muitas vezes consegue ser atingido por meio da realização de eventos, uma vez que, a estratégia permite que as organizações estabeleçam maior proximidade com seus públicos em um ambiente acolhedor, convidativo ao debate e favorável para o compartilhamento de ideias.

Diante do importante papel que exerce a realização de eventos em instituições públicas, o Ministério Público do Maranhão, enquanto Órgão de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, vem ao longo dos anos adotando estratégias para promoção da cidadania.

1 PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO SETOR

- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas à reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros para as cerimônias;
- Confecção de cartões de nominatas;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas;
- Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação;
- Elaboração de notas de pesar;
- Elaboração e execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;
- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares

externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora.

2 EVENTOS REALIZADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Para efeito de construção deste relatório, compreende-se como eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2022, toda ocasião idealizada por membros e servidores da instituição e executada por meio de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial, categorizadas por tipo, da seguinte forma: a) Eventos com apoio do Cerimonial: corresponde aos eventos que foi solicitado o suporte da Chefia do Cerimonial para sua viabilização com o fornecimento de serviços, como libras, coffee break, mestre de cerimonial, recursos audiovisuais, entre outros; b) Online/Virtual: eventos realizados no formato virtual ou online, que contou com a presença do cerimonial e algum tipo de recurso; e c) Promovido pelo Cerimonial no formato presencial: eventos realizados pela Chefia do Cerimonial, desde o briefing do evento, na parte estratégica, a realização tática e operacional.

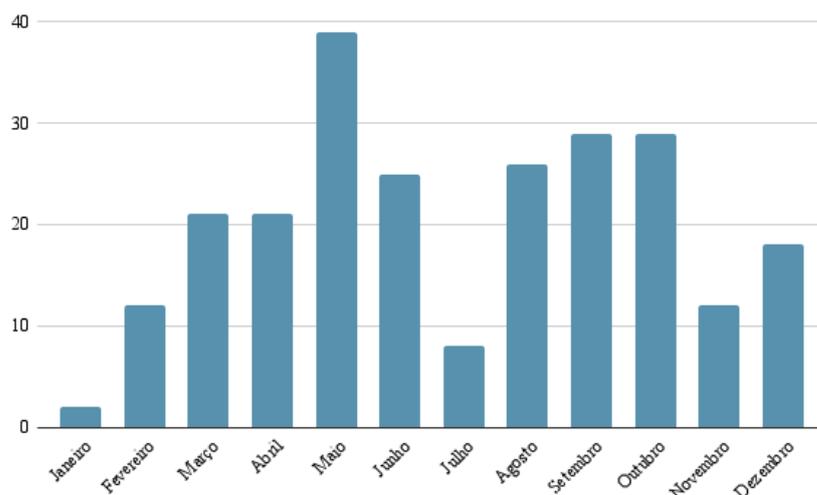
No ano de 2022, foram contabilizados 286 eventos pela equipe da Chefia do Cerimonial, sendo 186 promovidos pela equipe do setor no formato presencial, 67 de apoio, especialmente com a participação do Procurador-Geral de Justiça ou representante e 33 no formato virtual/online.

Tabela 55 - Eventos realizados ou apoiados pela Chefia de Cerimonial

CATEGORIA	QUANTIDADE
Encontros	2
Eventos Dialogais (Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos)	56
Lançamento de Livros	1
Premiações e Homenagens	8
Campanhas e Projetos	19
Concursos e Seleções	1
Comemorações	10
Eventos em vias públicas (Caminhada, Corrida, Pedalada)	4
Eleição	5
Exposições	17
Posse	13
Reunião	16
Pedra Fundamental	0
Inaugurações	9
Eventos Fúnebres (Velórios e Missa de 7º dia)	0
Audiência Pública	5
Visitas Guiadas	14
Acompanhamentos externos	51
Capacitações (Cursos, Oficinas, Workshop)	29
Eventos religiosos	1
Solenidades	25
Total	286

Fonte: CER/PGJ, 2022.

Gráfico 49 - Eventos realizados ou apoiados pela Chefia do Cerimonial em 2022



Fonte: CER/PGJ, 2022.

Assim como no ano de 2021, os principais tipos de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão consistem em “Projetos e Campanhas”, “Eventos Dialogais”, “Capacitações” e “Reuniões”. A Chefia de Cerimonial, em comparação ao ano passado, que em respeito as restrições imposta ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 realizou suas atividades majoritariamente no formato híbrido-online, em 2022 retomou gradativamente aos eventos presenciais conforme o afrouxamento das medidas de restrição.

Gráfico 50 – Realização de eventos 2021-2022



Fonte: CER/PGJ, 2022.

Entre os anos de 2021 e 2022 observa-se um crescimento de aproximadamente 30% no número de eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão. Esse aumento justifica-se pelas diversas iniciativas institucionais, dentre estas destaca-se: a realização de oficinas e grupos

reflexivos, a exemplo da Oficina Masculina em Grupos Reflexivos de Homens e Agressores, e Webnários realizados pelos Centro de Apoio Operacionais (CAOs). Tal avanço demonstra o efetivo esforço do Ministério Público Estadual em entender as demandas dos cidadãos maranhenses e agir na efetivação de políticas públicas em favor da sociedade.

É importante destacar que enquanto a categoria “Projetos e Campanhas” são majoritariamente realizados nos municípios do interior do Maranhão, as categorias “Eventos Dialogais” “Capacitações” e “Reuniões” são majoritariamente realizadas na sede da Procuradoria de Justiça, em São Luís.

3 PASSAGENS AÉREAS EMITIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Para efeito de construção deste relatório, classificamos como passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão, qualquer despesa da Instituição com transporte aéreo.

Tabela 56 - Bilhetes aéreos emitidos pela Chefia de Cerimonial da Procuradoria Geral de Justiça/2022

PASSAGENS AÉREAS – 2021

MÊS	BILHETES EMITIDOS			TOTAL MENSAL	VALOR MENSAL R\$
	MEMBROS	SERVIDORES	OUTROS		
Janeiro	4	0	0	4	R\$ 9.953,87
Fevereiro	29	3	1	33	R\$ 59.071,31
Março	53	22	6	81	R\$ 173.209,55
Abril	25	5	3	33	R\$ 67.132,38
Maiο	35	3	3	41	R\$ 90.574,17
Junho	52	9	1	62	R\$ 132.223,00
Julho	28	0	1	29	R\$ 63.384,97
Agosto	46	8	13	67	R\$ 139.943,94
Setembro	43	14	1	58	R\$ 130.562,72
Outubro	61	31	10	102	R\$ 183.492,01
Novembro	47	11	13	71	R\$ 124.357,58
Dezembro	1	0	2	3	R\$ 5.990,71
TOTAL ANUAL BILHETES	424	106	54	584	R\$ 1.238.407,54
Valor investido em Capacitação (DESEMP)					R\$ 490.423,31
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)					R\$ 747.984,23

Fonte: CER/PGJ, 2022.

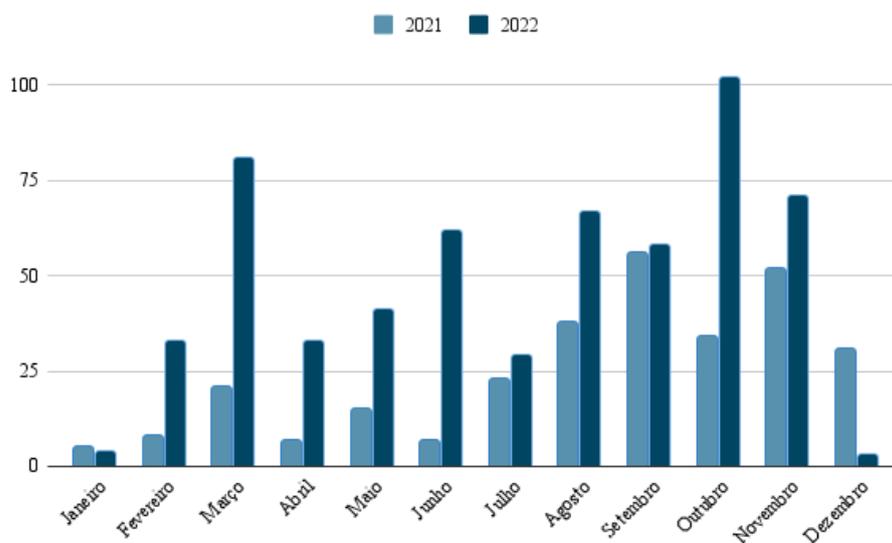
Tabela 57 – Comparativo de passagens aéreas emitidas entre 2021 e 2022

Quantitativo de Passagens Aéreas

Passagens em 2021	297
Passagens em 2022	584
Porcentagem	96,63%>2021

Fonte: CER/PGJ, 2022.

Gráfico X - Emissão de passagens 2021 - 2022



Fonte: CER/PGJ, 2022.

No ano de 2022, a Chefia de Cerimonial, setor responsável pela emissão de passagens aéreas destinadas aos membros, servidores e eventuais colaboradores do Ministério Público do Maranhão, emitiu 584 bilhetes, registrando um aumento de 96,63% em relação ao ano anterior (2021), quando emitiu a quantidade total de 297 bilhetes.

Observa-se que no ano de 2021 houve uma diminuição nas emissões de passagens aéreas, considerando as medidas de prevenção para evitar a proliferação da Covid-19 que, dentre outras, determinou o cancelamento dos eventos presenciais no âmbito das unidades ministeriais, durante o período da pandemia. Já no ano de 2022 houve uma retomada dos eventos presenciais.

O Cerimonial seguindo as diretrizes da transparência, faz o cadastro das informações no portal da transparência. Ademais, o setor também é responsável pelas remarcações, cancelamentos, chek-in (somente do Procurador-geral de Justiça), marcação de assentos e, ainda, pelo processo de pagamento de faturas (devidamente atestadas).

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) é coordenado por Luiz Muniz Rocha Filho, Promotor de Justiça titular da 22ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís – 4º Promotor de Justiça de Entorpecentes, desde de 15 junho de 2020.

O setor de operações e investigações foi composto de 15 de junho de 2020 a 07 de janeiro de 2021 pelos membros: Fernando Antônio Berniz Aragão, Promotor de Justiça titular da 02ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Timon; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite, Promotora de Justiça titular da 06ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena do Termo de São Luís; Albert Lages Mendes¹¹, Promotor de Justiça Titular da 01ª Promotoria de Justiça Civil da Comarca de Imperatriz.

A partir do dia 15 de fevereiro de 2021 o setor de operações e investigações do GAECO passou a ter em sua composição o Promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Junior¹², Promotor de Justiça Titular da 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz.

Em 30 de setembro de 2022, foi nomeado o Promotor de Justiça **José Lucíolo Gorayeb Santos**, titular da 31ª Promotoria de Justiça Criminal - (5º Promotor de Justiça do Júri), da Comarca Ilha de São Luís, para compor a nova equipe do setor de operações e investigações do GAECO.

O GAECO conta ainda com as Regionais de Imperatriz e Timon, tendo como membros integrantes da Regional de Imperatriz, as Promotoras de Justiça Raquel Chaves Duarte Sales e Glauce Mara Lima Malheiros, e de Timon os Promotores de Justiça, Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Timon, Gustavo Pereira Silva, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti Bravo e Hélder Ferreira Bezerra, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Pastos Bons.

1 INVESTIGAÇÕES

1.1 Procedimentos Administrativos Lato Sensu instaurados pelo GAECO

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram instaurados **86 (oitenta e seis) procedimentos** pelo GAECO/São Luís. Houve ainda a participação dos membros e servidores do GAECO/São Luís em **3 (três) operações** de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, realizadas na cidade de São Luís e em cidades no interior do Estado (Operação Impacto, Operação Descomando e Operação Cérberus). Além disso, há outros **23 (vinte e três)** procedimentos investigatórios pregressos em andamento, totalizando **109 (cento e nove)** feitos cujas ações investigativas estão e/ou estiveram sob a condução deste Grupo.

¹¹ Albert Lages Mendes, exonerado a pedido a partir de 07 de janeiro de 2021

¹² Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, exonerado de ordem a partir de 07 de junho de 2021

Tabela 58 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Progressos em andamento

Nº	NÚMERO SIMP	DATA INSTAURAÇÃO	CLASSE	VALORES INVESTIGADOS (R\$)*
1.	017761-750/2015	18/11/2015	PIC	185.200.000,00
2.	026477-500/2016	18/10/2016	PIC	20.500.000,00
3.	027377-500/2016	27/06/2017	PIC	147.100.000,00
4.	018830-750/2017	04/12/2017	PIC	8.800.000,00
5.	018844-750/2017	08/01/2018	PIC	2.100.000,00
6.	018846-750/2017	30/08/2017	PIC	710.000,00
7.	018861-750/2017	12/12/2017	PIC	4.500.000,00
8.	018865-750/2017	12/12/2017	PIC	4.400.000,00
9.	018876-750/2017	30/08/2017	PIC	750.000,00
10.	018910-750/2017	09/01/2018	PIC	1.800.000,00
11.	019039-750/2017	30/08/2017	PIC	5.700.000,00
12.	019055-750/2017	30/08/2017	PIC	1.400.000,00
13.	019078-750/2017	23/01/2018	PIC	3.100.000,00
14.	019167-750/2017	23/01/2017	PIC	280.000,00
15.	019192-750/2017	23/01/2018	PIC	1.800.000,00
16.	027901-750/2017	30/11/2017	PIC	1.000.000,00
17.	027909-750/2017	30/11/2017	PIC	2.100.000,00
18.	031740-500/2018	28/05/2019	PIC	80.000,00
19.	027532-750/2018	28/03/2019	PIC	-
20.	035679-500/2018	23/05/2019	PIC	3.900.000,00
21.	023749-750/2019	14/08/2019	PIC	19.000.000,00
22.	007306-500/2019	30/07/2019	PIC	-
23.	006124-750/2020	21/02/2020	Notícia de Fato	-
TOTAL			23	R\$ 414.220.000,00

Fonte: GAECO/PGJ, 2022 (* Valores Aproximados).

Também em 2022, foram instaurados **02 (dois) procedimentos** pelo GAECO/Imperatriz, além de **06 (seis) procedimentos investigatórios progressos** em andamento, totalizando 08 (oito) feitos cujas ações investigativas estão sob a condução daquele Grupo.

Quadro 30 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Lato Sensu instaurados pelo GAECO/Imperatriz em 2022.

GAECO/IMPERATRIZ		
NÚMERO SIMP	DATA INSTAURAÇÃO	CLASSE
002574-253-2021	44265	Procedimento Investigatório Criminal
011488-253-2017	43049	Procedimento Investigatório Criminal
018142-750-2021	44334	Procedimento Investigatório Criminal
001170-509/2021	44363	Procedimento Investigatório Criminal
000394-282/2021	44313	Procedimento Investigatório Criminal
000496-269/2021	44585	Procedimento Investigatório Criminal
011393-253/2022	44865	Procedimento Investigatório Criminal
011400-253/2022	44865	Procedimento Investigatório Criminal

Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

Os membros e servidores do GAECO/Imperatriz atuaram em apoio à realização de 04 (quatro) Operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, que foram realizadas em cidades no interior do estado, quais sejam: *Operação 17, Operação Impacto, Operação Descomando e Operação Cérberus*.

Quanto ao GAECO/Timon, atuou em apoio à 01 (uma) Operação de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão que foi realizada em cidade no interior do estado (Operação Cérberus).

1.2. Portarias de designação/delegação para atuação do Gaeco em investigações

Em atendimento às solicitações de auxílio do GAECO, seja pelos demais órgãos que compõem o Ministério Público do Maranhão ou por outros entes de investigação do Poder Público, e por determinação do Procurador-Geral de Justiça, foram expedidas **20 (vinte)** portarias de designação/delegação de poderes a este Grupo para atuação em investigações, seja por ação conjunta com os requerentes ou pelo acompanhamento dos trabalhos investigatórios.

2 ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL

O GAECO, em parceria com a Escola Superior de Inteligência do Exército – EXIMEX, ofereceu para membros e servidores Estágio de Capacitação em Inteligência. E ainda, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, ofereceu para promotores de justiça, policiais militares a serviço do Ministério Público do Estado do Maranhão e motoristas da instituição, o curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Direção Defensiva e Ofensiva.

Tabela 59 - Relação das atividades não procedimentais realizadas em 202

GAECO/SÃO LUÍS

ATIVIDADE	TOTAL
Atendimento ao Público	37
Cursos	5
Reunião	5
Audiências extrajudiciais	12
E-mails enviados	846

GAECO/TIMON

ATIVIDADE	TOTAL
Audiências extrajudiciais	9

GAECO/IMPERATRIZ

ATIVIDADE	TOTAL
Audiências extrajudiciais	55

Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

3 ATIVIDADE – SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo do GAECO/São Luís é composto por 11 (onze) servidores, divididos entre a Secretaria, composta por um Técnico Administrativo, dois Técnicos Execução de Mandados e um Auxiliar Administrativo, e a Assessoria Jurídica, composta por três Assessores de Promotor de Justiça, um Assessor Técnico, dois Técnicos Administrativos e um terceirizado. Os GAECOS de Timon e Imperatriz são compostos cada um por três servidores.

Abaixo, algumas das atividades executadas pelo setor administrativo:

- Expedição de documentos pelo sistema DIGIDOC;
- Auxílio em procedimentos investigatórios;
- Produção de relatórios e minutas judiciais e administrativas;
- Controle de movimentações de processos nos sistemas DIGIDOC e SIMP;
- Cumprimento de diligências externas (entrega de ofícios, mandados, notificações, vistorias e inspeções);
- Apoio na organização e realização das operações para cumprimento de mandados de busca e apreensão;
- Recebimento e controle de materiais apreendidos;
- Levantamento de informações;
- Realização de inventário de equipamentos e mobiliário;
- Auxílio em audiências e oitivas;
- Atendimento ao público;
- Recebimento, registro e distribuição de documentação interna e externa,
- Controle, envio e recebimento de e-mails através do e-mail institucional.

Tabela 60 – Demonstrativo de documentos expedidos pelo GAECO até 31/12/2022

TIPOS DE DOCUMENTOS	TOTAL
<i>Ofícios</i>	476
<i>Memorandos</i>	264
<i>Pareceres Jurídicos</i>	20
<i>Manifestações Ministeriais</i>	63
<i>Atas</i>	6
<i>Despachos</i>	175
<i>Certidões</i>	380
<i>Notificações</i>	19
<i>Termo de Juntada</i>	53
<i>Portarias</i>	36
<i>Cartas Precatórias Ministeriais</i>	3
TOTAL GERAL	1.495

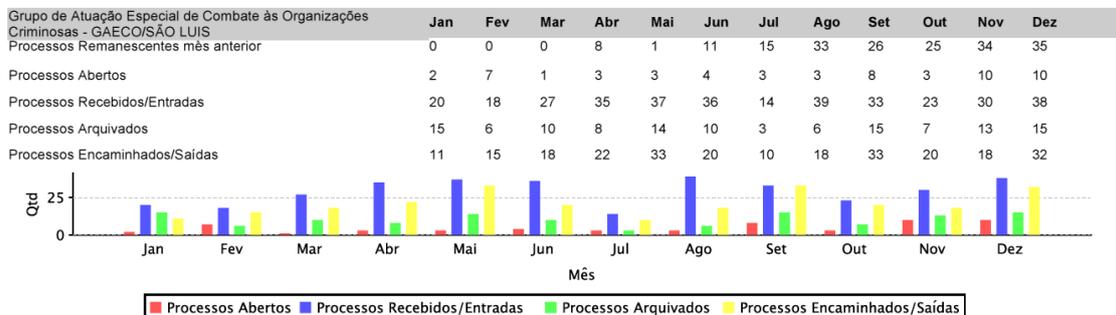
Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

Gráfico 51 – Quantitativo de Processos do Sistema DIGIDOC tramitados no GAECO em 2022.

Relatório Estatístico de Processos
 Setor: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações
 Criminosas - GAECO/SÃO LUIS

Critérios da Consulta

Setor: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS; Ano: 2022;



Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

Tabela 61 - Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP em 2022.

MOVIMENTO	TOTAL
Abertura de volume	2
Arquivamento > Atos Administrativos	9
Arquivamento > Ciência > Atos Finalísticos	1
Arquivamento > Decisão Artigo 28 CPP / 397 CPPM > Atos Finalísticos	1
Arquivamento > Despacho > Perda do Objeto	2
Arquivamento Integral > sem remessa ao Conselho	7
Arquivamento > Parcial > Sem remessa ao Conselho Superior/Câmara	1
Ausência de Materialidade/Autoria > Arquivamento > Despacho	7
Ausência/Insuficiência de Provas > Integral > Com remessa ao Poder Judiciário	1
Autuação	35
Certidão/informação	317
Conversão	5
CPF/CNPJ Não Apurado	7
Despacho Administrativo > Atos Administrativos	30
Devolução sem manifestação > Atos Finalísticos	1
Distribuição > Atos Comuns	17
Encaminhamento a órgão externo	4
Encaminhamento a órgão interno	381
Encaminhamento ao membro	137
Encerramento de volume	2
Escrita > Denúncia > Ajuizamento de Ação	5
Expedição de documento > Despacho > Atos Finalísticos	4
Instrutória > Extrajudicial > Audiência	1
Juntada	172
Manifestação do Servidor	41
Manifestação > Atos Finalísticos	66
Notificação > Diligências	1
Notificação > Diligências > Despacho	2
Ofício > Diligências	65

Outras Providências > Diligências	3
Outras Providências > Diligências > Despacho	49
Parecer Jurídico	17
Portaria > Ato Normativo	4
Portaria > Atos Finalísticos	6
Prestação de informações	1
Prorrogação de prazo de investigação > Despacho > Atos Finalísticos	40
Prorrogação de Prazo-Protocolo	5
Redistribuição	1
Sobrestamento ato PGJ Pandemia	17
Trabalho técnico	1
TOTAL	1.468

Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

Quadro 31 – Ações protocoladas junto ao Judiciário

GAECO/SÃO LUÍS

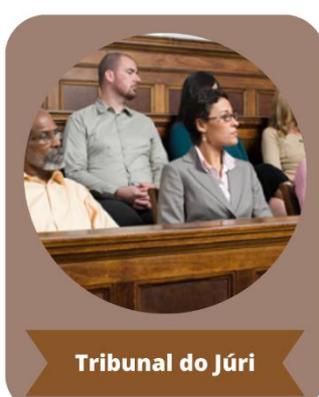
- 07 denúncias
- 06 petições de arquivamento
- 12 medidas cautelares (busca e apreensão, quebra de sigilo telemático, quebra de sigilo bancário e fiscal)

GAECO/IMPERATRIZ

- 07 Petições iniciais
 - 16 Manifestações
-

Fonte: GAECO/PGJ, 2022.

CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOs)



Os CAOs são órgãos auxiliares do MPMA com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades, cabendo a eles promover intercâmbio e integração entre órgãos de execução que desenvolvem atribuições comuns e entre entidades públicas e privadas que atuam em áreas semelhantes à dos Centros de Apoio.

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)



O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural tem focado sua atuação interna na busca pela maior eficácia pública através da formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos. Em suas atividades externas, por meio da participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. Projetos desenvolvidos no âmbito do Planejamento Estratégico MPMA 2021-2029

- a) Projeto “Águas Claras – Vida Saudável”.

Projeto que visa reduzir a poluição de rios e outros mananciais de água em decorrência do lançamento de esgotos fora das redes públicas nos municípios com mais de 50.000 habitantes.

- b) Projeto “Combate ao desmatamento no Bioma Cerrado”.

Projeto que visa combater o avanço do desmatamento do bioma cerrado nos municípios do Estado do Maranhão que apresentaram maiores taxas no ano de 2021, sendo eles: Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas.

O CAOUMA compareceu nos dias 01 de setembro e 05 de dezembro de 2022 às Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) referente ao acompanhamento dos Projetos.

1.2. Atividades previstas na Lei Complementar Nº 013/91

A lei complementar nº 013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art.38.

Dentre essas, os quatro primeiros incisos fixam expressamente algumas das ações a serem promovidas, estabelecendo nos dois últimos incisos a elaboração deste relatório e uma

cláusula aberta para que sejam exercidas outras ações consideradas “*compatíveis com suas finalidades*”.

- a) “Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”.

Foram encaminhados Ofícios Circulares com orientações e material de apoio para atuação dos promotores de justiça de meio ambiente, conforme descrição a seguir:

- OFC-CIRC-CAOUMA - 12022: referente a recomendação encaminhada pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça (REC-GPGJ – 52022) sobre a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao enfrentamento dos desastres ambientais naturais constituídos por inundações nos municípios;
- 3. OFC-CIRC-CAOUMA - 22022: referente aos dados do IPAM Amazônia de desmatamento no Bioma Cerrado, onde dentre os dez municípios indicados com os maiores índices de área de vegetação nativa suprimida, quatro municípios maranhenses ocuparam posição de destaca (Balsas, Grajaú, Caxias e Aldeias Altas);
- 4. OFC-CIRC-CAOUMA – 32022: referente ao Projeto Águas Claras. Combate à poluição de mananciais. O objetivo principal é reduzir a ociosidade de redes de esgotos e, como consequência, a redução da poluição difusa em mananciais de superfície;
- 5. OFC-CIRC-CAOUMA – 42022: referente ao Projeto Águas Claras. Combate à poluição de mananciais, reitera as informações e anexos contidos no OFC-CIRC-CAOUMA – 32022;
- OFC-CIRC-CAOUMA – 52022: referente ao Projeto Águas Claras. Convite aos Promotores de Justiça e respectivos assessores para participação em treinamento, *online*, no dia 21 de novembro de 2022, para esclarecimentos relativos ao projeto Águas Claras e suas etapas de desenvolvimento;
- OFC-CIRC-CAOUMA – 62022: referente ao OFC-CIRCCGMP-272022 (Corregedoria do Ministério Público do Estado do Maranhão), que encaminhou a Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº03, de 14 de novembro de 2022, atinente ao cumprimento do art.19 da Lei nº 14.026/2020 quanto à publicação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, encaminhando minutas de portarias.

- b) “Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”.

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução.

Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

Além do atendimento no dia a dia, o CAOUMA respondeu as solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental aos promotores de justiça de meio ambiente. Por meio do WhatsApp foram encaminhadas 79 mensagens eletrônicas e coletivas ao grupo “Ambiental MPMA”, incluindo artigos científicos, livros, jurisprudências, acórdãos, informativos e respostas às consultas rápidas. Via e-mail foram encaminhados materiais para conhecimento, divulgação e aplicação nas demandas das promotorias, sendo pontuados no quadro a seguir:

Quadro 32 - Informações enviadas para Promotores de Justiça de Meio Ambiente em 2022.

DOCUMENTO	DATA
- 02 materiais de estudo e orientação sobre inundações causadas nas zonas urbanas ou semiurbanas de municípios atingidos por enchentes.	09/01/2022
- Nota Técnica sobre Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural elaborada pelo Ministério Público do Estado da Bahia.	27/01/2022
- 04 obras sobre o Marco Legal do Saneamento.	21/02/2022
- Nota Técnica do CNMP sobre o Sinaflor e Transparência Ambiental.	11/04/2022
- Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça referente às palmeiras de babaçu.	27/07/2022
- Encaminhada a programação e sugerida a participação de todos no seminário virtual sobre Tráfico de Animais Silvestres realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais.	09/10/2022
- Acórdão do TJMA que garante a aplicação do art.45 da Lei nº 11.445/2007, o qual reafirma o dever do município em impedir o lançamento de esgotos em rede de drenagem pluvial.	27/11/2022
- 02 volumes do Tratado de Direito Ambiental produzido pela Universidade de Lisboa.	11/12/2022
- Obra coletiva do CNMP sobre Gestão de Resíduos Sólidos com artigos e orientações sobre implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, contendo um artigo de autoria do coordenador deste Centro de Apoio Operacional e que trata da função social do contrato de limpeza pública.	19/12/2022

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2022.

Foram elaborados dezessete (17) pareceres técnicos e doze (12) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias de todo o Estado do Maranhão. Todas as solicitações para vistorias pendentes no interior do Maranhão durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021 foram atendidas. O CAOUMA também elaborou quesitos para perícias judiciais em atendimento às solicitações dos promotores de justiça e atuou como assistentes técnicos nas respectivas perícias judiciais.

- c) “Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”

O Coordenador do CAOUMA participou, no mês de agosto, de reunião em Tocantins referente ao Projeto Alerta MATOPIBA para discutir ações e parcerias de combate ao desmatamento na região do Cerrado.

Em setembro, foram encaminhados para ABRAMPA dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) referentes às Autorizações de Supressão de Vegetação em *Shapefile* (polígono), referentes ao Estado do Maranhão, entre os anos de 2017 e 2021 como

parte integrante do Projeto “Estruturação de estratégia de atuação no combate ao desmatamento na Região do MATOPIBA”.

Também esteve presente nas reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e nas reuniões da Comissão Temporária de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA.

4 ATIVIDADES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL E NO PLANO ESTRATÉGICO

No ano de 2022 referente às atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico 2021-2029, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Projeto “Águas Claras”: roteiro de atuação encaminhado aos Promotores de Justiça de Meio Ambiente (agosto e outubro); capacitação dos membros e assessores sobre a Lei nº 11.445/2007 (novembro); instauração de procedimentos administrativos (23,81%, em andamento);
- Projeto “Combate ao Desmatamento no Bioma Cerrado”: reunião (janeiro) com Promotores de Meio Ambiente dos municípios com maiores índices de desmatamento (Balsas, Grajaú, Caxias/Aldeias Altas); articulação com parceiros (fevereiro, agosto e setembro); análise de informações encaminhadas pela SEMA (fevereiro); capacitação de membros - Encontro Diálogos pelo Clima-Programa Copaíbas (novembro); instauração de procedimentos administrativos (25%, em andamento);

5 METAS PARA 2023

Não obstante a necessidade de detalhamento das ações e a apresentação de planejamento anual, bem como o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico, apresentamos as seguintes metas:

1. Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
2. Implementação dos projetos definidos no planejamento estratégico, com a redefinição de metas;
3. Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;
4. Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil.

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor)



O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor) foi criado através da Resolução nº 02/97-CPMP (DJe 20/03/97) como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

O CAO-Consumidor tem como prioridade a realização de ações coordenadas, de caráter institucional, para promover e facilitar a defesa coletiva do público Consumidor, de forma a assegurar suporte para melhorar o seu atendimento e ampliar os seus resultados.

1 PROJETOS, CAMPANHAS E INICIATIVAS

1.1. Projeto Iluminar

O CAO-Consumidor, na gestão anterior, optou por não renovar o Projeto Iluminar, encerrando sua execução a partir de 05 de abril de 2022, conforme o Ofício CAOC 32022, remetido à empresa Equatorial Energia (em anexo). O encerramento do projeto foi formalizado durante a 1ª Reunião de Análise da Estratégia.

1.2. Projeto Marco Zero do Abate

O Projeto Marco Zero do Abate foi encerrado após análise de viabilidade, tendo sido averiguado o não engajamento da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, além da ausência de mapeamento dos abatedouros irregulares situados no Estado, de estratégia consolidada para regularização dos respectivos matadouros, e de Termo de Cooperação Técnica específico para a atuação no projeto “Marco Zero do Abate”. Assim, este CAO-Consumidor entendeu que o projeto em tela possui obstáculos insuperáveis à execução, inviabilizando que prossiga com as atividades, dando ensejo, portanto, ao seu devido cancelamento.

1.3. Campanha “Você Como Produto das Redes Sociais e Cibersegurança”

Em conclusão à Campanha “Você como produto das Redes Sociais e Cibersegurança”, no segundo semestre de 2022, em 23 de novembro, o CAO-Consumidor realizou um webinar “Black Friday e Crimes Virtuais: proteção do consumidor no comércio eletrônico”. O evento contou com a presença dos palestrantes: Dr. Dyego de Moraes Silva, Advogado Especialista em Direito e Segurança Digital, Especialista em Direito Público e LGPD e o Delegado de Polícia Civil/MA, Dr. Guilherme Campelo, chefe do Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos – SEIC/MA. O webinar alcançou 90 visualizações durante a transmissão ao vivo e 879 visualizações até o encerramento deste relatório.

Figura 16 – Card do Webinar sobre a Black Friday e Crimes Virtuais



Fonte: CAO-Consumidor/PGJ, 2022.

1.4. Campanha “Modelo Prático de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais”

Após análise de viabilidade, a proposta que existia na gestão anterior foi reformulada, sendo alterada a denominação da campanha, bem como a organização do material de apoio a ser disponibilizado aos Órgãos de Execução e aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. A campanha possui previsão de duração até o ano de 2029.

1.5. Campanha para criação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor no âmbito do Ministério Público (PROCON/MPMA)

Em razão de sua complexidade, considerando a necessidade de trabalhos conjuntos com a Assembleia Legislativa Estadual e emenda à Constituição Estadual, foi solicitado e deferido o sobrestamento da Campanha para criação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do

Consumidor no âmbito do Ministério Público (PROCON/MPMA) durante a 2ª Reunião de Análise de Estratégia (RAE).

1.6. Projeto “Roteiro de Atuação para implantação de PROCON’s nos municípios maranhenses”

O Projeto “Roteiro de Atuação para implantação de PROCON’s nos municípios maranhenses”, após exame de viabilidade, foi alterado para a inclusão de nova proposta de implantação. O objetivo do projeto é fomentar a criação e implementação de órgãos locais que tenham por objetivo prioritário a proteção e defesa do consumidor, com apoio dos órgãos de execução do MPMA, por meio da criação de Roteiro de Atuação em duas possíveis propostas, ficando a cargo do gestor municipal a escolha pela opção mais compatível com a realidade do Município: a) Instituir Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, estimulando a cooperação entre o Poder Executivo Municipal, Câmara de Vereadores e PROCON/MA, de forma a viabilizar a criação e estruturação de PROCON Municipal; ou b) implantar unidade do PROCON Estadual mediante a formalização de Termos de Cooperação Técnica entre Prefeitura Municipal e a autarquia.

1.7. Iniciativa Cartilha “Black Friday: Proteja-se das Fraudes”

Em atenção ao período comercial denominado “Black Friday” e o aumento da quantidade de golpes aplicados em função desta época promocional, o CAO-Consumidor elaborou cartilhas que foram divulgadas no formato virtual e físico entre os dias 15 a 25 de novembro, para todo o Ministério Público do Estado do Maranhão, órgãos externos (PROCON, DECON, OABMA, ALEMA, Câmara Municipal de São Luís e Federação das Uniões de Moradores e Bairros e Entidades Similares do Maranhão - FUMBESMA). O encarte listou 12 dicas que possuem o intuito de ajudar os consumidores a identificarem possíveis abusividades no momento das compras durante o período da Black Friday.

Figura 17 – Cartilha sobre a Black Friday

IDENTIFIQUE AS INFORMAÇÕES NO MOMENTO DA COMPRA

É direito do consumidor ter acesso a informações verdadeiras acerca de valores, formas de pagamento e taxas de juros e outros encargos, de forma clara e direta, em relação ao produto que está adquirindo, além da especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (art. 6º do CDC).

A OFERTA VINCULA

Nas compras online, imprima a oferta divulgada antes de concluir a compra ou capture a tela da promoção para se prevenir de eventuais problemas. Guarde e-mails de confirmação do pedido, pagamento e qualquer outra comunicação que receber do fornecedor (arts. 30, 31 e 35 do CDC).

EXIJA A DOCUMENTAÇÃO LEGAL

Sempre escolha comprar em estabelecimentos devidamente regularizados e que emitam Nota Fiscal. Além desse documento, exija o Manual de Instruções, Termo de Garantia e Contrato de Financiamento, no caso de compras a prazo.

FIQUE DE OLHO NA GARANTIA DOS PRODUTOS

É importante destacar que a garantia legal contra vícios é de 30 dias para bens não-duráveis, como alimentos, cosméticos e medicamentos, e de 90 dias para produtos duráveis, a exemplo de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e automóveis.

CUIDADO COM LINKS FALSOS

Em caso de compras pela internet, assegure-se de que o endereço eletrônico da loja possui o protocolo "https" antes do "www" e um cadeado no canto esquerdo do link. Caso contrário, você corre o risco de ser vítima do golpe de phishing, um ataque mediante fraude com o objetivo de obter dados confidenciais dos consumidores, por mensagens de e-mail ou links de sites aparentemente confiáveis, normalmente vinculados a autoridades ou empresas idôneas.

FUJA DA "BLACK FRAUDE"

As ofertas devem distinguir claramente o produto que tem preço reduzido daquele que não sofreu alteração de preço, sendo vedado o falso aumento dos preços para valorização ilusória do desconto, conforme previsto na Lei Estadual nº 11.142/2019.


Ministério Público do Estado do Maranhão

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor
Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Rua Oswaldo Cruz, nº 396, Centro, São Luís/MA, CEP: 65020-251
(98) 3219-1982 | 1682
caopconsumidor@mpma.mp.br | www.mpma.mp.br

BLACK FRIDAY

Proteja-se das fraudes




Ministério Público do Estado do Maranhão

BLACK FRIDAY

Originada nos Estados Unidos, a Black Friday se tornou um dos dias mais aguardados do ano por consumidores e lojistas brasileiros, em razão das diversas promoções que ocorrem na última sexta-feira do mês de novembro, já tendo se consolidado como uma das épocas em que os estabelecimentos comerciais mais faturam com vendas.

Infelizmente, esse cenário também favorece o aumento no registro de golpes contra consumidores, principalmente no que diz respeito à publicidade enganosa, descumprimento de oferta e ausência de informação quanto a elementos essenciais dos produtos e serviços comercializados.

Com o intuito de impedir que os consumidores sejam prejudicados durante suas compras, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAO-Consumidor)**, do **Ministério Público do Estado do Maranhão**, apresenta uma série de dicas para você que pretende aproveitar esse período do ano para economizar, com responsabilidade financeira e segurança.



ESTABELEÇA PRIORIDADES PARA SUAS COMPRAS

O produto em promoção é realmente útil pra você? Antes de ir às compras, faça uma lista de desejos, elencando suas prioridades. Assim, você economiza e evita o endividamento.

MONITORE OS PREÇOS DOS PRODUTOS E DESCONFIE DE DESCONTOS MUITO ALTOS

Após elaborar a lista de itens desejados, é hora de começar a monitorar os preços dos produtos para escolher a melhor oferta no dia da Black Friday. A consulta a sites como Buscapé, Zoom e BondFaro é importante para você que quer economizar pagando o melhor preço, podendo verificar, inclusive, o histórico de preços daquele produto nos últimos meses. Desconfie, ainda, de ofertas irrealistas e valores muito baixos.

PESQUISE A REPUTAÇÃO DAS LOJAS E A EXPERIÊNCIA DE OUTROS USUÁRIOS

Nas plataformas Consumidor.gov.br e Reclame Aqui, é possível ter um panorama da reputação das empresas e se estas prestam um bom suporte ao consumidor, incluindo destaques como "índice de confiabilidade", "principais problemas da empresa", "reclamações respondidas" e "prazo médio de respostas", além de comentários de outros consumidores sobre os produtos e serviços comercializados.

ATENÇÃO PARA AS FORMAS DE PAGAMENTO

Desconfie de anúncios com formas de pagamento incomuns, como depósitos ou transferências em contas de pessoa física – e até mesmo PIX. Em pagamentos por boletos, verifique o destinatário do documento, para evitar ser vítima de golpes. Para o pagamento com cartão de crédito em lojas online, prefira cartões virtuais, que são mais fáceis de cancelar em caso de clonagem.

VERIFIQUE O VALOR E O PRAZO DE ENTREGA

Verifique o valor da entrega e faça o cálculo do custo-benefício em relação ao valor do produto ofertado. Se o valor do frete for muito alto, o preço com desconto pode não valer a pena. Fique atento ao prazo e lembre-se de que para compras não presenciais, o consumidor possui um prazo de 7 (sete) dias para desistir do negócio (art. 49 do CDC) e que eventuais despesas com a devolução do produto devem ser arcadas pelo comerciante.

CONSULTE A POLÍTICA DE TROCA EM LOJAS FÍSICAS

Nas compras realizadas em lojas físicas, não há qualquer disposição legal que obrigue o fornecedor a substituir um produto sem vício. Todavia, caso a empresa estabeleça uma política de troca dos itens comercializados, deve cumprir a oferta proposta ao consumidor.

Fonte: CAO-Consumidor/PGJ, 2022.

2. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Apenas no segundo semestre de 2022, foram encaminhados por este Centro de Apoio:

Figura 18 – Resumo das atividades administrativas



Fonte: CAO-Consumidor/PGJ, 2022.

3. INFORMATIVOS

Na nova gestão do CAO-Consumidor, foram divulgados 5 (cinco) informativos. Ressaltamos que a proposta do informativo elaborado por este centro foi alterada, passando a ser um periódico mensal, incluindo-se novos tópicos com o intuito de trazer mais conteúdo referente ao direito consumerista, foram 4 (quatro) informativos divulgados no novo formato, os quais contaram cada edição com: Novidades Jurisprudenciais, Editorial, Notícias, Cápsulas do Direito do Consumidor e Eduque-se (sessão de divulgação de cursos e eventos do direito do consumidor).

Figura 19 – Imagem do Boletim Informativo do CAO-Consumidor

6. ACONTECEU NO CAO-CONSUMIDOR

CAO-CONSUMIDOR REALIZA REUNIÕES VISANDO INTERLOCUÇÃO INSTITUCIONAL

Nas últimas semanas, este Centro de Apoio Operacional se reuniu com o novo Coordenador do CAO-Criminal, o Promotor de Justiça Alessandro Brandão Marques, visando ao desenvolvimento de ações integradas entre os CAO's; com representantes da Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA, para discutir possíveis alterações no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o órgão e o MPMA; e com a empresa VALE e o Instituto Laboratorial de Análises Forenses - ILAF, a fim de intermediar parceria institucional em prol da defesa do direito dos consumidores maranhenses. As rodadas de reuniões, que acontecerão continuamente, servirão para subsidiar projetos, campanhas e iniciativas deste CAO.



CAO-Criminal – 06/12/2022



JUCEMA – 13/12/2022



VALE e ILAF – 15/12/2022

Fonte: CAO-Consumidor/PGJ, 2022.

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim)



O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução Nº 02/1997-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes – além disso – dadas orientações técnicas jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza e, além disso, tem por finalidade promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1 PROJETO EM EXECUÇÃO

- **Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação Genética e Íris de Criminosos**

O Projeto de Aperfeiçoamento e acesso a dados genéticos de pessoas envolvidas em crimes e situações que ensejem a atuação do sistema de Segurança Pública, é uma realidade que se faz presente no mundo inteiro. No Maranhão, a Secretaria de Segurança Pública, instituiu o Centro de Perícias Genéticas, do Laboratório de Genética Forense, que hoje se encontra sob a alçada da Perícia Geral do Estado. Órgão da administração direta estadual, recém-criado.

O citado projeto tem como finalidade fortalecer ferramenta técnica que possibilite a identificação através de dados genéticos, de autorias delitivas ou vítimas de ações criminais, localizar traços genéticos de pessoas desaparecidas e achados cadavéricos e celebrar acordos de cooperação com órgãos da administração pública e de iniciativa privada para consecução do banco de dados citado.

Nesse contexto, emerge a necessidade e converge a possibilidade de aperfeiçoamento de banco de dados genéticos para identificação de criminosos e vítimas, inclusive aquelas desaparecidas, bem como identificação de achados cadavéricos em todo território nacional.

Registra-se uma ocorrência de fator de risco ao projeto. Trata-se da derrubada pelo Congresso Nacional do veto presidencial ao § 7º, do art. 9º-A, da Lei de Execuções Penais – LEP. Com essa decisão do Congresso, passou a vigor a regra desse mencionado dispositivo da LEP, que exige a coleta das amostras biológicas por perito oficial. Ocorre que, para todo o Estado do Maranhão, existem apenas 7 (sete) peritos, com apenas 3 (três) na bancada (atividade fim).

Dessa forma, o CAO Criminal está trabalhando para garantir a viabilidade do projeto, considerando sua importância, através de tratativas com o Instituto de Genética Forense – IGF, a fim de contornar essa regra da coleta por peritos oficiais. Está sendo estudado uma portaria e, em seguida, um termo de cooperação técnica para que essa coleta seja feita pelos profissionais da saúde existentes nos estabelecimentos prisionais, ficando a cargo dos peritos oficiais a análise das amostras e produção dos laudos.

CAO CRIMINAL EM NÚMEROS

- **Ofícios expedidos**

No ano de 2022 foram produzidos 78 (noventa e oito) ofícios e 2 (dois) ofícios circular, totalizando 80 (oitenta) ofícios expedidos.

- **Ofícios e Memorandos recebidos**

No ano de 2022 foram recebidos 27 (vinte e sete) ofícios e 8 (oito) memorandos, totalizando 35 expedientes recebidos.

- **Notas Técnicas produzidas**

No ano de 2022 foi expedida 01 (uma) Nota Técnica, em 03/11/2022, sobre a atuação das guardas municipais, tendo em vista decisões dos Tribunais Superiores com anulações de processos criminais em razão da atuação das guardas municipais fora de suas atribuições constitucionais (art. 144, § 8º, da CF/88). Visou auxiliar os órgãos de execução para que se evite arguições de nulidades e representação por abuso de autoridades contra os guardas municipais.

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC)



Criado pela Resolução nº 03/2006 do Egrégio Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAO/DHC é órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

Desde sua criação no ano de 2006, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAO/DHC) tem atuado no auxílio às Promotorias de Justiça de todo o Estado nos assuntos que não são abrangidos pelos demais Centros de Apoio Operacionais instituídos no Ministério Público do Estado do Maranhão, a saber, os CAOs da Infância e Juventude, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Proteção ao Idoso e Pessoa com

Deficiência, Consumidor, Criminal, Probidade Administrativa, Enfrentamento à Violência de Gênero e CAOP do Tribunal do Júri.

São diversas as atribuições deste CAO/DHC, que além de prestar apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o acompanhamento das ações e dos projetos do Ministério Público nas diversas comarcas.

Em 2021, o CAO/DHC segue com a equipe formada pelos/as seguintes Promotores/as de Justiça: Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, Titular da 11ª Promotora de Justiça de Substituição Plena e Coordenadora do CAOP/DH; Márcia Moura Maia, Titular da 12ª Promotoria de Justiça Criminal; Patrícia Pereira Espíndola – Polo São Luís, Titular da 4ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar; Oziel Costa Ferreira Neto – Polo São Luís, Titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários; Lays Gabriella Pedrosa Sousa - Polo Viana, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Viana; Rita de Cássia Pereira Souza – Polo Santa Inês, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Zé Doca; Paulo José Miranda Goulart - Polo Bacabal, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Vitorino Freire; Laura Amélia Barbosa - Polo Pinheiro, Titular da Promotoria de Justiça de São Bento.

Para otimizar os trabalhos e também devido a ampla abrangência dos direitos humanos, manteve-se os seguintes Núcleos Especializados:

- Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua
- Núcleo de Conflitos Agrários
- Núcleo de Prevenção da Tortura
- Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas

- Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Assim estruturado, o CAO/DHC tem participado das comissões estaduais e nacionais que buscam, através de seu trabalho, acompanhar as políticas públicas e desenvolver ações institucionais e intersetoriais entre os órgãos públicos e instituições com atuação na garantia e defesa dos direitos humanos.

Por fim, dando visibilidade e transparência, cumpre-nos demonstrar aos Órgãos Superiores e aos demais colegas, as atividades de rotina deste Centro de Apoio no primeiro semestre do ano de 2021.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS

1.1 Projeto “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?”

Idealizado em junho de 2013, a partir da 2ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, este projeto de prevenção ao uso indevido de drogas visa despertar a reflexão sobre a problemática das drogas e suas implicações na vida familiar e social, com a realização de atividades diretamente nas escolas públicas, como concursos de desenhos e poesias, além de incentivar a criação e a implementação dos Conselhos Municipais e Escolares sobre Drogas. Nesse ano de 2022, realizou-se a 10ª edição desse projeto que já alcançou, diretamente, mais de 40 mil alunos de escolas públicas e, indiretamente, milhares de famílias.

Em 2017, o projeto “QUEM ESCOLHE O SEU CAMINHO? VOCÊ OU AS DROGAS?” publicou o livro Poesias e Desenhos Reunidos, contendo a produção artística de alunos de escolas públicas sobre a temática das drogas, promovendo um momento de autógrafos para os alunos autores, com a participação dos pais e comunidade escolar.

E, ao longo dos anos de desenvolvimento deste projeto, no âmbito Estadual, mais de 400 (quatrocentos) Conselhos Escolares sobre Drogas já foram instalados, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC/MA. Além da Procuradoria Geral de Justiça, Ouvidoria do Ministério Público Estadual e dos Centros de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude e da Defesa da Saúde, também participam da execução do projeto: a Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite; Narcóticos e Alcoólicos anônimos; Escolas Públicas Estaduais e Municipais; Rede Maranhense de Diálogos sobre Drogas; Fórum Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas; Pastoral da Sobriedade, Comunidades Terapêuticas, e Conselhos Estadual e Municipais Sobre Drogas.

1.2 Projeto Interinstitucional REDE DO BEM: Estamos AQUI para AJUDAR!

Lançado no dia 10 de setembro de 2019, na Praça Nauro Machado - Praia Grande (Centro Histórico de São Luís), em alusão a data definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio, o projeto “Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!” é uma iniciativa do Ministério Público Estadual do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e idealizado pela coordenadora do CAO/DHC, Promotora de Justiça Cristiane Lago.

O projeto tem o objetivo de prevenir a automutilação e o suicídio, principalmente entre o público jovem, além de divulgar os trabalhos das redes que trabalham a temática de prevenção, divulgar os locais responsáveis pelo atendimento às pessoas em sofrimento psíquico e informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da política de prevenção.

1.3. Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA

O Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio - FEPAS é desenvolvido por um grupo de trabalho e estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato da automutilação e do suicídio. Criado em 2017, lutou e obteve em 2019 a criação da Lei Estadual nº 11.192, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Atualmente a coordenação do Fórum é realizada pelo Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual do Maranhão, sob a coordenação da Promotora de Justiça Cristiane Maia Lago.

1.4. Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos

Tem por objetivo colaborar com a promoção do conhecimento efetivo e da divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas escolas públicas, através de palestras e da distribuição de uma cartilha, elaborada pelo CAO/DHC, com uma linguagem mais acessível ao público alvo, contribuindo, assim, para a Educação em Direitos Humanos.

O projeto CONHECENDO E DIVULGANDO OS DIREITOS HUMANOS já distribuiu mais de 500 (quinhentas) cartilhas educativas, além da realização de diversas palestras em escolas públicas durante o tempo em que o projeto está em andamento.

2 EVENTOS REALIZADOS EM 2022:

- **Live “Saúde mental e garantia dos direitos das pessoas em situação de rua”.** Programação referente ao *Janeiro Branco* Local: Instagram do MPMA, às 19h.
- **Webinário Violência de Gênero e a Mulher com Deficiência: Aspectos da Situação de Invisibilidade e Dupla Vulnerabilidade.** Local: YouTube/Transmissão pela ESMP, às 09hs.
- **Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio - FEPAS/MA.** Local: Auditório das Promotorias de Justiça da Capital, às 08h30.
- **Palestra "Conhecendo os Direitos Humanos e a Responsabilidade do Eleitor".** Local: Colégio Liceu Maranhense. Horário: 19h30. Projeto: *Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos*
- **Evento com Palestras sobre o tema: "Cuide-se Bem: Compreendendo Emocionalmente sua Família!".** Organização: CAO/DHC em parceria com o CVV - Centro de Valorização da Vida. Local: Igreja São Cristóvão - Centro.
- **WEBINÁRIO O Papel do CAPS/Álcool e Drogas na Rede de Atenção** Local: canal da ESMP no YouTube, às 09h. Projeto: *Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?*
- **Passeio Ciclístico de Prevenção às Drogas: Comemoração pelos 10 anos do projeto de prevenção às drogas “Quem Escolhe seu Caminho? Você ou as Drogas?”** Trajeto: Saída do Prédio das Promotorias; Av. Carlos Cunha; Av. Ferreira Goulart; Av. Ana Jansen (passando em frete a TV Mirante); Av. Colares Moreira e retornando ao local de largada.
- **Ação de Cidadania e direito à cidade, voltada à População em Situação de Rua** Local: Praça Deodoro

3 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, CONSELHOS E COMITÊS

3.1 Comissões Nacionais

- **COPEDH - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito**, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: A definir.

3.2 Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais

- **CECT – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura**. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotor de Justiça Aarão Carlos Lima Castro
- **CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão**. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Lays Pedroza Souza.
- **CEPETP – Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Marcia Moura Maia.
- **COETRAE – Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo**. Titular: Promotor de Justiça Gleudson Malheiros; Suplente: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago.
- **PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos**. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Lays Pedroza Souza.
- **PROVITA/MA– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão**. Titular: Promotora de Justiça Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Promotora de Justiça Marcia Moura Maia.

4 CAO/DHC em Números

Tabela 62 – Atividades realizadas pelo CAO/DHC em 2022

ATIVIDADES	NÚMEROS
Ofícios Expedidos	194
Ofícios Circulares	15
Projetos Desenvolvidos	3
Informativos para Promotores de Justiça	20
Nota Técnica	1
Cartilhas (elaboração/adequações)	3
Entrevistas em Rádio/TV	7
Audiência Pública	1
Reuniões de Trabalho	63
Participações em Projetos Interinstitucionais	21
Participações em Comissões	11
Denúncias recebidas	32
Eventos organizados pelo CAO/DHC	30
Participação em comissões em geral (nac./estad.)	11

Fonte: CAO-DHC/PGJ, 2022.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação)



As ações de 2021 realizadas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação estão pautadas no conjunto de suas atribuições institucionais, definidas pela Resolução nº 12/2013-CPMP (DJE 18/01/2013).

1. DOS PROJETOS DO CAO EDUCAÇÃO

Como parte do Planejamento Estratégico 2021-2029 do Ministério Público do Maranhão, o CAO Educação está à frente de dois projetos prioritários relacionados à temática, quais sejam, o Projeto “Financiar Para Educar” e “O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação”.

Convém registrar que a atuação ministerial nesses projetos alcançou importantes resultados, com o cumprimento de mais de 80% (oitenta por cento) das metas propostas para o período, evidenciando o esforço institucional em prol de uma educação de qualidade no Estado.

Tais ações, inclusive, estão encontrando guarida no Observatório SOMA da Educação, do MPMA, que vem tomando uma dimensão mais ampla, enquanto processo social em que os dados educacionais serão apreciados de modo estrutural, por meio de uma curadoria dos dados disponibilizados, propiciando um olhar diferenciado e reflexivo sobre a informação, como será visto mais à frente.

Com o advento dessa ferramenta, os projetos institucionais prioritários do CAO Educação assumiram uma proporção mais ampla, que evidencia a situação de cada município, considerando as suas especificidades, além da possibilidade de um diálogo aberto entre MPMA e municípios, definindo estratégias e formalizando compromissos com maior agilidade, o que deve ensejar adequações futuras no planejamento estratégico nessa área.

4.1. Financiar Para Educar

Com o objetivo de fortalecer o controle social sobre o financiamento da educação em suas diversas fontes, fortalecendo a política educacional e o regime de colaboração entre os entes federativos, por meio de ações coordenadas, o Projeto Financiar para Educar vem sendo desenvolvido pelo MPMA, por meio do CAO Educação, no desempenho de atividades voltadas à correta destinação dos recursos financeiros recebidos, com atuação nas áreas de transporte escolar, alimentação escolar, FUNDEB e precatórios do FUNDEF.

Destaque-se que, com o aprimoramento da plataforma Observatório SOMA da Educação, o Projeto vem tomando novo impulso, haja vista que a ferramenta possibilitará um acompanhamento mais efetivo dos recursos recebidos pelo município e a sua aplicação, que, analisada dentro do contexto dos dados oficiais informados, possibilitará um monitoramento mais efetivo dos gastos na educação.

Por meio da plataforma, cada município terá salas de situação virtuais próprias, com constante mineração de dados, contextualizando os pontos mais sensíveis e que merecem atenção do Poder Público Municipal, possibilitando um diálogo institucional entre o município, o MPMA e demais atores sociais que terão acesso à plataforma, como o MPC, a Escola de Formação de Governantes, dentre outros.

O Projeto “Financiar Para Educar” propôs-se a realizar 8 etapas durante o ano de 2022, sendo realizadas 7 dessas etapas, equivalendo a 87,5% do previsto, sendo a sétima etapa, relativa à capacitação de membros da Instituição, repactuada para 2023, quando serão realizadas qualificações sobre a temática em parceria com a Escola Superior do MPMA.

Quadro 33 - Etapas do Projeto “Financiar para Educar”

Nº	Etapa/Resultados esperados	Resultados alcançados
1	Construir um sistema de monitoramento, através do SOMA, dos recursos do FUNDEB no Estado do Maranhão, com prioridade aos municípios de piores índices educacionais	Aprimoramento da plataforma SOMA de controle social dos planos, com monitoramento das grandes causas e mineração de dados das plataformas oficiais, para a alimentação do Observatório SOMA.
2	Elaboração e implementação do projeto de salas de situação virtuais com dados acerca do financiamento da educação no Maranhão	Salas de situação criadas, com a mineração de dados em constante atualização
3	Construção dos materiais de apoio	Permanente, em execução
4	Efetivação das salas de situação	Salas de situação criadas, prontas para lançamento em fase de negociação com os municípios para adesão
5	Monitorar, através do SOMA, o recebimento pelos Municípios de recursos oriundos dos Precatórios do FUNDEF com repasse de informações às Promotorias de Justiça	Salas de situação criadas, com a mineração de dados em constante atualização, com articulação da Rede de Controle, para levantamento dos dados
6	Monitorar, através do SOMA, os repasses da União aos Municípios a título de complementação com repasse de informações às Promotorias de Justiça	Salas de situação criadas, com a mineração de dados em constante atualização, com articulação da Rede de Controle, para levantamento dos dados
7	Capacitar os membros da Instituição quanto aos temas relacionados ao financiamento da educação.	Repactuação do prazo para 2023.
8	Fortalecer a Rede de Controle da Administração Pública	Permanente, em execução

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ,2022.

4.2. O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação

O Projeto O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação tem o propósito de ser um agente social ativo na efetivação das metas dos atuais planos municipais de educação, bem como um mobilizador e parceiro da sociedade na construção dos planos decenais que terão vigência de 2024 a 2034.

Desse modo, no ano de 2022, o CAO Educação participou ativamente das 14 (catorze) Conferências Intermunicipais de Educação do Estado do Maranhão, previstas para o período de maio a junho/22, que trouxeram valiosas contribuições para a construção da Conferência Estadual de Educação que aconteceu, virtualmente, no período de 04 a 06/07/2022 com a participação ativa do MPMA e representações das regiões: Cocais, Gerais de Balsas, Guajaras, Gurupi, Mearim, Médio Itapecuru, Médio Mearim, Pindaré, Metropolitana de São Luís, Sertão Maranhense, Tocantins Maranhense, Baixada Maranhense, Baixo Parnaíba e Campos e Lagos.

Da mesma forma que no Projeto Financiar para Educar, a plataforma Observatório SOMA da Educação também teve grande impacto na consolidação deste Projeto, especialmente no acompanhamento das metas previstas nos Planos Estadual e Municipais de Educação, os quais poderão ser acessados por meio das salas de situação virtuais, sob o olhar atento da curadoria de dados.

Este projeto previa a realização de 5 etapas no ano de 2022, das quais foram realizadas 4 etapas, o que equivale a 80% (oitenta por cento) do previsto, sendo a última delas repactuada para 2023, quando serão realizadas ações mais efetivas para a construção dos planos municipais de educação que entrarão em vigor em 2024.

Quadro 34 - Etapas do Projeto “MP na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação”

Nº	Etapa/Resultados esperados	Resultados alcançados
1	Desenvolvimento de uma campanha junto às Promotorias de Justiça da Educação quanto à importância da efetividade dos planos municipais de educação	Aprimoramento da plataforma SOMA de controle social dos planos
2	Garantir a efetiva realização das conferências municipais com a concreta participação do Ministério Público	Mobilização realizada, com repasse de material sobre as conferências.
3	Sistematizar dados referentes às grandes demandas educacionais para a próxima década de forma a instrumentalizar as análises sociais por municípios através do SOMA	Monitoramento das grandes causas, com mineração de dados das plataformas oficiais, para a alimentação do Observatório SOMA.
4	Monitorar o cumprimento dos atuais planos municipais de educação através do SOMA	Aperfeiçoamento do sistema de monitoramento, por meio da Plataforma SOMA
5	Incentivar o combate à evasão escolar na construção dos planos municipais	Repactuação do prazo para 2023, considerando que o prazo estava previsto para início em dezembro de 2022.

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ,2022.

4.3. Observatório SOMA da Educação

Com o intuito de contribuir para a melhoria da educação municipal e estadual, o Observatório da Educação, por intermédio do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação – SOMA, propõe-se a contribuir com o fortalecimento de um processo efetivo de articulação, reunindo diferentes atores da área, protagonistas destas iniciativas, tais como técnicos da SEDUC, do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO/Educação), promotores de justiça, articuladores, a Escola de Formação de Governantes/EFG e a comunidade escolar e educacional.

Fruto do Termo de Cooperação Técnica nº. 001/2020, firmado pelo MPMA, SEDUC e EFG-MA, com publicação no Diário Oficial do MPMA de 05/06/2020, o Observatório SOMA vem promovendo avanços técnicos em seu banco de dados, agregando indicadores e índices educacionais de âmbito internacional, nacional, estadual e municipal, capazes de monitorar e avaliar as políticas públicas concernentes ao setor educacional no Maranhão, acrescentando em seu corpo, pesquisas qualitativas, como análises de profissionais da educação sobre as ações implementadas na realidade local de cada município do Estado, os seus impactos e proposições qualificadas sobre os temas vigentes.

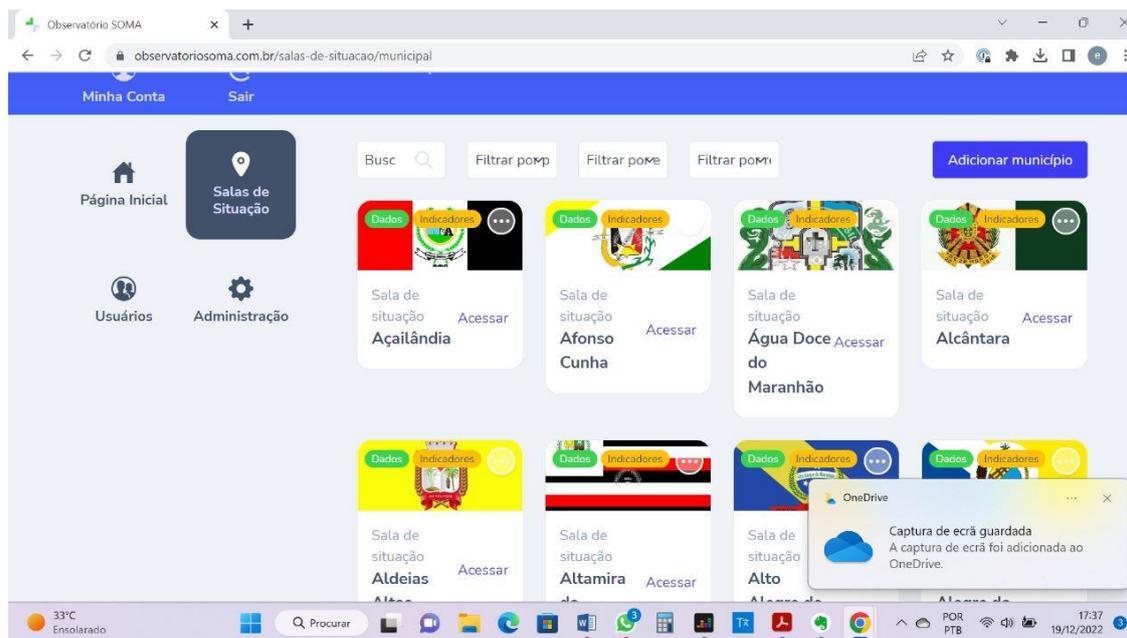
Com os avanços tecnológicos agregados ao sistema, bem como as necessidades operacionais diárias, a ferramenta foi aprimorada, com a criação de Salas de Situação, concebidas como Curadorias de Dados, que possibilitam um olhar técnico diferenciado sobre os indicadores educacionais, de forma resolutiva e direcionada, com intensas articulações institucionais, para fins de viabilizar a ferramenta mesas de negociação, em que MPMA e municípios podem dialogar sobre as questões evidenciadas pela curadoria de dados, definindo estratégias e formalizando compromissos com maior agilidade.

Por meio dessas novas possibilidades, os usuários terão à sua disposição um conteúdo diferenciado, que subsidiará a implementação de políticas públicas adequadas, capazes de fundamentar a construção dos novos planos de educação, bem como para o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos recursos do Novo FUNDEB e dos Precatórios do FUNDEF.

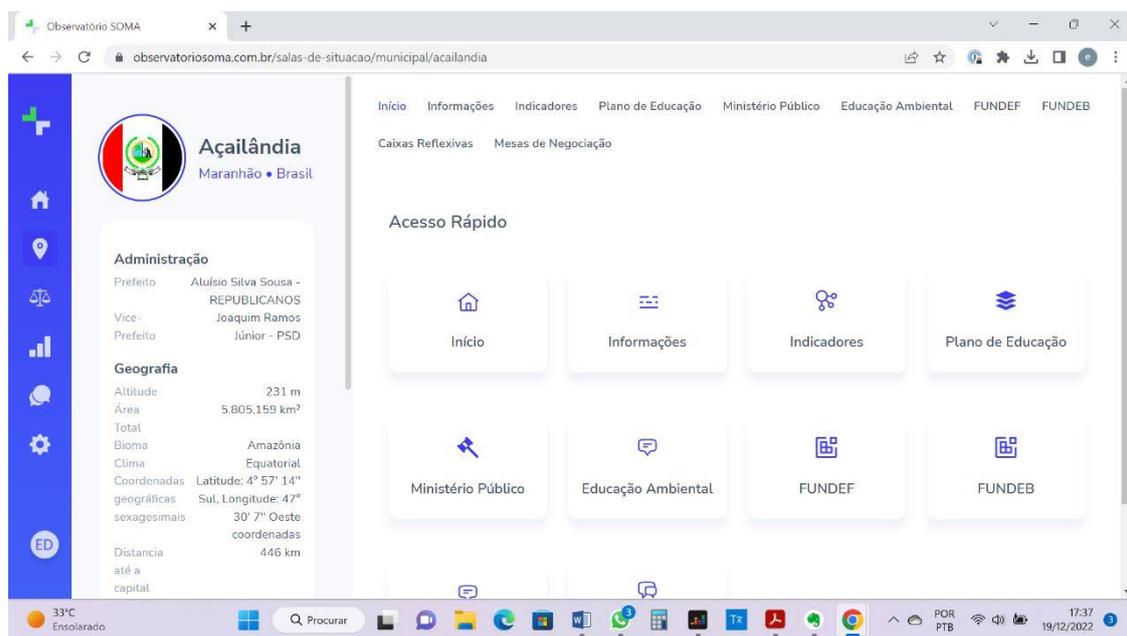
A plataforma SOMA de controle social está consolidada, em constante aprimoramento, com monitoramento das grandes causas e mineração de dados das plataformas oficiais, para a alimentação do Observatório SOMA, com salas de situação criadas e aptas ao uso, estando em fase de conclusão e de testagem social (foi apresentado a diversas organizações em debate ampliado), com o fomento da adesão dos municípios à plataforma, que pode ser acessada pelo link www.observatoriosoma.com.br.

Destaque-se aqui a importante atuação da Secretaria para Assuntos Institucionais, bem como o pleno apoio da Administração Superior na articulação e no suporte à implementação desse sistema.

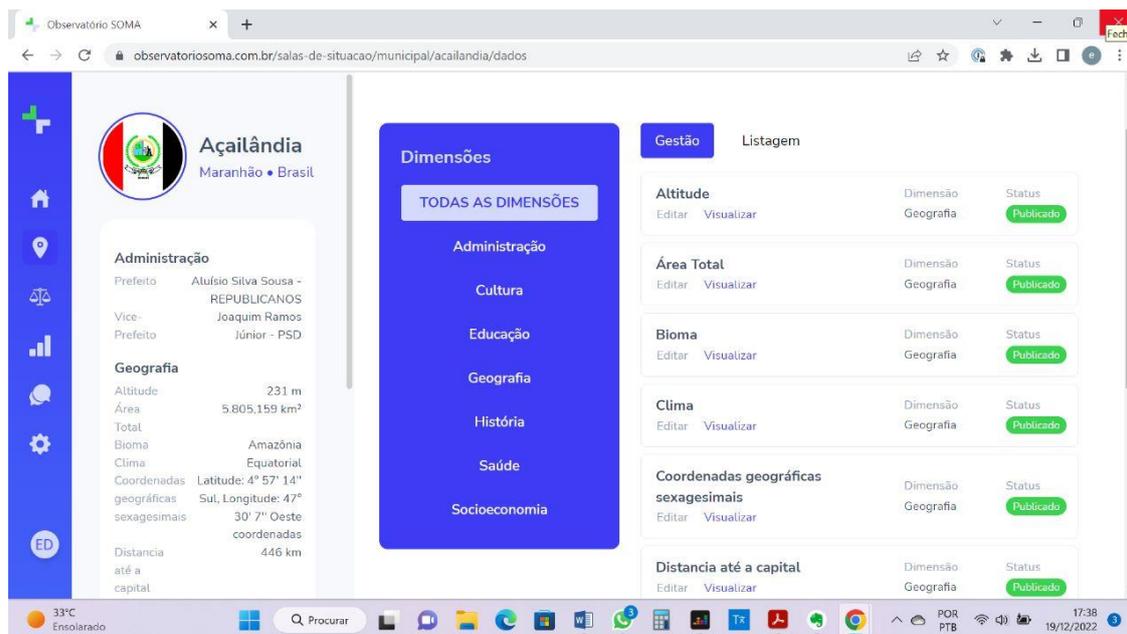
Atualmente, o Projeto está em vias de ser refinanciado pela Secretaria de Estado da Educação, para continuidade nos anos de 2023 e 2024 e será, efetivamente, um instrumento posto à disposição de todos os membros do MPMA e da Administração Superior, com lançamento da nova fase previsto para fevereiro de 2023.



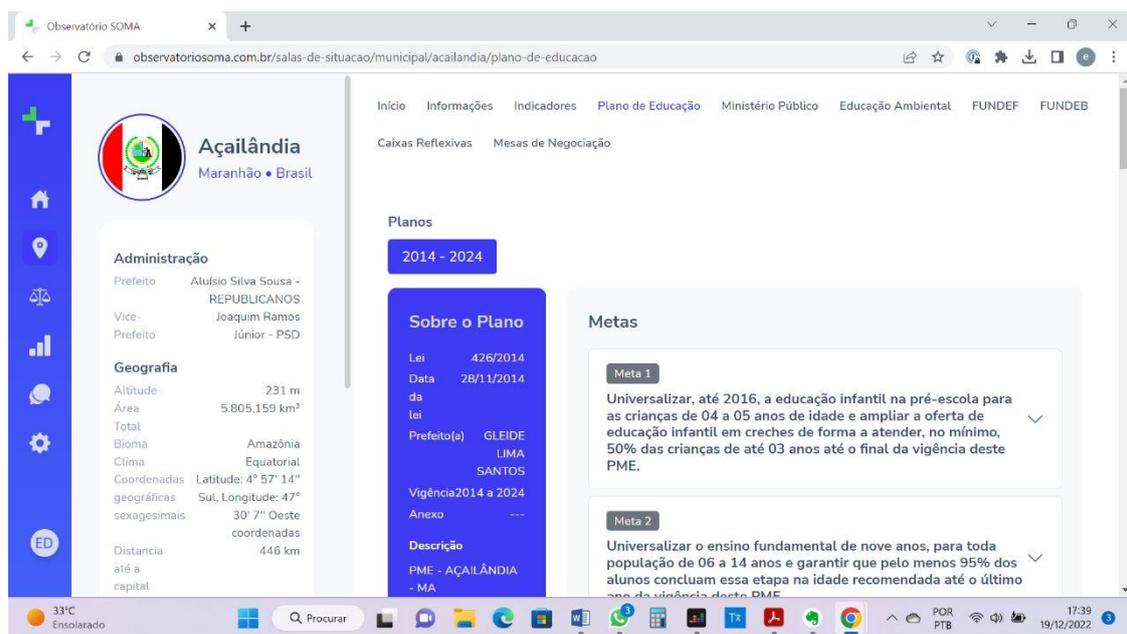
Página em que o usuário pode escolher o município em que deseja navegar.



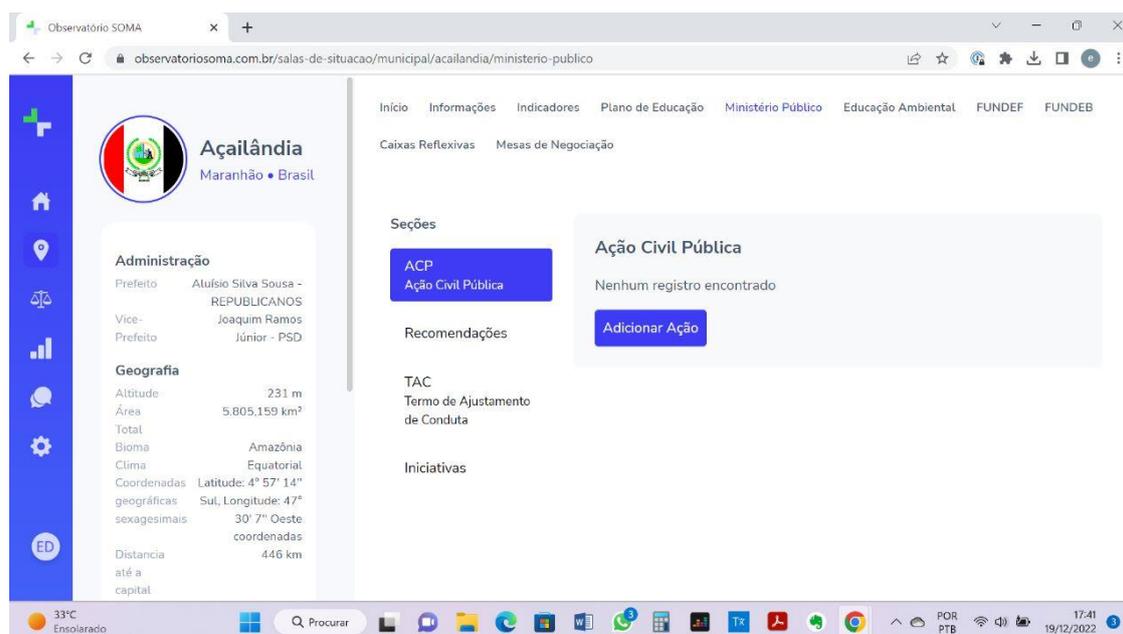
Página do Município de Açailândia no Observatório SOMA da Educação.



Dimensões que podem ser acessadas sobre cada município.



Acompanhamento das metas dos Planos Municipais de Educação por município.



Área de acompanhamento das Ações Judiciais e Extrajudiciais do MPMA

2. PARCERIAS

- Parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e a Escola de Formação de Governantes – EFGMA;
- Parceria com o Tribunal de Contas TCE-MA e o Ministério Público de Contas do Maranhão MPC-MA;
- Parceria com o Movimento Leste Maranhense-Cerrado em prol da Educação Ambiental.

3. DOS EVENTOS

Durante o ano de 2022, o CAO Educação realizou alguns cursos e atividades de capacitação voltados aos públicos internos e externos do MPMA, além da participação ativa em vários outros eventos relacionados à educação, destacando-se a importante parceria com a Escola Superior do MPMA no planejamento e realização desses eventos, conforme será melhor detalhado a seguir.

3.1. Dos Cursos

Dentre os cursos realizados pelo CAO Educação, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP/MA, destacam-se:

- “Webinário Plano Municipal de educação: o que devemos fazer até 2024 e os desafios e perspectivas para a terceira década”;
- “Tira Dúvidas: Os impactos do novo piso salarial de professores nos sistemas educacionais de ensino”;
- “Tira Dúvidas: Como analisar as folhas do FUNDEB”;
- “Seminário NOVO ENSINO MÉDIO: dialogando acerca da Lei nº 13.415/2017”
- “Seminário Contornos Teóricos e Práticos da Economia da Educação no Brasil”
- “Webinário "Educação do Futuro"

Figura 20 – Cards de Eventos Remotos realizados em 2022

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O QUE DEVEMOS FAZER ATÉ 2024 E OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A TERCEIRA DÉCADA

PALESTRANTE:
RAIMUNDO PALHANO
DOUTOR EM ECONOMIA PELA D'AMILL BRINNER UNIVERSITY; PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE FORMAÇÃO DE GOVERNANTES - AMFG.

PALESTRANTE:
DANIEL CARA
DOUTOR EM EDUCAÇÃO USP; MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA (USP); 1ª COORDENADORA GERAL DA GRAMERIANIA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (DSDE 2006).

Data: 09/02/2022 | Horário: 09:00 horas

Transmissão: YouTube da ESM/MA

WEBINÁRIO EDUCAÇÃO DO FUTURO

PALESTRANTES

DANILO ROMEU STRECK
Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordena o grupo de pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania.

CRISTOVAM BUARQUE
Doutor em Economia pela Université Paris 1 Pantheon Sorbonne. Atua como professor e pesquisador no Centro de Desenvolvimento Sustentável e no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UNB.

PÚBLICO-ALVO
Membros, Servidores, Estagiários do MPMA e Público Externo: Gestores Municipais e Escolares, Conselheiros Municipais de Educação.

VIRTUAL - Canal da ESM/MA no YouTube

Data: 09/05/22 | Horário: 15h00

SEMINÁRIO NOVO ENSINO MÉDIO: DIALOGANDO ACERCA DA LEI Nº 13.415/2017

PALESTRANTES:

- Soraia Raquel** - Presidente do CEE/MA
- Elsa Helena** - Conselheira Suplente do CEE/MA
- Felipe Camarão** - Secretário de Educação do Estado do Maranhão

MEDIADORES:

- Eduardo Borges** - Promotor de Justiça e Coordenador do CAOp de Defesa do Direito à Educação
- Paulo Avelar** - Promotor de Justiça - Defesa da Educação

Transmissão: YouTube da ESM/MA

Data: 22/02/2022 | Horário: 09:30

SALA DE SITUAÇÃO Tira-Dúvidas: OS IMPACTOS DO NOVO PISO NACIONAL DE PROFESSORES NOS SISTEMAS EDUCACIONAIS DE ENSINO

PÚBLICO-ALVO:
Membros e Servidores do Ministério Público do Maranhão.

Transmissão pelo Google Meet

Data: 16/02/2022 | Horário: 15:00 horas

SALA DE SITUAÇÃO Tira-Dúvidas: Como analisar as folhas do FUNDEB

PALESTRANTE
HANS KELSEN
Advogado, Especialista em Direito Público, Consultor em Gestão Pública Educacional, Consultor em Educação da UNIMEP e AOPM/PI

PALESTRANTE
JORGE LOBO
Auditor, Professor da Escola Superior de Controle Externo (ESCEX - TCE/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Maranhão

PALESTRANTE
JAIRO CAVALCANTE VIEIRA
Procurador-Geral de Contas (MPC/MA), Especialista em Inteligência Estratégica, MBA em Gestão de Cooperativas

Mediadores:
NAHYMA RIBEIRO ABAS - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAOp/PROAD
EDUARDO BORGES - Promotor de Justiça e Coordenador do CAOp/Educação

Data: 21/02/2022 | Horário: 09:00 horas

SEMINÁRIO CONTORNOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA ECONOMIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

PALESTRANTES

ANDRÉ FELIPE DUTRA MARTINS ROCHA ELIAS
Co-coordenador do Projeto de Extensão Economia sem Limites; Mestre e doutorando em Educação (USP)

FABIANA OLIVEIRA CANAVEIRA
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora da UFMA

MEDIADOR
EDUARDO BORGES OLIVEIRA
Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação

PÚBLICO-ALVO
Membros, Servidores, Assessores, Estagiários do MPMA e Público Externo

Transmissão: Canal da ESM/MA no YouTube

Data: 18/04/2022 | Horário: 09:00 h

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ, 2022.

3.2. Participação na COPEDUC

O CAO Educação tem participado ativamente da Comissão Permanente de Educação – COPEDUC, por meio de frequentes reuniões virtuais, além da participação presencial na IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, ocorrida em outubro de 2022 na cidade de Brasília.

Destaque-se o protagonismo da Coordenação do CAO Educação no GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – FUNDEF/FUNDEB, na elaboração conjunta da NOTA TÉCNICA N. 02/2022-GTI FUNDEF/FUNDEB-1ªCCR/MPF, que apresenta uma *“Sugestão de atuação e posicionamento aos membros do Ministério Público, acerca do alcance temporal do abono previsto pela Emenda Constitucional nº. 114/2021 e pela Lei nº. 14.057/2020, devido ao magistério, no montante de 60% (sessenta por cento) das receitas que Estados e Municípios receberem em precatórios da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela desta no âmbito do FUNDEB (antigo FUNDEF)”*.

3.3. Das Palestras e Audiências Públicas

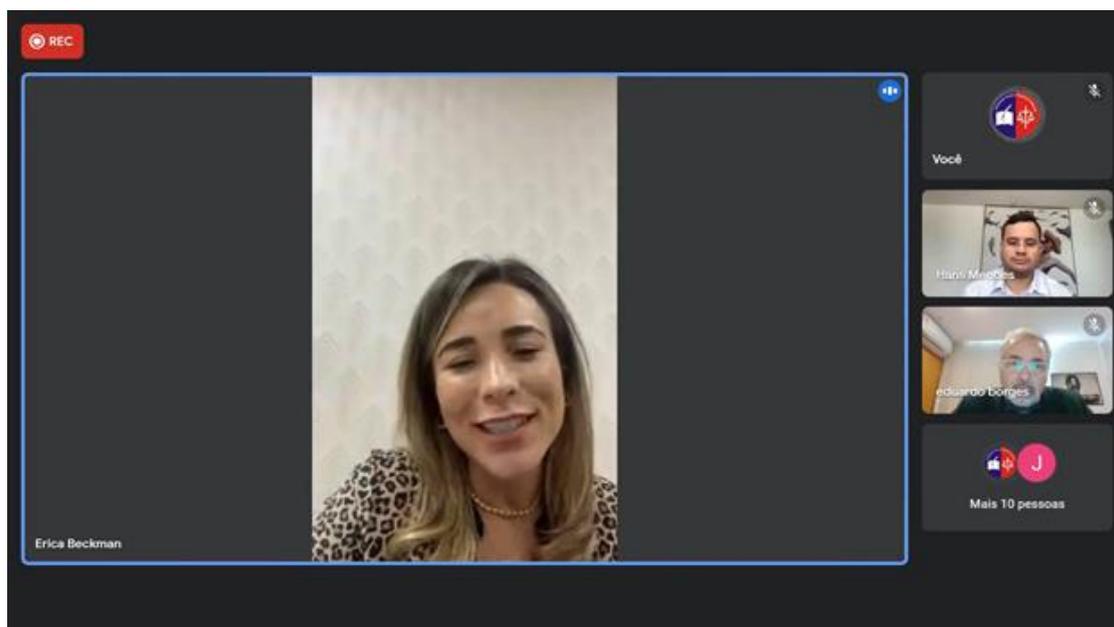
A atuação dos membros e servidores do CAO Educação em palestras, audiências públicas e eventos externos foi bastante significativa durante o ano de 2022, com a sua intensa participação nos eventos promovidos pelo próprio Centro de Apoio, como também em eventos organizados por instituições afetas à área da educação.



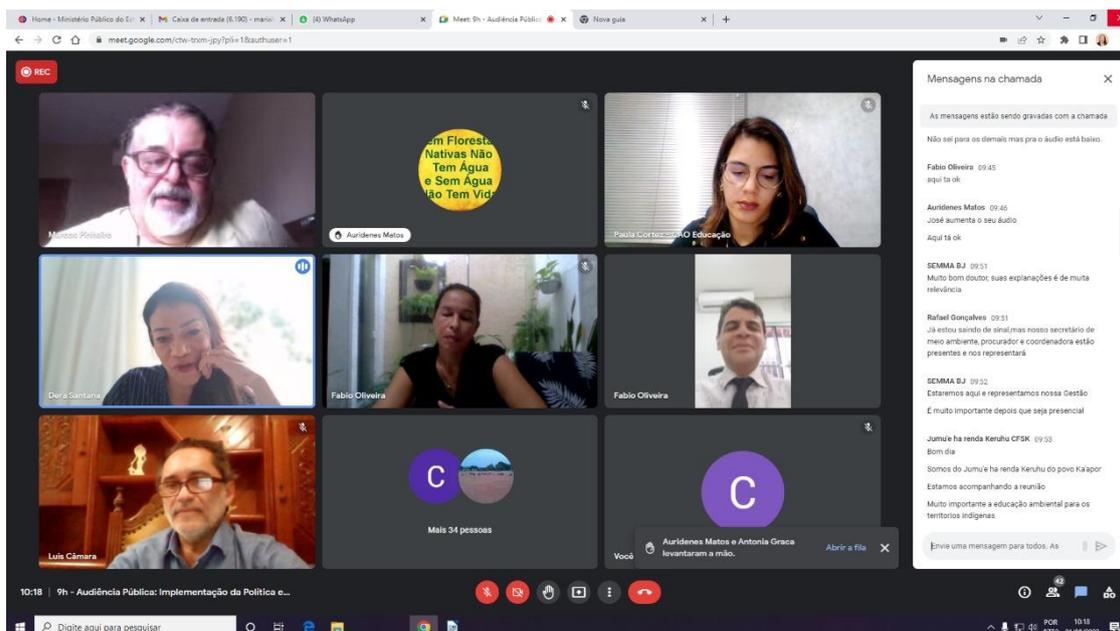
Participação do Dr. Eduardo Borges no Webinário "Educação do Futuro", realizado em 09/05/2022



Participação do Dr. Paulo Avelar no Programa Desilhar, sobre retorno seguro às escolas, realizado em 22/04/2022



Participação da Dra. Érica Beckman no “Tira Dúvidas: Como analisar as folhas do FUNDEB”, ocorrido em 21/02/2022



Participação da Dra. Paula Cortez na Audiência Pública de assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta da implantação da municipalização da educação ambiental em Bom Jardim e São João do Carú, ocorrido em 07/08/2022

4. O CAO EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

O CAO Educação desenvolveu no ano de 2022 um total de **182** (cento e oitenta e duas) atividades, dentre as quais:

- **60 Consultas** respondidas em apoio à atuação dos órgãos de execução;
- **52 Reuniões**;
- **31 Participações** em eventos;
- Serviços de atendimento ao público;
- **14 inspeções**;
- Eventos e cursos formativos realizados em parceria com a ESMP.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ)



O CAO-IJ, norteado pelas diretrizes estabelecidas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, conforme o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos marcos internacionais correlatos, bem como normativa expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), atua no intento de efetivar direitos dos quais são titulares tais sujeitos, no sentido de assegurar o escorço da proteção integral e da prioridade absoluta, com as quais tais direitos devem ser implantados, a fim de contemplar a especialidade que essa fase de desenvolvimento requer, para que se possa falar em exercício de cidadania nessa seara.

Ressalta-se que para 2021 foi definido enquanto prioritárias, as ações para fomentar os Projetos: **Proteção Integral e Articulação em Rede**, com ênfase no monitoramento de Planos Estaduais e Municipais (Infância e Juventude), Fundos da Infância e Adolescência e Primeira Infância; **Combate permanente à violência sexual**, com foco na campanha do “18 de Maio” e escuta protegida; e **Convivência Familiar e Comunitária**, em continuidade da ação institucional família acolhedora e iniciar com o tema adoção. Para desenvolver as ações o CAO-IJ fortaleceu como estratégias a modalidade híbrida e virtual, e quando possível presencial, assim garantido a concretude do planejamento e a segurança ante a pandemia corona vírus ‘Covid-19’, em especial a realização da 3ª Edição do Congresso da Infância e Juventude.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS

Na última Reunião de Análise da Estratégia – RAE, do 2º semestre, ocorrida em dezembro de 2022, este Centro de Apoio apresentou os resultados alcançados no Planejamento Estratégico 2021 – 2029, nos seguintes Objetivos Estratégicos quanto específicos da área da infância e juventude, destacados a seguir:

- **Combate Permanente à Violência Sexual**, cujo objetivo consiste em: (a) realizar Campanhas e eventos de conscientização a população sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo sido Firmado Termo de Cooperação Técnica entre PGI e Maçonaria, Deflagrada a Campanha: FIQUE LIGADO! Produção de 02 vídeos institucionais e vários cards sobre a prevenção e combate à crimes sexuais contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais; (b) implantar nos Municípios a Escuta

Especializada (Lei nº 13.431/2017), com 14 municípios em processo de implementação da lei; (c) qualificação de profissionais em técnicas de escuta protegida para reduzir a revitimização de crianças e adolescentes, conhecendo *in loco* a experiência dos municípios de Recife/PE e Vitória da Conquista/BA, sendo realizados 04 eventos sobre Escuta Especializada para 233 participantes (PJs, profissionais e estudantes de 15 municípios) e 06 reuniões estratégicas com o sistema de justiça para implementação da Lei nº 13.431/2017 (PGJ, TJ-MA, DPE-MA e SSPMA).

- **Intensificar as ações de proteção integral e articulação em rede**, tendo por objetivo o fortalecimento do paradigma da proteção integral preconizado no ECA, pelo que se destacou o seguinte: (a) Planos estadual e municipais voltados para a criança e adolescentes elaborados, implantados e monitorados - Plano Estadual de Combate à Exploração e Violência Sexual contra crianças e adolescentes atualizado, 80 municípios com o PMASE finalizado e 23 em elaboração, 06 municípios com o PMPI finalizado e 08 em elaboração, Plano Estadual Primeira Infância em monitoramento, com 04 formações do Selo Unicef sobre o PMPI, com profissionais de 160 municípios e 06 Oficinas de elaboração do PMPI, em parceria com a PLAN INTERNACIONAL; (b) Fomento e/ou realização de capacitações permanentes para os atores do Sistema de Garantia de Direitos, com 11 eventos formativos para 834 participantes, entre Promotores de Justiça, profissionais do SGD e conselheiros tutelares; (c) Crianças e adolescentes, “órfãos da Covid”, beneficiadas com o programa “CUIDAR”, apoiando a 38ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na realização de Audiência Pública sobre o tema, devido à falta de benefícios concedidos até o momento.

Na construção do Plano Estratégico 2022/2031, o CAO-IJ participou de oficina e momentos com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) para elaborar os projetos prioritários para o novo ciclo 2022 – 2031, sendo priorizado o planejamento a ser desenvolvido no ano de 2022. Desta forma, com base na análise dos desdobramentos das iniciativas, das demandas cotidianas no CAO-IJ, externas e internas, bem como, no levantamento de ações prioritárias definidas no novo ciclo do planejamento estratégico, os projetos e iniciativas a serem priorizadas para 2022, são:

- **Projeto “Combate permanente à Violência Sexual”**
 - EIXOS:
 - Escuta Protegida – municípios com a escuta protegida implementada, Lei nº 13.431/2017;
 - Campanha permanente (18 de maio)
 - Qualificação de profissionais em técnicas de escuta protegida para reduzir a revitimização de crianças e adolescentes.
- **Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”**
 - EIXOS:
 - Planos estadual e municipais voltados para a criança e adolescentes elaborados, implantados e monitorados.
 - Fomento e/ou realização de capacitações permanente para os

atores do Sistema de Garantia de Direitos.

- Crianças e adolescentes, “órfãos da Covid”, beneficiadas com o programa “CUIDAR”.
- Monitoramento de planos estaduais e municipais (infância e juventude)
- Fundos da Infância e Adolescência (FIA)
- Fomento a políticas públicas (desporte, cultura e lazer)
- Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar
- Família Acolhedora
- Órfãos da Covid-19

Convém mencionar que eleger prioridades não significa estancar as iniciativas em curso, tampouco sustar eventuais novas atividades que venham a surgir.

- **Iniciativa – “3ª Edição do Proteger, Acolher e Amar”**

O CAO-IJ tem entre suas atribuições a de estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuam na mesma área de atividade. Desta forma, em alusão ao Dia da Criança (12 de outubro), promoveu enquanto uma das atividades inseridas no mês da criança, em outubro/2022, o terceiro ano da campanha de arrecadação de roupas infantis e brinquedos, novos ou em bom estado de uso, livros infantis paradidáticos e revistinhas em quadrinhos, além de alimentos não perecíveis, iniciando as coletas no mês de setembro/2022, perdurando até a primeira semana do mês de outubro/2022.

Os itens arrecadados foram destinados a instituições de acolhimento, situadas na região metropolitana e indicadas pelo CAO-IJ, objetivando ainda um fortalecimento dos vínculos do MPMA com as referidas. A presente ação teve enquanto público-alvo a comunidade ministerial, de forma que a instalação dos pontos de coleta foi feita na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, no Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público, nas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da região metropolitana, na sede das Promotorias da Capital e na AMPEM, além da sede da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça deste Estado e da Maçonaria Grande Oriente do Maranhão, todos a partir de prévia autorização, como maneira de descentralizar e potencializar a arrecadação pretendida, visando fomentar o espírito de solidariedade, união e afetividade, atingindo crianças que tiveram de alguma forma seus direitos violados e que necessitam ter reforçado o sentimento de acolhimento a que deve ser revestida a excepcional medida que enfrentam ao serem institucionalizados, bem como atenuar o processo de invisibilidade social que tais sujeitos sofrem durante esse percurso.

Assim, esta iniciativa intencionou trazer um alento tanto para quem participa doando, como também para aqueles que receberam a doação, como uma expressão de amor ao próximo e efetivação do paradigma da proteção integral e da prioridade absoluta constitucionalmente garantidos no Art. 227/CF e tão imensamente revisitados em todo Estatuto da Criança e do Adolescente. Nessa terceira edição, ocorrida em 2022, conseguimos arrecadar mais de mil itens entre brinquedos, livros, roupas, calçados, material de higiene pessoal e alimentos, demonstrando que a ação atingiu o seu objetivo. Tais itens foram distribuídos entre 14 unidades de acolhimento de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, beneficiando 95 crianças e adolescentes.

2 PARCERIAS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS

a) UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – implementa o SELO UNICEF nas regiões da Amazônia Legal e no Semiárido brasileiro desde 1999, finalizou um ciclo em 2021 e iniciou nova etapa em 2022.

No mês de julho/2021 e dando continuidade em 2022, o CAO-IJ firmou parceria com o Unicef para incentivar e articular as Promotorias de Justiça no processo de mobilização dos municípios maranhenses para adesão e implementar as ações relativas ao programa 2021 – 2024.

Inicialmente, esta parceria resultou em 100% (cem por cento) de adesão dos municípios ao Selo Unicef. Desta forma, em acompanhamento ao desdobramento dessa atividade, o CAO-IJ vem articulando junto ao UNICEF e as Promotorias de Justiça as implementações de ações necessárias assumidas pelos municípios no compromisso de priorizar crianças e adolescentes com políticas públicas e mobilizar esforços para promover o direito à saúde, educação, participação social e proteção contra a violência, à exemplo: (a) reunião para estabelecer estratégias para fortalecer a REPI-MA e o processo de elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI); (b) articulação de implementação da Lei Nº 13.431/17, em Açailândia; (c) diálogo com 62 municípios do Maranhão, pelas ações do selo Unicef, para a implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes; (d) “Café com Trilhas - Selo Unicef” - Educação de qualidade para todos; (e) Reunião de Apresentação da Implantação da Lei 13.431/2017 e do fluxo do Conselho Tutelar, em Recife/PE.

A parceria com o Unicef também possibilitou o início de uma experiência piloto sobre Escuta Protegida em três municípios maranhenses: Rosário (município de pequeno porte), Açailândia (município de médio porte) e São Luís (município de grande porte), após o processo de implantação da escuta protegida, conforme preconizado na Lei nº 13.431/17, que perpassa pela constituição de comitê municipal, diagnóstico local, fluxos, parâmetros de atendimento e formação dos profissionais. O objetivo principal é replicar a experiência nos demais municípios maranhenses, considerando as aprendizagens adquiridas na experiência.

b) PLAN International

A que tem como parte integrante de suas ações o fortalecimento do papel da menina nos espaços públicos e privados, participando conjuntamente com o CAO-IJ e outras instituições da Rede Primeira Infância, à exemplo dos seguintes encontros: (a) Reunião presencial com a Plan Internacional e Unicef, sobre estratégias para fortalecer a REPI-MA e o processo de elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI); (b) 2ª Oficina Prática - Plano Municipal da Primeira Infância - desenvolver, elaborar, implantar e implementar, polo São Luís, na Plan Internacional.

Em referência ao Dia Internacional das Meninas e em alusão ao Dia Estadual da Menina Maranhense, ambos comemorados no dia 11 de outubro, o Ministério Público realizou a exposição "Meninas: diálogos e registros cotidianos".

3. COMITÊS, REDES FOCAIS E GRUPOS DE TRABALHO

- **Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ)**, do Grupo Nacional de

Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça;

- **Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA)**, da qual o CAO-IJ compõe o Grupo Gestor;
- **Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU)** composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009; e no respectivo Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa.
- **Maçonaria Grande Oriente do Brasil no Maranhão (GOB-MA)**, sendo feita parceria com o Ministério Público, por meio de Termo de Cooperação Técnica, visando a realização de práticas educativas, culturais e informativas.
- **Conselho Gestor do PPCAAM - Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte**, tendo este CAO-IJ, por meio do seu Coordenador, participado de 05 reuniões com o referido Conselho Gestor, além de outros 4 eventos sobre o mesmo programa.

4. EVENTOS E FORMAÇÕES

4.1 Prosas na Infância

Na intenção de intensificar a atuação do CAO-IJ de forma mais direta, foram realizadas dez edições componentes do chamado 'Prosas na Infância' que consiste na realização de uma reunião ampliada para tratar de temas sensíveis à infância e juventude, seja na localidade com a realização de reuniões ampliadas, ou coletivamente, quando da abordagem de temas com maior amplitude no quesito participantes. Assim, tivemos a parceira da Escola Superior do Ministério Público na realização de momentos coletivos, sendo a participação aberta, focada em membros e servidores, além do Sistema de Garantia de Direitos de forma mais ampla:

5. RESUMO NUMÉRICO DA ATUAÇÃO DO CAO/IJ EM 2022:

- **152 (cento e cinquenta e duas)** atividades realizadas entre reuniões, visitas técnicas e articulações para garantir a viabilidade e desenvolvimento das ações do CAO-IJ no decorrer do ano;
- **11 (onze) Pareceres Técnicos ou Jurídicos** para subsidiar ações dos órgãos de execução;
- **37 (trinta e sete) eventos formativos** realizados em parceria com a ESMP e outras instituições do SGD, sobre diversos temas da infância e juventude, a saber: Adoção e Convivência Familiar e Comunitária; Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; Violência Sexual e Pandemia; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; Fenômeno Meninos do Trem; Órfãos da Covid; Crianças venezuelanas e o SGD; Conselhos Tutelares; Escuta Especializada; Acolhimento Institucional e Familiar e Articulação em rede e o fomento a políticas públicas; A Entrega Voluntária e o Sistema de Justiça; Educação de qualidade para todos; Plano Estadual de Promoção, Proteção, e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Orçamento, Fundos, e Controle de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude;
- **136 (cento e trinta e seis) consultas respondidas** em apoio a atuação dos órgãos de execução;
- **36 (trinta e seis) inserções nas redes sociais do MPMA** (cards, vídeos e notícias)

promovendo a mobilização virtual acerca de temas relativos a infância e juventude, totalizando 3.007 (três mil e sete) curtidas e 9.660 (nove mil seiscentos e sessenta) visualizações/reproduções.

Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD)



Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAO/PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que o CAO/PIPD dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas

públicas destinada a esse público em específico.

1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1 Projeto “Conselho Atuante”

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas reuniões com os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Rede Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Maranhão (RENADI/MA), Promotorias Especializadas de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Comarca de São Luís, e demais entidades que integram a Rede de Defesa do Idoso e o Movimento da Pessoa com Deficiência. As mencionadas reuniões objetivaram a atuação conjunta para implantação e efetivação dos Conselhos Municipais no interior do Estado do Maranhão.

Ademais, foi feito um grande levantamento sobre as atividades desenvolvidas pelos Promotores de Justiça, com sensibilização mediante envio de e-mails, questionários, peças de apoio aos órgãos de execução e material de apoio (minutas de Lei de criação dos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, minutas de Regimento Interno dos Conselhos, ACP, Recomendação, Nota Técnica, TAC e cartilha) – tal qual previsto no Plano Tático Operacional deste Centro de Apoio.

Além disso, o CAO/PIPD elaborou Nota Técnica (NTC 6.2022 – CAO/PIPD), que trata de informações acerca de conselhos municipais que são relevantes para atuação ministerial de fomento/fiscalização/acompanhamento no âmbito das atribuições em matéria de defesa de

pessoas idosas e das pessoas com deficiência, no bojo da execução do projeto institucional "Conselho Atuarante". Outrossim, foi realizado o envio de material de apoio para elaboração do referencial teórico da proposta de acolhimento híbrido em ILPI's à Conselheira e secretária representante do Lar Calábria.

No que tange ao desempenho do mencionado projeto, respeitando o recorte adotado, destaca-se que a Promotoria de Justiça de Raposa e a 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário atingiram o objetivo do Projeto, pois os Conselhos Municipais só foram criados após a provocação ministerial.

Aponta-se, ainda, que a 02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário avançou na execução do projeto, uma vez que instaurou Procedimento Administrativo Stricto Sensu com objetivo de fiscalizar e acompanhar a criação de Conselhos Municipais - Conselhos Municipais do Idoso, da Assistência Social, e dos direitos da Pessoa com Deficiência – no Município de Bacabeira/MA, conforme PORTARIA 06/2019 – 2PJROS.

1.2 “Campanha de Inclusão e Acessibilidade”

Fizeram parte do Projeto “Campanha de Inclusão e Acessibilidade” as seguintes ações: elaboração da identidade visual da Campanha, produzida pela ASCOM e aprovada por este Centro de Apoio; realização da Oficina de fotografia “Meninas: diálogos e registros de desafios cotidianos”; bem como a participação em Assembleias da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF) e no I Seminário da REVDEF, rede destinada a articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações que garantam o atendimento integral às pessoas com deficiência em situação de violência, cuja criação foi feita através do Pacto de Gestão da REVDEF, assinado no dia 03 de dezembro de 2021.

Ademais, este Centro de Apoio realizou reunião com representantes da MOB, ANTT, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, SETREFMA, com o fim de noticiar a existência da Campanha Institucional de Acessibilidade desenvolvida pelo CAO/PIPD, bem como solicitar apoio no desenvolvimento de atividades e capacitações no que diz respeito à acessibilidade do transporte rodoviário intermunicipal e interestadual.

Frisa-se que todas essas medidas convergem para o alcance do objetivo estratégico do plano de ação, qual seja a criação de campanha institucional de conscientização sobre o direito à acessibilidade para permitir que a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida possa ver ampliado esse direito, para participação plena na vida social, de forma a desenvolver sua autonomia e exercer seus direitos.

Destacaram-se no bojo deste Projeto: participação deste Centro de Apoio na Rede de Leitura Inclusiva, para realização da Oficina Práticas Atitudinais Acessíveis, que promoveu a reflexão sobre diversidade e acessibilidade nos espaços de trabalho, a fim de sensibilizar e capacitar os participantes para o desenvolvimento de práticas atitudinais acessíveis e inclusivas; realização do “MP na Comunidade”, com o apoio da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e do CAO/PIPD; criação do Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade no âmbito do MPMA - NAEA, formalizado através do ATOREG 272022, cuja atribuição principal consiste em planejar a elaboração e o acompanhamento de projetos direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla em todas as dependências do MPMA.

Como resultado da primeira reunião do NAEA, foram realizadas verificações na acessibilidade no site do MPMA com a colaboração de duas pessoas com deficiência (pessoa cega e pessoa surda), bem como verificações na acessibilidade arquitetônica do prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital e no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.



Verificação na acessibilidade arquitetônica do prédio sede das PJs da Capital e PGJ-MA

1.3 “Cartilha de Enfrentamento à Violência à Mulher com Deficiência

Quanto ao projeto “Cartilha de Enfrentamento à Violência à Mulher com Deficiência”, este Centro de Apoio participou de Assembleias da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF) nos dias 28/06/22 e 25/04/22, bem como do I Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência, realizado com o objetivo de articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações que garantam o atendimento integral às pessoas com deficiência em situação de violência, contribuindo para a redução dos indicadores de violência à pessoa com deficiência, o evento foi realizado de forma híbrida e transmitido pelo canal do Ministério Público do Maranhão, no YouTube.

Ademais, foi realizado o Webinário “Violência de Gênero e Mulher com Deficiência: aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade”, no dia 07 de março de 2022. O seminário virtual foi coordenado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) e pelos Centros de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD) e de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher).

Durante o evento, foi assinada a carta de compromisso pelo enfrentamento da violência contra a mulher com deficiência, o documento tem como signatários o Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça, Governo do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, OAB-MA, entidades da sociedade civil organizada, entre as quais o Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão e a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

No âmbito de suas competências, cada ente assume o compromisso de adotar as medidas cabíveis para proteger as mulheres com deficiência de toda forma de exploração, violência ou abuso, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.104/2015, norma que inseriu, no artigo 121 do Código Penal, o parágrafo 7º, que determinou o aumento da pena em 1/3 a 1/2 na hipótese em que a vítima seja mulher com deficiência.

2. INICIATIVAS RELEVANTES (REALIZAÇÕES E PARTICIPAÇÕES)

- a) **Webinário: Violência de Gênero e Mulher com Deficiência: aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade:** em parceria com o CAO de Enfrentamento à Violência de Gênero – CAO Mulher e Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMPMA,



O CAO-PIPD, CAO-Mulher e a ESMP promoveram o debate sobre a violência de gênero e contra a mulher com deficiência

- b) Exposição de Arte "Ilhados" de autoria do grupo Os Dalí: Este Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência - CAO/PIPD, prestou apoio na realização da Exposição de Arte "Ilhados" de autoria do grupo Os Dalí.

Figura 21 – Cartaz da Exposição Ilhados



Fonte: CAO-PIPD/PJ, 2022.

- c) **Participação na primeira Assembleia Geral da REVDEF:** participou da primeira Assembleia da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF)



O coordenador do CAO-PIPD participou da primeira Assembleia Geral da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência - REVDEF

- d) **Participação na campanha de conscientização da violência contra a pessoa idosa, com o lema “Viver sem violência é o nosso ideal”:** participou da abertura solene da campanha de conscientização da violência contra a pessoa idosa, com o lema “Viver sem violência é o nosso ideal”



Coordenador do CAO-PIPD participou do lançamento da Campanha "Viver sem violência é o nosso ideal"

- e) **Elaboração de Nota Técnica NTC-CAOPAIPD – 4.2022, acerca da Resolução Normativa ANS no 539/2022:** Com o objetivo de auxiliar a atuação dos Órgãos Ministeriais, o CAO/PIPD, que versa sobre a Resolução Normativa ANS no 539, de 23 de junho de 2022,

que regulamentou a cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos para o tratamento/manejo dos benefícios que tenham transtorno do espectro autista ou outros transtornos globais do desenvolvimento.

- f) **Realização da Oficina de fotografia "Meninas: diálogos e registros de desafios cotidianos"**: foi realizada a Oficina de fotografia "Meninas: diálogos e registros de desafios cotidianos", de iniciativa do Ministério Público do Maranhão, por meio da Escola Superior, dos Centros de Apoio Operacional do Idoso e da Pessoa com Deficiência (CAO/PIPD), e de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO/Mulher).



Oficina de fotografia contou com apoio do CAO-PIPD

- g) **Realização do Webinário "Violência psicológica, feminicídio e mulheres com deficiência"**: por meio da Escola Superior, Centros de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD), de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher).



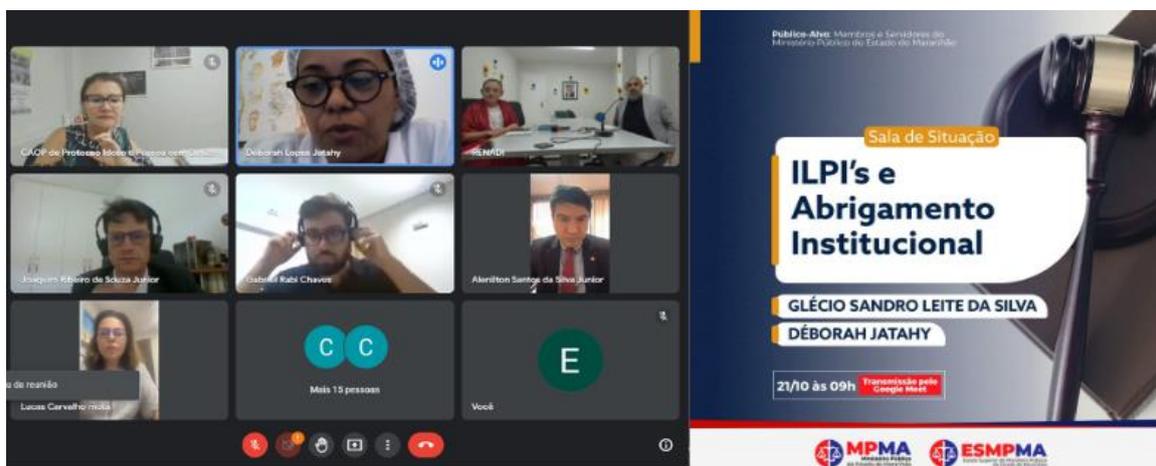
O Webnário foi uma realização conjunta de vários CAOs e a ESMP

- h) **Abertura da Exposição “Meninas: Diálogos e Registros do Cotidiano”**: As obras em exposição são fruto de oficina realizada no mês de agosto deste ano pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em parceria com a ONG Plan Internacional, CAO Mulher, CAO/PIPD, Fórum de Educação para os Direitos das Meninas e das Mulheres, Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão e o Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão.



A abertura contou com a participação do PGJ, Eduardo Nicolau, e representantes da Adm. Superior, da Plan Internacional e das adolescentes.

- i) **Realização da "Sala de Situação: ILPI's e Abrigamento Institucional"**: foi realizada a "Sala de Situação: ILPI's e Abrigamento Institucional", de iniciativa do Ministério Público do Maranhão, por meio da Escola Superior e Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD), com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDIMA.



A Sala de Situação permitirá a identificação e monitoramento das Instituições de Longa Permanência de Idosos e do Abrigamento Institucional no Maranhão

- j) **Elaboração de Nota Técnica NTC-CAOPAIPD - 52022, acerca da Lei nº 14.454/2022:** Este Centro de Apoio encaminhou a todos os Promotores e Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa dos Direitos do Idoso e das Pessoas com Deficiência, para conhecimento, a Nota Técnica NTC-CAOPAIPD - 52022, que versa sobre a Lei nº 14.454, de 21 de setembro de 2022, que alterou a Lei de nº 9.656/98 para determinar que o rol de procedimentos que deverão ser custeados pelas operadoras de planos de saúde, previstos na Resolução Normativa ANS nº 428, de 07 de novembro de 2017, seja exemplificativo.
- k) **Participação no Fórum Eletivo das Entidades da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Rosário/MA:** Destaca-se que o aludido Conselho Municipal foi criado após a provocação ministerial, no bojo do Projeto Institucional “Conselho Atuarante”.



O Conselho criado em Rosário é resultado do projeto estratégico do CAO-PIPD

- l) **Participação na criação do Núcleo de Atuação Especial de Acessibilidade (NAEA):** Este Centro de Apoio participou da criação do Núcleo de Atuação Especial de Acessibilidade do MPMA (NAEA), instituído por meio de Ato Regulamentar ATOREG – 272022,
- m) **Verificação da acessibilidade arquitetônica dos prédios do MPMA:** O Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade do Ministério Público do Estado do Maranhão – NAEA, instituído através do ATOREG 272022, tem como uma das frentes de atuação a verificação na acessibilidade arquitetônica dos prédios do MPMA.
- n) **Verificação da acessibilidade no site do MPMA:** reunião do Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade - NAEA, cujo objetivo foi averiguar a acessibilidade do site do MPMA com a colaboração de duas pessoas com deficiência e uma especialista em audiodescrição.



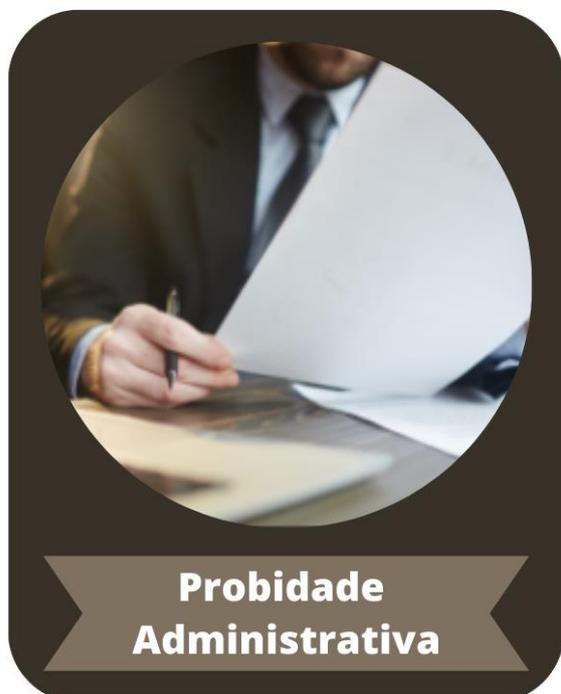
A convite do CAO-PIPD, duas pessoas com deficiência e uma especialista em audiodescrição averiguaram a acessibilidade do site do MPMA

- o) Participação do CAO/PIPD no I Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência.: participou do I Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência - REVDEF, rede destinada a articular, monitorar e avaliar políticas, programas, serviços e ações que garantam o atendimento integral às pessoas com deficiência em situação de violência, cuja criação foi feita através do Pacto de Gestão da REVDEF, assinado no dia 03 de dezembro de 2021.



Durante o seminário os representantes das instituições que integram a REVDEF assinaram um Pacto de Gestão

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd)



O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e no combate aos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária praticados por agentes públicos em todo o estado do Maranhão.

1 ATIVIDADES EXECUTADAS NOS PROJETOS DO CAO-PROAD NO EXERCÍCIO 2022:

1.1 Projeto “Implementação do Pregão Eletrônico”

Lançado oficialmente em 17.09.2020, a partir da NTC-GPGJ nº 5/2020 e da Orientação Técnica nº 01/2020, da Rede de Controle de Gestão Pública no Maranhão, o projeto integra o plano tático operacional do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Probidade Administrativa – CAO-Proad.

O projeto tem por escopo garantir a implementação e a continuidade da utilização do pregão eletrônico em todos os entes municipais do Maranhão, bem como nos órgãos integrantes da administração estadual. O desenvolvimento do projeto se mostra justificável pelo fato de se tratar de modalidade de licitação comprovadamente mais vantajosa para a Administração Pública, por ampliar a competitividade, a transparência e a impessoalidade, além de se mostrar mais célere e econômica.

O desenvolvimento do projeto se mostra necessário até que a utilização do pregão eletrônico seja uma realidade presente nos 217 municípios maranhenses, nos Poderes Executivo e Legislativo, bem como nos órgãos estaduais, proporcionando um maior controle social sobre as contratações e a modernização do serviço público, em compasso com os avanços tecnológicos atuais.

Na sequência, detalhamos os atos praticados pelas promotorias de justiça do estado, visando dar andamento ao projeto, de acordo com dados extraídos do DEMP/MA, Digidoc,

TCE/MA e também informados por membros com atuação na defesa do patrimônio público até o exercício de 2022, monitorados por este Centro de Apoio.

Tabela 63 - Resultados alcançados no projeto “Implementação do Pregão Eletrônico”, até 2022:

Prefeituras municipais maranhenses	2020	2021	2022
SIM – Prefeituras municipais utilizaram pregão eletrônico	89	199	181
NÃO – Prefeituras municipais não utilizaram pregão eletrônico	128	18	36
Total de municípios	217	217	217
Câmaras municipais maranhenses			
2020	2021	2022	
SIM – Câmaras municipais utilizaram pregão eletrônico	3	21	27
NÃO – Câmaras municipais não utilizaram pregão eletrônico	214	196	190
Total de municípios	217	217	217
Procedimentos extrajudiciais/judiciais instaurados por membros relacionados ao projeto			
48 Recomendações expedidas; 69 portarias/procedimentos administrativos; 03 portarias/inquéritos civis; 02 ações civis pública; 17 ofícios expedidos e 02 representações c/c medidas cautelares, com 81 municípios envolvidos.	41	96	4

Fonte: DEMP/MA; CAO-PROAD/PGJ, 2022. consulta e dados extraídos até 13.10.22 (Mural de contratações TCE/MA; link: <https://www6.tce.ma.gov.br/sacop/muralsite/mural.zul>).

1.2 Projeto “Diários Eletrônicos nos Municípios”

Este projeto tem o objetivo de garantir a implementação de diários eletrônicos por Prefeituras e Câmaras Municipais do estado, assegurando mais transparência, segurança e eficiência, por meio da publicação de todos atos oficiais em meio eletrônico oficial. As ações do projeto visam a instituição de lei específica para tal, em conformidade com as exigências da IN/TCE/MA Nº 70/2021, especialmente quanto à existência de “Carimbo de Tempo”, Certificação digital emitido da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil) e referência ao ISSN (International Standard Serial Number).

O projeto foi lançado oficialmente em 07.06.2021, a partir da NTC-CAOP-PROAD 2021, momento em que passou a integrar o plano tático operacional do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Probidade Administrativa – CAO-Proad;

O desenvolvimento do projeto se mostra necessário até os 217 municípios maranhenses estejam com seus diários eletrônicos instituídos por lei, com atendimento a padrões mínimos de integridade e confiabilidade das publicações oficiais, para o atendimento à mais ampla transparência dos atos governamentais por parte da sociedade.

Na sequência, detalhamos os atos praticados pelas promotorias de justiça do estado, visando dar andamento ao projeto, de acordo com dados extraídos do DEMP/MA, Digidoc, de sites de prefeituras e câmaras municipais, bem como informados por membros com atuação na defesa do patrimônio público até o exercício de 2022, monitorados por este Centro de Apoio.

Tabela 64 - Resultados alcançados no projeto “Diários Eletrônicos nos Municípios”, até 2022:

	1º levantamento	2º levantamento
Prefeituras municipais maranhenses	2022	2022
1. Prefeituras municipais instituíram e informaram leis de criação do seu próprio diário oficial ou adesão ao diário/FAMEM;	169	216
2. Prefeituras municipais – Com Certificação Digital;	130	147
3. Prefeituras municipais – Com Carimbo de Tempo;	66	79
4. Prefeituras municipais – Com ISSN (International Standard Serial Number).	75	90
<ul style="list-style-type: none"> • 1º Ciclo execução projeto/Poder Executivo municipal 		
<ul style="list-style-type: none"> • 74 Prefeituras municipais atendem 100% dos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021; 		
<ul style="list-style-type: none"> • 62 Prefeituras municipais atendem 50% dos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021 – (diário criado por lei e presença de certificado digital); 		
<ul style="list-style-type: none"> • 81 Prefeituras municipais NÃO atendem aos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021. 		
Câmaras municipais maranhenses	1º levantamento/2022	
1. Câmaras municipais criaram seus Diários Oficiais/Poder Legislativo ou aderiram ao Diário da UVCM;	60	
2. Câmaras municipais – Com Certificação Digital;	28	
3. Câmaras municipais – Com Carimbo de Tempo;	15	
4. Câmaras municipais – Com ISSN (International Standard Serial Number).	16	
<ul style="list-style-type: none"> • 1º Ciclo execução projeto/Poder Legislativo municipal 		
<ul style="list-style-type: none"> • 02 Câmaras municipais atendem 100% dos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021; 		
<ul style="list-style-type: none"> • 15 Câmaras municipais atendem 50% dos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021 – (diário criado por lei e presença de certificado digital); 		
<ul style="list-style-type: none"> • 200 Câmaras municipais NÃO atendem aos requisitos da IN/TCE/MA nº 70/2021. 		
Procedimentos extrajudiciais/judiciais instaurados por membros relacionados ao projeto	2021	2022
a) 25 Recomendações expedidas e 36 portarias procedimentos administrativos, com 39 municípios envolvidos.	43	18

Fonte: DEMP/MA; CAO-PROAD/PGJ, 2022.

1.3 Projeto “Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal”

Este projeto tem por objetivo fomentar o fortalecimento da Advocacia Pública Municipal, através de criação por lei, de cargos de provimento efetivo de Advogado

Público/Procurador Municipal, acessíveis por concurso público, além da estruturação do órgão, com recursos materiais e humanos necessários ao pleno exercício das funções.

Integrante do Programa “Transformar”, o projeto surgiu com o nome “Institucionalização das Procuradorias Municipais”, iniciado no 1º ciclo de Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2023, cuja origem remonta ao planejamento estratégico 2016-2021, como macroação “procuradorias municipais” e inserido no plano tático operacional do CAO-Proad. Tem por objetivo contribuir com a criação e implantação de ferramentas de apoio para a atuação finalística no combate a corrupção e a improbidade administrativa.

Conforme deliberado junto à Secretaria de Planejamento do MPMA, serão contemplados os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Executivo e Legislativo maranhenses, os quais correspondem aos 25 maiores municípios do Estado, de acordo com dados oficiais do IBGE, em 01/07/2021.

Na sequência, detalhamos as ações desenvolvidas no Estado, relacionados à execução da macroação e projeto “Procuradorias Municipais”, publicados no DEMP/MA, Digidoc, bem como informados por membros com atuação na defesa do patrimônio público até o exercício de 2022, monitorados por este Centro de Apoio:

Tabela 65 - Resultados alcançados no projeto “Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal” (antes, “Institucionalização das Procuradorias Municipais”) até 2022:

Atividades extrajudiciais	Exercícios 2017 a 2022	Municípios envolvidos
Procurador Municipal – (68 Recomendações expedidas; 20 portarias / procedimentos administrativos e 01 portaria / inquérito Civil.	89	68
Estruturação e Fortalecimento da Advocacia Pública Municipal - Seminário “FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL” realizado em 15/08/2022, com 41 espectadores simultâneos e 614 visualizações: https://www.youtube.com/watch?v=b6j_OIOf1Jw – acessado em 12.12.22.		

Fonte: DEMP/MA e CAO-Proad, 2022

1.4 Projeto “Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios”

Este projeto tem por objetivo fomentar o fortalecimento a efetiva implantação dos órgãos de controle interno nos poderes Executivo e Legislativo municipais, através da criação e provimento efetivo de um quantitativo mínimo de cargos de Contador e/ou auditor, e/ou analistas e técnicos, mediante concurso público, além de garantir estrutura mínima para seu regular funcionamento.

Diante da importância dos órgãos de controle para o desenvolvimento das atividades de competência do serviço público, funções previstas constitucionalmente e em leis esparsas, entendeu-se pela necessidade de retomar o projeto neste primeiro ciclo do planejamento de 2021-2023/MPMA, dentro do Programa “Transformar” (antigo “Administração Pública Legal”), com o tema: “Estruturação dos Sistemas de Controle Interno”.

Conforme solicitado à Secretaria de Planejamento do MPMA, através do OFC-CAO-PROAD – 2782022, restou deliberado que a primeira etapa de execução contemplará os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Executivo e Legislativo

maranhenses, os quais correspondem aos 25 maiores municípios do Estado, de acordo com dados oficiais do IBGE, em 01/07/2021.

Na sequência, detalhamos as ações desenvolvidas no Estado, relacionados à execução da macroação e projeto “Estruturação dos Sistemas de Controle Interno”, publicados no DEMP/MA, Digidoc, bem como informados por membros com atuação na defesa do patrimônio público até o exercício de 2022, monitorados por este Centro de Apoio:

Tabela 66 - Resultados alcançados no projeto “Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios” (antes, “Estruturação dos Sistemas de Controle Interno”) até 2022:

Atividades extrajudiciais instaurados/membros	Exercícios 2017 a 2022	Municípios envolvidos
Controle Interno – 20 Recomendações expedidas; 06 portarias/procedimentos administrativos e 07 ofícios expedidos.	33	26

Fonte: CAO-PROAD/PGJ, 2021; 34ª PJE.

1.5 Projeto nº 05 - “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”

Esse projeto tem por finalidade implementar ações para incentivar as empresas a instituir ou aperfeiçoar Programas de Integridade, no sentido de prevenir a corrupção e valorizar condutas éticas nas relações empresariais com o poder público, bem como, inclusive, com o setor privado e com os clientes em geral. Visa ainda valorizar a livre concorrência, incentivar uma competição corporativa mais justa e minimizar os riscos de as empresas sofrerem sanções pela Administração Pública por não cumprimento de leis, normas e contratos, buscando-se assim a construção de um ambiente empresarial saudável.

O projeto instaurado através Processo Administrativo nº 101282019, por provocação do Dr. Marco Aurélio Batista Barros, promotor de justiça, titular da 34ª Promotoria de Justiça Especializada – 7º Promotor da Probidade Administrativa, por meio do qual solicitou apoio da Procuradoria Geral de Justiça para o lançamento e implementação, em parceria com o SEBRAE/MA, e a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, e com o apoio da CGU/MA, Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC e Corregedoria Geral do Estado – CGE, TCU/MA.

O Projeto foi divulgado ao público em geral em 24 de junho de 2021, em solenidade de lançamento presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e com a participação dos parceiros, ocasião em que foi emitida a Recomendação-GPGJ -72021.

O Projeto passou a integrar o portfólio de projetos do CAO-Proad, através do DESPACHO-SECINST – 422021, de 20 de maio de 2021.

O Promotor de Justiça Marco Aurélio Batista Barros, titular da 35ª Promotoria de Justiça Especializada e membro do CAO-Proad, e a servidora do Ministério Público Valéria da Silva Santos Alencar, assessora de promotor da 35ª Promotoria de Justiça Especializada, são os responsáveis diretos pelas execuções das ações, metas e indicadores desse projeto.

As atividades do projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção” correspondentes ao exercício de 2022, foram apresentadas pelo CAO-Proad no mês de dezembro de 2022. Dessa forma, abaixo informamos os procedimentos extrajudiciais relacionados às execuções das ações, das metas e dos indicadores desse projeto em 2022, executados pelos órgãos de execução e publicados no DEMP/MA, como também ações

executadas externamente, convergentes para eficácia do projeto e informados a este Centro de Apoio Operacional pelos responsáveis diretos:

Quadro 35 - Procedimentos executados para eficácia do Projeto

Objetivo de Contribuição	Atividades extrajudiciais	Exercício 2022
<p>1) Maior lisura nas relações empresariais com o setor público, em especial nas compras públicas, fomentando uma consciência cidadã e incentivando a implementação de Compliance nas empresas como instrumento de prevenção à corrupção;</p> <p>2) Eventos, seminários, palestras, mesas-redondas, painéis de debates, workshops visando capacitar e conscientizar as lideranças empresariais para implementação de Programas de Integridade (compliance), com incentivo a uma cultura de integridade e de aplicação de códigos de ética e de conduta nas empresas, especialmente visando ao desenvolvimento de relações probas com o setor público nas licitações, contratações e execuções de contratos. Aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta pelas empresas que contratem com o setor público. Promoção de atuação articulada pelos promotores de justiça.</p>	<p>1) Participação no Projeto TRANSFORMAGORA/Sebrae/MA, Ciclo III, sob o tema “Ética e Integridade no Ambiente Empresarial”, com encontros regionais nas cidades de Imperatriz, Açailândia, Balsas, Bacabal, Pinheiro e São Luís (4.500km), com painéis e debates que contaram com a presença do PGJ, presidente TCE e superintendente da CGU;</p>	<p>13/01/2022 a 22/02/2022</p>
	<p>2) Participação no <i>stand</i> do Ministério Público da Feira do Empreendedor 2022, para divulgação do projeto;</p>	<p>30/03/2022 a 03/04/2022</p>
	<p>3) Palestras em eventos promovidos pelo SEBRAE/MA, na “Feira do Empreendedor 2022” e no Seminário “Maranhão Mais Simples”;</p>	<p>01/04/2022</p>
	<p>4) Reunião de alinhamento com os parceiros do projeto;</p>	<p>05/05/2022</p>
	<p>5) Reunião com Presidente da FIEMA- Federação das Indústrias no Maranhão, juntamente com parceiros (SEBRAE e EMAP), visando solicitar que o selo de certificação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) passe contemplar programas de integridade. Entrega de Ofício subscrito pelo PGJ e presidente da EMAP;</p>	<p>14/06/2022</p>
	<p>6) Reunião de proposta de parceria com a presidente da Comissão de Compliance e Boas Práticas e o presidente da OAB/MA;</p>	<p>05/08/2022</p>
	<p>7) Participação no lançamento do Canal de Denúncias Externo da EMAP;</p>	<p>10/10/2022</p>
	<p>8) Reunião, com a participação do SEBRAE/MA, com o Promotor de Justiça de Presidente Dutra e representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, para alinhar e orientar sobre a implantação da legislação municipal sobre programas de integridade nas compras públicas;</p>	<p>09/08/2022</p>
	<p>9) Início de trabalhos visando a atualização de cartilhas, podcasts e do curso EAD “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção” pela ESMP/MA, em razão de mudança na legislação sobre programas de integridade (Decreto nº 11.129/2022);</p>	<p>12/09/2022 a 16/11/2022</p>

	<p>10) Procedimentos extrajudiciais instaurados pelo órgão de execução até nov./2022 (Municípios envolvidos: 15- Recomendações expedidas: 12- Portarias de PA: 09);</p>	<p>11/01/2022 a 30/11/2022</p>
	<p>11) Trilha de Curso EAD, podcasts e cartilhas disponível na plataforma da Escola Superior do Ministério Público. Quantidade de certificados expedidos: 15. Quantidade de inscritos: 83 (Membros: 12; Servidores: 19; Público externo: 52).</p>	

Fonte: DEMP/MA, 2022; 35ª PJE.

2 OUTRAS ATIVIDADES E INICIATIVAS (ATOREG-332021)

Durante o exercício de 2022, o CAO-Proad retomou, após deliberação junto à equipe da SEPLAG/MPMA, as macroações “suspensão de festividades” e “transição municipal”, que foram iniciadas no ciclo do Planejamento Estratégico do MPMA de 2016-2021.

Assim, ficou definido que em datas próximas a esses eventos, que são periódicos, a coordenação do CAO-Proad estudaria a possibilidade de envio de alerta às Promotorias de Justiça, com pacotes de modelos de peças atualizadas e roteiros de atuações. Em 2022, foram realizados diversas ações de acompanhamento, quanto aos aspectos de legalidade de despesas com festividades/shows nos municípios maranhenses, em detrimento do pagamento da folha de salários dos servidores públicos, bem como de eventuais situações de emergência pública/estado de calamidade, ou mesma pela precarização de políticas públicas (*ex vi*, pandemia, enchentes das quais decorrem o desabrigo de diversas populações ribeirinhas, carentes de serviços essenciais e básicos na localidade conforme diretrizes previstas na IN/TCE/MA Nº 54/2018).

Como forma de dar aplicabilidade à iniciativa, foi encaminhado aos órgãos de execução, para fins de auxílio, modelos de peças atualizadas (minutas de iniciais de ACP) decisões, portaria, recomendação, ofício ao prefeito etc., conforme OFC-CIRC-CAOP-PROAD 102022, de 29.04.2022.

Na sequência, detalhamos os procedimentos extrajudiciais/judiciais relacionados a execução da iniciativa/ação “Suspensão de Festividades”, publicados no DEMP/MA, Digidoc, bem como informados por membros com atuação na defesa do patrimônio público no exercício de 2022, monitorados por este Centro de Apoio:

Tabela 67 - Resultados alcançados na Ação “Suspensão de Festividades” em 2022:

Atividades extrajudiciais/Judiciais	Exercício 2022	Municípios envolvidos
<p>1. Suspensão de Festividades – (14 Recomendações expedidas; 12 portarias/procedimentos administrativos e 01 portaria/ Inquérito Civil e 08 Ações Cíveis Públicas).</p>	<p>33</p>	<p>26</p>

2. Municípios envolvidos: Cidelândia, Alcântara, Arari, Araguaã, Bacabal, Lago Verde, Barra do Corda, Carolina, Coelho Neto, Chapadinha, Peritoró, Itaipava do Grajaú, Nova Iorque, Pinheiro, Presidente Dutra, Raposa, Rosário, Bacabeira, Santa Helena, Santa Inês, Fortuna, São João Batista, São Luís Gonzaga, Timon, Turiaçu e Vitória do Mearim.

Fonte: DEMP/MA e CAO-Proad, 2022

3. CAO PROAD EM NÚMEROS

- b) **09 Memorandos expedidos;**
- c) **285 Ofícios Expedidos;**
- d) **08 ATAS-CAOP-Proad;**
- e) **27 Ofícios Circulares;**
- f) **132 Requisições** registrados no DIGIDOC relacionados às diversas atividades desenvolvidas pelo CAO-Proad;
- g) **1.399 Procedimentos Administrativos** registrados no SIMP relacionados às diversas atividades desenvolvidas pelo CAO-Proad.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde)



O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde), órgão auxiliar do MPMA na defesa do direito à saúde, foi instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, posteriormente alterada pela Resolução nº 16/2013 – CPMP.

Em 2021, considerando a necessidade de promover a remodelação dos Centros de Apoio Operacional, as Resoluções nº 09/2010 - CPMP e nº 16/2013 – CPMP foram revogadas expressamente pela Resolução nº 102/2021 – CPMP, dando lugar ao ATOREG – 332021 (publicado no Diário Oficial em 10/06/2021), o qual dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do MPMA.

Atualmente, o CAO-Saúde - MPMA se encontra instalado no 1º (primeiro) andar

do Prédio Anexo da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, bairro Centro, e é coordenado pela titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Dra. Maria da Glória Mafra Silva.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/SAÚDE

Conforme Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-202913, encontram-se em execução 3 (três) Projetos Institucionais do CAO Saúde.

Ao longo de 2022, as ações executadas pelo CAO Saúde, relativas a cada um dos referidos Projetos Institucionais, foram apresentadas à Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPMA (CGPE) em Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), realizadas nos dias 02/09/2022 e 05/12/2022.

Em 02/09/2022, foram apresentadas as ações executadas no 1ª semestre de 2022, ao passo que em 05/12/2022, foram expostas aquelas realizadas no 2ª semestre.

As alterações, promovidas nos Projetos, foram comunicadas à Presidência da CGPE, por intermédio dos MEMO-CAOP/SAUDE – 1612022 e MEMO-CAOP/SAUDE – 2222022, e acatadas nas RAE's.

1.1 Projeto “Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica”

13 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hqnywSS_Yx34AbsT2HRzqAXkMWodW83M/view. Acesso em 02.01.2023

O Planejamento Estratégico do MPMA elencou, no Eixo Saúde, 3 (três) Ações Finalísticas voltadas à Atenção Básica, quais sejam: 1 - “Fortalecimento da Atenção Básica, elegendo a saúde preventiva como prioridade”; 2 - “Programa MPE e Sociedade Civil para acompanhar a aplicação dos serviços de saúde na Atenção Básica. Fiscalização por parte do usuário. Ferramentas tecnológicas para o cidadão acompanhar, parceria do MPE para implementar canais de fiscalização” e; 3 - “Proteção preventiva à saúde das famílias”.

Considerando as Ações Finalísticas acima referidas, relacionadas ou que possuem interface com a Atenção Primária, o CAO Saúde desenvolveu o Projeto “Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica”.

O Programa Previne Brasil foi instituído pelo Ministério da Saúde (MS) através da Portaria GM/MS nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que alterou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, estabelecendo novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde - APS no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, alterando as algumas formas de repasse das transferências para os municípios, que passaram a ser distribuídas com base em 4 (quatro) critérios: 1. Capitação ponderada; 2. Pagamento por desempenho; 3. Incentivo para ações estratégicas; 4. Incentivo financeiro com base no critério populacional.

Tais componentes vieram a substituir a antiga lógica de financiamento da Atenção Básica, baseada nas transferências realizadas via Piso de Atenção Básica – PAB Fixo e PAB Variável.

O Programa Previne Brasil, através do financiamento, visa induzir comportamentos na gestão de saúde, tais como a ampliação da cobertura da Atenção Básica, mediante o credenciamento e homologação de novas equipes para a obtenção de mais recursos; cadastramento da população pelas equipes; qualificação da assistência; e a alimentação contínua dos sistemas de informação (SCNES e SISAB), sob pena de perda de valores, trazendo prejuízos à população.

Assim, considerando o novo modelo de financiamento da Atenção Primária, que diverge completamente do antigo PAB Fixo (segundo o qual os recursos eram transferidos multiplicando a população do município pelo valor per capita), o CAO/Saúde entende ser atuação estratégica do MPMA o monitoramento da Atenção Básica sob o viés do financiamento, já que o Previne Brasil condiciona a transferência de recursos à atuação dos municípios na Atenção Primária, gerando informações de acompanhamento que permitem a fiscalização do desempenho das equipes que atuam nesse nível de complexidade da assistência.

Das 8 (oito) ações previstas no Projeto, 5 (cinco) já foram executadas e 1 (uma) está em execução.

Quadro 36 - Ações desenvolvidas em 2022

Nº	Etapa	Entrega
1	Diagnóstico situacional, por município, da cobertura da Atenção Básica;	Respondido através do Ofício no 974/2022 – GAB/SES).
2	Extração do ISF 2021 (1ª, 2ª e 3ª Quadrimestres) e ISF 1ª Quadrimestre 2022 dos municípios maranhenses.	Respondido através dos Ofício nº 400/2022 – GAB/SES e Ofício no 974/2022 – GAB/SES.
3	Levantamento normativo do Previne Brasil.	Relatório (executado continuamente).
4	Elaboração de tutoriais, para extração de informações pertinentes ao Previne Brasil,	Tutorial

	por município, nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.	
5	<p>Elaboração de Sugestão de Roteiro de Atuação/Fiscalização, direcionada aos membros, contendo orientações sobre a estratégia de atuação inicial que será adotada no âmbito do Projeto para fiscalização da Atenção Básica nos municípios maranhenses, com foco no Previne Brasil. Inicialmente, o foco será extrair informações sobre as UBS, Postos de Saúde e equipes no SCNES, assim como informações pertinentes ao desempenho dos municípios no Previne Brasil, através do e Gestor AB e o SISAB.</p> <p>Com base em tais informações, as Promotorias de Justiça apresentarão questionamentos à gestão.</p>	Encaminhado o MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE – 492022, contendo e Sugestão de Roteiro de Atuação.
6	Atuação voltada ao aumento das coberturas vacinais, notadamente contra a Poliomielite, que compõe um dos 7 (sete) indicadores do Programa Previne Brasil.	Realização de Reunião com a SES/MA, SEMUS São Luís, CMS São Luís, Conselho Estadual de Saúde e COSEMS/MA em 09/11/2022, a fim de desenhar estratégias para a ampliação das coberturas vacinais contra a poliomielite no Estado. Reuniões outras serão realizadas, para a concretização das estratégias. MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE - 232022 e MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE – 462022, expedidos aos Promotores de Justiça sobre a matéria. Tal ação está em execução.

Fonte: CAO-SAÚDE/PGJ, 2022.

1.2 Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede Materno e Infantil”

Tal Projeto, em sua concepção, era denominado de “O Ministério Público no fortalecimento da Rede Cegonha”, uma vez que era baseado na Portaria GM/MS nº 1459, de 24 de junho de 2011 (prevista nas Portarias de Consolidação GM/MS nº 3/2017 e nº 06/2017), que instituiu a Rede Cegonha, estratégia do Ministério da Saúde (MS) que tinha por finalidade estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País, com a implementação de uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Em 2022, no entanto, o Ministério da Saúde promoveu a substituição da Rede Cegonha pela Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI), através da PRT GM/MS nº 715, de 04 de abril de 2022 e PRT GM/MS nº 2.228, de 01 de julho de 2022, que efetivaram alterações na PRC nº 03/2017.

Na NOTA INFORMATIVA nº 3/2022-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS14, o Ministério da Saúde justifica que RAMI foi construída baseada na necessidade de atualização e ampliação da rede existente, com o objetivo de reduzir as mortalidades materna e infantil enquanto compromisso desta uma nação.

Registra-se que a PRT GM/MS no 715, de 04 de abril de 2022 instituiu a RAMI, ao passo que a PRT GM/MS no 2.228, de 01 de julho de 2022 dispõe sobre a habilitação e o financiamento da RAMI.

Portanto, em face da recente substituição da Rede Cegonha pela Rede de Atenção Materno e Infantil, houve a necessidade de promover a alteração do Nome do Projeto, que passou a ser nominado de “O Ministério Público no Fortalecimento da Rede Materno e Infantil”.

Das 13 (treze) ações previstas no Projeto, 9 (nove) já foram executadas e 1 (uma) está em execução.

Quadro 37 - Ações desenvolvidas em 2022

Nº	Etapa	Entrega
1	Levantamento de dados sobre mortalidade materna e neonatal, por município maranhense e por Região de Saúde, a fim de radiografar a realidade;	Relatório (Respondido através do Ofício nº 492.22 – GAB.SES)
2	Levantamento de informações atualizadas sobre a Rede Materno e Infantil nas 19 (dezenove) Regiões de Saúde do Estado do Maranhão;	Relatório (Respondido através do Ofício nº 3960/2021/SAAJ/AJC/NJR/SES)
3	Participação de representante do CAO Saúde nas Reuniões do Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal. Em 25/07/2022, o presente Projeto foi apresentado na Reunião do Comitê.	Execução contínua.
4	Solicitação de informações sobre a Linha de Cuidado Materno Infantil do Estado do Maranhão.	OFC-CAOP/SAUDE – 1022022 (Respondido através do Ofício nº 1127/2022 - GAB/SES)
5	Solicitação de informações e documentação comprobatória sobre as estratégias, que foram supostamente executadas pela SES/MA, para a redução da mortalidade materna e infantil, entre as quais “construções, ampliações e modernização de serviços”, citando as ações que foram implementadas..	OFC-CAOP/SAUDE – 1022022 (Respondido através do Ofício nº 1127/2022 - GAB/SES - Resposta não encaminhada em sua integralidade).
6	Encaminhamento do Calendário de Reuniões das Comissões Intergestores Regionais às Promotorias de Justiça, por Região de Saúde, com a Sugestão de que o MPMA participe das Reuniões, sempre que possível, a fim de que fiscalize o teor das pactuações, notadamente relacionadas à	Memorando Circular nº 37/2022 - CAOP Saúde

14 Disponível em: < https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20220413_N_SEIMS-0026369042-Notainformativa_1276694462989565706.pdf>. Acesso em 02.01.2023.

	Rede Materno Infantil e à Rede de Atenção Psicossocial.	
7	Apresentação do aplicativo Censo Pré-Natal em Reunião da CIB/MA..	Apresentação efetivada em 27/09/2022.
8	Devolutiva da DPE/MA sobre o aplicativo Censo Pré-Natal (fase de testes).	OFC-GAB – 215 e 4012022 (no aguardo de devolutiva)(Expedição do OFC-CAOP/SAUDE – 1582022 ao Defensor Davi Veras).
9	Testes no aplicativo Censo Pré-Natal, envolvendo o Hospital da Criança, a fim de analisar sua higidez.	Foram realizadas Reuniões com o Hospital da Criança, bem como com a Presidente da Sociedade de Puericultura e Pediatria do Maranhão sobre o Censo Pré-Natal. Foi encaminhado, também, Memorando Circular aos Promotores de Justiça e expedido novo Ofício para a DPE/MA.
10	Alerta sobre o aumento da circulação do Zika Vírus para os Promotores de Justiça, o que especialmente preocupante para as gestantes.	Expedição de MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE - 442022 aos membros, contendo o alerta, acompanhado de sugestão de atuação e modelo de Recomendação. Através do MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE 472022, sugeriu-se, também, que os municípios divulguem, no Portal de Transparência, os Boletins Epidemiológicos das Arboviroses, em tempo oportuno, bem como os Planos Municipais de Ação e Contingência.

Fonte: CAO-SAÚDE/PGJ, 2022.

1.3 Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”

O Projeto “O MP no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial” tem por objetivo o fortalecimento da assistência à saúde mental no Estado do Maranhão, na perspectiva do Planejamento Regional Integrado (PRI), da atenção primária à especializada.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi elencada, por este órgão auxiliar, como uma das temáticas prioritárias em saúde, tendo em vista a precariedade de seu planejamento, o que se reflete na existência de diversas irregularidades em todo o fluxo do atendimento em saúde mental, tornando a assistência fragmentada e desarticulada, o que gera desassistência.

No entendimento do CAO Saúde, a adequação da assistência em saúde mental no Estado do Maranhão perpassa, necessariamente, pela progressão no processo de Planejamento Regional Integrado – PRI, sobre o qual dispõe a Resolução Consolidada nº 01/2021 CIT (Origem: Resolução CIT nº 37/2018), uma vez que a PRI expressará as responsabilidades dos gestores de saúde em relação à população do território quanto à integração da constituição sistêmica do SUS, por meio da organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) , observando os Planos de Saúde dos três entes federados (art. 2º).

O avanço no processo de PRI é fundamental, uma vez que a Pactuação Pactuada e Integrada (PPI) vigente no Estado do Maranhão remonta ao ano de 2004, estando, portanto, absolutamente desatualizada, em desconpasso com a realidade atual.

Assim, o monitoramento da Rede de Atenção Psicossocial objetiva o fortalecimento da assistência, da atenção primária à especializada, a fim de que seja garantida a prestação da exata assistência à saúde de que o paciente em sofrimento/transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas necessita, segundo indicação médica, evitando a progressão do seu quadro, inclusive fiscalizando o cumprimento efetivo do papel da Atenção Básica como dispositivo da RAPS, o que é por vezes negligenciado.

Quadro 38 - Das 8 (oito) ações previstas no Projeto, 5 (cinco) já foram executadas:

Nº	Etapa	Entrega
1	Levantamento de informações atualizadas sobre a Rede de Atenção Psicossocial nas 19 (dezenove) Regiões de Saúde do Estado do Maranhão.	Informações solicitadas através do OFC-CAOP/SAUDE – 1162022 (Respondido através do Ofício nº 4132/2022/JC/SAAJ/SES)
2	Solicitação, ao PGJ, de concepção de sistema informatizado destinado à comunicação das internações psiquiátricas voluntárias e involuntárias ao MPMA	Memorando
3	Induzimento à realização das Conferências Municipais, Macrorregionais e Estadual de Saúde Mental. Cabe à 5ª Conferência Nacional propor diretrizes para a Formulação da Política Nacional de Saúde Mental e o fortalecimento dos programas e ações de Saúde Mental para todo o território nacional.	MEMO-CIRC-CAOP/SAUDE - 212022 aos Promotores de Justiça Realização de Reunião, envolvendo Conselho Estadual de Saúde Mental do Maranhão e Conselho Municipal de Saúde de São Luís em 28/04/2022. Timon e São Luís realizam Conferências Municipais. Foram realizadas as etapas Macrorregionais e a Etapa Estadual (26 e 27/07/2022)
4	Encaminhamento do Calendário de Reuniões das Comissões Intergestores Regionais às Promotorias de Justiça, por Região de Saúde, com a Sugestão de que o MPMA participe das Reuniões, sempre que possível, a fim de que fiscalize o teor das pactuações, notadamente relacionadas à Rede Materno Infantil e à Rede de Atenção Psicossocial.	Memorando Circular nº 37/2022 - CAOP Saúde

5	<p>Elaboração de Sugestão de Roteiro de Atuação/Fiscalização, direcionada aos membros, contendo orientações sobre a estratégia de atuação inicial que será adotada no âmbito do Projeto para fiscalização da Rede de Atenção Psicossocial nos municípios maranhenses.</p> <p>Inicialmente, serão realizadas ações de fiscalização in loco dos dispositivos, voltados à assistência em saúde mental nos municípios (tanto pertencentes à Rede Estadual quanto à Rede Municipal de Saúde).</p>	<p>Sugestão de Roteiro de Atuação, contendo orientações e modelos de Portaria, Ofícios, Despachos, Recomendação e TAC.</p>
---	--	--

Fonte: CAO-SAÚDE/PGJ, 2022.

2. PRODUTIVIDADE DO CAO SAÚDE, EM NÚMEROS – 2022

- Memorandos Circulares expedidos: 46
- Memorandos expedidos: 223
- Ofícios Circulares expedidos: 2
- Ofícios expedidos: 163
- Respostas a consultas: 162
- Participação em reuniões: 63.

3. AÇÕES DE MELHORIA

Devido à necessidade de estabelecer um canal de comunicação mais célere com os Promotores de Justiça de Defesa da Saúde, sobretudo no tocante à emissão de alertas, por este órgão auxiliar, sobre matérias que demandam atuação imediata dos membros (respeitada a sua independência funcional), o CAO Saúde criou conta no aplicativo WhatsApp Business, vinculada a seu contato telefônico institucional.

Tal conta permite a emissão de alertas, em tempo real, aos membros, à exemplo de comunicações expedidos pelo CAO Saúde sobre as arboviroses, que foram encaminhados, via Whatsapp Business, a todos os membros com atuação em municípios cujos indicadores epidemiológicos indicavam, em 2022, situação preocupante, para sugerir a adoção de providências.

Ressaltamos que os alertas também são remetidos por e-mail, sendo o Whatsapp Business um mecanismo adotado para garantir que a informação chegue ao conhecimento do membro de forma mais rápida.

Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO/MULHER)



O Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOP MULHER) é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, dentro do ano de 2021.

Inicialmente, insta salientar que o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero somente foi criado em 17 de maio de 2021, com a atuação inicial da sua coordenadora, Dra. Sandra Fagundes Garcia, cumulando às funções junto à Promotoria, atuando a partir de setembro de 2021 de forma exclusiva.

A atuação do CAOP MULHER tem por objetivo auxiliar a função institucional do

Ministério Público no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher com o atendimento dos órgãos de execução com atuação nas demandas de gênero, a sociedade em geral que busque o acolhimento do MP/MA, além da promoção direta com órgãos de atuação na proteção de direitos das mulheres vítimas de violência para que se desenvolvam projetos e parcerias conjuntamente ao MP em busca de melhorias na proteção das mulheres a fim de minimizar a violência de gênero.

1 DOS PROJETOS DO CAOP MULHER

1.2. Patrulha Maria da Penha

No ano de 2022, alcançamos a implantação das Patrulhas Maria da Penha nos municípios de: Pedreiras, Pinheiro, Bacabal, Presidente Dutra, Buriticupu, Barra do Corda, Grajaú, Rosário, Codó e Barreirinhas. Foram 10 novas implantações, mais que dobrando o número de patrulhas que existiam anteriormente.

Além disso, a PMP encontra-se em funcionamento nos municípios de Açailândia, Imperatriz, Itapecuru-Mirim e Balsas desde o ano de 2020/2021.

O projeto “Patrulha Maria da Penha” tem por objetivo viabilizar a instalação da Patrulha Maria da Penha nos municípios que possuem sede de Batalhão de Polícia Militar, ampliando, assim, a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade devido à violência doméstica e familiar, com a constante presença do Poder Público junto a estas mulheres agredidas.

Para a execução do projeto, é necessário a disposição de efetivo policial preparado para o atendimento de mulheres vítimas pela violência doméstica, além da existência de uma viatura policial com atuação direcionada à patrulha, em junho/2022, firmaram um acordo verbal, o

Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Emerson Bezerra e este Centro de Apoio, representado por Dra. Sandra F Garcia, o acordo foi firmado nos seguintes termos: O Ministério Público ficaria encarregado de adquirir os instrumentos necessários para instalação da PMP na comarca através de ANPP, quais sejam: celular, computador, impressora, *scanner* e etc. bem como adquirir a viatura/veículo que seria utilizada pela Patrulha Maria da Penha.

Quanto à Polícia Militar, está responsabilizou-se pelo envio de Policiais/Efetivo a fim de operacionalizar a PMP. Dessa forma, conseguimos mais que dobrar o número de Patrulhas Maria da Penha no Estado do Maranhão, tendo em vista que até junho desse ano existiam apenas 8 (oito) patrulhas e terminamos o ano com 18 (dezoito) patrulhas conforme mencionado acima.



Instalação da Patrulha Maria da Penha em Pedreiras/MA e Pinheiro/MA



Instalação da Patrulha Maria da Penha em Presidente Dutra/MA e Barra do Corda/MA

1.3. Grupo Reflexivo Novo Olhar

Em 2022, alcançamos a implantação do Grupo Reflexivo para Homens nos municípios de: Balsas, Pinheiro e Barra do Corda. Além da continuidade das atividades nas cidades de: São Luís, Imperatriz e Açailândia. Ressalta-se que estamos em vias de implantação nos municípios de: Chapadinha, Grajaú, Buriticupu, Rosário e Paço do Lumiar.

O grupo é voltado para grupos de homens em processo judicial, envolvidos em um contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando como objetivo principal o despertar em seus integrantes acerca de uma reflexão sobre suas atitudes nas relações com o gênero feminino, sensibilizando-os para um processo de mudança em que se

estabeleça a paz e o respeito. Os encontros são promovidos uma vez por semana, sendo no mínimo de 10 (dez) encontros para a sua formação, com duração aproximada de 1 (uma) hora e meia a 2 (duas) horas por semana, e instituídos através de Termo de Cooperação Técnica entre o MP e o Judiciário. Ressalta-se que o índice de reincidência nessas comarcas foi próximo a zero, o que implica dizer que é um projeto que vem alcançando seu resultado.

1.4. Conversando com elas

No corrente ano, a palestra de prevenção à violência doméstica foi apresentada nos municípios de: Barra do Corda, Grajaú, Amarante do Maranhão, Buriticupu, Cedral, Porto Rico, Coelho Neto e Codó. Ademais, já foram alcançadas por este projeto, os municípios de: Açailândia, Imperatriz, Pinheiro e Guimarães.

O projeto “Conversando com elas” é uma iniciativa que visa à conscientização das mulheres acerca da Lei Maria da Penha, explicando detalhadamente, sobre os diversos tipos de violência. Por meio da realização de palestras, manutenção de grupos, dentre outros, com a aproximação do Ministério Público e outros órgãos do Poder Judiciário à sociedade em geral, atuando diretamente, de forma preventiva, a fim de diminuir os números de vítimas de feminicídios e violência doméstica e familiar, e conseqüentemente o número de agressores.

1.5. Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - CAOP ITINERANTE

O projeto “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher” ganhou uma nova vertente em 2022. Nesse sentido, foi levado o evento presencial aos municípios em que os promotores solicitaram a presença deste Centro de Apoio, quais sejam: Barra do Corda, Grajaú, Amarante do Maranhão, Buriticupu, Açailândia, Imperatriz, Balsas, Pinheiro, Guimarães, Turiaçu, Turilândia, Santa Helena, Cedral, Porto Rico, Codó e Coelho Neto.

O objetivo do projeto é apoiar as promotorias de justiça em todas as regiões do Maranhão, prevenindo a violência contra as mulheres, com a ampliação da atuação das redes para propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência de gênero, envolvendo setores públicos, organizações da sociedade civil e sociedade em geral.

1.6. PADHUM-GÊNERO

O Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos – PADHUM é um projeto desenvolvido pela Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão com o intuito de promover a defesa dos direitos humanos.

No ano de 2022, contamos com a adesão do programa das promotorias de: **Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Buriticupu, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Paço do Lumiar, Pedreiras, Rosário, Santa Inês, São José de Ribamar, São**

Destaca-se que o programa possui 350 (trezentos e cinquenta) metas a serem cumpridas no prazo de 6 (seis) anos, no entanto, com o auxílio deste Centro de Apoio, no 1º (primeiro) ano de vigência do programa, já foram alcançadas 131 (cento e trinta e uma) metas, que corresponde a 37% (trinta e sete por cento) do plano de atuação concluído.

Ressaltamos ainda que, quanto as metas relacionadas a implantação da Patrulha Maria da Penha e Implantação dos Grupos Reflexivos, estas possuem 64% (sessenta e quatro por cento) e 79% (setenta e nove por cento) respectivamente, somente no primeiro ano de projeto.

A atuação do PADHUM no enfrentamento do feminicídio e a violência psicológica contra a mulher conta com **10 (dez) objetivos** a serem cumpridos por **14 (quatorze) promotorias**, quais sejam:

- Promover a capacitação continuada de membros e servidores do MP e das/os profissionais da Rede Especializada de Atendimento às mulheres em situação de violência;
- Combater a publicidade sexista que legitime ou exacerbe a violência doméstica e familiar contra a mulher;
- Implementar o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, instituído pela Lei nº 14.149, de 05 de maio de 2021, e pela Resolução Conjunta nº 5, de 3 de março de 2020, do CNJ e CNMP;
- Contribuir para a garantia do cumprimento das medidas protetivas de urgência;
- Combater a violência psicológica, com foco no fortalecimento da cultura de perscrutação de possível violência psicológica a que a vítima esteja submetida, com vistas à responsabilização do agressor por este tipo de violência, em geral invisibilizada;
- Promover a reeducação de agressores, visando evitar a reiteração do ciclo de violência, a partir principalmente da articulação junto ao gestor municipal e/ou promoção pela própria Promotoria da política pública do grupo reflexivo de homens autores de violência contra a mulher;
- Contribuir para a incorporação de uma perspectiva de gênero no âmbito da investigação, da atividade processual e do julgamento do feminicídio;
- Promover o acolhimento, proteção e reparação de danos às vítimas secundárias de feminicídio;
- Promover articulação para a estruturação do sistema municipal de políticas para mulheres;
- Promover a integração e o monitoramento dos dados sobre a violência.

2. DAS PARCERIAS

- a) Com o CAO–DHC – Projeto “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?”

Em comemoração aos 10 (dez) anos da campanha, tivemos o projeto totalmente implantado nos municípios de: Santa Helena, Governador Nunes Freire, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Turiaçu, Governador Newton Belo, Araguaã e Zé Doca.

- b) Com o CAO–PIPD – Compromisso pelo Enfrentamento da Violência contra a Pessoa com Deficiência

Dando início ao mês da mulher, este Centro de Apoio em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência promoveram um seminário virtual coordenado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

c) Com o CEMULHER – TJ/MA

No ano de 2022, foram promovidas parcerias com o CEMULHER – TJ/MA que já atua em prol do fortalecimento da rede, promovendo ações que fazem parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, instituída pelo CNJ (Resolução nº 254, de 04.09.2018)

d) Com o CAO–JÚRI

Este centro de apoio manteve parcerias com o CAO do Tribunal do Júri, quais sejam: *Workshop* Elas No Júri: Técnicas de Atuação em Plenário de Femicídio; *Webnário*: Lei Mariana Ferrer e Violência Institucional e o Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha com o tema: Violência Psicológica, Femicídio e Mulheres com Deficiência.

e) Com a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA

O Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO MULHER) em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) promoveram diversas atividades ao longo do ano de 2022, a saber:

- f) *Webinário*: Violência Psicológica: Aspectos Protetivos e de Tipicidade Criminal;
- g) *Webinário*: "Stalking e Violência de Gênero";
- h) *Webnário*: a respeito da Lei nº. 14.344/2022 (Lei Henry Borel) da violência doméstica e familiar contra criança e ao adolescente;
- i) *Webinário*: "O Papel do CAPs/Álcool e Drogas na rede de atenção psicossocial - RAPS";
- j) Oficina de Fotografias: "Questões de Gênero e fotografia: prática do olhar e representações sociais";
- k) "Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha";
- l) Oficina: "Masculinidades e Grupos Reflexivos para Homens";
- m) *Webnário*: Violência política contra as mulheres;
- n) Capacitação com a Polícia Civil – Tema: Femicídio e Violência Psicológica e Mulheres com Deficiência;
- o) Sala de Situação – Atribuição de Crimes de Abusos Sexuais;
- p) *Webinário*: Violência Política contra as Mulheres;
- q) *Workshop*: Elas no Júri: técnicas de atuação em plenário de feminicídio.

3. DOS EVENTOS

a) Mês da Mulher - Março

Este centro de apoio desenvolveu as seguintes programações:

- *Webinário*: Violência de Gênero e Mulher com Deficiência: Aspectos da Situação de Invisibilidade e dupla Vulnerabilidade;
- Participação da aula inaugural do 1º Grupo Reflexivo de Balsas/MA;
- Participação do primeiro encontro do 8º Grupo Reflexivo de Açailândia/MA;
- Palestra: Ancestralidades, Direitos e Mulher Negra em parceria com o NUDIV (Núcleo de Diversidade) em Imperatriz/MA;
- Visita a “Casa das Marias” no município de Balsas/M;
- Participação da assinatura do Ato Regulamentar 99/2022 que dispõe sobre o exercício das atividades de mães lactantes em teletrabalho;
- Participação na Pedalada “ Não Morra Maria da Penha” TJ/MA;

b) Agosto Lilás

Em sede do Agosto Lilás, o CAO MULHER desenvolveu em parceria com Escola Superior do Ministério Público diversos eventos, senão vejamos:

- Questões de Gênero e Fotografia: Prática do Olhar e Representações Sociais;
- Participação no lançamento e Implantação da PMP de Pedreiras/MA;
- Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha;
- Evento na Casa da Mulher Brasileira: Saúde Emocional das Mulheres Frente ao Contexto Pandêmico e de Violência;
- Participação no lançamento e Implantação da PMP de Pinheiro/MA;
- Implantação do 1º Grupo Reflexivo de Pinheiro/MA;
- Lançamento do Projeto de Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Coelho Neto/MA;
- Participação no lançamento e Implantação da PMP de Bacabal/MA;
- Lançamento do Projeto de Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Codó/MA;
- Evento com o tema “ Violência Psicológica, Femicídio e Mulheres com Deficiência.

c) Assinatura do Protocolo de Intenções - Fortalecimento da Rede

No tocante ao Projeto de Fortalecimento da Rede, houve a assinatura do Protocolo de Intenções em uma parceria com o Ministério Público do Maranhão e órgãos do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo. O referido protocolo visa propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher a partir de ações que venham a diminuir a incidência da violência de gênero no Estado do Maranhão.

Nesse sentido, este centro de apoio firmou Protocolo de Intenções do Fortalecimento da Rede nos seguintes municípios: Açailândia; Amarante do Maranhão; Buriticupu; Barra do Corda; Grajaú; Imperatriz; Balsas; Pinheiro; Guimarães; Turiaçu; Turilândia; Santa Helena; Cedral; Porto Rico; Coelho Neto e Codó.

d) Participação na COPEVID

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID promoveu o XII Encontro Nacional da COPEVID acerca dos aspectos psicossociais da violência de gênero contra as mulheres (22 e 23 de setembro de 2022 – Vitória/ES);

IV Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH (25 a 27 de outubro – Brasília/DF);

4. DAS PALESTRAS

1. **Prevenção à Violência Doméstica – Conversando com Elas:** Barra do Corda, Grajaú, Amarante do Maranhão e Buriticupu. Ademais, foram alcançadas por este projeto os municípios de: Açailândia, Imperatriz, Balsas, Pinheiro e Guimarães, sendo alcançados entre os meses de junho a novembro de 2022 os municípios de: Turiaçu, Turilândia, Santa Helena, Cedral, Porto Rico, Coelho Neto e Codó;
2. **Rede de Fortalecimento:** Barra do Corda, Grajaú, Amarante do Maranhão e Buriticupu. Destaca-se, que no 1º semestre, já havia visitado os municípios de: Açailândia, Imperatriz, Balsas, Pinheiro, Guimarães, Turiaçu, Turilândia, Santa Helena, Cedral, Porto Rico, Coelho Neto e Codó;
3. **“Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas?”:** Santa Helena, Governador Nunes Freire, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Turiaçu, Governador Newton Belo, Araguanã, Zé Doca e São Luís.

5. RESUMO NUMÉRICO DA ATUAÇÃO DO CAOP MULHER/2021

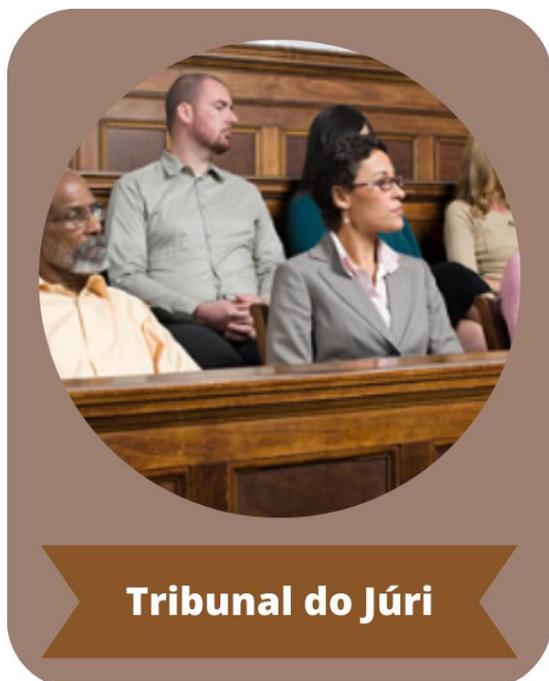
O CAO–MULHER desenvolveu no período de 12 meses, contados até o dia 20 de dezembro de 2022, um total de 410 (quatrocentos e dez) atividades em relação ao exercício de 2021, nas quais foram:

Figura 22 – Produtividade do CAO-MULHER



Fonte: CAO-MULHER/PGJ, 2022.

Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI)



O Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI) do Ministério Público do Estado do Maranhão é um órgão auxiliar da atividade funcional desta Instituição, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do MPMA, sendo regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 33/2022 (ATOREG -332022).

Destaca-se que no dia 05/05/2021, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Maranhão aprovou a criação do Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri e no dia 17/05/2021, o Procurador-Geral de Justiça instalou formalmente o CAOJÚRI, nomeando o Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato

de Carvalho para a coordenação do citado Centro de Apoio (Portaria-GAB/PGJ-31492021).

O CAO-Júri, conforme Ato Regulamentar nº 33/2022 (ATOREG -332022), é destinado ao fornecimento de material de apoio técnico-jurídico, com o propósito de subsidiar a atuação na área, proporcionando ainda, maior capacitação dos membros o Ministério Público. Sendo um recente Centro de Apoio, instalado em tempos de pandemia, procurou-se torná-lo mais funcional e virtual, facilitando a comunicação com os membros e permitindo a construção de um banco de dados virtual para consulta dos membros do MPMA.

1 INICIATIVAS E PROJETOS DO CAOP/JÚRI

1.1 Iniciativa “Conhecendo os jurados”

Iniciada em 2021 pelo CAO-JÚRI, em parceria com a CAEI, tem como objetivo realizar pesquisa social, de caráter sigiloso, sobre a idoneidade dos jurados constantes na lista geral ou sorteado, titular ou suplente, para a reunião periódica, através de fontes de informações abertas e sistemas de informações de acesso ao Ministério Público, de modo a conhecer os julgadores subsidiando os membros do Ministério Público na escolha daqueles que irão compor o Conselho de Sentença.

Em fase de teste, no ano de 2022 foram realizadas pesquisas sociais para 03 (três) Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão (PJ de São Bernardo, 2ª PJ de Santa Luzia, 1ª PJ de Chapadinha).

1.2 Iniciativa “MPMA em Defesa da Vida”

A iniciativa “MPMA em Defesa da Vida” foi implementada no final do mês de outubro do ano de 2021, e visa dar maior visibilidade as atuações do MPMA em julgamentos pelo Tribunal do Júri, com a parceria da CCOM.

No ano de 2022 foram feitas **41 postagens** pela CCOM nas redes sociais oficiais do MPMA, e no próprio site, dando notícias sobre os resultados dos julgamentos do Tribunal do Júri, no site oficial do MPMA.

O CAO-JÚRI desenvolveu um painel de BI (*Business Intelligence* - ferramenta web e interativa para visualização das estatísticas e produtividade), para apresentar os números da iniciativa. O painel se encontra disponível na intranet do CAO-JÚRI, menu “Atividades e produtividade” e pode ser acessado no link: [Painel BI – MPMA em Defesa da Vida](#).

Figura 23 - Imagens da Campanha "MPMA em Defesa da Vida "



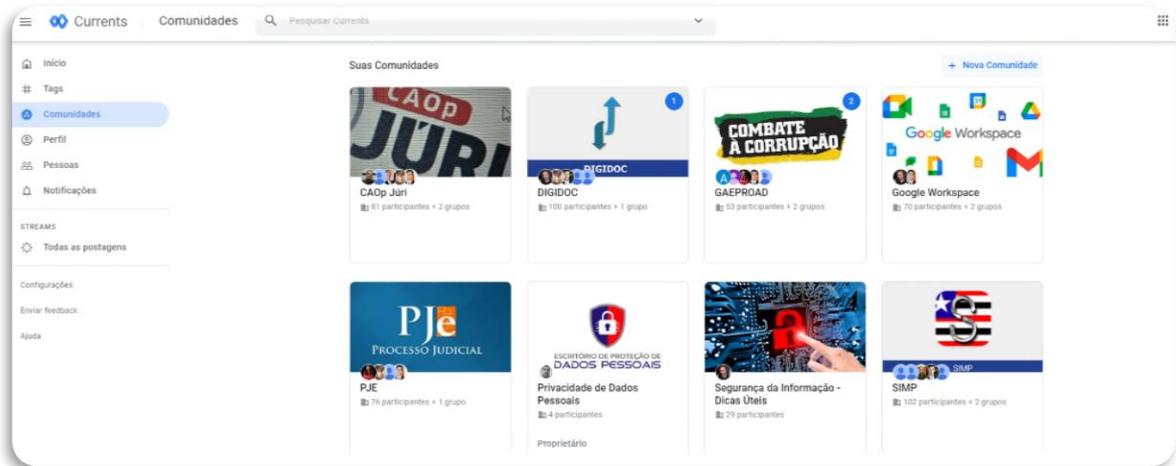
Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

1.3 Criação da Comunidade *Currents* do CAO-JÚRI

Como uma forma de maior divulgação das matérias relacionadas ao Tribunal do Júri e de difundir as atividades do CAO-JÚRI e trocar informações sobre o Tribunal do Júri foi criada a comunidade no *Currents* (*rede social interna do MPMA*), em maio de 2021.

Durante o ano de 2022, o CAO-JÚRI efetivou **50 postagens** no *Currents*, constando a comunidade atualmente com 81 participantes, sendo a terceira maior do *Currents* do MPMA e a que mais possui postagens na rede.

Figura 24 – Comunidade do CAO/Júri na Plataforma Currents



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

1.4 Grupo de WhatsApp e “Pílulas de informação”

Como uma forma de maior divulgação das matérias relacionadas ao Tribunal do Júri e de troca mais rápida de informações entre os membros do Ministério Público do Maranhão, o CAO-JÚRI utiliza-se do aplicativo de mensagens WhatsApp no “Grupo Júri MPMA”, onde os integrantes são apenas membros do MPMA.

No ano de 2022 foram encaminhadas **83 (oitenta e três)** “pílulas de informação” pelo WhatsApp. Alguns exemplos:

Figura 25 - Pílulas de Informação



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

1.5 Projeto “Priorização das Investigações dos Homicídios”

O projeto “Priorização das Investigações dos Homicídios” tem como objetivo propor a assinatura de um termo de cooperação institucional objetivando a priorização e o aperfeiçoamento das investigações dos crimes dolosos contra a vida, em especial, o homicídio.

Para a efetivação do termo de cooperação, o CAOJÚRI, no ano de 2022, realizou reuniões e visitas aos **órgãos da Segurança Pública e da Perícia Criminal do Estado firmando parcerias** para a melhor forma de aperfeiçoamento das investigações, bem como coletando sugestões e anotando as dificuldades para as melhorias.

Devido a estas reuniões e visitas, conseguiu-se o acesso do Ministério Público aos sistemas eletrônicos de laudos da Perícia Oficial de Natureza Criminal (chamado Galileu). A formalização da parceria está sendo construída com apoio Secretaria de Assuntos Institucionais, bem como tratativas para a realização de oficina para membros do MPMA sobre perícia e cadeia de custódia e tratativas para verificar a possibilidade de inclusão de coleta de material genético como protocolo de entrada na SEAP, assim como é exigido a biometria.

Da mesma maneira, como fruto das reuniões e visitas a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa – SHPP verificou-se a concordância e importância da gravação em áudio e vídeo dos depoimentos policiais, objeto dos ofícios do PGJ (1622022 e 3892022). Neste sentido, a temática foi atendida pela Delegacia Geral da Polícia Civil, com a expedição da Portaria 1063/2022-DGPC. O CAJÓRI indicou o ponto como essencial no futuro termo de cooperação interinstitucional, que deve ser construído no decorrer do ano de 2023.

1.6. Projeto “Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias”

Os “Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias” é um projeto alinhado ao projeto **Segurança Pública em Foco**, conduzido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O projeto foi idealizado pelo CAJÓRI, em parceria com a ESMP e é concebido em forma de reuniões com a PMMA e a PCMA, com finalidade de dar conhecimento às forças policiais, sobretudo as que atuam no interior do Estado, das decisões dos Tribunais Superiores e do TJMA que mais afetam a atividade policial para que se possa tentar evitar futuras alegações de nulidades, visando uma melhoria na investigação policial e uma maior integração entre Ministério Público e Polícias.

2 ATIVIDADES DO CAOP JÚRI

Durante o ano de 2022, o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

A título de exemplo, eis *algumas* informações e atividades:

2.1. Elaboração e encaminhamento aos membros do MPMA dos seguintes modelos:

- Modelo de Pedido de Desafornamento;
- Modelo de Apresentação do rol de testemunhas e diligências da fase do art.422 do CPP;
- Modelo de Requerimento de Exumação;
- Modelo de Apelação referente à Dosimetria da Pena;
- Modelo de Recurso em Sentido Estrito contra decisão de pronúncia que excluiu qualificadoras da imputação;
- Modelo de Recurso de Apelação contra sentença que indeferiu pedido de fixação de valor mínimo para reparação de danos à vítima ou seus sucessores;
- Modelo de Recurso em Sentido Estrito contra decisão que indefere pedido de conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva;
- Modelo de Manifestação requerendo a antecipação da produção de prova testemunhal na hipótese do art.366 do CPP;
- Modelo de Ação Cautelar Inominada para atribuição de efeito suspensivo a RESE;

- Modelo de Contrarrazões de apelação com alegação de condenação manifestamente contrária à prova dos autos;
- Modelo de MS para garantir a posição do MP em plenário.

2.2. Boletins e informativos

a) Boletins Jurisprudenciais

Foram elaborados e encaminhados aos membros do MPMA 06 (seis) boletins jurisprudenciais:

Figura 26 – Boletins Jurisprudenciais



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

b) Informativos temáticos

Foram elaborados e encaminhados aos membros 02 (dois) informativos temáticos:

Figura 27 – Informativos temáticos



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

c) Tópicos Sobre o Júri

Foram elaborados e encaminhados aos membros O2 (dois) informativos Tópicos Sobre o Júri:

Figura 28 - Informativos Tópicos Sobre o Júri

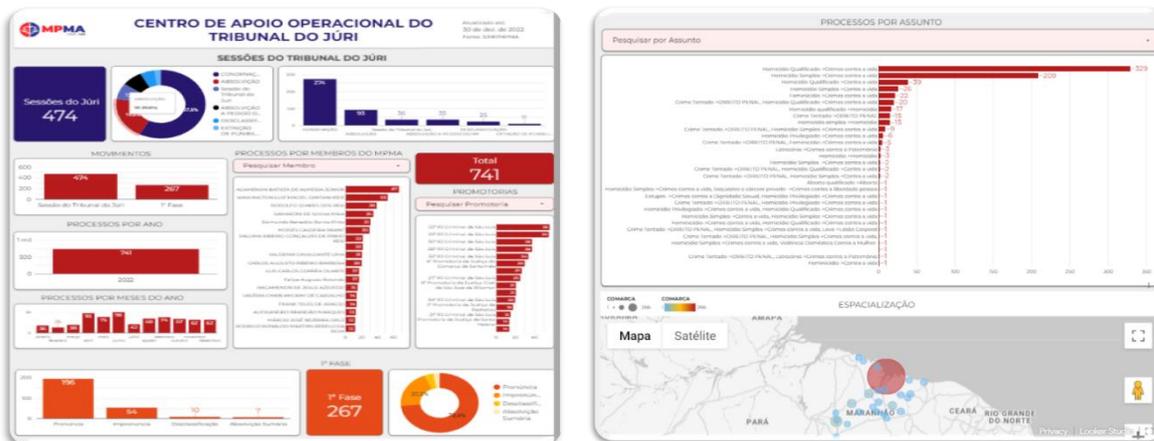


Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022.

2.3. Sessões do Tribunal do Júri – Painel de BI

O CAOJÚRI desenvolveu um painel de BI, a partir dos dados extraídos do sistema SIMP/MPMA, para acompanhamento estatístico das sessões do tribunal do Júri. No painel é possível verificar a quantidade de sessões do tribunal do júri por ano e meses, tipos de movimento (sessão do tribunal ou 1ª fase), filtrar os quantitativos e percentuais por membros ou promotorias, pesquisar por assunto e visualização por geoespacialização. O painel se encontra disponível, tanto no portal externo (destinado aos cidadãos) quanto na intranet do CAOJÚRI, menu “Painel BI”, acessando diretamente o link [Painel BI – Sessões do Tribunal do Júri](#)

Figura 29 – Painel de BI sobre as Sessões do Tribunal do Júri



Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022

2.4. Eventos Realizados pelo CAOJÚRI

O Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri foi instituído para dar suporte técnico-jurídico, com o propósito de subsidiar a atuação na área, proporcionando ainda, maior capacitação dos membros o Ministério Público.

Visando esta capacitação firmou-se uma exitosa parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP, na qual, ao longo do ano de 2022, promoveram em conjunto, **14 (quatorze) eventos** (cursos, estudos de casos, palestras etc.) na área de atuação do Tribunal do Júri:

- Oficina "Aspectos Controvertidos da Denúncia";
- Sala de Situação – “Tira-dúvidas: Acordo de Não Persecução Penal”;
- Oficina – “Perícia e Cadeia de Custódia”;
- Curso – “Segredos e Estratégias do Tribunal do Júri”;
- 2ª Edição Sala de situação: tribunal do Júri "Lei Mariana Ferrer e violência institucional”;
- Curso - “O Tribuno – Módulo II”;
- Oficina – “Dosimetria da Pena”;
- Reunião – “Diálogos com os Promotores do Júri”;
- Evento – “Violência Psicológica, Femicídio e Mulheres com Deficiência”;
- Evento - "Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícia" – Rosário/MA;
- Evento – “Elas no Júri – Técnicas de atuação em plenário de feminicídio”;
- Evento - "Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícia" – São Luís/MA;
- **Evento** - "Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícia" – São Luís/MA;
- Evento - "Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícia" – Imperatriz/MA.

3 RESUMO NUMÉRICO DA ATUAÇÃO DO CAOP JÚRI EM 2022

O CAO-JÚRI desenvolveu no ano de 2022, um total de **248 (duzentas e quarenta e oito) atividades**, devidamente registradas no SIMP, conforme Anexo I, tendo ainda encaminhados **123 (cento e vinte e três) e-mails** (caopjuri@mpma.mp.br).

3.1. Painéis BI

3.1.1. Produtividade

O CAO-JÚRI desenvolveu acompanhamento da produtividade deste Centro de Apoio, também pode ser realizado por meio de um painel de BI (*Business Intelligence*) desenvolvido internamente pelo CAOJÚRI e hospedado na página inicial da intranet deste CAO. O painel pode ser acessado por meio do [link de acesso ao painel BI de produtividade](#) ou escaneamento do *Qr-code* a seguir:

Figura 30 - Painel de BI sobre Produtividade

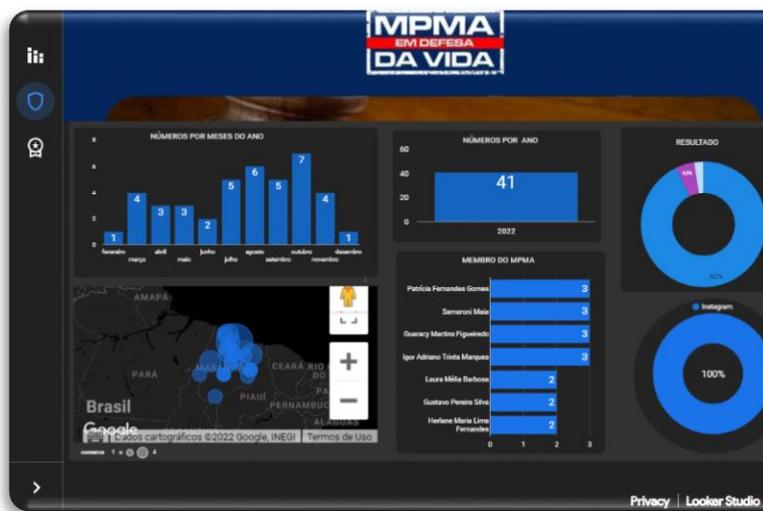


Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022

3.1.2. Projetos e Iniciativas

Além do painel BI de produtividade, o CAOJÚRI também desenvolveu um BI para acompanhamento das estatísticas dos projetos/iniciativas do Centro de Apoio. Os painéis estão incorporados na página inicial da intranet deste CAO, selecionando o menu referente ao projeto/iniciativa (conforme apontado pela seta). Também podem ser acessados diretamente por meio do *link* abaixo, ou escaneamento do *Qr-code*.

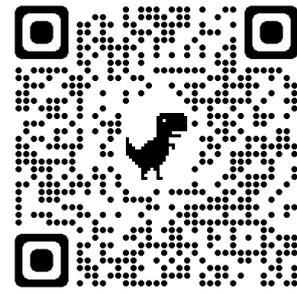
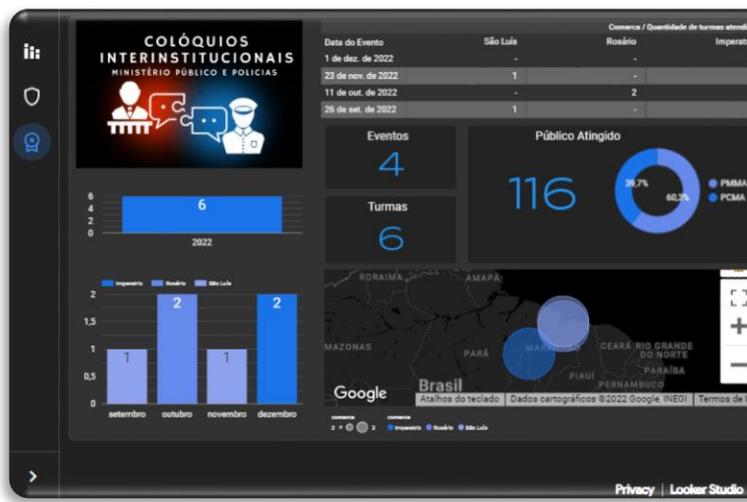
Figura 31 - Iniciativa MPMA em Defesa da Vida



[link de acesso ao painel BI – MPMA em Defesa da Vida](#)

Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022

Figura 32 - Iniciativa MPMA Colóquios Interinstitucionais



[Link de acesso ao painel BI
– Colóquios
Interinstitucionais](#)

Fonte: CAO-JÚRI/PGJ, 2022

COORDENADORIAS

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

Esta Coordenação realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2022, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 709.843.463,78.

Do total aprovado, 74,125% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 21,04% a *Outras Despesas Correntes*, e 4,84% com *Investimento*. No exercício de 2022, foram executados 99,80% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado 99,99% do total com *Pessoal e Encargos Sociais*; 99,44% com *Outras Despesas Correntes*, e 98,48% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 68 – Orçamento do MPMA aprovado para o exercício 2022

DETALHAMENTO DA DESPESA – 2022

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	708.425.992,97
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	621.439.920,05
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	577.173.582,33
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	29.792.711,61
Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	1.505.056,59
Ação: 4963 – Coordenação de Ações Essenciais à Justiça - Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Garantir ao MPE, por meio do FEMPE, recursos suficientes para cobrir gastos administrativos de seu programa	12.968.569,52
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo	
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	86.986.072,92
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	75.031.644,76
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	11.265.592,94
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	688.835,22

Fonte: COF/PGJ, 2022.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 99,80%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 69 - Execução do Orçamento por Programa

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	709.843.463,78	708.425.992,97	99,80%
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	622.857.389,78	621.439.920,05	99,77%
0411 – Apoio Administrativo	86.986.074,00	86.986.072,92	100,00%

Fonte: COF/PGJ, 2022.

Tabela 70 - Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	709.843.463,78	708.425.992,97	99,80%
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	622.857.389,78	621.439.920,05	99,77%
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	577.459.483,00	577.173.582,33	99,95%
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	30.311.906,78	29.792.711,61	98,29%
Ação: 4962 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	2.000.000,00	1.505.056,59	75,25%
Ação: 4963 – Coordenação de Ações Essenciais à Justiça - Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Garantir ao MPE, por meio do FEMPE, recursos suficientes para cobrir gastos administrativos de seu programa	13.086.000,00	12.968.569,52	99,10%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	86.986.074,00	86.986.072,92	100,00%

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação			
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	75.031.645,00	75.031.644,76	100,00%
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	11.265.593,00	11.265.592,94	100,00%
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	688.836,00	688.835,22	100,00%

Fonte: COF/PGJ, 2022.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 71 - Execução do Orçamento por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	709.843.463,78	708.425.992,97	679.922.483,40	99,80%	95,78%
1 - PESSOAL E ENCARGOS	526.120.833,00	526.069.053,25	526.069.053,25	99,99%	99,99%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	149.361.724,00	148.518.359,91	138.500.592,62	99,44%	92,73%
4 - INVESTIMENTOS	34.360.906,78	33.838.579,81	15.352.837,53	98,48%	44,68%

Fonte: COF/PGJ, 2022.

Tabela 72 - Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	708.425.992,97	679.922.483,40
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	27.634.446,56	27.634.446,56
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	325.775.812,60	325.775.812,60
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	86.986.072,92	86.986.072,92
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.696.485,77	1.696.485,77
15 - DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	200.881,07	200.881,07
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.697.752,27	2.697.752,27
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.556.793,82	1.282.608,27
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.238.407,64	1.238.407,64
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	11.482.715,47	11.475.726,31
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16.500.610,81	15.776.453,19
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.605.677,57	16.500.131,96

40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	21.416.729,55	13.354.725,50
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	47.135.426,20	47.135.426,20
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.317.052,30	2.191.491,48
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	54.816,39	54.816,39
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	7.541.027,72	2.941.807,01
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.497.042,61	10.891.521,04
91 - SENTENÇA JUDICIAL	24.906.053,82	24.906.053,82
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.365.409,42	1.365.084,94
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	265.974,91	265.974,91
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	85.336.781,07	85.336.781,07
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	214.022,48	214.022,48

Fonte: COF/PGJ, 2022.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2022.

Tabela 73 – Indicadores de Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,80
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,99
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	74,26
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,44
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	20,96
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,48
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	4,78

Fonte: COF/PGJ, 2022.

Através de sua *homepage* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2022.

Nome: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2020 até 16/06/2022
Matrícula: 275008

Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 100 de 01/06/2020, no cargo de Procurador Geral de Justiça
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Cargo: Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Cargo Efetivo: Procuradora de Justiça

Período de Gestão: 19/06/2020 até a presente data

Matrícula: 387274

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 351, de 19/06/2020, no cargo de Subprocuradora de Justiça Assuntos Jurídicos

Nº e Data da Publicação (Exoneração): Ato de Exoneração Nº 213, de 05/07/2022, no cargo de Subprocuradora de Justiça Assuntos Jurídicos

Nome: Danilo José de Castro Ferreira

Cargo: Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Cargo Efetivo: Procurador de Justiça

Período de Gestão: 05/07/2022 até a presente data

Matrícula: 595173

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 214, de 05/07/2022, no cargo

de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Júlio César Guimarães

Cargo em Comissão: Diretor Geral

Período de Gestão: 17/06/2020 até a presente data

Matrícula: 1075462

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 3332020 ATO-GAB/PGJ, de 17/06/2020, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula

Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)

Cargo Efetivo: Analista Ministerial

Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data

Matrícula: 470179

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP)

1 ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

Conforme ATOREG – 222020 (DEMP nº 104, de 09/06/2020), Art. 65, as atribuições regimentais da Coordenadoria de Folha de Pagamento são as seguintes:

- I. *Processar folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados;*
- II. *Gerenciar no sistema de folha:*
 - a. *Lançamentos de vantagens;*
 - b. *Lançamentos de descontos;*
 - c. *A impressão e distribuição dos contracheques de ativos e dos beneficiários de pensão alimentícia;*
 - d. *Processamento de arquivos do PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;*
 - e. *Convênios sob sua responsabilidade.*
- III. *Programar:*
 - a. *O sistema da folha de acordo com a legislação própria;*
 - b. *A inclusão na folha das indenizações fixadas judicialmente*
- IV. *Acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes;*
- V. *Promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto;*
- VI. *Efetuar críticas da folha;*
- VII. *Gerar relatórios:*
 - a. *Para processo de empenho da folha;*
 - b. *De ordem bancária e mídias com arquivos eletrônicos para pagamento.*
- VIII. *Gerar e enviar GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;*
- IX. *Conferir o cálculo e despachar processos de diárias;*
- X. *Gerar:*
 - a. *DIRF – Declaração de Imposto Retido na Fonte, encaminhando-a à Receita Federal;*
 - b. *Demonstrativos individuais de Imposto de Renda Retido na Fonte, para fins de declaração anual de imposto de renda pessoa física;*
 - c. *RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais, encaminhando-o ao Ministério da Previdência Social;*
- XI. *Fazer a análise e despacho de processos;*
- XII. *Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.*

1.1 Descrição das principais atividades realizadas no exercício

- a) *Elaboração do Calendário de Pagamento do exercício;*
- b) *Geração de Informações para LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício, referente às despesas com pessoal;*
- c) *Lançamentos em folha de pagamento, conforme atos, de portarias e documentos enviados via sistema de protocolo (Digidoc);*
- d) *Processamento de todas as Folhas de Pagamento da instituição;*
- e) *Geração de DIRF e RAIS do exercício anterior;*
- f) *Geração Mensal da GFIP e relatórios para o FEPA e FUNBEN e SAAP – TCE/MA;*
- g) *Elaboração da planilha FUNBEN, conforme regimento desse órgão;*

- h) Programação do Sistema da Folha, conforme legislação;
- i) Envio de informações para os relatórios de gestão fiscal por quadrimestre;
- j) Realização de instrução processual, com cálculos e informações;
- k) Geração da Tabela de Rubricas para o e-Social.
- l) Geração dos eventos s1200 – Servidores Regime Geral de Previdência e s1202 – Servidores Regime Próprio de Previdência para o e-Social.
- m) Geração de Folha de Pagamento de Auxílio-Saúde de Inativos contemplando servidores aposentados e pensionistas de membros e servidores.
- n) Geração de Folha de Pagamento de estagiários.
- o) Geração de Folha de Pagamento de Policiais da Reserva
- p) Geração de Folha de Pagamento de ATS retroativo a inativos.

2 AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

- Otimização dos lançamentos em folha, com padronizações de planilhas junto ao RH, para fazer lançamentos em massa de forma rápida, precisa e mais eficiente;
- Otimização dos lançamentos e controle das consignações em folha, com padronizações e utilizações de planilhas junto às instituições;
- Lançamento de dados no novo sistema de folha, o GESP FOLHA, e sincronização com o sistema antigo, para melhorar cada vez mais o processo de lançamento no GESP e otimizar o processamento no sistema antigo;
- Prestação de informações e consultoria para a empresa desenvolvedora do sistema GESP FOLHA, a BASIS, para conclusão e implantação definitiva dos sistemas;
- Geração de novo relatório de resumo de folha, para otimizar os serviços de liquidação de folha pela COF;
- Melhorias na importação de dados da SEGEP para alimentação automática do portal da transparência, referente a aposentados e pensionistas;
- Melhorias e otimizações no portal da transparência, conforme recomendação do CNMP e em alinhamento com o Planejamento.

3 OUTROS DESTAQUES

- Foi implantado o percentual de 6,1% no contracheque dos servidores ativos a partir de abril de 2022.
- Foi implantada a Parcela do Art.128, §5º, C, CRFB - PA 20442022 (Ats - D. Jud) a membros, a partir de março de 2022.
- Foi implantada a geração dos eventos s1200 e s1202 para o e-Social.
- Foram enviados os eventos e-Social a partir de outubro.

4 NÚMEROS

4.1 Número de servidores

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

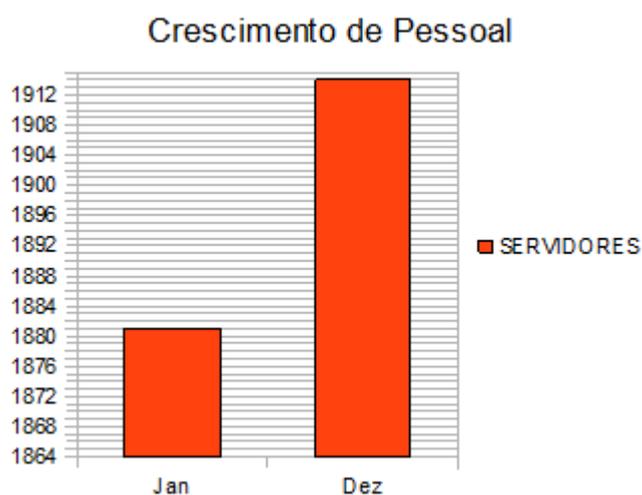
Tabela 74 – Demonstrativo do crescente aumento na demanda dos serviços da CFP

ANO	MÊS	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO
-----	-----	-----------	------------	-------------

2022	1	Comissionado	539	-
2022	1	Efetivo	613	-
2022	1	Membro	324	-
2022	1	Requisitado	405	-
TOTAL			1881	
2022	12	Comissionado	537	-0,37%
2022	12	Efetivo	605	-1,31%
2022	12	Membro	321	-0,93%
2022	12	Requisitado	451	11,36%
TOTAL			1914	1,75%

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 52 – Crescimento de Pessoal



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

4.2 Contracheques Online

Tabela 75 - Estatísticas de acesso no ano de 2022

Acesso	Usuários		Acessos	
	2021	2022	2021	2022
AUTENTICAÇÃO DOC	1	1	61	80
consultaliq	1.861	2.073	54.168	60.198
contracheque2via	2.267	2.548	38.474	44.341
contrachequeexplano_html	866	862	1.881	1.969
demonstrativoirpf	1.853	1.842	3.569	3.345
demonstrativoirpfpen	56	60	175	182
fichafinanceira	1.282	1.309	7.269	7.590
mostrairpfapos	4		6	
mostrairpfatre	179	161	250	215
relmargem	7	1	7	3
transparênciafolhaativos	5	11	12	31
transparenciafolhaexercicioanterior		2		5
transparênciafolhamembrosativos	32	51	46	72

transparênciafolhamembrosinativos	7	8	9	11
transparênciafolhaoutrosbenefícios	2	1	2	1
transparênciafolhapensionistas	1	3	2	4
transparênciafolharemuneracoestemporarias	4	11	6	14
transparênciafolhaservidoresativos	112	144	223	385
transparênciafolhaservidoresinativos	3	5	3	10
transparênciafolhatodos	3	10	3	18
Total			106.166	118.475

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Número expressivo de mais de 100.000 acessos ao portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo a demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

5 CONSIGNAÇÕES

Tabela 76 - Consignações Ativas (com base no último mês do ano)

#	Favorecido	Lançamento	Valor
1	ABEM - BRADESCO	3	R\$ 336,90
2	AMPEM	477	R\$ 612.418,99
3	ASFUPEMA	425	R\$ 21.081,50
4	BRADESCO S/A	65	R\$ 93.815,20
5	CEF / EMPRESTIMO	191	R\$ 444.416,30
6	CONVENIO CONSIG 121498	421	R\$ 1.040.923,61
7	COOMAMP SICREDI	319	R\$ 241.662,70
8	FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	1	R\$ 259,06
9	MONGERAL	7	R\$ 3.554,51
10	RSPP REVIDENCIA - INVESTPREV	9	R\$ 72,75
11	SINDSEMP/MA	406	R\$ 37.246,74
	TOTAL VOLUME MENSAL	2.324	R\$ 2.495.788,26

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Tabela 77 - Evolução das Consignações

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos %	Crescimento Valores %
Jan	2.707	2.494.109,97	-%	-%
Dez	2.324	2.495.788,26	-16,48%	0,07%
TOTAL	-	4.989.898,23	-16,48%	0,07%

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

O volume de consignações quase não aumentou, porém, o ligeiro aumento do valor demonstra renovações.

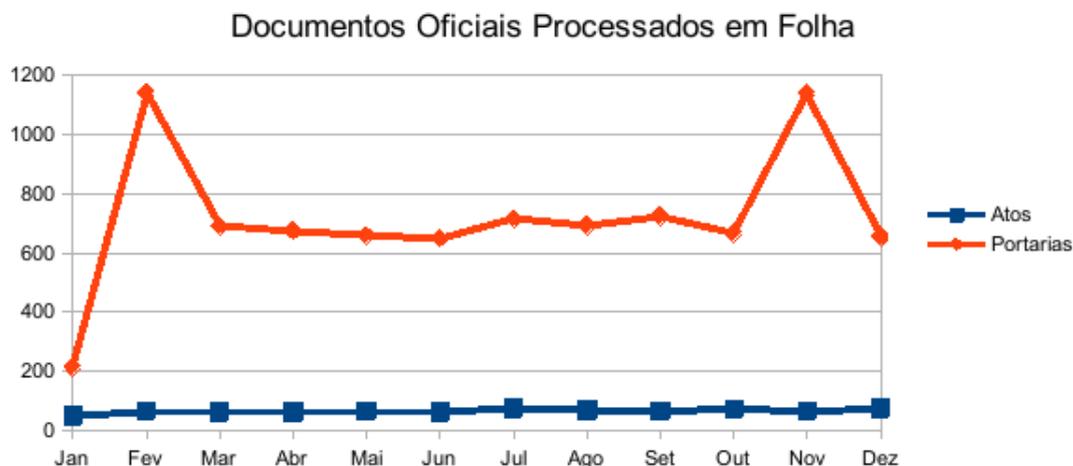
6 DOCUMENTOS PROCESSADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Tabela 78 - Número de Documentos processados em folha de pagamento

MÊS	Atos	Portarias	Total
Jan	48	211	259
Fev	64	1.141	1.205
Mar	62	690	752
Abr	62	675	737
Mai	63	657	720
Jun	61	649	710
Jul	73	715	788
Ago	69	691	760
Set	64	723	787
Out	71	667	738
Nov	64	1.142	1.206
Dez	74	654	728
Total	775	8.615	9.390

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 53 – Documentos Processados em Folha



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

7 EVOLUÇÃO DA FOLHA

Tabela 79 - Valores do Ano

ANO	MÊS	Bruto + Encargos	ANO	MÊS	Bruto + Encargos	Crescimento da Ordem de 9,96%
2021	Jan	38.146.115,67	2022	Jan	39.403.516,47	
2021	Fev	39.002.614,83	2022	Fev	41.842.248,96	
2021	Mar	37.960.285,69	2022	Mar	42.121.712,46	
2021	Abr	37.974.069,17	2022	Abr	44.993.374,30	
2021	Mai	37.796.095,28	2022	Mai	41.454.243,04	
2021	Jun	40.867.332,62	2022	Jun	42.033.257,02	
2021	Jul	37.894.733,64	2022	Jul	42.317.682,45	
2021	Ago	40.567.332,96	2022	Ago	44.035.377,09	
2021	Set	41.480.619,33	2022	Set	49.862.940,88	
2021	Out	40.668.285,47	2022	Out	51.906.293,19	
2021	Nov	43.802.275,08	2022	Nov	44.973.085,85	
2021	Dez	57.069.192,59	2022	Dez	58.904.425,86	
2021	13	29.498.861,16	2022	13	30.917.257,76	
Total		522.727.813,49	Total		574.765.415,33	

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 54 – Evolução da Folha



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

8 FOLHAS EXTRAS

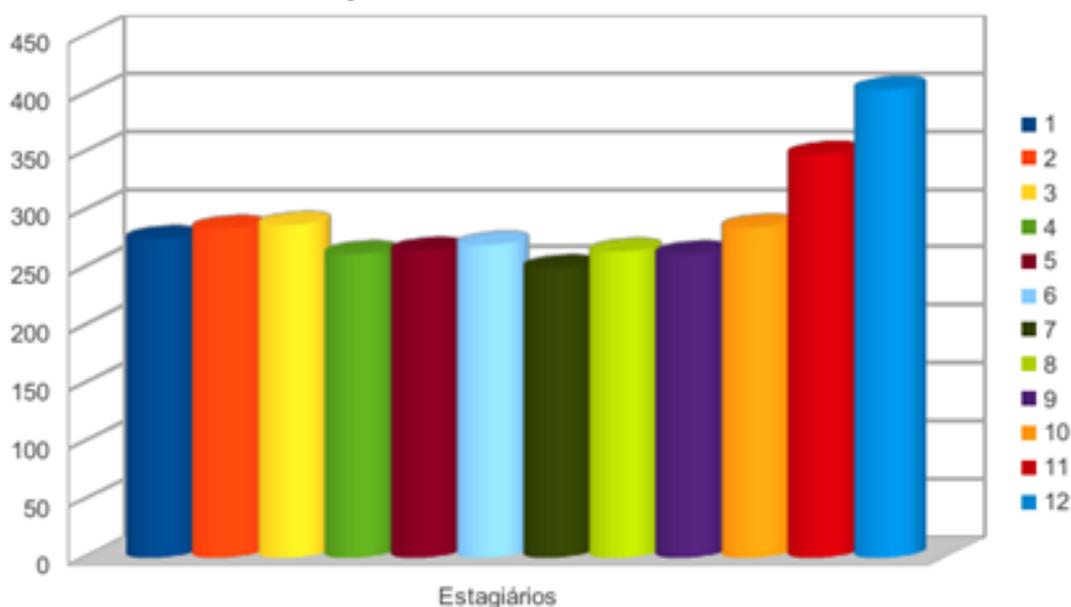
8.1 Bolsa-Estágio

Tabela 80 – Variação dos valores da Bolsa-Estágio em 2022

Ano	Mês	Estagiários	Valor	% Crescimento Estagiários	% Crescimento Valores
2022	1	275	R\$ 467.715,20	-	-
2022	2	284	R\$ 468.280,80	3,17	0,12
2022	3	287	R\$ 473.076,40	1,05	1,01
2022	4	262	R\$ 459.064,00	-9,54	-3,05
2022	5	265	R\$ 472.626,92	1,13	2,87
2022	6	270	R\$ 451.264,44	1,85	-4,73
2022	7	250	R\$ 447.006,36	-8	-0,95
2022	8	264	R\$ 480.993,88	5,3	7,07
2022	9	262	R\$ 466.122,48	-0,76	-3,19
2022	10	285	R\$ 508.548,20	8,07	8,34
2022	11	348	R\$ 610.457,04	18,1	16,69
2022	12	404	R\$ 675.766,56	13,86	9,66
TOTAL			R\$ 5.980.922,28	1,85	1,01

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 55 - Valores da Bolsa-Estágio em 2022



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

8.2 Policiais da Reserva

Tabela 81 – Valores da Folha de Pagamento dos Policiais Reserva

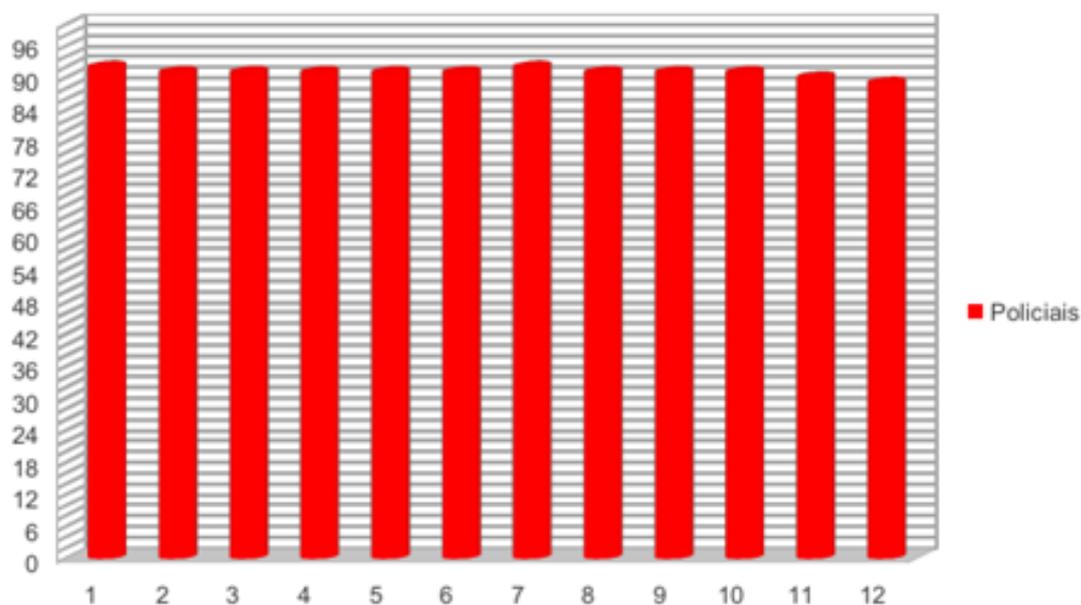
Ano	Mês	Policiais	Valor	% Crescimento	% Crescimento Valores
2022	1	92	R\$ 342.209,77	-	-
2022	2	91	R\$ 342.256,14	-1,10	0,01
2022	3	91	R\$ 343.511,00	0,00	0,37
2022	4	91	R\$ 378.879,53	0,00	9,34

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

2022	5	91	R\$	388.298,50	0,00	2,43
2022	6	91	R\$	381.930,53	0,00	-1,67
2022	7	92	R\$	378.033,61	1,09	-1,03
2022	8	91	R\$	376.599,68	-1,10	-0,38
2022	9	91	R\$	376.599,68	0,00	0,00
2022	10	91	R\$	376.599,68	0,00	0,00
2022	11	90	R\$	372.788,13	-1,11	-1,02
2022	12	89	R\$	370.362,57	-1,12	-0,65
TOTAL			R\$	4.428.068,82	0,00	0,00

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 56 - Valores da Folha de Pagamento dos Policiais Reserva



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

8.3 Auxílio-Saúde Inativos

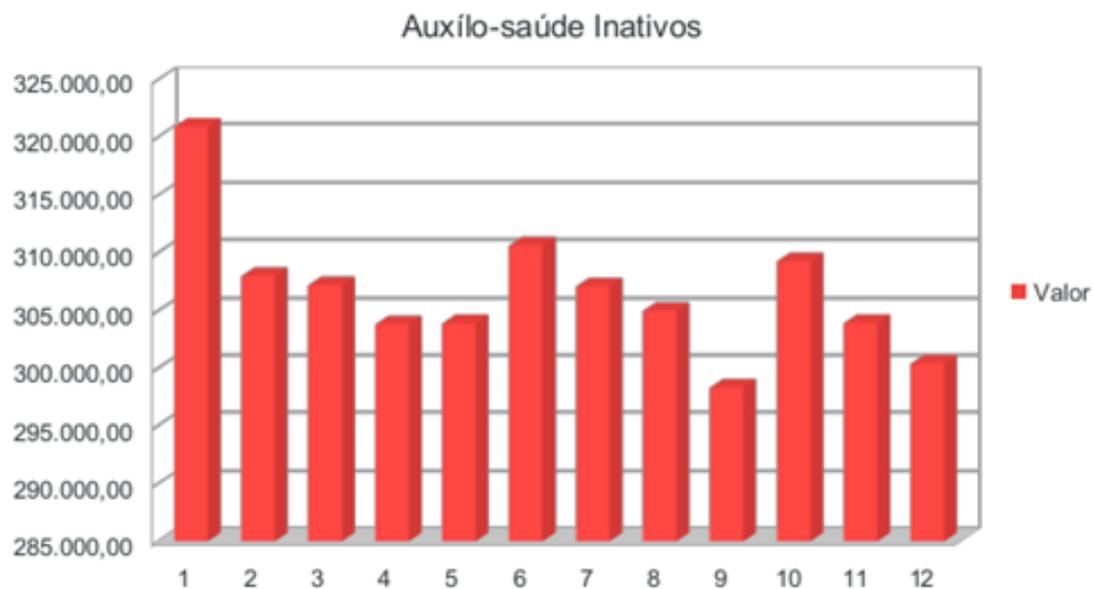
Tabela 82 – Valores da Folha de Pagamento do Auxílio-Saúde dos Inativos

Ano	Mês	Membros	Valor	% Crescimento	% Crescimento Valores
2022	1	129	R\$ 320.940,11	-	-
2022	2	131	R\$ 307.966,78	1,53	-4,21
2022	3	132	R\$ 307.194,11	0,76	-0,25
2022	4	132	R\$ 303.768,15	0,00	-1,13
2022	5	132	R\$ 303.868,55	0,00	0,03
2022	6	134	R\$ 310.615,25	1,49	2,17
2022	7	133	R\$ 307.069,02	-0,75	-1,15
2022	8	133	R\$ 304.957,99	0,00	-0,69
2022	9	131	R\$ 298.321,65	-1,53	-2,22
2022	10	132	R\$ 309.232,21	0,76	3,53
2022	11	133	R\$ 303.899,96	0,75	-1,75

2022	12	133	R\$	300.376,56	0,00	-1,17
TOTAL			R\$	3.678.210,34	0,00	-1,13

Fonte: CFP/PGJ, 2022.

Gráfico 57 - Valores da Folha de Pagamento do Auxílio-Saúde dos Inativos



Fonte: CFP/PGJ, 2022.

9 CONCLUSÕES

- Em 2022, número de servidores e remuneração permaneceu praticamente constante, não havendo crescimento significativo do quadro.
- Foram implementadas ações e otimizações nos processos e rotinas internas, com ganho de produtividade.
- Foi otimizado o portal da transparência, sendo melhorada a importação dos dados dos aposentados.
- Foi implementada a geração e o envio de eventos para o e-Social.

Coordenadoria de Administração (CAD)

Compete prioritariamente à **Coordenadoria de Administração - CAD** conforme **Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ**, as atividades de *planejamento, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle* de materiais de consumo e permanente (móveis e imóveis), além do registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis. Cabe ainda a esta Coordenadoria elaborar os Termos de Referência nos pregões eletrônicos, Estudos Técnicos Preliminares e os Projetos Básicos, no caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, acompanhar os Termos de Responsabilidade atinentes aos bens móveis sob a guarda das Unidades Administrativas detentoras de material permanente, assim como prestar informações e assistência à Comissão Permanente de Licitações-CPL nos procedimentos licitatórios de materiais de consumo e permanente, dentre outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

1 ESTRUTURA DA COORDENADORIA

Com o advento da **Lei Estadual nº. 9.688/2012** e **artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ**, a Coordenadoria de Administração é composta por **03 (três) Seções**, denominadas **Seção de Patrimônio**, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, **Seção de Material**, incumbida de gerir os materiais de consumo, e **Seção de Compras**, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

2 DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2022

2.1 Gestão Patrimonial

No ano de 2022 foram inauguradas várias obras de Promotorias de Justiça que demandaram providências para que fossem equipadas. Diante disso, realizamos aquisições de móveis e equipamentos tais como: estações de trabalho, mesas, armários, condicionadores de ar, cadeiras, dentre outros materiais.

Ainda sobre a gestão patrimonial, recebemos via DIGIDOC, mais de 200 (Duzentos) processos administrativos solicitando materiais permanentes que geraram mais de 800 (oitocentos) itens cadastro no sistema GESP-Patrimônio. Durante o ano 2022, realizamos atendimento de 2.076 (Dois mil, setenta e seis), bens móveis que envolveu toda uma logística de aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, transporte até a entrega efetiva dos bens.

Considerando os novos materiais atendidos e encaminhados às diversas unidades ministeriais e administrativas, para substituírem os móveis que estavam em uso e já tinham atingido o prazo de sua vida útil, foram aplicados os procedimentos de alienações para esses bens, quais sejam: doações ou inutilizações. Ao todo foram deflagrados 17 (dezessete) processos administrativos resultando na baixa de 1.219 (Hum mil, duzentos e dezenove) itens, beneficiando 15 (quinze) Instituições dentre públicas e filantrópicas.

Para execução dos procedimentos relatados acima, foram necessários os esforços da Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais desta Procuradoria Geral de Justiça-PGJ e das Promotorias de Justiça dos interiores do Estado. As doações contribuíram significativamente para melhorar as estruturas das instituições donatárias, colaborando destarte com os seus fins sociais, além de desonerar esta PGJ de gastos provenientes da utilização de espaço nos almoxarifados e Promotorias e recursos humanos para manutenção dos aludidos bens.

2.2. Imóveis Próprios

Atualmente a PGJ possui **58 (cinquenta e oito)** Imóveis Próprios/ sedes, sendo:

- **35 (trinta e cinco)** imóveis averbados;
- **23 (vinte e três)** imóveis pendentes de averbação;
- **22 (vinte e dois)** terrenos doados de forma condicional ou definitiva para construções de novas sedes.

Em 2022 foram averbados **04 (quatro) imóveis, sendo:** Açailândia, Araioses, São Luís Fonte do Ribeirão e Caxias- (antiga sede) esse último via decadência.

2.3. Imóveis afetados e cedidos

Por meio da Lei Estadual nº 11.266 de 25/05/2021, o Governo do Estado do Maranhão, afetou **09 (nove)** imóveis ao Ministério Público do Maranhão, que anteriormente eram cedidos, são eles:

Quadro 39 - Imóveis afetados

IMÓVEIS AFETADOS

ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO
1	ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro
2	BACABAL	Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro
3	BALSAS	Rua Dr. José Coelho Noieto, nº 155, Bairro: Potosi
4	LORETO	Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro
5	PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes
6	PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira s/n, Centro
7	SÃO JOÃO BATISTA	Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro
8	SEDE PGJ NOVA (CALHAU)	Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau
9	URBANO SANTOS	Rua da Graça nº 10, Centro

Fonte: CAD/PGJ, 2022.

E temos também outros 12 (doze) imóveis cedidos, onde funcionam as seguintes promotorias de justiça e órgãos do MPMA:

Quadro 40 - Imóveis cedidos

IMÓVEIS CEDIDOS

ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO
1	BARRA DO CORDA	Lote Urbano, Quadra M, Lote 14, Bairro: INCRA
2	CAJAPIÓ	Rua da Chapadinha, s/n, Centro
3	CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP (São Luís)	Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro
4	CODÓ (Nova Sede)	Avenida João Ribeiro, s/n, Centro

5	MIRADOR	Avenida Francisco Luiz, s/n, Centro
6	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro)
7	Promotorias de Justiça 33ª, 34ª e 37ª PROMOTORIAS INFÂNCIA e JUVENTUDE (Centro Integrado)	Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro
8	Promotorias de Justiça 35ª E 36ª PROMOTORIAS (PJECCA)	Rua Coelho Neto nº 01, Praça Maria Aragão, Beira-Mar
9	Promotoria de Justiça 23ª PROMOTORIA DA MULHER (CASA DA MULHER BRASILEIRA)	Av. Prof. Carlos Cunha, 572 - Jaracaty, São Luís - MA
10	SANTO AMARO	
11	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro
12	São Luís – Rua da Estrela	Rua da estrela, nº 427, centro

Fonte: CAD/PGJ, 2022.

3 SEÇÃO DE MATERIAL

3.1 Gestão de Material de Consumo

Em 2022 foram empregados para a aquisição de material de consumo, recursos no montante de **R\$ 1.036.654,49** (Um milhão e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), com vistas à manutenção dos estoques e ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, divididos conforme gráfico em anexo.

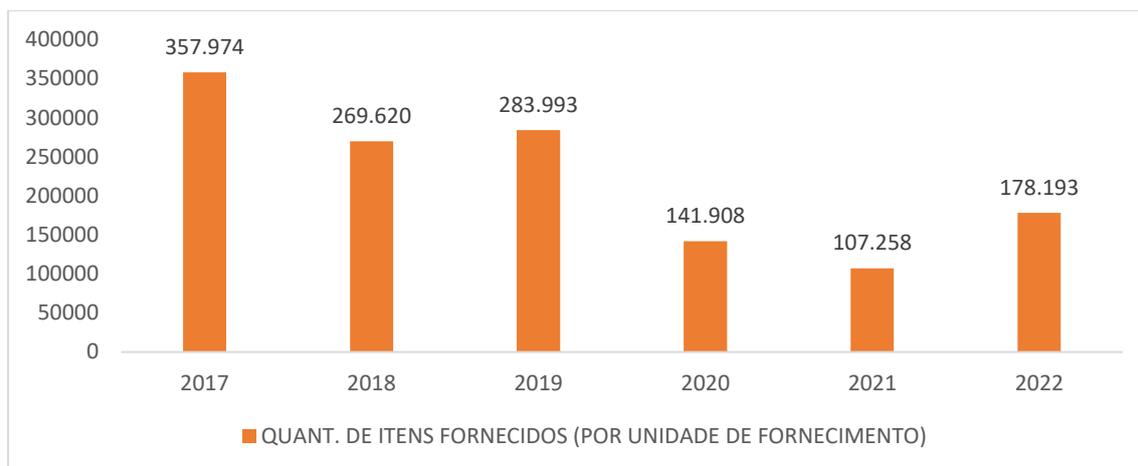
No sistema GESP – Materiais, levando em conta o Almoxarifado Central – Monte Castelo e o Almoxarifado da PGJ, foram atendidas um total de **3.004** (Três mil e quatro) requisições de materiais de consumo e delas foram fornecidas **178.193** (Cento e setenta e oito mil, cento e noventa e três) unidades de todos os itens requisitados. No quadro a seguir verificamos a evolução dos números e, em seguida, o gráfico das quantidades de itens fornecidos.

Tabela 83 – Atendimentos de materiais de consumo

ANO	QUANT. DE PEDIDOS	QUANT. DE ITENS FORNECIDOS (POR UNIDADE DE FORNECIMENTO)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620
2019	3.633	283.993
2020	2.707	141.908
2021	2.775	107.258
2022	3.004	178.193

Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Gráfico 58 – Atendimentos de materiais de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Os números referentes aos anos de 2020 e 2021 foram bastante reduzidos por influência da pandemia do Corona vírus, do reflexo na implantação do tele trabalho, aliado à regulamentação da tramitação dos processos extrajudiciais (SIMP) de forma eletrônica (ATOREG – 232020) e que repercutem atualmente. Aliás, cumpre informar que após essa regulamentação houve redução significativa no consumo do item Papel A4 que, por sua vez, influenciou diretamente nos demais itens de material de expediente como toner, pastas, grampeadores, etc.

Constatamos que o crescimento do número de itens fornecidos em 2022 se deu principalmente pela compra de mais materiais gráficos e pelo aumento significativo no consumo do item Água Mineral Sem Gás - 200 ml, em copo descartável.

A Seção de Material de Consumo também tem aperfeiçoado os processos de controle e abastecimento dos almoxarifados, por meio de constantes melhorias no sistema GESP-Materiais e adequando os estoques à tendência das mudanças observadas nos últimos anos.

4 SEÇÃO DE COMPRAS

As compras públicas constituem uma das áreas mais sensíveis e importantes que afetam a administração pública. Dado o poder aquisitivo do Estado, além de seu valor estratégico, o processo de compras públicas mobiliza e influencia todo ciclo organizacional e socioeconômico. Atualmente, a gestão das compras públicas é um tema cada vez mais importante na administração pública devido ao reconhecimento de sua complexidade e caráter estratégico. Portanto, é fundamental que os gestores públicos compreendam e discutam as compras públicas que vão além dos simples procedimentos administrativos e operacionais.

Nesse contexto, durante o ano de 2022, a Seção de Compras deflagrou 114 (cento e quatorze) processos de compras, divididos em 19 (dezenove) processos licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, 02 (dois) processos de adesão (pegando carona), 07 (sete) processos de adesão (dando carona), 03 (três) dispensas eletrônicas, com base na nova lei de licitações nº 14.133 de 1º de abril de 2021, 01 (um) processo de inexigibilidade para aquisição de ferramenta de cotação eletrônica denominada Banco de Preços e 82 (oitenta e dois) processos de solicitação de empenho de consumo e de permanente.

Destacamos também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto à

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e Almoxarifado, onde estamos buscando avanços e melhorias para o sistema para o SETOR DE COMPRAS, que proporcionará uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Tabela 84 – Total de processos de Compras

PROCESSOS	2021	2022
<i>Processos licitatórios</i>	22	19
<i>Adesões (pegando carona)</i>	16	2
<i>Adesões (dando carona)</i>	-	7
<i>Dispensas eletrônicas</i>	5	3
<i>Inexigibilidade</i>	1	1
<i>Solicitação de empenho</i>	58	82
TOTAL	102	114

Fonte: CAD/PGJ, 2021

Gráfico 59 - Total de processos de Compras



Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Vale destacar que a CAD já vem aplicando desde sua publicação a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – para a aquisição mediante processo de contratação direta, via dispensa eletrônica de licitação de material de consumo e material permanente.

Além disso, aplicamos os atos regulamentares ATOREG 47/2021 que disciplina a utilização da dispensa eletrônica para aquisição de bens e contratações de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e **ATOREG 44/2021** que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como peça precedente ao anteprojeto, ao Termo de Referência e ao Projeto Básico para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, nos termos disciplinados pela Lei federal nº 14.133/2021 no âmbito da PGJ.

Por fim, destacamos também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e Almoxarifado, onde estamos buscando avanços e melhorias para o sistema para o SETOR DE COMPRAS, que

proporcionará uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Dentre essas sugestões acima mencionadas, pontuamos os seguintes itens de inclusão e melhorias no sistema - Compras:

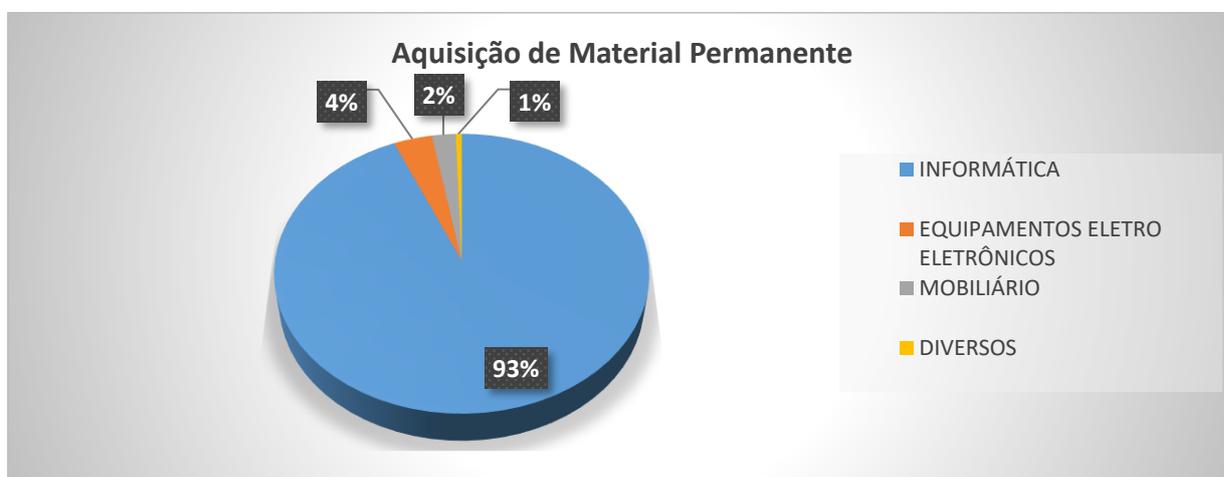
- Abertura do processo (fase interna)
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário)
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apurações de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

Tabela 85 - Aquisição de Material Permanente

Trimestral	Informática	Equipamentos Eletroeletrônicos	Mobiliário	Veículos	Diversos
1°	R\$ 353.135,92	R\$ 10.709,64	R\$ 0,00	R\$ 1.725,00	R\$ 353.135,92
2°	R\$ 642.033,00	R\$ 107.381,12	R\$ 0,00	R\$ 4.272,36	R\$ 642.033,00
3°	R\$ 0,00	R\$ 137.689,22	R\$ 161.567,78	R\$ 12.817,98	R\$ 0,00
4°	R\$ 9.536.227,50	R\$ 153.253,08	R\$ 92.319,80	R\$ 43.958,2	R\$ 9.536.227,50
TOTAL	R\$ 10.531.396,42	R\$ 409.033,06	R\$ 253.887,58	R\$ 62.773,54	R\$ 10.531.396,42
TOTAL					R\$ 11.257.090,60

Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Gráfico 60 – Total de processos adquiridos de material permanente



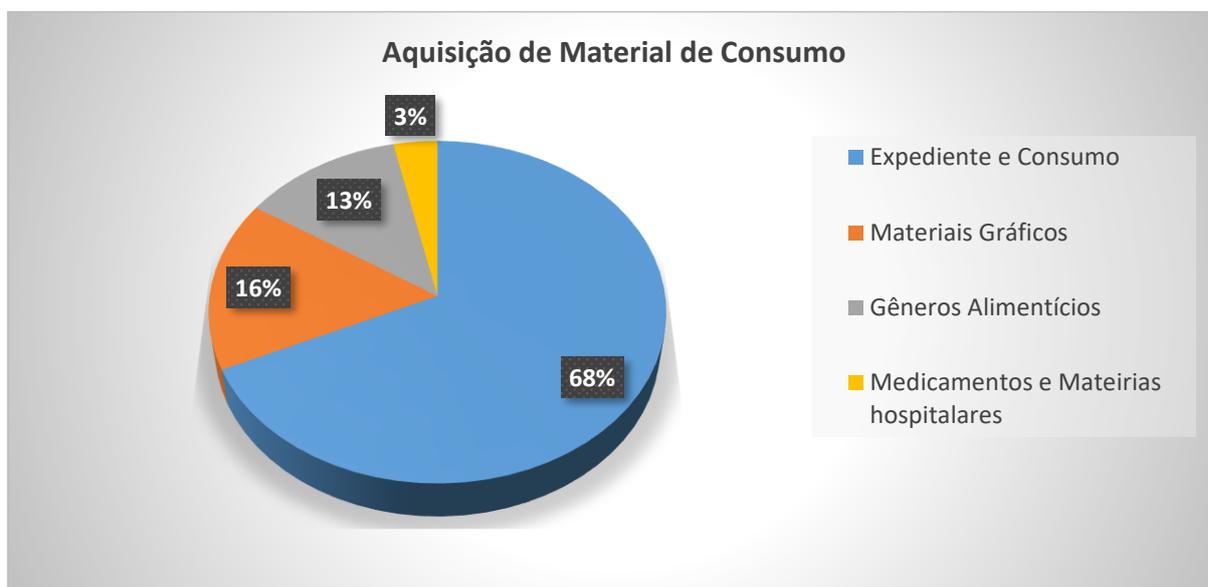
Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Tabela 86 - Aquisição de Material de Consumo

Trimestral	Consumo e Expediente	Materiais Gráficos	Gêneros Alimentícios	Medicamentos e Mat. Hospitalares
1°	R\$ 70.476,90	R\$ 49.550,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2°	R\$ 104.291,50	R\$ 22.590,00	R\$ 46.242,00	R\$ 5.659,28
3°	R\$ 338.797,19	R\$ 6.406,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4°	R\$ 192.934,05	R\$ 87.700,00	R\$ 82.400,00	R\$ 29.607,57
TOTAIS	R\$ 706.499,64	R\$ 166.246,00	R\$ 128.642,00	R\$ 35.266,85
TOTAL GERAL:				R\$ 1.036.654,49

Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Gráfico 61 - Total de processos adquiridos de material de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2022.

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir.

1 SEÇÃO DE PROJETOS

1.1. Projetos Desenvolvidos em 2022

- Projeto de construção da sede das Promotorias de Cururupu;
- Projeto de construção da sede das Promotorias de Itinga;
- Projeto de construção da Sede das Promotorias de Pastos Bons;
- Projeto de construção da sede das Promotorias de Bacuri;
- Serviços Técnicos de Topografia e Sondagem;
- Revisão dos Projetos da Promotoria de Justiça de São José de Ribamar;
- Projeto Básico de Licitação remanescente do Refeitório;
- Aquisição e atualização de Softwares;
- Adequação de Layouts.

1.2. Projetos previstos para 2023

- Projeto de construção da sede das Promotorias de Pedreiras;
- Projeto de construção da Sede das Promotorias de Pinheiro;
- Reforma do Casarão da Rua da Estrela;
- Reformulação do Projeto para construção da Nova Ouvidoria;
- Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Balsas;
- Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Bacabal;
- Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Santa Inês.

2 SEÇÃO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS

a. Avaliações realizadas em 2022

Quadro 41 - Avaliações realizadas em 2022

ITEM	LOCALIDADE/OBJETO	UNIDADE SOLICITANTE
1	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel urbano para sede da Promotoria de Justiça de Barão de Grajaú Processo Administrativo: 140832022	Secretaria Administrativo Financeira – SAF
2	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel urbano para sede da Promotoria de Justiça de Buriti Bravo Processo Administrativo: 78952022	Secretaria Administrativo Financeira – SAF

3	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel urbano para sede da Promotoria de Justiça de Pastos Bons Processo Administrativo: 149812022	Diretoria Geral – PGJ
4	Vistoria do imóvel pretendido para instalação de nova sede da Promotoria de Justiça de Raposa Processo Administrativo: 21182022	Diretoria Geral – PGJ
5	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel comercial para sede provisória do GAECO/Timon	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO/TIMON
6	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel comercial para sede provisória do NATAR de Timon	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça
7	Avaliação do valor locativo mensal de imóvel comercial - sala da Promotoria de Justiça de Timon Processo Administrativo: 53542022	Coordenadoria de Serviços Gerais – PGJ

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

Quadro 42 - Perícias realizadas em 2022

ITEM	LOCALIDADE/OBJETO	UNIDADE DEMANDANTE
1	Análise complementar sobre Tomada de Preços nº 02/2017, construção da nova Câmara Municipal de Viana/MA. Proced. Administrativo: 000577-266/2018	1ª Promotoria de Justiça de Viana/MA
2	Análise do Projeto Arquitetônico, com as soluções propostas para Acessibilidade da edificação do Hotel Padre Cícero em Caxias/MA INQUÉRITO CIVIL Nº: 000601-254/2019	5ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Caxias
3	Análise do Laudo de Acessibilidade da edificação do Hotel Alecrim em Caxias/MA. INQUÉRITO CIVIL Nº: 000601-254/2019	5ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Caxias
4	Análise do Projeto Arquitetônico, com as soluções propostas para Acessibilidade da edificação do Hotel Pousada Oásis em Caxias/MA INQUÉRITO CIVIL Nº: 000601-254/2019	5ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Caxias
5	Análise do Projeto Arquitetônico, com as soluções propostas para Acessibilidade da edificação da Pousada Vamos Lá em Caxias/MA. INQUÉRITO CIVIL Nº: 000601-254/2019	5ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Caxias
6	Análise dos mapas de forma a verificar se a propriedade do reclamado pertence ou não à gleba denominada de Associação Quilombola de Jacaré dos Pretos ATENDIMENTO AO PÚBLICO Nº: 000046-005/2021	Promotoria de Justiça de Icatu
7	Acessibilidade nas Agências do Banco Bradesco situadas na Comarca de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817784-17.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
8	Acessibilidade na Agência 2218 do Banco Bradesco situada na Comarca de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817782-47.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz

9	Acessibilidade nas Agências do Banco do Brasil situadas na Comarca de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817861-26.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
10	Acessibilidade na Agência 081 do Banco do Nordeste situada na Comarca de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817793-76.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
11	Acessibilidade na Agência 3611 do Banco Santander, situado na cidade de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817796-31.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
12	Acessibilidade na Agência 3645 - Sul Maranhense da Caixa Econômica Federal, situada na cidade de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº: 1008738-80.2019.4.01.3701	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
13	Acessibilidade na Agência 0030 do Banco da Amazônia, situado na cidade de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817792-91.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
14	Acessibilidade na Agência da SICCOB Oeste Maranhense situada na cidade de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº: 0817875-10.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
15	Acessibilidade na Agência da SICREDI Sul Maranhão, situado na cidade de Imperatriz/MA. AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº: 0817872-55.2019.8.10.0040	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
16	Acessibilidade no Hospital Macrorregional de Imperatriz Dra. Ruth Noleto e Centro de Medicina Especializada - CEMESP. Proced. Administrativo: 003678-253/2020	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
17	Averiguação das condições atuais da estrutura física da Edificação utilizada pela Instituição de Acolhimento Casa Conviver, município de Imperatriz/MA. Proced. Administrativo: 004261-253/2021	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
18	Averiguação da estrutura física das edificações utilizadas pelos 05 Conselhos Tutelares da Comarca de Imperatriz/MA. Proced. Administrativo: 004459-253/2021	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz

19	Averiguação da estrutura física da Quadra poliesportiva Jeová Pereira da Silva, anexa à Escola Municipal Prof. José Queiroz no município de Imperatriz/MA. Proced. Administrativo: 005983-253/2021	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
20	Acessibilidade em 17 unidades de ensino do município de Governador Edison Lobão/MA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA N°: 001372-253/2021	Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça / 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz
21	Análise sobre regularidade da Revitalização e Reforma do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Presidente Dutra/MA. Proced. Administrativo: 001136-280/2019	1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra/MA
22	Vistoria nas Unidades habitacionais construídas pelo programa “nossa casa” do município de Bacabeira/MA. Proced. Administrativo: 06/2019 – 1ª PJR	1ª Promotoria de Justiça de Rosário – MA
23	Perícia sobre Convênio nº 212/2013, cujo objeto é a pavimentação de vias em blocos de concreto no município de Santa Rita/MA. Proced. Administrativo: 000050-004/2015	Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita
24	Vistoria e avaliação das condições estruturais da ponte sobre o igarapé Grijó no Município de Santa Rita/MA. Proced. Administrativo: 000258-004/2015	Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita
25	Avaliação de execução e vícios construtivos na ponte sobre o rio Itapecuru no trecho que liga os povoados Areias e Porto Alegre em Santa Rita - MA. NOTÍCIA DE FATO N°: 000471-004/2018	Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita
26	Acessibilidade no conjunto habitacional Miguel Arraes na cidade de Timon/MA. Proced. Administrativo: 001712-252/2019	6ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon
27	Acessibilidade na Agência 2442 da Caixa Econômica Federal situada na cidade de Timon/MA. Proced. Administrativo: 003228-252/2021	6ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Timon
28	Inspeção na Obra de drenagem e pavimentação da Rua Jamil de Miranda Gedeon, mais conhecida como Rua 50. Proced. Administrativo: 002220-252/2022	5ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon
29	Avaliação de acessibilidade do prédio da Promotoria de Justiça de Zé Doca/MA. Proced. Administrativo: 2691/2022	Promotorias de Justiça de Zé Doca - MA
30	Vistoria da situação física do imóvel do Abrigo Feminino Bequimão – São Luís	11ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos Direitos Fundamentais
31	Vistoria da situação física do imóvel do Abrigo Institucional COHAB – São Luís	11ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos Direitos Fundamentais
32	Vistoria da situação física do imóvel da Casa de Acolhida – Sítio Leal – São Luís	11ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos Direitos Fundamentais
33	Vistoria da situação física do imóvel do Centro POP - Centro – São Luís	11ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos Direitos Fundamentais

34	Vistoria da situação física do imóvel do Centro POP - Cohab – São Luís	11ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos Direitos Fundamentais
35	Acessibilidade nos Estacionamento dos Condomínios Grand Park – Parque das Águas, Parque dos Pássaros, Parque das Árvores e Varandas. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº: 0835979-85.2019.8.10.001	Diretoria Geral - PGJ
36	Acessibilidade de Estacionamento do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital, Centro Cultural e Administrativo do MP e Sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Proced. Administrativo: 008170-500/2022	Diretoria Geral - PGJ
37	Análise sobre a Concorrência nº 016/2013-CPL, serviços de reforma no Mercado Municipal do Anil, no Município de São Luís/MA. INQUÉRITO CIVIL Nº: 02/2017 (SIMP: 003583-500/2017)	28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa
38	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Abrigo Institucional Acolher e Amar	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
39	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Bons Meninos	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
40	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Divina Providência	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
41	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Farol da Esperança	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
42	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Pérolas Calabrianas	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
43	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Raízes Calabrianas	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
44	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Casa Lar Sementes do Reino	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
45	Vistoria para avaliação dos parâmetros de funcionamento do imóvel do Abrigo Institucional Pouso Obras Sociais	38ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude
46	Análise sobre irregularidades em procedimentos licitatórios de Estradas Vicinais do Município de Alto Alegre do Pindaré. Proced. Administrativo: 007541-500/2021	Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro racione muneris
47	Análise sobre irregularidades em procedimentos licitatórios do Matadouro Municipal do Município de Alto Alegre do Pindaré. Proced. Administrativo: 007541-500/2022	Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro racione muneris

48	Análise e comparação entre convênios, contratos e procedimentos licitatórios realizados no Município de Barra do Corda. Proced. Administrativo: 003568-750/2022	Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro racione muneris
49	Análise de regularidade no procedimento licitatório Tomada de Preços Nº 009/2021 do Município de Cândido Mendes. Proced. Invest. Criminal: 025884-500/2021	Assessoria de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro racione muneris
50	Acessibilidade na Escola Erasmo Dias de Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2018	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
51	Acessibilidade na Escola Domingos Vieira Filho em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2018	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
52	Acessibilidade na Escola Luís Sérgio Cabral em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2019	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
53	Acessibilidade na Escola Robson Campos Martins em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2020	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
54	Acessibilidade na Escola Professor Machadinho em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2021	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
55	Acessibilidade na Unidade Escolar Vitório Silva em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2022	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
56	Acessibilidade na Escola Pires Colins em Paço do Lumiar. Processo Administrativo: 20944/2023	3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
57	Vistoria de referente a recuperação de vias públicas, bem como construção de galerias de escoamento de água. Ação Civil Pública nº 0000595-18.2008.8.10.0049	04ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar
58	Vistoria das Ruas 17, 96, 98 e 100 no bairro Maiobão para possíveis intervenções em drenagem superficial e profunda na área. Ação Civil Pública nº 0810007-35.2018.8.10.0001	04ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar
59	Análise sobre a Tomada de Preço nº 003/2018, construção de uma praça no bairro Sítio Grande, no Município de Paço do Lumiar. NOTÍCIA DE FATO Nº: 000670-507/2019	1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
60	Acessibilidade Condomínio Riviera II em São José de Ribamar. Processo Administrativo: 15272020	3ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar
61	Acessibilidade Escola Maria Amélia Bastos em São José de Ribamar. Proced. Administrativo: 002082-506/2017	3ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar
62	Acessibilidade na Câmara Municipal de São José de Ribamar. Processo Administrativo: 13631/2022	3ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar
63	Acessibilidade na Prefeitura Municipal de São José de Ribamar. Processo Administrativo: 13631/2022	3ª Promotoria de Justiça de São José de Ribamar
64	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 1º Tabelionato de Protesto de Letras e outros títulos de créditos	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
65	Acessibilidade nos prédios dos Cartório - 2ª Zona Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
66	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 5º Tabelionato de Notas	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos

		Direitos da Pessoa com Deficiência.
67	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
68	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 4ª Zona Registro Civil das Pessoas Naturais	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
69	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 5ª Zona Registro Civil das Pessoas Naturais	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
70	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 6º Tabelionato de Notas	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
71	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 7º Tabelionato de Notas	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
72	Acessibilidade nos prédios dos Cartórios - 8º Tabelionato de Notas	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
73	Acessibilidade na Casa Abrigo de São Luís, instituição de acolhimento de mulheres em situação de violência	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
74	Manifestação sobre acessibilidade da calçada do prédio da S-Design Motors e Serviços de Automóveis LTDA Proced. Administrativo: 006840-500/2020	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
75	Acessibilidade no Edifício Lausanne, bairro Jardim Renascença	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
76	Acessibilidade na edificação do Instituto de Olhos São Luís da Silva Maia	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
77	Acessibilidade na edificação do PROCON localizado no Espaço Viva Cidadão - Centro	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
78	Audiência - Fiscalização do Município de São Luís no que se refere à acessibilidade na cidade. Proced. Administrativo: 006152-500/2021	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

79	Reunião - Reserva de vaga de carro para PCD na agência do Banco do Brasil do bairro Cohab Anil II. Proced. Administrativo: 023667-500/2021	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
80	Reunião - Reserva de vaga de carro para PCD no estacionamento do Condomínio Varandas Gran Park. Proced. Administrativo: 000111-509/2022	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
81	Reunião - Acessibilidade em veículos de transporte coletivo da empresa Expresso Rodoviário 1001 Ltda. Proced. Administrativo: 001691-509/2021	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
82	Manifestação acerca do Ofício 15ª PJESLZ-602022 de verificação de sinalização de vagas para PCD no Instituto Maranhense do Rim	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
83	Manifestação acerca de documentação enviada pelo Comercial Belo center sobre adaptações de acessibilidade referentes ao Processo nº 0814969-67.2019.8.10.0001	15ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

3 SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Quadro 43 – Fiscalização de Construção e Obras Novas

	Identificação	Empresa	Situação em Dez/2022
1	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Estreito	Forte Construções	Concluída
2	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Loreto	Forte Construções	Concluída
3	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São Domingos Do Maranhão	Modular Construção e Comércio	Concluída
4	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Mirador	Construtora Penha	Concluída
5	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Santa Luzia Do Paruá	Forte Construções	Em Andamento
6	Construção do Refeitório da Sede das Promotorias de Justiça da Capital	Forte Construções	Em Andamento
7	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Cururupu	Mc Corrêa	Em Andamento
8	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	Fênix Construções	Em Andamento

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

Quadro 44 – Fiscalização de Obra em Reforma

	Identificação	Empresa	Situação em Dez/2021
1	Reforma do Prédio Sede das Promotorias de Justiça do Consumidor	TORQUATO	Em Andamento

2	Reforma do Núcleo Comunitário de Mediação de Práticas Restaurativas (Divinéia)	D3 Arquitetura e Construções	Em Andamento
---	--	------------------------------	--------------

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

4 SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

a. Manutenção Preventiva

- 1 PJ AÇAILÂNDIA
- 2 PJ ANAJATUBA
- 3 PJ ANAJATUBA
- 4 PJ BARREIRNHAS
- 5 PJ BOM JARDIM
- 6 PJ BURITI
- 7 PJ BURITI BRAVO
- 8 PJ BURITICUPU
- 9 PJ CANDIDO MENDES
- 10 PJ CARUTAPERA
- 11 PJ CAXIAS - DISTRITAL
- 12 PJ ESPERANTINÓPOLIS
- 13 PJ GOV NUNES FREIRE
- 14 PJ HUMBERTO DE CAMPOS
- 15 PJ JOSELÂNDIA
- 16 PJ MARACAÇUMÉ
- 17 PJ MONTES ALTOS
- 18 PJ PAULO RAMOS
- 19 PJ PINDARE-MIRIM
- 20 PJ PIO XII
- 21 PJ ROSARIO
- 22 PJ SANTA LUZIA
- 23 PJ SANTA QUITERIA
- 24 PJ SANTA RITA
- 25 PJ TURIAÇU
- 26 PJ TUTOIA
- 27 PJ URBANO SANTOS
- 28 PJ VARGEM GRANDE
- 29 PJ ZE DOCA

4.2. Manutenção Corretiva

Tabela 87 – Quantidade de Manutenções Corretivas no interior do Estado realizadas em 2022

Nº	PROMOTORIAS DO INTERIOR	Nº DE EXECUÇÕES
1	PJ ALCANTARA	1
2	PJ BACABAL	1
3	PJ BALSAS	3
4	PJ BARRA DO CORDA	1
5	PJ CÂNDIDO MENDES	1
6	PJ CARUTAPERA	1
7	PJ CAXIAS	3
8	PJ CHAPADINHA	1
9	PJ CODÓ	1
10	PJ COELHO NETO	2
11	PJ COLINAS	1
12	PJ COROATÁ	2
13	PJ DOM PEDRO	2
14	PJ ESPERANTINÓPOLIS	1
15	PJ IMPERATRIZ	2
16	PJ ITINGA DO MARANHÃO	1
17	PJ LAGO DA PEDRA	1
18	PJ MIRINZAL	1
19	PJ MONTES ALTOS	1
20	PJ MORROS	1
21	PJ PARNARAMA	2
22	PJ PEDREIRAS	1
23	PJ PINDARÉ MIRIM	1
24	PJ POÇÃO DE PEDRAS	1
25	PJ PRESIDENTE DUTRA	1
26	PJ S DOMINGOS DO MARANHÃO	1
27	PJ SANTA INÊS	2
28	PJ SANTA RITA	1
29	PJ SANTO ANTONIO DOS LOPES	1
30	PJ SÃO BERNARDO	1
31	PJ SÃO JOÃO BATISTA	1
32	PJ SÃO JOAO DOS PATOS	1
33	PJ TIMON	1
34	PJ TUNTUM	2
35	PJ VITORINO FREIRE	1
36	PJ ZÉ DOCA	1

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

Tabela 88 – Quantidade de Manutenções Corretivas nas unidades da capital realizadas em 2022

Nº	PROMOTORIAS DA CAPITAL	Nº DE EXECUÇÕES
1	PGJ	31
2	ALMOXARIFADO MONTE CASTELO	1
3	CASARÃO IMÓVEL DO REVIVER	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

4	CCA	24
5	CENTRO INTEGRADO	2
6	DISTRITAL DIVINÉIA	2
7	PAÇO DO LUMIAR	1
8	PJECCA	1
9	PROMOCAP	18
10	RAPOSA	1
11	SÃO JOSE DE RIBAMAR	1

Fonte: COEA/PGJ, 2022.

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

Em 2022, a equipe da Coordenadoria de Gestão de Pessoas priorizou estratégias da área de gestão de pessoas, com o intuito de promover a valorização de seu quadro de pessoal, para além do desempenho de suas atribuições e responsabilidades regimentais.

Neste ano, o Relatório de Atividades está estruturado com a apresentação dessas estratégias, denominadas como projetos, que abordaram às ações constantes no Planejamento Estratégico deste MPMA (2021 a 2009). Em seguida, apresentam-se as conquistas na área de Gestão de Pessoas, as descrições quantitativas e qualitativas das atividades desenvolvidas por esta CGP e finaliza-se com os desafios na área de gestão de pessoas.

1. PROGRAMAS E PROJETOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

1.1. Programa de Gestão de Desempenho Funcional voltada para resultados

Na rotina administrativa da Coordenadoria de Gestão de Pessoas a avaliação de desempenho é realizada pelo gestor de forma manual, o que dificulta a aferição de resultados e o planejamento de práticas que auxiliem no aperfeiçoamento da capacidade técnica dos servidores e, conseqüentemente, na qualidade do serviço prestado. Atualmente, a avaliação de desempenho não está sendo concebida como instrumento de diagnóstico capaz de subsidiar ações de gestão de desempenho que estimulem a melhoria da qualidade do serviço prestado pelas unidades.

Nesse norte, em atenção as Recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a implementação da Política Nacional de Gestão de Pessoas, que foi instituída neste órgão por meio do Ato nº 06/2018 e o Programa de Gestão de Pessoas por Competência pelo Ato nº 16/2018, foram propostos os projetos a seguir, que constituem o referido programa, com o fim de viabilizar a implementação de um novo modelo de gestão de pessoas nesta Instituição.

1.2. PROJETOS:

1.2.1. Estruturação da Seção de Gestão do Desempenho Funcional:

O Programa de Gestão de Pessoas por Competência possui como uma de suas finalidades, estimular o processo de desenvolvimento profissional e mensurar o desempenho individual, por meio da análise das manifestações das competências necessárias para o alcance de resultados esperados, com foco na melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados. Nesse âmbito, uma das propostas consiste na reestruturação da Seção de Desenvolvimento de Pessoal, com alteração da nomenclatura para Seção de Gestão do Desempenho Funcional, por isso é imprescindível a adoção de medidas para a reestruturar a seção com recursos materiais e servidores suficientes para o gerenciamento do desempenho funcional e a elaboração de propostas que visem o aperfeiçoamento de competências técnicas e comportamentais com foco na melhoria da qualidade do serviço prestado.

Providências Adotadas:

- a) Realização de benchmarking;
- b) Sensibilização da Administração Superior através da apresentação do projeto e do mapeamento de atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- c) Elaboração de cartilha publicada no site, para apresentação ao público interno;
- d) Visita institucional no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- e) Proposta de alteração da Resolução nº 03/2005 (Proc. 10411/2022);
- f) Alteração do número de membros da Comissão de Avaliação de Desempenho;
- g) Lotação dos membros da Comissão de Avaliação de Desempenho na Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- h) Definição de nível superior em qualquer área para a escolaridade dos membros da Comissão.

1.2.2. Sistema Informatizado de Gerenciamento do Desempenho Funcional

Atualmente, o Ministério Público do Estado do Maranhão utiliza o modelo de avaliação, com base na Lei 8.077/2004, observados os critérios e normas da Resolução nº 03/2005-PGJ, por isso se torna indispensável a alteração da Lei 8.077/2004 e da Resolução nº 03/2004 com o fim de adequar à Política Nacional de Gestão de Pessoas implementada pelo Ato nº 06/2018, que possui como finalidade estabelecer princípios e diretrizes de forma a integrar a gestão de pessoas aos objetivos estratégicos desta Instituição, estimular a implementação de estratégias e ações, desenvolvendo mecanismos de governança, a fim de assegurar a melhoria da gestão de pessoas e o acompanhamento de seus resultados, observando o interesse público, a eficiência, eficácia, efetividade e qualidade dos serviços públicos prestados a sociedade.

Providências Adotadas:

- a) Realização de benchmarking;
- b) Sensibilização da Administração Superior;
- c) Visita institucional no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- d) Elaboração de cartilha publicada no site, para apresentação do projeto ao público interno.

1.2.3. Gestão da Carreira dos Servidores na Classe C, Padrão 15

O quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público é composto por 603 (seiscentos e três) servidores efetivos, dos quais 53% (cinquenta e três por cento) são servidores que estão na Classe C, Padrão 15, ou seja, 320 servidores estão no último padrão da carreira. Através da análise de dados, relativos a entrega da avaliação de desempenho e pesquisa realizada junto a esse público, foi constatado o desestímulo dos servidores que estão na Classe C, Padrão 15 em apresentarem demonstrativo do seu desempenho funcional, com a entrega da avaliação.

Em razão disso, o projeto visa a análise da possibilidade de implementação da Gratificação de Desempenho Funcional-GADE, cuja concessão e manutenção estará relacionada a produtividade apresentada anualmente pelos servidores que estão na Classe C, Padrão 15.

Providências Adotadas e Resultados Alcançados:

- a) Realização de benchmarking;
- b) Sensibilização da Administração Superior;

- c) Visita institucional no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
- d) Elaboração de cartilha, publicada no site institucional, para apresentação do projeto ao público interno;
- e) Pesquisa e análise sobre a possibilidade de reelaboração do projeto, com o fim de ampliar a gratificação para os demais servidores e condicionar a produtividade setorial, com o fim de conceder a referida gratificação apenas para os servidores lotados nos setores que apresentarem maior produtividade.

1.2.4. Aperfeiçoamento das atribuições dos cargos de servidores efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal.

O Ministério Público do Estado do Maranhão possui em seu Quadro de Pessoal de Apoio Técnico Administrativo, 138 (cento e trinta e oito) cargos de Analista Ministerial, nas seguintes áreas/especialidades: administração, administrativa, assistência social, auditoria, comunicação, documentação, economia, engenharia, humanas, informática, perícia, processual e saúde; 470 (quatrocentos e setenta) cargos de Técnico Ministerial nas áreas: administrativa, execução de Mandados, edificações, informática e saúde; 19 (dezenove) cargos de Auxiliar Ministerial extintos a vagar.

As atribuições dos cargos foram descritas com observância às áreas de atividades e especializações profissionais, sendo regulamentadas através da Resolução nº 04/2005-PGJ, entretanto, fora feita de forma genérica, o que prejudica na prática o desempenho das reais atribuições dos cargos, bem como, compromete as análises dos processos de movimentação na carreira dos servidores. Dessa forma, há necessidade iminente de estudo, análise e consequente aperfeiçoamento das atuais atribuições dos cargos de Analista e Técnico Ministerial em suas respectivas áreas.

Providências Adotadas e Resultados Alcançados:

- a) Estudo, pesquisa e análise sobre as atribuições dos cargos;
- b) Sensibilização da Administração Superior;
- c) Elaboração de cartilha, publicada no site institucional, para apresentação do projeto ao público interno.

1.2.5. Programa de Preparação para Aposentadoria

A presente proposta visa preparar membros e servidores para o momento pós-aposentadoria, sendo o público alvo aqueles que atendam um dos seguintes requisitos: a) receberem abono permanência ou b) estarem há uma antecedência mínima de 2 (dois) anos para preencherem uma das regras previdenciárias para a aposentadoria, conforme recomendado no art. 28, II do Estatuto do Idoso e o art. 10, IV, c da Política Nacional do Idoso, pois conforme a Política Nacional de Gestão de Pessoas, a Gestão da Carreira consiste em propiciar o desenvolvimento individual e organizacional, sendo uma de suas diretrizes, a implementação de mecanismos de incentivo e valorização dos integrantes da instituição, de planejamento das carreiras e de preparação para aposentadoria.

Providências Adotadas e Resultados Alcançados:

- a) Realização de benchmarking;
- b) Sensibilização da Administração Superior;

- c) Visita institucional no Ministério Público do Estado de Rondônia;
- d) Elaboração de cartilha, publicada no site institucional, para apresentação do projeto ao público interno.

1.2.6. Projeto Práticas de Comunicação para integração do Público Interno

A presente proposta visa implementar práticas de comunicação que estabeleça a integração do público interno com a Instituição, com os quais deve ser garantida, igualmente, a oportunidade em participarem ativamente na efetivação dos novos projetos e na avaliação da prestação de serviço realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, responsável pelo gerenciamento dos direitos e deveres desse público.

Nesse sentido, para se estabelecer práticas de comunicação foram propostas as seguintes práticas:

- Criação do canal “FALE COM A CGP”, onde membros e servidores poderão registrar sugestões e reclamações sobre a área de Gestão de Pessoas;
- Realização de ENCONTROS REGIONAIS DE GESTÃO DE PESSOAS, que acontecerão anualmente por regional, cujo fim é abordar temas referentes à área de gestão de pessoas, a implantação do novo modelo de avaliação de desempenho e o desenho das atribuições dos cargos;
- Realização de AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, que acontecerão mensalmente, preferencialmente online, dirigido a todo o público interno, cujos temas versarão sobre educação financeira, relação interpessoal, comunicação não violenta, dentre outras abordagens;
- Realização de programação a ser transmitida via RADIO WEB MPMA, que consistirá em um boletim semanal sobre SAÚDE INTEGRAL.

Providências Adotadas:

- a) Sensibilização da Administração Superior;
- b) Elaboração de cartilha, publicada no site institucional, para apresentação do projeto ao público interno;
- c) Realização das seguintes palestras em parceria com a Escola Superior do Ministério Público e servidores, voltadas ao desenvolvimento de competências comportamentais:
 - Palestra 1 (09/08/2022): A contribuição da constelação sistêmica nas relações de trabalho - Facilitadora: Cláudia Luísa de Sousa Chaves- Assessora de Procurador de Justiça;
 - Palestra 2 (06/09/2022): A importância do desenvolvimento de competências sócio-emocionais na atualidade - Facilitador: Eliandro Rômulo Cruz Araújo- Analista Ministerial: Psicologia
 - Palestra 3 (03/10/2022): Violência contra a mulher - Facilitadora: Selma Regina Souza Martins- Promotora de Justiça
 - Palestra 4 (17/11/2022): A visão das terapias integrativas no gerenciamento de emoções - Facilitador: Luinaldo Ribeiro Gomes Júnior;
- d) Realização da II Mostra Artística Cultural de Talentos do Ministério Público, no dia 14/12/2022:

- Oficina de culinária ministrada pelo servidor José Luiz da Cunha Júnior- Técnico Ministerial;
- Oficina de maquiagem ministrada pela servidora Conceição de Maria Correa Amorim- Analista Ministerial

Figura 33 - Shows, Oficinas e Exposições marcaram a II Mostra Artística Cultural de Talentos do Ministério Público



- e) Portal da Coordenadoria de Gestão de Pessoas na intranet com informações de interesse do público interno, tais como: banco de servidores (bacharéis em direito) aptos a indicação para substituição; banco de currículos de voluntários; lista de cargos vagos para remoção de servidores; link para cadastro de servidores interessados em permuta; lista de antiguidade de membros e servidores; link com acesso direto ao saldo de férias, licença especial e prêmio; formulário de avaliação de desempenho; informações referentes aos projetos da Coordenadoria; calendário de palestras realizadas em parceria com a Escola Superior; calendário dos encontros regionais. O portal está em fase de construção com a Coordenadoria de Comunicação e a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação;
- f) Criação do Canal “FALE COM A CGP”, canal de recebimento de elogios, críticas e

sugestões. O canal está em fase de construção com a Coordenadoria de Comunicação e a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação.

2. CONQUISTAS / AVANÇOS NA ÁREA DE PESSOAL:

- Continuação do Coral Vozes do MP;
- Reajuste do Auxílio-Alimentação para servidores para o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a partir de 01/11/2022, pelo Ato Regulamentar nº 38/2022, DEMP 03/11/2022;
- Criação de 62 (sessenta e dois) vagas de estágio não obrigatório, sendo 41 (quarenta e um) para estudantes de graduação e 21 (vinte e uma) para pós-graduação pelos Atos Regulamentares nº 05/2022, de 34/2022, 37/2022 e o nº 45/2022;
- Homologação do Processo Seletivo Simplificado para estagiários não obrigatório de graduação e ensino profissionalizante, pelo Edital nº 105/2022, DEMP de 24/06/2022;
- Concessão, em caráter excepcional, de abono no valor do Auxílio-Alimentação de cada categoria, aos membros, aos servidores efetivos e comissionados, bem como aos policiais militares e aos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício (Ato Regulamentar nº 44/2022, DEMP de 24/11/2022);
- Regulamentação de condições diferenciadas às lactantes para exercício de suas funções institucionais pelo Ato nº 99/2022;
- Facultada a conversão em pecúnia de até 45 dias de licenças prêmios não gozadas de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Ordens de Serviço nº 02/2022, 13/2022 e 15/2022;
- Facultada a conversão em pecúnia de até 15 dias de férias não gozadas de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Ordens de Serviço nº 7/2022 e 12/2022;
- Facultada a conversão em pecúnia de até 30 dias de férias não gozadas de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Ordem de Serviço nº 16/2022.
- Informatização do registro de frequência dos estagiários não obrigatório pelo sistema de ponto eletrônico;

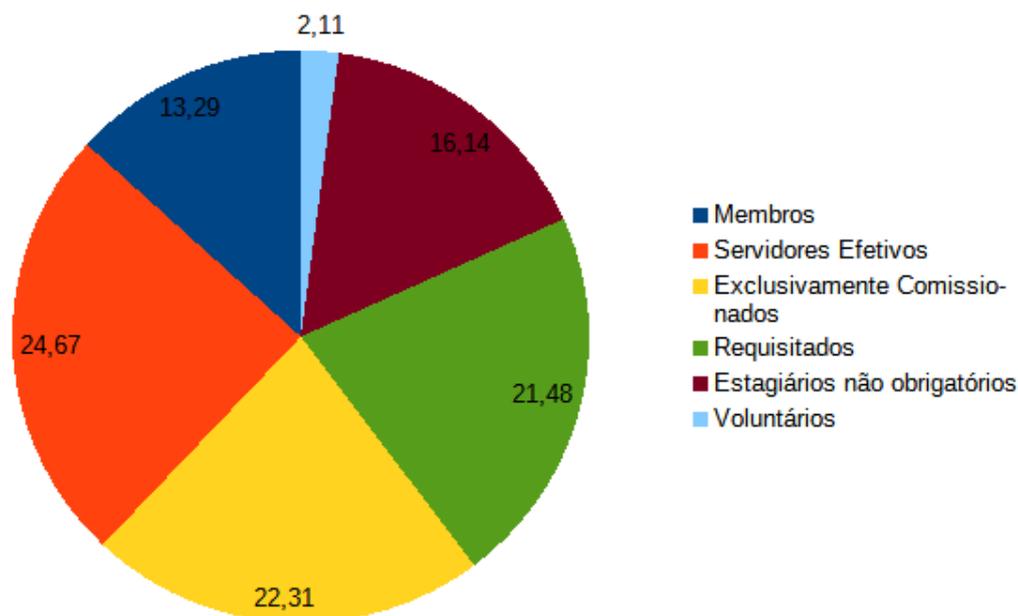
3. QUANTITATIVO DE PESSOAL

Tabela 89 - Quantitativo de Pessoal

Descrição	TOTAL em 31/12/2022	% de participação
Membros	321	13,29
Servidores Efetivos	596	24,67
Exclusivamente Comissionados	539	22,31
Requisitados	519	21,48
Estagiários não obrigatórios	390	16,14
Voluntários	51	2,11
TOTAL	2.416	100

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Gráfico 62 – Percentual do quantitativo de pessoal



Fonte: CGP/PGJ, 2022.

4. PROVIMENTO DE CARGOS

4.1. Provimento de cargos Efetivos:

Tabela 90 - Quantidade de provimentos – cargos efetivos

CARGOS EFETIVOS	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	0	1	0	0	1	13	13	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	0	-	0	0	1	22	8	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	0	1	0	0	0	39	19	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-
TOTAL	0	2	0	0	2	74	40	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

4.2. Provimento de Cargos Comissionados:

Tabela 91 - Quantidade de Provimentos – cargos comissionados

CARGOS COMISSIONADOS	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	39	20	96	16	40	31	47	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	24	11	29	16	16	39	25	43	28	87	33	44	37

De indicação de Promotor de Justiça	58	40	55	68	54	59	69	91	102	132	193	22	86
TOTAL	121	71	180	100	110	129	141	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Criação/provimentos de cargos de Assessor de Promotor de Justiça:

- 2010 = 80 cargos;
- 2011 = 36 cargos;
- 2012 = 198 cargos; e
- 2013 = 29 cargos

Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça.

4.3. Vacâncias cargos efetivos (Exoneração/Demissão, falecimento, aposentadoria)

Tabela 92 - Quantidade de Vacâncias - cargos efetivos

Cargo	Quantidade de Vacâncias - cargos efetivos												
	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Procurador de Justiça	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Promotor de Justiça	2	0	4	8	9	5	12	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	2	1	2	0	0	2	2	1	4	1	-	3	6
Técnico Ministerial	8	8	2	5	6	9	6	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	0	1	2	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL	13	10	10	13	15	18	20	12	23	10	12	18	38

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

4.4. Vacâncias cargos comissionados

Tabela 93 - Quantidade de Vacâncias - cargos comissionados

CARGOS COMISSIONADOS	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	43	20	92	19	17	21	31	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	23	11	29	11	18	32	24	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	54	37	52	65	52	51	71	76	80	93	42	22	5
TOTAL	120	68	173	95	87	104	126	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça.

Ressalte-se que proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

5. MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DE MEMBROS

Tabela 94 – Movimentação na carreira de Procuradores e Promotores de Justiça

Descrição	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção p/ Procurador de Justiça	1	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	14	1	17	7	19	0	4	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	0	0	7	0	5	8	7	38	3	1	26	22	16
Remoção	27	10	47	36	45	29	7	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria Procurador de Justiça	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria Promotor de Justiça	2	0	2	6	1	1	1	1	1	1	2	0	0
Demissão de Promotor de Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

6. MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA – SERVIDORES

Tabela 95 – Movimentação na carreira de Servidores

Descrição	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Homologação de estágio probatório	0	1	46	8	8	115	0	0	1	34	17	38
Promoção + Progressão	245	288	346	352	362	470	279	271	312	437	528	325
Remoções	12	23	16	22	17	43	7	14	62	9	16	10
Demissão	0	-	1	-	3	-	2	1	-	2	-	-
Reintegração	0	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-
Aposentadoria	3	2	2	2	-	1	-	-	1	-	1	-

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

7. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ:

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos **10 (dez) Adicionais de Qualificação em 2022.**

Tabela 96 – Série histórica de concessão do adicional de qualificação

ANO	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Adic. Qualificação concedidos	10	33	65	42	13	84	23	13	32	338

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 535 (quinhentos e trinta e cinco) servidores, correspondendo a 89,92% de um total de 595 (quinhentos e noventa e cinco) cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 97 – Resumo quantitativo de % - Servidores com AQ

	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
CARGOS PROVIDOS	133	443	19	595	100
Servidores COM AQ	126	398	11	535	89,92
Servidores SEM AQ	7	45	8	60	10,08

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Por oportuno, descrevemos a seguir a escolaridade do quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça:

Tabela 98 – Escolaridade dos Servidores Efetivos - 2022

NÍVEL	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
Fundamental	-	-	2	2	0,34
Ensino Médio	-	45	6	51	8,57
Graduação	10	148	6	164	27,56
Especialização	96	243	5	344	57,82
Mestrado	25	6	0	31	5,21
Doutorado	2	1	0	3	0,50
TOTAL de servidores	133	443	19	595	100,0

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

8. GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Tabela 99 – Situação dos Estagiários no MPMA

Descrição	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Ato Reg. - Quantitativo	45/22	48/21	fev./20	17/19	dez/17	dez/17	13/15	13/15	out/14
Nº Estagiários Criados	576	514	270	270	243	193	150	150	132
Admitidos	312	263	74	209	80	195	32	46	128

Renovação de Estágio	106	64	129	42	135	11	29	64	2
Desligados	194	166	95	162	82	61	98	56	18
Nº de estagiários em exercício em dezembro	390	272	206	228	181	183	49	115	127

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Obs. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os selecionados em 2016, assumiram em 2017. O seletivo de 2018 foi homologado em 2019. Não houve processo seletivo em 2020.

9. PROCESSOS SELETIVOS PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO:

Tabela 100 - Resumo do Processo Seletivo vigente

Processo Seletivo	2022	2021
	Graduação	Pós-graduação
PA	15514/2021	9994/2020
Homologação	Edital nº 105/2022, DEMP 24/06/22	Edital nº 12/2021, DEMP 03/02/21
Validade do concurso	Até 24/06/2023, podendo ser prorrogado até 24/06/24	Até 03/02/22, prorrogado pelo Ato 35/2022, DEMP 09/02/2022 até 03/02/2023.
Nº de vagas	São Luís = 136 , Interiores = 69 e Profissional = 03	200
Nº de aprovados	1.458	1.152
Nº de Admitidos	159	375

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

10. PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Foi criado pelo Ato nº 298/2018 e regulamentado por meio do Ato nº 24/2019.

Tabela 101 - Programa de Serviço Voluntário

Ano	Termos de Adesão	Termos de Renovação	Termos de desligamentos	Nº Voluntários Dezembro
2022	53	6	-	51
2021	41	8	36	37
2020	24	10	36	31
2019	67	-	26	41

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

11. CONCURSOS DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS – 2022:

Foram realizados e homologados **08 concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 22 Técnicos Ministeriais**. Ressalte-se que o 9º concurso será homologado em 2023.

Tabela 102 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP

ATIVIDADE	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Declaração de Margem de Consignação	674	734	696	977	746	694	586	831
Elaboração Atos de servidores e membros	467	357	706	455	496	64	521	579
Elaboração Portarias de servidores e membros	11.962	10.143	10.295	14.690	12.658	12.219	9.670	10.194
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Reg., outros)	12.429	10.500	11.001	15.184	13.268	12.833	10.191	10.773
Elaboração de Termos de Referência / Projetos Básicos	2	1	6	5	34	33	29	42
Termos de Compromisso de Estágio	312	263	74	209	80	189	32	46
Termo de Renovação de Estágio	106	64	129	42	135	11	29	64
Termo de Desligamento de Estágios	194	166	96	162	82	58	98	56
Termo de Realização de Estágio	194	166	96	162	82	58	94	56
Projetos Básicos	2	1	6	5	34	33	29	42
Ofícios expedidos	235	216	192	116	223	123	149	306
Memorandos expedidos	311	303	243	370	467	227	284	436

Fonte: CGP/PGJ, 2022

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina não mensurada, tais como:

- Cadastramento e alimentação do Sistema GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Informações em processos sobre direitos de membros e servidores;
- Elaboração da escala de férias de servidores;
- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;

- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Abertura e informação nos processos de verbas indenizatórias;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Gestão do Programa de prestadores de serviço voluntário incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos voluntários e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás e de identidade funcional;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização de Treinamentos.

12. DESAFIOS NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

12.1. Concessão de Adicional de Qualificação de nível médio para os Auxiliares Ministeriais cuja exigência é o ensino fundamental:

O Adicional de Qualificação, instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, é devido a partir da comprovação de ensino superior (graduação). Entretanto, na estrutura de cargos deste MPMA ainda existem 20 servidores ocupantes do cargo de Auxiliar Ministerial, cuja escolaridade exigida é ensino fundamental.

Atualmente dos 19 (dezenove) Auxiliares Ministeriais, 11 (onze) já recebem o Adicional de Qualificação, sendo 06 por graduação e 05 por pós-graduação. Dos 08(oito) restantes, 02 (dois) permaneceram com ensino fundamental, mas 06 (seis) tem ensino médio.

Entende-se que o Auxiliar Ministerial com ensino médio mereça, também, ter reconhecido o seu esforço por buscar uma escolaridade maior. Assim, sugere-se a alteração do Art. 2º do Ato Regulamentar nº 14/2013, para incluir um percentual tratando-se de ensino médio.

12.2. Quadro de Pessoal:

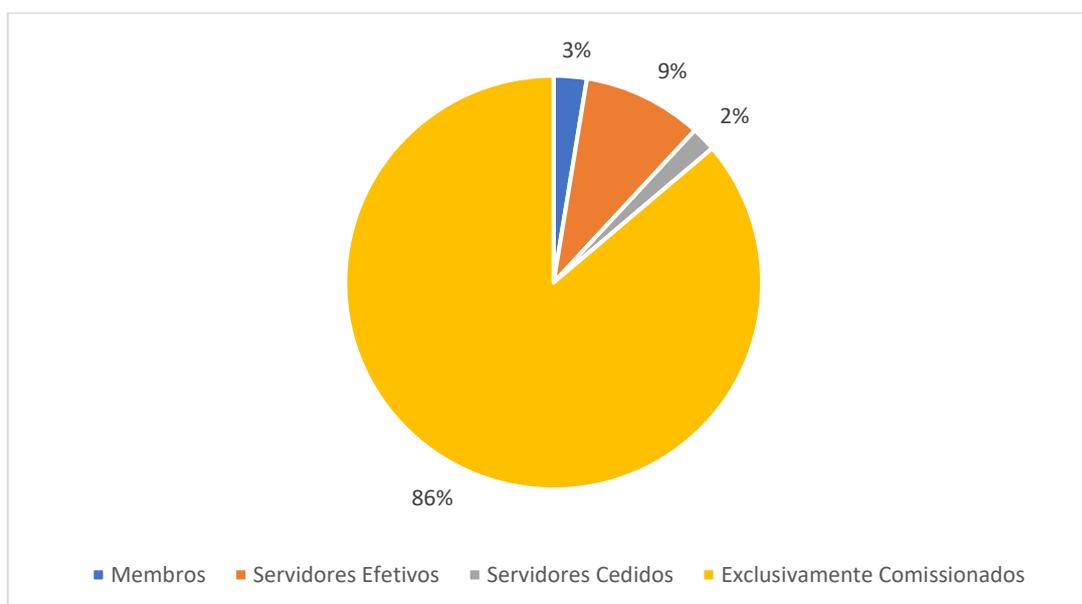
12.2.1 Adequação do percentual de cargos comissionados aos 50% destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos, conforme a Lei nº 8.077/2004:

Na distribuição dos 625 cargos comissionados providos em dezembro de 2022, apenas 9,28% são ocupados por servidores efetivos, conforme descrito a seguir:

Tabela 103 – Distribuição de Cargos Comissionados em 2022

Descrição	Quantitativo ocupado	%
Membros	16	2,56
Servidores Efetivos	58	9,28
Servidores Cedidos	12	1,92
Exclusivamente Comissionados	539	86,24
TOTAL Ocupados	625	100,00

Fonte: CGP/PGJ, 2022.



Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Entende-se que o quantitativo de servidores exclusivamente comissionados, também, possa gerar desmotivação nos servidores efetivos, além do risco da preferência por nomeação de servidores exclusivamente comissionados na tentativa de aumentar o número de servidores e resolver o problema do reduzido quadro de pessoal no MPMA.

12.2.2 Aumento da participação do número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados:

A análise da série histórica do quantitativo de servidores efetivos ocupando cargos comissionados demonstra que, além de se afastar do percentual de ocupação de 50% dos cargos comissionados, destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos, conforme a Lei nº 8.077/2004, o número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados somado ao quantitativo de Funções de Confiança, vem reduzindo, embora tenham sido criados cargos e novas funções, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 104 – Série Histórica dos servidores efetivos com cargo comissionado ou função de confiança

Servidores Efetivos ocupando	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Cargos Comissionados ocupados	58	60	65	79	81	83	96	105	102	99	96

Funções de Confiança – FC	76	76	76	76	76	76	70	70	70	70	70
TOTAL EFETIVOS COMISSIONADOS	134	136	141	155	157	159	166	175	172	169	166
EVOLUÇÃO	-2	-5	-14	-2	-2	-7	-9	3	3	3	51

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

12.2.3. Aumento da participação de cargos de servidores efetivos no quantitativo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo.

Tabela 105 - Estrutura de pessoal da PGJ/MA

Descrição	Quant	%
Servidores Efetivos - Criados	627	25
Exclusivamente Comissionados	539	22
Estagiários não-obrigatórios - criados	576	23
Cedidos	519	21
Policiais da Reserva	95	4
Voluntários	51	2
Terceirizados		
TOTAL	2.462	100

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

A priori, analisando o quadro de pessoal próprio desta PGJ formado pelos servidores efetivos, de natureza mais duradoura e não transitória, este corresponde somente a 26,68%. Para a área de gestão de pessoas isso sugere dificuldades na área de desenvolvimento de pessoal, gestão por competência, trilhas de aprendizado. Preocupa-se também com os custos altos para a admissão e os desligamentos, característicos desse modelo de rotatividade de pessoal.

A título de comparação, inclusive, percebe-se uma tendência decrescente no percentual de participação dos cargos efetivos nos 5 últimos anos:

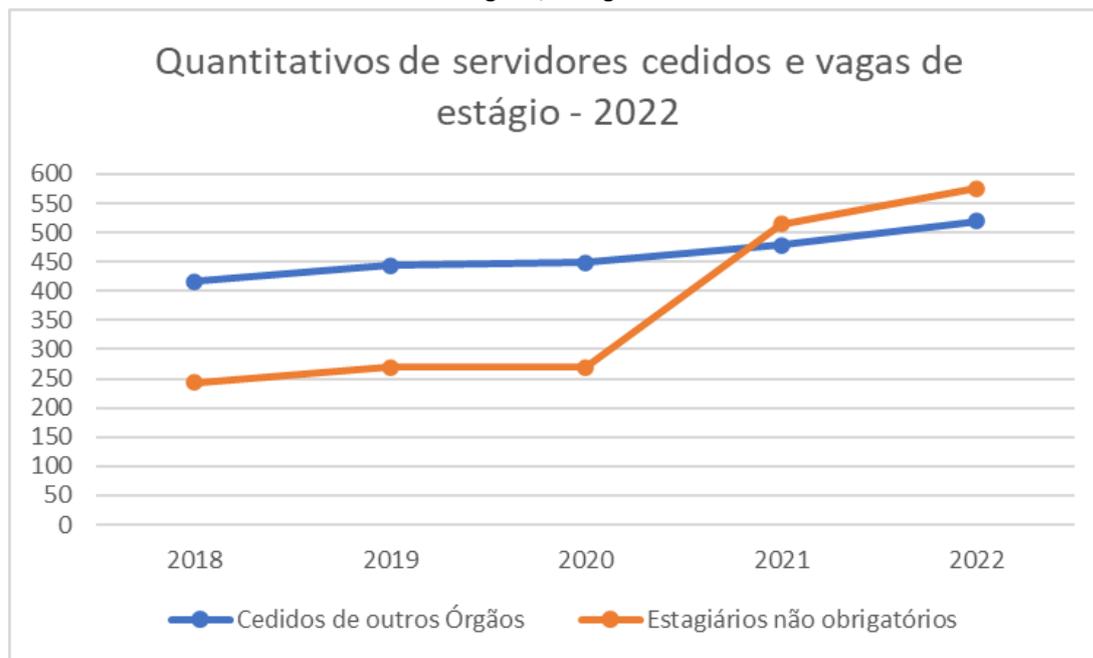
Tabela 106 – Criação de Cargos no MPMA

Vínculo - Cargos criados	2022		2021		2020		2019		2018	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Cargos Efetivos	627	26,68	627	27,99	628	31,81	630	32,01	630	32,93
Cargos Comissionados	628	26,72	628	28,04	628	31,81	624	31,71	624	32,62
Cedidos de outros Órgãos	519	22,09	471	21,03	448	22,70	444	22,56	416	21,75
Estagiários não obrigatórios	576	24,51	514	22,95	270	13,68	270	13,72	243	12,70
TOTAL	2.350	100	2.240	100	1.974	100	1.968	100	1.913	100

Fonte: CGP/PGJ, 2022.

Por outro lado, apresentam-se como tendência crescente, tanto os quantitativos como a participação % destes, nas categorias de estagiários (aumento de 137%) e de servidores cedidos de outros órgãos (aumento de 25%), conforme descrito no gráfico a seguir:

Gráfico 63 - Servidores cedidos de outros órgãos / estagiários



Fonte: CGP/PGJ, 2022.

12.2.4 Aumento do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo – criação de cargos efetivos:

É notório o aumento das ações deste MP nas diversas áreas de sua atuação. O suporte na área administrativa e nos demais conhecimentos técnicos especializados são fundamentais para que a área-fim atinja seus objetivos. O quantitativo de 627 cargos de servidores efetivos, distribuídos em 138 Analistas Ministeriais, 470 Técnicos Ministeriais e 19 cargos de Auxiliar Ministerial, extintos a vagar, é insuficiente para atender à crescente demanda. Ressalte-se que o MPMA está presente em 110 municípios, com 329 Promotorias de Justiça, 31 Procuradorias de Justiça e demais setores de apoio técnico-administrativo.

Estudos devem ser feitos para que, dentro das limitações orçamentárias impostas, sejam priorizados os cargos a serem criados, com suas áreas e especialidades.

12.3 Providências para a realização de concurso público para servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo:

O ano de 2022 encerra-se com este MPMA sem cadastro de reserva de aprovados em concurso público para provimento de 32 (trinta e dois) cargos efetivos vagos, sendo 05 (cinco) de Analista Ministerial e 27 (vinte e sete) de Técnico Ministerial, dos quais 16 (dezesseis) na área administrativa, 10 (dez) na de Execução de Mandados e 01 (um) de Informática.

13. DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

13.1. Atribuições regimentais da unidade, conforme legislação interna pertinente

A Seção de Saúde Funcional (SSF) é a unidade de saúde vinculada ao Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) que tem como função a assistência à saúde dos seus usuários. A organização da Seção de Saúde Funcional é regulamentada pela Ordem de Serviço N° 008/2016 – DG de acordo com o Ato Regulamentar n° 020/2008.

A SSF tem objetivo de prestar assistência médica, odontológica, psicológica e serviço de enfermagem através de atendimento ambulatorial, a todos os servidores ativos e inativos do Ministério Público do Maranhão e seus dependentes legais, assim como, em caráter de urgência e emergência, aos estagiários e prestadores de serviços terceirizados que estejam nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça.

14. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

14.1. Da Assistência Médica

Durante o ano de 2022 foram realizadas **1.502 consultas e atendimentos médicos presenciais**, assim como, atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, e consultas *online* a partir da publicação da Resolução do CFM nº 2.227/2018, Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur e Portaria GM/MS nº 467, de 20 de março de 2020, conforme dados da tabela 106. Já os processos relativos as licenças médicas totalizaram 1.655.

O setor odontológico realizou **6.603 serviços de promoção de saúde bucal** através de atendimentos e procedimentos preventivos e reabilitadores.

A assistência de enfermagem realizou **659 procedimentos**, tais como administração de medicamentos sob orientação médica odontológica, nebulização, curativos simples, verificação de sinais vitais, glicemia capilar, distribuição de preservativos, orientações de saúde.

No que concerne à assistência psicológica foram realizados **299 atendimentos**. São atendimentos que visam avaliar, orientar e acompanhar o paciente em situações de saúde mental e no desenvolvimento de sua carreira.

Tabela 107 - Atendimentos, consultas e procedimentos realizados durante o ano de 2022.

Especialidade	Atendimentos, consultas e procedimentos
Enfermagem	659
Medicina	1.502
Odontologia	6.603
Psicologia	229
Processos DIGIDOC (licenças)	1.655
Outros Processos DIGIDOC	48

Fonte: SSF/PGJ, 2022.

14.2. Das atividades de saúde programadas e executadas

14.2.1 Das atividades de saúde:

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidas atividades programadas de saúde voltadas para a prevenção das doenças e seus agravos no ambiente de trabalho, conforme a tabela a seguir.

Tabela 108 - Principais atividades programadas e executadas durante o ano de 2022 pela Seção de Saúde Funcional do MPMA.

Atividades	Público contemplado
------------	---------------------

Realização de teste rápido para COVID-19.	860
Vacinação	493

Fonte: SSF/PGJ, 2022.

Da mesma forma, em 2022 outras ações educativas de saúde programadas foram executadas no Ministério Público do Estado do Maranhão de acordo com a quadro a seguir.

Quadro 45 - Ações de saúde programadas e executadas durante o ano de 2022

Ações de saúde

1	Janeiro Branco: saúde mental. A Seção de Saúde realizou “Mês de Conscientização da Saúde Mental”, através de vídeos informativos.
2	Setembro Amarelo: mês de prevenção ao suicídio.
3	Outubro Rosa: mês da conscientização sobre a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. Vídeo institucional sobre o tema com o relato da servidora Lucina Macedo.
4	Novembro Azul: mês da conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata.
5	Workshop sobre saúde mental, com o Psicólogo Adriano de Lemos Alves Peixoto.
6	Campanha de vacinação da Influenza.
7	“Campanha Saúde dos Rins”: testagem para rastreamento de doença renal crônica.
8	Campanha de vacinação da COVID-19.

Fonte: SSF/PGJ, 2022.

14.2.2 Das atividades executadas, complementando as planejadas:

Considerando todo o contexto e os impactos do novo Corona vírus (SARS-COV 2), denominada COVID-19, foram adotadas práticas de saúde de acordo com o protocolo sanitário.

Do mesmo modo, foram realizados 860 testes rápidos para auxílio no diagnóstico da infecção pelo SARS-CoV-2 aos membros, servidores e demais colaboradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com acompanhamento pelos profissionais de saúde.

Estas atividades não-programadas e executadas adotou um protocolo para os atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de enfermagem que passaram por uma adequação de acordo com a quadro a seguir.

Quadro 46 - Principais atividades não programadas, mas executadas durante o ano de 2021.

Atividades

1	Orientação e realização de teste rápido para COVID-19.
2	Teleatendimento e teleconsulta.
3	Atualização da equipe de Saúde Funcional para adequação e padronização da rotina no ambiente de trabalho.

4	Realização de triagem prévia e organização de um protocolo de segurança durante a permanência na Seção de Saúde Funcional.
5	Reorganização do fluxo de atendimento, priorizando os atendimentos de urgência, reduzindo a quantidade de pacientes na sala de espera para evitar aglomeração.
6	Otimização da rotina de biossegurança (descontaminação, desinfecção e esterilização) e readequação dos ambientes de trabalho.

Fonte: SSF/PGJ, 2022.

15. AÇÕES DE MELHORIA DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

15.1 Ações de melhoria realizadas

Durante o ano de 2022 foram observadas melhorias na unidade que contemplaram:

- Continuidade da acessibilidade do usuário aos serviços oferecidos (teleconsulta e teleatendimento);
- Medidas de enfrentamento à COVID-19;
- Aquisição de equipamentos médico-odontológicos.

16. OUTROS DESTAQUES

Por fim, cabe destacar que este Relatório Anual de Atividades destacou as ações de saúde realizadas durante o ano de 2022, assim como as boas práticas, a fim de promover maior segurança e acolhimento para membros, servidores, colaboradores e usuários do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Tabela 109 - Total de atividades realizadas durante o ano de 2022 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Especialidade	Qtd.
Enfermagem	659
Medicina	1502
Odontologia	6603
Psicologia	299
Atividades	
Vacinação	493
Testes Covid	860
PROCESSOS licença saúde (LAPF,LS,LG,LP)	1655
OUTROS PROCESSOS DIGIDOC	48
Ações em Saúde	8
Total	12.127

Fonte: SSF/PGJ, 2022.

Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais, Transporte, Atendimento Operacional e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas inseridas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2022, entretanto algumas atividades foram limitadas pelos efeitos da Pandemia que limitou a efetivação de algumas ações.

Concernente à limpeza e conservação predial para atender as Promotorias de Justiça do interior, foram aditivados os contratos existentes com empresas especializadas neste serviço, que contemplam as Promotorias de Justiça de Codó, Caxias, Timon e Açailândia. O serviço de limpeza e conservação e recepção, também é prestado nas Promotorias de Justiça de Imperatriz, Bacabal e São Luís e Região metropolitana e todos os contratos foram renovados.

Cumpramos ressaltar que apenas essas Promotorias de Justiça foram contempladas com a contratação de empresa de limpeza e conservação devido à limitação orçamentária, porém, estamos trabalhando para ampliação desses serviços para as demais Promotorias de Justiça do interior do Estado.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes, dedetização na capital e interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras, manutenção de persianas, placas de sinalização, película, fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender as demandas solicitadas, utilizando o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços de mais qualidade.

Em relação às atividades de transporte, realizou-se manutenções corretivas e preventivas da frota. Foram adquiridos 05 veículos para atendimento das demandas do Procuradores de Justiça. Além disso foi efetivado contrato de locação de veículos, que contemplou a locação de 28 novos veículos para atendimento das demandas do interior do estado e capital. Atendeu-se, ainda, às demandas de viagens de servidores e membros e transporte de móveis e materiais, além de todo suporte de transporte em operações do GAECO e CAEI.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na renovação e/ou novos contratos de locação de imóveis para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, atuamos com ações de fortalecer a coleta de resíduos sólidos de maneira correta e contato diretamente com as diversas unidades ministeriais para reforçar a preocupação com o consumo, sobretudo, energia elétrica, água, telefonia e postagens. Na mesma esfera de atuação ambiental, fortalecemos o convênio com a UEMA através do programa “Café Sustentável”, onde busca a reutilização e destinação consciente para a borra de café, folhagem do pátio de vegetal e lixo orgânico produzido pelo restaurante. Participamos ainda da criação, manutenção do viveiro de plantas do MPMA, o que possibilitou a doação de mudas para a sociedade. Demos total apoio

às ações promovidas pela Comissão de Gestão Ambiental e realizamos a poda consciente das árvores do estacionamento da PGJ, com apoio e orientação do Corpo de Bombeiros Ambiental.

No que diz respeito a manutenção das Promotorias de Justiça, necessidades de reparos como: troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, reparo em PABX, ar condicionado, cerca elétrica e sistema de CFTV, esta coordenadoria atuou em parceria com as unidades desta PGJ (CMTI, COEA e CAEI), para atender todas as demandas e garantir que todas as unidades estivessem em condições de funcionamento.

Seguem, em anexo, o demonstrativo realizado em 2022, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 110 - Demonstrativo de Despesas Fixas – 2022

DESPESAS FIXAS	VALOR
Contrato de Locação de Imóveis	1.343.772,62
Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior	8.803.256,93
Serviço de Motorista	2.227.380,78
Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior	2.209.256,07
Serviço de Vigilância Armada - Capital e Interior	4.752.668,42
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	224.338,32
Fornecimento de Luz	3.742.200,00
Fornecimento de Água e Esgoto	322.904,35
Serviço de Telefonia Fixa	202.397,20
Serviço de Telefonia Móvel	103.260,00
Serviço de Postagem	194.617,47
Manutenção de Central Telefônica	124.516,34
Locação de Central Telefônica	39.990,00
Serviço de Seguro Total de Veículos	61.000,00
Manutenção elevadores - Capital e Interior	150.111,68
Aluguel de veículos	326.073,18
Visionet - Rádios Transmissores	33.408,00
TOTAL DESPESAS FIXAS	24.861.151,36

Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Gráfico 64 - Despesas Fixas da PGJ-MA em 2022



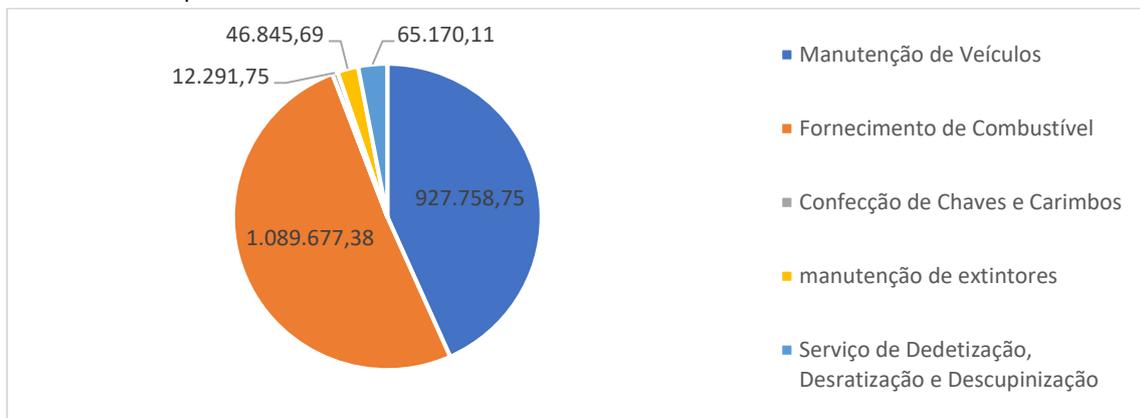
Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Tabela 111 – Demonstrativo de Despesas Variáveis em 2022

DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
Manutenção de Veículos	927.758,75
Fornecimento de Combustível	1.089.677,38
Confecção de Chaves e Carimbos	12.291,75
Manutenção de extintores	46.845,69
Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização	65.170,11
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	2.141.743,68

Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Gráfico 65 – Despesas Variáveis da PGJ-MA em 2022



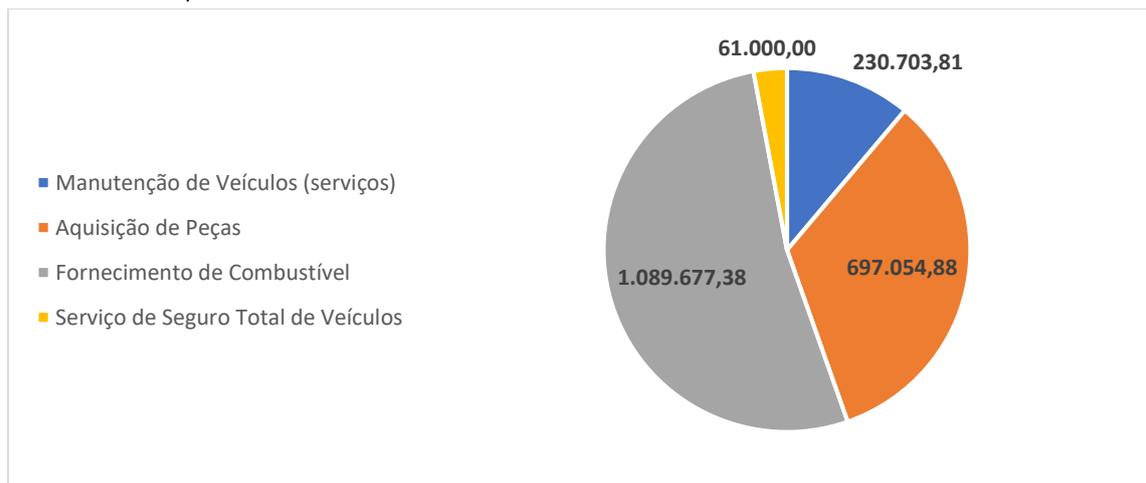
Fonte: CSG/PGJ, 2022

Tabela 112 – Demonstrativo de Despesas com Veículos em 2022

Despesas – Veículos	Valor
Manutenção de Veículos (serviços)	230.703,81
Aquisição de Peças	697.054,88
Fornecimento de Combustível	1.089.677,38
Serviço de Seguro Total de Veículos	61.000,00
Total de Despesas Veículos	2.078.436,07

Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Gráfico 66 – Despesas da PGJ-MA com Veículos em 2022



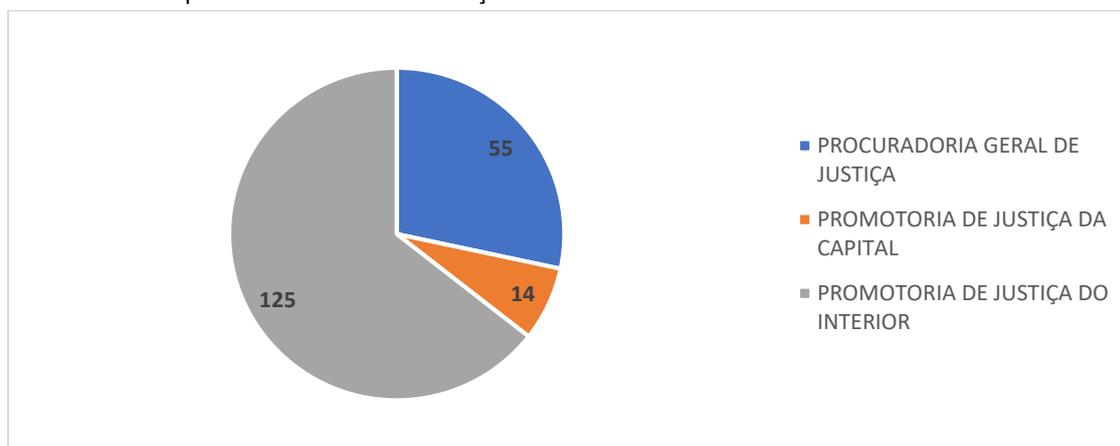
Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Tabela 113 – Lotação de Veículos em 2022

Lotação de Veículos	Quantidade
Procuradoria Geral de Justiça	55
Promotorias de Justiça da Capital	14
Promotorias de Justiça do Interior	125
Total de Veículos	194

Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Gráfico 67 – Despesas da PGJ-MA com Lotação de Veículos em 2021



Fonte: CSG/PGJ, 2022.

Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

O ano de 2022 marcou a reeleição do procurador-geral de justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e houve uma mudança na Coordenadoria de Comunicação, que passou a ficar diretamente vinculada ao Gabinete do PGJ, garantindo maior celeridade nos processos. Também se destaca a participação desta Coordenadoria no lançamento do novo portal, que, além de um site mais direcionado para o cidadão, dispõe agora de uma intranet, que garante uma comunicação mais direta com o público interno.

Além disso, com a aprovação do PGJ, a CCOM elaborou uma nova identidade visual para a instituição. A nova logo coloca em destaque a sigla MPMA, mantendo o símbolo tradicional do MP maranhense. Outra alteração, normatizada por Ordem de Serviço assinada pelo PGJ, diz respeito à utilização apenas da marca do MPMA nas divulgações externas, como estratégia de fortalecimento da imagem institucional. No caso das identidades visuais dos CAOs e de outros setores, a proposta da CCOM foi seguir o mesmo padrão da marca da instituição, acrescentando a sigla/nome do CAO em questão. No entanto, a OS determina que as identidades visuais dos CAOs não sejam utilizadas para divulgações externas.



2. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A atuação da Coordenadoria de Comunicação norteia-se na Política de Comunicação Institucional do Ministério Público do Maranhão, disposta no Ato Regulamentar Nº 16/2015, que ainda se mostra pertinente, mesmo decorridos seis anos de sua publicação. Segundo o Artigo 2º, a Política de Comunicação tem como objetivo “orientar as ações e serviços referentes ao exercício das funções institucionais”, com destaque para a função estratégica da Coordenadoria de Comunicação na adequada manutenção da imagem institucional; no auxílio a membros e servidores no contato com a imprensa; na divulgação de decisões judiciais, medidas de ajustes de conduta e recomendações; no atendimento das demandas advindas dos veículos de comunicação; na concepção e produção de campanhas e/ou peças de comunicação; na execução de ações de comunicação interna, entre outras atribuições.

Assim, a CCOM desenvolve ações de Comunicação Interna – voltadas para membros e servidores – e de Comunicação Externa – voltadas ao público em geral. Para tanto, dispõe de alguns canais nos quais são divulgados os conteúdos produzidos. Essa estrutura será melhor explicada no próximo tópico.

3. ESTRUTURA

Atualmente, a Coordenadoria de Comunicação dispõe de alguns canais – site, intranet, redes sociais, Rádio MPMA, Murais e e-mail - e atende a demandas internas e externas, conforme detalhado abaixo.

3.1 Demandas do público interno

- a) Cobertura da agenda do Procurador-Geral de Justiça;
- b) Cobertura jornalísticas solicitadas por membros (reuniões, inspeções e eventos);
- c) Divulgação jornalística das ações executadas por membros do MPMA, solicitadas por e-mail ou outros meios;
- d) Produção de artes em geral (banners, cards, convites e outras peças gráficas) para divulgação de ações executadas por membros;
- e) Divulgações em redes sociais;
- f) Realização de campanhas;
- g) Suporte na realização de eventos e;
- h) Divulgações internas na intranet e murais.

3.2 Demandas do público externo

- a) Atendimento de demandas da imprensa

4. ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa tem como atribuição realizar o elo entre o Ministério Público e os veículos de comunicação, o que inclui a divulgação de releases e sugestões de pauta; a postagem das matérias jornalísticas no site institucional, assim como o envio dessas matérias para toda a imprensa; o agendamento de entrevistas; a produção e realização de entrevistas coletivas e a redação de notas institucionais.

Em 2022, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional **799 matérias**, uma média de **66 matérias** produzidas e publicadas por mês. Os atendimentos à imprensa ocorrem de forma quase diária, com agendamento de entrevistas para os membros em veículos do estado.

5. GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS

As redes sociais configuram-se importantes fontes de divulgação institucional, bem como formas de conexão com a sociedade. Nesse sentido, o MPMA possui, contas oficiais no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube. No entanto, a rede que mais tem sido alvo de maior atenção é o Instagram, que conta, atualmente, com **44,1 mil seguidores**, sendo uma das que contam com maior público entre os MPs (ver anexo) de todo o país.

Em 2022, foram realizadas **1.514 postagens**, sendo **605 no feed**, **828 nos stories** e **81 reels**, com uma média de 4 publicações por dia. Vale destacar que, seguindo uma tendência do marketing digital, a CCOM tem apostado mais na publicação de vídeos no formato reels, principalmente desde o mês de agosto, inclusive em conteúdos noticiosos. Também é importante mencionar que as postagens no Instagram não devem ser excessivas para não reduzir o engajamento.

A página do **Facebook** do MPMA possui, atualmente, **5 mil seguidores**. No entanto, devido ao baixo engajamento e ao fato de não ser mais uma rede social com tanto destaque, a atualização da página não se dá de forma tão constante. Frisa-se que os conteúdos publicados no Facebook são os mesmos produzidos para o Instagram.

Já o **Twitter** conta, até o presente momento, com **2.221 seguidores**, com **356 postagens** realizadas em 2022, uma média de 29 por mês. É válido destacar que foi detectada uma

atividade suspeita na conta oficial do MPMA no Twitter, e o caso foi imediatamente reportado à Segurança Institucional. A senha foi alterada e, por precaução, as postagens foram suspensas nos meses de novembro e dezembro.

O canal do MPMA no **YouTube**, destinado tanto a transmissões ao vivo de reuniões, cursos e eventos on-line quanto à divulgação de vídeos institucionais, registra, atualmente, **2,43 mil inscritos**. Em 2022, foram realizadas **72 postagens**, entre transmissões on-line de eventos e cursos, reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, vídeos institucionais e edições do MPTV, totalizando **3 mil horas de exibição e 16.814 visualizações**.

6. PRODUÇÃO DE VÍDEOS

A Coordenadoria de Comunicação tem produzido vídeos em diferentes formatos, para divulgação tanto no Instagram quanto no YouTube. Além da produção do MPTV, também têm sido produzidos o Giro de Notícias (em substituição ao Notícias da Semana), vídeos institucionais, o videocast MP Contexto e vídeos em formato reels de divulgação e cobertura de eventos e ações do MPMA.

Frisa-se que alguns dos vídeos – como institucionais, MPTV e MP Contexto - são produzidos em parceria com a empresa contratada Cena 2 e outros são realizados apenas pela CCOM. Vale destacar que, desde o mês de agosto, a CCOM começou a trabalhar em um formato de reels mais dinâmico, principalmente em relação às notícias de ações do MPMA. Ao longo de 2022, foram produzidos e divulgados 84 vídeos no Instagram do MPMA, conforme detalhamento abaixo de acordo com os meses do ano:

- JANEIRO – Vídeo institucional do PGJ falando sobre a Covid
- FEVEREIRO – Três institucionais sobre vacinação infantil; Vídeo institucional sobre Carnaval (alerta aglomerações)
- MARÇO – Mês da Mulher (série de 9 vídeos institucionais da campanha Elas fazem acontecer – o primeiro com o PGJ, seguido da então Subprocuradora-geral de justiça de Assuntos Jurídicos; da corregedora-geral; da subprocuradora-geral de justiça de Assuntos Administrativos; da presidente da Comissão de Gestão Ambiental; da chefe da Assessoria Especial do PGJ; da ouvidora; da diretora da ESMP; da coordenadora do CAO Mulher); MPTV – Operação do Gaeco; Notícias da Semana; MPTV Operações Gaeco; Notícias da Semana
- ABRIL – Vídeo sobre a participação do MPMA na Feira do Empreendedor; Notícias da Semana; Vídeo sobre a Exposição Laços de Sangue; MPTV com o PGJ sobre cancelamento de shows; Vídeo sobre Inaugurações na Região Tocantina; Giro de Notícias
- MAIO - Vídeo sobre inauguração das promotorias distritais; 3 edições do Giro de Notícias
- JUNHO – Giro de Notícias sobre gastos públicos; Videocast MP Contexto com o PGJ; Vídeo Melhores Momentos da Posse do PGJ
- AGOSTO - Vídeo institucional sobre Mês da Segurança Institucional; vídeo Comissão de Gestão Ambiental; MPMA nas Eleições – vídeo institucional sobre o papel do MPMA nas eleições; MPMA mais perto de você – sobre participação do MPMA em Ação de cidadania e direito à cidade”, organizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR); Vídeo institucional sobre Birô de Assuntos Institucionais; Videocast MP Contexto com Albert Lages (então coordenador do CAO Criminal); Giro de Notícias;

- Vídeo institucional de divulgação do lançamento do livro Cidade - Mercadoria e Gentrificação
- SETEMBRO – Vídeo institucional sobre violência contra a mulher; Vídeo sobre Lançamento do Setembro Amarelo; Vídeo sobre Lançamento do livro Cidade - Mercadoria e Gentrificação; Vídeo Setembro Amarelo – sobre workshop de saúde mental; vídeo divulgação sobre a capacitação Moradia Primeiro e a estratégia do Ministério Público; MP Contexto com a coordenadora do CAO Consumidor, Alineide Martins; vídeo sobre o Encontro Temático Boas Práticas em ANPPs; Giro de Notícias; Giro de Notícias divulgação do Seminário Jurisdição Constitucional, Democracia e Liberdade de Expressão; Vídeo sobre assinatura de Termo de Convênio entre MPMA e SEAP; Vídeo exposição Xama - Arquitetura Contemporânea na Amazônia 2022; Vídeo com o PGJ falando sobre a atuação do MPMA nas eleições; Vídeo cobertura do curso Moradia Primeiro
 - OUTUBRO – Vídeo sobre a participação do PGJ na abertura das eleições; Vídeo institucional sobre as Promotorias Distritais; MP Contexto com o promotor José Carlos Faria Filho (na época responsável pelo comitê estratégico de proteção de dados do MPMA); Vídeo Dia Internacional e Estadual das Meninas (exposição Meninas: Diálogos e Registros do Cotidiano); Vídeo sobre reunião entre MPMA e Defensoria; Vídeo sobre encerramento do projeto Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas? no município Centro do Guilherme; Vídeo sobre entrega da Medalha Sousândrade da UFMA ao PGJ; vídeo sobre entrega da Campanha do Dia das Crianças; Vídeo sobre Reunião da Comissão de Gestão Ambiental; Vídeo sobre a Exposição de Artesanato Rosas do Deserto, em Imperatriz; Vídeo do PGJ sobre o Dia do Servidor Público; Vídeo sobre Visita de Comitiva do MPMA à Alumar; Vídeo do PGJ falando sobre o segundo turno das eleições
 - NOVEMBRO – Vídeo de divulgação do lançamento do Segundo Volume do Padhum; Vídeo institucional sobre o perigo dos jogos online; Vídeo Vem Aí XII Congresso Estadual do MPMA; Vídeo sobre a participação do MPMA no Congresso Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais; Giro de Notícias; Vídeo de divulgação do lançamento do Padhum; Vídeo cobertura do Lançamento do Padhum; MP Contexto com o diretor da SECINST, José Márcio Maia Alves; Vídeo cobertura da entrega do Título de Cidadão Imperatrizense ao PGJ; Giro de Notícias; Vídeo de divulgação do 1º Seminário da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF)
 - DEZEMBRO –MP Contexto com a coordenadora do CAO Mulher, Sandra Fagundes; Giro de Notícias; Vídeo programação XII Congresso do MPMA; Vídeo cobertura II Mostra de Talentos; Vídeo Dia Nacional do MP; Vídeo cobertura primeiro dia do Congresso do MPMA; Vídeo cobertura encerramento Congresso do MPMA; Giro de Notícias; Vídeo Mensagem de Natal do PGJ

7. CAMPANHAS/AÇÕES INSTITUCIONAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

Ao longo de 2022, a CCOM também realizou campanhas e ações institucionais, além de ter produzido uma grande variedade de peças gráficas em formatos de banners, cards para redes sociais, folders e cartazes. Grande parte dessas produções foram solicitadas por diversos

setores do Ministério Público do Maranhão, entre os quais Escola Superior, Centro Cultural, CAOs, Seplag, Secinst, além das próprias promotorias.

Dentre essas produções podemos destacar ações como 18 de maio (CAOp Infância e Adolescência); Agosto Lilás; Padhum (Secinst); Setembro Amarelo (CAOp Direitos Humanos e Seção de Saúde Funcional); Novembro Azul (Saúde funcional); MPMA na Defesa da Vida (CAOp Tribunal do Júri); Segurança Institucional (CAEI); Grupo Reflexivo (CAOp Mulher); MP na Comunidade (Promotoria Itinerante); Comissão de Gestão Ambiental – Integrar e Florescer; II Mostra de Talentos (Gestão de Pessoas); XII Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, entre outras (ver anexo).

8. RADIOWEB

A Rádio MPMA produziu **153 matérias**, no período de 1º de janeiro a 28 de dezembro, distribuídas por meio da Agência Radioweb. As matérias foram hospedadas no portal da Agência Radioweb para as 2.200 emissoras AM e FM afiliadas.

As **153 matérias** registraram **2.630 aproveitamentos** em rádios comerciais, comunitárias e educativas, alcançando **836 rádios localizadas em 682 municípios**. Considerando o tempo médio de 2 minutos por matéria, a cobertura obteve 88 horas de exposição dos assuntos no universo de emissoras.

9. COMUNICAÇÃO INTERNA

A Coordenadoria de Comunicação também realiza ações voltadas para o público interno, como a atualização de informações nos murais e por envio de e-mail institucionais, além dos avisos no sistema de som da Procuradoria Geral de Justiça.

Desde junho de 2022, com a reformulação do portal do MPMA, a comunicação voltada ao público interno ganhou reforço com as mudanças na intranet, pois além dos serviços e sistemas já disponíveis, também foi disponibilizado espaço para notícias. Foram produzidas e publicadas na intranet **123 notícias** exclusivamente para o de interesse do público interno. Frisa-se que essas notícias foram exclusivamente produzidas para a intranet.

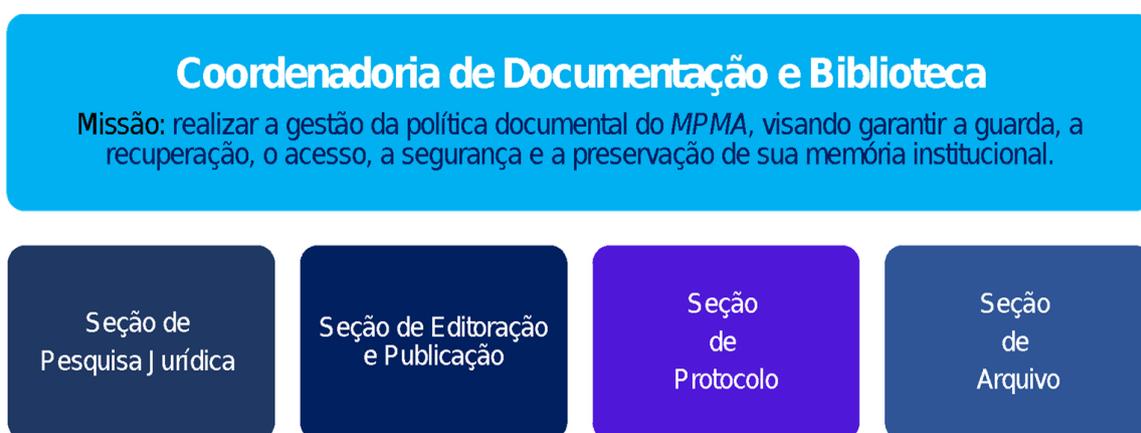
Ressalta-se que, incumbe à CCOM, a produção e divulgação das notícias, bem como a divulgação no quadro de avisos, quando solicitado, cabendo aos outros setores – inclusive CAOs – a administração de suas respectivas áreas. Nesse sentido, é válido mencionar que a Coordenadoria de Comunicação também atuou na capacitação dos servidores responsáveis pela administração de outros conteúdos disponibilizados na intranet, a exemplo do Banco de Peças (por meio do Google Drive) e das páginas setoriais.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

1 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

Esta unidade administrativa é subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), conforme previsão nos Atos Regulamentares Nº 020/2008-GPGJ e Nº 22/2020-GPGJ (dispõem sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão) e possui como missão fundamental e seções administrativas subordinadas:

Figura 34 – Organograma da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



Assim, além de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas supracitadas seções, esta coordenadoria tem como principais competências regimentais:

- Acompanhar a produção da informação legislativa, doutrinária e jurisprudencial e atender às solicitações de pesquisas jurídicas, além de registrar, organizar e divulgar os Atos normativos do Ministério Público Estadual;
- Coordenar as atividades de processamento técnico das publicações que integram o acervo da biblioteca, visando à recuperação e disseminação da informação;
- Supervisionar a produção editorial das publicações institucionais para melhor divulgação das ações, programas e projetos do MPMA;
- Promover a gestão do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão (DEMP-MA);
- Propor processos administrativos e acompanhar a execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos administrativos.

A CDB administrativa também integra e secretaria as atividades da Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão*, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Estadual, além de compor a *Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos do MPMA*, responsável pela iniciativa e implementação de políticas voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Ainda, esta coordenadoria participa da *Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão*, a qual tem como objetivo primordial a deliberação e planejamento de diretrizes ambientais sustentáveis em âmbito institucional.

2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

No efetivo cumprimento de suas atribuições, dentro dos prazos legais e em quantidade e qualidade compatível com as necessidades do MPMA, a CDB registrou as seguintes atividades administrativas, cujo comparativo anual (2020-2022) se demonstra a seguir.

Tabela 114 – Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ (2020-2022):

ROTINAS ADMINISTRATIVAS, SERVIÇOS E PRODUTOS DA COORDENADORIA	2020	2021	2022
Movimentações e Despachos via Sistema DIGIDOC	305	247	275
Expedição de Correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	297	492	202
Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos Membros, servidores e comunidade em geral)	660	467	430
Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	98	85	227
Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “LEGISLAÇÃO INTERNA” (Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna)	154	130	124
Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link “Portal da Transparência”	410	382	321
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA)	3969	3775	4.759
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	245	240	241
Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail de procedimentos ministeriais publicados no DEM/MA por solicitação das Promotorias de Justiça)	1270	1341	1.706
Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	62	94	76

Fonte: Biblioteca/PGJ, (2020-2022).

Tabela 115 - Serviços de Referência e de Processamento Técnico (CDB)

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2020	2021	2022
Consulta local ao acervo bibliográfico	48	49	39
Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários	96	83	77
Pesquisa on-line (SIABI Web)	203	214	239
Cadastro de usuários	6	6	08
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	2020	2021	2022
Aquisição de livros impressos (doação)	20	48	45

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI (2020-2022).

3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Em 2022, buscou-se aumentar a celeridade e melhorar a eficiência nas contratações relativas às necessidades institucionais vinculadas a esta unidade administrativa, sintetizadas na figura a seguir:

Figura 35 – Contratos sob gestão e fiscalização da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.



4 SUPERVISÃO EDITORAL DE OBRAS INSTITUCIONAIS

Vários títulos de relevo do *Parquet* maranhense foram desenvolvidos em 2022, por meio de procedimentos de normalização, organização, editoração, confecção, distribuição e respectiva divulgação institucional:

- KIT MPMA 2022 (*Agendas, Cadernos, Calendários, Mousepads e bloco de anotações*);
- LIVRO “*Programa de Atuação em Direitos Humanos (PADHUM) - vol. 2*”, idealizado pelo Promotor de Justiça José Márcio Maia Alves - Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST);
- LIVRO “*Cidade-mercadoria e Gentrificação*”, de autoria da Assessora da SECINST Mariana Rodrigues Viana;
- Confecção gráfica do relatório “*Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão: 2021-2029*”, de autoria da Diretoria da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG);
- Confecção gráfica do “*Manual do Técnico Ministerial – Execução de Mandados*”, de autoria da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA);

- Confecção gráfica das cartilhas “Manual de Segurança Institucional” e “Orientações de segurança contra golpes e crimes cibernéticos”, produzidas pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI);
- Confecção gráfica da cartilha “Enfrentamento à violência contra a mulher”, produzida pelo Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOP-MULHER);
- Confecção gráfica da cartilha “Conheça o Ministério Público”, de autoria da Coordenadoria de Comunicação (CCOM);
- Confecção gráfica da cartilha “Guia Informativo Crianças e Adolescentes Órfãos da Pandemia de COVID-19”, idealizada pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
- Reimpressão gráfica da cartilha “Rede do Bem: estamos aqui para ajudar” (Campanha de Prevenção da Automutilação e do Suicídio) do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DH);
- Reimpressão gráfica da cartilha “Projeto Ohana: restaurando a imagem da família e a dignidade da mulher”, iniciativa idealizada pela Promotora de Justiça Alessandra Darub Alves de São Mateus/MA.

5 SEÇÃO DE PROTOCOLO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A seguir, são informados os dados oriundos do Protocolo da PGJMA sobre os procedimentos de conferência, autuação e envio de documentos e processos administrativos e judiciais aos setores competentes (com exceção dos processos judiciais oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão), cadastro de requerimentos externos de cidadãos e outros órgãos nos Sistemas SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e DIGIDOC (Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), além do envio e recebimento de postagens em 2022.

Tabela 116 – Recebimento/Autuação – Protocolo/PGJ (2022)

Tipos de Processos	Quantidade
Requisições Registradas no Protocolo - Digidoc	1.447
Registro de Atendimento ao Público - Simp	1.994
TOTAL	3.441

Fonte: CDB/PGJ (2022).

Tabela 117 – Expedição de correspondências – Protocolo/PGJ (2022)

Envio de Correspondências	Quantidade
Sedex c/ AR – SIGEP WEB	38
Pac c/ AR – SIGEP WEB	33
Total	71

Fonte: CDB/PGJ (2022).

6 SEÇÃO DE ARQUIVO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Na tabela abaixo, registram-se os dados relativos aos procedimentos de recebimento, conferência, remessa e arquivamento de documentos e processos pela Seção de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão em 2022:

Tabela 118 – Atividades e procedimentos do Arquivo/PGJMA (2022)

ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS – ARQUIVO/PGJMA	2022
Recebimento de documentos e caixas-arquivos para arquivamento	2.428
Expedição de documentos e caixas-arquivos para consulta	256
Recebimento e Expedição de Processos Administrativos - DIGIDOC (físicos e <i>online</i>) para arquivamento e consulta	26.841
Recebimento e Expedição de Processos Judiciais – SIMP (físicos e <i>online</i>) para arquivamento e consulta	430
Remessa de documentos e caixas-arquivo para guarda externa e consulta	203

Fonte: CDB/PGJ (2022).

7 AÇÕES DE MELHORIA

Como ações de melhoria planejadas e executadas em 2022, destacam-se:

- a) *ADEQUAÇÃO DO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (DEMP-MA) ÀS NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE-MA):*

Com o apoio institucional da Promotora de Justiça Nahyma Ribeiro Abas, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-Proad) e suporte técnico da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, foi possível adequar o Diário Eletrônico do MPMA à Instrução Normativa nº 70, de 22.9.2021, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a qual estabelece parâmetros de transparência e acesso às informações públicas. Dentre os itens verificados estão a existência de lei de criação do diário eletrônico e se é possível consultar a referida norma por meio digital, a certificação digital e respectiva validade. O MPMA cumpriu integralmente estes itens, com plena observância do princípio constitucional da publicidade.

Também foi possível aferir que as publicações das edições oficiais do DEMP-MA atendem os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), que incluem a existência de carimbo de tempo e Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (*ISSN – International Standard Serial Number*). O Diário Eletrônico do MPMA se adequou à referida instrução normativa a partir da edição 142/2022, de 5 de setembro de 2022.

- b) *AMPLIAÇÃO DO “PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA”*

Para melhor atender as necessidades de atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial dos Membros, Assessores e Servidores do MPMA, com o apoio da Administração

Superior do Ministério Público e da Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), o referido projeto – que promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação jurídica de interesse ministerial, por meio de cadastro e acesso pela Intranet do MPMA – foi ampliado por meio da:

- b.1) Renovação e aquisição de séries de livros, revistas e informativos (em formato digital) e vídeos jurídicos da **“PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO”** da Editora Fórum;
- b.2) Assinatura da **Plataforma de Livros “BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW”** da Editora *Revista dos Tribunais*, para fornecimento de acessos virtuais simultâneos ao conteúdo de obras digitais constantes dos Catálogos da EDITORA RT, FISCOSOFT e BIBLIOTECA MARINONI;
- b.3) Assinatura da **Plataforma de Livros “BIBLIOTECA DIGITAL SARAIVA - BDS”** da **Editora Saraiva**, para fornecimento de acessos virtuais simultâneos ao referido produto online informacional técnico-jurídico;
- b.4) Renovação do **Sistema de pesquisa jurídica online “MAGISTER NET”** (Editora LEX), que objetiva fornecer respostas às consultas jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas de modo a contribuir na execução das funções precípua da atividade-fim do MPMA.

Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP)

No âmbito do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, criado pela Resolução nº 04/2004, do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA, foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2022, conforme suas linhas de ação:

1. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

- Revisão das transcrições dos ofícios dos promotores públicos dos anos de 1893-1894 no Arquivo Público do Estado do Maranhão, documentação histórica referente ao período republicano da *“Correspondência Ativa dos Promotores Públicos”*.

2. HISTÓRIA ORAL:

- Produção de conteúdo: Revisão das entrevistas dos procuradores de justiça falecidos Alzira Normandia Veras e José Ribamar Seguins e do procurador de justiça aposentado Raimundo Ferreira Marques.

3. MEMORIAL DO MPMA:

- Visita institucional da Vice-Procuradora-Geral de Justiça Selma Sauerbronn, Coordenadora do Espaço Memória do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, com o objetivo de conhecer a trajetória e a organização do Memorial do MPMA, considerada referencial no âmbito dos Ministério Públicos dos Estados (março);
- Inscrição na 20ª Semana de Museus, com o tema *“O poder dos museus está presente nas ações de pesquisas dos museus”*, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (maio);
- Posse e recondução da promotora de justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira ao cargo de Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, para o biênio 2022-2024, em solenidade realizada no espaço do Memorial, acompanhada por membros, servidores, autoridades e visitantes (julho);
- Inscrição na 16ª edição da Primavera dos Museus, sobre o tema *“Independências e museus outros 200, outras histórias”*, com atividades *online* e presenciais promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (setembro);
- No âmbito do projeto *“A Escola no Memorial”*, foram realizadas palestras pelo Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, titular da 17ª Promotoria Criminal da Capital, sobre o tema *“Cidadão informado, voto consciente”* aos estudantes de ensino médio das escolas: - Colégio IEMA Vila Embratel, Centro Educa Mais Y Bacanga, Centro de Ensino João Francisco Lisboa, Centro de Ensino Médio Liceu Maranhense e Centro de Ensino Bernardo Coelho de Almeida (agosto, setembro e outubro);
- Visita institucional do Gabinete de Mediação comunitária e de alunos do ensino médio do Centro de Ensino Paulo Freire (novembro);
- Registrou-se 857 visitantes ao Memorial no ano de 2022.

Quadro 47 - Visitas mensais do Memorial do MPMA 2022

MÊS/ANO	NÚMERO DE VISITANTES
Janeiro/2022*	-
Fevereiro/2022	13
Março/2022	41
Abril/2022	42
Mai/2022	151
Junho/2022	41
Julho/2022	19
Agosto/2022	139
Setembro/2022	192
Outubro/2022	102
Novembro/2022	91
Dezembro/2022	26
TOTAL DE VISITANTES	857

Fonte: PMMP/PGJ (2022).

*Ato Reg. 01/22 Suspensas as atividades presenciais a partir de 07/01 até 31/01.

4. ATIVIDADES DIVERSAS:

- Reunião *online* da Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do MPMA* com membros do Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE-MA, visando buscar elementos para subsidiar a iniciativa de montagem de espaço museológico próprio (fevereiro);
- Realização de pesquisas nos arquivos do Programa *Memória Institucional*: a) para responder demanda objeto de protocolo da Ouvidoria do MPMA sobre registros de dados biográficos (fevereiro); b) para a composição de galeria de ex-presidentes do Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão – CPE/MA (novembro);
- Entrevistas dos promotores de justiça Washington Luiz Maciel Cantanhêde e Ana Luiza Almeida Ferro à jornalista Juliana Sayuri, correspondente da BBC News Brasil, para subsidiar reportagem sobre o processo da Baronesa de Grajaú, intitulada “*A terrível história da baronesa que torturou e matou um garoto negro de 8 anos no Maranhão em 1876*” (disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60492824>) (março);
- Sensibilizada pelas notícias veiculadas na imprensa local, a Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do MPMA* visitou a sede do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, com o objetivo de verificar problemas em sua infraestrutura física, oportunidade em que foi constatada a precariedade das instalações físicas (rachaduras nas paredes em vários pavimentos; umidades nas paredes e goteiras nos forros; piso de madeira com tábuas soltas e desgastadas pelo tempo; aparelhos de ar-condicionado com defeito; extintores de incêndio vencidos desde 2019) em 25 de agosto;

- Distribuição das edições impressas dos tomos 17 a 24 do volume 2 da série “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império” e “Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 (2ª edição)” aos professores de história das seguintes instituições de ensino: Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís; Universidade Estadual do Maranhão, Campus São Luís; Universidade Estadual do Maranhão, Campus Caxias; e Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão – COLUN/UFMA. Ainda, foram doados kits de publicações institucionais para os participantes do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-MA e para alunos da disciplina de Paleografia do Curso de História da UFMA.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

1 ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Esta Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI, por meio deste documento, vem apresentar o Relatório Anual de Atividades da CMTI, objetivando, de forma sucinta, apresentar as atividades realizadas por esta Coordenadoria durante o ano de 2022, destacando as melhorias e resultados obtidos no período.

O presente relatório foi dividido conforme as áreas de atuação desta Coordenadoria, comportando, ao todo, 4 (quatro) Seções, quais sejam:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - SADS;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores - SSRC;
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos - SMCE – e,
- Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário – SAU;

As atividades da Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos - SMCE e da Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário – SAU serão apresentadas em conjunto devido à interdependência destas.

3 COORDENADORIA

3.1 Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2022

O quadro a seguir evidencia o resultado de esforços gerados pela equipe técnica da CMTI no planejamento, gestão e fiscalização das contratações e projetos de TI:

Quadro 48 – Processos de contratações de TI em 2022

ITEM	PA	ORIGEM	ASSUNTO	AUTUAÇÃO
1	8229/2022	Memo-CMTI - 442022	Aquisição de solução de segurança de rede	20/05/2022

2	18589/2022	Memo-CMTI - 1362022	Registro de preços para eventual aquisição de solução de gerenciamento de acessos privilegiados com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contemplando as atividades de planejamento, instalação, migração e serviço de treinamento	11/10/2022
3	10838/2022	Memo-CMTI - 672022	Solicitação de abertura de procedimento licitatório para aquisição de links backbone internet (principal e secundário), com variação de velocidade a partir de 1 Gbps até o máximo de 10 Gbps.	05/07/2022
4	9605/2022	Memo-CMTI - 582022	Solicitação de adesão a arp 72/2021-TJMA, para expansão da capacidade do subsistema de armazenamento de dados com tecnologia all-flash array.	14/06/2022
5	19338/2022	Memo-CMTI - 1412022	Inexigibilidade para contratação de serviços de extensão de garantia de equipamentos de datacenter do fabricante Dell Computadores do Brasil Ltda.	24/10/2022
6	18251/2022	Memo-CMTI - 1272022	Dispensa de licitação (aquisição de licença de uso de software de acesso remoto e suporte via internet (team viewer); e canal de acesso remoto adicional (add on channel) para team viewer)	06/10/2022
7	21106/2022	Memo-CMTI - 1542022	Solicitação do 3º aditivo de prazo e valor ao contrato nº 004/2020 - link de internet com upgrade de velocidade de 300mbps para 600mbps - empresa Mob Telecom	17/11/2022
8	21443/2022	Memo-CMTI - 1672022	Adesão a ARP 50/2022-MPPI para aquisição de solução backup, com fornecimento de licenças perpétuas ou subscrição; de software de gerenciamento, subsistema inteligente de backup em disco com desduplicação, treinamento, serviços de instalação, configuração e suporte técnico e garantia por 60 meses.	22/11/2022
9	6718/2022	Memo-CMTI - 482022	Solicitação de 5º aditivo de prazo ao contrato 28/2017 - serviços de manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos de datacenter do MPMA - Empresa Unitech Rio	29/04/2022

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022 - MPMA

10	3983/2022	Memo-CMTI - 132022	Solicitação de 1º aditivo de prazo e de valor ao contrato 15/2021 - serviços de comunicação e colaboração em plataforma de nuvem (Google Workspace) - Empresa RJR Serviços de Tecnologia Ltda.	14/03/2022
11	12172/2022	Requisição 327338	Solicitação da empresa RW3 Tecnologia para reajuste ao contrato 15/2021	26/07/2022
12	2004/2022	Memo 4/2022	Registro de preços para aquisição de 500 ultrabooks - <u>processo cancelado para aquisição por adesão</u>	03/02/2022
13	2215/2022	Memo 5/2022	Solicita aquisição 300 unidades do saldo restante da ARP 40/2021 - nobreaks	07/02/2022
14	2316/2022	Memo 6/2022	Registro de preços para aquisição de 1000 baterias seladas para nobreaks de pequeno porte - <u>licitação fracassada</u>	07/02/2022
15	4587/2022	Memo 16/2022	Registro de preços para aquisição de 100 dockstations, 100 kits de montagem e 100 kits teclado e mouse sem fio	22/03/2022
16	5415/2022	Memo 22/2022	Solicita aquisição 500 unidades do item 1 e 2 da ARP 18/2022 - webcams	05/04/2022
17	5416/2022	Memo 23/2022	Solicita aquisição 279 unidades do item 3 da ARP 19/2022 - headsets	05/04/2022
18	5551/2022	Memo 24/2022	Solicita aquisição 221 unidades do item 4 da ARP 20/2022 - headsets	06/04/2022
19	7033/2022	Memo 31/2022	Solicita aquisição 1000 unidades do item 7 da ARP 29/2022 - cartões smartcard	04/05/2022
20	7366/2022	Memo 36/2022	Solicita aquisição 150 unidades do item 3 da ARP 27/2022 - teclados	06/05/2022
21	7368/2022	Memo 35/2022	Solicita aquisição 250 unidades do item 2 da ARP 26/2022 - mouses	06/05/2022
22	7398/2022	Memo 34/2022	Solicita aquisição 500 unidades do item 1 da ARP 25/2022 - baterias cmos	06/05/2022
23	7516/2022	Memo 40/2022	Solicita aquisição 500 unidades do item 1 e 500 unidades do item 2 da ARP 30/2022 - computadores com monitores e monitores	11/05/2022
24	8906/2022	Memo ESMP 82022	Adaptação sala de aula modelo de transmissão híbrido no ambiente da ESMP - indeferido (arquivado)	03/06/2022
25	8907/2022	Memo ESMP 92022	Kit portátil para fins de transmissão via streaming de aulas em ambiente	03/06/2022

			externo para ESMP - indeferido (arquivado)	
26	9059/2022	Memo 52/2022	Solicita aquisição 200 unidades do item 2 da ARP 32/2022 - baterias seladas para nobreaks pequeno porte	06/06/2022
27	9941/2022	Memo 61/2022	Solicita aquisição 14 unidades do item 1 da ARP 35/2022 - SSDS 120gb	21/06/2022
28	9943/2022	Memo 62/2022	Solicita aquisição 10 unidades do item 2 da ARP 36/2022 - SSDS 240gb	21/06/2022
29	9989/2022	Memo 63/2022	Solicita aquisição 7 unidades do item 3 da ARP 37/2022 - SSDS 256gb	21/06/2022
30	11824/2022	Memo 74/2022	Solicita dispensa para serviços de conserto de estabilizadores	19/07/2022
31	14003/2022	Memo 83/2022	Solicita aquisição 90 unidades do item 2 da ARP 36/2022 - SSDS 240gb	16/08/2022
32	14640/2022	Memo 86/2022	Solicita aquisição 43 unidades do item 3 da ARP 37/2022 - SSDS 256gb	25/08/2022
33	15672/2022	Memo 104/2022	Solicita aquisição 300 unidades do item 3 da ARP 19/2022 - headsets	12/09/2022
34	18102/2022	Memo 125/2022	Solicita aquisição do saldo restante - itens 1 e 2 da ARP 30/2022 - computadores e monitores	06/10/2022
35	18455/2022	Memo 135/2022	Solicita dispensa para aquisição de 70 unidades de cartão de memória micro sd para tablets	10/10/2022
36	19193/2022	Memo 140/2022	Solicita aquisição do item 1 da ARP 35/2022 - 186 SSD's 120gb	21/10/2022
37	19585/2022	Memo 142/2022	Registro de preços aquisição de peças e componentes de informática	27/10/2022
38	22772/2022	Memo 181/2022	Registro de preços aquisição de peças de reposição Ultrabooks HP Elitbook 840 G3	08/12/2022
39	17443/2022	Memo-CMTI - 124/2022	Solicitação de adesão à ARP 210/2022-TJAC, para aquisição de novos equipamentos servidores a serem alocados nos datacenters da PGJ e PJC.	30/09/2022

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

3.2 Atas de Registro de Preços geradas e vigentes no ano de 2022

Quadro 49 – Descrição dos objetos das Atas de Registro de Preços geradas

N.º	Vigência	Objeto	Tipo
18/2022	15/03/2023	1700 Unidades de Webcams, Itens 1 e 2	Consumo
19/2022	15/03/2023	1479 Unidades de Headsets, Item 3	Consumo
20/2022	15/03/2023	221 Unidades de Headsets, Item 4	Consumo

25/2022	11/04/2023	500 Unidades de Baterias CMOS, Item 1	Consumo
26/2022	11/04/2023	500 Unidades de Mouses, Item 2	Consumo
27/2022	11/04/2023	300 Unidades de Teclado, Item 3	Consumo
29/2022	27/04/2023	2000 Unidades de Cartões Smartcard, Item 7	Consumo
30/2022	03/05/2023	1000 Unidades de Computadores e 2000 Monitores, Itens 1 e 2	Investimento
32/2022	23/05/2023	1000 Unidades de Baterias Seladas Nobreaks, Itens 1 e 2	Consumo
35/2022	01/06/2023	200 Unidades de SSDS 120gb, Item 1	Consumo
36/2022	01/06/2023	100 Unidades de SSDS 240gb, Item 2	Consumo
37/2022	01/06/2023	50 Unidades de SSDS 256gb, Item 3	Consumo
33/2022	18/05/2022 - 17/05/2022	Eventual contratação de serviços de solução de segurança de rede, composta por equipamentos com garantia técnica on-site, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, instalação e treinamento	Permanente

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

3.2.1 Adesões a Atas de Registro de Preços pela Procuradoria-Geral de Justiça

Ao longo de 2022 foram contabilizados 01 (um) cancelamento e 02 (dois) indeferimentos e 04(quatro) pedidos de adesão aceitos, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 50 – Adesões a Ata de Registro de Preços

Pa	Origem	Assunto	Situação
1861/2022	Memo 3/2022	Adesão ARP 35/2021 – TJPA – 400 Notebooks	Indeferido
4011/2022	Memo 14/2022	Adesão ARP 21/2021–PGJRN - 35 Workstations	Indeferido
6717/2022	Memo 30/2022	Adesão ARP 103/2021 – 200Notebooks	Cancelado – Feito Outro Processo
7833/2022	Memo 41/2022	Adesão ARP Embrapa -546 Notebooks	Entregue
8335/2022	Memo 46/2022	Adesão ARP 90/2021 – 50 Workstations e 100 Monitores	Andamento
17119/2022	Memo 121/2022	Adesão Item 5, Edital159/2021 – 70 Tablets	Andamento
21592/2022	Memo 170/2022	Adesão ARP 23/2021 – TJPE - 63 Scanners	Andamento
9605/2022	Memo 58/2022	Adesão a ARP 72/2021- TJMA, para expansão dacapacidade do subsistema de armazenamento de dados com tecnologia All-flash array.	Entregue
21443/2022	Memo 167/2022	Adesão a ARP 50/2022- MPPI para aquisição desolução backup, com fornecimento de licenças perpétuas ou	Andamento

	subscrição; de software de gerenciamento, subsistema inteligente de backup em disco com deduplicação, treinamento, serviços de instalação, configuração e suporte técnico e garantia por 60 meses.
--	--

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

3.3 Processos, demais documentos e ações administrativas

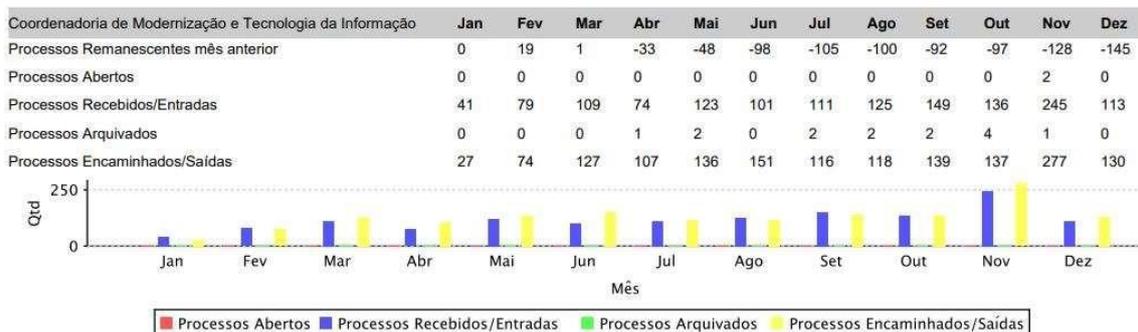
Os gráficos a seguir foram gerados a partir das informações registradas no sistema de geração, controle e tramitação de processos administrativos - Digidoc. Foi subdividido em um grupo específico para processos e outro grupo para documentos (memorandos, ofícios, despachos, etc.):

Gráfico 68 - Processos administrativos gerados e movimentados através do Digidoc em 2022

Relatório Estatístico de Processos Setor:Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Critérios da Consulta

Setor: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; Ano: 2022;



Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

Gráfico 69 - Documentos administrativos produzidos e trabalhados dentro do sistema Digidoc

Relatório Estatístico de Documentos Setor:Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Critérios da Consulta

Setor: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; Ano: 2022;



Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

4 SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SADS

A Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atuou em 438 tarefas relacionadas a Ordem de Serviços, Ações, Funcionalidades, Documentações, Bancos de Dados, Análise de Sistemas, Estimativas, Reuniões, Suporte, Correção de Defeitos, Mudanças de Sistemas, Capacitações e Contagens de Pontos de Função, além de 152 chamados de requisição ou incidentes envolvendo sistemas.

Destaca-se, entre outros projetos, gestão e fiscalização de Contrato para a implantação do novo Portal do MPMA e intranet, a adequação do Portal da Transparência à 5ª versão do Manual do CNMP, implantação da assinatura com certificado em nuvem (BirdID) no DIGIDOC e SIMP, envio de dados cadastrais para o E-Social, integração do SIMP com sistema do CNMP para envio de dados de violência doméstica, melhorias nos Módulo Gesp RH e Folha, e download consolidado do SIMP.

Durante o exercício reportado, a SADS gerenciou 2 contratos de fábrica de software. Em relação ao contrato nº 26/2022 com a contratada Ibrowse Consultoria e Informática LTDA, vigente desde junho de 2022, foram abertas até a presente data 4 ordens de serviço, que se encontram ainda em fase de desenvolvimento. No que diz respeito ao contrato da fábrica de software com a Basis Tecnologia sob o nº 27/2020, o mesmo foi encerrado em novembro do corrente ano e até a presente data temos 12 ordens de serviços pendentes de entrega, seja por ainda estar em desenvolvimento seja por ainda estar em processo de homologação.

4.1. Ordens de Serviço Entregues

- Ordem de Serviço nº 09 (Digidoc) - Melhorias no sistema Digidoc para atender as especificações de alterações anteriores que tornou fixo o cargo do usuário, não permitindo a alteração do mesmo e criar um campo descritor opcional que permita o signatário do documento esclarecer a função específica que ocupa.
- Ordem de Serviço nº 10 (SIMP) - Melhorias no sistema SIMP para adequar o relatório de controle de prazo do SIMP para que seja incluído o "número processo de origem" atualmente disponível na tela de cadastro de protocolo judicial.
- Ordem de Serviço nº 11 (SIMP) - Melhorias no sistema SIMP para corrigir o envio de informações referente a violência doméstica para o CNMP de modo que as informações cadastradas no SIMP sejam automaticamente enviadas para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) logo após a inserção dos dados no SIMP.
- Ordem de Serviço nº 12 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP-Folha para corrigir problemas na quitação de empréstimos mesmo estando o status para quitado, o consignado continua aparecendo no contracheque.
- Ordem de Serviço nº 13 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP-Folha para corrigir problemas na edição de fórmulas de verba para operação ou comparação.
- Ordem de Serviço nº 14 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP-Folha para considerar as flags: base IR, base previdência, abate IR, pensão alimentícia, previdência, patrimonial, restituição e custo para classificação das verbas.
- Ordem de Serviço nº 15 (Módulo Gestão de Pessoas) - Melhorias no módulo GESP-RH para inclusão de campos novos.
- Ordem de Serviço nº 16 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP-Folha para implementar cadastro de natureza derubricas, conforme layouts de manual do eSocial.

- Ordem de Serviço nº 17 (Módulo Gestão de Pessoas) - Melhorias no módulo GESP- RH para atender demanda do CNMP relacionada à funcionalidade Formação/Curso.
- Ordem de Serviço nº 18 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP- Folha para implementar “Sequência de Cálculo”, campo de preenchimento livre (Numérico inteiro), tamanho ilimitado que será usado para compor a sequência das verbas executadas no cálculo das verbas. E o campo deve ser inserido, depois do campo “Ordem de Cálculo”.
- Ordem de Serviço nº 20 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP - Folha para corrigir erros nos cálculos dos descontos consignados.
- Ordem de Serviço nº 21 (Módulo Folha de Pagamento) - Melhorias no módulo GESP - Folha para corrigir erros na simulação e processamento de folha, folha de pensão alimentícia, bem como correção e emissão dos relatórios: FEPA, créditos consignados e ofício bancário.
- Ordem de Serviço nº 22 (Sistema Neonatal) - Melhorias no aplicativo neonatal para adequar os fluxos do sistema de notificação, para que de forma PROVISÓRIA, somente as Promotorias de Justiça com atuação no município onde esteja localizada a unidade de saúde que encaminhou o recém-nascido e outras correções.

4.2. Tarefas registradas na ferramenta Redmine:

Tabela X – Atividades registradas no Sistema de Monitoramento Redmine

Projeto	Qtd. Tarefas Concluídas
API de Autenticação	1
Assinatura digital	1
Business Intelligence (BI)	1
CETI_02072019_8a-Módulo GESP - Folha de pagamento (início 2016- 2019)	1
CETI_02072019_8a-Plataforma de Seletivo	5
CETI_02072019_8a-Plataforma e-voto	1
CETI_02072019_8a-Plataforma MOODLE	3
CETI_02072019_8a-Projeto - Identidade visual - Fase 02 - Contratação de empresa para desenvolvimento de site a partir da identidade visual existente	1
CMTI N. 17 - Acompanhamento dos projetos de aquisição de Certificados Digitais e Carteiras Funcionais.	2
Contratos	7
Corregedoria - Correções e Inspeções	1
CPL	1
Diário Eletrônico MPMA	4
Digidoc	49
E-Monitore	25
E-Social	10
Fábrica de Software - Basis	28
Fábrica de Software - Totem TI	2
Formulários e Demandas Integradas	4
FTP SEATI (Arquivos SIAFEM/SIAGEM) - Escalonador	1

GESP - Gestão Pública	109
GitLab	1
Inova - Sistema de Gestão de Projetos e Processos (SEPLAG)	3
INTRANET	2
Manutenção de Bancos de Dados	15
Migração do servidor Apps para arquitetura Docker	4
MP ONLINE	1
Página Oficial do MPMA - Portal INTERNET	5
Plataforma E-Voto	1
Ponto Eletrônico	6
Publicações	3
SIMP 2	96
SIMP WEB - Consulta Processual	1
Sistema de Portarias	1
Transparência	38
Violência doméstica - web service	4

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

5 SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES - SSRC

A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou em diversos projetos de melhoria na Infraestrutura de TI, incluindo a segurança da informação, procedimentos de backup, recovery, redundância, Datacenter e ativos de rede. Abaixo, são apresentados os projetos detalhados concluídos em 2022:

Quadro 51 – Relação de Projetos concluídos pela Seção de Segurança e Rede de Computadores em 2022

PROJETO	ESCOPO
Conclusão da Instalação da nova Solução de Rede Sem Fio (WiFi)	Foi adquirida e instalada uma nova Solução de Rede Sem Fio (wifi) em 2021, composta por 142 equipamentos, que foram instalados, ao longo de 2021 e 2022, nos prédios da PGJ, PJC, CCA e Promotorias de Justiça da capital e interior do Estado. A Solução anterior, devido ao tempo de uso e perda de suporte, já não era mais compatível com a maioria dos dispositivos móveis modernos.
Conclusão da Instalação de novos circuitos de dados nas Promotorias de Justiça localizadas na Ilha de São Luís	Foi concluída a instalação dos novos links de dados das Promotorias da Ilha de São Luís, proporcionando o aumento da velocidade de 10 Mbps para 100 Mbps e redução superior a 90% nos custos dos referidos serviços: PJ de Raposa, PJ de São José de Ribamar, PJ de Paço do Lumiar, PJECA, PJ Infância e Juventude, PJ da Casa da Mulher Brasileira, Almojarifado da PGJ, PJ Distrital da Divinópolis.
Aquisição e instalação de expansão da capacidade do subsistema de armazenamento de dados com tecnologia all-flash array	Aquisição e instalação de expansão da capacidade do subsistema de armazenamento de dados com tecnologia all-flash array, considerando promover a alta disponibilidade e resiliência do referido subsistema de armazenamento na rede Institucional.

Fiscalização de execução de contrato - Serviço continuado para manutenção de equipamentos de Datacenter	Acompanhamento das atividades de manutenção preventiva e corretiva, através de abertura de chamados e agendamentos prévios, via sistema da empresa contratada, UNITECH RIO, para os equipamentos dos <i>Datacenters</i> da PGJ e PJC.
Fiscalização de execução de contrato - Serviço continuado de plataforma de comunicação e colaboração corporativa.	Acompanhamento das atividades de gerenciamento da plataforma Google <i>Workspace</i> ®, sendo esta a plataforma de comunicação e colaboração corporativa do MPMA. Administração da plataforma de forma a atender novos pedidos de criação de e-mails, grupos/listas, bem como ativação de recursos disponíveis.
Melhorias na solução de <i>backup</i> institucional - Rotinas otimizadas para recuperação de espaço.	Otimização das rotinas de backup, de modo a recuperar espaço de armazenamento para os arquivos gerados. Atualização da lista de ativos de rede e aplicações do conjunto de backup.
Aquisição de certificados do tipo A1 para a PGJ e FEMPE, a serem usados no sistema E-Social.	Compra de dois certificados E-CNPJ, tipo A1, para a Coordenadoria de Orçamentos e Finanças-COF, para uso no sistema E-Social, emitidos para o CPF do Procurador-Geral de Justiça, bem como para os CNPJs da PGJ e do FEMPE.
Renovação de assinatura anual do software de acesso remoto para suporte aos usuários do MPMA	Processo de renovação da assinatura anual, via dispensa, do software <i>Teamviewer</i> , utilizado para prestação de serviços de suporte remoto aos usuários de recursos de TI, no âmbito do MPMA.
Fiscalização de contratos - reajustes	Atividades administrativas pertinentes à solicitação de reajustes de contratos vigentes para o período.
Aquisição de solução Antivírus	Aquisição e implantação da nova solução de antivírus Kaspersky como endpoint de proteção e segurança para as estações de trabalho no âmbito do MPMA. Foram adquiridas 3000 licenças do software antivírus com período de suporte e atualizações de 36 meses.
Contratação via Inexigibilidade - extensão de garantia DELL	Contratação de prestação de serviços referente à extensão de garantia de equipamentos de datacenter da marca DELL, consistindo em suporte técnico para Hardware, cobertura de peças, mão de obra, diagnóstico remoto e atendimento onsite para cobertura dos equipamentos de datacenter do MPMA.
Instrução e Abertura de Processos Administrativos para Licitação - Links de Internet, com redundância (Principal e Secundário)	Instrução e abertura de processo administrativo, PA 10838/2022, para realização de certame licitatório visando a contratação de links de Internet, com redundância e contingência, com variação de velocidade de 1Gbps a 10Gbps. O PA encontra-se em tramitação.

<p>Instrução e Abertura de Processos Administrativos para Adesão - Solução de Backup - ATA MPPI</p>	<p>Instrução e abertura de processo administrativo, PA 21443/2022, para adesão à ATA 30/2022-MPPI, visando a aquisição de solução de backup e demais subsistemas componentes da solução para gerenciamento e execução de rotinas de backup com maior eficiência, capacidade de armazenamento e com cobertura de garantia do fabricante por 60 meses. O PA encontra-se em tramitação.</p>
<p>Solicitação Do 3º Aditivo De Prazo E Valor Ao Contrato Nº 004/2020</p>	<p>Solicitação de 3º Aditivo de Prazo e Valor ao contrato 004/2020 referente ao Link de Internet de Contingência, com aumento da velocidade, passando de 300Mbps para 600Mbps (Upgrade), de modo a oferecer melhora significativa no acesso à Internet.</p>
<p>Solicitação de abertura de processo licitatório para contratação de solução de gerenciamento de acessos privilegiados com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.</p>	<p>Com intuito de melhorar a segurança da informação institucional, foi realizada a elaboração do Termo de Referência, pesquisa de mercado e aberto o processo 18589/2022, no dia 11/10/2022, solicitando abertura de processo licitatório para eventual aquisição de solução de gerenciamento de acessos privilegiados com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.</p>
<p>Fiscalização de execução de contrato - 24/2022</p>	<p>Acompanhamento das atividades relacionadas à implantação da de “Solução de Segurança de Rede” composta por Equipamentos com Garantia Técnica on-site, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, Instalação e Treinamento,</p>
<p>Acompanhamento de Ordem de Serviço 2210D001 com a empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Contrato no: 35/2018), para fornecimento de solução de firewall ao MPMA</p>	<p>Acompanhamento, fiscalização e homologação das atividades relacionadas à Ordem de Serviço relacionada ao Fornecimento de solução de firewall ao MPMA</p>
<p>Mudança de todos os circuitos de dados das Promotorias de Justiça do interior da empresa Oi para a empresa Fortel</p>	<p>Realizada a migração de todos os circuitos de dados das 111 Promotorias de Justiça do interior para a rede da nova empresa responsável pelo serviço. Com a mudança, o custo mensal para manter o funcionamento dos circuitos de dados em todas as unidades do MPMA foi reduzido do valor máximo mensal de R\$1.176.990,22 para o valor máximo mensal de R\$ 83.630,00, representando uma economia mensal de 92,8%, ou seja, R\$ 1.093.360,22.</p>
<p>Elaboração de todos os documentos necessários para abertura de processo para aquisição de equipamentos switches</p>	<p>Elaborado o Termo de Referência, Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, coleta de propostas e atas de registro de preços, Análise de Riscos e demais documentos necessários para abertura da licitação para aquisição de 300 equipamentos do tipo Switch, que são necessários para conexão dos computadores e demais dispositivos de rede à intranet/internet.</p>

Monitoramento de todos os 126 circuitos de dados do MPMA	Monitoramento de todos os 126 circuitos de dados do MPMA, o que inclui:
	Verificação constante da disponibilidade dos circuitos, com abertura de reparo e cobrança à empresa responsável pela manutenção do serviço;
	Troca de equipamentos Switches defeituosos: realocação de equipamentos, configuração de equipamentos, envio, acompanhamento da chegada à Promotoria para instalação;
	Elaboração de relatórios para resposta a processos solicitando informações sobre os circuitos de dados;
	Análise constantes de soluções para melhoria da qualidade dos circuitos.
Acompanhamento de Ordem de Serviço 2204D001 com a empresa CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Contrato no: 35/2018), para configuração de cluster fileserver	Acompanhamento, fiscalização e homologação das atividades relacionadas à Ordem de Serviço relacionada à criação de um cluster de fileserver, melhorando significativamente a disponibilidade dos compartilhamentos de arquivos da PGJ e PJC, assim como a performance no seu acesso.
Instrução e Abertura de Processos Administrativos para Adesão - Equipamentos servidores - ATA TJAC	Elaborado o Termo de Referência, Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, coleta de propostas e atas de registro de preços, Análise de Riscos e demais documentos necessários para solicitação de adesão a ata de registro de preço 210/2022-TJAC, para aquisição de novos equipamentos servidores a serem alocados nos datacenters da PGJ e PJC.
Tickets/chamados atendidos pelo grupo executor "Redes"	Foram atendidos um total de 371 tickets abertos por usuários da PGJ, PJC e Promotorias do Interior, relacionados a e-mail institucional, compartilhamento de arquivos, internet, antivírus, ativos de rede, serviços de rede, ativos de segurança, servidores de aplicação, entre outros.
Deploys de aplicações institucionais	Foram realizados inúmeros deploys de hotfixes e patches de correção nas aplicações web institucionais, como GESP, Corregedoria-Estatística, CPL, Folha- transparência, E-monitore e Neonatal, atendendo às demandas diárias das fábricas de software contratadas pela CMTI.

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

6 SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS - SMCE - E SEÇÃO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO – SAU

6.1 Gráficos – Atendimentos a usuários em 2021

A seguir, são apresentados gráficos extraídos da ferramenta de Gestão de Serviços - Citsmart (<https://suporte.mpma.mp.br>), relativos aos chamados para atendimento dos usuários de recursos de TI para o período de 01/01/2022 a 31/12/2022, os quais são acompanhados dos devidos detalhamentos.

Gráfico 72 – Percentual de requisições e incidentes

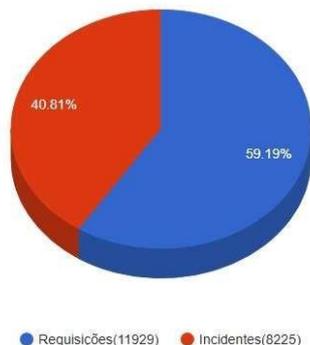
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Gerenciamento de Incidente e Requisição

Período: 01/01/2022 a 19/12/2022 Tipo: Todos Grupo: Manutenção; Redes; Banco de Dados; Desenvolvimento; Central IT - Timon; Suporte Sede; Central IT - Bacabal; Central IT - Imperatriz; CMTI - Promotorias da Capital; 1º Nível; Central IT - Balsas; Central IT - Caxias; CentralIT; Central IT - Pedreiras; Central IT - Manutenção; Central IT - 3º Nível; Central IT - Santa Inês;

Data da extração: 19/12/2022 8:45:28 Status: Todos

Requisição x Incidente



Tipo	Quantidade	Porcentagem
Requisição	11929	59,19%
Incidente	8225	40,81%

Fonte: CMTI/PGJ, 2022

Detalhamento: este gráfico aponta o percentual de 59,19% de requisições e 40,81% de incidentes, segundo a classificação de chamados, o qual permite constatar que o ambiente tecnológico do MPMAse mostra estável com maior registro de solicitações de serviços de TI por parte dos usuários, do que problemas que denotem redução na qualidade ou interrupção dos serviços disponibilizados.

Gráfico 73 – Percentual de requisições e incidentes

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

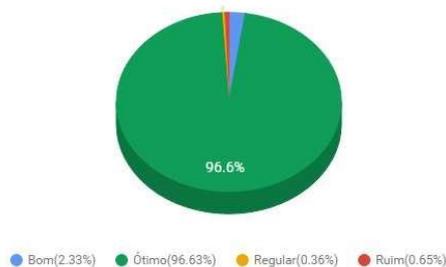
Avaliação de pesquisa de satisfação

Período: 01/01/2022 a 19/12/2022 Contrato: Todos

Data da extração: 19/12/2022 8:56:50

Grupo: Manutenção; Redes; Banco de Dados; Desenvolvimento; Central IT - Timon; Suporte Sede; Central IT - Bacabal; Central IT - Imperatriz; CMTI - Promotorias da Capital; 1º Nível; Central IT - Balsas; Central IT - Caxias; CentralIT; Central IT - Pedreiras; Central IT - Manutenção; Central IT - 3º Nível; Central IT - Santa Inês;

Nota da Avaliação	Quantidade de solicitações	%
Bom	32	0,16%
Ótimo	1323	6,65%
Regular	5	0,02%
Ruim	9	0,04%
Sem Avaliação	18518	93,11%



Total avaliado: 1369
Total de chamados: 19887

Fonte: CMTI/PGJ, 2022.

Detalhamento: este gráfico divulga o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos que, do total de 1.369 chamados avaliados ao final do ano de 2022, atingiu a marca de 98,96% de satisfação entre os avaliados como Bom e Ótimo.

7 AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

Durante o exercício reportado, podemos destacar:

- a) Otimização dos recursos institucionais, com a conclusão da migração para novos links para as Promotorias de Justiça do Interior, tendo sido o processo licitatório realizado em conjunto com o Tribunal de Justiça e com a Defensoria Pública, com redução de custos em aproximadamente 90% (noventa por cento), contemplando possibilidade de upgrade de velocidade dos links em todas as localidades (Contrato nº 02/2022).
- b) Renovação do parquet tecnológico do MPMA, com a aquisição de 500 computadores com monitor e 500 monitores adicionais (Proc. n. 7516/2022) e 546 notebooks (Processo Digidoc nº 7833/2022) que estão sendo configurados e disponibilizados a membros e servidores visando incrementar a produtividade e o trabalho desenvolvido em diversos setores da instituição. Além disso, foram adquiridos 70 (setenta) tablets (Proc. n. 157652022), com previsão de recebimento para 20/12/2022, otimizando o trabalho dos membros, sobretudo participação em reuniões e sessões de julgamento.

8 OUTROS DESTAQUES

Por fim, cumpre pontuar que foi realizada atualização da Portaria relativa ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) no âmbito do Ministério Público do Estado Maranhão, definindo como membros a Promotora THERESA MARIA MUNIZ RIBEIRO DE LA IGLESIA, titular da 16ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Procuradora de Justiça REGINAMARIA DA COSTA LEITE, titular da 8ª Procuradoria de Justiça Criminal, Subprocuradora- Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Promotor de Justiça LAERT PINHO DE RIBAMAR, titular da 07ª Promotoria de Justiça Cível do Termo Judiciário de São Luís, o Promotor de Justiça JOSÉ MÁRCIO MAIA ALVES, titular da 02ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar, Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST e a servidora NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL, Coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação.

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) tem por objetivos: a observância do princípio constitucional da isonomia; a seleção de propostas mais vantajosas à Procuradoria-Geral de Justiça; contribuir para o desenvolvimento sustentável a partir da seleção de empresas licitantes que atendam às exigências legais necessárias para fornecer produtos, serviços, executar obras, bem como alienações e locações, dentro dos padrões técnicos, prazos, qualidade e segurança especificados nos instrumentos convocatórios publicados.

1. Das Atribuições Regimentais da Comissão Permanente de Licitação

Regimentalmente, suas atribuições encontram-se estabelecidas no Regimento Interno do Ministério Público do Estado do Maranhão, instituído por meio do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, consoante se constata no Art. 31, *in verbis*:

Art. 31 Compete a Comissão Permanente de Licitação:

- I – planejar, coordenar, controlar e operacionalizar as atividades relacionadas aos procedimentos licitatórios de aquisição e contratação de bens e serviços, inclusive os de dispensa e inexigibilidade de licitações, a partir da demanda estimada pelas Unidades Gestoras desta PGJ-MA;
- II – assistir o pregoeiro e a comissão de licitação, subsidiando-os, visando promover as medidas de caráter preventivo e corretivo inerentes às formalidades necessárias aos procedimentos licitatórios;
- III – coordenar e controlar a elaboração dos instrumentos convocatórios necessários à licitação e contratação de bens e serviços, bem como os instrumentos de convênios, acordos, ajustes, aditivos, rescisões;
- IV – proceder à divulgação necessária, legal e obrigatória, por meio da publicação das licitações nos jornais de grande circulação, no diário eletrônico do MP, nos sites de compra do Governo Federal, no Portal de Transparência do Ministério Público do Maranhão e no portal de prestação de contas do TCE-MA, com o encaminhamento de peças de informação digitalizadas;
- V – coordenar e realizar o atendimento ao público para esclarecimentos de dúvidas quanto às licitações, bem como a entrega de editais;
- VI – coordenar e acompanhar a emissão de pareceres sobre os esclarecimentos, impugnações de editais e recursos administrativos nas licitações, bem como pareceres nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação e aditivos aos contratos administrativos;
- VII – coordenar e promover a formalização dos contratos, convênios, aditivos e das atas de registro de preços;
- VIII – coordenar e promover a formalização das portarias de gestores e fiscais de contratos e atas de registro de preços;

- IX – gerenciar os instrumentos das garantias prestadas nos contratos administrativos junto aos respectivos gestores;
- X – acompanhar e providenciar os relatórios trimestrais e anuais das atividades da CPL, bem como o demonstrativo sintético dos procedimentos licitatórios da Procuradoria-Geral de Justiça e INVESTFEMPE;
- XI – decidir sobre pedidos de inscrição do registro cadastral, bem como sua alteração ou cancelamento;
- XIII – decidir sobre a habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame;
- XIV – exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Comissão.

2 – Descrição das Principais Atividades Realizadas no Exercício Ano-Base 2022

Sob a responsabilidade da CPL tem-se as elaborações dos instrumentos convocatórios necessários à realização das licitações e contratações de bens e serviços, seleções de fornecedores por meio de processos eletrônicos ou presencias, contratações diretas, adesões a atas de registro de preços de outros órgãos, e a formalização de todos os instrumentos de contratos deles decorrentes, bem como suas devidas publicações nos termos das leis e regimentos pertinentes à matéria.

Cabe, ainda os enquadramentos das inexigibilidades, pedidos de adesão de ARP¹⁵, dispensas e controle dos saldos estabelecidos pela lei de licitações, a formalização dos instrumentos de convênios, acordos, ajustes e suas alterações, seja por meio de aditivos ou por termos de apostilamento e ainda as rescisões contratuais. Essa é uma dinâmica constante na unidade, que recebe demandas dos diversos setores da Procuradoria-Geral de Justiça, analisando-os e tomando as medidas necessárias para observâncias dos normativos vigentes, acerca das matérias afetas às licitações e contratos administrativos.

O Ministério Público Estadual faz uso frequente do Sistema de Registro de Preços, estabelecido em lei federal, acolhido por esta Instituição como regra para aquisição de bens de uso comum na modalidade Pregão Eletrônico, visando a flexibilidade e a agilidade na aquisição de materiais e equipamentos por parte dos diversos setores. O Sistema favorece ainda a otimização dos recursos orçamentários, permitindo à Instituição contratar apenas na medida de suas necessidades, possibilitando um melhor planejamento financeiro e de espaço físico (uma vez que não há a necessidade de estoque), ou seja, a CPL é responsável por otimizar os recursos da PGJ/MA, obtendo, através dos procedimentos licitatórios, a junção do binômio preço/qualidade, gerando economia orçamentária à Instituição.

Vale ressaltar, que a CPL/PGJ/MA cumpre rigorosamente as leis, instruções e atos normativos que regulamentam a matéria, sobretudo no que se refere a **prazos**, observando sempre os princípios básicos da Administração Pública, quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.1 – Desempenho no exercício de 2022

¹⁵ Ata de Registro de Preços.

As licitações realizadas contemplaram as modalidades: **Pregão**, na forma Eletrônica e **Tomada de Preços**, além das contratações diretas decorrentes de **dispensa** e **inexigibilidade** de licitação e adesões a **Ata de Registro de Preços**, objetivando garantir a manutenção das ações institucionais que geram serviços à sociedade maranhense.

Na tabela abaixo, se evidencia a realização dos procedimentos licitatórios com a participação de cada modalidade, que totalizaram **104 (cento e quatro)** procedimentos concluídos no ano de 2022.

Tabela 119 – Procedimentos Licitatórios realizadas no ano de 2022

<i>Descrição</i>	Quant.	%
Pregão Eletrônico	36	35%
Tomada de Preços	4	4%
Dispensa de Licitação	13	13%
Inexigibilidade de Licitação	38	37%
Adesão a Ata de Registro de Preços	12	12%
Órgão Participante	1	1%
Total	104	100%

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2022, foram concluídas **36 (trinta e seis)** licitações, nas modalidades **Pregão** na forma **Eletrônica** e **04 (quatro) Tomadas de Preços**.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas, adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), além da atuação em uma licitação como Órgão Participante, resultaram na formalização de **13 (treze)** novos contratos administrativos e **59 (cinquenta e nove)** Atas de Registros de Preços.

Os valores homologados aos licitantes vencedores, referentes as licitações concluídas em 2022 estão discriminadas na tabela abaixo:

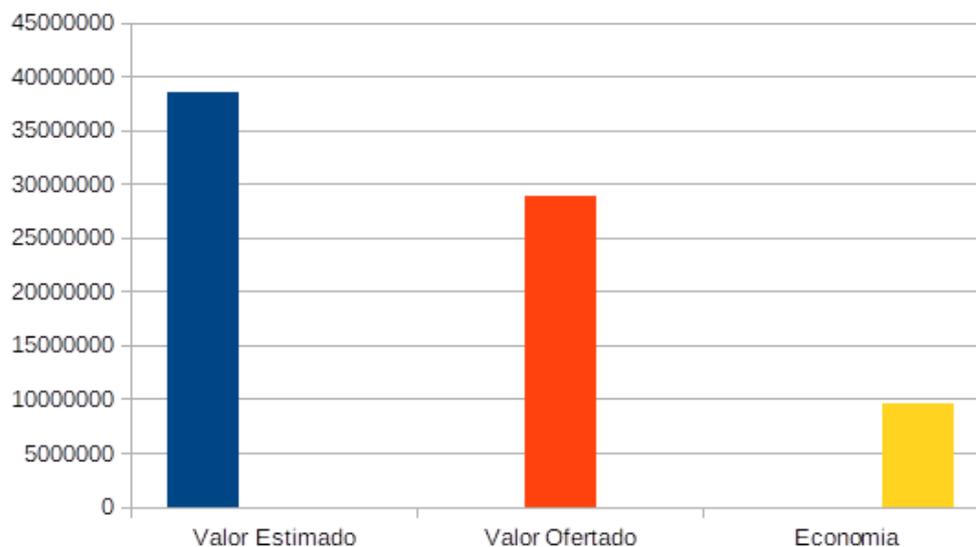
Tabela 120 - Valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2022

<i>Modalidade</i>	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto – R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	36	33.761.384,83	24.998.467,59	8.762.917,24	25,95%
Tomada de Preços	4	4.819.959,68	3.946.339,78	873.619,90	18,12%
TOTAL	40	38.581.344,51	28.944.807,37	9.636.537,14	24,97%

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

Conforme se verifica, nos dados acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 9.636.537,14 (nove milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e quatorze centavos)**, o que equivale **24,97% (vinte e quatro inteiros e noventa e sete centésimos por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2022.

Gráfico 74 - Economia orçamentária nos procedimentos licitatórios em 2022



Fonte: CPL/PGJ, 2022.

2.2 – Dos Instrumentos Formalizados

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2022 realizou **13 (treze)** enquadramentos de contratações por **dispensa de licitação**, tanto amparados na Lei Federal nº 8.666/1993, em seu Art. 24, quanto sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 01 de abril de 2021, consoante preceitua em seu Art. 75. Essas contratações totalizaram a importância de **R\$ 8.544.707,36** (oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sete reais e trinta e seis centavos).

Similarmente, as contratações por **inexigibilidade de licitação** foram fundamentadas, no Artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e no Artigo 74 da nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, totalizando **38 (trinta e oito)** procedimentos que resultaram no desembolso de **R\$ 11.751.257,92** (onze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos), para compras de produtos e prestação de serviços, tais como material de consumo, licenças de software, locação de imóveis, treinamentos e cursos de capacitação a membros e servidores deste *Parquet* Estadual.

Foram autorizadas ainda **12 (doze)** contratações através de Adesão (carona) de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública na importância de **R\$ 16.592.520,56** (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e dois mil, quinhentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos).

Além disso, o Ministério Público Estadual atuou como **Órgão Participante** de uma licitação realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para contratação de **serviços continuados de telecomunicações com alto desempenho**, o que resultou num contrato de **R\$ 2.508.900,00** (dois milhões, quinhentos e oito mil e novecentos reais).

Tabela 121 - Resumo dos valores contratados em 2022

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
<i>Pregão Eletrônico</i>	36	24.998.467,59
<i>Tomada de Preços</i>	4	3.946.339,78
<i>Dispensa</i>	13	8.544.707,36
<i>Inexigibilidade</i>	38	11.751.257,92
<i>Adesão a ARP</i>	12	16.592.520,56
<i>Órgão Participante</i>	1	2.508.900,00
Total	104	68.342.193,21

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

Os valores acima licitados deram origem à formalização de 507 (quinhentos e sete) instrumentos para aquisições de bens e contratações de serviços, sendo devidamente publicados nos termos da Lei de Licitação e divulgados no Portal da Transparência do Ministério Público Estadual, em atendimento à Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, e ainda o Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público – 5ª edição, a ainda comunicado ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio do Sistema de Informações para Controle – Módulo de Contratações Públicas – SINC-Contrata, em observância da Instrução Normativa nº 73 de 09 de março de 2022 e Portaria nº 526, de 09 de junho de 2022.

Tabela 122 – Demonstrativos dos instrumentos firmados no ano de 2022

Nº	Instrumento	Quant.
1	Contratos	73
2	Atas de Registro de Preços	59
3	Termos Aditivos	75
4	Termos de Rescisão Contratual	6
5	Termos de Apostilamento	20
6	Termo de Cessão de Uso	1
7	Convênios de Estagiários	9
8	Contratação por Nota de Empenho	264
	Total de Instrumentos	507

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

3 – Ações de melhoria da unidade

No exercício de 2022 foi elaborado o *Plano Tático Operacional da Comissão Permanente de Licitação*, com o auxílio da Secretaria de Planejamento e Gestão, fundamentado no Planejamento Estratégico do Ministério Público Estadual 2021-2029, que tem como projeto a “Implantação da Governança das Contratações no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça”, onde foram estabelecidas etapas que se encontram em execução consoante relato a seguir.

- 1.1. Criação da *Comissão de Transição* para Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos termos da Portaria-GAB/PGJ – 3551/2022, composta por membros

da Administração Superior, Comissão Permanente de Licitação, Diretoria-Geral, Secretaria Administrativo-Financeira, Assessorias Técnicas e Jurídica deste Órgão.

Em seguida, a Comissão Permanente de Licitação elaborou sugestivamente uma minuta do novo Ato Regulamentar para instituição da nova lei no âmbito do MPMA, que está sob apreciação da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.

- 1.2. Solicitação da reestruturação da equipe técnica da Comissão Permanente de Licitação, adequada aos moldes da Nova Lei nº 14.133/2021, cujo processo se encontra em exame pela Administração Superior.
- 1.3. Aprimoramento dos recursos tecnológicos do setor (hardware e software), para atender as exigências de nova lei, quanto ao novo Portal Nacional de Contratações Públicas, assim como, os órgãos de fiscalização, em especial, o Tribunal de Contas do Estado – TCE e o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Nesse sentido, estão sendo desenhados sistemas junto à Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação, com auxílio empresa IBROWSE, contratada como fábrica do software para essa finalidade. Assim que os sistemas estiverem em operação, possibilitarão a alimentação de informações e disponibilização de dados das contratações realizadas pelo MPMA em tempo real, tanto para o TCE, quanto para o Portal da Transparência, em obediência às normas do CNMP.
- 1.4. A CPL propôs a criação e implantação do Plano de Contratações Anual – PCA para o Ministério Público do Estado, em observância à NLLC¹⁶. O referido instrumento é uma ferramenta de gestão das compras públicas, que possibilita à Administração Superior o gerenciamento e controle dos recursos como forma de racionalizar as contratações do órgão, garantindo o alinhamento com o planejamento estratégico e ainda para subsidiar a elaboração da respectiva lei orçamentária anual. Assim, a CPL autuou o Processo Administrativo nº 5684/2022, para juntar as demandas das unidades requisitantes de processos de compras, visando apreciação e decisão da Administração Superior e posterior publicação. Atualmente, os autos se encontram na Diretoria-Geral, que está em processo de apreciação e adequação das demandas apresentadas.
- 1.5. Aquisição do sistema ContratosGov, que é um dispositivo gerencial que conecta de forma inteligente a atuação dos setores e agentes envolvidos na execução contratual, disponibilizando informações fundamentais e melhorando as condições operacionais da gestão e da fiscalização. O uso dessa ferramenta permite gerir e fiscalizar diversos contratos, das mais diferentes complexidades, na periodicidade pretendida, mediante a organização das atribuições de todos os envolvidos no processo e o registro de todos os atos praticados, para auxílio dos gestores e fiscais de contratos desse MPMA, bem como, impulsionar a transparência das contratações realizadas pelo Órgão, uma vez que os contratos alimentados no sistema geram *interface* para o portal da transparência do órgão.

2. Outros Destaques

¹⁶ Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.1. Participação no Congresso Brasileiro de Pregoeiros

Capacitação da equipe da Comissão Permanente de Licitação para os novos desafios frente as mudanças da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, que substituirá vários normativos de diversas modalidades a partir de 02 de abril de 2023.

Nessa perspectiva foi assegurado pela Administração Superior a participação de membros da CPL no *Congresso Brasileiro de Pregoeiros*, que acontece na cidade de Foz do Iguaçu todos os anos, sendo referência como o maior congresso da área de compras públicas do Brasil, onde os servidores tiveram a oportunidade de conhecerem as novas funcionalidades do novo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, que possibilitou eles se adaptarem a operar o sistema com segurança e propriedade, de forma a prevenir erros na condução dos processos eletrônicos de compras, bem como, adquirir novas experiências com membros da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ligado ao Ministério da Economia, órgão responsável pela gestão do PNCP, onde são realizadas as sessões públicas eletrônicas, visando as futuras contratações.

O Congresso também possibilitou aos servidores, obter conhecimentos com membros da Advocacia-Geral da União, integrantes do Tribunal de Contas de União, órgãos responsáveis pela edição de normas, regimentos e jurisprudências que servem para amparar decisões nos processos de licitação, instrumentos que serviram de suporte para que essa Comissão iniciasse os processos de implantação da “Governança das Contratações”, no intuito de auxiliar a Administração Superior no cumprimento das imposições legais da Nova Lei.

4.2. Aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nas Contratações Diretas.

A nova lei de licitações já está sendo praticada no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, nos processos de compras, para aquisição de bens e contratação de serviços, através da *Dispensa Eletrônica*, que foi regulamentada de acordo com o Ato Regulamentar nº 47/2021/MPMA.

Igualmente, as *Inexigibilidades de Licitação* foram normatizadas neste órgão, por meio do Ato Regulamentar nº 23/2022/MPMA, de 17 de agosto de 2022.

Além disso, o Ministério Público Estadual já está operando no novo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, processando as dispensas eletrônicas e publicando todos os contratos e aquisições formalizados sob o escudo na NLLC, posto que ele é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

4.3. Aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nas Licitações.

No anseio de observar os prazos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, esta Comissão Permanente de Licitação provocou a Administração Superior, encaminhando uma minuta de regulamentação de normativos federais vigentes, no âmbito do MPMA, que disciplinem a utilização da NLLC nos processos licitatórios para as demais contratações, enquanto o órgão conclui as análises para regulamentação de ato específico para observância da Lei nº 14.133/2021, em suas licitações de forma definitiva.

Nesse prisma, fora editado o Ato Regulamentar nº 49/2022, em 22 de dezembro de 2022, para assegurar que as novas minutas de editais e contatos sejam elaboradas com base na nova lei e que as licitações se processem no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

4.4. Composição atual da Comissão Permanente de Licitação do Ministério Público Estadual para atuação nos processos regidos pela Lei nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002.

Conforme delegação do Procurador-Geral de Justiça, a Comissão Permanente de Licitação tem composição conforme a Portaria nº 11867/2022, sendo designada como presidente a servidora Conceição de Maria Corra Amorim – Analista Ministerial, e os Pregoeiros oficiais em conformidade com a Portaria nº 5691/2021, de acordo o quadro abaixo.

Quadro 52 – Composição da Comissão Permanente de Licitação.

Comissão Permanente de Licitação	Membro Titular	Suplente	Pregoeiro	Equipe de Apoio
Conceição de Maria Correa Amorim	X	-	X	-
José Lindstron Pacheco	X	-	X	-
João Carlos Almeida de Carvalho	X	-	X	-
Francisco de Assis Martins Queiroz	X	-	X	-
José Lívio Marinho Lima	-	X	X	-
Sérgio Henrique de Carvalho	-	X	X	-
Cláudio Ricardo Pereira Serra	-	X	-	X
Marcos Antonio Lima de Oliveira	-	X	-	X
Marister Nunes de Oliveira	-	-	-	X

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

4.5. Designação de servidores para atuação nos processos licitatórios regidos pela nova Lei de Licitações e Contratos da Administração nº 14.133, de 1º de abril 2021.

Considerando que fora editado pelo Procurador-Geral de Justiça o Ato Regulamentar nº 49/2022-PGJ/MA, que dispõe sobre a utilização de normativos federais para regulamentar a aplicação da Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi emitida a Portaria nº 4/2023 – GAB/PGJ, com a definição dos Agentes de Contratação e Pregoeiros deste *Parquet* Estadual, a saber:

Quadro 53 – Composição da Comissão de Contratação.

Comissão Permanente de Contratação	Agente de Contratação	Pregoeiro	Equipe de Apoio
Conceição de Maria Correa Amorim	X	X	-
José Lindstron Pacheco	X	X	-
Sérgio Henrique de Carvalho	X	X	-
Francisco de Assis Martins Queiroz	X	X	-
João Carlos Almeida de Carvalho	X	X	-
José Lívio Marinho Lima	X	X	-
Cláudio Ricardo Pereira Serra	-	-	X
Marcos Antonio Lima de Oliveira	-	-	X
Marister Nunes de Oliveira	-	-	X

Fonte: CPL/PGJ, 2022.

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008, contemplando, dentre as suas competências, as atividades desempenhadas nas áreas de segurança institucional, de operações e análise de inteligência.

Importante destacar que, atualmente, os profissionais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência dividem-se em três grandes áreas de atuação (Segurança Institucional, Análise de Inteligência e Operações de Inteligência).

As atribuições desempenhadas pelos servidores que atuam na área de inteligência, consistem no processamento de informações sobre temas estratégicos, por meio da produção de relatórios para orientar a tomada de decisão do demandante.

A Segurança Institucional, por sua vez, é responsável pelo conjunto de ações visando a proteção e a salvaguarda da instituição e de seus integrantes, para o exercício livre e independente das funções atribuídas a organização, com o foco na segurança das pessoas, do material, das áreas e instalações e da informação, bem como adequar os procedimentos e ações da instituição minimizando suas vulnerabilidades e construindo uma cultura de segurança institucional voltada para ações preventivas e proativas, com a participação sistêmica de todos os seus integrantes.

Logo, considerando a importância das atividades de inteligência e segurança institucional desempenhadas no âmbito do Ministério Público do Maranhão, sob a coordenação da CAEI, torna-se essencial e necessário o aperfeiçoamento de técnicas, a aquisição de novos equipamentos e a capacitação dos recursos humanos de forma perene.

1 ATIVIDADES REALIZADAS PELA CAEI EM 2022

1.1 No âmbito da Inteligência

No ano de 2022, foram produzidos **453 Relatórios**, sendo **310 Relatórios de Busca** e **143 Relatórios de Inteligência**, totalizando **119.120 pesquisas** em sistemas e bases de dados.

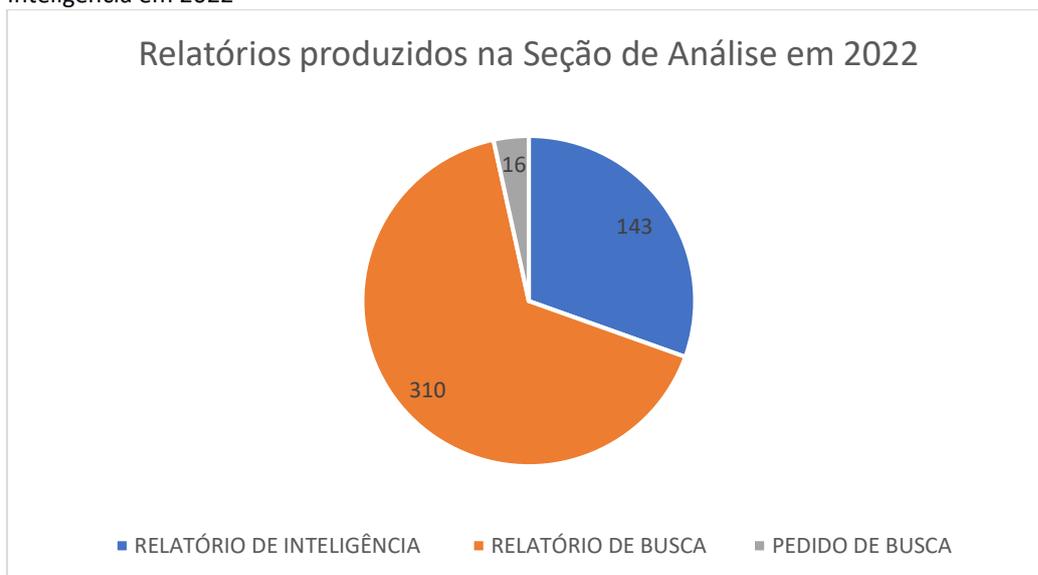
Além disso, foram realizados um total de **16 Pedidos de Busca**, de modo a solicitar a outras agências de inteligência informações de pessoas físicas ou jurídicas que não estão em nossa unidade federativa, mas que figuram como alvos em procedimentos em nosso Estado.

Tabela 123 – Relatório de atividades – Seções de Análise e Operação de Inteligência

Atividades/Quantitativo	2020	2021	2022
Relatório de Inteligência	66	130	143
Relatório de Busca	111	151	310
Informes	39	14	13
Levantamentos Inteligência / Contrainteligência – Busca em Base de Dados	20.105	111.109	119.120
Ordens de Busca	152	210	382
Pedido de Busca	8	22	16

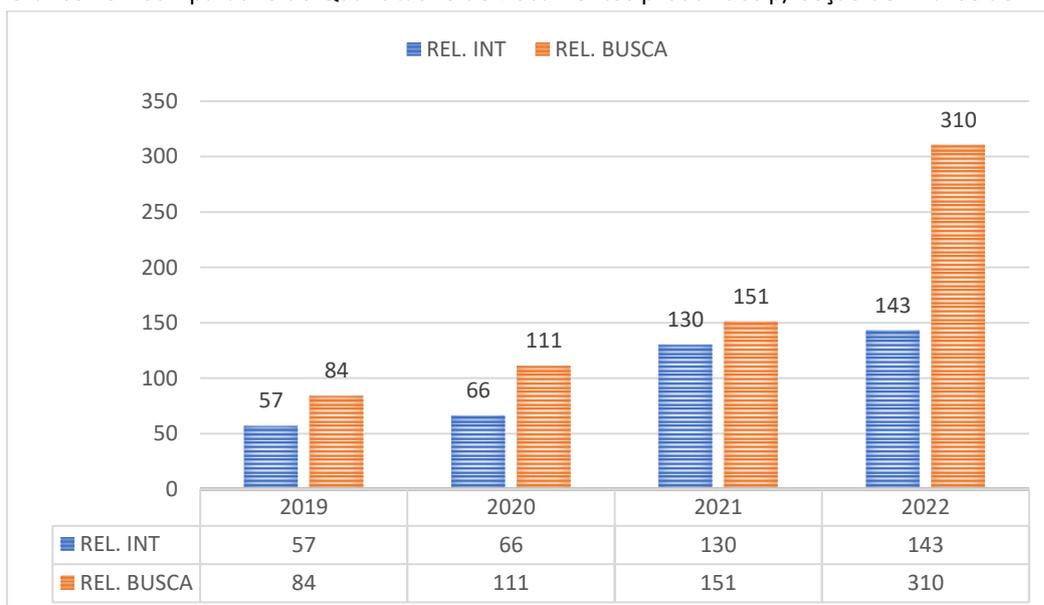
Fonte: Seção de Análise/CAEI/PGJ, 2022.

Gráfico 59 - Demonstrativo de documentos produzidos pelas Seções de Análise e Operações de Inteligência em 2022



Fonte: Seção de Análise/CAEI/PGJ, 2022.

Gráfico 75 - Comparativo do Quantitativo de Documentos produzidos p/ Seção de Análise de Inteligência



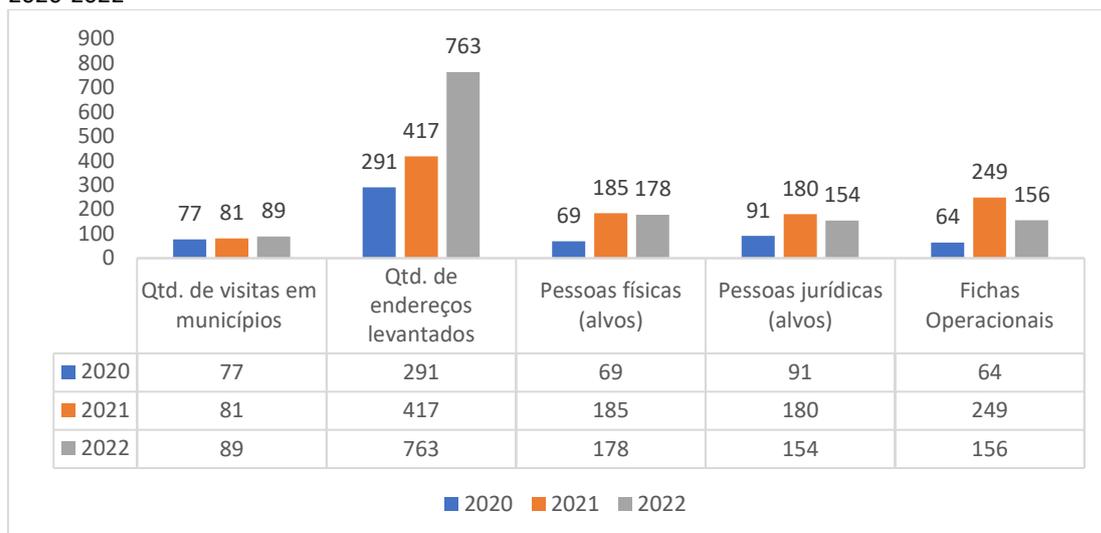
Fonte: Seção de Análise/CAEI/PGJ, 2022.

Tabela 124 – Diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência

Atividades em campo	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo
	2020	2021	2022
Qtd. de visitas em municípios	77	81	89
Qtd. de endereços levantados	291	417	763
Pessoas físicas (alvos)	69	185	178
Pessoas jurídicas (alvos)	91	180	154
Fichas Operacionais	64	249	156

Fonte: Seção de Operações de Inteligência/CAEI/PGJ, 2022.

Gráfico 76 - Demonstrativo de diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência na série 2020-2022



Fonte: Seção de Operações de Inteligência/CAEI/PGJ, 2022.

1.1.1 Órgãos Atendidos pela CAEI em 2022

Em 2022, foram atendidas solicitações dos seguintes órgãos e Promotorias:

1. Procurador-Geral de Justiça;
2. Coordenador CAEI;
3. Setor de Transportes MPMA;
4. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
5. Assessoria Especial de Investigação;
6. Comissão Permanente de Licitação;
7. Gabinete de Segurança Institucional;
8. LAB-LD;
9. LAB-TI;
10. Gaeco PGJ;
11. Gaeco Imperatriz;
12. Gaeco Timon;
13. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
14. Coordenadoria de Serviços Gerais;
15. 1ª PJE Imperatriz;
16. Gabinete SubAdm;
17. Promotoria de Justiça de Buriticupu;
18. SECINST;
19. Promotoria de Justiça de Viana;
20. Promotoria de Justiça de Santa Inês;
21. 30ª PJE SLZ;
22. 27ª PJE SLZ;
23. 1ª PJE SLZ Entidades e Fundações;
24. Promotoria de Justiça de Igarapé Grande;
25. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

26. CAO JURI;
27. 28ª PJE SLZ;
28. 37ª PJE SLZ;
29. 5ª PJE SLZ;
30. 9ª PJ Criminal;
31. 22ª PJ Criminal;
32. 4ª PJR DOTE;
33. Corregedoria MPMA;
34. 23ª PJE Meio Ambiente;
35. 8ª PJE Imperatriz;
36. TECSEG;
37. Central It;
38. Ouvidoria MPMA;
39. Comissão Processante PGJ;
40. Promotoria de Justiça de São João Batista;
41. Promotoria de Justiça de São Vicente Ferrer;
42. Promotoria de Justiça de Carutapera;
43. Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente;
44. Promotoria de Justiça de Porto Franco;
45. Promotoria de Justiça de Bacuri;
46. Promotoria de Justiça de Passagem Franca;
47. Promotoria de Justiça de Dom Pedro;
48. Promotoria de Justiça de Timon;
49. Promotoria de Justiça de Cedral;
50. Promotoria de Justiça de Pinheiro;
51. Promotoria de Justiça de Itinga
52. Ministério Público do Rio de Janeiro;
53. Ministério Público de São Paulo;
54. Ministério Público do Rio Grande do Norte;
55. Ministério Público do Pará;
56. Ministério Público de Goiás;
57. Ministério Público de Minas Gerais;
58. Força Estadual Integrada de Segurança Pública – FEISP;
59. Dep. Polícia Federal de Caxias/MA;
60. Ministério Público do Amapá;
61. SECCOR / DECCOR;
62. Promotoria de Justiça Criminal de Niterói/MPRJ;
63. Divisão de Inteligência / TJMA.

1.3. No âmbito da Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, no ano de 2022, cumpriu **175 (cento e setenta e cinco) Ordens de Missões e 154 (cento e cinquenta e quatro) Ordens de Serviço**, nas quais foram realizadas as seguintes atividades:

1. Segurança aproximada e escolta de 03 (três) Promotores de Justiça em situação de risco (Ato Regulamentar nº 18/2016);
2. Apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados na capital e no interior do Estado;
3. Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal);
4. Manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais da capital e do interior do Estado;
5. Orientações de Segurança Institucional e Pessoal, quando das visitas em unidades ministeriais e residências dos Promotores de Justiça;
6. Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante;
7. Apoio de segurança a membros e servidores das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa ao Meio Ambiente, durante inspeções”;
8. Apoio de segurança a servidores do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas;
9. Apoio de segurança a membros e servidores das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa do Idoso, durante inspeções;
10. Apoio de segurança a servidores do Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Justiça da Capital, durante diligências;
11. Apoio de segurança ao Promotor Titular da 24ª Promotoria de Justiça Especializada durante o desencadeamento das Operações Rolezinho e Patrulha do Silêncio;
12. Apoio de segurança aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público e membros de outros órgãos ministeriais durante eventos nesta capital;
13. Remanejamento, manutenção e configuração de câmeras de segurança nas unidades ministeriais em processo de inauguração e reforma;
14. Apoio de segurança a ESMP durante realização do evento “Roda de diálogos sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” no auditório do CCA;
15. Apoio de segurança a membros e servidores da 1ª Promotoria Especializada do Termo Judiciário de São Luís – Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, durante inspeções;
16. Apoio de segurança aos Membros e Servidores em realização de visitas, operações, audiências e inspeções;
17. Segurança institucional durante eventos no auditório da sede da PGJ;
18. Escolta e Segurança aproximada do Procurador-Geral de Justiça em eventos e atividades institucionais na capital e no interior do Estado;
19. Escolta e segurança aproximada de Membros e servidores da Corregedoria do MPMA, durante correições em unidades ministeriais no interior do Estado;
20. Apoio de segurança durante a realização do evento da UNICEF, no auditório da CCA”;
21. Segurança institucional durante a realização do evento “Seminário – Fortalecendo a Advocacia Pública Municipal, organizado CAOP de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, em parceria com a Associação Nacional de Procuradores Municipais”, no auditório da PGJ,

22. Apoio de segurança durante a realização do evento da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas – ABEAD, organizado pelo Instituto Ruy Palhano, no auditório da PGJ;
23. Segurança aproximada e escolta ao Promotor de Justiça titular da 46ª Promotoria de Justiça Especializada – 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários, durante operação em área de conflito agrário, nos municípios Formosa da Serra Negra – MA e São Benedito do Rio Preto-MA
24. Apoio de segurança aos membros e servidores do MPMA durante evento “Pedalada de Combate às Drogas” organizado pelo Ministério Público do Maranhão em parceria com outros órgãos;
25. Apoio de segurança ao Procurador de Contas do Estado de Minas Gerais durante eventos da PGJ nesta capital;
26. Apoio de segurança aos membros e servidores do MPMA durante evento “FÓRUM DO DIREITO TRIBUTARIO MUNICIPAL, no auditório do CCA;
27. Segurança institucional durante a realização do evento “Seminário Agenda 2030, os ODS e Nós” organizado pela Escola Superior do Ministério Público – ESMP, no auditório do CCA;
28. Segurança institucional durante o funcionamento da Promotoria Itinerante nos bairros Vila Mauro Fecury 1, Pão de Açúcar,
29. Segurança institucional dos Promotores de Justiça Eleitorais, durante o 1º e 2º turnos das eleições de 2022, na capital e no interior do Estado;
30. Escolta e segurança de instrutores e palestrantes de outros Estados em eventos promovidos pelo MPMA;
31. Segurança a membros e servidores do Ministério Público de Minas Gerais durante diligências conjuntas com a 10ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciária de São Luís;
32. Segurança institucional durante a realização do I Congresso Nacional das Academias de Letras Militares do Brasil”, realizado no auditório da PGJ.
33. Escolta e segurança de instrutores e palestrantes do 12º Congresso do Ministério Público do Estado do Maranhão;
34. Segurança institucional durante a realização 12º Congresso do Ministério Público do Estado do Maranhão, no auditório da PGJ;
35. Palestras de Segurança Institucional para Membros e Servidores em unidades ministeriais, de forma itinerante, foram visitadas 27(vinte e sete) Promotorias de Justiça no interior do Estado;
36. Elaboração e distribuição de Manuais de Segurança Institucional e Cartilhas contra golpes e Crimes Cibernéticos;
37. Divulgação eletrônica de cards com orientações de segurança aos Membros e Servidores do MPMA;
38. Atividades relativas ao Mês da Segurança Institucional durante todo o mês de agosto, para o fortalecimento da cultura de segurança institucional do MPMA.

Figura 35 - Calendário de Atividades do Mês da Segurança Institucional em agosto de 2022

2022		agosto				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
	Palestras CAEI_Promotorias de Estreito e Montes Alto	Palestras CAEI_Promotorias de Senador La Roque e Caxias	Ponto Facultativo	Palestra Combat Mindset(adiada dia 05/09) Palestras CAEI_Promotorias de Balsas e Riachão	Treinamento Porte Velado e Sobrevivência Urbana (adiada 06/09)	
15	16	17	18	19	20	21
	Palestras CAEI_Promotorias de Rosário 10h, Morros 15h e Parnaíba	Palestras CAEI_Promotorias de Santa Rita-10h e Matões	Palestras CAEI_Promotoria de Barreirinhas-15h	Palestras CAEI_Promotorias de Araiozes, Porto Franco e Açailândia	Curso de Defesa Pessoal-Turma Feminina	
22	23	24	25	26	27	28
	Palestras CAEI_Promotorias de Itapecuru-10h e Pj de Vitória do Mearim-14h	Palestras CAEI_Promotorias de Santa Ines-10h e Pj de Ze Doca 14h	Palestras CAEI_Promotorias de Maracaçumé-10h e Pj de Santa Helena 15h		Curso de Defesa Pessoal-Turma Masculina	Curso de Defesa Pessoal-Turma Policiais SSI
29	30	31	01	02	03	04
Palestras CAEI_Promotorias de Pinheiro e Timon	Palestras CAEI_Promotorias de Codó e Timbiras	Palestras CAEI_Promotoria de Coroatá	Curso de Defesa Pessoal- Pj de Caxias			

Figuras 36 e 37 - Manual de Segurança Institucional e Cartilha contra Golpes e Crimes Cibernéticos



Figuras 38 e 39 - Cards de orientações de Segurança



Tabela 125 – Resumo de atividades realizadas pela Seção de Segurança Institucional no ano de 2021

ATIVIDADES/SSI	2020	2021	2022
Análise de Risco Promotorias	5	8	15
Análise de Risco Residências	4	3	5
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – <i>In Loco</i>	83	73	154
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – Remota	7	15	38
Ordens de Missão	145	91	175
Ordens de Serviço	148	146	154

Fonte: Seção de Segurança Institucional/CAEI/PGJ, 2022.

1.4. Melhorias nas áreas de Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos no ano de 2022

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, dentre as quais destacam-se:

- No ano de 2022 houve um aumento de 11 (onze) servidores no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, quando comparado com 2021;
- Aquisição de equipamentos sinalizadores veiculares de emergência (giroflex/estrobe);
- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, bem como o fornecimento de licença de uso de software de sistema de controle de acesso de pessoas, composto por Sistema de Gerenciamento de Acesso –VW Acesso;
- Aquisição de equipamento de aviação aérea não tripulado (drone);
- Aquisição de soluções de Videomonitoramento IP, incluindo instalação, treinamento e suporte técnico, para os prédios da PGJ, Promocap e CCA;
- Aquisição de equipamentos para a manutenção e substituição do sistema de CFTV e alarme instalados nas unidades ministeriais do interior do Estado;
- Instalação do Anexo II da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência na regional de Imperatriz;
- Aumento do número de veículos institucionais à disposição da CAEI.

Tabela 126 – Resumo dos indicadores de segurança da CAEI

Indicadores de Segurança	Quant. 2021	Quant. 2022
Políciais Ativa	43	54
Políciais da Reserva	91	89
Prédios com Câmeras de Segurança CFTV	111	115
Prédios com Vigilância Armada	13	18
Prédios com Aparelho de Inspeção por Raio-X	3	3
Prédios com Portais Detectores de Metais	18	18
Armários Cofres	10	10
Detectores de Metais Portáteis	82	100
Rádios de Comunicação	32	32
Coletes Balísticos	80	80
Drones	-	1
Estrobos	-	9
Veículos	5	8

Fonte: Seção de Segurança Institucional/CAEI/PGJ, 2022.

2. CURSOS E CAPACITAÇÕES REALIZADOS EM 2022

No ano de 2022, os servidores que compõem a Seção de Análise de Inteligência tiveram acesso aos seguintes cursos, workshops e palestras:

- Curso Básico de Inteligência: os fundamentos da Análise (online), ministrado pelo instrutor Maurício Viegas.
- Curso de Metodologia e Produção de Conhecimento (presencial), ofertado pelo CISP/SSP-MA
- Estágio de Capacitação em Inteligência (presencial), promovido pela Escola Superior de Inteligência do Exército – ESIMEX
- Fundamentos das Operações Psicológicas (online), ministrada pelo instrutor Maurício Viegas
- Crimes cibernéticos: os principais riscos e técnicas de prevenção (online), ofertado pela SENASP
- Curso Básico de Inteligência de Imagens (online), através da LOGOS Consultoria Estratégica
- Trabalho de Inteligência e Investigação no Ministério Público (online), ofertado pela Escola Superior do Ministério Público do Paraná
- Workshop para Analistas de Inteligência (presencial), através da AGEPOLJUS, ministrado pelo Analista de Inteligência de Israel, Ilan Raanan.
- Curso de Recrutamento e Gestão de Fontes Humanas (presencial), ofertado pelo CISP/SSP-MA.
- Curso para uso da plataforma QLIK SENSE DEVELOPER, oferecido pela Academia Grupo In;
- Curso de ensino a distância sobre Redução da Oferta de Drogas, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC;
- Curso Básico de Inteligência: os Fundamentos da Análise, ministrado pela SOTAÍ;

- Curso de ensino a distância Crimes Cibernéticos: os Principais Riscos e Técnicas Básicas De Prevenção ofertado pela Polícia Civil de Minas Gerais;
- Curso de Condução Veicular ministrado pela Polícia Rodoviária Federal;
- Curso Básico de Técnicas de Defesa Pessoal ministrado pelo Mestre em Defesa Pessoal Efrain Salviano da Costa;
- Curso de Elaboração de Procedimentos e Protocolos de Segurança (online), através da LOGOS Consultoria Estratégica
- Treinamento de Porte Velado e Sobrevivência Urbana com palestra sobre Combat Mindset, ministrado pelo Major da PMMA Onildo Sampaio

3. DO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO (LAB/LD)

3.1. Atribuições regimentais, conforme legislação interna pertinente



O LAB-LD foi inaugurado em 12 de dezembro de 2017 sendo regulamentado pelo Ato nº 687/2017-GPGJ (publicado no DJE 14/12/2017) que estabelece em seu art. 3º a competência do LABLD/MPMA:

Art. 3º Compete ao LAB-LD:

I – orientar os membros do Ministério Público do Maranhão na análise de dados e informações e na elaboração de relatórios de vínculos sobre as atividades relacionadas a investigações financeiras no combate à corrupção e lavagem de dinheiro;

II – prestar apoio aos membros do Ministério Público do Maranhão na análise investigativa e nos procedimentos referentes à quebra de sigilo fiscal e bancário;

III – apoiar o desenvolvimento de ações contra o branqueamento de capitais;

IV – elaborar relatórios de inteligência mediante a aplicação da metodologia de produção do conhecimento, com difusão para a Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI);

V – elaborar análise técnica acerca de matéria correlata à lavagem de dinheiro, observados os pressupostos legais e constitucionais;

VI – difundir o conhecimento produzido à autoridade solicitante com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão e a produção de prova em procedimento investigatório criminal e em instrução processual penal;

VII – interagir com os outros órgãos de inteligência financeira e com as instituições bancárias e financeiras para a execução das atividades em apoio às investigações criminais em matérias financeiras relacionadas à lavagem de capitais ou combate à corrupção;

VIII – prestar apoio à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão na supervisão, gestão e execução do acordo de cooperação assinado com o Ministério da Justiça para a implantação e operacionalização do LAB-LD no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

IX – realizar o controle da utilização dos materiais de consumo e dos equipamentos técnicos à disposição do LAB-LD;

Trata-se, portanto, de um setor de apoio às atividades ordinárias dos Membros do MPMA, que atua na análise de dados com o objetivo de subsidiar eventual investigação e/ou denúncia pelo crime de Lavagem de Dinheiro e outros afins. O LABLD surgiu pela realização da meta 16 da ENCCLA 2006, que previa a necessidade de *“Implantar Laboratório modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em hardware, software e a adequação de perfis profissionais”*.

3.2. Dos produtos disponibilizados pelo LABLD/MPMA

O LABLD é um setor sensível onde circulam dados e informações sigilosas sobre processos investigativos presididos pelos membros do MPMA sendo ofertados, pelo setor de análise, 7 (sete) tipos de produtos:

- Afastamento de Sigilo Bancário (SIMBA) – Trata-se de orientação e apoio na implementação do afastamento de sigilo bancário através do sistema SIMBA;
- Relatório de Análise Bancária – Análise da quebra de sigilo bancário, buscando identificar os aspectos elencados pelo demandante na quesitação;
- Relatório de Análise Fiscal – Análise simplificada da quebra de sigilo fiscal, buscando identificar inconsistências entre os dados fiscais;
- Relatório de Análise de Dados Telefônicos e Telemáticos – Análise da quebra de sigilo telefônico e telemático, buscando identificar os aspectos elencados pelo demandante na quesitação;
- Relatório de Análise de RIF – Análise do Relatório da Inteligência Financeira (RIF) enviado pelo COAF com o objetivo de reescrevê-lo, utilizando uma linguagem mais clara e acessível;
- Relatório de Análise de Vínculo – Análise de vínculos mostrada através de gráficos de relacionamentos para facilitar a compreensão da estrutura das organizações criminosas e a identificação de pessoas inicialmente ocultas;

- Relatório de Análise Técnica (geral) – Análise de outros tipos de dados não mencionados anteriormente que, considerando a natureza e a expertise dos servidores lotados no LAB, podem ser realizados por este setor;
- Relatório Técnico de Extração de Dados – Realização de extração de dados de dispositivos de armazenamento apreendidos em razão do cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão.

É disponibilizado aos Membros do Ministério Público do Maranhão, para solicitação de apoio do LAB-LD/MPMA às investigações Cíveis e Criminais e, em especial, às relacionadas à Lavagem de Dinheiro, o formulário eletrônico de pedidos denominado Pedido de Apoio à Investigação – PAI, módulo integrante do sistema ARGUS, oriundo de acordo de cooperação com o Ministério Público Militar, acessível através do endereço <https://argus.mpma.mp.br/pai>.

3.3. Da estrutura de servidores

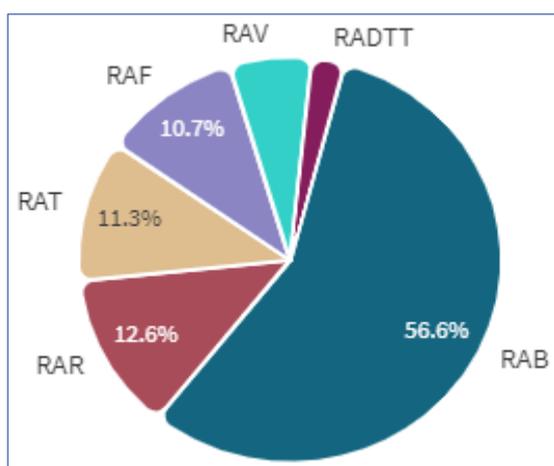
Atualmente o LAB-LD/MPMA conta com o trabalho de 8 (oito) analistas ministeriais com formação acadêmica afim às áreas de análise (Contabilidade, Economia, Administração e Ciência da Computação), 3 (três) assessores técnicos, com formação na área de tecnologia da informação e 2 (dois) técnicos ministeriais.

3.4. Da Produtividade

3.4.1. Unidade de Análise

No ano de 2022 a unidade de análise do LABLD/MPMA produziu 159 relatórios de análises totalizando 5.209 laudas produzidas. Os relatórios atenderam a 87 pedidos de apoio à investigação realizadas por membros do MPMA. Verifica-se, no gráfico 1, que mais da metade dos relatórios foram de análises financeiras de extratos bancários.

Gráfico 77 - Distribuição Percentual dos Tipos de Relatórios Produzidos



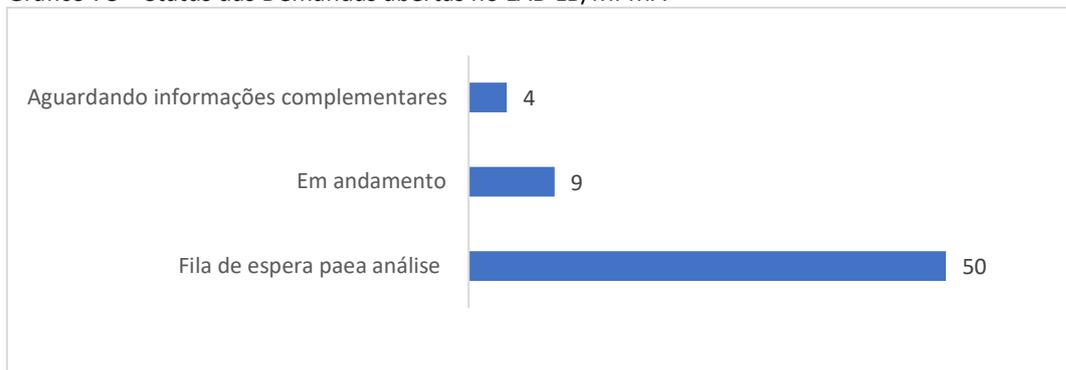
Fonte: LAB-LD/PGJ, 2022.

No ano de 2022 foram realizadas 31 análises preliminares de Relatórios de Inteligência Financeiras (RIF) enviadas de forma espontânea pelo COAF ao MPMA.

No período foram solicitados 28 pedidos de Cooperação Técnica com o LABLD-MPMA para utilização do sistema SIMBA na execução de afastamento de sigilo bancário nas investigações em andamento no MPMA.

Atualmente o setor de análise do LABLD/MPMA possui 63 pedidos de apoio à investigação em aberto, conforme mostrado no gráfico abaixo, com um tempo aproximado de 180 dias de espera para atendimento.

Gráfico 78 – Status das Demandas abertas no LAB-LB/MPMA



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2022.

3.4.2. Unidade de Tecnologia da Informação

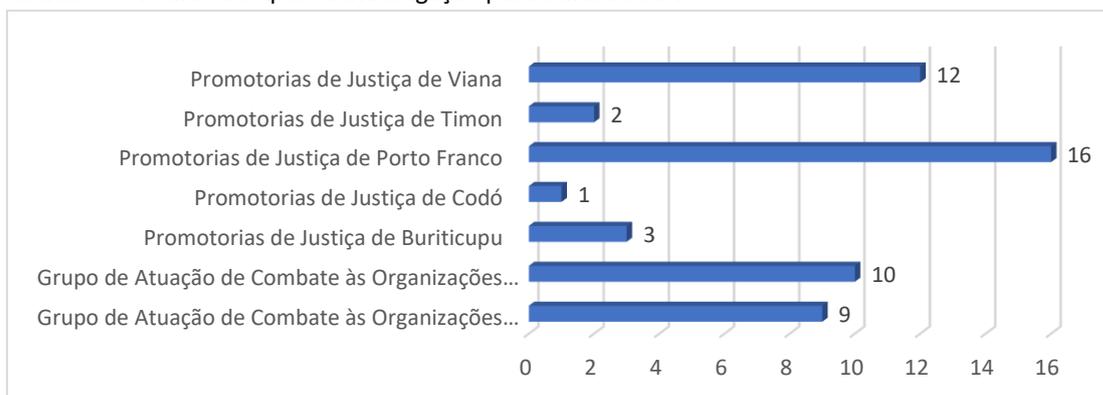
Para melhor atender o que compete à Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, art. 11 do ATO Nº 689/2017 – GPGJ, publicado no DJE 14.12/2017, foi subdividido a unidade em três seções, são elas: Seção de Forense, Seção de Desenvolvimento e Banco de Dados e Seção de Atendimento e Suporte.

Atualmente na equipe é composta com 2 (dois) servidores para atender pedidos exclusivos de forense, 1 (um) servidor para atender os pedidos de desenvolvimento e banco de dados e 2 (dois) servidores para suporte e atendimento aos usuários. Todos com expertise na área de Tecnologia da Informação com cursos correlatos aos trabalhos executados.

a) Seção de Forense

Durante o período de 2022 foram realizados 53 (cinquenta e três) Pedidos de Apoio à Investigação (PAIs) para a Unidade de Tecnologia da Informação do LAB-LD/MPMA.

Gráfico 79 - Pedido de Apoio à Investigação para Unidade de TI



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2022.

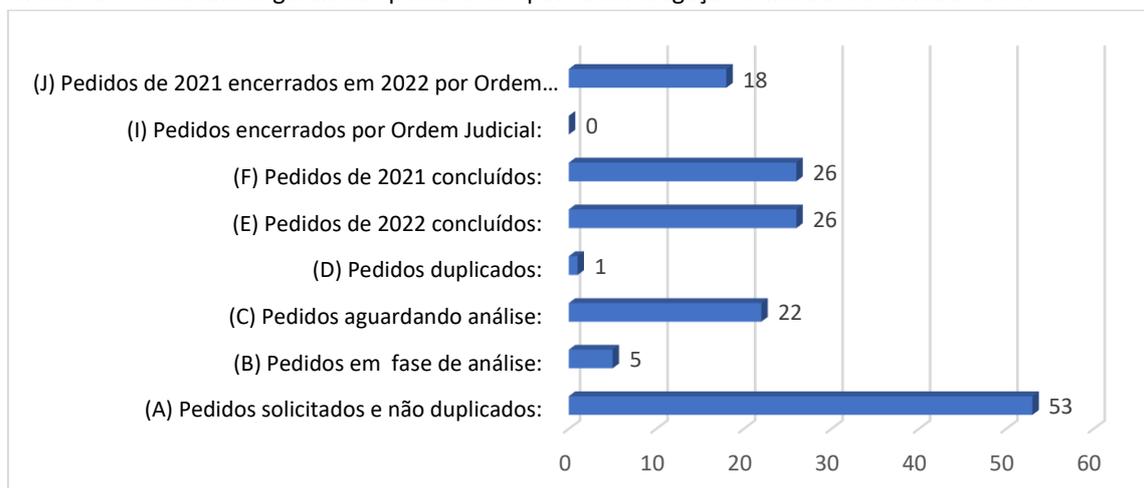
Considerando os pedidos abertos em 2022 e os pedidos em andamento na Unidade de TI, foram elaborados no referido ano, aproximadamente, 75 (setenta e cinco) relatórios técnicos, dos quais:

- 73 (setenta e três) foram somente de extração e análise de dados de dispositivos de armazenamento apreendidos em razão do cumprimento de mandado de busca e apreensão requeridos pelo Ministério Público do Estado do Maranhão;
- 1 (um) relatório de extração e análise de dados, fruto de compartilhamento de outro órgão ministerial;
- 1 (um) relatório de análise de dados telefônico e telemático.

Com esse total de relatórios foi possível concluir 26 (vinte e seis) pedidos abertos no ano de 2022 com mais 26 (vinte e seis) remanescentes do ano de 2021. Logo, foram concluídos cerca de 52 (cinquenta e dois) pedidos de apoio à investigação para extração de dados e análise de dados telefônico e telemáticos encaminhados para a referida Unidade de TI.

Abaixo segue os indicadores gerais referentes aos trabalhos realizados pela seção de forense da Unidade de Tecnologia da Informação do LAB-LD/MPA.

Gráfico 80 - Indicadores gerais dos pedidos de apoio à Investigação solicitados à Unidade de TI



Fonte: LAB-LD/PGJ, 2022.

b) Seção de Desenvolvimento e Banco de Dados

- Sistema ARCTOS

Na vigência de 2022, considerando a necessidade de implantação de um sistema avançado para consulta à base de dados de fontes abertas e de fontes fechadas oriundas de termos de cooperação, foi iniciado o desenvolvimento do sistema ARCTOS pela seção de desenvolvimento e banco de dados da Unidade de TI do LAB-LD.

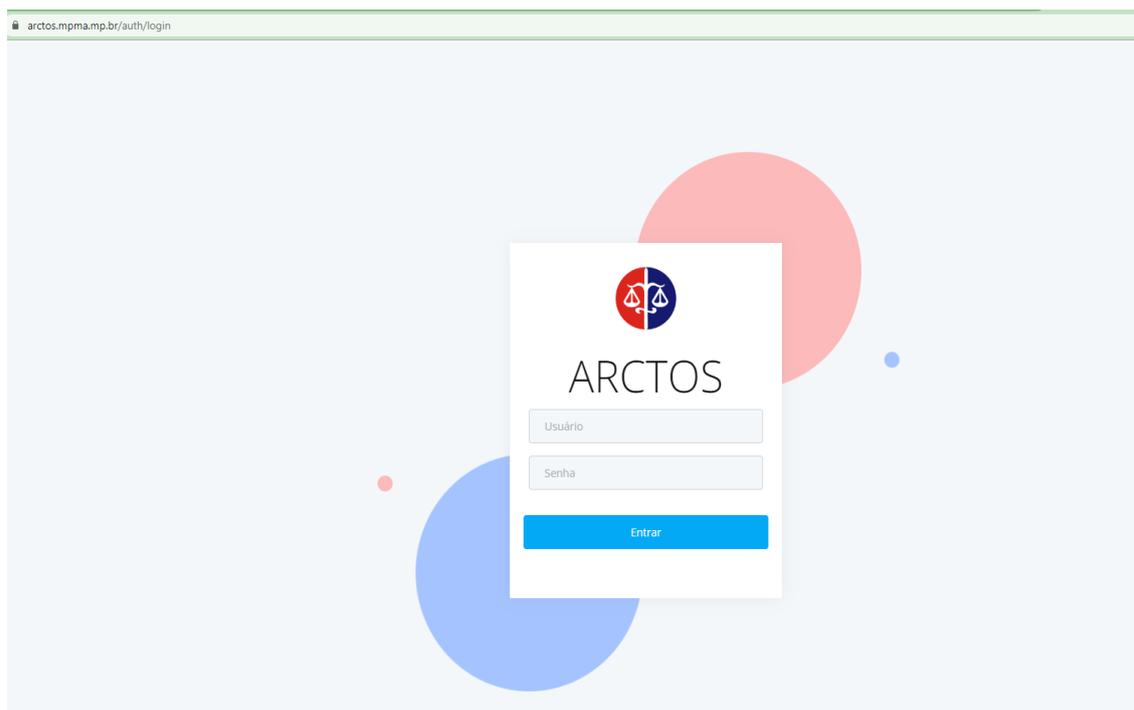
O sistema ARCTOS contempla uma infraestrutura composta por três Máquinas Virtuais contendo a tecnologia Elasticsearch¹⁷, que é um mecanismo de pesquisa baseado na biblioteca Lucene¹⁸.

¹⁷ <https://www.elastic.co/pt/>

¹⁸ <https://lucene.apache.org/>

O ARCTOS está disponível na intranet do MPMA e é acessível através do link <https://artcos.mpma.mp.br>. Para consulta está disponível toda a base migrada do módulo Plutão do sistema ARGUS, implantado via Termo de Cooperação firmado entre o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Estado do Maranhão, além de contemplar a base indexada do SACOP e do SAAP, ambos disponibilizados via termo de cooperação pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão para uso interno no MPMA.

Figura 40 - Tela de login Sistema Arctos



O sistema está em fase de homologação para testes, previsão para disponibilizar para todo MPMA até fim de janeiro de 2023.

- Sistema de Oitivas

A seção de desenvolvimento iniciou também no ano de 2022, com auxílio de 3 (três) estagiários do curso de Engenharia de Software da Universidade Estadual do Maranhão, categoria de estágio obrigatório, sob a orientação da seção de desenvolvimento, o sistema de gravação das audiências. Um dos objetivos é o controle de oitivas que o GAECO realiza por ano, em atendimento a uma necessidade que o setor já possuía.

As tecnologias empregadas foram Flask RESTful API e React JS, possibilitando um sistema WEB capaz não somente de gravar as oitivas como também fazer o controle das partes envolvidas. Uma das funções implementadas foi a possibilidade de agendar uma futura audiência integrada com o Google Calendar Institucional.

A primeira fase do sistema encontra-se concluída e está disponível para teste no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas.

Figura 41 - Sistema de Gravação de Oitivas



- Demais Sistemas

Para integração entre os sistemas de consulta à base de dados, em 2022, foram criados aproximadamente 40 (quarenta) scripts com objetivo de indexar os dados no Elasticsearch e de criar painéis no Qlik Sense Core.

Durante o ano de 2022, via termo de cooperação com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, houve a conclusão da implantação do Confúcio e do Perdigueiro no Ministério Público do Estado do Maranhão, o primeiro objetivando analisar os portais referente aos dados de COVID-19 e o segundo em gerenciar os procedimentos investigatórios criminais do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do MPMA.

Considerando o funcionamento do Confúcio e a pedido do CAO-Proad, foi realizado um estudo pelos estágios, sob a supervisão da seção de desenvolvimento, da viabilidade da coleta de dados dos Diários Eletrônicos das prefeituras e câmaras que fosse capaz de validar a portaria publicada com teste de validade do certificado utilizado.

c) Seção de Suporte e Atendimento

Ainda buscando atender o que compete à Unidade de Tecnologia da Informação, a referida unidade realizou diversas atividades no âmbito setorial e ministerial no que tange à matéria de Tecnologia da Informação, assessorando os coordenadores adjuntos do LAB-LD, à Unidade de Análise da Informação e usuários dos sistemas que ficam sob a responsabilidade do setor.

Ao todo foram realizados, aproximadamente, 1.521 (um mil, quinhentos e vinte um) atendimentos e suporte técnico referentes à assistência em equipamentos (computador, teclado, mouse, impressora, scanner, data show, monitores, headsets, webcams, outros) e sistemas (perdigueiro, argus, nyx, qlik, pacote office, adobe reader, digidoc, simp, veracrypt, outros).

Visando a modernização dos meios tecnológicos do Ministério Público do Estado do Maranhão e principalmente do LAB-LD, GAECO e CAEI, a Unidade de TI trabalhou nas seguintes aquisições:

- BI Qlik Sense Core e Qlik Sense QAP;
- Softwares forenses para extração de dados em dispositivos móveis e em nuvens;
- Equipamentos forenses para geração de imagens de dispositivos de armazenamento;
- Estações de trabalho avançadas para trabalho de forense computacional.

Dando continuidade nas melhorias, foi iniciado no ano de 2022, as respectivas aquisições:

- Centro de Monitoramento para Interceptação Legal;
- Softwares forenses para cruzamento de grande volume de dados extraídos de evidências apreendidas nas busca e apreensões;
- Sistema forense para desbloqueio de aparelhos móveis apreendidos;
- Sistema para consulta em fontes de dados abertos e fechados;
- Software forense para extração de dados móveis;
- Bloqueadores de escrita para preservação da integridade dos dados;
- Aquisição de sistema de monitoramento IP para os prédios Promotorias de Justiça da Capital, Procuradoria Geral de Justiça e Centro Cultural e Administrativo do MPMA;
- Aquisição de equipamentos de monitoramento para melhoria do monitoramento das unidades ministeriais das cidades do Maranhão.

Além das aquisições de hardware e software durante o ano de 2022, foram adquiridas capacitações para servidores de setores estratégicos do MPMA conforme segue:

- Capacitação para 15 (quinze) servidores para os trabalhos utilizando o sistema Qlik Sense;
- Capacitação para 4 (quatro) servidores com curso de pós-graduação em forense computacional e segurança da informação;
- Capacitação Cellebrite em forense computacional em dispositivos móveis para os servidores da Unidade de TI do LAB-LD.

Por fim, para suprir as necessidades do GAECO e CAEI, foram elaborados e analisados, em 2022, termos de cooperação para melhor disponibilizar o acesso a dados aos membros e servidores lotados nos setores estratégicos, são eles: Verifact, TCE-MA, ADUNA MPMG, JUCEMA, SEAP, CNMP, GRUPO Equatorial e SIMQ MPPI.

4. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

Estão previstas as seguintes ações de melhoria para o desempenho e condições de trabalho no LABLD/MPMA:

- Substituição dos computadores de trabalho por modelos com maior velocidade de processamento;
- Melhoramento dos processos de trabalho pelo uso da ferramenta Qlik Sense adquirida pelo MPMA;
- Atualizar a base de dados SEMFAZ;
- Contratar serviço de consulta a base de dados cadastrais da Credlink;
- Contratar o serviço de consulta a base de dados bCadastro da SERPRO;
- Adquirir/atualizar solução para análise de vínculo;
- Desenvolver ou contratar serviço para transcrição de áudio/vídeo;

- Firmar convênio com a Universidade Estadual do Maranhão para desenvolvimento de solução para controle de procedimentos investigativos com integração de IA e Machine Learning
- Aumentar o quantitativo de servidores para suprir as necessidades administrativas e técnicas.

ATOS NORMATIVOS – 2022

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 128/2022-CPMP, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre o funcionamento das Promotorias de Justiça de Repressão ao Crime Organizado, com atuação junto à Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados do Termo Judiciário de São Luís e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 122/2022-CPMP, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 - Cria cinco Promotorias de Justiça (nas comarcas de Barreirinhas, São Mateus, Balsas, Pinheiro e Pedreiras, uma em cada), redefine as atribuições respectivas e reorganiza os demais órgãos de execução existentes nessas comarcas e atualiza o quadro do Anexo II da Resolução nº 02/2009.

RESOLUÇÃO Nº 127/2022-CPMP, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022 - Altera o artigo 13 da Resolução nº 37/2016-CPMP, disciplinando o regime de rodízio e substituição no âmbito das Procuradorias de Justiça, nas hipóteses de afastamento legal do seu titular ou de vacância do cargo de Procurador de Justiça por mais de 60 dias.

RESOLUÇÃO Nº 126/2022-CPMP, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 125/2022-CPMP, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 124/2022-CPMP, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera a 5ª Turma Cível de Procuradores de Justiça e reclassifica as Procuradorias de Justiça Cível.

RESOLUÇÃO Nº 123/2022-CPMP, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022 - Altera o caput, exclui os §§ 1º e 2º e inclui o §3º do art. 8º-A; altera o caput, exclui o § 1º e altera o § 2º do art. 9º-A; inclui os arts. 11-A, 12-A e 13-A, e altera o Anexo Único, da Resolução nº 119/2022-CPMP, que “Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8ºA, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único”.

RESOLUÇÃO Nº 121/2022-CPMP, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022 - Transforma a 54ª Promotoria de Justiça Especializada e as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais, todas da comarca de São Luís, com modificação de suas atribuições originais e redesignação dentro do grupo funcional

criminal, para atuação na repressão ao crime organizado perante a Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados de São Luís.

RESOLUÇÃO Nº 120/2022-CPMP, DE 08 DE AGOSTO DE 2022 - Regulamenta o Regime Especial de Trabalho para membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com deficiência ou doença grave ou que sejam pais, cônjuge ou companheiro, filhos, pais ou responsáveis legais de pessoas nessas mesmas condições, ou sob sua curatela ou tutela legal, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 119/2022-CPMP, DE 02 DE AGOSTO DE 2022 - Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8º-A, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único.

RESOLUÇÃO Nº 118/2022-CPMP, DE 08 DE JULHO DE 2022 - Altera o § 2º do art. 1º da Resolução nº 41/2017-CPMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público nas audiências de custódia de presos e cria, na entrância final, quatro Promotorias de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 116/2022-CPMP, DE 03 DE JUNHO DE 2022 - Cria duas Promotorias de Justiça na comarca e termo judiciário de São Luís (6ª Promotoria de Justiça Cível – Interdição, Sucessões e Alvarás e 23ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa da Mulher), e outra na comarca e termo judiciário de São José de Ribamar (6ª Promotoria de Justiça Cível), todas de entrância final, e aprova quadro atualizado do anexo III da Resolução nº 02/2009-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 117/2022-CPMP, DE 25 DE MAIO DE 2022 - Cria a 3ª Turma Criminal de Procuradores de Justiça e define as suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 115/2022-CPMP, DE 18 DE ABRIL DE 2022 - Altera o Anexo I da Resolução nº 105/2021 – CPMP para reorganizar os bairros e localidades abrangidos pelos polos das Promotorias de Justiça Distritais da Cidadania de São Luís e insere o Anexo V à Resolução nº 105/2021-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 114/2022-CPMP, DE 23 DE FEVEREIRO - Altera o art. 3º da Resolução nº 32/2015-CPMP, dispondo sobre as designações para o ofício ministerial junto às Turmas Recursais no Estado do Maranhão, redefine as atribuições da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, com alteração do anexo II da Resolução nº 02/2009-CPMP, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 113/2022-CPMP, DE 26 DE JANEIRO DE 2022 - Altera a redação do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 19/2013-CPMP e da alínea “o” do art. 6º-A da Resolução nº 02/2009-CPMP, alterada pela Resolução nº 27/2015-CPMP.

RESOLUÇÕES – CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 15/2022-CSMP, DE 10 DE AGOSTO DE 2022 - Aprovar, à unanimidade, os enunciados de nº 01 a 23, referente aos autos DIGIDOC nº 12395/2022, com a seguinte redação: Enunciado CSMP n.º 01/22. REMOÇÃO POR PERMUTA. VEDAÇÃO ART.87, INCISO I. LEI COMPLEMENTAR 13/91. “A vedação do art.87, inciso I, da LC 13/91, não alcança a remoção por permuta dentro da mesma Comarca dos requerentes que não se encontram na primeira quinta parte da lista de antiguidade, atendida a necessidade do serviço”.

RESOLUÇÃO Nº 14/2022-CSMP, DE 03 DE JUNHO DE 2022 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor da Escola Superior do Ministério Público – biênio 2022-2024.

RESOLUÇÃO Nº 13/2022-CSMP, DE 11 DE MARÇO DE 2022 - Aprova por unanimidade os seguintes enunciados referente aos autos n.º 15285/2021 - Digidoc, com a seguinte redação: Enunciado 24/CSMP: “Os prazos previstos no artigo 23, §§2º e 3º da Lei 8.429/92, com as alterações da Lei 14.230/2021, são prazos impróprios e seu decurso não impede, desde que por decisão devidamente fundamentada, a produção de diligências investigativas ou o ajuizamento de ações de improbidade administrativa, fora dos referidos prazos, observado o prazo prescricional estabelecido no artigo 23, caput, da referida lei”; Enunciado 25/CSMP: “Em razão da natureza imprópria, não extintiva e procedimental dos prazos estabelecidos no artigo 23, §§2º e 3º da Lei 8.429/92, com as alterações da Lei 14.230/2021, são eles aplicáveis somente às investigações instauradas, após a vigência da Lei 14.230/2021, observando-se, em relação às investigações em andamento, a disciplina vigente à época da instauração da investigação, em atenção ao postulado tempus regit actum”.

ATOS REGULAMENTARES CONJUNTOS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 06/2022-GPGJ, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022 - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão, e o Ato Regulamentar nº 10/2020-GPGJ, que instituiu, para as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Ministério Público do Estado do Maranhão, os Plantões Regionais em Matéria Criminal, adequando-os ao horário de funcionamento forense em vigor.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 04/2022-GPGJ, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022 - Acrescenta o § 10 ao art. 1º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 03/2022, DE 22 DE MARÇO DE 2022 - Prorroga até 31/12/2023 o gozo do período de compensação previsto no inciso I, do § 7º, do art. 1º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014 – GPGJ/CGMP.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 49/2022-GPGJ, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a utilização de normativos federais para regulamentar a aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 48/2022-GPGJ, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Torna facultativo o uso de máscara no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, modifica o limite de lotação dos elevadores e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 47/2022-GPGJ, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2022 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 46/2022-GPGJ, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022 - Altera o art. 15 da Resolução nº 03/2005-PGJ (DJE 17/01/2005), que dispõe sobre o desenvolvimento, na carreira, do servidor ocupante de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 45/2022-GPGJ, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2022 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 44/2022-GPGJ, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022 - Estabelece um abono no valor do Auxílio-Alimentação aos membros, aos servidores efetivos e comissionados, bem como aos policiais militares e aos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATO REGULAMENTAR Nº 42/2022-GPGJ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022 - Estabelece o uso obrigatório de máscaras de proteção e outras medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 41/2022-GPGJ, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022 - Altera o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado do Maranhão nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa do Mundo.

ATO REGULAMENTAR Nº 39/2022 - GPGJ, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Maranhão (GAEMA), e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 38/2022-GPGJ, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022 - Estabelece o valor do Auxílio-Alimentação dos servidores efetivos e comissionados, bem como dos policiais militares e dos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATO REGULAMENTAR Nº 37/2022-GPGJ, DE 07 DE OUTUBRO DE 2022 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 36/2022-GPGJ, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022 - Institui o Código de Ética dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 34/2022-GPGJ, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 32/2022-GPGJ, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022 - Altera o Ato Regulamentar nº 55/2021-GPGJ, que dispõe sobre o fluxo de demandas recepcionadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 33/2022-GPGJ, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022 - Dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, revoga o Ato Regulamentar nº 33/2021-GPGJ, preserva o acréscimo dos incisos X e XI ao art. 53 do Ato Regulamentar nº 22/2020 (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça) determinado pelo Ato Regulamentar nº 33/2021- GPGJ, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 27/2022-GPGJ, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Institui o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão – NAEA.

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2022-GPGJ, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022 - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2011-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, instituindo a Ouvidoria da Mulher, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2022-GPGJ, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital – anuênio 2022/2023.

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2022-GPGJ, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022 - Altera o inciso IV do art. 2º do Ato Regulamentar nº 13/2011-GPGJ, que institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 26/2022-GPGJ, DE 31 DE AGOSTO DE 2022 - Institui o Planejamento Estratégico 2021-2029 do Ministério Público do Estado do Maranhão, estabelece diretrizes funcionais e conceituais para a sua implementação e monitoramento, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2022-GPGJ, DE 23 DE AGOSTO DE 2022 - Altera o inciso IV do art. 2º do Ato Regulamentar nº 13/2011-GPGJ, que institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2022-GPGJ, DE 23 DE AGOSTO DE 2022 - Transfere a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação da Diretoria Geral para o Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2022-GPGJ, DE 18 DE AGOSTO DE 2022 - Regulamenta a tramitação dos processos de liquidação e pagamento de despesas no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2022-GPGJ, DE 18 DE AGOSTO DE 2022 - Disciplina os procedimentos para a aquisição de bens e contratação de serviços nos casos de inexigibilidade de licitação no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2022-GPGJ, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 - Torna facultativo o uso de máscara no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, modifica o limite de lotação dos elevadores e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2022-GPGJ, DE 10 DE AGOSTO DE 2022 - Transfere a Coordenadoria de Comunicação da Secretaria para Assuntos Institucionais para o Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2022-GPGJ, DE 27 DE JULHO DE 2022 - Dispõe sobre a cadeia de custódia no âmbito das investigações criminais presididas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2022-GPGJ, DE 27 DE JUNHO DE 2022 - Institui o Núcleo de Atendimento às Vítimas - NAV, integrante do Grupamento Especial de Atuação Funcional, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e com atuação em todo o Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2022-GPGJ, DE 23 DE JUNHO DE 2022 - Restabelece a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e modifica o limite de lotação dos elevadores.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2022-GPGJ, DE 24 DE MAIO DE 2022 - Dispõe sobre a lotação dos cargos de Apoio Técnico-administrativo do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2022-GPGJ, DE 23 DE MAIO DE 2022 - Suspende, por tempo indeterminado, com efeitos retroativos, o início da vigência do ATOREG-052021 que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2022-GPGJ, DE 18 DE ABRIL DE 2022 - Dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, dos polos Centro, Divinéia, Cohatrac, Itaqui/Bacanga, Coroadinho, Cidade Operária e Zona Rural, instituídas nos termos da Resolução nº 105/2021- CPMP.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2022-GPGJ, DE 11 DE ABRIL DE 2022 - Torna facultativo o uso de máscara no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, modifica o limite de lotação dos elevadores e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2022-GPGJ, DE 18 DE MARÇO DE 2022 - Acrescenta o § 7º ao art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2022-GPGJ, DE 18 DE MARÇO DE 2022 - Disciplina o § 7º do art. 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2022-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2022 - Estabelece o retorno das atividades integralmente presenciais, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a partir do dia 09 de março de 2022 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2022-GPGJ, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2022-GPGJ, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022 - Revoga o parágrafo único do artigo 3º, do Anexo Único do Ato Regulamentar nº 13/2017-GPGJ, que aprova o Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 3/2022-GPGJ, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022 - Cria o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, estabelece a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e cria o Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

ATO REGULAMENTAR Nº 2/2022-GPGJ, DE 28 DE JANEIRO DE 2022 - Estabelece o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão com Regime de Trabalho em Sistema de Rodízio.

ATO REGULAMENTAR Nº 1/2022-GPGJ, DE 07 DE JANEIRO DE 2022 - Dispõe sobre medidas restritivas adicionais à disseminação do contágio do coronavírus (COVID-19) e das síndromes gripais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATOS

ATO Nº 462/2022-GPGJ, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 461/2022-GPGJ, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022 - Determina a inclusão de mensagem no rodapé, no ano de 2023, de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO Nº 460/2022-GPGJ, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.144.403,00 (dez milhões, cento e quarenta e quatro mil e quatrocentos e três reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 457/2022-GPGJ, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.476,00 (doze mil, quatrocentos e setenta e seis reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 454/2022-GPGJ, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 453/2022-GPGJ, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.397,00 (trinta e sete mil, trezentos e noventa e sete reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 452/2022-GPGJ, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022 - Abre à Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 304.407,00 (trezentos e quatro mil, quatrocentos e sete reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 10/2022-GPGJ, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022 - Transferir, excepcionalmente, o feriado do dia 08 de dezembro de 2022 (quinta-feira), para o dia 09 de dezembro de 2022 (sexta-feira), no âmbito do Ministério Público Estadual.

ATO Nº 409/2022-GPGJ, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2023 e dá outras providências.

ATO Nº 408/2022 - GPGJ, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022 - Abre ao Fundo Especial do Ministério Público Estadual crédito adicional suplementar no valor de R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais) para o fim que especifica.

ATO Nº 07/2022-GPGJ, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 - Estabelecer que o horário de funcionamento do Ministério Público do Estado do Maranhão, no dia 30 de setembro de 2022 (sexta-feira), será das 8 às 12h, em razão das eleições de 2022.

ATO 04/2022-GPGJ, DE 05 DE AGOSTO DE 2022 - Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Birô para assuntos institucionais.

ATO-GAB/PGJ – 1202022, DE 19 DE ABRIL DE 2022 - Fixar o valor mensal do Auxílio-transporte para estudantes cumprindo Estágio Não Obrigatório na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão no valor de R\$ 171.60 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos), face o disposto no artigo 38, do Ato Regulamentar nº. 03/2013-GPGJ.

ATO N.º 051/2022-GPGJ, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 - Abre ao Fundo Especial do Ministério Público Estadual crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.733.000,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e três mil reais) para o fim que especifica.

ATO-GAB/PGJ - 522022, DE 03 DE MARÇO DE 2022 - Abre a Procuradoria-Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para o fim que especifica.

ATO-GAB/PGJ – 912022, DE 25 DE MARÇO DE 2022 - Adotar ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, no dia 22 de abril de 2022 (sexta-feira), em razão do feriado nacional do Dia de Tiradentes (quinta-feira, 21 de abril), tendo em vista o que consta do Processo nº 4161/2022.

ATO 99/2022-GPGJ, DE 28 DE MARÇO DE 2022 - Dispõe sobre condições diferenciadas a lactantes para exercício de suas funções institucionais, altera o ATO-GAB/PGJ – 3732019 e dá outras providências.

ATO-GAB/PGJ 17/2022-GPGJ, DE 20 DE JANEIRO DE 2022 - Fixar o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório.

ATO-GAB/PGJ 1/2022-GPGJ, DE 17 DE JANEIRO DE 2022 - Prorroga até 31/12/2022 o gozo do período de compensação previsto no inciso I, do § 7º, do art. 1º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014 – GPGJ/CGMP.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2022-GPGJ, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022 - Expedir a presente Ordem de Serviço no sentido de orientar os membros e servidores acerca do fornecimento de certificação digital.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2022-GPGJ, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de até 45 (quarenta e cinco) dias de licença especial e prêmio não gozada.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/2022-GPGJ, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de férias não gozadas de até 30 (trinta) dias.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2022-GPGJ, DE 06 DE OUTUBRO DE 2022 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de até 30 (trinta) dias de licença especial e prêmio não gozada.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 12/2022-GPGJ, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de férias não gozadas de até 15 (quinze) dias.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2022-GPGJ, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022 - Atualizar a logomarca e instituir a nova identidade visual do Ministério Público do Estado do Maranhão e dos órgãos da administração conforme anexo único.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2022-GPGJ, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022 - Atualizar a logomarca e instituir a nova identidade visual do Ministério Público do Estado do Maranhão e dos órgãos da administração conforme anexo único.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2022-DG, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022 - A doação de bens móveis no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) é permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, bem como para outros órgãos da Administração Pública e entidades sem fins lucrativos, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação, não devendo acarretar qualquer ônus para a PGJ.

GLOSSÁRIO

O glossário refere-se às informações da taxonomia previstas nas Tabelas Unificadas que foram elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, consoantes às Resoluções nº 74, de 11 de julho de 2011, e nº 195, de 11 de fevereiro de 2019, que dispõem sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus Membros.

- 1) **AJUIZAMENTO DE AÇÃO:** movimento que objetiva dar início a um processo judicial.
- 2) **ARQUIVAMENTO:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento do Procedimento Investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras.
- 3) **ARQUIVAMENTO COM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, mediante Termo de Ajustamento de Conduta.
- 4) **ARQUIVAMENTO SEM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, sem promoção de Termo de Ajustamento de Conduta.
- 5) **ASSUNTO:** a Tabela de Assuntos espelha as matérias objeto do conhecimento jurídico e está estruturada em níveis hierárquicos correspondentes às diversas áreas do Direito. Para cada processo ou procedimento indica-se no mínimo um assunto.
- 6) **CLASSE:** a Tabela de Classes contempla os tipos de processos judiciais ou de procedimentos extrajudiciais criados ou acompanhados pelo Ministério Público, sendo autuados e cadastrados em sistemas de informação e classificados segundo a Tabela.
- 7) **CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS:** é o número referente a um item das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos, Movimentos e Atividades não Procedimentais elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
- 8) **DENÚNCIA:** petição inicial da ação penal pública intentada pelo Ministério Público, principiando o processo criminal.
- 9) **EM ANDAMENTO:** representa o "QUANTITATIVO DO ACERVO" somando-se os "INSTAURADOS" e subtraindo-se os "FINALIZADOS". O item não corresponde a feitos que estejam em tramitação no Poder Judiciário, em cartórios extrajudiciais ou qualquer outro órgão fora da unidade do Ministério Público.
- 10) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (Antes D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há mais de 3 anos do ano de referência.
- 11) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 3 anos do ano de referência.
- 12) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-2):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 2 anos do ano de referência.
- 13) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-1):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 1 ano do ano de referência.
- 14) **INSTAURADOS:** corresponde ao número de procedimentos extrajudiciais iniciados mediante portaria, com exceção dos Inquéritos Civis decorrentes de Procedimentos Preparatórios.

- 15) **FINALIZADOS:** todo procedimento definitivamente encerrado na unidade do Ministério Público. Exemplos: ajuizamento de ação, indeferimento, arquivamento definitivo e declínio de atribuição para outra unidade. **(Conversão para PIC, Ação Penal, Ação Civil e Inquérito Civil é considerada como finalizado).**
- 16) **MANIFESTAÇÃO EM 1º GRAU:** qualquer pronunciamento interlocutório no curso do processo, inquérito ou TC que não esteja especificado em movimento próprio, bem como em grau de recurso ou instância superior.
- 17) **MANIFESTAÇÃO EM 2º GRAU:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite em grau de recurso (de 2º grau).
- 18) **MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite nos Tribunais Superiores, excetuando-se as razões e contrarrazões de recurso que possuem código específico.
- 19) **MOVIMENTOS:** nomenclatura utilizada para registro dos atos praticados, atividades, manifestações e ações executadas por membros e servidores das unidades do Ministério Público, no curso dos processos judiciais e de procedimentos extrajudiciais.
- 20) **PETIÇÃO INICIAL:** peça que dá início ao processo, pela qual o Ministério Público propõe uma ação, na forma de requerimento dirigido ao Juiz ou Tribunal, com a exposição de fatos e do direito aplicável.
- 21) **RECEBIDOS:** "Entrada de Carga".
- 22) **RECEBIDOS, REGISTRO MP (Antes D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há mais de 2 anos da data de referência.
- 23) **RECEBIDOS, REGISTRO MP (D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 2 anos da data de referência.
- 24) **RECEBIDOS, REGISTRO MP (D-1):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 1 anos da data de referência.
- 25) **RECEBIDOS, REGISTRO MP (D):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido na data de referência.
- 26) **RECOMENDAÇÃO:** advertência ou orientação escrita dirigida a órgãos públicos e a entes privados que exerçam atividade pública delegada ou concedida e serviços de relevância pública, visando à melhoria dessas atividades, bem como o respeito aos interesses ou direitos.
- 27) **REMISSÃO ECA:** providência do Ministério Público dirigida a exclusão ou suspensão do adolescente no processo, pendente de homologação pelo Juízo. Poderá ser cumulada com algumas medidas socioeducativas. Art.180, II e dispositivo 126 a 128 do ECA.
- 28) **REPRESENTAÇÃO POR ATO INFRAACIONAL:** petição escrita pela qual o Ministério Público imputa a adolescente a prática de ato infracional.
- 29) **TAC:** Termo de Ajustamento de Conduta - peça ou documento pelo qual se formaliza por escrito uma convenção entre o (s) investigado (s), terceiros e o Ministério Público, para que produza certos efeitos jurídicos.
- 30) **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL:** modalidade de acordo feito como alternativa à propositura da ação penal (Resolução CNMP nº 181/2017).